



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Cleyton Feitosa Pereira

MOVIMENTO LGBTI+ E PARTIDOS POLÍTICOS:
a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil

**BRASÍLIA
2022**

CLEYTON FEITOSA PEREIRA

MOVIMENTO LGBTI+ E PARTIDOS POLÍTICOS:
a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do título de Doutor em
Ciência Política.

Área de Concentração: Democracia e Sociedade.

Orientadora: Debora Cristina Rezende de Almeida.

BRASÍLIA
2022

ESPAÇO PARA FICHA CATALOGRÁFICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

MOVIMENTO LGBTI+ E PARTIDOS POLÍTICOS: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovada pela Banca Examinadora em 13/12/2022.

Dra. Debora Cristina Rezende de Almeida

Universidade de Brasília
Orientadora e Presidente da Banca

Dr. James Naylor Green

Brown University
Examinador externo

Dr. Matheus Mazzilli Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinador externo

Dr. Carlos Augusto Mello Machado

Universidade de Brasília
Examinador interno

Dra. Rebecca Neaera Abers

Universidade de Brasília
Suplente interna

Dedico esse estudo a todos os ativistas do Movimento LGBTI+ que militam em partidos políticos, contribuindo, assim, para a construção da democracia.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento de reconhecimento, uma emoção por saber que uma pessoa fez uma boa ação em favor de outra. Após 6 anos de doutoramento, o curso mais longo e desafiador da minha vida, quero expressar gratidão a diversas pessoas e instituições que me atravessaram e contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Dada a extensão do curso, o dividirei em fases, sendo elas: disciplinas, estágios-docente, qualificação, escrita da tese e defesa.

Agradeço inicialmente a minha orientadora acadêmica, Professora Doutora Debora Cristina Rezende de Almeida. Debora foi uma grande parceira acadêmica, respeitando minhas ideias de pesquisa, me apresentando debates, leituras e teorias, me inserindo em espaços acadêmicos, como a Área Temática “Participação Política” da Associação Brasileira de Ciência Política, e seu ST no Encontro Participação, Democracia e Políticas Públicas, cujos debates qualificaram a pesquisa, e me apoiando no transcórre do curso, endossando minhas solicitações de auxílios financeiros para custear tarefas da pesquisa e alargamento de prazos.

Não houve uma página desse trabalho que não foi lida por Debora, demonstrando grande esmero, dedicação e cuidado com o fazer acadêmico, ainda que em meio a sobrecarga de trabalho, demandas pessoais e caos político, social e sanitário no país. Além disso, suas devolutivas eram extremamente velozes e suas exigências me amadureceram como estudante, como pesquisador, como cientista político e qualificaram significativamente a tese. Muito obrigado por ter caminhado junto comigo nessa trajetória.

Outra pessoa que merece reconhecimento especial é o meu companheiro, Cícero Sabino. Se a orientadora representou o suporte acadêmico necessário para o fazer da pesquisa, Cícero representou o suporte afetivo e emocional, tão necessário quanto o apoio técnico-científico. Seu apoio foi fundamental para tornar esse momento duro, de imersão profunda e pandêmica, mais leve e possível. Sua simplicidade e alegria me lembravam constantemente que existia vida além do doutorado, e sua compreensão e presença expressaram o profundo sentido da palavra “companheiro”. Obrigado pelo seu carinho e amparo.

Agradeço aos professores do Instituto de Ciência Política (IPOL) que me ensinaram tanto com seus debates, leituras e didáticas nas disciplinas que cursei. Muitos dos conhecimentos e conteúdos trabalhados foram agregados à tese. Em ordem por semestre, aos professores Debora Rezende de Almeida e Pablo Holmes (disciplina Teoria e Análise Política: Democracia e Sociedade); Flávia Biroli (Gênero e Política); Luis Felipe Miguel (Representação Política); Paulo Calmon e Suely Vaz Guimarães de Araújo (Metodologia em Ciência Política);

Debora Rezende de Almeida (Teorias da Democracia), e Carlos Augusto Mello Machado (Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos). Agradeço ainda aos meus supervisores no estágio em docência 1 (Debora Rezende de Almeida - Política Brasileira 1) e estágio em docência 2 (Pablo Holmes - Introdução à Ciência Política).

Dizem que um amigo te abraça com palavras e foi assim que eu me senti em diversos momentos ao longo desses anos. Agradeço às amigadas maravilhosas que fiz no IPOL/UnB: Raniery Teixeira, Karina Damous Duailibe, Denise Direito, Alexandre Arns Gonzales, Fábio Felix, Tatiana Whately de Moura, Gabriel Vieira de Moura, Larissa Cervi, Ananda Winter, Inayara Oliveira, Dani Dias, Michel Oliveira, Mayrá Lima, Anne Karoline Vieira, Daniel Bogéa, Marília Oliveira, Rodrigo Lentz, Fernanda Burle, Janikelle Oliveira, Alana Fontenelle, Marina Fernandes, Marina Lazaroto, Mariana Fonseca, entre tantos outros colegas queridos com quem interagi nesse tempo. Um agradecimento especial para Juliana Rodrigues, que conheci quando trabalhava no Ministério de Direitos Humanos em uma consultoria para a Unesco e foi a pessoa que me apresentou à Universidade de Brasília e ao IPOL nos idos de 2016. Sem seu estímulo precioso talvez isso tudo não tivesse acontecido.

Viver no Cerrado brasileiro não teria sido tão especial sem as lindas amigadas que cultivei com Marina Reidel, Andrey Lemos, Danielle Gruneich (e nosso eterno “lar comunista”, apelido carinhoso que dei ao nosso apartamento compartilhado na 307 Norte, vez que eles eram integrantes do PC do B), Vinícius Amaral, Tony Gigliotti e Murilo Ferro. Ademais, eu saí de Caruaru, mas Caruaru não saiu de mim graças às presenças constantes de Elba Ravane, Emerson Santos, Rafael Vieira e Fábio Brainer. Um agradecimento especial a Louise Caroline, minha conterrânea, por ter feito o acolhimento inicial na minha mudança para Brasília no final de 2015 quando ela ainda trabalhava no Governo Dilma Rousseff.

Gostaria de agradecer aos membros da minha Banca Examinadora de Qualificação ocorrido na metade de 2019, professor Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) e Carlos Augusto Mello Machado (UnB). Suas contribuições foram essenciais para o desenho da pesquisa e o caminho percorrido até a defesa.

Aproveito essa oportunidade para fazer um agradecimento especial a Gustavo Gomes. Gustavo foi meu orientador acadêmico no Mestrado em Direitos Humanos na UFPE e foi minha principal inspiração na elaboração do pré-projeto de tese. Seus artigos *Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil* (Revista Contemporânea) e *Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo* (Revista Brasileira de Ciência Política), publicados em 2016, somado ao contexto político brasileiro daquele ano (principalmente o Golpe de 2016 e o

fechamento dos canais de participação social do Poder Executivo Federal), foram definidores do deslocamento do meu olhar das políticas públicas para os partidos políticos.

Sou imensamente grato também aos membros da Banca Examinadora de Defesa de Tese pela leitura do trabalho e participação. Agradeço a James N. Green, Matheus Mazzilli Pereira, Carlos Augusto Mello Machado e Rebecca N. Abers por compartilharem comigo esse momento tão especial, que representa a conclusão de um ciclo acadêmico longo, fértil e intenso. Obrigado ao professor James Green pelo convite para integrar a mesa de lançamento da terceira edição do seu livro seminal *Além do Carnaval* em Brasília. Tal obra é fundamental pro campo de estudos em gênero e sexualidade. Obrigado ao colega professor Matheus Mazzilli pelas recentes interlocuções e contribuições à pesquisa. Espero que possamos em um futuro breve trabalhar juntos em temas ligados à cidadania LGBTI+ e interação entre movimentos sociais, Estado e sistema político. Obrigado ao professor Carlos Machado com quem já venho trocando saberes em diversos momentos da minha formação em Ciência Política. Seus ensinamentos e sugestões engrandeceram enormemente esse trabalho, especialmente nas teorias sobre partidos. Obrigado à professora Rebecca Abers por todas as lições sobre movimentos sociais, instituições políticas, participação social e ciência. Você é uma inspiração pra mim.

Além das disciplinas do curso, os Grupos de Pesquisa representaram outro espaço de trocas e aprendizagens significativas no meu curso. Agradeço às professoras Rebecca Abers, Marisa von Bülow e Debora Rezende de Almeida pelas ricas interações e trabalho colaborativo no nosso Grupo de Pesquisa sobre Relações Sociedade e Estado (Resocie). Agradeço em especial o convite para integrar o projeto de pesquisa “Movimentos sociais no sistema político brasileiro: ativismo, representação e novas tecnologias”, financiado pela FAP-DF, INCT e CNPq.

Ainda sobre os Grupos de Pesquisa do IPOL, agradeço ao Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), coordenado pelos professores Luis Felipe Miguel e Thiago Trindade, e ao Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representações, conflitos e direitos, coordenado pelas professoras Flávia Biroli, Danusa Marques e Carlos Machado, pelas interlocuções ao longo do curso. Obrigado ao professor Carlos Machado pelas atividades do Clube de Leitura Crítica sobre Partidos Políticos e Eleições e à professora Danusa Marques pela partilha de conhecimentos no projeto “Carreiras e representação política LGBTI+”.

Minha gratidão, respeito e carinho aos sujeitos da pesquisa que me concederam longas entrevistas sobre as condições de atuação de LGBTI+ em partidos políticos brasileiros e me forneceram documentos relevantes. Sem vocês não seria possível fazer essa pesquisa. Por ordem de data, muito obrigado, Janaína Oliveira, Will Barros, Marcos Fernandes, Julian

Rodrigues, Symmy Larrat, Marcelo Nascimento, Léo Mendes, Carla Ayres, Cláudio Nascimento, Marcos Freire, Bel Sá, Célio Golin, Anônimo, Rodrigo Veloso, Robeyoncé Lima, Talita Victor, Fábio Felix, Gustavo Belisário, Sara Azevedo, Leandro Recife, Marcos Fernandes, Edgar Souza, Lucas Barros, Ivan Santos e Joel Cavalcante. Vocês não somente contribuem para uma democracia mais substancial como também contribuíram para a pesquisa científica brasileira.

Agradeço à Diretoria do Instituto de Ciência Política da UnB e à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UnB pelos auxílios financeiros para participar de diversos eventos científicos e custeio de etapas importantes da pesquisa, como a transcrição de entrevistas da tese. Ainda na Secretaria, quero agradecer a todos os servidores administrativos do Instituto de Ciência Política, tanto da graduação como da pós-graduação, como Thaynara Bandeira, Yuit Distéfano, Dina Almeida, Paula, Gizelle, Isabela e Cristiano. Thaynara, particularmente, embora não faça mais parte dos quadros técnicos da UnB, foi muito importante nesse processo, me auxiliando com esclarecimentos sobre o curso e acolhendo angústias típicas da pós-graduação. Obrigado por seu carinho e leveza.

Em nome de Adrian Gurza Lavalle, agradeço a todos os pesquisadores que comentaram, debateram ou contribuíram para a pesquisa em eventos científicos, tais como as edições da Anpocs, ABCP, EPDPP, CINABETH, entre outros, em que socializei resultados parciais da tese. Esse exercício de divulgação e circulação da tese em andamento foi demasiado profícuo para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço à Universidade de Brasília por toda assistência estudantil recebida durante esse tempo. Fui beneficiário de auxílio-moradia, tendo sido residente na Casa do Estudante da Pós-Graduação, no famoso Bloco K da Colina, na Asa Norte, de auxílio-alimentação, com direito à gratuidade no café da manhã, almoço e janta no Restaurante Universitário, de passe livre no transporte público do Distrito Federal, entre outros benefícios eventuais, que possibilitaram a minha permanência na universidade e me deram condições materiais de concluir a pós-graduação. Nesse sentido, não tem como deixar de agradecer também ao Governo Lula e seu Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que transfere recursos do Ministério da Educação para as Instituições Federais de Ensino Superior para apoiarem estudantes em difícil situação econômica.

Ainda na UnB, agradeço à Diretoria de Diversidade - DIV, órgão da universidade responsável por desenvolver políticas afirmativas de direitos humanos nos campi, pelas ações que realizamos juntos, principalmente o I Seminário Nacional de Participação Política LGBT com o tema “Presença LGBT nos partidos políticos”, que organizamos no ano de 2017 no

auditório do IPOL. Essa iniciativa contou com apoio da Diretoria do IPOL e da Coordenação de Extensão do IPOL. Por isso, agradeço também aos titulares da época, diretor Paulo Calmon e o coordenador de extensão, saudoso professor Terrie Groth, além da parceria da minha orientadora nesse evento. Ele foi muito importante para me aproximar dos atores.

Quando falo na UnB, sinto saudades dos espaços e prédios que transitei cotidianamente no Campus Darcy Ribeiro, como o ICC (minhocão), a Reitoria, a Biblioteca Central, o Beijódromo, o Centro Comunitário Athos Bulcão, o Pavilhão Anísio Teixeira, a Faculdade de Direito... e sou grato por isso. Obrigado a todas as pessoas com quem dialoguei na UnB, como Tatiana Lionço, Berenice Bento, Rafael de la Dehesa, Célia Selem, Fernanda Martinelli, Beto e tanta gente.

Estudar e trabalhar não é tarefa fácil. Outro agradecimento especial é dirigido a minha chefe na Diretoria de Políticas Afirmativas de Direitos da Cidadania da Prefeitura de Senador Canedo, estado de Goiás, Alessia Christina, onde atuo como Gerente de Diversidade Sexual, após tomar posse em cargo efetivo depois do fim da vigência da bolsa. Alessia é uma mulher trans, negra, assistente social e inspiradora. Como Diretora, foi compreensiva com essa fase da minha vida e me apoiou em diversos momentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa e da escrita da tese. Super obrigado, Alessia.

Agradeço aos órgãos de fomento à pesquisa, como à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelas bolsas de Doutorado, que me permitiram realizar o curso de doutorado.

Agradeço a minha mãe, Ana Lúcia Feitosa, a quem chamo amorosamente de “Uca” desde a primeira infância, uma tentativa inocente de falar a palavra “Luluca”, como ela é chamada pela comunidade, no bairro São Francisco, em Caruaru/Pernambuco. Obrigado pelo amor.

Os ataques sistemáticos contra as minorias produzem populações não dignas de luto. Assim, quando elas são assassinadas, não há crime, não há perda. É contra essa situação que devemos encontrar e sustentar nossa indignação e nossa inteligência para formar e sustentar um novo movimento para a justiça social. Mas só podemos fazê-lo entrando no espaço público e transformando as normas que governam quem é inteligível, quem pode aparecer, quem tem o direito de aparecer e quem não tem. Sem aparecer em público, não podemos exercer nossa liberdade e, se não podemos exercer nossa liberdade, não podemos refazer o mundo com base nos princípios da igualdade e da não violência.

BUTLER (2017, p. 44)

RESUMO

O trabalho tem por objetivo analisar como o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras identidades não-heterossexuais e não-cisgêneras (LGBTI+) vem se institucionalizando nos partidos políticos brasileiros. Realizamos um debate teórico sobre o conceito de institucionalização na literatura sobre movimentos sociais e sobre partidos políticos a fim de compreender esse complexo fenômeno empírico, afinal, antes mesmo da redemocratização do país, ativistas LGBTI+ atuam em partidos políticos e transformam essas organizações a partir dos seus valores, objetivos e interesses. Por meio de entrevistas semiestruturadas com militantes partidários e análise documental em documentos oficiais, como estatutos, programas partidários, planos de governo, entre outros, realizamos um estudo comparativo sobre a entrada das lutas pela diversidade sexual e de gênero no Partido dos Trabalhadores (PT), no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), analisando o processo, os fatores, a efetividade e as barreiras da institucionalização. Focamos nos estatutos e na organização setorial da temática, presente nos três casos, para entender as diferenças e semelhanças entre eles. Apesar das diferenças e do antagonismo histórico, PT e PSDB são os casos que guardam mais semelhanças. Suas secretarias nascem como núcleos partidários na cidade de São Paulo, em que pesem as diferentes épocas do seu surgimento - PT em 1992 e PSDB somente em 2006 - e seus militantes vão nacionalizando o grupo, aproveitando-se do poder de atração turístico das Paradas do Orgulho LGBTI+ de São Paulo, para fomentar uma organização política nacional. A principal diferença reside no fato de que o PT possui relação muito mais imbricada com sindicatos e movimentos do que o PSDB, com menos base social. No caso petista chega a ser impossível separar ator partidário do ativista de movimento social (e em alguns casos, também ator sindical), diferentemente da Diversidade Tucana, que é mais claramente composta por atores partidários que se relacionam eventualmente com movimentos sociais. O PSOL foi o caso mais dessemelhante por causa do seu baixo grau de institucionalização do setorial nacional. O partido possui alguns setoriais organizados em nível estadual, principalmente em estados centrais brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, mas não consolidou seu setorial nacional LGBTI+, com reuniões, agendas, prioridades e estratégias. Por outro lado, PT e PSDB inauguram seus estatutos sem fazerem menção à luta pela diversidade sexual e de gênero e só instituíram o tema após uma organização política prévia de ativistas em seu interior, diferentemente do PSOL que já nasce com a afirmação dessa bandeira desde a fundação. A análise sobre as zonas de incerteza mostra que os atores engajados ainda acessam e controlam pouco áreas vitais para o funcionamento dos partidos, tais como as comunicações, as decisões, o financiamento e o recrutamento. Isso evidencia que uma parte dos partidos brasileiros são sensíveis à temática, mas com limites. Os limites parecem esbarrar justamente na partilha de poder e recursos. Após conseguirem inserir a temática e fazer os partidos distribuírem incentivos coletivos de identidade, o próximo desafio é acessar e controlar os recursos do poder organizativo. Por fim, após os resultados empíricos, propomos um conceito de institucionalização para o estudo da interação entre movimentos sociais e partidos políticos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Partidos políticos. Movimento LGBTI+. Participação política. Institucionalização.

ABSTRACT

This work is dedicated to the analysis of how the Movement of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transgenders, Intersex, and other non-heterosexual and non-cisgender (LGBTI+) identities have been institutionalized in Brazilian political parties. We carried out a theoretical debate arranged towards the concept of institutionalization in the literature about social movements and political parties in order to understand this complex empirical phenomenon. After all, even before the country's re-democratization, LGBTI+ activists militate in political parties and transform these organizations establishing their values, goals, and interests. Through semi-structured interviews with party activists and documentary analysis in official documents, such as statutes, party programs, and government plans, among others, we executed a comparative study about the launch of sexual and gender diversity activism in the *Partido dos Trabalhadores* (PT), in the *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL) and the *Partido Social Democracia Brasileira* (PSDB), analyzing the process, factors, effectiveness, and barriers of its institutionalization. We focused on the statutes and the sectorial organization of the theme in each of the three cases concerning to understand the differences and similarities between them. Despite the differences and historical antagonism, PT and PSDB are the ones that share more similarities. Its secretariats are born as party nuclei in the city of São Paulo, despite the different periods of each one's emergence - PT in 1992 and PSDB only in 2006 - and its militants have been nationalizing the group, taking advantage of the power of São Paulo's LGBTI+ Pride Parade as a tourist attraction to foster a national political organization. The main difference lies in the fact that the PT has a much more imbricated relationship with unions and movements than the PSDB, which has a less social base. In the PT case, it is impossible to separate a partisan actor from a social movement activist (and in some cases, also a trade union actor), unlike the Tucana Diversity, which is more clearly composed of partisan actors that eventually relate to social movements. The PSOL was the most dissimilar case because of its low degree of institutionalization of the national sector. The party has some sectors organized at the state level, mainly in central Brazilian states, such as São Paulo, Rio de Janeiro, and the Federal District, but it has not consolidated its LGBTI+ national sector, with meetings, agendas, priorities, and strategies. On the other hand, PT and PSDB inaugurated their statutes without mentioning the struggle for sexual and gender diversity, instituting this issue only after a previous political organization of activists within them. Unlike the PSOL, which was born already affirming this flag since its foundation. The analysis of the zones of uncertainty shows that engaged actors still have little access to and control of vital areas for the functioning of parties, such as communications, decisions, funding, and recruitment. This shows that a part of Brazilian parties is sensitive to the theme, but with limits. The limits seem to come up against precisely in the process of sharing the power and the resources. After managing to introduce the theme and make the parties distribute collective identity incentives, the next challenge is to access and control the resources of organizational power. Finally, after the empirical results, we propose a concept of institutionalization for the study of the interaction between social movements and political parties.

Keywords: Social movements. Political parties. LGBTI+ movement. Political participation. Institutionalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação ideológica dos partidos brasileiros, distribuídos entre extrema esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema direita.....	118
Figura 2 - Registro do pesquisador em entrevista realizada remotamente.	126
Figura 3 - Registro de entrevista remota com a codeputada pernambucana Robeyoncé Lima (PSOL).....	127
Figura 4 - Exemplo de categorização do conteúdo das entrevistas.....	128
Figura 5 - Exemplo de categorização do conteúdo das entrevistas.....	129
Figura 6 - Banner de divulgação do curso “Cidadania LGBT e o Respeito à Diversidade” promovido pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional LGBT do PT.....	146
Figura 7 - Imagem exaltando ações e iniciativas dos governos petistas na área LGBTI+... ..	149
Figura 8 - Postagem no perfil oficial do PSOL no Facebook em alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Trans.....	164
Figura 9 - Capa da cartilha "Direitos da Diversidade" do PSDB.....	177
Figura 10 - Publicação no perfil oficial da Diversidade Tucana no Facebook em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTI+.....	179
Figura 11 - Registro oficial do Partido dos Trabalhadores perante o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 10 de fevereiro de 1980.	190
Figura 12 - Cartaz da 1ª Plenária Nacional de Gays e Lésbicas do PT (2001).....	196
Figura 13 - Cartaz da 3ª Plenária Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do PT (2003).....	199
Figura 14 - Janaína Oliveira segurando a bandeira do arco-íris ladeada por Lula, Gleisi Hoffmann e ativistas LGBTI+ na criação da Secretaria Nacional LGBT (2017).....	206
Figura 15 - José Genoíno na Assembleia Nacional Constituinte ao lado de Ulysses Guimarães.	212
Figura 16 - Marta Suplicy recebendo ativistas do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT de SP e do Movimento LGBTI+ no Congresso Nacional em 1997.....	214
Figura 17 - Ex-Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, convoca a população brasileira a participar da 2ª Conferência Nacional LGBTI+ (2011).....	217
Figura 18 - Gleisi Hoffmann no 4º Encontro Amazônico LGBT do PT (2019).....	218
Figura 19 - Ativistas LGBTI+ do PT formam Bloco “Lula Livre” na 22ª Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo (2018).	224

Figura 20 - Aba da Secretaria Nacional LGBTI+ no site oficial do PT.	232
Figura 21 - Heloísa Helena, Luciana Genro, João Fontes e Babá, ex-petistas expulsos do partido, em evento de fundação do PSOL em 2004.	246
Figura 22 - Jean Wyllys na sessão do impeachment. Foto: Jorge William/Agência O Globo.	254
Figura 23 - Ativistas LGBTI+ protestam contra Marco Feliciano e o projeto “Cura Gay” em Fortaleza durante as jornadas de junho de 2013.....	259
Figura 24 - Aba "Setoriais" não menciona o Setorial Nacional LGBTI+ no site do PSOL.	264
Figura 25 - Mensagem sobre o histórico do PSOL em seu site oficial.....	271
Figura 26 - Ato de fundação do PSDB em junho de 1988 na Câmara dos Deputados. No registro, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra.....	289
Figura 27 - Trecho do “Manifesto do Diversidade Tucana”.....	296
Figura 28 - Arte de divulgação da Convenção Nacional da Diversidade Tucana.....	297
Figura 29 - Material de campanha elaborado pela Diversidade Tucana para as eleições de 2006.	309
Figura 30 - Página do Secretariado Diversidade Tucana no site oficial do PSDB.	322

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo de conceitos e categorias - movimentos e partidos.....	100
Quadro 2 - Tipos de processos decisórios nos partidos políticos (NORRIS, 1993).....	110
Quadro 3 - Relação de encaixes institucionais e pontos de acesso mapeados na primeira etapa da pesquisa.	124
Quadro 4 - Informantes da primeira etapa da pesquisa.	125
Quadro 5 - Informantes da segunda etapa da pesquisa.....	127
Quadro 6 - Síntese dos Planos de Governo do PT à Presidência da República entre 2007 a 2022.	145
Quadro 7 - Quadro-resumo das iniciativas e encaixes institucionais LGBTI+ no PT.	157
Quadro 8 - Síntese dos Planos de Governo do PSOL à Presidência da República entre 2007 a 2022.	162
Quadro 9 - Quadro-resumo das iniciativas e encaixes institucionais LGBTI+ no PSOL. ...	171
Quadro 10 - Síntese dos Planos de Governo do PSDB à Presidência da República entre 2007 a 2022.....	176
Quadro 11 - Quadro-resumo das iniciativas e encaixes institucionais LGBTI+ no PSDB. .	183
Quadro 12 - Quadro-resumo das ações e encaixes institucionais LGBTI+ nos partidos políticos analisados.	184
Quadro 13 - Institucionalização do Secretariado Diversidade Tucana.	301
Quadro 14 - Institucionalização da diversidade sexual e de gênero no estatuto do PSDB. .	306

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
ABL	Associação Brasileira de Lésbicas
ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARTGAY	Articulação Brasileira de Gays
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
CADS	Coordenadoria para Assuntos da Diversidade Sexual
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT
CNDE	Campanha Nacional pelo Direito à Educação
CPDOC-	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do
FGV	Brasil da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas
CS	Convergência Socialista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DOU	Diário Oficial da União
DT	Diversidade Tucana
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
GALF	Grupo de Ação Lésbico-Feminista
GGB	Grupo Gay da Bahia
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica
IPs	Instituições Participativas
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas

LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MAS	Movimento ao Socialismo
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MPL	Movimento Passe Livre
NGLPT	Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDS	Partido Social-Democrata Alemão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos I
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
STF	Supremo Tribunal Federal

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTO LGBTI+ E PARTIDOS POLÍTICOS ...	35
1.1 Movimento LGBTI+ no Brasil	36
1.2 Movimento LGBTI+ e partidos políticos.....	49
1.3 Movimentos sociais e autonomia.....	57
1.4 Movimentos sociais e partidos políticos	63
2 PARTIDOS POLÍTICOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO	73
2.1 Tipologias partidárias.....	73
2.2 Partidos políticos no Brasil.....	77
2.3 Institucionalização	88
2.4 Gênero e partidos políticos.....	105
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	114
3.1 Definições teóricas.....	114
3.2 Seleção dos casos.....	115
3.3 Aplicação dos métodos.....	119
3.3.1 Primeira etapa	119
3.3.2 Segunda etapa	125
3.4 Composição dos entrevistados.....	129
3.4.1 Entrevistados do PT.....	130
3.4.2 Entrevistados do PSOL.....	132
3.4.3 Entrevistados do PSDB	135
3.5 Desafios da pesquisa	137
4 MAPEANDO AÇÕES E ENCAIXES INSTITUCIONAIS LGBTI+ NOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	141
4.1 Ações e encaixes institucionais LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores.....	142
4.2 Ações e encaixes institucionais LGBTI+ no Partido Socialismo e Liberdade.....	158
4.3 Ações e encaixes institucionais LGBTI+ no Partido da Social Democracia Brasileira	172
5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO LGBTI+ NO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).....	187
5.1 O processo	188
5.1.1 Fundação e anos iniciais	188
5.1.2 O Núcleo de Gays e Lésbicas do PT de São Paulo	193
5.1.3 O Setorial Nacional LGBT e os governos petistas nacionais	197
5.1.4 Um grau a mais na hierarquia: a Secretaria Nacional LGBT	202

5.1.5 O estatuto e suas atualizações	208
5.2 Fatores	209
5.2.1 Uma constelação de alianças	210
5.2.2 PT e Movimento LGBTI+: um caso de mútua constituição.....	219
5.3 Zonas de incerteza.....	227
5.3.1 Comunicações	227
5.3.2 Decisões	233
5.3.3 Financiamento	236
5.3.4 Recrutamento	239
5.4 Barreiras	240
6 A INSTITUCIONALIZAÇÃO LGBTI+ NO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL).....	243
6.1 Processo e Fatores.....	244
6.1.1 Os dissidentes e a fundação	244
6.1.2 Um estatuto “obsoleto”	248
6.1.3 O fator Jean Wyllys.....	251
6.1.4 As Jornadas de Junho de 2013	258
6.2 Desafios à institucionalização.....	261
6.2.1 Os percalços do Setorial Nacional LGBTI+	261
6.2.2 A questão da informalidade	266
6.2.3 Um partido, múltiplas “correntes”	267
6.3 Zonas de incerteza.....	270
6.3.1 Comunicações	270
6.3.2 Decisão	273
6.3.3 Financiamento	276
6.3.4 Recrutamento	280
6.4 Barreiras	284
7 A INSTITUCIONALIZAÇÃO LGBTI+ NO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB).....	287
7.1 Processo	288
7.1.1 Fundação e anos iniciais	288
7.1.2 Secretariado Diversidade Tucana.....	293
7.1.3 Estatuto e suas atualizações	301
7.2 Fatores	308
7.2.1 Indução por políticas públicas	308
7.2.2 Efeito-contágio e competição	312
7.3 Zonas de incerteza.....	319
7.3.1 Comunicações	319

7.3.2 Decisão	323
7.3.3 Financiamento	330
7.3.4 Recrutamento	334
7.4 Barreiras	336
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	340
REFERÊNCIAS.....	367
APÊNDICE A	384
APÊNDICE B	385
ANEXO A	391
ANEXO B.....	392
ANEXO C	393
ANEXO D	397
ANEXO E.....	398
ANEXO F	408
ANEXO G	409

INTRODUÇÃO

Apesar das muitas divergências, há um certo consenso entre pesquisadores e pesquisadoras de gênero e sexualidade de que o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras identidades dissidentes (LGBTI+¹) angariou notáveis conquistas e abertura de espaços, antes refratários, no Estado brasileiro e na política institucional após a redemocratização do país. Exemplos desse fenômeno foram o lançamento do programa “Brasil Sem Homofobia” no Executivo Federal, a instalação de Frentes Parlamentares LGBTI+ no Poder Legislativo e as decisões favoráveis à união estável entre pessoas do mesmo sexo e ao reconhecimento da identidade de gênero proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Embora existam muitos trabalhos que tenham focado as interações entre o Movimento LGBTI+ e o Estado brasileiro, especialmente no âmbito da formulação de políticas públicas, há poucas investigações que exploraram um fenômeno paralelo que pode explicar essas notáveis conquistas e abertura de espaços na esfera pública: as conexões entre o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos (CRUZ, J., 2021; PEREIRA, M. 2021; RODRIGUES; PEREIRA, no prelo; SANTOS, G., 2016a, 2016b; SILVA, 2008).

Há registros na literatura acadêmica de que essas interações existem desde os governos militares e que a institucionalização da temática da diversidade sexual e de gênero nos partidos brasileiros após a redemocratização remonta à década de 90 com a formação do Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores (NGLPT) vinculado ao Diretório Municipal de São Paulo no ano de 1992 e da Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) em 1994.

Contudo, como alguns estudos demonstram, essa institucionalização varia de partido para partido, tanto na especificidade das sedimentações institucionais - numa escala que vai desde a espaços e regras informais a espaços e normas reconhecidamente formalizados - como no grau de hierarquia política. Tal fenômeno também varia no tempo - enquanto o PT paulista criou seu Núcleo em 1992, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de São Paulo fundou o Diversidade Tucana somente em 2006 - e no espaço: embora boa parte dessas alas tenha surgido no estado de São Paulo, há casos diferentes como acontece com o Partido

¹ Nesse trabalho, optamos pelo uso da sigla LGBTI+ por ser a que mais tem sido utilizado no momento. No entanto, sabemos que a configuração da sigla e as letras que a compõem são fruto de um processo contínuo de disputas e (re)organização desse campo político e social. Nos casos em que outros trabalhos, documentos ou a linguagem nativa utilizarem formatos diferentes, manteremos no texto visando à manutenção do sentido e uma melhor contextualização na pesquisa. Para uma leitura mais recente desses processos, ver Facchini (2020).

Socialista Brasileiro (PSB) que se mobilizou inicialmente nos municípios de Macapá (AP) e de João Pessoa (PB), no Norte e Nordeste brasileiros, respectivamente.

A variação da institucionalização LGBTI+ nos partidos é algo que precisa ser melhor investigado por dois motivos centrais. Primeiro, pela relevância em descobrir os fatores que levaram determinados partidos a adotarem espaços e regras que fortalecem o reconhecimento de segmentos vulneráveis e suas demandas específicas. Segundo, porque partidos com essa temática institucionalizada podem favorecer a inclusão e a participação política de grupos marginalizados pela via da representação política no parlamento e da elaboração de leis inclusivas ou por meio da ocupação de cargos públicos que sejam definidores de políticas públicas afirmativas.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende responder o seguinte problema: **Como os valores, objetivos e interesses do Movimento LGBTI+ se institucionalizaram nos partidos políticos brasileiros?**

Tendo em vista a centralidade do conceito de institucionalização para o estudo e a diversidade de definições presentes na Ciência Política, é importante esclarecer o sentido aqui empregado. Panebianco (2005), por exemplo, compreende a institucionalização como o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido, podendo ser medida em duas dimensões: (i) pelo grau de autonomia da organização perante o ambiente e (ii) pelo grau de sistemicidade, ou seja, de interdependência entre as partes da organização². Nesse modelo, em que os valores dos fundadores são centrais, há pouca margem para a agregação de interesses de atores externos como movimentos sociais, por exemplo.

Araújo (2005) também apresenta uma definição de institucionalização partidária, ainda sem pensar esse processo mediado pela interação com movimentos. Para ela, a institucionalização refere-se “aos procedimentos internos do partido, ou seja, ao modo como as regras são estabelecidas, formalizadas e conduzidas de maneira sistemática pela estrutura partidária”. É uma definição que se aproxima do nosso entendimento, pois buscamos também analisar a disputa por acesso aos procedimentos, influência nas regras, criação de espaços e a efetividade de tais procedimentos.

Essa literatura organizacional de partidos políticos considerou pouco a transformação de organizações partidárias a partir dos valores e demandas de movimentos sociais. Por tal

² A institucionalização seria “a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas” (PANEBIANCO, 2005, p. 36).

razão, adotamos nesse trabalho mais um sentido de institucionalização, proposto por Gurza Lavalle *et al.* (2019), definida como

A transformação em instituições de valores, interesses, demandas e recursos de atuação de Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil atuando em nome de grupos marginalizados e agendas tradicionalmente periféricas ao sistema político (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019, p. 22).

Na teoria de domínios de agência, os pesquisadores formularam o conceito de encaixe institucional, que são sedimentações institucionais resultantes da interação socioestatal. É importante dizer que “institucionalização” diferencia de “instituições”, pois enquanto instituições pressupõem atributos fixos e consolidados, institucionalização “remete ao devir, mais especificamente ao processo de institucionalizar, de transformação de algo em instituição” (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019, p. 22). Nosso foco, então, é nesse processo de institucionalizar, mas sem deixar de lado as conquistas perenes, fixas e consolidadas do Movimento LGBTI+ em partidos.

Como Gurza Lavalle e colegas (2019) pensaram a institucionalização a partir da interação entre a sociedade civil e o Estado, buscamos proposições teóricas pensadas para os partidos políticos. O modelo de Panebianco (2005) nos ofereceu novas possibilidades para refletir sobre a institucionalização em partidos. Uma dessas possibilidades foi a análise da disputa interna pelo acesso e controle de recursos partidários chamados pelo autor de “zonas de incerteza”. Essas zonas de incerteza representam setores de atividades dos partidos relevantes para o seu funcionamento, tais como as comunicações, o recrutamento, o financiamento, entre outros. As zonas de incerteza são chamadas assim pela imprevisibilidade desses setores de atividade, objetos de disputa, uma vez que seu controle desequilibra as relações de poder internas.

Nessa tese, como veremos no decorrer de suas páginas, não foram somente os atores sociais e políticos que interagiram, mas também a própria teoria foi posta em interação, a partir da combinação de diferentes elementos e conceitos da literatura de movimentos sociais e da literatura de partidos políticos. Sabemos que se trata de um empreendimento arriscado, mas que também guarda potência na explicação de fenômenos empíricos, que são complexos. Desse modo, analisamos como o Movimento LGBTI+ em interação com partidos políticos, a partir de dentro dessas organizações, institucionalizaram seus valores, objetivos e interesses, e operaram encaixes institucionais, inclusive em zonas de incerteza, tendo em vista o fortalecimento da sua pauta e a própria transformação desses espaços.

Buscamos responder diversas perguntas, como, por exemplo: quais são os principais encaixes institucionais com a temática LGBTI+ presentes nos partidos brasileiros? Como se deu a interação entre ativistas LGBTI+ e partidos políticos na formação de encaixes institucionais? Quais são as diferenças e similaridades da institucionalização LGBTI+ em diferentes partidos, de diferentes ideologias? Quais fatores endógenos e exógenos contribuíram para esses processos? Ativistas LGBTI+ que militam em partidos acessam recursos organizacionais? Quais são as principais barreiras para a institucionalização dessa causa contenciosa nos partidos?

Em busca de respostas para o problema e todas essas questões, analisamos o processo de institucionalização partidária da temática LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores (PT), no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Eles foram escolhidos para a pesquisa por se tratarem de agremiações de relevo no sistema político brasileiro, com significativo protagonismo na história política recente, além de apresentarem muitas diferenças entre si, tanto de ordem ideológica, como na forma como se relacionam com movimentos sociais. Detalharemos a metodologia do estudo em capítulo específico para esse fim.

Justificativa

A presente pesquisa se justifica sob quatro argumentos centrais: (i) a pesquisa pode colaborar na explicação dos avanços e conquistas recentes, bem como dos desafios encontrados, da questão LGBTI+ na política institucional, entre outras arenas e setores da sociedade (ii). Contribui para o campo de estudos e a comunidade de pesquisadores que têm investigado as conexões entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos no Brasil (iii). Possibilita maior visibilidade aos fatores que obstaculizam a participação da população LGBTI+ na política institucional brasileira, com foco especial nas tensões decorrentes da entrada de uma pauta contenciosa na sociedade, como é a causa LGBTI+, no interior dos partidos políticos, e (iv) pretende avançar nos estudos sobre a relação entre movimentos sociais e partidos políticos, a partir do enfoque sobre a institucionalização de demandas dos movimentos no interior das agremiações.

Sobre o primeiro ponto, a institucionalização da temática LGBTI+ nos partidos brasileiros tem como pano de fundo um fenômeno observável a partir da redemocratização brasileira pós-ditadura militar: a expansão da agenda política do Movimento LGBTI+ para o Estado. Baseamo-nos em fenômenos e fatos como o desenvolvimento de políticas públicas e

programas voltados para a população LGBTI+, desde aquelas focadas na prevenção e no tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids e Hepatites Virais a partir dos anos 80, como aquelas preocupadas com o combate ao preconceito e à violência, como o “Brasil Sem Homofobia” dos anos 2000 (FEITOSA, 2017b).

As conexões com a política institucional e com o Estado também podem ser notadas pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceram a União Estável entre pessoas do mesmo sexo, em 2011, e a autodeterminação formal de travestis, transexuais e homens trans sem a necessidade de autorizações do aparato biomédico, em 2018³. Tais conexões podem ser observadas também, de um lado, pelo aumento de estruturas partidárias LGBTI+ e de candidaturas, resultando em poucas, mas notórias representações políticas em âmbito nacional como é o caso dos Deputados Federais Jean Wyllys e David Miranda, na Câmara dos Deputados, e do Senador Fabiano Contarato, no Senado Federal e, de outro, pela criação de instituições participativas, como os Conselhos e as Conferências, multiplicando arenas deliberativas institucionais (recentemente ameaçadas pelo Decreto N° 9.759/2019, expedido pelo Governo Bolsonaro)⁴ (FEITOSA, 2017a).

Outro importante reconhecimento do Estado brasileiro à diversidade sexual e de gênero foi a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em assegurar o uso do nome social para pessoas travestis e transexuais no título eleitoral nas eleições de 2018, diminuindo eventuais constrangimentos no exercício do voto. Além disso, a iniciativa também reconhece a identidade de gênero das pessoas trans, passo necessário para orientar a Justiça Eleitoral sobre quais partidos cumprem o percentual mínimo de 30% de candidaturas do gênero feminino em cada pleito, conforme a Lei n° 9.504/97⁵.

É evidente que a introdução da temática de gênero e orientação sexual na institucionalidade política brasileira não nasceu espontaneamente a partir de uma evolução natural das nossas instituições, mas foi potencializada pela luta permanente e pelo esforço dos

³ Para ver todas as conquistas do Movimento LGBTI+ no STF a partir de 2011 desde uma perspectiva participativa, ler o trabalho de Pereira, L. (2022).

⁴ O Decreto N° 9.759 de 11 de abril de 2019 “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, atingindo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT) criado por meio do Decreto N° 7.388 de 9 de dezembro de 2010. A iniciativa do Governo Bolsonaro ameaça a participação social em âmbito federal e ensejou uma campanha protagonizada por acadêmicos e acadêmicas em defesa dos conselhos e outros mecanismos de relação entre o Estado e a sociedade civil chamada #OBrasilPrecisaDeConselho. Ainda assim, as arenas deliberativas permanecem nos outros entes federativos (estados, municípios e DF): dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio das Pesquisas de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e Municipais (Munic), informam que 45% dos estados brasileiros possuem conselhos LGBT enquanto que apenas 0,4% dos municípios contavam com esses organismos.

⁵ Notícia a respeito pode ser lida em: <https://bit.ly/2LIsIKM>. Acesso em: 13 jun. 2019.

grupos, redes e ativistas do Movimento LGBTI+ que lançaram mão de diferentes repertórios de ação (TILLY, 1992), como as marchas, beijaços, paradas do orgulho, e repertórios de interação socioestatal, como participação institucionalizada (conselhos e conferências), política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; PEREIRA, M., 2020).

A partir do Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da implementação de políticas participativas no Governo Federal envolvendo militantes LGBTI+, houve um crescimento de pesquisas que investigaram as relações entre Estado e a sociedade civil e os níveis de incidência, efetividade e abertura do governo brasileiro às demandas públicas da população LGBTI+ (BENTO, 2014; CARRARA, 2010; COLLING, 2013; FROEMMING; IRINEU; NAVAS, 2010; IRINEU; RAFAEL, 2009; MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012; MELLO; BRITO; MAROJA, 2012; MELLO *et al.*, 2011; MELLO *et al.*, 2012). Contudo, esses estudos abordaram muito pouco ou quase nada o papel dos partidos políticos nesse processo.

Dessa maneira, investigar os diferentes graus de institucionalização da questão LGBTI+ nas agremiações partidárias é uma importante chave explicativa porque, nas democracias contemporâneas, somente os partidos políticos podem disputar eleições para as arenas executiva e legislativa do Estado, responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas e elaboração e aprovação de leis e normas que governam a todos. Como lembra Pippa Norris, “uma das funções clássicas dos partidos políticos refere-se ao seu papel de indicar candidatos para os postos políticos em todos os níveis de governo” (NORRIS, 2013, p. 11).

Na perspectiva de Mair (1994), as legendas ao se transformarem em “partido cartel”, seriam fundamentais para a composição de governos a partir do fornecimento de quadros para a ocupação de cargos públicos, ao passo que as agremiações são moldadas pela regulamentação e recursos estatais. Assim, partidos com a temática LGBTI+ mais institucionalizada podem apresentar programas de governo mais afinados aos interesses desse movimento social, assim como podem lançar candidaturas proporcionais e majoritárias engajadas com a defesa e a promoção dos direitos humanos.

A respeito do segundo ponto, esse estudo almeja contribuir para a literatura acadêmica que tem se debruçado sobre as conexões entre o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos no Brasil. As pesquisas realizadas envolvendo as interlocuções e interações entre as duas instâncias de participação focaram a capilaridade das demandas LGBTI+ nos partidos via atuação parlamentar, com ênfase especial nas Frentes Mista pela Livre Expressão Sexual e Mista pela Cidadania GLBT (MARQUES; D’ÁVILA, 2010), em votações em Projetos de Lei de interesse

da população LGBTI+ (SANTOS, G., 2016a) ou através de análise do perfil das candidaturas de LGBTI+ para cargos eletivos (BARBABELA, 2022; SANTOS, G., 2016b).

Também há pesquisas de cunho histórico que analisaram o início das interlocuções entre o ativismo LGBTI+ e as organizações partidárias. Por exemplo, De La Dehesa (2015) argumenta que a “porta de entrada” de ativistas homossexuais brasileiros na política institucional remonta à década de 60 quando esses ativistas tiveram suas primeiras experiências políticas em grupos estudantis e outras organizações da resistência armada à ditadura militar. Esse dado é interessante, pois ele pode explicar a notável ligação do Movimento LGBTI+ à esquerda partidária.

Outro exemplo de pesquisa histórica é a de Cruz, R. (2017) que analisou o Movimento LGBTI+ na transição política brasileira entre 1978 e 1982. Nela, o autor explorou não somente a relação do recente movimento homossexual com as organizações de esquerda como também o engajamento e a participação do movimento nas primeiras eleições pós-ditadura militar, via PT, no ano de 1982, expandindo os repertórios de ação, inicialmente do protesto, para as urnas eleitorais. É dessa interação, inclusive, que nascem os esforços do ativismo em incluir o termo “orientação sexual” na Constituição Federal de 88, via José Genoíno do PT, na Assembleia Nacional Constituinte (CRUZ, R., 2017).

Os fatores que explicam essa expansão dos repertórios de ação da militância são: (i) o contexto político autoritário favoreceu alianças entre movimentos e partidos na luta pela redemocratização brasileira; (ii) a pluralidade do movimento homossexual dividia-se em duas vertentes: uma de cunho mais anarquista e outra menos refratária aos partidos políticos e a alianças com outros movimentos sociais, como discutido por James Green (2018a); (iii) A epidemia da Aids fez com que o número de grupos de homossexuais organizados diminuísse, mas os que permaneceram ativos mantiveram-se mobilizados nas arenas partidária e eleitoral; (iv) O surgimento do PT contava com a presença dos chamados “novos movimentos sociais” que viam no engajamento partidário a possibilidade de ampliar o alcance de seus temas; (v) A relação entre os homossexuais e o PT iniciara antes mesmo da formalização do partido, quando ativistas participavam simultaneamente de grupos da militância e de correntes trotskistas (Organização Socialista Internacionalista, Democracia Socialista e Convergência Socialista) que posteriormente se tornariam tendências do PT; (vi) O engajamento eleitoral teve como cálculo político um diálogo mais amplo, com os meios de comunicação e com as instituições. Em síntese:

As oportunidades políticas abertas pelo processo de transição brasileiro - a Reforma Partidária de 1979, a renovação das esquerdas, a fundação do PT, as eleições de 1982 – favoreceram a incursão do movimento homossexual nas arenas partidária e eleitoral (CRUZ, R., 2017, p. 274).

Em suma, os estudos apresentados expressam pioneirismo e contribuíram para a compreensão sobre o processo de institucionalização da questão LGBTI+ nos partidos. O que esta pesquisa pretende avançar é na explicação sobre como se deu e quais foram os elementos que geraram processos dessa institucionalização nas agremiações, uma vez que diferentes siglas partidárias têm implementado políticas públicas de diversidade sexual e de gênero quando governam, bem como têm lançado candidaturas específicas. Assim, compreender o fenômeno da institucionalização LGBTI+ nos partidos e seus diferentes processos representa um campo a ser explorado e compreendido, de proveito daqueles/as que se interessam pelas temáticas dos direitos humanos, da cidadania, das políticas públicas, da democracia e das relações entre sociedade civil e Estado.

A terceira justificativa para a realização desse estudo é que a entrada da pauta LGBTI+ nos partidos políticos, ocasionando mudanças institucionais, é uma questão ainda conflituosa dado o grau de contenção desse debate na sociedade, mesmo em partidos de esquerda, considerados mais próximos da pauta. Santos, G. (2016b) relata as tensões envolvendo o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos no Brasil desde as origens da militância. Por exemplo, importante motivo de divergência no grupo Somos – considerado o primeiro grupo homossexual do Brasil, fundado em 1978 em São Paulo – dizia respeito às distintas visões dos membros sobre parcerias com organizações partidárias da esquerda, em especial à Facção Homossexual da organização trotskista Convergência Socialista (CS), primeira facção gay em uma organização partidária que se tem registro no Brasil (SANTOS, G., 2016b).

Na década de 70, a homossexualidade ainda era tida como um símbolo da “decadência burguesa” das classes média e alta por parte da esquerda internacional. A esquerda também acusava, como em alguma medida o faz até hoje, os chamados “movimentos identitários” de causas divisionistas e secundárias perante a luta principal - a luta de classes - fragmentando atores que deveriam lutar contra o capitalismo e as desigualdades decorrentes desse sistema. Santos, G. (2016b) destaca que não era fácil a vida de ativistas homossexuais vinculados à esquerda partidária já que precisavam fazer um duplo convencimento: convencer seus companheiros de partido para a importância da luta LGBTI+ e convencer seus colegas de movimento para a importância de se inserir em lutas mais amplas, mediadas pelos partidos de esquerda, fenômeno semelhante ao que foi vivenciado pelo Movimento Feminista, seja pela

acusação de ser uma causa secundária, seja pela divisão gerada no interior do movimento, que temia cooptações (PINTO, 2003).

As tensões se estenderam da ditadura ao período democrático. Santos, G. (2016b) relata resistências internas do PT ao Movimento LGBTI+ em alguns episódios. O primeiro deles ocorreu nas eleições de 1989 quando o nome de Fernando Gabeira foi preterido para compor a candidatura de vice-presidente na chapa de Lula por estar associado a temas considerados polêmicos, como a descriminalização da maconha e de minorias, e por não possuir uma postura suficientemente “viril” para o pleito, o que poderia prejudicar a busca por votos. Outro episódio envolvendo o PT trata das resistências internas na formação de um núcleo de gays e lésbicas paulistano, razão pelo qual só foi definitivamente criado em 1992, quase uma década depois da fundação do partido.

João Silvério Trevisan, em *Devassos no Paraíso* (2018a [1986]), também cita episódios envolvendo preconceitos oriundos do PT. Um primeiro foi quando em 1996 o então deputado petista Hélio Bicudo, conhecido pela sua vinculação à Igreja Católica, foi a público combater temas polêmicos discutidos na Câmara dos Deputados, entre eles o casamento homossexual. Bicudo opunha-se que a esquerda gastasse energia com esses temas e deixasse de lado as preocupações com a exclusão social, como se LGBTI+ não fizessem parte dessa exclusão. Curioso, como bem nota Trevisan, é que o deputado não só era Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal como membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos à época. Um segundo episódio foi quando em 1997, no contexto das discussões sobre a parceria civil na Câmara dos Deputados, o PT liberou sua bancada parlamentar para votar de acordo com as suas consciências, demonstrando que a esquerda reproduzia “velhos preconceitos camuflados em argumentos ‘modernos’” (TREVISAN, 2018a [1986], p. 159).

Os conflitos decorrentes dessa interação não ocorrem apenas nos partidos, mas também no próprio Movimento LGBTI+. Santos, G. (2006) narra um “racha” interno ocorrido na Associação da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo (APOGLBT), responsável pelo maior evento desse segmento no país. Além de outras razões, o conflito se instalou após o anúncio da candidatura do presidente dessa associação ao cargo de deputado federal pelo PT. Uma parte, então, da diretoria da APOGLBT acusou o presidente e outros ativistas vinculados ao partido de fazerem uso eleitoral da visibilidade conquistada pela Parada do Orgulho de São Paulo. Concluindo os exemplos das tensões envolvendo a interação movimento-partido, tivemos a suspensão de uma política educacional voltada para combater a LGBTIfobia nas escolas pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2011, que ensejou a publicação de uma nota crítica do Setorial Nacional LGBT do PT à atitude do governo federal (SANTOS, G., 2016b).

Não é pacífica a entrada da questão da livre orientação sexual e identidade de gênero nos partidos políticos, nem por parte das instituições políticas, nem dentro do próprio Movimento LGBTI+. Tal aproximação tem efeitos positivos e negativos tanto para as agremiações, no que diz respeito ao estabelecimento de agendas, de prioridades, de divisão de recursos e de impacto eleitoral, quanto para o próprio Movimento que teme a “partidarização” da sua luta e a perda de autonomia frente às agendas, prioridades e estratégias dos partidos que, muitas vezes, menosprezam ou ignoram as demandas por igualdade e inclusão da população LGBTI+. É nesse contexto contencioso que ocorre a institucionalização da pauta LGBTI+ nos partidos brasileiros.

A quarta e última justificativa entende que houve um avanço significativo nos estudos sobre institucionalização de anseios dos movimentos sociais no Estado brasileiro, a partir da criação de diversos instrumentos e órgãos públicos que tratam de demandas específicas, especialmente a partir do Governo Lula no Brasil (2003-2010) e da implementação de instituições participativas, mas que tal fenômeno não foi observado a contento no caso dessa institucionalização nas agremiações partidárias no mesmo período. À exceção de alguns movimentos, como o Feminista, Negro e Ambiental, estudados na sua relação com partidos, boa parte da literatura focou o olhar no Executivo, em que os partidos eram apenas considerados pontes para a aprovação de determinadas pautas.

Há um recente movimento de tentar avançar nessa direção por parte de autores que viram a criação de partidos-movimentos ou a interação entre partidos e movimentos. No Brasil, há uma carência de estudos que analisaram essa relação. Cruz, J. (2021), De La Dehesa (2015), Pereira, M. (2021), Santos, G. (2016a, 2016b) e Silva (2008) têm feito trabalhos importantes sobre a questão LGBTI+. Oliveira (2016, 2021) também contribuiu ao pensar o movimento ambientalista, a interação com o PT e a formação da Rede Sustentabilidade. A questão negra nos partidos também foi vista nos trabalhos de Rios, F. (2014), Rodrigues e Pereira (no prelo) e Campos e Machado (2020).

O Movimento Feminista e a participação de mulheres em partidos talvez tenha sido o segmento mais estudado, contando com ricas contribuições de Araújo (2005), Ayres (2018), Godinho (1996), Rezende (2019), Rezende, Sarmiento e Tavares (2020), Sacchet e Rezende (2021), entre outras. Apesar dessas pesquisas férteis, falta avançar mais, seja em relação a outros movimentos sociais e a outros partidos políticos menos visíveis, seja em relação às diferenças e convergências entre eles, seja em relação à institucionalização de valores de movimentos em partidos, como o que propomos aqui.

Boa parte dos estudos sobre partidos-movimento e interações entre movimentos e partidos focaram nas suas alianças em ciclos de protesto e eleitorais ou em suas formações, sem realizarem pesquisas sobre influências exercidas por movimentos aos poucos e as transformações em partidos decorrentes dessas influências. Outra gama de estudos também enfatizam a participação de movimentos em eleições e a dimensão da representação política, sem olharem profundamente para as ebulições ocorridas dentro de partidos. Pretendemos avançar nessas lacunas ao fazer um estudo comparativo sobre a entrada da questão LGBTI+ animada por movimentos sociais e outros atores engajados nessa pauta.

Tendo em vista a contextualização inicial, o problema de pesquisa, as questões apresentadas e as justificativas sociais e científicas, temos os seguintes objetivos desse estudo:

Objetivos

Geral:

Analisar como a pauta do Movimento LGBTI+ se institucionalizou nos partidos políticos brasileiros.

Específicos:

- i. Levantar as sedimentações institucionais com a temática LGBTI+ existentes nos partidos políticos.
- ii. Analisar a interação entre ativistas LGBTI+ e partidos políticos na formação de encaixes institucionais.
- iii. Comparar diferenças e semelhanças da institucionalização LGBTI+ entre os partidos políticos.
- iv. Explicar fatores que geraram processos de institucionalização LGBTI+ nos partidos políticos.
- v. Investigar se ativistas LGBTI+ acessam ou controlam parte dos recursos em zonas de incerteza partidárias.
- vi. Identificar barreiras à participação política e à institucionalização LGBTI+ nos partidos políticos.

Apresentação dos capítulos

A tese é distribuída em 7 capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. Os dois primeiros são teóricos, o terceiro é metodológico e os quatro últimos são empíricos.

No capítulo 1, *Movimentos sociais, Movimento LGBTI+ e partidos políticos*, iniciamos nosso debate teórico. O capítulo é dividido em 4 seções para auxiliar o fluxo da apresentação dos debates e uma melhor compreensão da pessoa leitora. A primeira seção mobiliza trabalhos sobre o Movimento LGBTI+ no Brasil, recuperando uma parte do seu histórico e da sua heterogeneidade. A segunda foca a interação entre o ativismo LGBTI+ e os partidos políticos a partir daqueles trabalhos. A terceira seção trabalha alguns debates em torno dos movimentos sociais, olhando para a questão da autonomia e a evolução desses estudos no país. A quarta explora pesquisas que se detiveram mais diretamente à interação entre movimentos sociais e partidos políticos a partir dos chamados partidos-movimento.

No capítulo 2, *Partidos políticos e institucionalização*, deslocamos nosso olhar sobre os movimentos sociais e passamos a discutir mais detidamente os partidos políticos. O capítulo também é distribuído em 4 seções. A primeira apresenta tipologias partidárias mais consolidadas naquela literatura, refletindo sobre as conexões com a sociedade a partir desses tipos de partidos (lei de ferro, quadros, massas, catch all, profissional-eleitoral e cartel). A segunda seção mobiliza trabalhos e debates sobre partidos políticos desde o Brasil para aproximar a pesquisa a nossa realidade nacional. Na terceira, apresentamos diferentes definições sobre o conceito de institucionalização e a maneira como o operacionalizamos no desenvolvimento da pesquisa empírica. A quarta, por fim, explora contribuições teóricas desde a literatura sobre gênero e partidos políticos, haja vista que mulheres há muito lutam por direitos políticos e têm contabilizado diversas conquistas em partidos, iluminando dilemas semelhantes ao Movimento LGBTI+ já superados na teoria política feminista.

No capítulo 3, *Metodologia da pesquisa*, apresentamos os passos metodológicos percorridos para realizar a pesquisa. Esse capítulo contém 5 seções. A primeira seção discute as definições teóricas das abordagens, técnicas de coleta e análise dos dados utilizadas. Na segunda, explicaremos a seleção dos casos e a escolha por estudar PT, PSOL e PSDB. A terceira detalha a aplicação dos métodos de pesquisa indicados na seção teórica e a divisão da pesquisa em primeira (levantamento de sedimentações) e segunda (processos, fatores, disputas e barreiras) etapas. Na quarta seção apresentaremos os sujeitos entrevistados na pesquisa, destacando informações políticas e profissionais. Fechando o capítulo, na quinta seção refletiremos sobre as dificuldades e desafios encontrados para a realização desse estudo.

No capítulo 4, intitulado *Mapeando ações e encaixes institucionais LGBTI+ nos partidos políticos*, damos início à pesquisa empírica da tese. Esse capítulo representa a primeira

etapa do estudo, o momento de levantamento inicial de ações informais e encaixes institucionais com temática LGBTI+ existentes nos três partidos selecionados. Assim, ele é organizado em três seções: a primeira apresenta as ações e encaixes encontrados no PT, a segunda, no PSOL, e a terceira, no PSDB. O levantamento foi fundamental para nos aproximar dessas organizações, estabelecer diagnósticos da situação em cada unidade e elaborar roteiros de entrevista personalizados para cada caso, que foram realizadas posteriormente.

O capítulo 5, *A institucionalização LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores (PT)*, inaugura a segunda etapa da pesquisa, após a realização de todas as entrevistas semiestruturadas com os militantes partidários. Nessa etapa, apresentamos os resultados e as análises de cada partido em capítulos individuais, o que permitiu explorar com maior riqueza de detalhes cada realidade partidária e a posterior comparação entre casos. Apesar de pequenas variações aqui e ali, os capítulos da segunda etapa organizam-se em processos, fatores, disputas e barreiras.

Assim, no caso do PT tivemos 4 seções que se desdobram em subseções que detalham os resultados. A primeira seção sobre o processo de institucionalização petista aborda a fundação do partido, a emergência do Núcleo de Gays e Lésbicas, a transformação em setorial nacional LGBT, a conquista da secretaria nacional LGBTI+ e a institucionalização no estatuto. A segunda seção, focada nos fatores que contribuíram para esse processo, discute como as alianças com atores politicamente relevantes do partido e a característica de mútua constituição entre o Movimento LGBTI+ e o PT ajudam a explicar a transformação do partido ao longo do tempo. Na terceira seção, analisamos a efetividade dessa institucionalização ao olhar para as zonas de incerteza (comunicação, decisão, financiamento e recrutamento). Assim, exploramos se havia encaixes institucionais LGBTI+ nessas áreas imprevisíveis e a percepção dos atores sobre elas. A quarta e última seção, enfim, reflete sobre as barreiras destacadas pelos sujeitos para institucionalizar valores, objetivos e interesses da militância no partido.

O capítulo 6, *A institucionalização LGBTI+ no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)*, dá continuidade à apresentação dos resultados e análises do nosso segundo caso. É o único partido que possui uma estrutura de seções um pouco diferente dos demais. Isso ocorre porque o PSOL foi a única organização que não consolidou um setorial nacional LGBTI+ entre suas instâncias, fazendo com que analisássemos algumas das causas dessa baixa institucionalização. Assim, o capítulo está dividido em 4 seções. Na primeira, discutimos conjuntamente processos e fatores da institucionalização LGBTI+, tais como a fundação do partido, o estatuto inclusivo e obsoleto, o papel de Jean Wyllys e o impacto das Jornadas de Junho de 2013 na agremiação. Na segunda seção refletimos sobre os desafios em institucionalizar um setorial nacional LGBTI+, como a questão da informalidade no partido e as disputas internas entre correntes. Na

terceira, analisamos a efetividade da institucionalização, investigando a presença ou ausência de encaixes institucionais nas zonas de incerteza. Finalmente, na quarta seção analisamos as barreiras específicas do PSOL.

O capítulo 7, *A institucionalização LGBTI+ no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)* encerra a segunda etapa do estudo, dando atenção ao PSDB, nosso caso de centro-direita. Também com 4 seções, o capítulo narra o processo de institucionalização LGBTI+ na primeira seção, a partir da fundação do partido, da criação do secretariado Diversidade Tucana e da inserção da pauta no estatuto. Na segunda, explicaremos alguns fatores que contribuíram para esse processo, tais como o incentivo de políticas públicas tucanas à organização política do segmento e o efeito-contágio de agremiações de esquerda, principalmente do PT, partido com quem rivalizou por muitos anos em disputas eleitorais. Na terceira seção, como de praxe, avaliamos a efetividade da institucionalização ao focar nas disputas por acesso e controle de recursos em zonas de incerteza. Por fim, refletimos sobre as barreiras para a institucionalização da pauta na quarta e última seção.

Concluindo a tese, apresentamos nossas considerações finais. Embora não seja dividida em seções, organizamo-las em tópicos temáticos para facilitar a assimilação da pessoa leitora. Desse modo, retomamos o problema da pesquisa, sintetizamos nossos argumentos teóricos, comparamos os resultados dos três casos analisados, indicamos nossas principais contribuições para as teorias mobilizadas e sugerimos futuras agendas de pesquisa sobre Movimento LGBTI+ e partidos políticos.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTO LGBTI+ E PARTIDOS POLÍTICOS

O presente capítulo pretende empreender alguns esforços teóricos. Discutiremos a relação do Movimento LGBTI+ brasileiro com os partidos políticos, destacando seu histórico, a heterogeneidade que conforma esse movimento social e as dinâmicas de interação com instituições políticas que apareceram na literatura brasileira. Analisar a diversidade interna desse movimento pode representar um importante fator explicativo para a existência de processos múltiplos e diferenciados de entrada e institucionalização da temática sobre diversidade sexual e de gênero nas agremiações partidárias brasileiras.

Buscamos também refletir sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos. Esta é uma relação pouco estudada no Brasil, em que se olhou analiticamente mais para as relações entre movimentos e os Poderes Executivo e Legislativo (pouco nesse último caso). Conforme discutido pela literatura, movimentos sociais interagem com partidos políticos por causa das afinidades identitárias, ideológicas e estratégicas entre eles. Também visando a acessar recursos que normalmente partidos arregimentam do corpo de filiados e principalmente do Estado. Interagem ainda porque partidos podem inserir as preocupações dos ativistas na agenda política. Somente partidos estão autorizados legalmente a lançar candidaturas em eleições competitivas para cargos legislativos e executivos no Brasil.

Por outro lado, líderes partidários também possuem diversos interesses e ganhos nessas alianças, sobretudo no que diz respeito à capacidade de mobilização dos movimentos em agendas comuns e pleitos eleitorais. Nessa interação, os partidos ampliam suas conexões com a sociedade civil, levantam temas e problemas públicos de natureza coletiva que podem ser mobilizados nas disputas políticas. A mobilização de determinados discursos originados em movimentos sociais pode fortalecer o seu caráter representativo e sua utilidade social.

Desse modo, o capítulo está organizado em quatro seções. A primeira é dedicada a explorar a emergência e consolidação do Movimento LGBTI+ no Brasil como movimento social relevante para as transformações recentes no campo dos direitos sexuais, tanto em âmbito cultural como na esfera institucional. Na segunda, buscamos extrair da literatura o que se sabe até o momento das conexões entre Movimento LGBTI+ e os partidos políticos no Brasil. Embora tais conexões não tenham sido foco analítico central dos estudos levantados, elas aparecem em trabalhos clássicos sobre o movimento, ora de maneira tangencial ora com maior destaque.

A terceira seção centra sua atenção na interação entre movimentos sociais e instituições políticas, trazendo a questão da autonomia como um ponto de debate e de tensão nessa

interação. O antagonismo entre o que seriam atores desafiadores ou sujeitos colaboracionistas é destacado pela literatura e mobilizado em nosso debate. Por fim, na quarta seção, nos detemos mais especificamente à interação dos movimentos com partidos políticos, ressaltando elementos analíticos que apareceram na literatura e que devem ser considerados nas reflexões empíricas em qualquer análise que tenha como objeto essa interação.

1.1 Movimento LGBTI+ no Brasil

As melhores esperanças provêm das imagens das Paradas do Orgulho LGBT, em que as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público. Nelas se refaz a expectativa de que o Movimento LGBT possa atualizar permanentemente a promessa de celebração de identidades vívidas e porosas, com mais pontes do que cercas entre si.

Júlio Simões e Regina Facchini, 2009.

A razão de existir do Movimento LGBTI+ sempre foi a luta contra a violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero denominada homofobia, transfobia e mais recentemente LGBTIfobia.

O que é homofobia? Uma resposta rápida e direta, no horizonte deste estudo, divisa a homofobia como forma de preconceito que pode resultar em discriminação. De modo mais específico, e agora valendo-me da acepção mais corrente, homofobia é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais (RIOS, R., 2009, p. 59).

O nascimento do que conhecemos hoje por Movimento LGBTI+ ocorreu no ano de 1969 nos Estados Unidos a partir do episódio chamado “Revolta de Stonewall”⁶. Naquele ano, cansados das inúmeras e recorrentes violências policiais que ocorriam no entorno do bar *Stonewall Inn*, gays, travestis, drag queens e migrantes latinos se insurgiram em um confronto político contra a repressão estatal (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021). Após esse episódio, é fundada uma organização chamada *Gay Liberation Front* que se espalharia pelos Estados Unidos defendendo o orgulho de ser homossexual (em oposição ao sentimento de

⁶ A Revolta de Stonewall como marco do nascimento do moderno Movimento LGBTI+ expressa um certo consenso entre ativistas e pesquisadores da área. Porém, há registros de células, grupos e mobilizações anteriores a esse evento em outros pontos do globo, muitos dos quais sequer sofreram influência do ocorrido nos Estados Unidos. Um exemplo de movimento homossexual antes de Stonewall e sem maiores relações com ele foi a criação da Frente de Liberação Homossexual da Argentina no ano de 1967 conforme discutiram Ben e Insausti (2017). Agradecemos a James Green por essa indicação de leitura.

vergonha construído pela opressão heteronormativa) e a postura de assumir sua orientação sexual como um ato político, transformando o que seria até então uma conduta anormal e privada em uma forma de ser de caráter público e social (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021). Antes da Revolta de Stonewall, a vida da população homossexual era marcada por inúmeras perseguições e crueldades no âmbito da cultura e das instituições públicas

As práticas e relações não heterossexuais eram proibidas de forma explícita, por meio de leis antissodomia e de atentado ao pudor. Havia uma violência oficialmente institucionalizada. Funcionários públicos e professores homossexuais eram perseguidos e demitidos. Prisões, internações em hospícios, trabalho forçado, tratamento químico, lobotomias e torturas foram algumas agressões cometidas pelo Estado liberal para punir a diversidade sexual e de gênero, durante o Século XIX e a maior parte do Século XX (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021, p. 120).

O movimento homossexual norte-americano influenciou ativistas e intelectuais brasileiros exilados da Ditadura Militar, que passaram a ter contato com as ideias de luta pela afirmação da cidadania de homossexuais e construíram o emergente movimento brasileiro. O cenário brasileiro não diferia muito do contexto do Norte em termos de violência e opressão contra homossexuais. Além disso, o conservadorismo e o autoritarismo próprios do regime militar acentuavam a perseguição e a violência contra lésbicas, gays e travestis na segunda metade do Século XX (QUINALHA, 2018). Esse cenário adverso não foi suficiente para unificar a primeira organização homossexual que em poucos anos após a sua fundação encontrava-se em crise por causa das diferentes posições de seus membros. A diversidade interna desse movimento é uma característica que perdura até os dias atuais.

Não há um único Movimento LGBTI+, mas inúmeros Movimentos LGBTI+, com perfis, trajetórias, ideologias, organizações e repertórios de ação coletiva⁷ e interação socioestatal bastante diferenciados entre si e por vezes conflitantes, gerando em alguns casos rachas e caminhos apartados. A própria literatura brasileira sobre o Movimento LGBTI+ aborda essa heterogeneidade, mas com alguns limites: os enfoques tendem a dividir a militância em duas correntes majoritárias, uma que seria mais institucionalizada e outra que seria avessa a interações e conexões com instituições políticas, como o Estado, os partidos políticos, sindicatos e outros movimentos sociais⁸. O limite dessa abordagem consiste em reduzir a

⁷ De acordo com o formulador do conceito, Charles Tilly, “a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta” (TILLY, 1995, p. 26). Para uma análise mais detida sobre o conceito e sua evolução no decorrer do trabalho intelectual do autor, ver Alonso (2012).

⁸ Com exceção da pesquisa de Santos, G. (2006), como veremos mais adiante.

diversidade desse movimento em duas correntes antagônicas. Em outras palavras, há muitas diferenças tanto no interior dos chamados grupos mais institucionalizados como naqueles não-institucionalizados, sem falar nos coletivos híbridos que mesclam características de um e de outro.

No Brasil, quem realizou esforço notável para caracterizar as duas correntes foi Colling (2015). Após realizar estudo comparado com ativistas da Argentina, Chile, Espanha e Portugal, o autor faz uma rígida divisão entre o que ele chama de “Movimento LGBT” (sigla à época) e “Ativismos das Dissidências Sexuais e de Gênero” ou simplesmente “Ativismo *Queer*”. Na sua análise, o Movimento LGBTI+ seria caracterizado pela atuação enfática na conquista de marcos legais como, por exemplo, a do matrimônio igualitário, leis antidiscriminação (com caráter punitivo) e leis de identidade de gênero (aquelas que permitem a mudança de nome civil de pessoas travestis e transexuais). O autor critica essa ênfase nos marcos legais, pois para ele, os preconceitos nascem na cultura e por isso seria mais interessante atuar estrategicamente através de políticas e produtos culturais, uma vez que as leis modificam timidamente práticas preconceituosas (COLLING, 2015).

Na sua análise, o Movimento LGBTI+ “tenta forçar todas as pessoas não-heterossexuais e não-cisgêneras⁹ a se enquadrar em uma das identidades da sigla LGBT” (2015, p. 240), rejeitando aquelas que não possuem uma identidade fixa e homogênea ou que possuem identidades transitórias e fluidas. Também, na tentativa de angariar direitos e respeito, flertaria com valores heteronormativos¹⁰, legitimando e fortalecendo princípios e práticas que estão na base da opressão sexista como a monogamia, a discrição da sua sexualidade e a negação de sujeitos e práticas mais dissidentes da heterossexualidade e da cisgeneridade. Além disso, o Movimento LGBTI+ se caracteriza também pela sua forma de organização formal e profissionalizada, hierárquica, com a presença de um ou uma coordenadora, que lança mão de interlocuções com diferentes setores da sociedade de maneira menos transgressora (como notas, ofícios, comunicados ou abaixo-assinados) do que aquelas compreendidas como atos de desobediência civil (COLLING, 2015).

Já o Ativismo *Queer*, ao contrário, é caracterizado pelos repertórios de ação confrontacionais, priorizando iniciativas através do campo da cultura por entenderem que os

⁹ Segundo o Glossário LGBT constante do Texto-Base da 3ª Conferência Nacional LGBT, cisgêneras são aquelas pessoas que foram designadas com um gênero ao nascer e se identificam com ele. Sinônimo de cissexual. Abreviado como cis (BRASIL, 2016).

¹⁰ O conceito de heteronormatividade é explicado por Colling e Nogueira: “[...] na heteronormatividade todas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não. Com isso entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza as nossas vidas” (COLLING; NOGUEIRA, 2015, p. 182).

preconceitos nascem nela e que a sensibilização via manifestações culturais seria mais produtiva. Critica a aposta do Movimento LGBT em marcos legais quando estes reforçam normas e disciplinas institucionais sobre as sexualidades e os gêneros. Rejeita a noção de que para ser respeitado ou portar direitos é preciso abdicar das singularidades em nome de uma ‘imagem respeitável’ perante a sociedade heteronormativa. Organiza-se de maneira mais horizontal, recusando a ideia de um líder ou coordenador dirigente que represente a base, valorizando os espaços assembleísticos. Lança mão de ações de desobediência civil, por meio da ocupação de espaços públicos ou instituições opositoras como as igrejas. Nas performances e manifestações de rua, o corpo é bastante utilizado como instrumento da política. Os manifestos, gritos de ordem e cartazes exploram sem pudor a dimensão explícita do sexo e da sexualidade. Possuem então um caráter mais desbundado e menos comportado. É mais crítico em relação ao mercado e ao capitalismo (COLLING, 2015).

Nossa ressalva é que essa abordagem dicotômica ofusca a diversidade de formatos organizacionais e repertórios de ação do Movimento LGBTI+ que podem ser múltiplos e variados, mais institucionalizados ou menos instituídos em normas, mais burocráticos ou informais. A divisão em duas correntes antagônicas entre si dá a entender que o chamado “ativismo queer” não faria parte do que entendemos como o grande campo do Movimento LGBTI+, conferindo certo estatuto moral a esse grupo que em tese não teria interesse em interagir com instituições políticas. O que está implícito na abordagem do autor é que movimentos sociais em interação com o Estado ou são cooptados pelos órgãos ou seriam atravessados pelas normas burocráticas, diminuindo seu potencial transformador, tese essa que já foi refutada por diversos estudos contemporâneos sobre a interação socioestatal (ABERS, 2021; ABERS; VON BÜLOW, 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ALMEIDA; VIEIRA; KASHIWAKURA, 2020; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006; GURZA LAVALLE *et al.*, 2019; OLIVEIRA, 2021).

Cruz, R. (2017), em estudo histórico, mostra que o dissenso entre essas duas vertentes majoritárias no Movimento LGBTI+ existe desde o seu nascimento, no final da década de 70. Já no 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO)¹¹, no ano de 1980, evidenciou-se a divisão entre setores autonomistas e setores ligados às organizações de esquerda. Os autonomistas rejeitavam alianças com a esquerda sob o argumento de que os

¹¹ O Encontro aconteceu entre 4 a 6 de abril de 1980 nas salas do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo com aproximadamente 200 pessoas oriundas de grupos organizados como o Auê-RJ, Somos-SP, Somos-RJ, Eros, Libertos, Somos-Sorocaba, Beijo Livre-Brasília, além de participantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia e Curitiba (MACRAE, 2018a [1990]).

partidos cooptariam o movimento homossexual, enquanto aqueles mais próximos da esquerda defendiam alianças com partidos políticos e outros movimentos sociais, além de ações de protesto na rua. Percebe-se, assim, que o debate contemporâneo ativismo LGBTI+ versus ativismo queer é uma discussão requeitada de uma velha polêmica da fundação do Movimento LGBTI+, em que pesem as diferenças contextuais de cada época e os termos dos debates (o debate contemporâneo, além da organização política e dos repertórios do movimento, adiciona uma complexa discussão identitária e pós-identitária).

Em 1º de Maio de 1980, cerca de 50¹² ativistas homossexuais do grupo Somos - primeiro grupo organizado de homossexuais do Brasil, fundado em 1978 na cidade de São Paulo por jornalistas e intelectuais como João Silvério Trevisan, James N. Green e outros¹³ - se somaram à marcha do Dia do Trabalhador em São Bernardo do Campo (SP), levantando faixas em apoio à greve dos operários do ABC que sofriam forte represália do governo militar (CRUZ, R., 2017). As faixas diziam “Contra a intervenção no ABC - Comissão Homossexual Pró-1º de Maio” e “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual”. Essa participação de uma parcela do Somos no ato causou um “racha” protagonizado pelos setores autonomistas do grupo que em função disso fundariam o Grupo de Ação Homossexualista, em seguida chamado Outra Coisa.

Nesse primeiro momento, que vai de 1978 a 1980, os quadros interpretativos e os repertórios de ação coletiva do movimento homossexual dividem-se em duas vertentes principais. Enquanto a primeira vertente estava mais vinculada a uma tradição anarquista, de forte inspiração contracultural, cética em relação ao Estado e aos partidos políticos, preocupada com a desconstrução de hierarquias sociais e focada exclusivamente nas questões referentes aos homossexuais, a segunda vertente era menos avessa aos partidos políticos, apresentava maior inclinação à ação externa, prezava pela criação de estruturas organizativas mais ou menos hierarquizadas e mostrava-se mais aberta à construção de alianças com outros movimentos sociais (CRUZ, R., 2017, p. 248-249).

O antropólogo Edward Macrae em sua importante etnografia sobre o grupo Somos também registrou o que ele chamou de “problemas da relação entre política homossexual e política partidária” (MACRAE, 2018a [1990], p. 264). Ao relatar o já mencionado 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), o autor destaca o comparecimento de indivíduos cujas lealdades principais pareciam estar voltadas às organizações partidárias, informadas pela concepção social marxista. Divergimos dessa análise porque ela ignora os

¹² Cruz, R. (2017), na verdade, fala em cerca de 20 pessoas, porém, James Green, historiador e participante direto daquele protesto corrigiu esse dado, a quem agradecemos.

¹³ Para um aprofundamento sobre a experiência da primeira organização política formal de homossexuais no Brasil, ver a etnografia desenvolvida por Macrae (2018a [1990]).

efeitos das dinâmicas da “dupla militância” em que ativistas participavam simultaneamente de organizações de esquerda e também do nascente movimento homossexual (GREEN, 2018a).

Na ocasião, havia alguns simpatizantes de partidos políticos, como membros não-assumidos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e duas pessoas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que faziam parte também do grupo Libertos de Guarulhos/SP¹⁴. Tais atores contribuíram para as polêmicas do evento, como na discussão sobre a participação dos grupos homossexuais nos atos em apoio à greve dos trabalhadores da região do ABC e no debate sobre a criação de uma comissão para coordenar nacionalmente o movimento social.

Os chamados grupos autonomistas eram contrários às duas propostas sob os argumentos de que não se deveria confundir a luta homossexual com a luta de classes e que a criação de uma comissão nacional tentaria impor uma linha comum aos grupos, o que era demasiado autoritário. Assim, “tornava-se inevitável o reconhecimento de que a suposta comunidade homossexual estava irremediavelmente fracionada” (MACRAE, 2018a [1990], p. 265).

A título de ilustração, vejamos a carta anunciando a saída dos autonomistas do grupo Somos, lida em reunião geral do grupo na discoteca gay Mistura Fina, em São Paulo:

Ao Grupo Somos

Considerando que a imagem externa do Grupo Somos está irreversivelmente associada ao Grupo Convergência Socialista;

Considerando que a autonomia do Grupo Somos está comprometida pelo caráter da atuação de elementos filiados a organizações políticas e partidárias;

Considerando que o Grupo Somos foi desviado de sua definição como grupo de homossexuais interessados basicamente em discutir nossa sexualidade e lutar contra a discriminação sexual;

Nós, abaixo nomeados, nos declaramos desligados do Grupo Somos a partir desta data, e passamos a constituir um novo grupo que se propõe a reafirmar a definição do grupo homossexual autônomo e interessado prioritariamente na questão homossexual. Às pessoas dispostas a integrar o novo grupo, comunicamos que nossa primeira reunião deverá realizar-se no dia 25 de maio de 1980, domingo, às 16 horas, em local a ser definido.

São Paulo, 17 de maio de 1980.

Cacá, Celso I, Emanuel, Evaristo, Galuco, Reynaldo I, Ricardo III, Tosta, Zezé (MACRAE, 2018a [1990], p. 279).

O racha no Somos, decorrente da participação de parte dos membros nos atos em apoio à greve dos trabalhadores da região do ABC, impactou também na produção do jornal *Lampião*

¹⁴ Informações confirmadas por James Green, a quem agradecemos.

da Esquina¹⁵ ocasionando seu fim, dentre outros fatores. O Lampião foi o primeiro jornal homossexual do Brasil, que nasceu no contexto da imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o afrouxamento de anos de censura promovida pela Ditadura Militar. O jornal, produzido por parte dos membros que formavam o grupo Somos, circulou entre 1978 e 1981.

Simões e Facchini (2009) explicam que o periódico publicava reportagens, ensaios, entrevistas, notícias, opiniões, cobertura de artes e espetáculos, cartas, poemas e contos e tinham como editores nomes de peso do jornalismo, da intelectualidade e da cultura brasileiras como Aguinaldo Silva, Antonio Chrysóstomo, Darcy Penteado, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antonio Mascarenhas, João Silvério Trevisan, Peter Fry, entre outros.

O racha no Somos impactou o jornal porque enquanto uma parte dos editores achava que ele também era um instrumento político da militância, vocalizando expressões até então sub-representadas na mídia tradicional e em outros setores da esfera pública, outra parte julgava que se tratava de um objeto comercial, que deveria priorizar a circulação de assuntos não-políticos, como fotos eróticas, por exemplo.

Logo após o tenso 1º de Maio de 1980, Aguinaldo Silva publicou um texto intitulado “Uma cachoeira de grupos gueis” em que se queixava que o Lampião recebia muitos textos produzidos pelos grupos da militância, que só interessavam aos próprios grupos, e que o jornal não deveria se transformar “numa espécie de diário oficial do ativismo guei”. Logo, comprometeu relações com diversos grupos do país inteiro, ao mesmo tempo em que seu fim deixou vários desses grupos “órfãos”, uma vez que a militância informava e se informava através do tabloide (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

É importante mencionar que o Movimento Feminista passou por processos parecidos ao Movimento LGBTI+ no que diz respeito a esse conflito entre feministas autonomistas, que rejeitavam a aliança com organizações da esquerda e partidos políticos, e feministas que achavam necessário o engajamento em uma luta mais ampla contra o regime ditatorial que pairava sobre a política brasileira. Tanto Alvarez (2014) como Pinto (2003) exploram esse fenômeno como elemento constitutivo do Movimento Feminista na Ditadura Militar brasileira.

Se bem poderíamos dizer que a dicotomia “luta geral-militância política” *versus* “luta específica-militância autônoma” figurava como um componente antagônico, porém central da gramática política compartilhada que articulava o incipiente campo feminista naquele primeiro momento, esses binômios também foram alvo de disputa

¹⁵ Em um esforço de preservar a memória nacional do Movimento LGBTI+, o Grupo Dignidade de Curitiba (PR) digitalizou as edições completas do jornal Lampião da Esquina. O material pode ser encontrado em: <https://bit.ly/2aZAi8M>. Acesso em: 21 jun. 2019.

continua, conformando o que vou chamar de um *conflito constitutivo* desse campo nos anos 70 e 80 (ALVAREZ, 2014, p. 22).

Assim, as feministas autonomistas buscavam definir o feminismo tanto em relação à esquerda revolucionária da época que tratava a questão da mulher como uma “contradição secundária”, como em relação às mulheres que optavam por se engajarem nessa esquerda partidária, chamando-as de “políticas”, apontadas como não-feministas, na medida em que priorizavam a luta geral e não a luta específica das mulheres (ALVAREZ, 2014). Isso somado à perseguição do próprio regime militar (COLLING, 1997), nos faz concluir que não era nada fácil participar dos grupos de esquerda à época, mas também nos ilustra a pluralidade de posições do campo feminista brasileiro. Tanto o Movimento Feminista quanto o Homossexual compartilhavam preconceitos morais da esquerda, dos militares no poder e da sociedade em geral. A principal diferença entre eles talvez consistisse na consideração corrente de que a homossexualidade era considerada um estilo de vida antinatural, patológica e pecaminosa enquanto as mulheres eram consideradas como seres inferiores, aptas meramente para a reprodução e para a vida doméstica.

Entre a fundação do Movimento Homossexual no final dos anos 70 e a década de 90 (momento em que se expandem as conexões com partidos), a militância passou por grandes transformações organizativas e reivindicatórias. Facchini (2005) classifica a história do Movimento LGBTI+ brasileiro em três ondas: a primeira vai de 1978 a 1983, a segunda compreende os anos de 1984 a 1992 e a terceira engloba o período de 1992 até a escrita do livro (2005).

A primeira onda (1978-1983) é caracterizada pelo surgimento do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro através do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina. A luta pela politização da homossexualidade ocorre em paralelo à luta contra a Ditadura Militar (1964-1985). Militantes da esquerda tradicional da época argumentavam que existia uma “luta principal” para se referirem a luta contra o regime e contra o capitalismo (discurso ainda presente, em certa medida, na atualidade, em alguns setores da esquerda brasileira), o que gerava tensões e rupturas (FACCHINI, 2005).

Outra característica era a dimensão “terapêutica” que os grupos da época lançavam mão: nas rodas de diálogo, os ativistas possuíam e expunham condições desiguais em comum, provocando um senso de solidariedade, irmandade, semelhança e reconhecimento de problemas coletivos. Percebe-se a influência do pensamento feminista “o pessoal é político” nesse tipo de ação na medida em que as histórias de vida e as trajetórias pessoais eram marcadas por

momentos difíceis em função de sua “opção sexual”¹⁶. É formado o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos/SP. Surge também o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeiro grupo a se formalizar como ONG e a trazer demandas do Nordeste brasileiro. O GGB assumirá importante protagonismo na campanha pela despatologização da homossexualidade, com o grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro (FACCHINI, 2005).

A segunda onda do Movimento LGBTI+ (1984-1992) é marcada pelo surgimento da epidemia de HIV/Aids, fazendo com que o número de grupos organizados diminuísse. Muitos ativistas da causa homossexual migrariam para lutar contra a epidemia (o que não deixa de ter relação com o ativismo homossexual) em busca de respostas governamentais para a doença. Além disso, a queda da ditadura, do chamado inimigo comum, diluiu o caráter comunitário movimentalista vigente dos anos de chumbo (FACCHINI, 2005).

A emergência da epidemia de HIV/AIDS nessa época representou um ponto de inflexão na trajetória do Movimento LGBTI+ brasileiro. Se nos anos anteriores havia uma movimentação em torno da chamada “liberação sexual” visando à ruptura com os valores morais dominantes, a partir da epidemia do vírus infeccioso um novo paradigma sobre a sexualidade se insurgia na sociedade brasileira, especialmente entre os homossexuais, caracterizado pelo fortalecimento do conservadorismo moral, pela maior responsabilização dos indivíduos em relação a saúde sexual e pelo maior enrijecimento das práticas sexuais que a partir de então seriam consideradas perigosas e suscetíveis a uma doença mortal. A Aids passou a ser chamada correntemente de “câncer gay” e ampliou enormemente o estigma dos gays (PARKER; AGGLETON, 2021).

As dificuldades decorrentes da nova doença desafiaram a militância homossexual a dar novas respostas ao problema sanitário imposto. Tanto as prioridades quanto os repertórios foram modificados, impulsionando a sociedade civil a interagir com o poder público, especialmente no setor de saúde, em busca de soluções para as infecções e mortalidade. Parker e Aggleton (2021) dizem que o movimento lançou mão de um “ativismo cultural”.

¹⁶ Segundo Alípio Filho (2009) o termo “opção sexual” evoluiu para “orientação sexual” na década de 80 no bojo das lutas pela despatologização da homossexualidade perante à Organização Mundial de Saúde. O autor desenvolve uma interessante crítica à essencialização do termo “orientação sexual” haja vista que ele seria uma espécie de conceito bem comportado frente à ideia de “opção sexual” em que as liberdades, escolhas e preferências deveriam estar em primeiro lugar. Nessa lógica, o Movimento LGBTI+ tem utilizado o termo “orientação sexual” como forma de legitimar suas identidades ao explicar que não se torna LGBTI+ e sim se nasce LGBTI+. Segundo Filho (2009), apostar nessa expressão para combater o preconceito é uma estratégia equivocada dados os argumentos conservadores que indicam terapias reversivas para “mudar” essa orientação sexual homossexual. O flerte com abordagens científicas conservadoras e naturalizadoras da sexualidade, como a medicina e a psicologia, seria um perigo.

Em consonância com o momento histórico, em meio à redemocratização da sociedade brasileira na década de 1980, e numa época em que a biomedicina oferecia pouca ou nenhuma resposta significativa à epidemia, as respostas culturais proporcionavam uma das formas mais importantes de mobilizar a sociedade para enfrentar a epidemia e o estigma e a discriminação generalizados que ela havia desencadeado (PARKER; AGGLETON, 2021, p. 14).

Célio Golin, ativista da ONG LGBTI+ Nuances de Porto Alegre/RS (e um de nossos entrevistados sobre o PT), escreveu um artigo intitulado “trajetória e resistências do movimento LGBT no enfrentamento ao HIV” em publicação recente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) em que destaca que a luta contra a epidemia trouxe ganhos políticos em torno do conceito de direitos humanos, em disputa naquele período.

A epidemia de AIDS trouxe um ganho ao debate da época que foi o conceito de direitos humanos. A despeito de vivermos um momento político que ataca ferozmente a ideia de direitos humanos, naquela época era um conceito em disputa, que nós, a esquerda, os movimentos sociais, as mulheres, fomos nos apropriando e colocando para a sociedade. E a AIDS ultrapassou o campo da saúde, visto que começamos a afirmar que era uma questão de direitos humanos, porque envolvia não só a saúde, medicação, pesquisa, mas outras questões. E isso possibilitou a ampliação de uma rede de solidariedade de resposta à AIDS, e possibilitou nosso empoderamento e cobrança em relação ao Estado. Tivemos um grande ganho político nesse debate (GOLIN, 2020, p. 75).

A partir desse episódio dramático na história do Movimento LGBTI+ brasileiro, tivemos as primeiras políticas públicas estatais direcionadas ao segmento que, embora não fossem exclusivas dessa população, trouxe para o cenário público maior visibilidade às identidades homossexuais e a práticas sexuais não-convencionais e não-heterossexuais. Destacamos a criação do Programa Nacional de DST/AIDS, implementado pelo Ministério da Saúde em 1985, e a implementação de diversos departamentos de prevenção e combate ao HIV/AIDS em Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde Brasil afora (DEHESA, 2015).

Faz parte da segunda onda também a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), ou seja, a luta pela despatologização. Também foi nesse período o surgimento da expressão “orientação sexual” em oposição ao que seria uma opção, uma escolha. O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, assim como o Grupo Gay da Bahia, se formalizou e realizou uma campanha pela inclusão da não-discriminação pela orientação sexual na Constituinte de 88, sem sucesso. Mas tal iniciativa viria a influenciar o Movimento na luta contra a discriminação e é desse investimento político que surgem legislações protetivas em âmbito estadual e municipal (FACCHINI, 2005).

A terceira onda do Movimento LGBTI+ (1992-2005) é marcada pelo aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBTI+ (setoriais

partidários, grupos informais, grupos religiosos, núcleos universitários, etc.) em todo o país. O projeto neoliberal vigente dos anos 90 fomentou a organização do Movimento em ONGs e a disputa pela execução de projetos estatais, sobretudo de caráter preventivo do HIV/Aids, profissionalizando as organizações do movimento. Em virtude do contexto, a pauta de política pública que entra com mais força no Estado é a da saúde, com foco no HIV/Aids (FACCHINI, 2005).

É nessa “onda” que entram em cena com mais força outras identidades - e suas agendas - até então secundárias no Movimento LGBTI+, como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. É nesse período que se formam as grandes redes nacionais que congregam dezenas de organizações locais e de base, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras, além do aumento da visibilidade na sociedade e na mídia através das Paradas do Orgulho LGBTI+, outra ação marcante desse período (FACCHINI, 2005).

A partir da década de 2000 o Movimento LGBTI+ passa a atuar fortemente junto ao Poder Executivo Federal na gestão de políticas de direitos humanos e não mais apenas no campo da saúde. Contribuíram para isso tanto o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos, assim como a vitória eleitoral do PT em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBTI+ no Governo Federal. Símbolo dessa confluência projetiva entre Movimento e Estado foi o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) no ano de 2004 que visaria a um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBTI+ (FACCHINI, 2005).

Ampliam-se também as articulações entre governos estaduais e municipais, as relações de ativistas LGBTI+ com parlamentares em todos os níveis do Poder Legislativo com a criação e aprovação de projetos de lei em nível subnacional. Também neste período observa-se o surgimento de um mercado direcionado para a população LGBTI+ e grupos universitários de pesquisa e ativismo, principalmente com as políticas de expansão de vagas e democratização do Ensino Superior gestadas no governo petista. Ampliaram-se também os canais de interlocução entre Movimento LGBTI+ e Estado através de uma maior participação social por meio de conferências e conselhos de direitos (FACCHINI, 2005).

Depois de 2010, a luta LGBTI+ caminha para um paradoxo no Estado brasileiro: de um lado, o Judiciário, por meio do Supremo Tribunal Federal, julga diversas causas favoráveis ao reconhecimento de direitos, como o casamento civil igualitário, a criminalização da

LGBTIfobia, a autonomia das pessoas trans e a livre doação de sangue por pessoas não cis-heterossexuais. Por outro lado, assistimos o fortalecimento da organização e da incidência de setores religiosos conservadores e reacionários no Poder Legislativo. Essa oposição reverbera no Poder Executivo, interferindo na implementação de políticas públicas LGBTI+ durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016). Retrocessos nesses espaços institucionais podem ser vistos, a exemplo de proposições de projetos de lei LGBTIfóbico¹⁷ e de boicotes às políticas elaboradas no Executivo¹⁸. O conservadorismo em ebulição nos anos 2010, além de outros fatores, culmina em um golpe político contra a ex-Presidenta Dilma e em governos abertamente intolerantes, como o de Michel Temer (2016-2018) e a vitória eleitoral de um grande rival do movimento, Jair Bolsonaro (2019-2022) (GALLEGO, 2018; MIGUEL, 2019).

Na militância, ganha força novas formas de ativismo e perspectivas teóricas pós-modernas com destaque para as teorias queer, pós-coloniais e interseccionais do pensamento feminista negro, além de maior presença em ambientes virtuais com a emergência de um ativismo nas plataformas de mídias sociais. Observamos também o ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em ações de cunho lúdico-culturais, a organização e atuação mais intensa das outras “letrinhas” (L, B, T, I, A, entre outras), o aumento de núcleos, observatórios, disciplinas e grupos de pesquisa que têm difundido e produzido conhecimentos e ativismos nas universidades e, conseqüentemente, uma maior quantidade de eventos e periódicos científicos com temas relativos a gênero e sexualidade.

O fortalecimento dessas novas perspectivas teóricas possibilitado pela maior inclusão de sujeitos periféricos no Ensino Superior em intercâmbio com a popularização das plataformas de mídias sociais e de ativistas influenciadores digitais tem provocado a emergência de novas identidades e experiências no campo do movimento. Facchini argumenta que

Ao longo de quatro décadas que focalizamos, sempre houve uma tensão entre, por um lado, apelos à experiência e à atribuição de sentidos para a luta baseados na opressão vivida e, por outro, as identidades políticas pactuadas visando a objetivos estratégicos e coletivos. (...) Vivemos um período no qual, embora permaneça o uso de acrônimos como LGBT ou LGBTI, o foco principal recai sobre a experiência (FACCHINI, 2020, p. 62).

¹⁷ Como as que podem ser lidas nas notícias “Proposta sobre cura gay é aprovada em comissão presidida por Feliciano” (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2022), “Câmara vota projeto de Cunha contra ‘heterofobia’” (<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/201824/C%C3%A2mara-vota-projeto-de-Cunha-contr-heterofobia'.htm>. Acesso em: 12 abr. 2022).

¹⁸ Ver notícia “Dilma suspende ‘kit gay’ após protesto da bancada evangélica” (<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-suspende-kit-gay-apos-protesto-da-bancada-evangelica/>. Acesso em: 12 abr. 2022).

A ênfase na experiência individual, em vez das identidades políticas pactuadas no âmbito do movimento social em interação com o Estado, explicaria o surgimento de novos sujeitos e novas siglas, a exemplo das pessoas Não-Binárias e da sigla LGBTQIAP+, na medida em que algumas dessas identidades sequer teriam uma pauta de reivindicações demandantes de políticas públicas.

Em nossa percepção, a ampliação da sigla oficial do movimento tem como pano de fundo uma tentativa de conciliar um eterno dilema que apareceu em toda nossa discussão: a interação ou não com instituições políticas. Assim, LGBTQIAP+ abarcaria tanto identidades coletivas construídas no âmbito da militância organizada em interação socioestatal e sociopartidária quanto identidades forjadas a partir da experiência individual e de discussões teóricas ou das redes sociais e blogs. Nossa percepção ganha força com a observação de Facchini de que, ainda na atualidade,

Seguem coexistindo formas de ativismo mais voltadas a uma atuação institucional e à incidência política, inclusive com lançamento de candidaturas, e têm se intensificado as críticas à institucionalização dos movimentos sociais e à possibilidade mesma de representação política, com desvalorização do essencialismo estratégico e descrédito nas possibilidades de obtenção de direitos via diálogo com instâncias estatais. O resultado tem sido um alargamento da compreensão do que é ativismo, bem como uma diversificação nos seus modos de fazer, muitos dos quais deixaram de ter na figura do Estado o principal interlocutor (FACCHINI, 2020, p. 54).

Portanto, não há como falar na interação entre o Movimento LGBTI+ e partidos políticos no Brasil sem dimensionar os problemas decorrentes dessa conexão. Se, por um lado, essa relação é marcada por divergências, por outro, também é formada por certas convergências.

Ainda sobre a heterogeneidade do Movimento LGBTI+, vale destacar a pesquisa de Santos, G. (2006) com lideranças do Movimento LGBTI+ da cidade de São Paulo entre 2004 e 2005. Trabalhando com a abordagem de projetos políticos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006)¹⁹, o estudo almejou compreender quais eram os projetos políticos das lideranças homossexuais e como elas interagem com o Estado e os partidos políticos. A partir da fala dos sujeitos, o autor descobriu a presença de diferentes principais projetos políticos que circulavam no pensamento da militância paulistana.

O projeto “autônomo-liberacionista” tem como principal característica a busca pela autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado e aos partidos políticos, semelhante

¹⁹ O conceito de projetos políticos refere-se a um “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos (DAGNINO *et al.*, 2006, p. 38).

àquela corrente do final dos anos 70 e início dos 80 que rejeitava alianças com organizações de esquerda e outros movimentos sociais. Há uma crença por parte dos expoentes desse projeto de que as elites políticas estão apenas interessadas em “cooptar” as lideranças do movimento homossexual, tornando-as cabos eleitorais em períodos de eleições, visando aos votos que podem obter. Um dos entrevistados exemplifica que as Paradas do Orgulho, com seu público massivo, seriam cobiçadas eleitoralmente por essas elites, em vez de serem vistas como manifestação de cidadãos e cidadãs reivindicando direitos²⁰ (SANTOS, G., 2006).

Já o projeto “participacionista” tem como principal intermediador entre o Movimento LGBTI+ paulistano e o Estado o Partido dos Trabalhadores. Por tal motivo, as lideranças que expressavam elementos desse projeto eram filiadas ou guardavam relações próximas com o partido. Dentre os elementos principais, está a ênfase na importância da participação social, seja nos movimentos sociais ou nas instituições participativas, para obter ganhos de transformação social. Nesse projeto, diferentemente do autônomo-liberacionista, a interação dos movimentos com o Estado ou com partidos não implica a perda de autonomia dos atores sociais, nem o risco da cooptação por essas instâncias. Assim, a articulação entre repertórios de ação coletiva e de interação socioestatal é bem-vinda (SANTOS, G., 2006).

A heterogeneidade do Movimento LGBTI+ resultou na adoção simultânea de estratégias políticas de participação direta, como protestos de rua e as Paradas do Orgulho, e de investimento em instituições representativas, como ONGs, partidos, conselhos, conferências, etc. Essa pluralidade, promovendo uma concertação não-planejada entre diferentes repertórios de ação e interação, tem contribuído para as conquistas recentes nos planos cultural e institucional no Brasil. Como diz Goldstone (2003), a capacidade dos grupos de combinarem diferentes táticas pode fazê-los alcançar bons resultados no que diz respeito à influência sobre atores governamentais.

Os achados da pesquisa de Santos, G. (2006), assim como outros aqui abordados, mostram que os diferentes posicionamentos do Movimento LGBTI+ resultam em diferentes formatos organizacionais, repertórios de ação e distintas maneiras de interagir com instituições políticas, incluindo os partidos. Essa interação é permeada por conflitos e harmonias, convergências e divergências, questão no qual será melhor abordada na seção a seguir.

1.2 Movimento LGBTI+ e partidos políticos

²⁰ Segundo James Green, esse projeto expressaria posições anti-partidárias e anti-ideologias marxistas e feministas. Agradecemos suas observações.

A entrada de ativistas no campo eleitoral implicou num encontro de duas expressões institucionalizadas da representação política: os movimentos sociais e os partidos políticos.

Rafael de la Dehesa, 2015.

O fim do bipartidarismo vigente na ditadura militar, representado pela ARENA e MDB, criou novas oportunidades de aproximação entre os movimentos sociais e os novos partidos políticos em formação no período da redemocratização (GREEN, 2018a). No entanto, como discutido no histórico sobre o Movimento LGBTI+, uma parte da militância era contra a aliança com partidos.

Os inimigos externos mais perceptíveis para esses grupos eram os partidos políticos institucionalizados e outras organizações de inspiração marxista leninistas. Apesar de muitas vezes serem simpáticos à causa homossexual, estes últimos tinham práticas organizacionais e métodos diferentes e, por atuarem no mesmo campo de oposição, em muitos casos, competiam diretamente com os novos movimentos alternativos (MACRAE, 2018a [1990], p. 56).

Apesar disso, setores do Movimento LGBTI+ viram no PT, um partido fundado com o compromisso de vocalizar lutas emancipatórias e causas sociais, uma possibilidade de atuação pela via partidária (CRUZ, R., 2017; GREEN, 2018a). Contudo, se uma parte da militância era avessa a interação com partidos, as agremiações também apresentavam resistências para acolher a luta pela diversidade sexual e de gênero.

Relações sexuais extraconjugais, juntamente com a homossexualidade e uso de drogas, ainda eram severamente criticados e reprimidos dentro dessas organizações [partidárias de esquerda]. Militantes que se engajavam nesse tipo de atividade corriam o risco de expulsão de suas organizações (MACRAE, 2018a [1990], p. 41).

A interação entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos na redemocratização pode ser caracterizada como uma relação de conflitos. Ainda assim, ativistas homossexuais lançavam mão de uma dupla militância, participando das reuniões e assembleias tanto do movimento quanto do partido (GREEN, 2018a). Essa aproximação de alguns militantes à causa partidária provocou críticas de ativistas autonomistas e argumentos de defesa dos acusados (TREVISAN, 2018b). Trevisan (2018b), por exemplo, fala com insatisfação da cooptação do partido em relação ao movimento. Em suas palavras, “tal fato me parece indicar como a tomada do grupo Somos atesta a inauguração de algo que se poderia chamar de cooptação dos novos movimentos populares, por parte do Partido dos Trabalhadores, num *modus operandi* aparentemente inédito até então” (TREVISAN, 2018b, p. 151).

Green (2018a), um desses ativistas próximos ao PT, contesta a posição de Trevisan e diz:

Não sei porque alguns alegam que o Grupo Somos se dissolveu dentro do PT, pois o grupo nunca se alinhou com qualquer partido político. É certo que entre 1979 e 1981, eu fui membro da CS do Grupo Somos, mas o grupo manteve a sua autonomia política. Inclusive, em junho de 1980 aprovamos um documento que afirmava o direito de cada um manter as suas próprias ideias políticas e afiliações partidárias, porém o grupo afirmava a sua independência (GREEN, 2018a, p. 77).

Se o grupo Somos foi o grande representante da primeira onda do Movimento LGBTI+ e dos acontecimentos que marcaram o final da década de 70, podemos dizer que o Grupo Gay da Bahia representou em parte a chamada segunda onda. Fundado em 1980 pelo antropólogo Luiz Mott, o GGB foi o primeiro grupo homossexual registrado formalmente, inserindo a região Nordeste nos debates nacionais do movimento e afirmando a identidade “gay” em seu nome. É a organização LGBTI+ brasileira mais antiga em funcionamento até hoje. Em artigo comemorativo de 39 anos de existência, Luiz Mott credita o sucesso do grupo à “postura suprapartidária e independente do GGB face aos órgãos públicos” (MOTT, 2018, p. 225), dentre outros fatores. Significa que os discursos autonomistas emergiram na fundação do Movimento LGBTI+ e perduraram até hoje.

Apesar desse cenário de conflitos, é possível notar registros na literatura que indicam algumas convergências e alianças entre movimentos e partidos nesse período. Ocanha (2018), por exemplo, diz que em 1980 eles se uniram em atos contra a repressão policial que oprimia gays, travestis e prostitutas em São Paulo. Esse episódio ficou registrado na história do Movimento LGBTI+ como “caso Richetti” em referência ao delegado José Wilson Richetti, responsável pela perseguição a esses grupos. “Também nesta reunião, no teatro Ruth Escobar, diversos grupos do MHB, dos movimentos feminista e negro, partidos de esquerda, deputados, a atriz Ruth Escobar e o artista plástico Darci Penteado se uniram para realizar um ato público em frente ao Teatro Municipal” (OCANHA, 2018, p. 84). Também em 1982 temos as primeiras candidaturas de homossexuais pelo PT (CRUZ, R., 2017).

A tensão do Movimento LGBTI+ com os partidos políticos diminuiu nos anos 90, a partir do período classificado como terceira onda, favorecido pela diversificação de formatos institucionais e pela ampliação das redes do Movimento (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Com a redemocratização brasileira, os partidos tornaram-se canais para dar visibilidade às demandas do ativismo, especialmente os de esquerda como o PT e PSTU.

Nos anos 90, surgem os primeiros setoriais LGBTI+ partidários, no PT e no PSTU, e nos anos 2000 nascem outros setoriais de outros partidos, assim como políticas públicas e ações de parlamentares, além de novas candidaturas LGBTI+ (SANTOS, G., 2016a). O projeto de lei sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo em 1995, de autoria de Marta Suplicy, à época no PT, representou um marco das primeiras conquistas da articulação LGBTI+ pela via partidária (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O PT foi uma importante agremiação para a entrada da pauta LGBTI+ na política institucional. Segundo Green (2000), o crescimento do partido que unificara alguns movimentos sociais e grupos de esquerda, contribuiu para a politização de ativistas homossexuais. O PT havia se tornado uma referência para muitos desses ativistas porque era uma das poucas organizações que criticava o *status quo*. Além disso, nos anos 80 a legenda foi a única que incluiu o reconhecimento dos direitos de gays e lésbicas no seu programa. Desse modo, ativistas homossexuais formaram um grupo dentro do partido para educar outros membros sobre os assuntos do Movimento. Rafael de la Dehesa também destaca o papel do PT na inclusão de ativistas LGBTI+: “Desde seu início, o Partido dos Trabalhadores demonstrou certa abertura aos debates sobre liberação homossexual” (2015, p. 133, tradução livre)²¹. Contudo, a aliança do partido com a base da Igreja Católica - opositora histórica dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e LGBTI+ - pressionou a maior liderança do partido, Lula, a retirar seu apoio ao casamento gay na campanha de 1994. Apenas o projeto de lei apresentado por Marta Suplicy no ano seguinte faria com que o partido recuperasse parte do prestígio em relação à causa LGBTI+ (GREEN, 2000).

Também neste período, de la Dehesa (2015) indica que muitos ativistas atuaram no sentido de aprovar legislações nas assembleias legislativas e câmaras municipais²². Essas leis tinham por finalidade coibir a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, prevendo multas e sanções contra estabelecimentos privados como restaurantes, por exemplo, e tinham clara intenção de construir um marco simbólico ao longo do país. Dehesa (2015) nota que os ativistas tiraram vantagem da baixa disciplina partidária na prática legislativa local - facilitada pelo alto número de partidos e pelo sistema eleitoral proporcional - na medida em que os partidos não tinham uma posição fechada acerca dessa temática. Os votos de deputados estaduais e vereadores eram independentes da visão programática partidária, o que facilitou a

²¹ Rafael de la Dehesa (2015) também destaca, junto ao PT, a importância da Convergência Socialista na inclusão de ativistas LGBTI+ na esquerda partidária no Brasil da transição.

²² Embora seja importante matizar que em entrevista realizada com uma pessoa chamada William, do Partido dos Trabalhadores, James Green notou que uma parte dessas leis eram aprovadas sem a articulação de ativistas, como efeito de uma espécie de “efeito-contágio” de uma casa parlamentar para outra.

aprovação de tais projetos. Esse momento pode representar as origens da interação entre ativistas e partidos de centro e de direita pela via da interlocução com parlamentares em nível subnacional.

As conexões entre o Movimento LGBTI+ e partidos, atores e ideologias da centro-direita foram percebidas por Santos, G. (2006). O projeto político identificado entre as lideranças do Movimento LGBTI+ da cidade de São Paulo nos anos 2000 é o chamado “inclusionista”, cujos elementos preveem uma sociedade civil ativa e solidária, que deveria trabalhar solidariamente com órgãos do Estado e do mercado. Nesse projeto, há uma crença de que o Estado padece de uma carência de recursos financeiros e que por isso os movimentos sociais deveriam construir parcerias público-privadas com o Estado e com a iniciativa privada, complementando a ação dessas instâncias e implementando políticas públicas com financiamento do Estado, de organizações internacionais e patrocínios da iniciativa privada. O projeto inclusionista visaria a incluir a população LGBTI+ na sociedade, assegurando acesso a direitos negados como saúde e educação. Contudo, os esforços deveriam ser voltados apenas para aqueles em situação de risco ou em vulnerabilidade, uma vez que o Estado não possui aportes econômicos para atender a todos. Assim, nota-se uma clara influência do ideário neoliberal em setores do Movimento LGBTI+ (SANTOS, G., 2006).

Esse projeto merece atenção especial, pois ele detecta um perfil da militância que foge ao padrão do clássico conflito autonomistas X institucionalistas presente na maioria da literatura que investigou a história e os conflitos internos do Movimento até então. É esse projeto - para além de outros fatores, como o sistema partidário e eleitoral brasileiro (DEHESA, 2015) - que pode explicar a filiação de atores a partidos de centro-direita, como o PSDB, por exemplo, e iluminar aspectos referentes a distintos processos de entrada e institucionalização nos partidos, para além do campo ideológico da esquerda. Mais que isso, a expressão de ideologias neoliberais revela que o Movimento LGBTI+ é bastante heterogêneo, possui distintas classes sociais, gerações, raças, territorialidades, preferências e que não pode ser concebido apenas como aqueles vinculados à pauta da classe trabalhadora.

Um estudo que demonstra bem isso é o de França (2006) ao analisar as relações entre o Movimento LGBTI+ paulistano e o mercado. Seu ponto de partida é o de que “o que chamamos de movimento homossexual é, hoje, um sujeito político bastante complexo, formado por múltiplas categorias identitárias, nem sempre movidas pelos mesmos discursos” (FRANÇA, 2006, p. 103) e que muitos desses discursos políticos, sobretudo o do orgulho, foram incorporados pelos espaços de consumo e sociabilidade com o objetivo de explicitar o direcionamento dos produtos e serviços à população LGBTI+. Nesse processo, empresários e

empresárias passaram a serem vistos e a se considerarem articuladores de ações políticas no campo do Movimento LGBTI+ (FRANÇA, 2006).

É bastante comum nos dias atuais notar donos de estabelecimentos comerciais, como boates e saunas, participando de atividades da militância, como as Paradas do Orgulho, por exemplo, e se engajando em processos políticos. Isso pode resultar numa busca por partidos políticos os mais diversos possíveis, distantes das agremiações tradicionais de esquerda. Como exemplo, podemos citar o caso da empresária Maria do Céu, dona da boate Metrópole em Recife, que lançou candidatura ao cargo de vereadora nas eleições de 2016 pelo Partido Popular Socialista (PPS, atualmente Cidadania) sob a bandeira LGBTI+. Não tendo sido eleita, foi convidada pelo partido a assumir um cargo no Ministério da Cultura ainda no Governo Temer²³ (2016-2018) donde permaneceu até 2018 para lançar uma nova candidatura ao cargo de Deputada Estadual para a Assembleia Legislativa de Pernambuco²⁴ novamente pelo PPS.

Em outros casos, atores LGBTI+ podem se aproximar de partidos de centro-direita por outros fatores. A pesquisa de Fabiano Gontijo (2014) demonstra que os laços familiares, no caso de famílias com tradição política, e o trabalho de liderança comunitária podem aproximar esses sujeitos de partidos mais fisiológicos. Seu estudo narra a trajetória política de Kátia Tapety, a primeira travesti eleita vereadora no Brasil. Eleita pelo antigo Partido da Frente Liberal, herdeiro da ARENA, no ano de 1992, Kátia viria a ser reeleita em 1996, 2000 (tornando-se Presidenta da Câmara Municipal naquele mandato) e eleita Vice-Prefeita do município de Colônia do Piauí/PI entre 2004 a 2008. Desse modo, Gontijo (2014) evidencia que as candidaturas LGBTI+ por partidos de centro-direita não são exatamente uma novidade.

Um fator ainda que pode explicar processos de institucionalização da temática LGBTI+ em diferentes partidos brasileiros é a presença de atores LGBTI+ que não são vinculados ao movimento social, mas que mobilizam a temática dentro da agremiação, seja por uma questão de identificação com a discussão, seja por convite, demanda ou atribuição realizada por lideranças partidárias, na perspectiva de angariar o voto de nichos eleitorais específicos. Em outros casos, há atores políticos LGBTI+ que se recusam a representar os interesses coletivos do movimento ampliando o rol de conflitos e tensões no movimento. Santos, G. (2016b) lembra do ex-Deputado Federal Clodovil Hernandez (PTC-SP) e também do ex-Vereador de Caruaru, Jailton Oliveira Batista, o Jajá (PSDC-PE), que não assumiram compromissos com as demandas do ativismo LGBTI+ e em algumas pautas até se opunham, como o casamento gay.

²³ Ver notícia em: <https://bit.ly/2Lcrx18>. Acesso em: 08 jul. 2019.

²⁴ Ver notícia em: <https://bit.ly/2LKWXLf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

Em trabalho mais recente, Facchini (2020) afirma que a partir dos anos 2000 houve um aumento das conexões entre o movimento social e os partidos políticos.

O processo de cidadanização também influenciou na participação de candidatos LGBT em disputas eleitorais, na criação de Frentes Parlamentares voltadas para os direitos de LGBT e na quantidade de partidos que passaram a incluir compromissos com essa população em estatutos ou programas partidários ou a constituir núcleos LGBT ou de diversidade. Tais núcleos foram formados entre 2006 e 2013, com exceção daqueles do PT e do PSTU, surgidos na primeira metade dos anos 1990 (FACCHINI, 2020, p. 43-44).

O crescimento das conexões entre o Movimento LGBTI+ e os partidos brasileiros também foi destacado por outras pesquisadoras. Vera Lúcia Marques da Silva (2008) analisou essa interação a partir da atuação parlamentar na Câmara Federal, focando ações e iniciativas desenvolvidas pelas Frentes Mista pela Livre Expressão Sexual e Mista pela Cidadania GLBT (sigla da época), concluindo que há “entrelaçamento e interlocução crescente entre os partidos e o Movimento LGBT” (SILVA, 2008, p. 108). Contudo, esse entrelaçamento observado não refletia nas regras e na formalização das organizações partidárias. Diz ela: “não uma capilaridade instituída por estatutos ou programas, porém aquela do face a face, do jogo que se constitui jogando, baseado em um cálculo político individual” (SILVA, 2008, p. 108).

Com o passar dos anos, essa conclusão parece estar relativamente desatualizada. A partir dos anos 2010, parcela significativa dos partidos brasileiros inseriu conteúdos programáticos favoráveis a causa da diversidade sexual em documentos oficiais. Em trabalho recente, constatamos a presença da temática LGBTI+ em pelo menos 37% dos estatutos das agremiações (FEITOSA, 2022). O conteúdo expresso dos mesmos defende o combate à discriminação por orientação sexual, a transformação da sociedade no campo da sexualidade, o respeito interno entre filiados e a articulação com a sociedade civil organizada em torno da questão. Alguns partidos, inclusive, preveem no seu documento principal a existência de instâncias ou estruturas organizativas específicas para tratar a promoção dos direitos LGBTI+, como setoriais e secretariados (FEITOSA, 2022).

Analisando a presença de setoriais partidários, Santos, G. (2016a) verificou que há partidos que convidam atores com certa notoriedade pública, como foi o caso do Diversidade PTB, núcleo LGBTI+ do Partido Trabalhista Brasileiro. Ele foi criado em maio de 2010 por iniciativa de um Deputado Federal do partido, o Campos Machado, e seu evento de fundação ocorreu dentro de uma boate gay de São Paulo, tendo como presidenta a transexual Léo Áquila,

conhecida por circular entre artistas e participar de *reality shows* e programas televisivos, sem trajetória pregressa no movimento (SANTOS, G., 2016a).

Situação semelhante aconteceu com o ingresso de Thammy Miranda, homem trans e filho da cantora Gretchen, nas fileiras do Partido Progressista (PP) em 2015, quando então Jair Bolsonaro era quadro de destaque da legenda por sua oposição aos direitos LGBTI+ antes de ser eleito Presidente da República pelo Partido Social Liberal (PSL, atualmente União Brasil). Segundo matéria na imprensa²⁵, Thammy foi convidado por deputados para presidir o PP Diversidade, núcleo do partido, e no ano seguinte lançar candidatura para vereador na Câmara Municipal de São Paulo.

Falando em candidaturas, outra discussão empreendida pela literatura sobre o movimento e os partidos foi sobre as candidaturas de LGBTI+ para cargos eletivos. Santos, G. (2016b) verificou um crescimento de postulantes a mandatos políticos entre os anos de 2002 a 2012. O pesquisador confirma a sentida sub-representação política de homossexuais e transexuais tal qual mulheres e negros (MIGUEL; BIROLI, 2010; CAMPOS; MACHADO, 2015) e constata que ocupam posição periférica no campo político. Esse dado pode indicar que os partidos já não são mais refratários ao lançamento de candidaturas de LGBTI+, mas que essas legendas precisam criar mecanismos que incentivem êxitos eleitorais, principalmente recursos financeiros para as campanhas desses atores.

Santos, G. (2016b) detectou ao longo do período analisado (2002-2012) 293 candidaturas LGBTI+, sendo 159 gays, 76 travestis e transexuais, 51 lésbicas e 7 candidatos/as bissexuais. Houve um aumento de candidaturas na casa dos 122% no caso de eleições gerais (deputados/as, senadores/as, governadores/as e presidentes/as) e 1630% no caso de eleições locais (vereadores/as e prefeitos/as). Outro dado sobre o perfil desses/as candidatos/as é o de que a maioria é composta por pessoas do sexo masculino, reproduzindo as assimetrias de gênero típicas da política. Também possuem alta escolaridade (65% com Ensino Superior e Ensino Médio) e estão concentrados na região Sudeste e Nordeste. Do ponto de vista partidário, os partidos que mais lançaram candidaturas LGBTI+ foram o PT, PSOL, PV, PC do B, PDT, PMDB, PSDB e outros, nessa ordem decrescente (SANTOS, G., 2016b). É visível que os partidos de centro-esquerda são mais acolhedores à população LGBTI+.

Recentemente, Barbabela (2022) publicou estudo sobre candidatos/as LGBTI+ eleitos/as na década de 2010. Seu levantamento identificou a eleição de 27 sujeitos no ano de 2012, 44 pessoas em 2016 e 121 vereadores/as LGBTI+ eleitos/as em 2020, um aumento

²⁵ A reportagem pode ser lida em: <https://bit.ly/32l2wqb>. Acesso em: 04 jul. 2019.

exponencial apesar do contexto de fortalecimento do conservadorismo no período. Focando nas eleições mais recentes (2020), o autor verificou que a maioria de LGBTI+ eleitas estão localizadas na região Sudeste, que PT, PSOL e PDT foram os partidos com mais pessoas desse perfil eleitas, que candidaturas do gênero feminino obtiveram mais êxito eleitoral que seus concorrentes masculinos e que os municípios do interior se destacaram em relação às capitais do Brasil (BARBABELA, 2022). Seu trabalho é importante porque demonstra que o Movimento LGBTI+ tem conseguido paulatinamente viabilizar uma representação política descritiva nos últimos anos.

O debate das conexões entre o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos precisa ser feito com base nas discussões teóricas sobre a democracia e desigualdades (MIGUEL, 2015) posto que há um conjunto de pesquisas que exploram as contradições dos regimes democráticos, que preveem a igualdade formal, e as enormes clivagens e assimetrias que conformam a sociedade. É notável, sobretudo no caso de segmentos vulneráveis como a população LGBTI+, como as iniquidades sociais se estendem aos direitos políticos e à arena institucional, dificultando a inserção, a participação e a representação dos anseios cidadãos nos espaços de poder e nas instituições democráticas, como o parlamento.

Nessa direção, esse estudo se justifica pela necessidade de superação das violações de direitos políticos que se configuram como violações de direitos humanos. Justifica-se também pela urgência em construirmos cidadanias mais plenas e regimes democráticos mais igualitários. Faz-se necessário também pela ausência de maiores estudos sobre a contribuição do Movimento LGBTI+ nas interações entre movimentos sociais e partidos políticos desde dentro das agremiações. Assim, a agenda de pesquisas sobre LGBTI+ e partidos no Brasil se constitui como um terreno carente e ao mesmo tempo fértil de análises e inferências.

1.3 Movimentos sociais e autonomia

A autonomia dos movimentos sociais perante instituições políticas, vista em diversas passagens no caso do Movimento LGBTI+, sempre representou um ponto de tensão tanto nos próprios movimentos como na teoria dos movimentos sociais. Hellman (2018 [1992]) nota que os militantes muitas vezes veem partidos e sindicatos interessados apenas no sucesso dos novos movimentos, a fim de manipulá-los para seus próprios objetivos. Talvez por isso, os estudos de movimentos sociais e o de partidos políticos se desenvolveram separadamente, com certo grau de autonomia disciplinar. Ruth Ferreira constatou que o discurso da autonomia “constituiu uma necessidade dos movimentos no sentido de se diferenciarem dos esquemas tradicionais de fazer

política, bem como representa uma crítica àqueles que se deixaram cooptar pela ação do Estado” (FERREIRA, 1994, p. 168). No entanto, apesar do apartidarismo presente no discurso de algumas lideranças sociais, é possível notar vinculações político-partidárias e relações diversas com o sistema político como um todo.

A autora aponta algumas linhas explicativas para a mobilização de discursos apartidários por alguns movimentos: (i) os militantes precisam demonstrar neutralidade partidária para os órgãos estatais para serem bem recebidos pelos gestores; (ii) o movimento possui uma demanda permanente de manter seus membros unidos, evitando conflitos partidários que desgastem ou fragilizem os grupos; (iii) há uma visão negativa sobre os partidos políticos na cultura política brasileira em virtude de problemas encontrados, como a baixa capacidade de representar a contento anseios populares²⁶; (iv) determinados atores acreditam que movimentos e partidos são diferentes em termos funcionais e organizacionais, inviabilizando ações conjuntas e harmônicas e, por fim, (v) também circula a ideia de que existem partidos que se sentem donos dos movimentos sociais (FERREIRA, 1994).

Na década de 80, Cardoso (1987) definia movimentos sociais como sendo distintos das formas tradicionais de participar da política institucional - no caso, partidos e sindicatos -, constituindo “formas de luta que desafiam o Estado” (CARDOSO, 1987, p. 2). Para a autora, “a grande novidade destes grupos é sua independência com relação aos políticos profissionais e aos partidos, bem como sua capacidade de expressar os desejos de base da sociedade” (CARDOSO, 1987, p. 2). Na sua visão, os movimentos sociais seriam detentores de “uma autonomia frente ao sistema político representativo, uma vez que expressam a manifestação espontânea das camadas populares” (CARDOSO, 1987, p. 2) colocando-se, portanto, “opostos aos mecanismos clientelistas e populistas atribuídos à política tradicional” (CARDOSO, 1987, p. 2). Naquele período, pós-regime militar e em meio ao processo de redemocratização, fazia sentido pensar os movimentos sociais em uma chave revolucionária, uma vez que o Estado autoritário representava o inimigo comum.

Os discursos autonomistas dos movimentos foram reverberados pela produção sociológica dos anos 90, constituindo posição dominante dos pesquisadores e trabalhos da época que caracterizavam a sociedade civil de maneira virtuosa, depositária de altas expectativas, responsável pela democratização da democracia e representativa dos legítimos interesses populares, apartadas do Estado e do mercado.

²⁶ Embora essa dificuldade de representação dos anseios populares não seja um elemento exclusivamente brasileiro, mas das democracias ocidentais.

Os estudos sobre os novos movimentos sociais e a literatura da nova sociedade civil partilharam um mesmo horizonte político, qual seja, o da possibilidade da modernização pela via da ação social. Nesse sentido, e em termos da inadequação a seus próprios quesitos, alguns autores seriam mais tolerantes com os atores sociais que encarnam a crítica à democracia institucional do que com a ação crítica de atores institucionais – partidos, por exemplo (GURZA LAVALLE, 2003, p. 99).

Sob essa perspectiva normativa, existiam duas possibilidades de ação política: aquela típica da política institucional, composta por atores políticos, práticas, organizações e interesses particulares, e a política societária, virtuosa, caracterizada por consensos, pelos interesses gerais da sociedade e pela tematização dos problemas públicos. Esses dois mundos não se conectariam porque seriam antagônicos, polares e moralmente distintos. Essa era a abordagem hegemônica da literatura sobre movimentos sociais no pós-redemocratização da década de 90.

Assim, os atores tradicionais do mundo da política - partidos, organismos corporativos e grupos de interesse - agiriam em regra na defesa de interesses oriundos da economia ou da própria política, mas não da sociedade, contando para isso com posições privilegiadas quanto à disposição de recursos de poder, recursos cujo uso, pautado por uma racionalidade meramente estratégica, resultaria por vezes inescrupuloso, quando não ilegítimo, pois escaparia ao escrutínio público (GURZA LAVALLE, 2003, p. 103).

Além da ênfase na autonomia e no caráter virtuoso dos movimentos, outro aspecto que pode ter dificultado estudos sobre a interação entre movimentos e partidos é que parte da literatura sobre movimentos aborda as organizações sociais na chave do confronto político. Tarrow (2009 [1998]) diz que a contribuição singular dos movimentos sociais - uma invenção da Idade Moderna que acompanhou o Estado Moderno - é a preparação, a coordenação e a manutenção dos confrontos políticos contra opositores poderosos.

Eles [os movimentos] agem através de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social (TARROW, 2009 [1998], p. 18).

O autor define os movimentos como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns de solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade” (TARROW, 2009 [1998], p. 21) e aponta algumas propriedades empíricas que enfatizam a centralidade do conflito: (i) os movimentos sociais preparam desafios contenciosos através da ação disruptiva direta contra elites, autoridades, outros grupos ou códigos culturais; (ii) uma motivação básica é a organização de reivindicações comuns aos opositores, autoridades ou elites e (iii) as mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas criam os incentivos mais

importantes para iniciar novas fases de confronto (TARROW, 2009 [1998]). Desse modo, os movimentos sociais são interpretados como opositores ou desafiadores das instituições políticas, como órgãos de governo ou partidos políticos, e a interação entre essas instâncias acontece mediada pelo conflito, com pouca margem para ações de cooperação ou colaboração.

Por sua vez, Hellman (2018 [1992]) credita a dificuldade na análise de interações movimentos-partidos ao viés antissocialista e antitrabalhista de acadêmicos que pularam uma etapa importante, indo de pré-marxistas a pós-marxistas sem terem se detido a um período em que a luta dos trabalhadores ou a revolução socialista pareciam uma boa ideia. Esses analistas enfatizariam que a incorporação de movimentos autônomos em movimentos políticos mais amplos representaria a perda de uma voz popular. O que eles não entendem, segundo a autora, é que o encontro entre movimentos e partidos é marcado por uma dialética onde não só o movimento é alterado, como também o partido. Assim, a posição desses acadêmicos desconsideraria a possibilidade de que os movimentos possam influenciar partidos ou contribuir para o surgimento de nova formação política, radicalizar e transformar programas políticos e ditar uma agenda de novas questões (HELLMAN, 2018 [1992]).

Já McAdam e Scott (2005), em *Organizations and Movements*, listam um conjunto de diferenças entre analistas de movimentos sociais e analistas de estudos organizacionais, o que nos ajuda a compreender por que as duas áreas se desenvolveram como campos apartados. (i) Uma primeira diferença é que muitos teóricos de movimentos sociais adotaram conceitos dos estudos organizacionais, adaptando-os com foco no processo, enquanto os estudiosos organizacionais focaram na estrutura. Isso dificulta visualizar a interação porque o processo tem relação com a trajetória de um movimento, com a história, com ciclos de protesto, com as oportunidades e restrições políticas para a ação coletiva, enquanto a estrutura está relacionada a construção de regras, a gestão de recursos e o estabelecimento de hierarquias e posições organizativas.

Outra diferença diz respeito às origens das organizações: enquanto os estudiosos organizacionais se preocupavam com a criação de organizações, os de movimentos tentavam discernir a respeito das condições sob as quais surgiriam novos movimentos, bem como a sua consolidação. Uma terceira distinção seria quanto ao escopo da análise: os analistas de movimentos centrariam esforços em um mesmo tipo de movimento ou em várias organizações de um mesmo movimento. Uma quarta diferença seria quanto ao tratamento do poder: os estudiosos de movimentos sociais focaram no papel da política na vida social, enquanto os analistas organizacionais se detiveram ao poder institucionalizado. Ambas as literaturas analisam o poder, mas sob diferentes aspectos. Por fim, os analistas de movimentos se

concentraram no poder nascente em virtude do descaso do poder estabelecido, enquanto os estudiosos organizacionais estão mais dispostos a analisar a operação de atividades de governança (MCADAM; SCOTT, 2005).

Acompanhando os argumentos de Goldstone (2003), entendemos que os movimentos se constituem como elemento essencial da política institucional e que apenas uma fronteira difusa e permeável separa a política institucional da não-institucional. Assim, enquanto alguns movimentos agem por meio de protestos, outros atuam via *lobby*, fornecendo informações para burocratas e partidos. Além disso, um mesmo movimento pode combinar ações institucionais com mobilizações extrainstitucionais (KITSCHOLT, 2006). Na sua abordagem, movimentos e partidos são atores sobrepostos e mutuamente dependentes na política, uma vez que determinados partidos se apoiam em movimentos para ganharem eleições e, por sua vez, alguns movimentos dependem de patrocínios partidários para a sua sobrevivência. Em suma, a razão para essa relação estreita, apesar de suas diferenças, estaria na busca para influenciar resultados políticos, muitas vezes recorrendo a atores semelhantes, visando os mesmos órgãos e buscando os mesmos objetivos (GOLDSTONE, 2003).

Trazendo para o Brasil, em face de uma conjuntura nacional em que movimentos sociais passaram a interagir fortemente com o Estado na produção de políticas públicas ao longo dos anos 2000 após a vitória eleitoral do PT em âmbito nacional, nota-se que brotou uma vasta literatura sobre movimentos numa perspectiva que buscava entender novos elementos desses processos interacionistas. Assim, Gurza Lavalle *et al.* (2019) sistematizaram essa literatura a partir de três compreensões gerais: (i) os movimentos sociais se engajam em atividades que não necessariamente implicaria relações de confronto; (ii) os movimentos combinam formas variadas de interação com o Estado por meio de diferentes repertórios e (iii) a participação em canais institucionalizados e a formalização das organizações sociais não gera obrigatoriamente desmobilização dos movimentos (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019).

Uma ferramenta conceitual desenvolvida para analisar a interação entre movimentos sociais e o Estado desde o Brasil foi a formulação do conceito “repertório de interação”, brevemente mencionada na seção anterior. Repertório de interação seria um complemento ao conceito de repertório de ação, de Tilly.

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o Estado (o que nos permitiria trabalhar com o conceito original de repertório de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. Para incorporar este aspecto da política brasileira, sugerimos complementar

a noção original de *repertoire of contention*, de Tilly, através do conceito de "repertório de interação" entre Estado e sociedade civil (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331).

Assim, o uso analítico desse conceito “permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331-332). As autoras identificaram pelo menos quatro rotinas comuns de interação entre movimentos e Estado, dentre os quais especificamente duas podem explicar a aproximação de ativistas LGBTI+ a partidos políticos, proporcionando processos de institucionalização distintos: a política de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia²⁷.

A política de proximidade ocorre quando “atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 332-333). Apesar de considerada clientelista, tal rotina se diferencia da ideia de clientelismo porque pode ser um instrumento para viabilizar ações públicas que fortaleçam direitos coletivos, em vez de trocas de favores pessoais. Nas negociações, o recurso mobilizado por atores não-estatais é tão somente sua posição como interlocutor reconhecido, razão pelo qual também podem ocorrer disputas nos movimentos em face do *status* privilegiado de alguns atores em detrimento de outros. Eis aí um fator que pode explicar a busca por distintos partidos políticos por parte de diferentes ativistas LGBTI+ na intenção de tornarem-se interlocutores de referência em cada agremiação partidária e nas redes que ela mantém.

Já a ocupação de cargos na burocracia foi uma estratégia largamente utilizada pelos movimentos sociais brasileiros e também pelo Movimento LGBTI+, sobretudo a partir do lançamento do programa Brasil Sem Homofobia no Governo Federal em 2004 (FERNANDES, F., 2011), que contribuiu para impulsionar a implementação de políticas públicas de direitos humanos LGBTI+ tanto no conjunto de Ministérios do Executivo Federal, como nos governos estaduais e municipais brasileiros (FEITOSA, 2017b). A ocupação de cargos governamentais por ativistas, além de viabilizar a implementação de projetos políticos, estimula outras rotinas de interação, a exemplo da política de proximidade, na medida em que companheiros de movimento passam a ter contatos aliados no Estado, e a participação institucionalizada,

²⁷ As outras duas rotinas seriam os protestos/ação direta e a participação institucionalizada (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). As aproximações entre movimentos e partidos também ocorrem via protestos e participação institucionalizada por meio de conselhos e conferências, mas acreditamos que a política de proximidade e a ocupação de cargos comissionados evidencia com mais nitidez essa aproximação.

caracterizada “pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos estabelecidas pela lei)” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014 p. 332). Entre elas, se destacam os conselhos e as conferências.

Para ocuparem cargos na burocracia muitos dos ativistas que se tornaram gestores já eram filiados a partidos políticos, como foi o caso dos coordenadores de políticas LGBTI+ do Governo Federal previamente integrantes do PT, ou precisaram se filiar a agremiações que encabeçavam governos subnacionais ou organizações partidárias com elas coligadas (SANTOS, G.; FEITOSA, 2017; SANTOS, E., 2022). A múltipla filiação (MISCHE, 1997, 2008) de atores sociais a partidos, movimentos e governos pode ser mais um fator a explicar incentivos ao processo de institucionalização partidária da questão LGBTI+ no Brasil.

Extraímos da literatura diversas abordagens sobre como movimentos sociais atuam, seja do ponto de vista confrontacional, seja de um ponto de vista colaboracionista ou articulando diferentes repertórios, formatos e enquadramentos. Nessa interação, não apenas o movimento social sofre transformações, mas também as instituições políticas com quem eles interagem podem sofrer alterações. É preciso avançar nas reflexões sobre as interfaces entre processos políticos e estruturas organizacionais e sobre a interação entre movimentos e instituições com foco na ação e reação dos atores envolvidos.

Para tanto, partimos do pressuposto de que movimentos sociais não operam apenas na chave do confronto político, mas lançam mão de diferentes repertórios de interação envolvendo rotinas de cooperação (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) e modos de institucionalização – explorado no próximo capítulo (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2022). Várias pesquisas seguiram esta direção no país, contudo estiveram focadas na interação com os governos petistas e alguns poucos com o Poder Legislativo, deixando de lado a interação entre movimentos sociais e partidos políticos. É nesse sentido que nossa pesquisa pretende contribuir para o campo de estudos sobre participação política. Por isso, mobilizaremos os poucos estudos que se debruçaram sobre esse fenômeno na próxima e última seção do capítulo.

1.4 Movimentos sociais e partidos políticos

Os movimentos sociais não apenas geram partidos, mas, neste livro, são uma fonte crítica de variação nos modelos organizacionais dos partidos.

Santiago Anria, 2018, tradução livre.

Na seção anterior, vimos que movimentos sociais interagem também de maneira colaborativa com instituições políticas. Nesta parte, pretendemos pôr em relevo contribuições teóricas dos estudos que analisaram a interação entre movimentos e partidos e extrair elementos analíticos que possam auxiliar as nossas análises empíricas.

Como já dito, há um vácuo de interpretação sobre essa interação na experiência brasileira. De um lado, os estudos contemporâneos sobre movimentos sociais focaram nas dinâmicas de interação com o Estado, em especial com o Poder Executivo nacional e subnacional. O foco analítico recaiu sobre a participação institucionalizada, primeiro a partir da experiência do Orçamento Participativo e dos conselhos de políticas públicas e depois a partir das conferências de políticas públicas e outros formatos participativos. Partidos entraram apenas como variável para explicar a “vontade política” dos atores para implementar instituições participativas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ABERS; VON BÜLOW, 2011; AVRITZER, 2009; AVRITZER; NAVARRO, 2003; CÔRTEZ, 2009; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006; ROMÃO, 2011; SOUZA, 2016).

De outro, os pesquisadores sobre partidos políticos deram pouca atenção aos movimentos sociais em suas análises, nem como atores internos das agremiações nem como agentes externos relevantes (BRAGA, 2010; CARREIRÃO, 2014; KIRCHHEIMER, 1966; KATZ; MAIR, 1993; KINZO, 2004; MAYER, 2018; PANEBIANCO, 2005; ROEDER; BRAGA, 2017; TAROUÇO, 2010).

A análise dessa relação não é tarefa simples porque movimentos e partidos possuem lógicas distintas. Além disso, mesmo a literatura sobre a interação partidos e movimentos tende a adotar uma visão “purista” de movimentos, como arena não institucionalizada, abordada nas primeiras gerações dos estudos de movimentos, como visto acima. Kitschelt (2006) define movimentos sociais como atores que recorrem à “política de rua”, protestos e perturbações na busca de um objetivo coletivo fora ou em oposição à política institucional. Já Schwartz (2010) trata movimento social como um desafio coletivo não-institucional, organizado e sustentado contra autoridades, detentores de poder ou contra crenças e práticas culturais. Della Porta *et al.* (2017), por sua vez, abordam movimentos como redes de grupos e indivíduos, dotados de identificação coletiva que perseguem objetivos de transformação social por meio de formas não convencionais de participação.

Se movimentos sociais estão mais para grupos não-institucionais que lutam pela transformação social, partidos políticos teriam relação com atores que participam de instituições representativas de bases territoriais por meio de eleições competitivas. Candidatos a cargos eletivos e seus apoiadores formariam partidos políticos (KITSCHELT, 2006).

Definição parecida é a de Della Porta *et al.* (2017) para quem os partidos são associações livres construídas com o objetivo de alcançar o poder por meio de participação nas eleições. De forma genérica, movimentos pressupõem agregação e partidos competição, movimentos seriam mais inclusivos, horizontais e fluidos no seu funcionamento e partidos seriam mais verticais, ensimesmados e burocráticos. Movimentos buscam a transformação das iniquidades sociais enquanto partidos buscam o poder institucional. Lógicas tão distintas parecem tornar impossível o encontro entre os dois, para além do conflito.

A literatura especializada também contribuiu para o binarismo entre movimentos e partidos. Se, por um lado, movimentos sociais são muitas vezes descritos de maneira virtuosa, democratizante, salvacionista e heroica (GURZA LAVALLE, 2003), partidos políticos são concebidos como instâncias políticas corrompidas, fechadas, hierárquicas e oligárquicas (CARDOSO, 1987; MICHELS, 1982 [1911]). A burocratização, a divisão de tarefas e a especialização incentivariam os dirigentes partidários a lutarem pela manutenção das suas posições hierárquicas de poder em vez de perseguirem a ideologia do partido. Essa é a tese principal de Michels (1982 [1911]) que ficou conhecida como a “lei de ferro da oligarquia”. Mesmo elaborações mais sofisticadas, como a de Panebianco (2005) e sua proposta de partido profissional-eleitoral, caminham na direção de “ossificar” os partidos por meio de um processo complexo de negociações, profissionalização e institucionalização.

Partimos do pressuposto de que, embora os partidos tenham perdido relativa conexão com a sociedade em face das transformações econômicas, comunicativas, da estrutura de dependência e financiamento estatal - a chamada cartelização partidária (KATZ; MAIR, 1995) - uma parcela dos partidos políticos guarda relações mais ou menos aproximadas com organizações da sociedade civil e sindicatos e buscam representar interesses sociais. De acordo com um estudioso das conexões entre partidos e sociedade no Brasil,

É possível dizer que aproximadamente 30% dos partidos do atual sistema podem ser considerados como “nascidos desde baixo”, ou seja, a partir de um amplo debate na sociedade civil. O restante “nasceu de cima”, a partir de articulações internas às instituições políticas. Esses partidos “nascidos desde baixo” são, em sua maioria, vinculados à esquerda e ao centro do espectro político (RODRIGUES, T., 2021, p. 189).

Na perspectiva de Rodrigues, T. (2021), os partidos de esquerda contariam com lideranças sociais no seu interior, em cargos de direção e possuem claras vinculações com organizações representativas da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira de Mulheres ou a Marcha Mundial das Mulheres, por exemplo. Ainda para o

autor, os partidos políticos brasileiros de centro-esquerda possuem relação orgânica com setores dos movimentos de gênero, raça e sexualidade e setores do sindicalismo brasileiro, mas também é possível encontrar conexões entre partidos de direita e sociedade civil nos sindicatos patronais, clubes desportivos e escolas de samba (RODRIGUES, T., 2021).

Caminhando nessa perspectiva interacionista, Ferreira (1994) mobiliza autores que veem potência na interação entre as duas instâncias de participação. Eles argumentam que a atuação de agentes externos aos movimentos não representa necessariamente perda de autonomia e que os partidos podem ser encarados como canais de encaminhamento de demandas e reivindicações das entidades sociais, que os agentes externos podem contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre o funcionamento do sistema político e que os partidos podem ser úteis às organizações, facilitando trâmites burocráticos na condução de problemas existentes (FERREIRA, 1994).

Nosso pressuposto interacionista é fortalecido pela literatura internacional sobre os chamados “partidos-movimento” e sobre a relação partidos e movimentos, uma parcela minoritária de estudos que se dedicou a analisar essa interação (ANRIA, 2018; DELLA PORTA *et al.*, 2017; KITSCHOLT, 2006; SCHWARTZ, 2010). Por que movimentos sociais interagem com partidos e vice-versa? Os movimentos consideram partidos importantes porque eles podem inserir as preocupações dos ativistas na agenda política institucional (DELLA PORTA *et al.*, 2017; SCHWARTZ, 2010). Já os partidos enxergam vantagens competitivas nos movimentos ao adotarem temas e incorporarem apoiadores (SCHWARTZ, 2010).

Movimentos sociais também buscam partidos para influenciarem governos. Isso porque, como notam Burstein e Linton (2002), apenas os partidos realmente controlam o governo. Esse controle dos governos permitiria que eles transformassem suas preferências em políticas públicas de maneira mais rápida e eficaz. Para entender o impacto das organizações sociais na política institucional seria preciso pensar sobre como os recursos organizacionais exercem influência sobre as lideranças políticas. Segundo os autores, essas lideranças políticas estariam mais propensas a darem atenção às organizações sociais quando os grupos têm voto e podem participar da política sem maiores restrições (BURSTEIN; LINTON, 2002).

Hellman (2018 [1992]) também diz que os novos movimentos não substituíram a participação tradicional, mas estenderam o espaço político disponível aos cidadãos, levando para o domínio público preocupações do cotidiano e da esfera privada. A capacidade dos novos movimentos sociais de mobilizarem setores dinâmicos e crescentes da população que haviam sido ignorados pelos partidos (ou se mostraram resistentes aos modos tradicionais de organização dos partidos) contribuiu para a crise da política partidária na Europa e na América

Latina. Essa crise forçou os partidos a se abrirem para novos movimentos, na esperança de alcançarem aqueles setores da população. No caso brasileiro, ela nota que alguns analistas da transição democrática viram no apoio dos novos movimentos sociais aos partidos de esquerda um passo crucial no desenvolvimento de uma nova cultura política (HELLMAN 2018 [1992]).

Della Porta *et al.* (2017) explicam que a emergência de partidos-movimento se deu em face das clivagens políticas, da capacidade representativa dos partidos tradicionais, das leis eleitorais, das características dos sistemas partidários e da competição eleitoral, do alto grau de volatilidade eleitoral e baixa confiança nas instituições políticas. Outros elementos explicativos para o surgimento de partidos-movimento seriam porque os movimentos entram em conflito com partidos consolidados em diferentes temas políticos; pode ter relação com informações incompletas e assimétricas dos movimentos; pelo desequilíbrio entre os interesses dos movimentos e as barreiras eleitorais que dificultam o crescimento de uma liderança social; pode surgir quando um eleitorado quantitativamente significativo é carente de representação no sistema partidário. Esses elementos incentivariam movimentos a se aproximarem de partidos ou a fundarem o seu próprio (KITSCHOLT, 2006).

Em termos de definição do que seria um partido-movimento ou partido baseado em movimentos, há pequenas variações a depender de cada autor. Para Kitschelt (2006), partidos-movimento são “coalizões de ativistas políticos que emanam de movimentos sociais e tentam aplicar as práticas organizacionais e estratégicas dos movimentos sociais na arena da competição partidária” (2006, p. 282). Já Della Porta *et al.* (2017) definem partido-movimento como partidos que possuem fortes vínculos organizacionais e externos com movimentos sociais. Anria (2018), por sua vez, diz que são partidos formados por ativistas e lideranças de movimentos sociais e seu eleitorado é composto por membros de movimentos. A diferença entre eles é que Anria (2018) e Kitschelt (2006) focam na origem de partidos formados por movimentos enquanto Della Porta e colegas (2017) tratam dos vínculos entre partidos que podem se aproximar de movimentos com o tempo.

Do ponto de vista das suas características, também encontramos contribuições diversificadas. Os partidos-movimento são organizações altamente flexíveis e as fronteiras entre partidos e aliados da sociedade civil são praticamente inseparáveis (ANRIA, 2018). Partidos-movimento podem tentar implementar coordenações democráticas e participativas por meio de assembleias na tomada de decisão e conciliam atividades institucionais com mobilizações extrainstitucionais, como a atuação em arenas eleitorais e em campanhas de protesto (KITSCHOLT, 2006). Eles também são mais sujeitos a atuarem perseguindo ideologias do que políticas pragmáticas e surgem como espécie híbrida entre movimento e

partido quando as ligações organizacionais e ambientais entre eles são próximas: eles possuem membros sobrepostos, organizam conjuntamente formas de ação coletiva, se financiam mutuamente e abordam problemas semelhantes (DELLA PORTA *et al.*, 2017).

Os partidos-movimento também carregam algumas contradições e possuem características que podem vir a ser problemáticas no desenvolvimento da organização. Por exemplo, podem fazer pouco investimento na formalização da sua estrutura, fazendo com que práticas informais sejam predominantes. Podem faltar equipes profissionais e infraestrutura de comunicação. Sistemas institucionalizados de agregação de interesses por meio de órgãos e autoridades oficiais também podem se fazer ausentes e gerar dificuldades na condução da organização. Podem também ser conduzidos por lideranças carismáticas que exercem grande controle sobre a organização como efeito dessa dificuldade de institucionalizar instâncias decisórias (KITSCHOLT, 2006).

Em relação à qualidade da interação entre movimentos sociais e partidos políticos ou dos tipos dessa interação, Schwartz (2010) classifica em interações coordenadas, estratégias invasivas e estratégias hostis. As interações coordenadas podem ocorrer através de alianças ou fusões. As estratégias invasivas ocorrem quando um movimento ou um partido usa o outro em benefício próprio por meio de insurgências, deslocamentos ou cooptações. Já as estratégias hostis acontecem quando movimentos e partidos se veem de maneira negativa e procuram remover a influência e o poder do outro. As estratégias hostis mais convencionais seriam a perturbação, a desqualificação/descredito e a expulsão (SCHWARTZ, 2010). Toda essa classificação sistematizada por Schwartz sugere que a interação entre movimentos e partidos é instável e pode se modificar ao longo do tempo. As tensões podem se intensificar quando ocorrem realinhamentos de identidade ou de estratégia, seja do movimento ou do partido, desestabilizando e afetando os vínculos entre um e outro (OLIVEIRA, 2021).

Sobre as identidades e estratégias, Oliveira (2016) realizou importante estudo sobre o Movimento Ambiental no Brasil e como um determinado grupo de ambientalistas modificou sua prática de ação coletiva para uma prática partidária, culminando na formação do partido Rede Sustentabilidade. Movimentos sociais e partidos políticos são entidades distintas, que constroem alianças em virtude de elementos simbólicos e estratégicos. Suas alianças seriam motivadas pela busca de acesso a recursos, pelas múltiplas identidades de atores políticos, pelo compartilhamento de projetos políticos semelhantes e de estratégias que por sua vez são fruto de um conjunto historicamente sintetizado de opções contextuais disponíveis (OLIVEIRA, 2016).

A identidade de um partido seria instituída de fora para dentro, ou seja, através da opinião das pessoas externas à organização sobre ele ao passo que no caso dos movimentos seria o oposto, ocorreria de dentro para fora. A autora assinala que a ideologia do partido é o que alimenta a lealdade dos filiados. Nota que a identidade do partido é construída em função dos interesses de poder. Faz uma distinção entre identidade partidária (vinculado a interesses) e identidade social (vinculado ao sentimento de pertencimento a grupos sociais específicos) (OLIVEIRA, 2016). Acreditamos que essas identidades podem se entrelaçar quando um dado partido se propõe a representar causas sociais afins aquelas que os movimentos defendem ao mesmo tempo em que podem se desfazer quando as identidades e as estratégias se tornam muito distintas e conflitantes entre si. Exemplo disso ocorreu quando o PT no governo federal adotou estratégias destoantes das do movimento ambientalista, culminando na saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente e do próprio PT (OLIVEIRA, 2021).

Outro ponto de tensão entre movimentos sociais e partidos políticos diz respeito à condução do partido e a tomada de decisões no interior da organização: se esta é mais centralizada pelos líderes ou descentralizada pela base de filiados. Esse ponto se intensifica quando o partido chega ao poder governamental e sofre pressões de outras forças, como o mercado e membros da oligarquia política. Segundo Anria (2018), partidos baseados em movimentos podem amenizar essas pressões externas a depender dos atributos organizacionais estabelecidos desde a origem do partido e de como eles interagem com a força da sociedade civil e sua capacidade de mobilização autônoma. Por isso, os movimentos sociais constituem uma fonte crítica de variação nas distribuições de poder interno e nos modelos organizacionais dos partidos, como destacado na epígrafe (ANRIA, 2018).

Como a maior parte da discussão sobre partidos-movimento é centrada na Europa e nos Estados Unidos, especialmente por causa dos partidos verdes formados por movimentos ambientais, somente Anria (2018) aborda o Brasil, indicando que o PT seria o nosso caso de partido-movimento que chegou ao poder²⁸. O autor trata do PT em chave comparativa com o partido boliviano Movimento ao Socialismo (MAS), fundado por ativistas agricultores de coca e que chegou ao poder nacional através do líder Evo Morales. Seu diagnóstico é que a chegada do MAS boliviano e do PT brasileiro ao governo produziram efeitos diferentes em cada agremiação: enquanto o MAS manteve-se mais conectado aos movimentos sociais, o PT se distanciou da sua base composta por movimentos, criando estruturas hierárquicas, centralizando decisões e tornando-se mais oligárquico (ANRIA, 2018).

²⁸ Lembrando que existe no Brasil um conjunto de trabalhos que pesquisaram o PT e suas relações com a sociedade. Nos referimos apenas aos estudos que adotaram a ideia de partido-movimento.

Esse afastamento da base ocorre porque quando os partidos vencem eleições, institucionalizam suas estruturas e ocupam cada vez mais cargos públicos, suas conexões com movimentos sociais tendem a se tornar mais frágeis (ANRIA, 2018), tal como falamos no início sobre o processo de “ossificação” e hermetização dos partidos. Na verdade, é forte nessa literatura que os partidos-movimento são transitórios e tendem a perder as características de movimentos com o tempo (KITSCHOLT, 2006).

Os movimentos podem ser um fator de impedimento a essa burocratização e centralização quando criam estruturas internas que impõem limites ao exercício do poder pelos líderes e estimulam a participação de baixo para cima na tomada de decisão. Elas também podem dificultar o fechamento e centralização da agremiação quando a sociedade civil é forte, mobilizada e autônoma em relação ao Estado, gerando pressões desde baixo. (ANRIA, 2018).

Em síntese,

Até que ponto os partidos-movimento podem prevenir ou atenuar as tendências de controle de cima para baixo é melhor explicado pela forma como as características organizacionais são definidas desde o início, como elas são moldadas por imperativos eleitorais e por fatores ligados à configuração da sociedade civil – sua força e capacidade de mobilização autônoma. Esses fatores moldam a evolução dos partidos, suas relações com as bases sociais e, especificamente, a intensidade dos vínculos de base que podem manter ao longo do tempo – e no poder. (ANRIA, 2018, p. 205, tradução livre).

Outro elemento analítico relevante é o papel das lideranças sociais como figuras de mediação entre movimentos e partidos. Elas conectam mundos, grupos, identidades e projetos das duas instâncias. “O papel de um líder forte, que concentra em torno de si tanto a legitimidade de liderança por parte dos movimentos sociais como por parte de seus pares nos partidos políticos pode ser o elo entre ambas entidades e o definidor do formato dessas relações” (OLIVEIRA, 2016, p. 74). Trata-se de lideranças sociopartidárias. Por isso, recorre ao conceito de *broker*, definido “como um ator conectando outros atores que não estão relacionados uns com os outros, que não estão se comunicando por causa de alguma barreira social ou política, mais do que apenas a mera ausência de oportunidades práticas” (OLIVEIRA, 2016, p. 78).

Em trabalho mais recente, dessa vez analisando ambientalistas em interação com o PT, Oliveira (2021) ressalta a importância dessas lideranças sociopartidárias para a conexão entre movimentos e partidos.

O papel da liderança sociopartidária é fundamental para analisar as interações entre movimentos sociais e partidos políticos, pois, além das identidades coletivas e estratégias que aproximam ou separam esses distintos grupos, defendemos que o líder que faz a mediação das interações entre eles pode definir a intensidade, o formato e a

longevidade das interações, uma vez que assume ou defende de forma categórica os projetos de um e/ou de outro (OLIVEIRA, 2021, p. 598).

Olhando para as mobilizações da sociedade civil, Gurza Lavalle e Von Bülow (2014) dizem que *brokers* seriam “atores intermediários [que] facilitam transações entre atores que não têm acesso uns aos outros ou que não confiam uns nos outros” (MARSDEN, 1982, p. 202 apud GURZA LAVALLE; VON BÜLOW, 2014, p. 131). A partir dessa discussão, compreendemos que a intermediação entre militantes e instituições políticas pode ocorrer tanto nas interações socioestatais quanto sociopartidárias. E do ponto de vista da pesquisa científica, importa considerar essas lideranças para o entendimento das interações entre movimentos e partidos. Não é à toa que Rodrigues, T. (2021), em sua análise, lista um conjunto de atores e organizações que mediam a interação entre movimentos, partidos e sindicatos no Brasil.

Concluindo nosso debate, extraímos da literatura que partidos sofrem diversos incentivos ambientais - eleitorais, legais, políticos - para se tornarem cada vez mais fechados, burocráticos, centralizados e oligárquicos. É importante anotar que partidos também interagem com movimentos de direita e setores antagônicos a movimentos sociais progressistas, tais como religiosos, ruralistas, militares e empresários, especialmente ao chegarem ao poder. Muitas vezes isso é apontado pela literatura como um “fechamento” dos partidos, mas na verdade, eles continuam interagindo, só que com outros atores²⁹. Um fator que impede ou pelo menos dificulta esse processo de distanciamento das demandas sociais é a presença dos movimentos sociais em seu interior ou em forte aliança com eles, em que pesem essas interações também serem plenas de dificuldades.

Um movimento só consegue exercer pressões significativas se criar estruturas democráticas e participativas na organização partidária que descentalizem os fluxos de poder internos e se tiver relativa capacidade de mobilização social que pressione o partido a caminhar na direção dos anseios populares. Por esse motivo, é importante considerar essa interação nas análises políticas e avançar na compreensão empírica sobre as dinâmicas concretas da participação de ativistas nos partidos brasileiros. Além disso, ainda não está claro como o Movimento LGBTI+ tem sido fator de transformação nos modelos de organização dos partidos no Brasil e operados diversas conquistas na esfera pública por meio de partidos.

Desse modo, propomos um estudo que olhe para a criação dessas estruturas que se pretendem democráticas e participativas na organização partidária a partir dos valores e

²⁹ Isso ficará visível no caso do PSDB na parte empírica. Agradecemos a Matheus Mazzilli Pereira por ter chamado atenção para esse ponto.

interesses do Movimento LGBTI+. Boa parte da literatura mobilizada analisa essa interação em momentos-chave, como a formação de partidos ou em ciclos de protesto e ciclos eleitorais. Falta entender um pouco mais sobre essa interação no cotidiano, no dia-a-dia, olhando para a institucionalização que vai acontecendo aos poucos na evolução organizativa dos partidos em decorrência da presença de ativistas em seu interior. Outro elemento a mais da nossa proposta de estudo é olhar para um movimento social específico, que trata de uma temática ainda problemática na sociedade brasileira – a sexualidade, inserindo outras camadas de complexidade a mais na pesquisa.

O presente capítulo discutiu aspectos da relação do Movimento LGBTI+ brasileiro com os partidos políticos, observando como a diversidade interna desse movimento social, associado aos estigmas, preconceitos e limites dessas organizações, resultou em diferentes processos de entrada da questão da diversidade sexual e de gênero. Em direção complementar, refletimos sobre como movimentos sociais interagem com partidos políticos e vice-versa. Nosso argumento central é o de que um dos principais motivos para essa aliança consiste na busca conjunta para influenciar resultados políticos, superando as visões exclusivamente confrontacionais dos movimentos em relação às instituições políticas e que os movimentos sociais constituem fator relevante na transformação dos modelos organizacionais dos partidos, podendo contribuir para torná-los mais democráticos, inclusivos e participativos. Contudo, não estamos falando de movimentos sociais quaisquer, mas do Movimento LGBTI+ e sua luta pela afirmação de direitos sexuais, que pode entrar em rota de colisão com partidos políticos, organizações repletas de contradições culturais e institucionais e que precisam equilibrar a defesa de programas ideológicos com a busca da maior quantidade de votos possíveis para se estabelecer no sistema partidário.

2 PARTIDOS POLÍTICOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO

O presente capítulo pretende se deter sobre os partidos políticos na literatura, com especial foco na realidade brasileira, considerando o nosso contexto, o nosso sistema político, partidário e eleitoral. Em seguida, nos deteremos sobre o conceito de institucionalização e a tensão presente na sua definição, a partir dos entendimentos múltiplos da literatura de movimentos sociais e de partidos políticos.

O objetivo é apresentar reflexões e categorias que auxiliem a nossa análise empírica. Recorreremos ainda aos estudos sobre gênero e partidos políticos para entender como normas culturais produzem efeitos nas instituições políticas, impedem ou promovem o acesso a essas instituições e impactam a institucionalização de demandas de segmentos vulneráveis nas agremiações partidárias, moldando diferentes processos a depender de cada caso.

2.1 Tipologias partidárias

Nas democracias representativas, os partidos organizam a agregação de interesses difusos na sociedade canalizando as preferências para as instituições políticas, *locus* importante de tratamento dos conflitos vigentes. Como vetor de interesses, os partidos organizam a atuação parlamentar, a implementação de políticas públicas e a condução dos governos (ou a oposição a estes). Os partidos também possuem a relevante função de organizar a competição política sem a qual seria muito mais difícil garantir inteligibilidade eleitoral numa sociedade de indivíduos atomizados (AMARAL, 2013a)³⁰.

No entanto, são recorrentes os discursos na opinião pública de que essas organizações não têm cumprido o seu papel original, expressivo e representativo, colaborando com a tão falada crise de representação. A própria teoria tem contribuído para uma imagem muito negativa dessas instituições políticas: a obra clássica *Sociologia dos partidos políticos* de Robert Michels apresenta como tese central a tendência natural à oligarquização dos partidos, inclusive daqueles que nasceram com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores.

Mesmo que as multidões descontentes conseguissem despojar os burgueses do seu poder, trataria-se aí, segundo Mosca, apenas de uma aparência: sempre surge no meio das massas, uma nova minoria organizada que se eleva à posição de uma classe dirigente. Eternamente menor, a maioria dos homens se veria, assim, obrigada e até

³⁰ Para a construção da seção, nos baseamos no importante trabalho de Amaral (2013a) sobre a criação de tipologias partidárias clássicas na literatura sobre partidos políticos. Portanto, a tipologia aqui abordada não esgota a profusão de propostas distintas que esse campo tem produzido.

predestinada pela triste fatalidade da história, a sofrer a dominação de uma pequena minoria oriunda de seus flancos e a servir de pedestal para a grandeza de uma oligarquia (MICHELS, 1982 [1911], p. 234-235).

Ou seja, a especialização burocrática, necessária à direção de organizações complexas como os partidos políticos, faria com que os dirigentes políticos, ainda que saídos das massas, se preocupassem muito mais com a manutenção das posições na hierarquia interna partidária do que com os objetivos programáticos que motivaram a criação daquela agremiação, traindo a sua base e dando uma feição permanentemente conservadora a essas instituições. A Lei de Ferro da Oligarquia de Michels seria implacável porque ainda que as bases se insurgissem contra a oligarquização da direção partidária, a nova minoria dirigente reproduziria o mesmo comportamento perpetuamente. Como veremos em Panebianco (2005) mais adiante, Michels não foi capaz de compreender as dinâmicas da circulação do poder nas organizações políticas e acabou plasmando e generalizando a sua relação com o Partido Social-Democrata Alemão (PDS) à época.

Avançando na análise sobre os partidos políticos e se contrapondo a Michels, o cientista político francês Maurice Duverger (1980 [1951]) elabora uma primeira tipologia normativa dos partidos, indicando que a origem e a ideologia devem ser utilizadas como variáveis explicativas na abordagem, no desenvolvimento e no comportamento dos partidos. Na sua tipologia ganham destaque o partido de quadros e de massas.

Para Duverger 1980 [1951], os partidos de quadros são agremiações de notáveis formadas no Século XIX (que se estenderam até o Século XX) de ideologia conservadora e liberal e possuindo as seguintes características: possuíam origem interna ao parlamento; organização interna de baixa intensidade; fraca articulação estrutural entre as instâncias organizacionais; estrutura nacional descentralizada; ausência de critérios claros de adesão; financiamento dependente de alguns grandes doadores privados e concentração do poder decisório nas mãos da elite parlamentar.

Já os partidos de massa surgiram em um contexto de alargamento e ampliação do sufrágio que incluiu trabalhadores e operários de ideologia socialista e comunista. Entre as características dos partidos de massa, encontram-se: a origem extraparlamentar; a organização interna de alta intensidade; forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; critérios bem definidos de filiação; financiamento compartilhado entre os próprios membros do partido; forte doutrinário e a subordinação dos parlamentares ao partido (DUVERGER, 1980 [1951]).

Nos anos 60 do Século XX, o crescimento econômico e o modelo do Estado de Bem-Estar provocaram um abrandamento da luta de classes na Europa Ocidental, ocasionando uma redução do viés ideológico dos partidos. Com essa diluição ideológica, e priorizando as eleições, os partidos passam a expressar discursos genéricos que agregariam os mais diferentes e contraditórios interesses presentes na sociedade, visando a atingir o maior número de pessoas. Assim, Kirchheimer (1966) denomina a alcunha de partido *catch all* cujas características são a desideologização do partido, o fortalecimento da liderança, o declínio da importância da militância de base, o apelo eleitoral a diferentes classes e a abertura para distintos grupos de interesse.

Duas décadas depois, em meados dos anos 80, Panebianco (2005) para propor um modelo de partidos, discute o modelo genético e o grau de institucionalização dos partidos. O modelo genético é determinado por três fatores: (i) a penetração e a difusão territorial, (ii) presença ou ausência de uma organização externa que legitime a agremiação sendo, portanto, de legitimação interna ou externa e (iii) caráter carismático de um partido que pode ser identificado como um veículo desenvolvido para uma liderança carismática. Já a institucionalização trata-se da estabilização da organização que transita de um sistema de solidariedade para um sistema de interesses. A institucionalização de um partido pode ser medida em duas dimensões: o grau de autonomia em relação ao ambiente (controle dos recursos necessários para o seu funcionamento) e o grau de sistemicidade (coerência estrutural interna do partido). Seu quadro teórico será detalhado na seção sobre institucionalização partidária e complementado com a ideia de institucionalização de movimentos sociais em partidos.

Panebianco (2005), observando as questões organizativas dos partidos, requalifica os partidos *catch all* de Kirchheimer (1966) em partidos profissionais-eleitorais tendo como principais características: o papel central é exercido pelos profissionais; eleitoralismo, laços organizativos verticais (liderança-base) fracos; predominância dos representantes públicos; financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos e prioridade em temas de largo apelo eleitoral. As causas das transformações dos partidos de massa em profissionais-eleitorais são explicadas pelo ambiente. Duas mudanças ambientais exerceriam impacto nas transformações partidárias: a mudança estrutural da sociedade com o desenvolvimento do capitalismo e a mudança da comunicação política com o advento dos meios de comunicação de massa, elemento também abordado por Manin (1995) na sua elaboração sobre a “democracia de audiência”.

Nos anos 90, Katz e Mair (1994, 1995), diferentemente dos pesquisadores anteriores, propõem a mudança das análises entre os partidos e a sociedade para os partidos e o Estado e

afirmam que tais análises estavam presas a concepções antigas como a de partido de massa, tido como um modelo ideal, levando a literatura da área não só a fazer diagnósticos sobre como os partidos estavam em declínio, como também a ignorar as transformações partidárias frente a novas questões ambientais. Nessa direção, Katz e Mair nominam o partido cartel.

O partido cartel faria parte da linha evolutiva dos modelos de partido de quadros, massas e *catch all* e o que o define são as suas conexões com o Estado, ente financiador primordial da organização. Assim os partidos de tipo cartel possuiriam uma relação de dependência do Estado, através da: garantia de acesso a meios de comunicação (principalmente a TV); o Estado é um relevante provedor de recursos humanos (assessores parlamentares, membros partidários pagos com o fundo partidário); a atividade e a organização partidárias são moldadas pela regulação estatal³¹; o Estado confere legitimidade aos partidos quando estes ocupam os cargos públicos e, por fim, os partidos usam recursos do Estado para a distribuição de incentivos seletivos (benefícios de ordem material) a seus membros.

Essa conexão com o Estado define que mais importante do que ganhar eleições, é assegurar os recursos estatais necessários à sobrevivência dos partidos o que, evidentemente, altera os padrões de interação com a sociedade. Amaral (2013a) sintetiza a elaboração teórica de Katz e Mair (1994, 1995), argumentando que:

O declínio nos níveis de participação da população nas atividades partidárias, a maior volatilidade do eleitorado e o crescente distanciamento com relação às bases partidárias fizeram com que as agremiações políticas estreitassem seus vínculos com o Estado (AMARAL, 2013a, p. 18).

Desse modo, em vez de falar em declínio, fracasso ou mesmo crise de representação, os autores contemporâneos compreendem os partidos políticos como organizações que mudam e se adaptam ao ambiente em transformação. Também não se deve conceber os partidos como unidades indivisíveis e homogêneas, mas como organizações portadoras de três faces que contam com estruturas próprias de recursos, oportunidades, incentivos e restrições, sendo essas faces: a) *Party in public office* - a face pública do partido, b) *Party on the ground* - a base partidária e c) *Party in central office* - a direção nacional do partido (KATZ; MAIR, 1993).

A apresentação das tipologias partidárias é necessária para introduzir o debate mais amplo sobre os partidos políticos e permitir a reflexão crítica sobre até que ponto essas caracterizações e classificações teóricas correspondem à realidade brasileira e como se

³¹ A exemplo dos efeitos das legislações nacionais sobre a estrutura e organização dos partidos políticos. Para o caso brasileiro, Ribeiro (2013) analisa as transformações nos partidos políticos, com base nos estatutos, a partir da Lei 9.096/1995 que concedeu mais autonomia para os partidos organizarem seus processos decisórios.

relacionam com o nosso objeto de estudo, centrado nos modos de participação política da população LGBTI+ nessas organizações. A próxima seção discutirá sobre o sistema de partidos no Brasil e o que a literatura nacional tem produzido.

2.2 Partidos políticos no Brasil

Os partidos políticos estão previstos na Constituição Federal de 88 (BRASIL, 1988). Eles aparecem no Capítulo V do Título II, reservado aos direitos e garantias fundamentais. E, apesar da importância dessas instituições, elas não são bem definidas na Carta Magna. Lá constam apenas regras e preceitos que os partidos devem seguir, como, por exemplo, resguardar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. É na legislação específica dos partidos políticos no Brasil (Lei n. 9.096/1995) que fica mais nítida qual é a natureza dessas organizações. Segundo a lei, o partido político é uma pessoa jurídica de direito privado e destina-se a assegurar a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição (BRASIL, 1995).

Para responder ao problema de pesquisa da tese - como os valores, objetivos e interesses do Movimento LGBTI+ se institucionalizaram nos partidos políticos brasileiros? - é necessário uma compreensão sobre a vigência dos partidos políticos brasileiros na atualidade ou, pelo menos, a partir do que se convencionou chamar de Nova República, o período que tem início com a queda da Ditadura Militar até os dias de hoje (1985-atual). Para entender como funciona o sistema partidário e eleitoral brasileiro, recorreremos tanto a fatos históricos como a literatura especializada no tema.

Antes de abordar o período da Nova República, vale a pena apresentar brevemente a formação e a evolução histórica dos partidos brasileiros. Mayer (2018) afirma que o Brasil conheceu ao todo seis sistemas partidários desde o Império até os dias atuais: o primeiro sistema partidário existiu entre 1822 a 1889, caracterizado pelo conflito entre conservadores e liberais durante o Império; o segundo, de 1889 a 1930 na chamada Primeira República, inaugurando um sistema descentralizado, visando a contemplar oligarquias regionais; o terceiro sistema perdurou entre 1930 e 1937 e representava uma continuidade do sistema anterior; o quarto foi de 1945 a 1965 e compreendeu os primeiros partidos modernos do país e foram fortemente influenciados por Vargas; o quinto representou nossa única experiência bipartidária, no contexto da Ditadura Militar e funcionou entre 1965 até 1979; o sexto sistema partidário

brasileiro é o nosso vigente até hoje (MAYER, 2018). Como é possível notar, a história dos partidos brasileiros é parte imprescindível da história política do Brasil.

É importante dizer que a percepção histórica sobre os partidos políticos no Brasil é bastante negativa. Na República Velha, por exemplo, o Presidente Campos Sales (1898-1902) era avesso à ideia de partidos sob o argumento de que se tratavam de facções contrárias a tranquilidade do governo e do próprio desenvolvimento da República. Lessa (1999) destaca um trecho do discurso antipartidário de Campos Sales.

O que deve ser proscrito, porque é um mal social e um grave embaraço às soluções do presente, é o espírito partidário com suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das ideias, ora contrapondo-se ao desdobramento tranquilo da atividade governamental (LESSA, 1999, p. 141).

A composição ministerial do seu governo foi declaradamente contrária a indicações partidárias, “fora das vistas do partidarismo político e das conveniências regionais” (LESSA, 1999, p. 144), nas palavras do próprio Campos Sales. Assim, a representação política no Congresso Nacional no período se deu a partir de um pacto político entre o Presidente e os governadores estaduais. Holanda (2009) também registrou os sentimentos antipartidários da Primeira República.

No paradigma político de Campos Sales, não havia lugar para os partidos, mas forte empenho em suprimir as células de desorganização que arriscavam o espírito de unidade na política. Em suas palavras, “proclamei a política da tolerância e da concórdia. E chama-se a isto - desorganizar os partidos” (HOLANDA, 2009, p. 203).

Existia também uma crítica das forças políticas gaúchas de que os partidos não deveriam ser reconhecidos como espelhos da sociedade e em seu lugar, as profissões e as identidades profissionais mereciam ser o fiel da balança da representação política. “Diferente do expediente partidário, estranho à constituição real dos homens e das sociedades, as corporações estariam perfeitamente afinadas com a vida pública” (HOLANDA, 2009, p. 205). A tão proclamada “crise dos partidos políticos” não é exatamente uma novidade dos períodos contemporâneos.

A experiência brasileira mostra que as Forças Armadas sempre tiveram o papel de intervir na Constituição e tutelar a democracia. A emergência da Primeira República, em 1889, foi protagonizada pelos militares. O primeiro Presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, e seu sucessor, marechal Floriano Peixoto, eram militares e governaram o período conhecido como a República da Espada (1889-1904), caracterizado por medidas autoritárias. Segundo Lessa (1999), o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca - entre a proclamação e

a Constituição de 1891 - tinha como principais desafios a baixa institucionalização dos mecanismos de governo, a grita estadual decorrente das demandas federalistas e a hiperpolitização das Forças Armadas.

O componente caótico dos primeiros tempos da República teve, ainda, como ingrediente nada desprezível, o comportamento do estamento militar. Presentes no governo através do Presidente e dos Ministros Benjamin Constant e, depois, Floriano Peixoto, além do Ministro da Marinha, Eduardo Wandenkolk, os militares passam a viver uma inédita situação de hiperpolitização. Egressos de um regime que lhes confinava uma identidade estritamente profissional, passam a representar seu papel como dotado da missão de realizar com pureza a verdadeira república (...). A onda de intervenções do governo central nas políticas estaduais contou com significativa participação militar, em postos oficiais e extraoficialmente através do Club Militar (LESSA, 1999, p. 84).

Antes mesmo do Golpe Militar de 64, já havia tentativas de golpear Presidentes legitimamente eleitos a partir de 1945. “As Forças Armadas assumiram o poder com a missão de sufocar as demandas por igualdade, lidas como manifestações da interferência comunista” (MIGUEL, 2019, p. 42). É de amplo conhecimento que o regime militar (1964-1985) instaurou uma democracia de fachada, adotando um sistema bipartidário, composto pelo partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Com o enfraquecimento do regime e a inevitável abertura, os militares queriam assegurar um processo de transição lento, gradual e controlado. É nesse contexto que, almejando enfraquecer a oposição, em 1979 o governo extinguiu o bipartidarismo e abriu a possibilidade de criação de vários partidos. Segundo Rodrigo Motta, “a intenção era dividir a frente oposicionista reunida no MDB, explorando e aguçando as conhecidas divisões internas existentes no partido” (MOTTA, 2008, p. 104). É importante notar que essa estratégia não deu certo a princípio, pois nas primeiras eleições houve uma resistência de união dentro das fileiras do MDB. Posteriormente, a abertura resultou em uma aproximação maior dos partidos políticos com os movimentos sociais. O Movimento Feminista se dividiu entre o PT e o PMDB (PINTO, 2003). O Movimento Negro também entrou no PT e depois no PDT (RIOS, F., 2014). O Movimento Ambientalista se integrou ao PMDB e ao PT, com alguma presença também no PV (OLIVEIRA, 2021). E o Movimento LGBTI+ também entrou nas fileiras do PT (GREEN, 2018a; TREVISAN, 2018b).

Data de 1979 a criação do novo sistema partidário que funciona até hoje. Naquele ano, foram criados o PP (que foi incorporado ao PMDB em 1982), o PDS (que abrigou os governistas militares, ex-ARENA), o PMDB, o PDT, o PTB e o PT (que abrigaram a oposição

aos militares). No entanto, a estratégia de dividir a oposição para enfraquecê-la não prosperou, uma vez que o isolamento político do governo aumentou, provocado tanto pela crise econômica da época quanto pelo retorno dos movimentos sociais na cena pública, após muitos anos de perseguição e silenciamento forçado. E assim, tivemos o novo processo constituinte que resultou na promulgação da Carta Magna de 1988.

Nesse processo, em que os militares ainda detinham alguma força política, a Constituinte espelhou a ambiguidade das forças progressistas e conservadoras na disputa pela Carta Magna vigente do Brasil. Assim, a Constituição Federal de 1988 “ganhou um caráter algo paradoxal (...) o resultado foi uma série de soluções de compromisso que refletiam a correlação de forças do momento” (MIGUEL, 2019, p. 53). E apesar das muitas ausências no texto constitucional - como os direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e de mulheres, por exemplo - atualmente é considerada uma Carta avançada, cidadã. Ela trouxe dois importantes avanços do ponto de vista da inclusão política: o voto facultativo dos analfabetos e de adolescentes entre 16 e 18 anos³² (MOTTA, 2008).

Motta (2008) explica que os ventos da abertura política produziram leis bastante liberais, que facilitaram a criação e o registro de novos partidos políticos, razão pela qual houve crescimento no número de agremiações partidárias de lá pra cá. Entre os novos partidos criados, destaca-se o surgimento do PSDB entre os anos de 1987 e 88, uma dissidência do PMDB ao longo das votações na Constituinte, tanto por questões de ordem doutrinária como pelo incômodo com o controle de determinados atores políticos sobre a estrutura do PMDB. De fato, o PSDB é um partido relevante no pós-88, uma vez que governou o país durante a maior parte da década de 90. Esses fatos nos mostram que o sistema partidário brasileiro é pluripartidário, uma vez que possui mais de três partidos políticos e o arcabouço legal brasileiro permite a coexistência de múltiplos partidos políticos.

Um elemento importante do sistema político brasileiro é o nosso sistema eleitoral. O sistema eleitoral é importante definidor da dinâmica eleitoral e pode favorecer ou dificultar a participação de minorias em partidos por meio do lançamento de candidaturas diversificadas. Segundo Nicolau, “sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como, em uma determinada eleição, os eleitores podem fazer as suas escolhas e como os votos são somados para serem transformados em mandatos” (NICOLAU, 2015, p. 293). Assim, pode ser entendido como o conjunto de regras eleitorais que organizam a autorização para a representação política formal. Também segundo Nicolau, o Brasil adotou o sistema proporcional para a maioria dos

³² Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor, considera-se adolescente a pessoa que possui entre 12 e 18 anos de idade.

cargos legislativos (vereadores, deputados distritais, estaduais e federais) e o sistema majoritário para os cargos executivos (prefeitos, governadores, presidentes). O sistema majoritário também é adotado para eleger os senadores, embora seja uma função legislativa.

De acordo com Roeder e Braga (2017), há três princípios que orientam a definição dos sistemas eleitorais: o majoritário, o proporcional e o misto. O sistema majoritário é caracterizado “pela garantia de representação do candidato ou dos candidatos mais votados em uma eleição” (ROEDER; BRAGA, 2017, p. 133). Já o sistema proporcional “considera que as eleições têm como finalidade representar no parlamento, dentro do possível, todos os grupos e as forças sociais existentes na sociedade, na proporção do respectivo apoio eleitoral” (ROEDER; BRAGA, 2017, p. 133). Já os sistemas mistos configuram a união entre os sistemas majoritários e proporcionais para a conquista de um cargo³³.

A teoria também ajuda a explicar por que o Brasil possui tantos partidos políticos (fenômeno chamado de fragmentação partidária). Segundo Duverger (1980), o sistema majoritário de um turno tende ao dualismo dos partidos, o de dois turnos tende a um multipartidarismo e a representação proporcional também tende a um multipartidarismo. Desse modo, como o Brasil adotou, do ponto de vista do seu sistema partidário, o multipartidarismo e, do ponto de vista do seu sistema eleitoral, o sistema majoritário de dois turnos para os cargos executivos e a representação proporcional para os cargos legislativos, temos uma tendência à alta fragmentação partidária.

Disso decorrem dois fenômenos: (i) a grande quantidade de partidos políticos permitiu que LGBTI+ concorresse em eleições por diferentes partidos (DEHESA, 2015; SANTOS, G., 2016b), embora isso não signifique *a priori* que esses diferentes partidos tenham apoiado esses atores e suas pautas. (ii) O alto número de partidos registrado dificultou o equilíbrio daquilo pelo qual Abranches (1988) nomeou por “presidencialismo de coalizão” para caracterizar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo no nosso sistema político. Esse ponto é especialmente relevante para o debate LGBTI+, pois como vimos na experiência histórica, a questão da diversidade sexual e de gênero foi ponto polêmico entre os governos petistas e os partidos conservadores da base aliada. A maneira como o Movimento LGBTI+ dentro do PT reagiu a esse imbróglio será analisada no capítulo 5.

Segundo Abranches, a formação de coalizões envolve três momentos principais: de início, ocorre a aliança eleitoral (também conhecida por coligações), que demanda a pactuação

³³ Para uma explicação mais detalhada do sistema eleitoral brasileiro, com os cálculos utilizados para a composição proporcional do parlamento, assistir o seguinte vídeo da iniciativa “IESP nas Eleições”: https://www.youtube.com/watch?v=A6pTJc_0m4g. Acesso em: 25 fev. 2020.

nas diretrizes programáticas; depois, a constituição do governo, onde predomina a disputa por cargos e negociações em torno de um programa de governo e, por fim, a transformação da aliança em coalizão governante. Trata-se de um sistema instável e de alto risco, que requer a disposição do governo em respeitar e atender diretrizes ideológicas de diferentes partidos políticos com representação no parlamento tidos como inegociáveis, e que nem sempre são claramente apresentados nos momentos iniciais de formação das coligações e coalizões. Outra característica do presidencialismo de coalizão é a busca por contemplar a heterogeneidade e a pluralidade das demandas políticas do país, seja dos partidos, seja das diferentes regiões e estados (ABRANCHES, 1988).

Esse fenômeno específico do sistema político brasileiro é bastante complexo e produz consequências, muitas vezes negativas, para a institucionalização de demandas de políticas públicas dos movimentos sociais no Estado. Exemplo concreto disso foi o veto ao programa Escola Sem Homofobia, formulado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a sociedade civil no ano de 2011 com a finalidade de combater a violência contra a população LGBTI+ nas escolas. Como foi amplamente reportado à época, a Presidenta Dilma recuou nessa pauta em virtude da pressão de atores e partidos que compunham a base governista na Câmara dos Deputados, com especial protagonismo de representantes evangélicos. Mazzilli Pereira (2018) argumenta que a influência desses atores na coalizão petista restringiu as oportunidades políticas do Movimento LGBTI+ ante o governo. Esse episódio também produziu tensões significativas na interação entre os ativistas LGBTI+ integrantes do PT e o Governo Dilma, uma vez que os militantes apostavam na ação governamental para o combate à LGBTIfobia e tinham expectativas de que o partido no governo não recuaria nessa agenda.

Outro conceito que ajuda a explicar a quantidade de partidos políticos existentes no Brasil da atualidade é o “sinistrismo”. Duverger (1980) afirma que é comum facções internas de partidos romperem com a sua organização e criarem outro partido político. A experiência brasileira conta com uma série de dissidências partidárias que formaram novas agremiações, inclusive de casos em que grupos insatisfeitos com seu partido no governo romperam com a direção e fundaram novas organizações. Exemplo disso é o PSDB em relação ao PMDB durante a Constituinte e também o PSOL em relação ao PT durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, após o envio pelo governo de um projeto de reforma da previdência para o Congresso Nacional que teve o voto contrário de parte da bancada petista (RODRIGUES, T.,

2021). Esse grupo foi então expulso do partido e construiu o PSOL³⁴. Ficaremos apenas nesses exemplos entre tantos outros, já que representam os partidos analisados nessa pesquisa.

Avançando na literatura sobre os partidos políticos no Brasil, é possível notar que parte expressiva da literatura especializada se preocupa em analisar a institucionalização do nosso sistema partidário. A institucionalização nesse conjunto de trabalhos é entendida como a estabilidade e a consolidação do sistema partidário. É um pouco diferente da ideia de institucionalização de partidos como unidades, algo que interessa mais a nossa pesquisa, focada em analisar os fatores que produziram distintos processos de institucionalização da pauta LGBTI+ nos partidos brasileiros, e que será discutida na próxima seção.

Kinzo (2004), por exemplo, argumenta que a redemocratização brasileira instaurou as condições fundamentais para o funcionamento de um sistema democrático e representativo. Embora também seja necessário dizer que sua concepção de democracia esteja assentada no ideal schumpeteriano - considerado fundador das teorias econômicas da democracia - de democracia procedimental, como pode ser visto na sua definição de democracia.

A democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas (SCHUMPETER, 1961, p. 295-296, grifos suprimidos).

Assim, para Kinzo (2004), os partidos políticos possuem apenas duas tarefas: a de estruturar a disputa eleitoral e a de mobilizar o eleitorado. De modo semelhante, Schumpeter define partido como “um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político” (SCHUMPETER, 1961, p. 344) e constitui “reação ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o estouro da boiada. Representam, por conseguinte, uma tentativa de regular a luta eleitoral” (SCHUMPETER, 1961, p. 344). Trata-se de uma concepção elitista e mesmo restrita de partidos políticos.

Panebianco (2005) se contrapõe a esse pensamento estritamente eleitoral porque ele não explicaria o fato de haver partidos que preferem atuar na oposição ou adotam ações que os penalizam eleitoralmente³⁵. Roeder e Braga (2017) dizem que há na literatura três grandes

³⁴ Para conhecer a genealogia e a trajetória dos partidos políticos brasileiros entre 1945 e 2018, com suas dissidências, fusões e mudanças de nomes, consultar o interessante levantamento realizado pelo Nexo Jornal no link: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2018/07/16/A-genealogia-e-o-perfil-dos-partidos-brasileiros>. Acesso em: 25 fev. 2020.

³⁵ Segundo Panebianco, “os partidos - como qualquer outra organização - se distinguem pelo *ambiente* específico no qual desenvolvem uma *atividade* específica. Quaisquer que sejam as outras possíveis arenas em comum com outras organizações, somente os partidos atuam na arena eleitoral disputando votos. Isso permite distinguir

concepções sobre os partidos: uma primeira mais estreita ou eleitoral, uma segunda que é excessivamente ampla e orientada pela ideia de conquista de poder e uma terceira que abarcaria definições intermediárias entre seu papel eleitoral e o exercício da influência sobre o poder político. Os autores também falam em funções e papéis: as funções seriam a representativa, a governativa e a de direção ideológica na elaboração de políticas públicas. Quanto aos papéis, seriam o de organizar a competição eleitoral, estruturar o processo de governo, recrutar as elites dirigentes que ocuparão cargos estratégicos, agregar interesses e socializar novos agentes políticos (ROEDER; BRAGA, 2017).

As concepções adotadas por Roeder e Braga (2017) são relevantes para o nosso estudo porque estamos interessados em analisar as interações entre partidos políticos e movimentos da sociedade, especificamente o Movimento LGBTI+. Se partidos possuíssem apenas a tarefa de organizar a disputa eleitoral e a de mobilizar eleitores, tal como Kinzo (2004) argumentou, não faria sentido buscar entender como partidos se conectam com a sociedade ou como atores sociais almejam transformar a sociedade via partidos, alterando suas estruturas internas, formulando programas de governo e orientando quadros políticos para agirem em favor das causas do movimento. Nesse sentido, ao destacar a função representativa, governativa e ideológica dos partidos, Roeder e Braga (2017) possibilitam pensar a relação dessas organizações com a sociedade. A função representativa visa à representação de interesses e demandas da sociedade e a função ideológica à formulação de políticas e ações governamentais que intervenham em problemas sociais.

Além de Braga (2010), Carreirão (2014), Kinzo (2004) e Tarouco (2010) dedicam muitas linhas para analisar a institucionalização do sistema partidário brasileiro. Tarouco (2010) explica que a institucionalização dos partidos como unidades não pressupõe a institucionalização do sistema partidário como um todo, tratando institucionalização como estabilidade. A pesquisadora parece concordar com a tipologia de partidos cartel, já que entende que os partidos políticos têm fracas raízes na sociedade e que em sua análise deve se considerar o deslocamento de suas funções originárias - representativas e expressivas - para funções procedimentais e de gestão da democracia competitiva.

Tarouco (2010) opta por trabalhar com uma concepção partidária minimalista para quem os partidos políticos apenas (i) competem em eleições para formar o governo e o legislativo, (ii) atuam em diferentes frentes, desenvolvendo suas relações com o Estado sem o aprofundamento de vínculos societários e (iii) competem com outras associações pela

os partidos por uma *atividade* (relacionada a um ambiente específico) que não compartilham com nenhum outro tipo de organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 11, grifos do autor).

canalização de interesses. Analisando a institucionalização dos partidos brasileiros pelo seu desempenho eleitoral, a autora chega à conclusão de que o nosso sistema partidário “trata-se de um sistema razoavelmente estabilizado de partidos que lograram se estabelecer, permanecem na competição e são persistentemente reconhecidos como tais no ambiente político” (TAROUCO, 2010, p. 181). É importante lembrar que o debate sobre institucionalização empreendido aqui diz respeito a padrões de estabilidade do sistema partidário brasileiro como um todo, diferentemente da nossa abordagem, centrada na institucionalização de pautas e temas de movimentos sociais em partidos políticos como organizações unitárias.

Saward (2008), teórico que discute a ideia de representação política construtivista (uma conceitualização de representação que ocorreria para além da autorização eleitoral, composta de reivindicações representativas em que a audiência rejeita ou se identifica), também observa que os partidos políticos contemporâneos possuem laços representativos mais sólidos com o Estado que com a sociedade, como é possível ver nesse trecho.

Esta é a era do partido ‘catch-all’ - que procura apoio fora da sua base tradicional - e mais tarde o ‘partido cartel’, que é em grande parte financiado pelo Estado e não pelos apoiadores, e identificados mais com o Estado, e de fato em alguns casos com outros grandes partidos, do que com grupos de apoiadores (SAWARD, 2008, p. 279, tradução livre³⁶).

Os partidos contemporâneos representariam o Estado para a sociedade e não o contrário. Saward destaca três fatores explicativos para essa transformação dos partidos em termos de vínculo representativo: (i) o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, como a televisão e mais recentemente a internet, ampliando a audiência; (ii) o borramento das fronteiras das classes sociais e a tendência a individualização e (iii) o maior grau de instrução do eleitorado (SAWARD, 2008).

Braga (2010) também tenta verificar o grau de institucionalização do sistema partidário e dos partidos brasileiros. Sua concepção de partidos é muito parecida com a de Tarouco (2010). Para proceder à verificação do grau de institucionalização, a autora analisa três elementos: (i) a existência ou não de organização competitiva em nível das eleições municipais, (ii) a apresentação de candidatos às disputas eleitorais nacionais e (iii) a permanência dos partidos na competição por sucessivas eleições. Sua conclusão é a de que “a verificação do grau de institucionalização do sistema partidário pela volatilidade eleitoral e ideológica identificou uma

³⁶ Do original: “*This is the era of the ‘catch-all’ party – which seeks support outside its traditional base – and later the ‘cartel’ party, which is largely state rather than supporter funded, and identifies more with the state, and indeed in some cases other major parties, than with supporter groups*”.

dinâmica gradativa de institucionalização do sistema de partidos no Brasil” (BRAGA, 2010, p. 68) e do ponto de vista da estrutura de competição “o sistema partidário caminhou para uma estrutura de competição mais fechada” (BRAGA, 2010, p. 68).

Diferentemente das pesquisadoras apresentadas, Carreirão (2014) caminha numa outra direção. Ele argumenta que para além da institucionalização, há outros indícios que apontam para um sentido contrário à consolidação do sistema partidário; que a disputa presidencial não estrutura tão fortemente o sistema e que a ideologia conta cada vez menos como estruturadora desse sistema. O autor defende que um conjunto de partidos avulsos não forma um sistema, e sim o estabelecimento de certos padrões de inter-relação entre eles, como padrões de competição eleitoral (correlações de força, tipos de coligação) e de coalizões. E levanta as seguintes perguntas:

Se a correlação de força entre os partidos se altera bruscamente entre uma eleição e outra (altos níveis de volatilidade), se muitos partidos competem, formando tipos os mais diferenciados de coligação seja para cargos diferentes numa mesma eleição, seja para um mesmo cargo entre uma eleição e outra, se as coalizões para diferentes níveis de governo (federal, estadual, municipal) num mesmo momento ou para um mesmo nível em diferentes momentos também se alteram muito, será que poderemos falar de sistema partidário razoavelmente estabilizado? (CARREIRÃO, 2014, p. 260-261).

Seus dados, relativos às coligações, coalizões e migrações partidárias, demonstram que a ideologia perdeu peso nas últimas décadas do nosso sistema partidário, tornando o comportamento das elites políticas incoerente ideologicamente e que, mesmo privilegiando a análise da estrutura da competição e da formação de governos, não parece que estejamos caminhando para um processo de estruturação do sistema partidário. Como se vê, o autor possui um entendimento mais crítico (CARREIRÃO, 2014). Outras teorias de partidos debatem o conceito de institucionalização para além da estabilidade do sistema partidário, olhando para os partidos individualmente. Exemplo disso é a contribuição de Panebianco (2005) que define institucionalização como a incorporação pela organização dos valores e objetivos dos fundadores e a autonomização em relação ao ambiente que a cerca (PANEBIANCO, 2005). Apresentaremos na próxima seção este esquema teórico mais detalhadamente.

Muitas das contradições e incoerências destacadas por Carreirão (2014) – indistinção ideológica, alto nível de volatilidade entre uma eleição e outra, coligações e coalizões confusas e contraditórias – aparecem na opinião pública como uma crise dos partidos políticos. Essa crise aconteceria porque os partidos não têm conseguido representar a contento os anseios e expressar interesses da sociedade, ocasionando outros problemas, seja na representação política, seja na democracia como um todo. Além dos vieses representativos, há também uma permanente

desconfiança sobre as agremiações partidárias e sobre a classe política. No Brasil da contemporaneidade, frequentemente são noticiados escândalos de corrupção pela grande imprensa, e, muitas vezes, o estigma da corrupção é manejado na própria disputa política, como temos visto sendo feito pela nova direita brasileira (GALLEGO, 2018). Além disso, os resultados insatisfatórios da economia também impactam nessa desconfiança, como demonstra Lazzari (2017).

Essa ideia de crise nos remete aos debates sobre o governo representativo. Segundo Manin (1995), seriam quatro os elementos que constituem esse tipo de governo: (i) os representantes precisam ser eleitos pelos representados, (ii) os representantes possuem independência parcial, (iii) deve haver liberdade de opinião pública e (iv) as decisões políticas requerem debate público. A partir desses critérios, Manin (1995) então classifica três modelos de governos representativos presentes ao longo da história: o governo de notáveis (ou de tipo parlamentar), o governo de partidos e a democracia de público (também chamada de democracia de audiência). Diferentemente da ideia de crise dos partidos, o autor sugere que há uma transformação da democracia, em que a escolha dos representantes se daria de maneira personalizada, mediada pelos meios de comunicação de massa. Assim, a intermediação operada pelos partidos, sua burocracia e seus militantes, perderiam força e importância.

Tendo isso em vista, Mayer (2018) faz um balanço sobre os principais entendimentos da literatura especializada sobre as nossas legendas, não muito otimista. Há uma ideia recorrente de que existe um afastamento dos partidos da sociedade, falta de contato e baixa identificação partidária. Do ponto de vista ideológico, o nosso caso seria de difícil classificação porque muitos partidos se comportam como organizações *catch all*, com poucas exceções. A adoção do sistema proporcional de lista aberta incentiva a personalização da disputa eleitoral e a tendência de gerar partidos fracos, reféns de suas lideranças políticas. Por fim, a institucionalização do sistema partidário brasileiro seria precária (MAYER, 2018).

É válido ressaltar que diversos debates que permeiam a discussão sobre partidos políticos não são consensuais, com posições diversificadas e variadas dependendo da perspectiva de cada autor ou autora. Rodrigues, T. (2021) afirma que os partidos estão presentes na sociedade civil brasileira e apresenta a hipótese de que as agremiações partidárias se conectam com as grandes organizações da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes, mas que essas organizações não conseguiriam representar os cidadãos. O problema, então, estaria na sociedade civil e não nos partidos em si, posição essa que divergimos, pois ela exige os partidos de fazerem autocrítica e de se esforçarem tendo em vista a aproximação com a sociedade (RODRIGUES, T., 2021).

No presente momento, o Brasil possui 35 partidos políticos organizados e mais de 60 buscando o registro e a legalização perante o Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com Mayer (2018), os principais partidos brasileiros são o Democratas (DEM), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Progressista (PP), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Verde (PV), pequenos partidos de direita como o Partido Republicano (PR) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), pequenos partidos de esquerda como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), além dos maiores PT, PSDB e PMDB (MAYER, 2018).

É nesse cenário complexo e multifacetado que algumas organizações têm incluído a pauta da diversidade sexual e de gênero. Certamente, há experiências mais programáticas, com partidos políticos preocupados em representar anseios, interesses e demandas da população LGBTI+, e outras mais pragmáticas, com partidos interessados apenas em obter ganhos eleitorais com a inclusão desse segmento em suas fileiras. Outros, ao contrário destes, preferem fazer oposição a agenda de direitos sexuais e reprodutivos. No outro lado da moeda, o Movimento LGBTI+ também tenta se apropriar desses espaços, ocupá-los e ressignificá-los, de modo a obter ganhos políticos e assegurar o direito à participação política. Além disso, LGBTI+ não necessariamente engajados também têm se lançado à dinâmica partidária para perfazer suas carreiras políticas. Contudo, a institucionalização partidária como organizações unitárias é algo complexo e por isso nos deteremos a essa questão na próxima seção.

2.3 Institucionalização

Como vimos na seção anterior, a institucionalização é uma importante questão no debate teórico sobre partidos políticos, mobilizando diversos pesquisadores a discutirem o fenômeno. Uma parte dos estudiosos se preocupa em analisar a institucionalização dos sistemas partidários como conjunto, importante pra estruturação de competições eleitorais e do sistema político (BRAGA, 2010; CARREIRÃO, 2014; KINZO, 2004; TAROUCO, 2010). Para esses trabalhos, institucionalização é manejada como algo próximo a estabilização do sistema partidário, com padrões recorrentes e previsíveis de ideologia, coalizões, coligações e baixa volatilidade eleitoral. Outra parte da literatura de partidos discute a institucionalização de organizações partidárias como unidades (PANEBIANCO, 2005). Nesse caso, a institucionalização ainda dialoga com a ideia de estabilidade, principalmente com a ideia de lealdades organizativas

estáveis (algo bem diferente da estabilidade do sistema partidário), mas a ênfase maior é sobre a autonomização do partido em relação ao ambiente.

Antes de explorar definições de institucionalização de partidos como organizações unitárias, é preciso ter em mente o que são instituições e o que são organizações a fim de evitar confusões conceituais. Começamos pela definição de instituições. De acordo com a perspectiva do neoinstitucionalismo histórico, tratam-se dos

Procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Isso se estende-se [sic] das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas. Em geral, esses teóricos têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196).

Já para North, “instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana. Consequentemente, estruturam incentivos ao intercâmbio humano, seja político, social ou econômico” (1990, p. 3, tradução livre³⁷). Por sua vez, para Gurza Lavalle e colegas, instituição “pressupõe a fixidez de atributos e permanência temporal daquilo que é” (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019, p. 22). Em palavras mais econômicas, instituições seriam “ordens que se autorreproduzem” (ABERS, 2021, p. 17).

Essa compreensão é o ponto de partida para que Abers (2021) avance na definição de instituições levando em consideração a agência humana em arenas institucionais. De maneira refinada, a autora apresenta abordagens relevantes da sociologia que ora hiperdimensionam o poder das estruturas sobre a ação humana, como sugerem Bourdieu (1977) e Giddens (1984), ora dão ênfase a capacidade agêntica dos sujeitos, como se estes fossem super-heróis desvinculados das regras institucionais, presente em DiMaggio (1977). Dialogando com Ansell (2013) que compreende que “instituições coexistem em ecologias ultracomplexas, caracterizadas por sobreposições e contradições” (ABERS, 2021, p. 24), a autora defende a tese de que “a ação ocorre não como negação de estruturas, mas a partir delas, como enfrentamento crítico de um mundo problemático” (ABERS, 2021, p. 25).

Essas reflexões teóricas sobre ação humana e estruturas permitem Abers (2021) apresentar uma concepção mais arejada de instituições, concepção esta com a qual esta tese

³⁷ Do original: “Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the / humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic” (NORTH, 1990, p. 3).

converge e faz dela a base teórica em que se assenta a pesquisa e o conjunto de análises empreendido.

Entendem-se as estruturas ou instituições não como ordens que automaticamente se reproduzem, mas como contextos que criam rotinas e crenças e distribuem recursos de maneira frequentemente problemática. Isso significa que não é incomum que o ator seja obrigado a usar a capacidade criativa para decidir o que fazer. Por outro lado, esses atos criativos não são superações heroicas em que o ator consegue se livrar das estruturas em que se situa. Pelo contrário, as mesmas rotinas (hábitos), crenças e recursos são a matéria-prima que o ator vai ter que usar para lidar com os problemas (ABERS, 2021, p. 25).

Por tal razão é que acreditamos na mudança institucional como um processo complexo envolvendo conjuntamente regras constituídas e agência.

Tal definição de instituições nos leva a descrever outro conceito relevante para esta pesquisa, qual seja, o de ativismo institucional. Segundo Abers, ativismo é a “ação coletiva em prol de causas contenciosas, entendidas como um projeto que coloca as instituições em questão, seja para transformá-las, seja para defendê-las contra ameaças percebidas” (2021, p. 31), em que causa contenciosa seria “um objetivo que envolve a defesa ou a crítica de mudanças nas instituições que organizam as relações de poder na sociedade” (2021, p. 27). Assim, sobre o conceito de ativismo institucional, Abers define: “a palavra institucional aqui se refere mais ao local da luta do que ao objeto: ativismo institucional seria então a ação coletiva proativa em prol de causas contenciosas quando realizada por atores em instituições” (2021, p. 32).

Esse conceito lança luz sobre o nosso objeto, na medida em que em determinados partidos políticos é possível vislumbrar certo ativismo institucional para transformar essas organizações, geralmente protagonizado por minorias políticas que se sentem excluídas ou prejudicadas na distribuição de recursos materiais, simbólicos ou políticos. Por esse motivo, caminharemos para a exploração de diferentes abordagens de institucionalização que circulam em parte da literatura científica. Mas antes ainda falta apresentar a definição de organizações adotada nesse trabalho.

Segundo Douglas North, as organizações foram “criadas para aproveitar as oportunidades presentes por instituições na formação do desenvolvimento das economias” (1990, p. 8, tradução livre³⁸). As organizações então seriam “grupos de indivíduos vinculados por algumas finalidades de alcançar objetivos” (1990, p. 14, tradução livre³⁹) e “fornecem uma

³⁸ Do original: “created to take advantage of the opportunities presented by institutions in shaping the development of economies” (NORTH, 1990, p. 8).

³⁹ Do original: “They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives” (NORTH, 1990, p. 14).

estrutura para interação humana” (1990, p. 13, tradução livre⁴⁰). Desse modo, “organizações são criadas para tirar proveito daquelas oportunidades e, à medida que as organizações evoluem, elas alteram as instituições” (1990, p. 16, tradução livre⁴¹). Alguns exemplos de organizações comuns na sociedade contemporânea são

[...] Órgãos políticos (partidos políticos, Senado, um conselho municipal, agência reguladora), órgãos econômicos (firmas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas), órgãos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e órgãos educacionais (escolas, universidades, treinamento vocacional, centros de distribuição) (NORTH, 1990, p. 14, tradução livre⁴²).

Embora seja comum confundir instituições e organizações, muitas vezes tratando-as como sinônimas, há uma diferença significativa entre ambas: instituições estão mais para as regras enquanto as organizações tratam de grupos orientados por objetivos. Assim, podemos entender que partidos políticos são organizações, embora sejam regulados por instituições (como as leis partidárias de um dado sistema político, por exemplo) e também criem instituições que orientam a ação humana dos seus membros (regimentos internos e resoluções, por exemplo). Logo, a institucionalização poderia ser entendida como o processo transitório que resulta em instituições fixas.

Neste trabalho, adotamos uma dupla definição de institucionalização na análise de partidos como organizações unitárias. Uma, elaborada pela literatura de movimentos sociais, a partir de Gurza Lavalle *et al.* (2019), interessados em compreender como movimentos sociais institucionalizam políticas públicas no Estado. Outra, desenvolvida pela literatura de partidos políticos, especialmente a partir do quadro teórico de Angelo Panebianco (2005), preocupado em desvelar processos organizacionais e relações de poder no interior dos partidos modernos.

Inicialmente, é importante alertar para o fato de que a abordagem da institucionalização em Gurza Lavalle *et al.* (2019) foi pensada para a relação entre movimentos sociais e o Estado na produção de políticas públicas. A adaptação realizada para a análise sobre partidos políticos se dá pela semelhança do fenômeno: atores (ativistas, movimentos sociais ou organizações da sociedade civil) interagem com instituições (Estado ou partidos) para obterem ganhos (políticas públicas ou políticas partidárias) que fortaleçam direitos (sociais, econômicos, civis ou

⁴⁰ Do original: “organizations provide a structure to human interaction” (NORTH, 1990, p. 13).

⁴¹ Do original: “Organizations are created to take advantage of those opportunities, and, as the organizations evolve, they alter the institutions” (NORTH, 1990, p. 16).

⁴² Do original: “Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers)” (NORTH, 1990, p. 14).

políticos). Temos ciência dos riscos na adaptação de uma teoria pensada em torno de um fenômeno específico para um outro caso. No entanto, também sabemos das potencialidades e dos ganhos para a própria teoria, que pode ser alargada, e para a explicação do fenômeno empírico em tela.

Gurza Lavalle *et al.* (2019) explicam sua aproximação com o neoinstitucionalismo histórico devido às limitações de outras correntes teóricas, a saber, o pluralismo, o corporativismo e a teoria dos movimentos sociais. No pluralismo, a partir de Robert Dahl (1989), os regimes democráticos asseguram a expressão dos interesses sociais na formação de governos (por meio de eleições) e na tomada de decisões sobre políticas (por meio de processos de influência como manifestações, opinião pública ou *lobby*). No entanto, a institucionalização pluralista trata dos resultados ou benefícios das decisões públicas e não à capacidade de atuação em face do Estado (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019).

No corporativismo, a institucionalização estatal concede representação a atores sociais assegurando o monopólio da representação, recursos estáveis e o controle de barreiras para dificultar a entrada de concorrentes (SCHMITTER, 1992). Exemplo dessa representação monopolizada são as centrais sindicais. Contudo, como recompensa dessa influência estatal conquistada pela institucionalização, atores sociais permitem-se controlar pelo Estado por meio de legislação que regulam estritamente seu funcionamento (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019).

Na teoria dos movimentos sociais, a institucionalização é tratada sob duas compreensões conflitantes entre si: uma primeira aborda esse processo como sinônimo de desmobilização e cooptação dos movimentos sociais. Já uma segunda compreensão entende que os movimentos não podem ser analisados apenas sob a ótica do confronto político e que eles combinam uma pluralidade de formas de relação com o Estado. Essas diferentes formas de relação ficaram conhecidas no Brasil como “repertórios de interação” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). No entanto, a limitação desse conceito é apontada pela ausência de abrangência analítica para iluminar os graus de institucionalização da ação (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019). Não haveria diferenças entre os repertórios de interação no que tange à sua capacidade de influência e incidência sobre o Estado.

Desse modo, os autores partem da literatura neoinstitucionalista, ou do conceito de *engineering fit*, de Theda Skocpol (1992), avançando na caracterização da variabilidade dos tipos de encaixes ou dos movimentos se encaixarem no Estado. Assim, institucionalização “opera como um verbo substantivado e remete ao devir, mais especificamente ao processo de institucionalizar, de transformação de algo em instituição” (GURZA LAVALLE, *et al.*, 2019, p. 22). Analisando a política de saúde e de HIV/Aids para a população negra e indígena, por

exemplo, Coelho e Gurza Lavalle notam que “a institucionalização comporta graus diversos pela combinação de diferentes encaixes institucionais operando em distintos níveis de autoridade” (COELHO; GURZA LAVALLE, 2019, p. 333).

É preciso explicar o que são encaixes institucionais. Para Gurza Lavalle e colegas, tratam-se de

[...] Sedimentações institucionais de índole pública e, uma vez produzidas, não garantem controle exclusivo aos atores que as produziram. Assim, encaixes conferem alguma agência com certa duração a determinados tipos de atores, e não apenas àqueles diretamente envolvidos no processo de institucionalização. Leis, regulações, cargos e cadeiras ou vagas, órgãos e organismos, técnicas e instrumentos de políticas podem ser encaixes quando emergem como sedimentações institucionais de interações socioestatais e “fazem” os atores agir (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019, p. 22).

Os encaixes institucionais possuem caráter estável e só se diferem conceitualmente da ideia de instituições porque tratam de sedimentações resultantes da interação socioestatal, normalmente impulsionada por movimentos sociais. Encaixes institucionais, portanto, são precedidos pela institucionalização, que seria nada mais que o processo, o caminho que resulta no encaixe.

A análise dos encaixes institucionais pressupõe levar em conta (i) a variação horizontal que é o tipo e as especificidades de cada encaixe, (ii) a variação vertical que diz respeito à hierarquia política ou de autoridade que os encaixes alcançam e, por fim, (iii) as configurações que representam a articulação entre diversos encaixes posicionados em níveis distintos. A articulação vertical e horizontal dos encaixes “permite diferenciar em quando operam configurações de encaixes de maior alcance e potência (domínios de agência) e quando se trata simplesmente de encaixes avulsos ou em alguma medida desarticulados entre si” (GURZA LAVALLE *et al.*, 2017, p. 21).

Vale destacar que o conceito de “domínios de agência” trabalhado pelos autores, que representaria o potencial máximo de influência ou efetividade dos movimentos em termos de fazer o Estado agir na direção de suas agendas, não será aqui adotado. A ideia de domínios de agência propõe uma associação entre a literatura neoinstitucionalista e corporativista de representação. Atores sociais podem conseguir domínios de agência, ou monopólios parciais de representação no interior de uma agência governamental. Um exemplo típico, estudado pelos autores, é o domínio conquistado pelo movimento sanitarista na política de saúde. Já os partidos políticos não conferem monopólios, sendo que eles próprios detêm domínios sobre regimes parciais de representação.

O conceito de encaixe institucional permitirá observar quais espaços ou entradas o Movimento LGBTI+ conseguiu “cavar” nos partidos, para usar uma expressão utilizada pelos autores, bem como apreender esse processo histórico, tornando as agremiações partidárias porosas aos interesses e valores da militância. É importante destacar que o conceito de encaixe também pressupõe uma dinâmica relacional, pois não se trata, de um lado, de uma simples abertura das instituições aos movimentos e, de outro, da capacidade unilateral dos atores de movimentos pressionarem os partidos. Ao mesmo tempo que os partidos abrem espaços aos movimentos e lideranças, são eles próprios transformados, e vice-versa. Como diz Hellman (2018 [1992]), o encontro com movimentos possibilita ao partido o surgimento de uma nova formação política, a transformação de programas políticos, além de suscitar novas agendas.

É entendimento comum entre diversos pesquisadores/as do campo disciplinar da participação política brasileira que movimentos sociais não necessariamente perdem capacidade de mobilização e agência quando interagem com instituições políticas. James Green considera que a ideia de cooptação expressa concepções paternalistas e diz, recuperando parte da história da fundação do Movimento LGBTI+, que não era do interesse da direção do PT ou da Convergência Socialista utilizar massas de gays e lésbicas para fortalecerem o partido. Pelo contrário, os dirigentes partidários viam com preocupação a entrada desses atores na organização dada a composição social e política conservadora da época no país. O historiador reflete que uma parte dos ativistas da fundação reproduziram paranoias e fantasias anti-comunistas e anti-marxistas típicas do regime militar⁴³.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) ao falarem em “projetos políticos” já alertavam para o fato de que ativistas compartilham projetos políticos com atores estatais em um Estado bastante complexo e heterogêneo. Abers e von Bülow (2011) propuseram o reconhecimento de que redes de movimentos sociais ultrapassam as fronteiras entre sociedade e Estado. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) elaboraram o famoso conceito de “repertórios de interação” tendo em vista a capacidade agêntica dos movimentos em suas rotinas de interação com o Estado.

A própria ideia de “encaixe institucional” (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019), central a esse estudo, pressupõe que os movimentos disputam as instituições e as transformam a seu favor, numa ideia metafórica de “cooptação do Estado” ou “cooptação às avessas”. Almeida, Vieira e Kashiwakura (2020) chamam atenção para os limites da compreensão dicotômica entre repertórios confrontacionais *versus* colaborativos e para a necessidade de avaliar o conteúdo dos repertórios em espaços institucionalizados e suas especificidades. Recentemente, Abers

⁴³ Observações realizadas pelo historiador na defesa da tese, a quem agradecemos pelas reflexões e contribuições ao trabalho.

(2021) publicou obra dedicada ao estudo do ativismo institucional, conceito que lança luz sobre a ação coletiva na defesa de causas contenciosas realizada por atores no interior das instituições.

Pensando as identidades coletivas dos movimentos sociais, Oliveira (2021) ao analisar a interação do movimento ambientalista com partidos políticos no Brasil assevera que “o fato de os movimentos sociais se aproximarem e interagirem com partidos políticos, ainda que sua identidade coletiva seja transformada nessa relação, não implica necessariamente que ela será eclipsada ou preterida pela identidade do partido político” (OLIVEIRA, 2021, p. 586). Finalmente, Evelina Dagnino abordou os problemas do termo “cooptação” em entrevista concedida a Ana Claudia Teixeira e Thiago Trindade. Para ela, cooptação seria um termo superficial e simplificador que se ampara nas aparências e que pressupõe que os movimentos sociais seriam inocentes, massas de manobra, incapazes de agência e de fazerem suas próprias escolhas (TEIXEIRA; TRINDADE, 2018). Nos filiamos teoricamente a esse conjunto de debates e perspectivas que refutam a ideia de que a interação socioestatal ou sociopartidária resulta necessariamente em cooptação dos movimentos pelo Estado ou partidos.

Em trabalhos posteriores, Szwako e Gurza Lavallo (2019) propõem uma classificação dos tipos de institucionalização de movimentos sociais em instituições políticas. A institucionalização seria programática, simbólica, prática e posicional. A programática diz respeito à institucionalização de projetos e programas específicos em âmbito estatal animados por movimentos (SZWAKO; GURZA LAVALLE, 2019); a institucionalização simbólica caracteriza-se pela adoção de categorias e classificações oriundas dos movimentos; a institucionalização prática é entendida como um aspecto técnico da política pública e a institucionalização posicional trata da ocupação de cargos na burocracia (GURZA LAVALLE, SZWAKO, 2023). Preservadas as diferenças e especificidades, essas categorias também podem ser pensadas para a interação entre movimentos e partidos. Pretendemos olhar a institucionalização de valores da militância LGBTI+ em partidos a partir de encaixes institucionais e eles podem ser diferenciados dessa classificação.

Ao lado das dimensões analíticas apresentadas pela literatura de movimentos sociais, focada na ação dos movimentos sobre instituições políticas de modo a disputá-las, é importante também analisar como os partidos se transformam, como as relações de poder internas moldam essas organizações e afetam a ação de seus membros, por isso recorreremos também à definição de institucionalização na literatura de partidos políticos. Os escritos de Panebianco (2005) são os que mais nos auxiliam nessa tarefa de compreender como os partidos se institucionalizam porque ele parte de uma compreensão organizacional da disputa e da distribuição do poder e olha para eles como unidades.

De início, o autor apresenta uma definição de institucionalização mais abstrata quando ele busca se localizar no debate mais amplo sobre esse fenômeno. Assim, inicialmente institucionalização seria “a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas” (PANEBIANCO, 2005, p. 36) e diz que a evolução organizativa é composta por três fases: gênese, institucionalização e maturidade. Esse processo implica a transição de uma participação do tipo movimento social, própria do partido como um sistema de solidariedade social a uma participação do tipo profissional, própria do partido como um sistema de interesses. Contudo, é no desenvolvimento da sua obra que ele vai refinar e definir precisamente o conceito. “Institucionalização é efetivamente o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido” (PANEBIANCO, 2005, p. 100) e “significa sempre, ao menos em certa medida, ‘autonomização’ do ambiente no sentido indicado” (PANEBIANCO, 2005, p. 104).

Para que a organização incorpore valores e objetivos dos seus fundadores e conquiste autonomia perante o ambiente, ela precisa assegurar o desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização (próprios dos dirigentes nos diversos níveis) e o desenvolvimento de lealdades organizativas difusas. Assim, as futuras elites devem ser socializadas aos compromissos da função de acordo com o desenvolvimento organizativo. O desenvolvimento de lealdades organizativas depende da distribuição de incentivos coletivos, relacionados à formação de uma identidade coletiva tanto para a militância quanto para o eleitorado fiel, e seletivos, relativos a compensações monetárias, patrocínios, serviços de assistência, empregos no partido ou em cargos públicos e *status* (PANEBIANCO, 2005).

Para proceder à análise da ordem organizativa de um partido é preciso investigar a sua estrutura de poder, como o poder é distribuído dentro da organização, como se reproduz, como se modificam as relações de poder e com quais consequências organizativas. Antes disso, Panebianco (2005) afirma que primeiro é preciso saber o que é o poder organizativo. Ele inicia seu argumento apontando elaborações consideradas insuficientes sobre o poder organizativo⁴⁴ e recorre à teoria das organizações segundo a qual entende o poder como uma relação de trocas. O poder é relacional, assimétrico, mas recíproco. Manifesta-se numa “negociação

⁴⁴ Um primeiro exemplo seria a literatura contra ou a favor da Lei de Ferro de Robert Michels (1982 [1911]), pouco concludentes. Um segundo exemplo possui duas interpretações: (i) o poder estaria concentrado tradicionalmente nas mãos do líder parlamentar e do seu restrito *entourage*; (ii) o poder no interior dos partidos estaria muito mais fragmentado e difuso.

desequilibrada”, numa relação de troca desigual em que um agente ganha mais que o outro (PANEBIANCO, 2005).

O poder nunca é absoluto, os seus limites estão implícitos na própria natureza da interação. A relação de poder entre um líder e seus seguidores deve ser concebida como uma relação de troca desigual em que o líder ganha mais do que os seguidores e dá algo em troca. Assim, o sucesso das barganhas depende do grau de controle que os diferentes agentes têm sobre determinados recursos. Os recursos do poder estão relacionados ao controle de “áreas de incerteza organizativa”, de todos aqueles fatores que se não forem controlados ameaçam ou podem ameaçar a sobrevivência da organização ou a estabilidade da sua ordem interna. Os líderes são aqueles que controlam as principais áreas de incerteza, cruciais para a organização e que podem usar esse recurso nas negociações internas (jogos de poder) desequilibrando-as em seu próprio favor (PANEBIANCO, 2005).

Há dois tipos distintos de negociação. A negociação entre os líderes (jogos de poder horizontais) e a negociação líderes-seguidores (jogos de poder verticais). O autor foca no conteúdo das trocas verticais, recorrendo à teoria dos incentivos: os líderes trocam incentivos por participação. Contudo, não se trata de uma participação qualquer (principalmente aquelas que venham a contestar a liderança, o que desincentiva repertórios contenciosos). Tal participação deve servir tanto para fazer funcionar a organização quanto para expressar um consenso o mais próximo possível de um mandato em branco. Essa troca desigual implica maior liberdade dos líderes e menor liberdade dos seguidores (PANEBIANCO, 2005).

Os incentivos em organizações voluntárias, como os partidos políticos, são de dois tipos: os incentivos coletivos e os incentivos seletivos. Os incentivos coletivos atuam como incentivos de identidade, já os incentivos seletivos atuam como incentivos materiais e de *status* (PANEBIANCO, 2005). Weber já havia notado o papel dos incentivos seletivos nos partidos em obra clássica. Quando discute duas maneiras de fazer política (ou se vive “para” a política ou se vive “da” política), Weber afirma:

A compensação típica outrora outorgada pelos príncipes, pelos conquistadores vitoriosos ou pelos chefes de partidos, quando triunfantes, consistia em feudos, doação de terras, prebendas de todo tipo e, com o desenvolvimento da economia financeira, traduziu-se, mais particularmente, em gratificações. Em nossos dias, são empregos de toda espécie, em partidos, em jornais, em cooperativas, em organizações de seguro social, em municipalidades ou na administração do Estado – distribuídos pelos chefes de partido a seus partidários, pelos bons e leais serviços prestados. **As lutas partidárias não são, portanto, apenas lutas para consecução de metas objetivas, mas são, a par disso, e sobretudo, rivalidades para controlar a distribuição de empregos** (WEBER, 1993 [1967-8], p. 67-68, grifo nosso).

Panebianco (2005) delimita três pontos: (i) todo partido deve distribuir incentivos coletivos e seletivos para garantir participação. (ii) O sistema de incentivos varia de partido para partido e também em um mesmo partido com o decorrer do tempo. (iii) Todo agente organizativo tende a se beneficiar mais do que de um único tipo de incentivo, de uma combinação de incentivos coletivos e seletivos (PANEBIANCO, 2005).

Os incentivos coletivos e seletivos criam dois tipos de militantes, os chamados crentes e os carreiristas. O militante crente é aquele cuja participação depende predominantemente de incentivos coletivos de identidade. Já o militante carreirista condiciona sua participação aos incentivos seletivos, ou seja, de incentivos materiais ou de *status*. Os incentivos seletivos estão relacionados ao sistema interno de desigualdades e à hierarquia do partido (PANEBIANCO, 2005).

Em seguida, Panebianco (2005) passa a explicar os recursos do poder organizativo que tratam dos fatores no qual o controle possibilita que determinados militantes desequilibrem a seu favor os jogos de poder. Esses fatores são chamados na teoria do poder como “zonas de incerteza”, âmbitos de imprevisibilidade organizativa. O autor identifica as principais zonas de incerteza em seis atividades vitais dos partidos: a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento e, por fim, o recrutamento (PANEBIANCO, 2005).

A competência define o poder do especialista, aquele que possuindo um saber especializado em virtude da divisão do trabalho organizativo controla uma importante zona de incerteza. A gestão das relações com o ambiente é uma atividade vital porque as organizações quase sempre têm diante de si um mundo externo sobre o qual exercem um controle limitado e do qual podem provir desafios trágicos. A comunicação é vital porque uma organização é um sistema de comunicações. O terceiro recurso crucial do poder é dado pelo controle dos canais de comunicação: distribuir, manipular, retardar ou suprimir as informações (PANEBIANCO, 2005).

Estabelecer as regras formais significa plasmar o “campo do jogo” e definir o terreno em que ocorrerão os confrontos, as negociações e os jogos de poder com outros agentes organizativos. O financiamento também é vital porque o dinheiro é indispensável para a vida e o funcionamento de qualquer organização. O controle sobre o financiamento é um caso específico de controle exercido sobre as relações entre a organização e o ambiente. Finalmente, o recrutamento decide quem pode e quem não pode passar a fazer parte da organização e quem pode ser promovido nas carreiras internas. Os principais recursos do poder tendem a ser

cumulativos, ou seja, quem controla uma zona de incerteza pode também acumular outras (PANEBIANCO, 2005).

Os principais recursos do poder tendem a ficar concentrados nas mãos de grupos restritos⁴⁵. Panebianco (2005) chama a elite dirigente dos partidos de “coalizão dominante” por três motivos: (i) por mais que um único líder detenha muito poder, ele deve negociar com outros agentes organizativos, com outras forças internas do partido. (ii) O poder organizativo no interior de um partido não está necessariamente concentrado nos cargos internos ou parlamentares do próprio partido. (iii) Uma coalizão dominante pode abarcar, para além dos líderes nacionais, lideranças intermediárias, locais e até mesmo fora do partido (PANEBIANCO, 2005).

A coalizão dominante é, portanto, composta por agentes formalmente internos e/ou externos ao partido que controlam as zonas de incerteza mais vitais e que o torna o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos (coletivos e seletivos). Continuamente, os equilíbrios de poder podem ser alterados no interior da coalizão porque um ou outro líder adquire um controle maior sobre certas zonas cruciais de incerteza, o que torna a coalizão dominante uma construção potencialmente precária (PANEBIANCO, 2005).

Tendo em vista o arcabouço conceitual proposto por Gurza Lavalle *et al.* (2019) e Panebianco (2005), elaboramos um quadro comparativo, de modo a descrever a perspectiva de cada um, a comparar os conceitos e a indicar de que maneira iremos operacionalizar tais conceitos em nossa pesquisa, especialmente na etapa empírica. Com isso, buscamos apresentar o que de todos esses debates iremos efetivamente utilizar para a nossa análise.

⁴⁵ É o caso da “oligarquia” em Michels, o “círculo interno” em Duverger e a “ditadura cesarista-plebiscitária” de Ostrogorski e de Weber, como bem aponta Panebianco (2005).

Quadro 1 – Quadro comparativo de conceitos e categorias – movimentos e partidos.

Gurza Lavalle <i>et al.</i> (2019)		Panebianco (2005)		Gurza Lavalle <i>et al.</i> E Panebianco	Feitosa
Conceito	Descrição	Conceito	Descrição	Comparação	Operacionalização
Institucionalização	Remete ao devir, especificamente ao processo de institucionalizar, de transformação de algo em instituições	Institucionalização	<p>Processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido</p> <p>Passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial a uma fase em que a organização se estabiliza</p> <p>Almeja a autonomização do ambiente</p>	<p>G. Lavalle <i>et al.</i> focam na interação socioestatal que transforma instituições enquanto Panebianco trata do processo no qual os fundadores inserem seus valores e objetivos no partido e buscam a autonomização do mesmo perante o ambiente.</p> <p>Em Panebianco, a estabilidade da organização partidária se torna um objetivo articulado aos objetivos ideológicos, profissionalizando a participação.</p> <p>Ambos os conceitos possuem caráter processual, transitório e almejam algum grau de perenidade institucional. A diferença consiste no fato de que em uma abordagem ela almeja a abertura das instituições políticas a novas demandas e atores via encaixes institucionais (G. Lavalle) e em outra, ela transita até alcançar a autonomia e tende à hierarquização dos partidos via distribuição de incentivos (Panebianco).</p>	<p>Consideramos a institucionalização um processo contínuo e permanente operado por movimentos sociais visando à inclusão de atores, agendas e a abertura de espaços em um contexto organizacional que também se institucionaliza, tendendo ao fechamento, à hierarquização e à autonomia visando à ordem organizativa.</p> <p>A institucionalização é um processo de negociação para ampliar agendas de movimentos no partido, sujeito a disputas e conflitos de interesses.</p> <p>A institucionalização, nesses termos, pode ser o encontro entre os interesses e desejos da militância e os interesses e desejos dos fundadores e da coalizão dominante. Mais ainda, militantes podem compor a coalizão dominante.</p>
Encaixes Institucionais	Sedimentações institucionais resultantes de interações socioestatais.	Zonas de Incerteza	Fatores no qual o controle possibilita que determinados	As zonas de incerteza representam as atividades vitais de um partido, como o financiamento ou a definição de regras,	Analisaremos se a institucionalização do movimento social em partidos político resultou encaixes

	Exemplos: leis, regulações, cargos, categorias simbólicas, cadeiras, vagas, órgãos, organismos, técnicas e instrumentos.		<p>atores desequilibrem os jogos de poder a seu favor.</p> <p>Âmbitos de imprevisibilidade organizativa, uma vez que são objetos de disputa.</p> <p>Exemplos: Competência, relação com ambiente, comunicações internas, definição de regras formais, financiamento e recrutamento.</p>	<p>enquanto os encaixes são concreções institucionais oriundas de interações socioestatais.</p> <p>Se sobrepõem quando tratam de recursos semelhantes, por exemplo, regras ou financiamentos que favoreçam determinados segmentos organizados.</p> <p>Movimentos podem arquitetar encaixes em zonas de incerteza, mas as zonas de incerteza existem independente de haver encaixes operados por movimentos (a definição de regras, o financiamento, comunicações, etc.).</p> <p>As zonas de incerteza indicam as atividades essenciais que devem ser analisadas, ou seja, se determinados movimentos obtiveram êxito na disputa pelo controle de recursos em atividades vitais.</p>	<p>institucionais em algumas zonas de incerteza específicas:</p> <p>1 - Zona de Incerteza Comunicações: o partido comunica pautas da militância? Há encaixes no campo das comunicações, como a presença dos temas do movimento em canais oficiais?</p> <p>2 - Zona de Incerteza Regras: ativistas conseguem participar da definição de regras no partido e definir os termos das disputas internas? Há encaixes que assegurem poder decisório, como direito ao voto, em instâncias dirigentes ou na base?</p> <p>3 - Zona de Incerteza Financiamento: o partido patrocina atividades da militância e candidaturas do movimento? Há encaixes que asseguram recursos ao segmento?</p> <p>4 - Zona de Incerteza Recrutamento: o partido estimula ou bloqueia a entrada de ativistas na organização? Há encaixes que assegurem o acesso e a permanência de LGBTI+, como proteção institucional em casos de discriminação, por exemplo?</p>
Mútua constituição	Pressuposto altamente relacional entre atores sociais e instituições políticas.	Incorporação	Integrar um elemento a um conjunto. Sinônimo de assimilar e absorver.	A perspectiva de G. Lavallo <i>et al.</i> É a da mútua constituição, radicalmente relacional, em que o movimento social se constitui na medida em que as instituições também vão se transformando e vice-versa, enquanto a	Ativistas podem atuar simultaneamente em movimentos e em partidos e intercambiar identidades, projetos e repertórios, diminuindo as fronteiras entre um e outro.

				<p>de Panebianco é a da incorporação pressupondo um “dentro” e um “fora”.</p> <p>Isso talvez seja explicado porque enquanto o Estado é um ente público sujeito ao controle social previsto na Constituição, o partido é uma pessoa jurídica de direito privado, tendo a participação dos membros formais condicionada às regras de filiação. Estado é público, partido é privado e remete a um grupo orientado por objetivos.</p> <p>A interação nos termos da mútua constituição é mais imbricada, fazendo com que a fronteira entre um e outro seja mais difusa e permeável enquanto na incorporação a fronteira entre atores sociais e partido é mais delimitada.</p>	<p>O processo de institucionalização constrói capacidades no partido para lidar com certas temáticas aproximando movimentos.</p> <p>Encaixes institucionais podem expressar em que medida o partido incorporou os valores e objetivos de movimentos na sua organização, para além dos objetivos dos fundadores.</p>
--	--	--	--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor, com base em G. Lavalle *et al.* (2019) e Panebianco (2005).

A partir do quadro comparativo, é possível notar significativas diferenças no conceito de institucionalização entre uma literatura e outra. Entre as tensões e diferenças conceituais, destacamos que a institucionalização em Panebianco (2005) trata da incorporação dos valores e objetivos dos fundadores do partido enquanto para Gurza Lavalle e colegas (2019) a institucionalização trata da transformação em instituições de valores e objetivos de movimentos sociais mediante processos de interação. Portanto, uma literatura olha para um tipo de ator político, no caso os fundadores do partido, e a outra se interessa por outro tipo de ator, notadamente ativistas e militantes de movimentos sociais⁴⁶.

Além disso, há diferenças significativas entre os princípios da incorporação e o da mútua constituição. Incorporar significa integrar, absorver e aceitar um elemento a um conjunto enquanto a mútua constituição, por sua vez, tem caráter fortemente relacional em que um elemento constitui o outro. A institucionalização partidária busca a autonomia do partido em relação ao ambiente, de modo a minimizar as pressões e interesses de várias forças que correm para a organização. Por isso, partidos almejam assegurar a manutenção da organização. Por outro lado, a institucionalização induzida por movimentos sociais está focada na superação de dilemas sociais. Isso faz com que eles se “encaixem” em instituições políticas, como o Estado ou partidos, com o objetivo de ampliar sua capacidade de agir e fortalecer a defesa de causas contenciosas.

A fim de desenvolver interesses para a manutenção da organização, o modelo de institucionalização em Panebianco (2005) prevê que o partido precisa fomentar lealdades organizativas e para alcançar isso, ele deve distribuir incentivos coletivos (ligados à identidade partidária) e seletivos (ligados a benefícios materiais). Outro ponto de tensão ocorre aí, uma vez que movimentos sociais tendem a ser leais às causas que defendem e ao público excluído que visam a representar. Por essa razão, movimentos tendem a participar de partidos que integrem suas agendas no programa partidário e em campanhas públicas (importantes incentivos coletivos) e lhes deem condições de atuar na sua estrutura para alcançar seus objetivos (por meio de incentivos seletivos, como patrocínios de atividades, autorização para se candidatar a cargos eletivos, financiamentos eleitorais, cargos e empregos).

Apesar das tensões percebidas, também existem sintonias e afinidades entre elas. O principal aspecto nesse sentido é o da complementação entre uma e outra. Panebianco (2005), ao refletir sobre os fluxos de poder internos na organização partidária, não olha para os atores sociais, que almejam institucionalizar seus valores e interesses, e foca mais nas desigualdades

⁴⁶ Fundadores e ativistas podem se sobrepor em um dado partido político, especialmente se falarmos nos chamados partidos-movimento (ANRIA, 2018; KITSCHOLT, 2006). Nesse caso, os fundadores podem vir a ser ativistas.

organizativas do que nas desigualdades sociais e como elas impactam nas disputas internas. Já Gurza Lavalle *et al.* (2019) pensam sobre a atuação de atores sociais no Estado, mas não previram as especificidades dos partidos políticos e seus jogos de poder internos, como as disputas pelo controle de recursos nas zonas de incerteza, por exemplo, e outras dinâmicas típicas da organização partidária. Isoladamente, as duas perspectivas conceituais não conseguem responder ao fenômeno da interação entre movimentos sociais e partidos políticos, mas, se combinadas, possuem nítido potencial explicativo.

A nossa compreensão de institucionalização sociopartidária é que se trata de um processo contínuo e permanente operado por movimentos sociais visando à inclusão de atores, agendas e a abertura de espaços em um contexto organizacional que também se institucionaliza, mas em direção oposta, tendendo ao fechamento, à hierarquização e à autonomia visando à ordem organizativa. Logo, a institucionalização é um processo de negociação para ampliar agendas de movimentos no partido, sujeito a disputas e conflitos de interesses diversos. O princípio da incorporação tende a ter um peso maior por serem organizações privadas, mas se houver convergência projetiva entre os fundadores e lideranças do partido político e ativistas de movimentos sociais o princípio da mútua constituição pode acontecer, influenciando reciprocamente a organização partidária e a organização de redes de movimentos.

Concluindo esta seção, o que se buscou aqui foi apresentar os principais elementos e categorias analíticas que permitem visualizar as mudanças nos partidos políticos como organizações com características peculiares. Com esse arcabouço analítico, temos em mãos ferramentas para qualificar as reflexões empreendidas pela literatura sobre Movimento LGBTI+ e partidos políticos, especificamente sobre as mudanças organizativas que resultaram na criação de espaços e de ações afirmativas nos partidos brasileiros após a interação destes com movimentos sociais e outros atores não organizados em movimentos.

No entanto, sabendo dos efeitos das normas de gênero e sexualidade nas instituições políticas, passamos a discutir a seguir o que a literatura sobre gênero e partidos políticos tem produzido sobre a inclusão/exclusão de mulheres nessas organizações, de modo a iluminar aspectos que acometem a população LGBTI+. Isto porque, como o próprio neoinstitucionalismo sociológico prevê, as instituições seriam um todo complexo, envolvendo não apenas regras, procedimentos e normas, mas também “os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 209), interpenetrando, dessa maneira, instituições e cultura.

2.4 Gênero e partidos políticos

Avançando no debate sobre institucionalização como processo, sobretudo de disputa intrapartidária como bem desenvolvido por Gurza Lavalle *et al.* (2019) e Panebianco (2005), recorreremos também à literatura sobre gênero e partidos políticos para levantar outros fatores que respondam ao nosso problema, uma vez que mulheres há muito lutam por igualdade política e contabilizam conquistas históricas, a exemplo das cotas nas direções partidárias (GODINHO, 1996) e nas candidaturas eleitorais (MIGUEL, 2000), no caso brasileiro.

Concordamos com Rezende (2019) sobre o fato de os partidos serem instituições atravessadas por gênero. Baseada no conceito de regimes de gênero de Connell, ela afirma que “as instituições, e não apenas as pessoas ‘dentro delas’, são generificadas, ou seja, há padrões gerais que moldam as relações de gênero e que caracterizam determinadas organizações” (REZENDE, 2019, p. 198). Algo parecido com o que disse uma ex-candidata transexual ao Senado, Duda Salabert, ao explicar sua saída do PSOL: transfobia estrutural⁴⁷. Esse seria o primeiro fator.

Um segundo fator é o fenômeno do “efeito-contágio” cuja definição seria “o efeito gerado por determinada iniciativa de um partido, que, quando positiva, tende a ser incorporada por outros partidos em razão de seu apelo eleitoral” (ARAÚJO, 2005, p. 196). Assim, ao incluir a defesa da cidadania LGBTI+ no estatuto, formalizar um setorial específico ou priorizar candidaturas engajadas, um partido pode estimular outros a fazerem o mesmo, tendo em vista o recrutamento e o voto segmentados. No entanto, pelas próprias diferenças em si de cada partido, essa institucionalização pode apresentar inúmeras diferenças.

O “efeito-contágio” se aproxima da percepção de Corrales (2015) cujas análises na América Latina e no Caribe notaram um padrão de abertura recente à questão LGBTI+ entre os partidos de centro-direita, historicamente refratários às pautas morais, como a da sexualidade. Sua explicação reside no fato de que a competição interpartidária seria o principal incentivo às agremiações para incluírem demandas sociais controversas no interior das organizações: “quando os partidos de centro-direita desejam derrotar grandes partidos de esquerda e parecerem mais modernos, eles podem oportunamente adotar as questões LGBTI+ como uma

⁴⁷ Ver entrevista em: <https://oglobo.globo.com/celina/primeira-trans-disputar-vaga-ao-senado-duda-salabert-deixa-psol-acusa-partido-de-transfobia-estrutural-23615537>. Acesso em: 25 fev. 2020.

maneira de roubar os eleitores urbanos progressistas dos partidos de esquerda” (CORRALES, 2015, p. 57, tradução livre⁴⁸).

Em terceiro lugar, deve-se levar em conta tanto fatores mais externos como sistemas eleitorais e sistemas partidários quanto fatores mais internos, como a ideologia e a organização partidárias. A respeito dos sistemas eleitorais, Araújo (2005) diz que há evidências teóricas de que os sistemas proporcionais são mais favoráveis à participação de mulheres e outras minorias nos partidos políticos. Isso porque cada agremiação apresenta sua lista coletiva de candidaturas por distrito e como essas listas comportam muitos nomes, o partido acaba tendo incentivos para incluir candidatos diversificados com o objetivo de angariar mais votos.

Reynolds (2013), a partir de dados internacionais, também afirma que o sistema proporcional é mais vantajoso para minorias (embora alerte que o efeito não seja tão expressivo em comparação com o sistema majoritário).

Os sistemas de representação proporcional (RP) de lista são os mais inclusivos para candidaturas de mulheres e minorias e tendem a dar aos partidos políticos um meio de contornar alguns dos preconceitos do eleitorado, colocando candidatos de minorias em suas listas. Essas listas de candidatos são fechadas (portanto, inalteráveis pelos eleitores) ou abertas até certo ponto, mas costumam ser difíceis de serem reordenadas pelo eleitorado (REYNOLDS, 2013, p. 262, tradução livre⁴⁹).

Sobre os sistemas partidários, o sistema multipartidário, é apontado como sendo o mais viável para o recrutamento de mulheres. Isso se dá porque muitos partidos competindo entre si estimulariam o “mercado eleitoral”, possibilitando o surgimento de novos partidos, que por sua vez recrutariam novos atores (ARAÚJO, 2005). Em sua pesquisa sobre incursões Queer/LGBTI+ na esfera pública, Rafael de la Dehesa (2015) também analisa o papel dos sistemas partidários e eleitorais no acesso de ativistas às instituições políticas. O cientista político argumenta que o sistema eleitoral brasileiro, de representação proporcional de lista aberta por estado, foi um fator central para a emergência de inúmeras candidaturas LGBTI+ por diferentes partidos.

Este sistema contribuiu de duas maneiras (...). Em primeiro lugar, os candidatos brasileiros competem com seus pares e com outros e, muitas vezes, disputam

⁴⁸ Do original: “*When centre-right parties wish to defeat large leftist parties and appear as more modernizing, they may opportunistically embrace LGBT issues as a way to steal progressive urban voters from leftist parties*” (CORRALES, 2015, p. 57).

⁴⁹ Do original: “*List proportional representation (PR) systems are the most inclusive of women and minority candidates and tend to give political parties a means of bypassing some of the prejudices of the electorate, by putting minority candidates on their lists. These candidate lists are either closed (thus unalterable by the voters) or open to some degree, but are often difficult for the electorate to reorder*” (REYNOLDS, 2013, p. 262).

literalmente centenas de concorrentes (Mainwaring 1995). Essa intensa competição com os correligionários incentiva a especialização dentro dos partidos, pois os candidatos buscam capturar cotas de eleitores definidas por áreas geográficas ou em torno de tópicos específicos (Ames, 2001). O incentivo à especialização seleciona e delimita a parte do eleitorado (o público) para o qual os candidatos tentam apelar (DE LA DEHESA, 2015, p. 189, tradução livre⁵⁰).

De la Dehesa (2015) também destaca que o sistema eleitoral brasileiro apresenta uma tendência a reduzir a disciplina partidária durante as eleições, possibilitando margem de ações diversas aos seus candidatos. Isso explicaria o fato de partidos de centro e de direita, ainda que indiferentes ou mesmo contrários à pauta LGBTI+, contarem com candidaturas dessa população.

O autor conta que em 1982, o partido do governo militar (o PDS) organizou shows “burlescos” na Praça da República em São Paulo, uma popular área de sociabilidade entre gays na cidade, com a finalidade de obter votos desse público. Enquanto isso, candidatos de maior destaque do partido discursavam contra o Movimento LGBTI+ e o programa do partido prometia defender a moral e os bons costumes da família tradicional (DE LA DEHESA, 2015).

Contudo, é importante notar que, embora o Brasil adote tanto o sistema proporcional de lista aberta como o multipartidarismo, nossos percentuais de parlamentares mulheres na Câmara dos Deputados nunca ultrapassou a casa dos 15% do total de cadeiras disponíveis. No caso de LGBTI+ representados, esse número nunca chegou sequer a 5%. Esse dado evidencia que, em que pese os preconceitos nos partidos, há relativa abertura para “candidaturas coloridas”, mas a disputa eleitoral requer outros incentivos, especialmente acesso a recursos. Campos e Machado (2020), por exemplo, vão dizer que existem diversas candidaturas de pessoas negras, mas essas encontram dificuldades em se eleger por falta de investimentos partidários.

Já do ponto de vista interno aos partidos, em relação à ideologia, Araújo (2005) nota que o engajamento político das mulheres foi inicialmente estimulado pela esquerda, mas que o fenômeno do efeito-contágio incentivou as agremiações de direita a “copiarem” iniciativas da esquerda e a incorporarem mais mulheres em suas organizações. Baseada em levantamento

⁵⁰ Do original: “Este sistema ha contribuido en dos formas relacionadas a la estrategia política de alianzas discutida anteriormente. En primer lugar, las candidatas brasileñas compiten tanto con sus compañeros de partido como con los de otros, y a menudo contienden contra, literalmente, cientos de competidoras (Mainwaring 1995). Esta intensa competencia con correligionarios fomenta la especialización dentro de los partidos dado que las candidatas buscan captar cuotas del electorado definidas por áreas geográficas o alrededor de temas específicos (Ames 2001). El incentivo por la especialización selecciona y delimita la porción del electorado (el público) al que los candidatos tratan de apelar” (DE LA DEHESA, 2005, p. 189).

realizado por Lovenduski e Norris, a autora sistematizou três tipos básicos de políticas partidárias desenvolvidas pelos partidos em resposta às demandas do Movimento Feminista:

- (i) Estratégias de retórica – Seria mais um compromisso formal do que real com as mulheres. Alerta-se que nessa estratégia os ganhos não são institucionalizados, mas decorrentes de lideranças, implicando na precariedade de acordos e na ideia de uma concessão benevolente e interessada. Tal estratégia seria mais utilizada pelos partidos de direita;
- (ii) Estratégias de ação afirmativa – Visariam a possibilitar às mulheres melhores condições de desenvolvimento das suas carreiras políticas e extrapolam o mero apoio discursivo através de iniciativas como seminários, formações, metas de inclusão, treinamento de técnicas, provisões financeiras e até mesmo creches. Tais recursos seriam mais utilizados pelos partidos de centro;
- (iii) Estratégias de discriminação positiva – Trata-se de uma intervenção mais enfática que as anteriores, representada pela adoção de cotas de atores nas direções partidárias e em candidaturas. É mais utilizada por partidos de esquerda, principalmente quando a legislação vigente não obriga as agremiações a garantirem cotas (ARAÚJO, 2005).

Em suma, “a implantação dessas estratégias é condicionada pelo grau de participação e organização das mulheres no interior dos partidos, pelo perfil ideológico dos mesmos e também pelos contornos mais gerais do sistema político” (ARAÚJO, 2005, p. 200), de modo bastante semelhante à abordagem da institucionalização e da circulação do poder em Panebianco (2005).

Assim, na análise sobre como a pauta do Movimento LGBTI+ se institucionalizou nos partidos políticos brasileiros, deve ser levada em conta a organização política desse público nas agremiações, a diferença desses processos em partidos ideologicamente distintos e o próprio sistema político brasileiro, afinal, o Brasil possui as características do sistema eleitoral e partidário apontados como ideais pela literatura para a inclusão de mulheres e outras minorias. A tipologia acima apresentada, a respeito da gradação de iniciativas institucionalizadas de inclusão adotadas pelos partidos, também auxiliará na análise dos nossos casos, em que pesem as diferenças entre os Movimentos Feminista e LGBTI+.

Em quarto lugar, destaca-se a dimensão organizacional. O nível de institucionalização, o ambiente interno, a perenidade e a homogeneidade das práticas, podem explicar distintos processos de institucionalização nos partidos. Organizações mais estruturadas em regras

transparentes e padronizadas possibilitam maior democracia interna, pois permitem mais controle dos membros e condições de participação para quem almeja disputar cargos.

Quanto mais institucionalizada a dinâmica e o funcionamento orgânico das estruturas internas e dos processos de seleção partidária, quanto mais apoiado em normas e procedimentos institucionalizados e menos apoiados em relações e lideranças pessoais, seja na estruturação de seu aparato decisório, seja na prática da seleção de candidaturas, maiores as chances de que políticas favoráveis às mulheres venham a ser efetivadas dentro do partido e de que haja maior participação e controle sobre a condução de políticas e os critérios de recrutamento (ARAÚJO, 2005, p. 202-203).

De fato, regras informais⁵¹ tendem a ser menos vantajosas para as mulheres e minorias nos partidos. Rezende (2019) argumenta que “como desigualdades baseadas no gênero (ou em outras características adscritas, como raça) são injustificáveis no contexto das democracias contemporâneas, a dinâmica de gênero opera informalmente”. Compreensão essa compartilhada por Biroli e Marques (2022). Portanto, essas regras também impactam desfavoravelmente LGBTI+, nos alertando para o fato de que a inclusão da temática em documentos oficiais, como os estatutos, representa apenas uma dimensão dessa institucionalização, composta por muitas camadas e jogos de poder de difícil mensuração.

Os partidos não se institucionalizam da mesma maneira. Todos os partidos precisam se institucionalizar para sobreviver, mas em alguns casos há processos que geram instituições fortes e outros, fracas. Desse modo, os partidos se diferenciam pelo grau de institucionalização obtido que depende das modalidades de formação do partido, do tipo de modelo originário e das influências ambientais. Disso decorre que é possível teoricamente medir o nível de institucionalização de diferentes partidos que vai numa escala de um mínimo a um máximo de institucionalização (PANEBIANCO, 2005).

Esse elemento ajuda a explicar por que determinados atores LGBTI+ dentro dos partidos políticos, em vez de desenvolverem suas carreiras políticas individuais, se empenham em institucionalizar normas e ações que possibilitem a inclusão e o fortalecimento do segmento no partido. Auxilia também na compreensão da relevância sobre os graus variados de institucionalização, nossa ideia de encaixes institucionais em Gurza Lavalle *et al.* (2019), para os ganhos de poder de minorias políticas.

⁵¹ Regras informais seriam “regras socialmente compartilhadas, usualmente não escritas, que são criadas, comunicadas e reforçadas fora de canais oficialmente sancionados” (HELMK, LEVITSKY, 2004, p. 727 apud CHAPPELL, WAYLEN, 2013, p. 605 apud REZENDE, 2019).

Nessa dimensão organizacional, importa também compreender o grau de centralização ou descentralização dos processos decisórios no interior dos partidos. Baseada em tipologia sistematizada por Norris (1993), temos o seguinte quadro:

Quadro 2 – Tipos de processos decisórios nos partidos políticos (NORRIS, 1993).

Centralizado- Informal	Informal e Localizado	Formal-Localizado	Formal-Centralizado
<p>A elite central exerce considerável controle.</p> <p>Não há regras ou critérios explícitos e claros sobre recrutamentos ou definições de cargos.</p> <p>As decisões se dão via processos de barganha entre líderes centrais das frações internas.</p>	<p>Mais encontrado em partidos nanicos.</p> <p>Não há regras padronizadas e as decisões ficam nas mãos dos representantes locais.</p> <p>Mais difícil para as lideranças centrais ter papel decisivo.</p> <p>Atores como mídia local, financiadores individuais e lideranças locais teriam papel relevante.</p>	<p>Regras explícitas e burocráticas tendem a ser estabelecidas e implementadas nos processos decisórios e de seleção, por meio da organização nacional ou regional.</p> <p>As escolhas dos indivíduos para competir são tomadas no nível local.</p> <p>Instâncias nacionais podem monitorar processos e aprovar formalmente as escolhas.</p>	<p>Os líderes nacionais ou as executivas nacionais teriam a autoridade constitucional para decidir quais os candidatos seriam prioritários para o partido.</p> <p>Típico dos partidos comunistas.</p>

Fonte: Araújo (2005).

Com base nos elementos apresentados no quadro, Norris (1993) conclui que o tipo de organização mais inclusivo para mulheres e minorias seria aquele que possui as características do tipo formal e descentralizado.

Um problema da inclusão de mulheres e minorias reside nas lógicas distintas dos partidos e de movimentos. Como pontua Avelar (2007), “no partido, vale mais quem tem mais poder, mais recursos de toda ordem, de modo que as elites partidárias lutam para excluir lideranças que ameacem a sua centralidade” (AVELAR, 2007, p. 109). Já nos movimentos sociais, ao contrário, a lógica seria a da inclusão, na medida em que é necessário grande número de membros para demonstrar força política e angariar visibilidade para suas causas. Isso revela uma tensão na participação de ativistas e minorias nos partidos. Assim, lógicas tão distintas explicariam algumas das diferenças existentes entre movimentos sociais e partidos políticos e os desafios nessa interlocução e na conseqüente institucionalização de demandas dos movimentos nas agremiações.

Por fim, para além desses fatores que podem ajudar a explicar maior ou menor abertura dos partidos para a questão LGBTI+ nas legendas, será importante definir o que estamos considerando, inicialmente, como distintos tipos de encaixes nos partidos. Até aqui levantamos alguns fatores indicados pelas teóricas feministas que podem resultar em institucionalização de demandas dos movimentos sociais nos partidos políticos, mas, a partir de agora discutiremos o que poderia ser ou o que estamos considerando como encaixes institucionais LGBTI+ neles.

Quem nos ajuda nessa tarefa é Norris (2013) em seu debate sobre recrutamento político, uma vez que o recrutamento “é amplamente percebido como uma das mais importantes funções residuais dos partidos políticos” (NORRIS, 2013, p. 11). A autora afirma que os partidos avançaram um pouco em relação à democratização da seleção interna de candidaturas, mas que a principal razão para isso foi a tentativa de atrair novos membros ou breçar a perda de filiados, oportunizando a participação nesse processo de escolha como um incentivo seletivo do partido. Ela também lembra, dialogando com a ideia de “não-decisão” de Bachrach e Baratz (1963), que certos grupos são desestimulados tanto por regras formais quanto pelas regras informais e sequer pensam em seguir uma carreira política. É o fenômeno do desestímulo à ambição política, como bem exploraram Richard Fox e Jennifer Lawless (2012) no caso das mulheres⁵².

Norris (2013) afirma que a escolha dos indicados tem sido limitada pela adoção de regras que almejam representações parlamentares mais inclusivas, com destaque para as estratégias de ação positiva para mulheres, tais como a reserva de assentos legislativos, cotas de gênero obrigatórias ou voluntárias, como demonstrado anteriormente por Araújo (2005) ao discutirmos ideologia partidária. Assim, Norris (2013) vai sistematizar essa adoção de regras em (i) políticas de igualdade de oportunidades e (ii) estratégias de discriminação positiva. Aqui nossa compreensão sobre encaixes institucionais LGBTI+ nos partidos ganha força, pois guarda relação com estratégias ou ações partidárias afirmativas para incentivar a participação política de LGBTI+.

As políticas de igualdade de oportunidades seriam elaboradas para incentivar que as mulheres sigam carreiras políticas em pé de igualdade com homens. Contudo, por si só seriam insuficientes para elevar a representação de mulheres. São apontados, como exemplos,

⁵² Através de questionários aplicados a homens e mulheres estadunidenses de profissões com alto índice eleitoral (Direito, negócios, educação e ativismo), os pesquisadores concluíram que na seleção de candidatos, as mulheres têm probabilidade menor do que os homens de receberem incentivos provenientes de uma fonte política como líderes partidários, por exemplo. Além disso, elas têm menos probabilidade do que os homens de se considerarem qualificadas para concorrer a um cargo político, enquanto que os homens que se julgam pouco qualificados tem muito mais chances de cogitarem disputar eleitoralmente. Outro achado importante dessa pesquisa sobre as barreiras de gênero refere-se à socialização cultural que faz com que as mulheres não se sintam instadas a ingressarem na disputa eleitoral (FOX; LAWLESS, 2012).

programas de auxílio financeiro para ajudar com despesas eleitorais, treinamentos para as candidatas nas habilidades de comunicação, constituição de redes, realização de campanhas, provisão de creches nas assembleias legislativas, etc. (NORRIS, 2013).

Já as estratégias de discriminação positiva são claramente desenvolvidas para beneficiar mulheres como uma política de transição até o ponto em que a paridade de gênero fosse alcançada, podendo acontecer sob a forma de reservas de vagas parlamentares para mulheres estabelecida em lei, cotas de gênero nas candidaturas previstas em lei ou voluntariamente em cada partido (NORRIS, 2013). Pretendemos verificar em que medida os partidos brasileiros têm adotado estratégias de ação afirmativa para incluir a população LGBTI+ nessas organizações. Essas estratégias, portanto, podem ser encaixes institucionais.

Outro trabalho que dialoga com a nossa compreensão de encaixes institucionais LGBTI+ nos partidos políticos é o de Krook e Norris (2014) que realizaram importante pesquisa sobre o que chamam de “medidas extracotas”⁵³. É importante assinalar que as autoras não sobrepõem ou hierarquizam cotas partidárias e ações alternativas. Ao contrário, defendem que todas essas estratégias sejam adotadas simultaneamente em um esforço coletivo para incluir mais mulheres na política e promover a igualdade de gênero nas democracias contemporâneas.

Krook e Norris (2014) tecem argumentos que interessam ao nosso estudo. Primeiro, o de que as cotas de gênero sozinhas podem não ser suficientes para assegurar a igualdade de gênero em cargos eletivos, algo bastante percebido no Brasil. Depois, que, embora exista vasta literatura sobre cotas, há uma carência de estudos sobre as medidas extracotas. Nesse sentido, acreditamos que a nossa pesquisa irá contribuir para minimizar essa carência científica ao olhar para medidas afirmativas de inclusão LGBTI+ em partidos brasileiros.

As autoras encontraram ações afirmativas, como a criação de seções femininas (semelhante aos nossos setoriais ou secretarias), de “alvos suaves” (termo que expressa ações mais leves, como recomendações, ou seja, não-vinculativas ou obrigatórias, de cunho orientativo), iniciativas de recrutamento, capacitação e financiamento de campanhas. Por ser uma pesquisa ampla, envolvendo também ações estatais e da sociedade, as autoras não conseguem detalhar estas ações (KROOK; NORRIS, 2014). No nosso caso, ao olharmos exclusivamente para a organização partidária, temos a oportunidade de aprofundar o desenvolvimento dessas ações em organizações partidárias.

A população LGBTI+ não conta com legislações que reservem vagas no Poder Legislativo ou obriguem os partidos políticos a estabelecerem cotas nas listas de candidaturas

⁵³ Tanto que o título do trabalho, em uma tradução livre, é “Além das cotas: estratégias para promover a igualdade de gênero em cargos eletivos”.

oficiais ou nas direções e órgãos partidários. O que podemos encontrar, e nisso reside um ganho importante dessa pesquisa, é a adoção de políticas partidárias que reconheçam e incentivem a população LGBTI+ a participar da política institucional. É a ideia de institucionalização da pauta LGBTI+ que estamos discutindo desde o início do trabalho.

Tais políticas podem se dar sob a forma de sedimentações institucionais como, por exemplo, a inclusão da temática no estatuto, nos programas partidários, em documentos diversos, na publicação de materiais educativos, nos sites ou redes sociais. As sedimentações institucionais também podem ocorrer na formalização de setoriais, secretarias ou núcleos, na remuneração formalizada de lideranças, na adoção de cotas na direção partidária ou na composição das candidaturas, na destinação de recursos para a execução de atividades, eventos e formações sobre a pauta, no apoio material a candidaturas de LGBTI+, em processos disciplinares contra membros em virtude de condutas discriminatórias no cotidiano da vida partidária, entre outras iniciativas não previstas por nós.

Concluindo, nosso referencial teórico levantou os seguintes fatores que podem explicar processos diferenciados de institucionalização nos partidos políticos a partir da literatura sobre gênero e partidos: as normas de gênero e sexualidade que atravessam os partidos; o efeito-contágio de um partido para o outro; os sistemas eleitoral e partidário; a ideologia partidária; a dimensão organizacional, entendida como o grau de institucionalização e de centralização/descentralização dos processos decisórios; e a capacidade de organização política dos atores, que por sua vez são heterogêneos e atuam através de diferentes repertórios de interação e táticas. Nessa perspectiva, a institucionalização poderia então resultar em estratégias de retórica, de ação afirmativa ou de discriminação positiva (ARAÚJO, 2005), a depender do contexto de cada partido político, e variar entre diversos encaixes institucionais (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019).

O capítulo pretendeu apresentar o quadro teórico e as categorias de análise que embasarão nossas leituras e interpretações do campo empírico. Para isso, apresentamos as tipologias partidárias desenvolvidas historicamente pela literatura de partidos políticos, o sistema partidário e eleitoral brasileiro, as diferentes concepções de institucionalização presentes na literatura e os efeitos que as normas de gênero e sexualidade produzem nas instituições políticas, com foco nas agremiações partidárias, e iniciativas que promovem a participação política de mulheres tendo em vista a superação dessas normas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

É tarefa do escrutínio empírico em profundidade dos processos de construção de encaixes por atores sociais, desde sua gênese até sua eventual consolidação em domínios de agência, identificar mecanismos específicos operando quer nas especificidades ou feições dos encaixes (variação horizontal) quer em sua hierarquia política ou autoridade (variação vertical) ou na sua articulação sob determinadas configurações (domínios de agência) (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019, p. 54).

O presente capítulo visa a apresentar a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo. De modo a atingir nosso objetivo geral – analisar como a pauta do Movimento LGBTI+ se institucionalizou nos partidos políticos brasileiros – elaboramos um desenho de pesquisa comparativo composto por duas etapas principais.

A primeira etapa teve como objetivo específico mapear encaixes institucionais sobre diversidade sexual e de gênero existentes nos partidos brasileiros selecionados sem, contudo, desconsiderar mobilizações e iniciativas informais ou com baixo grau de formalização.

Já a segunda etapa buscou aprofundar a análise sobre o processo de institucionalização em cada caso estudado, buscando verificar elementos que contribuíram para o fenômeno e a efetividade dos principais encaixes institucionais, especialmente os estatutos e os setoriais/secretarias. Logo, adotamos uma abordagem processual, mobilizando a percepção de atores envolvidos nesses processos.

3.1 Definições teóricas

A mobilização de narrativas, percepções e significados atribuídos aos processos de institucionalização indica que esse estudo foi eminentemente qualitativo. Segundo Minayo, Deslandes e Gomes, a abordagem qualitativa “se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO; DESLANDES; GOMES 2008, p. 21). Assim, como abordagem processual buscamos extrair tanto informações de natureza fática sobre a ocorrência de eventos como de natureza interpretativa.

O objetivo geral também indica que a pesquisa foi de tipo explicativa, uma vez que buscamos explicar fatores preponderantes para a institucionalização de valores, princípios e objetivos do Movimento LGBTI+ em partidos políticos. De acordo com Gil, as pesquisas

explicativas visam a “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42). Ao adentrar na experiência individual de cada partido analisado e buscar os principais elementos da institucionalização, realizamos um estudo de caráter explicativo.

Para tanto, utilizamos como principais técnicas de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e análise documental. Lüdke e André dizem que as entrevistas semiestruturadas possibilitam que o entrevistado discorra com mais tranquilidade sobre as questões baseado nas informações que ele detém e “que se desenrola[m] a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). O estabelecimento de um clima de estímulo e aceitação mútua auxilia o fluxo de informações prestadas de modo autêntico.

Já a análise documental se constitui em uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, tanto complementando as informações obtidas por outras técnicas de coleta como pelo desvelamento de aspectos novos sobre um tema. Ela busca detectar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Tanto o conteúdo das entrevistas semiestruturadas quanto da análise documental coletados foram tratados a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo, que se trata de

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

Tendo tais definições em mente, detalharemos a aplicação dos métodos realizados na pesquisa.

3.2 Seleção dos casos

Os casos selecionados foram o PT, o PSOL e o PSDB com base em elementos apontados pela literatura da área, como a variação ideológica e a institucionalização LGBTI+ em cada agremiação. Santos, G. (2016a) realizou uma radiografia dos partidos políticos brasileiros contemporâneos em termos de seus posicionamentos em relação à diversidade sexual e de gênero. Um recurso metodológico utilizado pelo pesquisador foi verificar quais deles contavam com setoriais, núcleos ou grupos LGBTI+ presentes na estrutura organizativa.

O PT foi o primeiro partido a criar um Núcleo de Gays e Lésbicas formalmente previsto na estrutura partidária em 1992 vinculado ao Diretório Estadual de São Paulo (SANTOS, G., 2016a). O autor recorda o relevante trabalho de Facchini (2005) sobre o Movimento LGBTI+ paulistano que menciona o protagonismo do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT como importante ator nas mobilizações na década de 90. A própria dissertação de mestrado de Santos, G. (2006) narra o impacto negativo decorrente da recusa do NGLPT à primeira candidatura homossexual para a Câmara Municipal de São Paulo, sinalizando a relevância política desse grupo nas atividades LGBTI+ naquela cidade.

O segundo caso selecionado, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi fundado em 2005 por ex-parlamentares petistas expulsos daquele partido por divergências com a direção e com o partido no governo. Desde a sua criação, o PSOL tem se posicionado de maneira favorável às agendas do Movimento LGBTI+. Santos, G. (2016a) lembra a campanha eleitoral do partido no ano de 2010 em que dois rapazes se beijavam em um importante veículo de comunicação de massas como a televisão, vinculando explicitamente o partido à luta LGBTI+.

Além disso, a vitória eleitoral de Jean Wyllys, ex-participante de um *reality show* popular da Rede Globo de Televisão que tematizara a questão da homofobia advinda de seus concorrentes, somado a um mandato que priorizou a construção da cidadania LGBTI+, têm fortalecido a imagem pública do PSOL como um partido central na defesa da luta pela diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo.

Outros fatores que associam a imagem do PSOL à luta LGBTI+ são o expressivo lançamento de candidaturas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo conforme analisado por Santos, G. (2016b), a apresentação de projetos de lei como a Lei João Nery⁵⁴, de autoria conjunta do ex-deputado federal Jean Wyllys e da deputada federal Erika Kokay, do PT, que amplia direitos para a população trans, e a presença de filiados em atividades do Movimento LGBTI+. Por exemplo, Carvalho (2018) registrou a presença de um bloco do partido na 18ª Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo:

Uma parte significativa dessas pessoas tinha algum tipo de ligação orgânica ou de simpatia com o PSOL. Alguns usavam um adesivo que tinha uma bandeira do movimento trans ao fundo, a reivindicação pela aprovação do Projeto de Lei João Nery, e a assinatura do Insurgência, grupo interno do PSOL (CARVALHO, 2018, p. 7).

⁵⁴ A minuta do Projeto de Lei João Nery pode ser acessada aqui: <https://bit.ly/2NDnxZx>. Acesso em: 05 jul. 2018.

No entanto, apesar de contar com setoriais LGBTI+ estaduais e da sua explícita defesa dos direitos da população LGBTI+, o PSOL não possui um setorial temático em âmbito nacional, o que nos chama atenção sobre as distinções no processo de institucionalização da temática da diversidade sexual nas agremiações analisadas.

O terceiro caso escolhido foi o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que criou oficialmente em 2006 a Diversidade Tucana (DT) para organizar os militantes LGBTI+ do partido. A DT centra suas ações nas bancadas parlamentares em níveis nacional e estaduais e em desconstruir narrativas de que o PSDB seria conservador, chamando atenção para ações governamentais voltadas para a população LGBTI+ implementadas por lideranças tucanas como Fernando Henrique Cardoso e José Serra (SANTOS, G., 2016a). Desde 2011, a Diversidade Tucana conta com um Secretariado Nacional. Recentemente, em maio de 2019, a DT realizou seu segundo Encontro Nacional no município de Campo Grande (MS) onde elegeu Edgar Souza, ex-prefeito da cidade de Lins/SP, o seu novo presidente nacional⁵⁵.

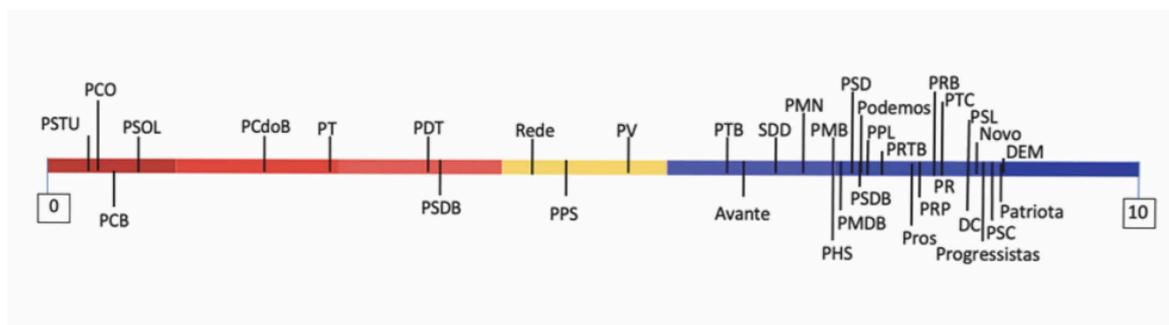
Planejamos analisar ainda um último e quarto caso, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas por razões de tempo para a conclusão da pesquisa, desistimos de estudar esse partido.

O levantamento realizado por Santos, G. (2016a), embora focado exclusivamente nos setoriais, apresenta elementos que apontam para uma diversidade de processos de institucionalização da pauta LGBTI+ nas organizações partidárias: o PT é o primeiro partido a tematizar a questão no seu interior e possui registros de implementação de políticas governamentais e lançamento de candidaturas engajadas; o PSOL, apesar da forte defesa da causa, expressa em planos de governo e mandatos parlamentares, não possui uma estrutura formal ao nível nacional; o PSDB, mesmo contando com um Secretariado Nacional, parece interagir pouco com as redes do Movimento LGBTI+. Assim, um dos critérios para a seleção de casos foi a diversidade desses partidos em relação a duas variáveis centrais para o estudo da institucionalização de partidos: a interação com movimentos sociais e a estrutura da organização interna com existência de encaixes.

Além disso, os casos selecionados também variam no espectro ideológico. Em recente classificação ideológica, Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), classificam o PSOL como extrema esquerda, o PT na fronteira entre esquerda e centro-esquerda e o PSDB na fronteira entre centro-direita e direita.

⁵⁵ As informações mais recentes foram extraídas de um diálogo presencial com o ex-coordenador Marcos Fernandes em um hotel de Brasília, onde parte significativa dos tucanos estava presente para a convenção nacional do PSDB.

Figura 1 – Classificação ideológica dos partidos brasileiros, distribuídos entre extrema esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema direita⁵⁶.



Fonte: Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

A diversidade ideológica dos casos nos deixa uma questão: por que partidos à esquerda do espectro partidário utilizam a sigla “LGBTI+” e partidos à direita utilizam a expressão “diversidade” para se referir à orientação sexual e identidade de gênero? Essa diversidade de variações demonstra que apenas o levantamento de setoriais LGBTI+ nos partidos políticos brasileiros não permite vislumbrar como se deu a institucionalização de valores LGBTI+ em cada partido, quem foram os protagonistas desses processos, de que maneira atuaram e quais são os desafios presentes nesses processos.

Desse modo, nossa pesquisa pretendeu aprofundar as análises iniciais realizadas por Santos, G. (2016a), partindo do seu levantamento inicial, e adentrando nos casos com o objetivo de iluminar os processos causais que têm transformado as agremiações partidárias brasileiras em espaços mais inclusivos ou, pelo menos, menos hostis à presença de LGBTI+ em seu interior. Portanto, trata-se também de uma pesquisa comparativa.

Propomos uma pesquisa comparativa entre casos que compartilham de uma mesma característica – passaram por processos de institucionalização – mas que apresentaram diferentes características: níveis de institucionalização da questão LGBTI+, diferentes relações com movimentos, diferentes ideologias, diferentes tipos de partidos. Portanto, tratam-se de dimensões que poderiam nos ajudar a explicar esses processos. Ao selecionar casos diversos entre si, a tese oferece oportunidades de gerar hipóteses inovadoras sobre o processo de institucionalização nos partidos políticos e que podem ser testadas na compreensão de outros processos.

⁵⁶ É importante destacar que a sigla do PSB, classificado como centro-esquerda, foi escrito de maneira incorreta na imagem elaborada por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

3.3 Aplicação dos métodos

3.3.1 Primeira etapa

Antes de elencar quais elementos foram investigados, convém ressaltar o papel que a informalidade cumpre na institucionalização. Se entendemos institucionalização como um processo por meio do qual se operam sedimentações institucionais, o caráter informal das ações, como a publicação de notas, a articulação de grupos no partido ou conversas informais entre diferentes atores, é fundamental para a consolidação de medidas institucionais, sendo predecessor de encaixes institucionais.

Por isso, nosso levantamento considerou ações e iniciativas que não podem ser entendidas *a priori* como encaixes institucionais, como a publicação de notas ou postagens em redes sociais, mas que foram importantes para o acúmulo de forças e opiniões favoráveis às bandeiras LGBTI+ dentro do partido. O papel de práticas informais já foi demonstrada em outros estudos sobre participação política. A tese de Bezerra (2020) sobre a interação entre movimentos sociais e os governos petistas ilustra bem o fenômeno.

Bezerra (2020) utiliza a expressão “pontos de acesso informais” para tratar de questões conjunturais e da discricionariedade de atores governamentais para facilitar o acesso de movimentos sociais ao Estado e a atores políticos relevantes, possibilitando a construção de medidas institucionalizadas. No caso em tela, esses pontos de acesso informais eram as viagens presidenciais, reuniões e mesas de negociação e mediações de conflitos na interação entre movimentos e o Estado (BEZERRA, 2020).

Nessa primeira etapa da pesquisa, tivemos como objetivo específico mapear ações e encaixes institucionais existentes nos partidos selecionados. Por isso, o foco recaiu em levantar o caráter formal das medidas nas organizações, mas as ações informais não foram desconsideradas. A dimensão informal ganhou maior centralidade na segunda etapa quando analisamos o caminho da institucionalização partidária.

Os estatutos partidários foram os primeiros materiais analisados na pesquisa. Acompanhamos os argumentos de Ribeiro (2013) para justificar a relevância de estudos sobre os estatutos dos partidos políticos, para quem “a análise de documentos partidários se coloca como estratégia cientificamente válida para aumentar o conhecimento sobre as estruturas dos partidos brasileiros” (RIBEIRO, 2013, p. 229). Além disso, eles representam “as instituições que regulam a dinâmica intrapartidária, em termos da competição pelos postos dirigentes, das

relações entre as instâncias, do controle sobre os recursos organizativos, etc., o que faz delas um cavalo de batalha constante nos conflitos intrapartidários” (RIBEIRO, 2013, p. 229). Já para Panebianco (2005) o estatuto é um dos cinco indicadores do grau de institucionalização de um partido⁵⁷.

A legislação específica sobre os partidos políticos no Brasil (Lei n. 9.096/1995) também nos ajuda a perceber a relevância e o papel que os estatutos representam para essas organizações. No § 2º do Art. 7º é dito que só o partido que registrou o seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito a rádio e TV. Também no § 3º é estabelecido que somente o registro do estatuto no TSE garante a exclusividade do nome do partido, sua sigla e seus símbolos, que por sua vez não poderão ser utilizados por outras agremiações partidárias (BRASIL, 1995). Ou seja, o estatuto também é fator relevante para a construção da identidade de um partido.

Ainda na legislação, há um capítulo específico voltado para o estatuto. É definido que os partidos são livres para determinar em seu estatuto a estrutura interna, a organização e o funcionamento. Também é esclarecido nos incisos do Art. 15 o que deve conter nesses documentos, a saber: nome, denominação abreviada e a sede na capital federal, filiação e desligamento de membros, direitos e deveres dos filiados, modo como se organiza e administra com base na definição de sua estrutura geral, fidelidade e disciplina partidárias, condição e forma de escolha dos candidatos, finanças e contabilidade, critérios de distribuição do Fundo Partidário, procedimento de reforma do programa e do próprio estatuto (BRASIL, 1995). Ribeiro (2013) diz que a lei n. 9.096/1995 concedeu relativa autonomia aos partidos em comparação com a legislação anterior promulgada pela ditadura militar, tornando os estatutos instrumentos centrais de regulação interna.

Outro instrumento analisado foram os programas partidários, cuja legislação define que os partidos são livres para fixar neles os seus objetivos políticos, ou seja, os programas são instrumentos centrais na exposição do conteúdo programático e ideológico das agremiações. Para realizar a análise, recorreremos à publicação *Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes partidárias*, publicado pelo Senado Federal em 2014, que compila os programas de todos os partidos brasileiros registrados no TSE. A publicação do Senado utilizou como fontes

⁵⁷ Os outros indicadores são (i) o grau de desenvolvimento da organização extraparlamentar central, (ii) o grau de homogeneidade, de semelhança entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico, (iii) as modalidades de financiamento e (iv) as relações com as organizações colaterais externas, além dos estatutos (PANEBIANCO, 2005).

os sites oficiais dos partidos e, na ausência dos programas hospedados neles, recorreu ao Diário Oficial da União (DOU) e ao site do próprio TSE.

Dando sequência, analisamos os planos de governo. Embora pouco consultados pela população em períodos eleitorais, são documentos ricos em termos de posicionamento dos partidos sobre os mais variados temas, podendo auxiliar na escolha do voto a partir das afinidades entre as preferências dos eleitores e as propostas dos candidatos. Do ponto de vista da pesquisa, também se constituem como fontes de dados úteis já que, além das propostas em um provável governo, os planos expressam diagnósticos da realidade, visões de mundo sobre diferentes problemas de ordem coletiva e diferentes projetos políticos em disputa. Também podem representar a materialização, no plano das ideias, dos programas partidários.

Analisamos os planos de governo do PT, PSOL e PSDB nas eleições presidenciais de 2006, 2010, 2014 e 2018 a fim de verificar a presença e a abordagem do tema ao longo do tempo. Esse marco temporal foi delimitado porque 2006 é o ano de fundação da Diversidade Tucana e também é o primeiro ano em que o PSOL concorre à Presidência da República após sua fundação no ano de 2005. 2006 também foi a primeira eleição presidencial pós-programa Brasil Sem Homofobia, instituído em 2004 no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), ou seja, as políticas públicas LGBTI+ já existiam na linguagem governamental.

Realizamos buscas dos planos de governo no site do TSE, em buscadores virtuais, como o Google, e nos sites oficiais dos partidos políticos. Após localizados, realizamos a leitura integral dos mesmos e confirmamos os achados por meio de buscadores de palavras-chave como “LGBT”, “diversidade”, “sexualidade” e “gênero” para evitar perder o conteúdo na leitura dos mesmos, já que alguns desses documentos continham volume considerável de páginas. Após localizarmos conteúdos relativos ao tema almejado, separamos os trechos em um documento à parte para fins de sistematização.

Uma das atividades que partidos políticos desenvolvem é a formação política dos seus quadros e de pessoas externas a eles. Por tal razão, verificamos a existência de cursos ou materiais educativos sobre diversidade sexual e de gênero promovidos pelas agremiações. Para levantar esses dados, exploramos os sites das fundações partidárias, instâncias responsáveis pela difusão de conhecimentos, produção de pesquisa, publicações, capacitações, entre outras atividades educativas. Também levantamos informações a partir das entrevistas.

Outros suportes em que verificamos a presença da temática LGBTI+ foram os sites oficiais e redes sociais dos partidos por representarem os esforços da organização em comunicar, divulgar, noticiar e registrar fatos, agendas e campanhas. Do ponto de vista metodológico, tal exploração não é uma novidade, sendo desenvolvida por outros estudos de

minorias em partidos, como o de Rezende, Sarmiento e Tavares (2020) sobre a presença da agenda das mulheres/feminista nos sites dos partidos brasileiros. Assim, verificamos se os sites oficiais dos partidos continham abas ou páginas específicas sobre a pauta LGBTI+ e se as redes sociais – Facebook, Instagram e Twitter – continham postagens e publicações sobre o tema.

Um mecanismo que partidos utilizam para comunicar suas decisões e posicionamentos é a publicação de notas públicas. Por esse motivo, também realizamos buscas desses documentos nos sites dos partidos analisados para verificar se existiam materiais do gênero sobre a questão LGBTI+, buscando observar o conteúdo desses documentos.

Considerando o argumento de Panebianco (2005) de que os principais recursos do poder tendem a ficar concentrados nas mãos de grupos restritos, chamados por ele de coalizão dominante, e do tipo de estratégias de inclusão sistematizadas por teóricas feministas (ARAÚJO, 2005), verificamos se havia reserva de vagas para LGBTI+ ocuparem a direção. Para essa tarefa, utilizamos as entrevistas com as lideranças partidárias.

Considerando a baixa representação política de LGBTI+ em mandatos no Poder Legislativo brasileiro (SANTOS, G., 2016b) e a adoção de cotas para candidaturas de mulheres estabelecida por lei desde 1997 no país (MIGUEL, 2000), verificamos se havia reserva de vagas para LGBTI+ serem candidatos e candidatas a mandatos eletivos. Não há legislação nacional que obrigue partidos a garantirem cotas de candidaturas de pessoas não-cis-heterossexuais, mas nada impede que um partido possa implementar esse tipo de medida, ainda mais levando em conta a autonomia que a legislação partidária assegurou para os partidos após 1995 (RIBEIRO, 2013). Para o levantamento desse dado, utilizamos as entrevistas.

Embora Santos, G. (2016a) tenha realizado um levantamento na internet sobre os partidos políticos brasileiros que contavam com setoriais LGBTI+ na sua estrutura, buscamos coletar informações sobre essas instâncias, a partir dos relatos de quem coordena ou participa diretamente delas, dada a relevância para a organização interna de filiados LGBTI+ e para o tratamento da pauta nas agremiações. Essas informações foram levantadas também pelas três entrevistas realizadas com os coordenadores desses setoriais e secretariados.

Para analisar a capacidade de incidência de setoriais e secretarias temáticas, verificamos se havia representação dos setoriais LGBTI+ em instâncias dirigentes do partido, como o Diretório Nacional e a Executiva Nacional. Esse dado permitiu refletir se o setorial é tratado como uma unidade relevante ou secundária e sobre o seu grau de hierarquia política no partido (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019). Analisamos documentos de criação de instâncias LGBTI+ com o objetivo de verificar se estes têm assento e voto em instâncias dirigentes ou se só possuíam direito a voz. Também utilizamos as entrevistas para confirmar as informações.

Tendo em vista que o trabalho político requer tempo e recurso, e que a institucionalização caminha de um tipo de participação voluntária para um tipo de participação profissionalizada (PANEBIANCO, 2005), levantamos se os coordenadores dos setoriais ou secretarias LGBTI+ percebiam algum tipo de remuneração pelo partido para a consecução das atividades e tarefas. Esse elemento permite refletir também o grau de investimento da organização sobre o tema. Para o levantamento dessa informação, utilizamos as entrevistas semiestruturadas.

Ainda sobre o investimento realizado pela organização sobre o tema, verificamos se os partidos financiam atividades e eventos da militância. Esse dado foi importante para refletir sobre as condições de atuação no interior da agremiação e sobre as oportunidades e restrições para a organização política dos ativistas. Indagamos às lideranças entrevistadas sobre as formas de apoio.

Analizamos também se o partido tem lançado candidaturas de LGBTI+, considerando que os partidos são as únicas organizações autorizadas pela legislação a concorrerem às cadeiras parlamentares e às chefias do Executivo. Para essa verificação, realizamos pesquisa bibliográfica em trabalhos acadêmicos sobre essas candidaturas no Brasil (BARBABELA, 2022; SANTOS, G., 2016b), pesquisa documental em relatórios de organizações da sociedade civil, como a Aliança Nacional LGBTI+, além de questionar aos entrevistados para fins de confirmação dos dados.

Um indicador considerável de inclusão política e incentivo institucional é o investimento de recursos para campanhas eleitorais de LGBTI+. Não basta referendar a candidatura sem prover condições razoáveis de disputa na árdua competição eleitoral. Por tal razão, investigamos se os partidos analisados asseguram em regras instituídas aportes financeiros para candidaturas LGBTI+. Questionamos aos entrevistados se havia apoio financeiro a essas candidaturas e analisamos resoluções sobre a distribuição do fundo eleitoral aos diretórios e candidatos.

Por fim, outra variável útil para avaliar o grau de comprometimento do partido com a agenda da diversidade sexual e de gênero é verificar a existência de processos éticos e disciplinares contra membros com condutas e comportamentos discriminatórios contra LGBTI+ ou se existem estratégias institucionais concretas de enfrentamento à LGBTIfobia na organização. Também recorreremos às entrevistas para analisar como as organizações partidárias tratam essas violências internas.

Segue a relação de instâncias, atividades e iniciativas mapeadas nessa primeira etapa e o que consideramos como sendo pontos de acesso, encaixes institucionais programáticos e encaixes institucionais típicos de zonas de incerteza:

Quadro 3 – Relação de pontos de acesso e encaixes institucionais mapeados na primeira etapa da pesquisa.

Pontos de Acesso	Plano de Governo 2007-2010	Plano de Governo 2011-2014	Plano de Governo 2015-2018	Plano de Governo 2019-2022
Encaixes Institucionais Programáticos	Estatuto vigente	Programa partidário	Setorial ou secretaria	
Zona de Incerteza Comunicações	Site oficial	Redes sociais	Notas públicas	
Zona de Incerteza Decisões	Cotas de LGBTI+ para direção	Representação de setorial LGBTI+ na direção		
Zona de Incerteza Financiamento	Patrocínio a atividades e eventos LGBTI+	Patrocínio a candidaturas LGBTI+	Coordenação remunerada do setorial	
Zona de Incerteza Recrutamento	Candidaturas LGBTI+	Cotas para candidaturas LGBTI+		
Outros	Cursos/ Materiais Educativos LGBTI+	Processos disciplinares sobre LGBTIfobia		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapeamento dessas medidas contou com informações disponibilizadas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas no ano de 2020 remotamente em virtude da pandemia de coronavírus que chegou ao Brasil a partir de março de 2020. Tendo em vista as medidas sanitárias de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e adotadas parcialmente no país, fizemos as entrevistas por meio do aplicativo *Zoom* que posteriormente foram transcritas por profissional especializada em transcrição e custeadas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. O roteiro de entrevistas da primeira etapa está disponibilizado nos apêndices (APÊNDICE A):

Quadro 4 – Informantes da primeira etapa da pesquisa.

Nome	Janaína Oliveira	Will Barros ⁵⁸	Marcos Fernandes
Data da entrevista	25/04/2020	28/04/2020	01/07/2020
Partido político	PT	PSOL	PSDB
Função	Coordenadora da Secretaria Nacional LGBTI+	Suplente no Diretório Nacional	Presidente de Honra da Diversidade Tucana
Duração	1h05min	46min	22min
Já saiu candidata?	Sim – Deputada Federal (Pará)	Não	Sim – Vereador (São Paulo/SP)
Já exerceu mandato?	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.2 Segunda etapa

A segunda etapa da pesquisa consistiu primordialmente na realização de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de aprofundar a análise sobre o processo de institucionalização, com base no levantamento preliminar realizado na primeira etapa. O roteiro da entrevista dessa etapa foi apresentado previamente e discutido no Resocie – Grupo de Pesquisa sobre as Relações entre Sociedade e Estado, vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, em setembro de 2020, com a finalidade de fazer ajustes e acabamentos. Os roteiros de entrevistas da segunda etapa constam nos apêndices (APÊNDICE B).

A partir do levantamento desenvolvido na primeira etapa, fizemos diagnósticos sobre quais medidas cada agremiação havia adotado. Por exemplo, um partido havia inserido o tema da diversidade sexual e de gênero no programa partidário enquanto outro era silente no seu programa. Como nosso objetivo era aprofundar o processo de institucionalização de encaixes, não fazia sentido perguntar aos interlocutores como havia sido esse processo no caso de encaixes inexistentes.

Isso fez com que elaborássemos roteiros de entrevista personalizados para cada organização partidária. PT e PSDB, partidos mais institucionalizados, contabilizaram 17

⁵⁸ Na ausência de coordenação do setorial nacional LGBTI+, solicitamos a indicação do presidente nacional do partido, Juliano Medeiros.

perguntas enquanto o PSOL contou com 14 questões. As perguntas giraram bastante em torno do “como se deu”, mas não se limitaram a isso, abrangendo perguntas que permitiam verificar concepções dos sujeitos em torno do objeto. Por exemplo, perguntamos como eles avaliavam o tratamento do partido dispensado à temática da diversidade sexual ou quais as principais barreiras para o fortalecimento dos valores e interesses dos movimentos na organização.

Figura 2 – Registro do pesquisador em entrevista realizada remotamente.



Fonte: o autor.

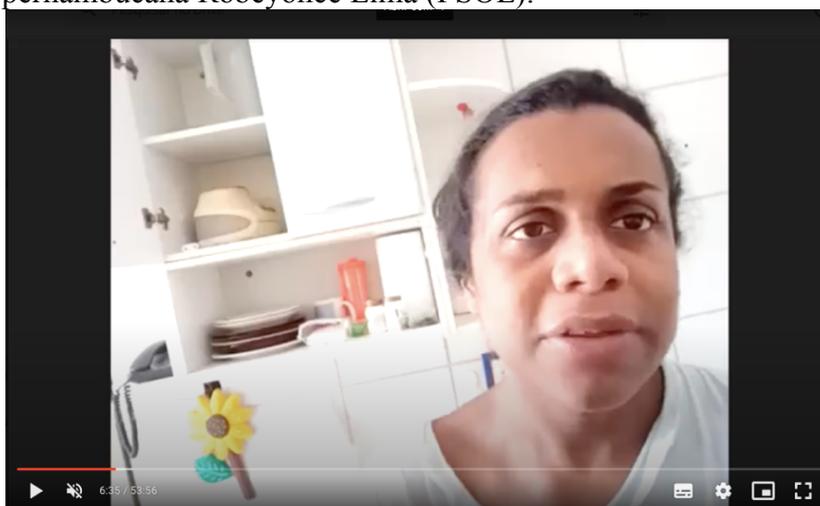
Os critérios de inclusão estabelecidos para definir os sujeitos da pesquisa foram os seguintes: ser integrante dos partidos selecionados com participação ativa e orgânica, estarem formalmente filiados/as à organização partidária, possuírem histórico reconhecido de atuação na causa da diversidade sexual e de gênero, uma parcela composta por atores que já haviam sido candidatos a algum cargo eletivo, uma parcela composta por parlamentares, com diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e sexualidade, de diferentes regiões brasileiras e localidades do país.

Esses critérios pretenderam abarcar uma diversidade representativa de elementos, características, posições, percepções e opiniões sobre o processo de institucionalização LGBTI+ em cada partido estudado, buscando ampliar a análise sobre os fatores que viabilizaram tais processos a partir de diferentes pontos de vista, justificando o elevado número de entrevistas. Os sujeitos foram indicados pelos próprios entrevistados, no estilo bola de neve, primeiro por causa do critério de reconhecimento entre pares e depois porque nem todos faziam parte da nossa rede de contatos.

Todas as entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2021. Em virtude da pandemia de coronavírus, todas as entrevistas foram feitas remotamente por meio do aplicativo *Zoom*.

Em seguida, foram transcritas por uma profissional especializada em transcrições custeada com recursos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Tanto as entrevistas como as transcrições constituem um amplo banco de dados armazenados em nuvem em uma conta do Google Drive para evitar a perda em computadores específicos. Temos o registro em áudio e em vídeo das entrevistas realizadas.

Figura 3 – Registro de entrevista remota com a codeputada pernambucana Robeyoncé Lima (PSOL).



Fonte: o autor.

Segue abaixo um quadro com informações sobre as pessoas entrevistadas na segunda etapa da pesquisa:

Quadro 5 – Informantes da segunda etapa da pesquisa.

Nome	Partido político	Data	Duração
1. Julian Rodrigues	PT	30/03/2021	1h11min
2. Janaína Oliveira	PT	18/04/2021	1h16min
3. Symmy Larrat	PT	27/04/2021	1h12min
4. Marcelo Nascimento	PT	28/04/2021	1h10min
5. Léo Mendes	PT	24/05/2021	1h39min
6. Carla Ayres	PT	31/05/2021	1h13min
7. Cláudio Nascimento	PT	09/06/2021	1h19min
8. Marcos Freire	PT	27/07/2021	1h05min
9. Bel Sá	PT	26/09/2021	1h22min
10. Célio Golin	PT	14/10/2021	38min
11. Anônimo ⁵⁹	PSOL	08/07/2021	1h
12. Rodrigo Veloso	PSOL	19/07/2021	1h38min
13. Robeyoncé Lima	PSOL	29/07/2021	53min

⁵⁹ Entrevistado/a não quis ser identificado/a na pesquisa.

14. Talita Victor	PSOL	11/08/2021	1h
15. Fábio Felix	PSOL	12/08/2021	51min
16. Gustavo Belisário	PSOL	15/09/2021	1h05min
17. Sara Azevedo	PSOL	29/09/2021	43min
18. Leandro Recife	PSOL	14/10/2021	59min
19. Marcos Fernandes	PSDB	12/09/2021	1h25min
20. Edgar Souza	PSDB	16/09/2021	1h16min
21. Lucas Barros	PSDB	17/09/2021	53min
22. Ivan Santos	PSDB	27/09/2021	1h12min
23. Joel Cavalcante	PSDB	07/10/2021	1h01min

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma vez transcritas, as entrevistas foram tratadas e sistematizadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004). Categorizamos trechos de falas em tópicos que tratavam de macrotemáticas, por exemplo, “estatuto”, “redes sociais”, “setorial”, “barreiras”, “aliados”, “relações com movimentos”, “cartilha educativa”, “financiamento eleitoral”, etc.

Em seguida, recortamos esses tópicos temáticos comuns e os agrupamos a fim de construir sentidos a partir das falas dos sujeitos. Assim, realizamos inferências causais baseados nos sentidos construídos pelos atores, buscando ir além das meras percepções dos atores e também apontando as diferenças nas percepções entre eles quando apresentavam argumentos contraditórios ou conflitantes sobre determinados tópicos.

Figura 4 – Exemplo de categorização do conteúdo das entrevistas.

EntrevistaSyymy .DOCX

Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Ferramentas Ajuda Última edição foi feita em 22 de dezembro de 2021

100% Texto norm... Arial

Lula Livre. No Lula Livre nós fizemos um movimento de resistência, toda a Parada a gente ia. A gente mandou bandeira para os estados, mas aqui na de São Paulo que é considerada a Para Nacional, digamos assim, a gente conversava com os movimentos sociais para participarem. Fazer adesão ao movimento. Chegamos a fazer dois festivais, se não me engano, a gente conseguiu fazer conversando com os movimentos sociais para tentar compor. Então é um exemplo de como a gente atua. Então se existe uma pauta que a gente acha importante, que para a Secretaria LGBT do PT é importante, a gente tenta conversar com outros movimentos sociais. Não só os que são dirigidos por petistas, mas outros movimentos sociais que se configuram e que a gente entende como bacanas, importantes, que a gente valida e admira, então a gente tenta dialogar para levar propostas que a Secretaria avalia como importantes.

Como você vê o tratamento da temática LGBT no partido? Quais canais existem? Que mecanismos existem no partido para expressão de demandas do segmento LGBT?

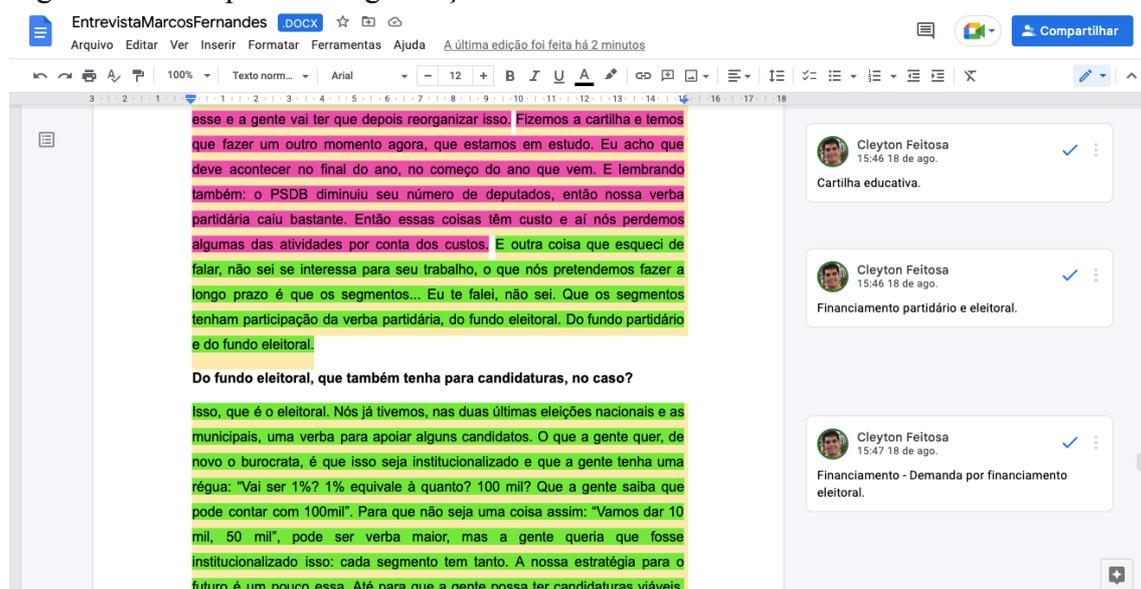
Hoje eu acho que a gente tem mais espaço do que antes. Porém, eu acho que

Cleyton Feitosa
5 de dez. de 2021
Ações com movimentos.

Cleyton Feitosa
5 de dez. de 2021
Relações com os movimentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 5 – Exemplo de categorização do conteúdo das entrevistas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na segunda etapa, complementamos as entrevistas com análises documentais. Recebemos materiais dos entrevistados que não estavam disponibilizados publicamente como o manifesto de criação da Diversidade Tucana ou fotografias do acervo pessoal, apenas para ficar nesses exemplos. Também recorremos às reportagens e matérias jornalísticas para aprofundar e detalhar algum evento ou acontecimento narrado nas entrevistas, como as prévias partidárias recentes do PSDB e do PSOL, por exemplo.

Ainda nessa etapa, ampliamos nossa análise sobre os estatutos. Se na primeira etapa buscamos verificar se o tema LGBTI+ estava presente no documento, aqui nós fizemos a leitura de todas as versões estatutárias em cada partido analisado a fim de apreender a “evolução” da temática e as transformações que ela sofreu no decorrer dos anos. Também recorremos a fontes bibliográficas diversificadas para tratar de eventos específicos, como os momentos de fundação de cada partido político.

3.4 Composição dos entrevistados

No quadro 5 listamos os entrevistados da segunda etapa, indicando apenas seus nomes, o partido que participam, a data de realização e a duração do diálogo. Nesta seção, apresentaremos parte das suas trajetórias políticas, vislumbrando experiências partidárias prévias, vinculações a movimentos sociais e organizações da sociedade civil, entre outras informações compartilhadas por eles e elas.

Esse detalhamento nos permite visualizar o tipo de sujeito político que compôs as principais informações da tese, indo além de uma mera listagem de pessoas a uma caracterização mais aproximada dos atores. Nosso intuito, além de melhor informar sobre quem são essas pessoas, é também o de reconhecer a importância e o protagonismo de cada um/a nos processos de institucionalização partidária, sabendo que há muitos outros sujeitos tão importantes quanto, mas que por diversos motivos e limites da pesquisa científica, não conseguimos contemplar a todos.

3.4.1 Entrevistados do PT

O primeiro entrevistado do PT foi Julian Rodrigues, atuante na cidade de São Paulo/SP⁶⁰. Atualmente, ele é coordenador de formação política da Fundação Perseu Abramo e já foi coordenador nacional do Setorial Nacional LGBT do PT entre 2006 a 2012, no auge da implementação das políticas públicas LGBTI+ durante os Governos Lula e Dilma em âmbito federal. Julian também possui larga experiência no movimento social, tendo participado de redes nacionais como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLTI) e a Aliança Nacional LGBTI+, entre outras organizações, fóruns e instituições participativas, como conselhos, conferências e ocupação de cargos públicos de gestão da política LGBTI+.

A segunda entrevistada foi a atual Secretária Nacional LGBT do PT, Janaína Oliveira, atuante no estado do Pará e atualmente no Distrito Federal. Janaína é ativista lésbica e negra, tendo participado da Rede Afro LGBT, uma rede nacional do Movimento LGBTI+ focada na interseccionalidade entre diversidade sexual e raça. Ela também foi coordenadora de diversidade feminina na Secretaria de Políticas para Mulheres durante o Governo Dilma e já foi Presidenta e Vice-Presidenta do Conselho Nacional LGBT, colaborando na organização de Conferências Nacionais LGBT. Em 2021 foi reeleita Secretária Nacional LGBT do PT.

A terceira entrevistada foi Symmy Larrat, outra paraense que já circulou bastante pelo país ocupando cargos públicos e assessorias parlamentares onde o PT governa e possui mandatos, a exemplo de São Paulo, Bahia e Distrito Federal. Symmy foi a primeira mulher trans a ocupar a Coordenação-Geral de Políticas LGBT do Governo Federal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República durante o Governo Dilma de onde saiu após o

⁶⁰ Essa entrevista foi publicada na íntegra pela *inSURgência*: revista de direitos e movimentos sociais vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB). Para acessá-la: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/41070>. Acesso em: 24 out. 2022.

impeachment da ex-presidenta no ano de 2016. Nossa entrevistada também coordenou o Programa Transcidadania na gestão de Fernando Haddad no município de São Paulo, política destacada quando se trata de políticas específicas para pessoas trans no Brasil e atualmente é Presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) além de compor o colegiado coordenador da Secretaria Nacional LGBT do PT.

O quarto entrevistado foi Marcelo Nascimento, atuante em Maceió, estado de Alagoas. Marcelo é destacada liderança do Movimento LGBTI+ da região Nordeste tendo presidido a ABGLT no passado, sido eleito Presidente do Diretório Municipal do PT de Maceió no ano de 2017 e reeleito para mais um mandato de quatro anos em 2019. O entrevistado assessora o Deputado Federal Paulão (PT-AL), que por sua vez presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2017. Marcelo também possui experiência na gestão pública, tendo ocupado cargos públicos vinculados à educação e a políticas LGBTI+ no seu estado.

O quinto entrevistado foi Leo Mendes, referência do Movimento LGBTI+ na Região Centro-Oeste, especialmente na capital do estado de Goiás, Goiânia. Leo já foi Presidente da primeira zonal do PT em Goiânia e coordenador de diversas ONGs LGBTI+ locais em seu município. O entrevistado também participou da elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia do Governo Lula, foi Presidente de redes nacionais do Movimento como a Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY) e organizou diversas Paradas do Orgulho em Goiânia. Ele ainda presidiu Câmaras Técnicas do Conselho Nacional LGBT e ajudou a organizar Conferências Nacionais LGBTI+. Também atuou como consultor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com a temática da diversidade sexual e militou no Movimento de HIV/Aids do país.

A sexta entrevistada foi Carla Ayres, ativista lésbica da capital Florianópolis no estado de Santa Catarina, região Sul do país. Carla tem inserção no campo acadêmico, sendo Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com tese sobre participação política de mulheres no PT. Também foi consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Atuou ainda no movimento social por meio de coletivos e foi eleita vereadora de Florianópolis no ano de 2020 pelo PT. Atualmente é pré-candidata a Deputada Federal nas eleições de 2022 pelo partido.

O sétimo entrevistado foi uma importante liderança do Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro, Cláudio Nascimento. Cláudio está no PT desde 1984. Já foi candidato a vereador em

1996. Fundador do Setorial LGBT do PT do Rio de Janeiro na década de 90. Atuou como um dos coordenadores da elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia e do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, coordenando a implantação de diversos Centros de Referência LGBTI+ pelo estado. Tem experiência em grupos de formulação de planos de governo. Prestou diversas consultorias a parlamentares e secretários de governo sobre projetos de lei e políticas públicas voltadas para LGBTI+. É uma das lideranças da ONG Arco-Íris de Cidadania LGBT, tendo coordenado diversas Paradas do Orgulho da capital carioca. Também foi membro de redes nacionais como a ABGLT e atualmente está na Aliança Nacional LGBTI+.

O oitavo entrevistado foi Marcos Freire de São Paulo/SP. Marcos faz parte do Sindicato dos Metroviários da cidade de São Paulo desde 1994. Participou da primeira Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo no ano de 1997, considerada uma das maiores do mundo. Ingressou no antigo Núcleo de Lésbicas e Gays do PT em 1998 (NGLPT) e é vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo vasta experiência no Movimento LGBTI+ da capital do estado de São Paulo.

A nona entrevistada foi Bel Sá, Secretária LGBT do PT do Diretório Estadual de São Paulo. Bel é uma ativista lésbica e negra, residente da periferia da capital. A interlocutora tem larga experiência no Movimento LGBTI+ de São Paulo, tendo participado de diversas Paradas do Orgulho, fóruns e encontros da militância LGBTI+ petista. Participou de momentos importantes das campanhas de Lula e Dilma, entre outras campanhas locais.

Nosso último entrevistado foi uma importante liderança gaúcha, Célio Golin. Célio é um dos fundadores do Nuances, ONG LGBTI+ atuante em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Célio não exerce cargos de direção no PT, mas é uma respeitada liderança do movimento social no partido, tendo sido candidato a vereador no ano de 2008, e participante assíduo das reuniões, encontros e campanhas do partido. O entrevistado também já participou da organização de diversas Paradas do Orgulho de Porto Alegre.

3.4.2 Entrevistados do PSOL

A primeira pessoa entrevistada do partido solicitou anonimato para participar da pesquisa, por isso a nomearemos como “Anônimo” nas menções diretas ou indiretas. A única informação que publicaremos é que essa entrevista ocorreu no dia 08 de julho de 2021. Saber a data de qualquer depoimento é importante para localizar a temporalidade em que o conteúdo se situa, uma vez que eventos posteriores à data da entrevista não são abordados.

Rodrigo Veloso, o segundo entrevistado, é filiado ao PSOL desde 2013. Participou da criação de setoriais LGBTI+ no nível municipal no Rio de Janeiro e, posteriormente, estadual no Rio de Janeiro. Além disso, criou o grupo de WhatsApp “LGBT Nacional do PSOL” com a intenção de construir a instância setorial também em nível nacional, e logo após a expulsão da ativista trans Indianara Siqueira por membros da Direção. Em 2018 participou do Grupo de Trabalho que elaborou o programa LGBTI+ apresentado naquela eleição presidencial por Guilherme Boulos.

Foi assessor do ex-Deputado Federal Jean Wyllys durante 4 anos, na área de comunicação, até a decisão do parlamentar de partir para o exílio em 2019, tendo ajudado também na organização de edições do Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional. Depois disso, trabalhou em uma ONG internacional voltada à justiça socioambiental. Atualmente, trabalha para a Vereadora Thais Ferreira, também do PSOL, que é uma ativista do Movimento Negro Unificado (MNU) e a única pessoa negra eleita pela bancada do partido para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Rodrigo é Bacharel em Relações Internacionais e Direito, tem Especialização em Filosofia, e é Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense. Já colaborou com textos de opinião para o site especializado na audiência LGBTI+ “Os Entendidos”, e para o Jornalistas Livres, para o Diário do Centro do Mundo, para Operamundi e para Revista Fórum. É coordenador do Movimento Unificado pela Diversidade; membro da Articulação Judaica de Esquerda; e é um dos fundadores da Frente LGBTQIA+ do Rio de Janeiro, uma confluência de mais de 40 coletivos criada em 2018. Há quatro anos é articulador das Marchas do Orgulho LGBTQIA+ no Rio – que ocorrem sempre no dia do orgulho, 28 de Junho, e representam uma ruptura crítica à organização da Parada LGBTI+ de Copacabana.

A terceira entrevistada foi Robeyoncé Lima, mulher trans e negra, natural de Recife, capital do estado de Pernambuco. Robeyoncé se formou em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2016, sendo uma das primeiras mulheres trans a integrar os quadros da advocacia pernambucana. A advogada e ativista é servidora pública efetiva da UFPE.

No ano de 2018, foi eleita para representar o estado na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) em um mandato coletivo do PSOL chamado “Juntas”. O mandato é composto exclusivamente por mulheres: Carol Vergolino, Jô Cavalcanti, Joelma Carla, Kátia Cunha e a própria Robeyoncé, única trans do coletivo e primeira codeputada com essa identidade de gênero do parlamento pernambucano⁶¹.

⁶¹ Mais informações sobre o mandato coletivo Juntas, consultar: <https://www.juntascodcodeputadas.com.br/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Talita Victor, a quarta entrevistada, é servidora pública da Câmara dos Deputados desde 2010 e especialista em processos políticos do Legislativo. Trabalhou diretamente com a Bancada Feminina e a Liderança do Governo no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Desde 2015 é assessora da Bancada do PSOL na Câmara para a pauta de gênero e sexualidade, tornando-se referência para ativistas, pesquisadores e movimentos sociais que acompanham a agenda no Congresso Nacional.

Talita constrói o PSOL desde 2005 e desde então integrou a direção executiva do partido por diversas vezes. Na última gestão, foi presidente do setorial LGBTI+ do PSOL do Distrito Federal. Apresenta-se como ativista lesbofeminista e militante extensionista, já que também foi parte do DCE da UnB, da Assembleia Popular, Grito dos Excluídos, Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno, Frente Nacional pela Legalização do Aborto e articulação do 8M Unificadas.

Nosso quinto entrevistado foi o Deputado Distrital Fábio Felix. Figura conhecida na esquerda de Brasília, Fábio possui notável experiência política e profissional, apesar de jovem. Com uma rica trajetória, marcada pela participação na igreja evangélica, no Movimento LGBTI+, Movimento Estudantil (tendo sido Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UnB), Movimento da Criança e do Adolescente e Movimento da Assistência Social, o ativista acumulou sua militância nos movimentos sociais e no partido político.

Fundador do PSOL nacional e distrital, conquistou a presidência do partido no Distrito Federal em 2017 e uma das disputadas cadeiras da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no ano de 2018. Em diversas entrevistas, Fábio faz questão de dizer que é o primeiro Deputado Distrital LGBTI+ “orgulhoso da sua orientação sexual” daquele parlamento. Optou pelo Gabinete de número 24 da CLDF após presenciar piadas homofóbicas na distribuição dos gabinetes entres os Deputados.

Gustavo Belisário foi o sexto entrevistado do partido. É filiado ao PSOL desde 2012. Foi da Direção Nacional da Insurgência, tendência interna do partido, entre 2016 e 2021. No ano de 2018 ajudou a estruturar a Frente LGBT Sem Medo como parte do Povo Sem Medo, agrupamento de movimentos sociais e partidos de esquerda de oposição e resistência aos Governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

No mesmo ano, compôs o Grupo de Trabalho que elaborou o Plano de Governo LGBTI+ da candidatura presidencial de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara, lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), respectivamente. Entre 2019 e 2021 compôs a Executiva do PSOL do Distrito

Federal. Atualmente, é Doutorando em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas e Professor Substituto da Universidade de Brasília – Campus Planaltina.

A sétima entrevistada foi Sara Azevedo, residente de Belo Horizonte. Sara foi Presidenta do PSOL de Minas Gerais na gestão 2015-2017 e também integrou o Diretório Nacional do partido. Atualmente, é Vice-Presidenta do PSOL de Minas Gerais, Diretora Técnica da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e Executiva Nacional da Federação PSOL/REDE Sustentabilidade. Ela ainda integrou a Frente Autônoma LGBTI+ de Belo Horizonte, além de participar do Movimento LGBTI+ da capital mineira.

O oitavo entrevistado, Leandro Recife, não se chama assim por acaso. Atuante na capital pernambucana, ele é dirigente nacional do PSOL desde os primeiros anos de existência do partido. Antes mesmo de participar do PSOL, Leandro já era militante do PT e do Movimento LGBTI+. Foi fundador do Liberdade LGBT, grupo da região do ABC paulista.

Com larga experiência política, pelo menos desde 1994, o dirigente já participou do Movimento Estudantil, da organização de Paradas do Orgulho no ABC paulista, já foi candidato a Vice-Prefeito no ano de 2000 em São Bernardo do Campo/SP, assessor parlamentar e atualmente é Secretário de Formação Política do PSOL. Em 2022 está na coordenação da campanha de Heloísa Helena para Deputada Federal pelo Rio de Janeiro.

3.4.3 Entrevistados do PSDB

O PSDB foi o partido que obteve o menor número de entrevistados entre os três casos analisados. Tivemos dificuldades nos retornos dos sujeitos indicados pelo Presidente de Honra da Diversidade Tucana, Marcos Fernandes, contabilizando cinco entrevistas para esta segunda etapa e uma para a primeira. Apesar disso, entrevistamos sujeitos relevantes pra história da organização política de LGBTI+ no partido, fundadores e lideranças do Secretariado Diversidade Tucana e atores de estados mais periféricos, como os coordenadores de Pernambuco e da Paraíba. Dialogar diretamente com os protagonistas do ativismo em gênero e sexualidade da organização possibilitou o acesso a ricas fontes de informação que, claro, são sempre parciais.

No decorrer da elaboração da tese (nascida como projeto em 2016 e desenvolvida entre os anos de 2017 e 2022), foi publicada no ano de 2021 uma dissertação de mestrado especificamente sobre a tematização da pauta LGBTI+ pelo PSDB do estado de São Paulo. A dissertação foi elaborada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo pelo discente João Filipe Araújo Cruz, sendo orientada pelo saudoso Gustavo

Venturi, reconhecido pesquisador sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil. Como o PSDB tem sua principal organização política no estado paulista, a pesquisa representou importante fonte para nossa análise, complementando as entrevistas e análises documentais. Além disso, pequenas dúvidas foram sanadas diretamente com o autor, João Cruz, via aplicativo WhatsApp.

O primeiro entrevistado foi Marcos Fernandes, atual Presidente de Honra da Diversidade Tucana. Marcos foi o primeiro e o que ocupou por mais tempo a presidência nacional da Diversidade Tucana, tendo participado dos momentos mais importantes da trajetória do grupo e da institucionalização da instância. Fundador do PSDB, Marcos é formado em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu. Militou na pastoral da igreja católica e na juventude do partido, além de ter ocupado diversos cargos públicos, especialmente como assessor parlamentar. Em 2022, possuía 55 anos de idade.

O segundo entrevistado foi Edgar de Souza, atual Presidente Nacional da Diversidade Tucana. Edgar é natural de Lins/SP e tinha 43 anos no momento dessa escrita. Sociólogo de formação, foi vereador por três mandatos entre 2001 a 2012, tendo sido presidente da Câmara Municipal de Lins por dois biênios (2009-2010/2011-2012). Foi um dos primeiros prefeitos assumidamente gay do Brasil durante dois mandatos, entre 2013 a 2020.

Em seu mandato como prefeito, recebeu diversos prêmios, como o prêmio Mário Covas ao desenvolver políticas públicas de inclusão social, prêmio Franco Montoro por elaborar políticas de defesa do meio ambiente, prêmio Josué de Castro por políticas de segurança alimentar e o prêmio Prefeito Amigo da Criança da Fundação Abrinq. Foi coordenador de relação institucional com municípios da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Governo Estadual de São Paulo e Secretário Executivo para Diversidade no Governo João Doria (2019-2022). Atualmente, é assessor de relações institucionais e empreendedorismo social e inclusão do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado de São Paulo (Sebrae), membro da Executiva Nacional da Federação PSDB/Cidadania, além de presidir nacionalmente a Diversidade Tucana como já dito.

O terceiro entrevistado foi Lucas Barros, atual Secretário Nacional da Diversidade Tucana e Presidente Estadual da Diversidade Tucana do estado de Pernambuco. Lucas é ativista, gestor e empresário. Iniciou sua militância no Fórum LGBT de Pernambuco no ano de 2007. Foi gestor da Coordenação da Diversidade Sexual da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes entre os anos de 2012 a 2016. Foi Assessor Parlamentar do vereador Dickson Junior, da cidade de Natal/RN entre 2017 e 2018. Atualmente, é proprietário de um restaurante

em sociedade com seu marido no município de Palmares/PE e trabalha também com captação de recursos para prefeituras e ONGs.

O quarto entrevistado foi Ivan Santos, atual Presidente da Diversidade Tucana do estado de São Paulo. Possui 30 anos de experiência em atividades políticas diversas e é formado em MBA em Gestão Pública. Ativista da causa LGBTI+, foi membro da Rede Latino-Americana Cidades do Arco-Íris entre 2017 e 2018, conselho internacional de incentivo a boas práticas e políticas voltadas à população LGBTI+ na América Latina. É Membro fundador da Diversidade Tucana, tendo já presidido o secretariado municipal da cidade de São Paulo. Além de Presidente Estadual de São Paulo, é Vice-Presidente da DT da região Sudeste.

O quinto entrevistado foi Joel Cavalcante. Atualmente ele é Presidente da Diversidade Tucana do estado da Paraíba. Tem experiência de participação em movimentos sociais, atuando em uma organização chamada Iguais – Associação LGBT, na Aliança Nacional LGBTI+ e na comissão organizadora da Parada do Orgulho LGBTI+ de Mangabeira, um dos maiores bairros de João Pessoa, capital do estado paraibano. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tem interesses acadêmicos na área de direitos humanos e desde 2020 atua no PSDB de onde se filiou a convite para elaborar planos de governo e iniciativas diversas para a população LGBTI+.

3.5 Desafios da pesquisa

Pesquisar partidos políticos não é tarefa das mais fáceis. Diferentemente de outras instituições políticas, especialmente órgãos de Estado, o caráter público e o princípio constitucional da transparência nos processos administrativos, além do corpo de burocratas responsáveis pelo processamento de dados, facilitam o acesso a documentos e informações, munindo pesquisadores de fartos materiais empíricos. No caso de partidos, pessoas jurídicas de direito privado, embora submetidos às regras e exigências legais, há grande margem para burlar regras, dificuldades em processar dados e divulgar informações oficiais.

Ribeiro (2013) já havia feito essa observação, que representa um “obstáculo enfrentado pelos pesquisadores dessa temática – não só no Brasil: a dificuldade de obtenção de dados preciosos e confiáveis sobre as organizações partidárias” (RIBEIRO, 2013, p. 228) e que tem relação direta com o fato de que “partidos (aqui e alhures) relutam em disponibilizar certos tipos de dados, como os referentes à burocracia e ao financiamento (ou não conseguem fornecê-lo, devido a suas próprias limitações organizacionais)”. No desenvolvimento da pesquisa percebemos intensamente essas dificuldades.

Muitas dessas informações não parecem estar indisponíveis propositalmente, embora, é claro, nada impeça que atores partidários se aproveitem e se beneficiem da debilidade organizacional, represando fluxos comunicacionais estratégicos para os jogos de poder. Afinal, as comunicações internas e externas representam uma das zonas de incerteza do funcionamento dos partidos (PANEBIANCO, 2005). Exemplos de dados inofensivos para a disputa política (e que, portanto, nos remete mais a uma certa disfuncionalidade organizacional) são os históricos públicos dos partidos analisados ou os modos de funcionamento das instâncias setoriais ausentes nos sites oficiais.

Documentos importantes para a pesquisa só puderam ser obtidos por meio da parceria e da confiança estabelecidas entre pesquisador e sujeitos do campo, razão pelo qual deixamos aqui nosso reconhecimento e agradecimento pela valiosa contribuição. É importante dizer que a dificuldade em acessar dados e documentos partidários não prejudica apenas a pesquisa científica, mas a própria atividade partidária e a participação política. Um exemplo disso foi o caso do documento consolidado que contém as resoluções do 1º Encontro Nacional LGBT do PSOL que não constava no site do partido e nos foi disponibilizado por Will Barros. De que maneira a organização partidária pode perseguir tais resoluções se os filiados não têm conhecimento do seu teor?

Somado a isso, tivemos dificuldades em acessar potenciais entrevistados distantes da nossa rede de contatos, com nítidos prejuízos para o caso do PSDB em comparação com os demais. Suas principais lideranças LGBTI+ estão concentradas no estado de São Paulo e fazem parte de um circuito geográfico e social que não estamos inseridos, até pela nossa trajetória aproximada ao campo das esquerdas. Isso explica o menor número de entrevistados entre os três casos e as dificuldades que obtivemos no retorno dos contatos que fizemos com sujeitos indicados.

Além das dificuldades em acessar dados, documentos e potenciais entrevistados, lidamos com um problema típico das pesquisas assentadas em entrevistas: a memória dos sujeitos. A memória é sempre parcial, enviesada e incompleta. É comum que os atores não se recordem sobre determinados eventos, fatos, pessoas envolvidas, datas e outros elementos de interesse da pesquisa. Em nosso caso, buscamos complementar as informações dos sujeitos com documentos, notícias ou reportagens disponíveis na internet, mas nem tudo é coberto pelo jornalismo, especialmente processos políticos de natureza mais interna. Logo, é importante ter em mente que a pesquisa possui lacunas que não foram supridas pela memória dos sujeitos, documentos ou reportagens. Assumir isso representa nosso esforço em sermos o mais transparentes e honestos possíveis com a pessoa leitora.

Um último ponto, mas nem por isso menos importante, foi a pandemia de Covid-19 que atingiu o mundo e o Brasil a partir de 2020. Cada país lidou de maneira distinta com o novo vírus, mas o Brasil, comandado por um governo de extrema-direita, tornou o que seria uma experiência difícil em um caos sanitário, com quase 700 mil mortes registradas.

Enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendava aos países do globo o isolamento social como medida para retardar a contaminação até a chegada de novas vacinas e evitar o colapso nos sistemas de saúde, o governo Jair Bolsonaro negava a letalidade da doença, propagandeava que se tratava de “uma gripezinha”, media forças com outras instituições políticas (como o STF e governos estaduais) para impedir o isolamento social, atrasava a distribuição de vacinas, desincentivava o seu uso e recomendava a ingestão de drogas – a cloroquina – sem efeito nenhum contra a doença.

A cada novo dia decretos governamentais eram expedidos liberando ou restringindo serviços públicos e privados, criando um cenário incerto e temerário. Sentimentos de angústia, como a raiva às autoridades negacionistas e o medo de morrer sem ar, de perder entes queridos ou contaminar pessoas próximas, foram potencializados. A redução da socialização provocada pelo isolamento social gerou sentimentos de solidão. Tudo isso ocasionou outros agravos de saúde para além das infecções: a saúde mental de parcelas da população foi afetada com o aumento de crises de ansiedade, pânico e depressão.

No nosso caso específico, a pandemia atingiu em cheio o período central de feitura da tese. Havíamos qualificado o projeto de pesquisa em julho de 2019. Quando iniciávamos a entrada em campo e recolhíamos materiais empíricos no início de 2020, a pandemia chegou. Assim, é importante deixar claro que a presente pesquisa foi desenvolvida no auge dessa experiência e sofreu diversos efeitos desse período traumático.

Somado a outras ocorrências de caráter pessoal do pesquisador, é difícil mensurar o impacto causado pela circulação do novo vírus ao produto final. O que sabemos é que o isolamento social impediu o acesso a documentos nas sedes dos partidos na capital federal, o acesso a bibliotecas, especialmente a da Universidade de Brasília, nosso principal local de estudos até então, a ampliação de redes de contato, dificultou a participação presencial em palestras, eventos e seminários e encontros com a orientadora acadêmica, também enfrentando seus próprios desafios pessoais.

Uma solução alternativa a esse cenário foi maximizar a virtualização da vida, com incontáveis *lives*, reuniões remotas e trocas de mensagens instantâneas. O resultado disso foi o aumento da ansiedade coletiva e a sobrecarga mental de alunos e professores que precisavam manter o fluxo produtivo na adversidade. Particularmente, sentimos medos, inseguranças,

crises e procrastinação, que atrasaram a elaboração da tese. Em determinados momentos, participar de reuniões virtuais era um peso enorme, mas seguimos apesar disso.

Certamente, os sujeitos entrevistados, principais fontes de informação do estudo, também foram afetados pelas crises econômica, social e sanitária que vivemos. Mesmo assim, reservaram parte de seus tempos para contribuir com a pesquisa, compartilhando dados essenciais para as análises que aqui estão. Desse modo, concluímos esse capítulo metodológico afirmando que essa tese não deve ser vista pelas suas faltas em termos de leituras, de dados ou de análises, mas pelo resultado vitorioso fruto de uma resistência que só foi possível graças a colaboração de diversas pessoas e instituições envolvidas.

O presente capítulo apresentou o percurso metodológico feito para o desenvolvimento da pesquisa, detalhando técnicas de coleta de informações e o tratamento dado ao material empírico. Elaboramos um desenho de pesquisa dividido em duas etapas. Apresentamos os casos selecionados e as razões para as escolhas: PT, PSOL e PSDB representam uma diversidade de organizações do sistema partidário brasileiro, variando em termos de datas, fatos, atores, experiência governamental, institucionalidade interna e ideologias. A primeira etapa consistiu em um levantamento diagnóstico do que existia em termos de iniciativas e encaixes institucionais nos partidos políticos analisados, de modo a possibilitar um aprofundamento na segunda etapa, responsável por analisar o processo, os fatores que contribuíram para a institucionalização e a efetividade dos mesmos ao olhar para as zonas de incerteza. Apresentamos documentos partidários considerados na análise, os atores entrevistados, fontes primordiais de informação, e seus vínculos com movimentos sociais e, por fim, as dificuldades na execução da pesquisa, entre as quais destacamos a indisponibilidade de documentos pelos partidos, a dificuldade em acessar potenciais entrevistados, a memória dos informantes e a pandemia de Covid-19.

4 MAPEANDO AÇÕES E ENCAIXES INSTITUCIONAIS LGBTI+ NOS PARTIDOS POLÍTICOS

O presente capítulo pretende apresentar os resultados da primeira etapa da pesquisa empírica. Nela, mapeamos iniciativas e sedimentações institucionais que tratam da questão da diversidade sexual e de gênero no PT, PSOL e PSDB. Esse levantamento foi necessário para apreender os encaixes institucionais em cada organização selecionada e avançar nas etapas posteriores da pesquisa. As técnicas principais para a coleta de dados foram a análise documental em documentos oficiais dos partidos, e entrevistas semiestruturadas, realizadas com atores relevantes de cada organização, coordenadores de núcleos e instâncias LGBTI+ ou indicados pelo presidente nacional do partido, como foi o caso do PSOL.

É importante dizer que os dados coletados aqui foram analisados à luz dos debates teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores. Em síntese, a literatura sobre os movimentos de diversidade sexual e de gênero no Brasil aponta que o Movimento LGBTI+ brasileiro é bastante plural, expressa diferentes projetos políticos, atuando por meio de diversos repertórios de ação e interação, em diferentes partidos. Além disso, as interações entre movimentos sociais e partidos políticos possuem múltiplas possibilidades, podendo haver confrontos ou alianças.

Partidos políticos são atravessados por normas de gênero e sexualidade (REZENDE, 2019). Em face disto, algumas organizações têm desenvolvido iniciativas que visam a garantir mais igualdade entre seus membros, na maior parte das vezes a partir da atuação e pressão de movimentos no seu interior. Parte dessas iniciativas são encaixes institucionais, a saber, sedimentações que conferem alguma agência a determinados tipos de atores (leis, regulações, cargos, vagas, órgãos, técnicas, instrumentos). Tais encaixes podem obter menos ou mais alcance e potência numa dada organização e resultar em estratégias de retórica, de ação afirmativa ou de discriminação positiva, segundo a literatura sobre gênero e partidos (ARAÚJO, 2005).

Foco especial merece o debate sobre institucionalização. Como vimos, há uma tensão sobre a sua definição, já que a literatura de movimentos sociais a concebe como o processo das interações movimentos-instituições que operam encaixes e sedimentações institucionais, e a literatura de partidos políticos a trata como um fenômeno que assegura estabilidade organizativa e autonomia perante o ambiente, a partir de um sistema organizacional complexo de controle dos fluxos de poder internos. Dessa maneira, nossas análises levaram em conta tanto a agência do Movimento LGBTI+ para tornar os partidos porosos a suas demandas e valores, como a maneira que os partidos estruturam a disputa pelo controle e distribuição de recursos

em atividades partidárias vitais – as chamadas zonas de incerteza – levando em conta os efeitos das normas dominantes de gênero e sexualidade nessa disputa.

Analizamos de que maneira o Movimento LGBTI+ dentro dos partidos tem disputado algumas zonas de incerteza e operado encaixes institucionais ao seu favor em atividades cruciais dessas organizações, como as comunicações (presença em sites e redes sociais, por exemplo), a definição de regras formais (participação em órgãos da direção, por exemplo), o recrutamento (presença de candidaturas LGBTI+ e reserva de vagas, por exemplo) e o financiamento (patrocínio de atividades e candidaturas LGBTI+, por exemplo). A junção das duas teorias permitiu analisar diferentes instâncias e atividades partidárias, detalhadas a seguir.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: primeiro, apresentaremos as ações e encaixes institucionais encontrados no PT, em seguida, no PSOL e, por fim, no PSDB. Ao final, faremos uma comparação entre os três casos.

4.1 Ações e encaixes institucionais LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores

O PT foi o primeiro partido a criar um Núcleo de Gays e Lésbicas formalmente previsto na estrutura partidária em 1992 vinculado ao Diretório Estadual de São Paulo. Santos, G. (2016b) recorda o relevante trabalho de Facchini (2005) sobre o Movimento LGBTI+ paulistano que menciona o protagonismo do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT como importante ator nas mobilizações na década de 90. A própria dissertação de Santos, G. (2006) narra o impacto negativo decorrente da recusa de apoio do NGLPT à primeira candidatura homossexual para a Câmara Municipal de São Paulo, sinalizando a relevância política desse grupo nas atividades da militância naquela cidade.

Em relação ao estatuto, é possível notar a presença de parte da agenda política do Movimento LGBTI+ no documento⁶² quando diz no capítulo 4, relativo aos direitos e deveres dos seus membros, que constituem deveres dos filiados combater manifestações de discriminação motivadas pela orientação sexual, entre outras diferenças inferiorizadas socialmente como raça, etnia, deficiências, geração, etc. A identidade de gênero como marcador social não aparece, o que pode ser explicada pela novidade que a introdução dessa categoria representa, até mesmo no interior da militância. Debates acadêmicos sobre a especificidade das pessoas trans no Brasil foi mais bem desenvolvido a partir dos anos 2000, em parte graças à difusão da teoria queer nos departamentos de Ciências Humanas e Sociais e da expansão de

⁶² Aprovado em 03/05/2016.

vagas universitárias e criação de políticas afirmativas que têm promovido maior inclusão de travestis e transexuais no Ensino Superior. Outro fator explicativo pode ser a baixa participação de pessoas trans nos partidos brasileiros em decorrência dos desafios sociais que esses sujeitos enfrentam.

Em relação ao programa partidário, a publicação do Senado considera tanto o programa do PT de 1980, como a *Carta ao Povo Brasileiro* de 2002. A Carta, que se tornou um documento histórico do partido, foi lançada em 2002 no contexto das eleições que inauguraria o ciclo petista no Executivo Federal brasileiro (2003-2016). Nela, não há nenhuma referência a questões de diversidade sexual e de gênero. O programa de 1980 também não faz nenhuma menção à pauta LGBTI+, embora se declare solidário a movimentos em defesa de setores oprimidos e enfatize os direitos dos povos indígenas, da população negra e das mulheres.

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas bem com a questão do negro assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e não raro, também, no lar (PT, 2014b, p. 76-77).

A ausência da pauta LGBTI+ no programa do PT de 1980 pode ser resultado da novidade que o movimento representava naquele período. Como demonstrado nas obras que tratam da história do Movimento LGBTI+ brasileiro, seu nascimento formal ocorre no ano de 1978 com a fundação do grupo Somos de São Paulo, em um contexto em que o regime autoritário reprimia manifestações da sociedade civil e impunha dificuldades à organização dos movimentos sociais (MACRAE, 2018a [1990]; SIMÕES; FACCHINI, 2009; TREVISAN, 2018 [1986]). Já a ausência da temática na carta de 2002, muitos anos após o nascimento do Movimento LGBTI+, revela uma notável lacuna naquele documento.

Sobre o Plano de Governo para a Presidência da República (2007-2010), referente às eleições que garantiriam o segundo mandato do ex-Presidente Lula, localizamos uma seção intitulada “Cidadania GLBT” (sigla do movimento antes da primeira conferência nacional) com três propostas de ações específicas: (i) desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), nos marcos do programa Brasil sem Homofobia, que será ampliado e fortalecido; (ii) desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social e (iii) incentivar a participação, realizando a I Conferência Nacional de Políticas para os GLBT (PT, 2006, p. 29). É interessante

ver que o programa Brasil Sem Homofobia foi reconhecido no pleito eleitoral e que a primeira conferência nacional, ocorrida em 2008, já estava prevista nesse documento.

Tendo a então candidata Dilma Rousseff encabeçando a coligação petista, após os dois mandatos de Governo Lula, temos um Plano de Governo (2011-2014) mais recuado em termos de propostas e ações para a população LGBTI+. A questão aparece na diretriz “Direitos humanos e proteção de homens, mulheres e jovens” no diagnóstico de número 47 que diz “ainda que minoradas, persistem formas de discriminação em relação a mulheres, crianças, negros, índios, pessoas com deficiência e aos LGBTT”. Para superar esse cenário, o documento propõe apenas uma única ação: “g) maior proteção legal e administrativa a segmentos socialmente discriminados e maior severidade na repressão às formas de discriminação” (PT, 2010, p. 15-16). A campanha presidencial de 2010 foi marcada pelo forte conservadorismo imposto por segmentos religiosos cristãos que exigiam dos dois principais candidatos à Presidência, Dilma e José Serra (PSDB), posições reacionárias em temas de direitos sexuais e reprodutivos para garantir apoio eleitoral.

Sobre o Plano de Governo para a Presidência da República (2015-2018), que reelegeria a ex-Presidenta Dilma Rousseff em um contexto eleitoral bastante acirrado e polarizado após os protestos de junho de 2013, o documento é ainda mais tímido em termos de propostas concretas direcionadas à população LGBTI+. É dito apenas que “no elenco de desafios institucionais, a luta pelos direitos humanos se mantém, sempre, como prioridade, até que não existam mais brasileiros tratados de forma vil ou degradante, ou discriminados por raça, cor, credo, orientação sexual ou identidade de gênero” (PT, 2014a, p. 32).

Vale lembrar que um ano antes das eleições de 2014, o pastor e rival do Movimento LGBTI+, Deputado Federal Marco Feliciano, havia sido eleito para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, suscitando diversos protestos do movimento país afora e um certo descontentamento do movimento com o PT em face dos recuos que o governo vinha demonstrando em aceno à bancada da bíblia no Congresso Nacional. Assim, o Plano de Governo do PT expressava esse cenário adverso para as forças progressistas do país. Como fartamente registrado, Dilma Rousseff sofreria um *impeachment* no ano de 2016, tendo seu mandato interrompido pelos grupos de direita no país.

Por fim, o Plano de Governo para a Presidência da República (2019-2022) foi elaborado em meio a um cenário caótico para o PT. Com a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018, Fernando Haddad foi o candidato do partido à chefia do Executivo Federal naquele pleito. No Plano de Governo petista, a temática da cidadania LGBTI+ aparece com notável presença, principalmente na seção “afirmação de direitos”. O plano se compromete

a promover o direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+ com prioridade para as pessoas em situação de pobreza. Fala em superação da violência e fortalecimento do Sistema Nacional LGBTI+ por meio da instituição de uma Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI+. Fala também em fortalecimento da Política de Saúde Integral e em ações na educação e no combate à mortalidade de pessoas trans.

O Plano de Governo do PT promete ainda nacionalizar o Transcidadania, política pública municipal da Prefeitura de São Paulo na gestão de Fernando Haddad (2013-2016) implementado no ano de 2015, que ficou conhecido pelo pioneirismo em incluir pessoas trans nos serviços municipais com uma bolsa no valor de R\$ 840,00 (valor acima do salário mínimo da época que era de R\$ 788,00), visando à elevação educacional e qualificação profissional de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade econômica e social (SANTOS, G.; FEITOSA, 2017). Concluindo, propostas para a população LGBTI+ em planos de governo petistas passaram por altos e baixos, expressando momentos e contextos de oportunidades e restrições políticas. Embora, tímidos nas candidaturas da ex-Presidente Dilma, direitos de diversidade sexual e de gênero foram reconhecidos nos documentos analisados durante o período (2006 a 2022).

Quadro 6 – Síntese dos Planos de Governo do PT à Presidência da República entre 2007 a 2022.

Plano de Governo 2007-2010 (Lula)	Plano de Governo 2011-2014 (Dilma Rousseff)	Plano de Governo 2015-2018 (Dilma Rousseff)	Plano de Governo 2019-2022 (Fernando Haddad)
<p>Seção “Cidadania GLBT”</p> <p>3 propostas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o Brasil Sem Homofobia. 2. Desenvolver políticas afirmativas. 3. I Conferência Nacional LGBT. 	<p>Seção “Direitos Humanos e proteção de homens, mulheres e jovens”</p> <p>1 proposta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Maior proteção e repressão contra discriminação. 	<p>Sem seção específica.</p> <p>Breve afirmação da luta pelos direitos humanos como prioridade mencionando orientação sexual.</p> <p>Sem propostas.</p>	<p>Seção “Promover a Cidadania LGBTI+”</p> <p>6 propostas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção do direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+. 2. Lei de criminalização da LGBTIfobia. 3. Instituir Rede de Enfrentamento à Violência. 4. Saúde Integral LGBTI+. 5. Educação para Diversidade.

			6. Nacionalizar o Transcidadania.
--	--	--	-----------------------------------

Fonte: O autor, com base nos Planos de Governo do PT.

Sobre cursos de formação, a maioria dos dados foram encontrados no portal da Fundação Perseu Abramo (FPA)⁶³, fundação educacional do partido. A iniciativa mais recente, de 2020, foi a oferta do curso à distância “Cidadania LGBT e o Respeito à Diversidade” em parceria com a Secretaria Nacional LGBT do PT⁶⁴. Segundo informações da própria FPA, o curso é aberto para filiados e não-filiados, on-line, gratuito e não exige formação prévia dos/as cursistas.

Figura 6 – Banner de divulgação do curso “Cidadania LGBT e o Respeito à Diversidade” promovido pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional LGBT do PT.



Fonte: Site da Fundação Perseu Abramo.

⁶³ A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores por decisão do seu Diretório Nacional no dia 5 de maio de 1996 e se constitui como instituição de direito privado, instituída pelo Partido dos Trabalhadores mas com autonomia jurídica e administrativa, com sede em São Paulo, mas de âmbito nacional, tendo como fins a pesquisa, a elaboração doutrinária e a contribuição para a educação política dos filiados do Partido dos Trabalhadores e do povo trabalhador brasileiro, segundo consta em seu site. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/fundacao-perseu-abramo/>. Acesso em: 04 maio 2020.

⁶⁴ [O curso] “aborda questões que envolvem as orientações sexuais e identidades de gênero no plano da sociedade e das relações com o Estado; o resgate histórico do contexto do Levante de Stonewall, nos Estados Unidos; a constituição e organização dos coletivos precursores do movimento LGBT no Brasil; o papel do segmento dentro do partido e a diferença entre as militâncias política e partidária; a comunicação como forma de resistência e outros assuntos. O curso também ajuda a fortalecer as pessoas LGBTs”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2020/02/06/cidadania-lgbt-e-tema-de-novo-curso-de-difusao/>. Acesso em: 04 maio 2020.

Além da oferta desse curso, foram encontrados no site oficial da Fundação livros lançados com o selo da FPA, como o *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*, de autoria de Júlio Simões e Regina Facchini em 2009⁶⁵ e o *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*, organizado por Gustavo Venturi e Vilma Bokany em 2011⁶⁶. Também encontramos a realização de pesquisas, com destaque para o estudo *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais nos espaços público e privado* (2008), em parceria com o Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, que comprovou, por meio da aplicação de *surveys*, altos índices de preconceito e discriminação contra a população LGBTI+ no Brasil⁶⁷.

Também indagamos à Secretária LGBT do PT, uma dirigente lésbica e negra, se havia formações ou materiais educativos sobre cidadania LGBTI+ no partido, que confirmou o desenvolvimento de atividades pedagógicas no interior da organização partidária.

A gente tem feito vídeos, tem um debate na Escola de Formação, porque é isso, com a pandemia [de Covid-19] algumas ações foram sendo adiadas, sem previsão de datas. Na Escola de Formação a ideia era fazer a formação de dirigentes municipais, estaduais e nacional, sobre as lutas da pauta LGBT, sobre as terminologias. A gente tem um grupo de assessoria parlamentar dos mandatos que também acompanham as pautas LGBT dentro do Congresso [Nacional]. Então você conseguiu criar, dentro da estrutura partidária, mecanismos de dialogar e orientar nossas representações. Mas a própria secretária, hoje a atual secretária de formação é Maria do Rosário, e no plano de ação dela virtual ela vai fazer um bloco de formação das candidaturas, das pré-candidaturas majoritárias e proporcionais, abordando também o tema da luta das mulheres, da população negra (Entrevista com Janáina Oliveira – 25/04/2020).

O PT possui uma aba exclusiva da Secretaria Nacional LGBT no site oficial do partido⁶⁸, trazendo informações sobre objetivos e finalidades dessa instância, dados sobre a atual coordenadora da Secretaria, contatos telefônicos e e-mail. Além disso, apresenta diferentes tipos de conteúdo sobre a pauta LGBTI+ no partido, como notícias, informativos, notas de repúdio, etc. Com a aba específica no site oficial do partido, o PT possui também perfis da

⁶⁵ Destacado no site da fundação em: <https://fpabramo.org.br/2009/05/18/sai-o-livro-na-trilha-do-arco-iris-do-movimento-homossexual-ao-lgbt/>. Acesso em: 04 maio 2020.

⁶⁶ Uma versão em PDF pode ser baixada no próprio site da FPA em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2020.

⁶⁷ Resultados da pesquisa podem ser vistos em: <https://teoriaedebate.org.br/2008/07/01/intolerancia-a-diversidade-sexual/>. Acesso em: 04 maio 2020.

⁶⁸ Para visualizar a aba: <https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/lgbt>. Acesso em: 04 maio 2020.

Secretaria Nacional LGBT no Facebook⁶⁹ e no Instagram⁷⁰. Não foram encontrados perfis LGBTI+ do partido no Twitter.

Em relação a notas e resoluções, ao utilizar a palavra-chave “LGBT” no buscador do site do PT, foram encontrados 195 resultados, envolvendo notas, resoluções, notícias, artigos de opinião, entrevistas, informativos etc. Nesse universo de 195 resultados variados, contabilizamos 27 notas e uma resolução. Essas notas foram assinadas tanto pelo setorial e depois secretaria nacional quanto por setoriais estaduais. Além disso, observamos uma variedade de responsáveis pelas assinaturas das notas: (i) algumas eram assinadas pelos coordenadores do setorial e secretaria individualmente, (ii) em parceria com outras instâncias do partido ou (iii) em parceria com presidentes estaduais e nacional do partido.

Dentre esse considerável número de resultados, destacamos a resolução da Executiva Nacional do partido que reconhece a ocupação de travestis e transexuais nas cotas de gênero reservadas a mulheres cis em disputas internas e externas do partido⁷¹. Segundo Godinho (1996), “em 1991 o Partido dos Trabalhadores aprovou uma medida inovadora: uma cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção partidária” (GODINHO, 1996, p. 148), o que significa dizer que o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans só aconteceu 17 anos depois. A resolução também fala em “envidar esforços para incluir pessoas trans no quadro de funcionários do Partido em todas as instâncias partidárias e mandatos que tenham a titularidade parlamentares ou gestores petistas, seja no legislativo e no executivo” (PT, 2018a, on-line, n.p). Sem dúvidas, um importante reconhecimento, considerando a exclusão e a vulnerabilidade de pessoas trans na sociedade e na política brasileiras.

Também destacamos a nota intitulada *Nota nacional sobre as declarações contra os direitos da população LGBTI*⁷², que reforça o compromisso do partido com a causa LGBTI+. Ela lembra que o PT foi o primeiro partido a contar com o segmento LGBTI+ em sua estrutura organizativa e que sempre foi vanguarda na luta pela cidadania dessa população. A nota afirma que “O Partido dos Trabalhadores reconhece que a luta pelos direitos individuais e coletivos também passa pelas mudanças estruturais no cerne de sua organização que podem ser evidenciadas pela conscientização através da educação cidadã das estruturas sociais” e lembra

⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/SecretariaLGBTBrasil/>. Acesso em: 04 maio 2020.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/lgbtdopt/?hl=pt-br>. Acesso em: 04 maio 2020.

⁷¹ A resolução pode ser lida em: <https://pt.org.br/executiva-nacional-do-pt-aprova-resolucao-sobre-cidadania-lgbt/>. Acesso em: 11 maio 2020.

⁷² A nota pode ser lida na íntegra em: <https://pt.org.br/nota-nacional-sobre-as-declaracoes-contra-os-direitos-da-populacao-lgbti/>. Acesso em: 11 maio 2020.

que sua maior liderança, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou ainda em uma convenção de 1981 que “no PT os homossexuais não serão tratados como doentes” (PT, 2018b, on-line, n.p).

Outro texto interessante é o *Relembre o legado dos governos de Lula e Dilma pelos direitos LGBT*⁷³, publicado em junho de 2019, que elenca as principais ações e políticas públicas LGBTI+ desenvolvidas pelos governos petistas, indicando que o partido expressa um certo orgulho pelo que suas gestões fizeram nessa área. Além desses conteúdos, há várias efemérides em comemoração a datas importantes para o movimento social, como o dia 17 de maio (Dia Internacional de Combate à Homofobia, cuja data foi incluída no calendário nacional em 2010 por meio de decreto expedido pelo ex-presidente Lula⁷⁴) e o dia 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTI+). Também há textos em função dos dias nacionais da visibilidade trans (29 de janeiro) e da visibilidade lésbica (29 de agosto).

Figura 7 – Imagem exaltando ações e iniciativas dos governos petistas na área LGBTI+.



Fonte: Site oficial do PT.

Há registros de diversas notas de repúdio, direcionadas a diferentes atores, instituições ou eventos. Há repúdios do partido à tentativa de parlamentares conservadores de instituir um dia nacional do orgulho heterossexual⁷⁵, ao ataque à sede do Porta dos Fundos, conjuntamente

⁷³ O texto pode ser lido em: <https://pt.org.br/relembre-o-legado-dos-governos-de-lula-e-dilma-pelos-direitos-lgbt/>. Acesso em: 11 maio 2020.

⁷⁴ Ver mais informações no site Memorial da Democracia: <http://memorialdademocracia.com.br/card/dia-nacional-contra-a-homofobia-1>. Acesso em: 11 maio 2020.

⁷⁵ Disponível em: <https://pt.org.br/em-nota-setorial-do-pt-repudia-dia-do-orgulho-heterossexual/>. Acesso em: 11 maio 2020.

com a Secretaria de Cultura do partido⁷⁶, a declarações da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves⁷⁷, a retrocessos do Governo Federal sob a gestão do Presidente Jair Bolsonaro⁷⁸ (2019-2022), a tentativas de diferentes atores de permitir a chamada “Cura Gay” no exercício profissional da Psicologia⁷⁹, contra o cancelamento da mostra *Queermuseu* após a manifestação de grupos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL)⁸⁰, entre muitos outros. Também há notas de pesar pelo falecimento de alguns ativistas do Movimento.

Além desses documentos encontrados no site oficial do partido, confirmamos a existência de notas e resoluções de promoção da cidadania LGBTI+ por meio de entrevista.

Temos resoluções. Acho que a primeira resolução como Secretaria LGBT foi a resolução da inclusão do segmento trans, não só na questão da organização, da parte administrativa, de operação, no reconhecimento do nome social, mas também nas questões de ocupação de espaço político, de mandatos, seja ele na pauta legislativa, executiva e seja ele também no processo eleitoral. Em 2018 a gente, inclusive, tem uma participação muito forte de candidaturas trans, mulheres trans e homens trans, e todas essas candidaturas foram amparadas financeiramente no sentido de ter o mínimo de condições estruturais para fazer a disputa eleitoral.

A gente não tem só resoluções, a gente tem cartas também, né, e os próprios documentos do PT têm tido esse cuidado. Os documentos nacionais dos últimos três anos têm sido documentos que têm, mesmo que seja do campo da ordem econômica ou se ele seja do campo da ordem da saúde, você tem tido um cuidado de trazer os elementos que interessam à população LGBT nesses recortes (Entrevista com Janáina Oliveira – 25/04/2020).

Como é possível observar, o depoimento da interlocutora converge com os nossos achados no site do partido, em especial com a resolução que reconhece o segmento de travestis e transexuais nos espaços políticos do PT e com as diversas notas encontradas sobre a temática LGBTI+.

No PT não existe reserva de vagas para LGBTI+ compor a direção. Vale recuperar um pouco da construção da política de cotas para mulheres na direção no começo dos anos 90 para refletir sobre as condições que permitiram a conquista desse encaixe institucional de gênero. Godinho (1996) relatou parte desse processo de institucionalização no seguinte trecho:

⁷⁶ Disponível em: <https://pt.org.br/secretarias-de-cultura-e-lgbt-do-pt-lancam-nota-de-repudio-ao-ataque-a-sede-do-porta-dos-fundos/>. Acesso em: 11 maio 2020.

⁷⁷ Disponível em: <https://pt.org.br/nota-de-repudio-as-declaracoes-da-ministra-damares-alves/>. Acesso em: 11 maio 2020.

⁷⁸ Disponível em: <https://pt.org.br/nota-de-repudio-aos-retrocessos-do-governo-federal-na-pauta-lgbt/>. Acesso em: 11 maio 2020.

⁷⁹ Disponível em: <https://pt.org.br/secretaria-nacional-lgbt-do-pt-repudia-decisao-sobre-cura-gay/>. Acesso em: 11 maio 2020.

⁸⁰ Disponível em: <https://pt.org.br/secretaria-lgbt-do-pt-repudia-cancelamento-da-mostra-queermuseu/>. Acesso em: 11 maio 2020.

As componentes da Secretaria Nacional de Mulheres do PT que impulsionava o debate e a campanha pela aprovação das cotas exploraram este viés [desigualdade de gênero no partido]. O Partido dos Trabalhadores, um partido inovador na história política nacional, vinculado aos movimentos sociais, que coloca em seu programa a luta contra todas as formas de agressão, que se identifica com a luta dos setores oprimidos e manifesta preocupação com mecanismo de participação democrática, era um campo profícuo para se questionar a desigualdade de representação entre homens e mulheres. Em um período de debate sobre o funcionamento interno do partido, a coerência do discurso de luta pela igualdade via-se arranhada com a exposição dos números. Afinal, não se podia argumentar que as mulheres não estivessem na base do partido (a campanha pela aprovação das cotas foi bastante agressiva em expor o contraste da presença das mulheres nas direções e na base total de filiados) e além disso, a atuação engajada das mulheres era bastante reconhecida (GODINHO, 1996, p. 152).

É possível notar três fatores explicativos para a conquista das cotas de gênero para a direção do partido: primeiro, o engajamento das mulheres no partido; segundo, o repertório de ação adotado pelas mulheres, no caso uma campanha para a implementação das cotas, e terceiro, a exposição das contradições entre o discurso progressista e inclusivo do partido e as práticas concretas, caracterizadas pela forte exclusão das mulheres na condução do PT.

No caso LGBTI+, ao ser indagada sobre o tópico, a Secretária LGBT do partido informou que apenas foi apresentada uma demanda ao Diretório Nacional para estabelecer um mínimo de recursos das Emendas Parlamentares, a que deputados têm direito, para o desenvolvimento de políticas públicas LGBTI+, ação que não seria voltada ao âmbito organizativo do partido, mas a governos. Também foi relatado que existe outra demanda de cunho financeiro para atividades da Secretaria, mas que só poderia ser apresentada em um congresso estatutário do partido já que envolve mudanças no estatuto do partido. Aparentemente, a implementação de cotas na direção não representa uma prioridade entre as reivindicações da militância LGBTI+ do PT ou talvez o grupo não reúna condições políticas para iniciar esse debate internamente.

Também não há cotas para candidaturas de pessoas LGBTI+. Apesar disso, há iniciativas que visam a afirmar a identidade LGBTI+ na disputa eleitoral. Uma dessas iniciativas foi a inclusão em 2020 de um campo sobre orientação sexual e identidade de gênero de pré-candidatos/as em um formulário *on-line* da Secretaria Nacional de Organização, a chamada SORG⁸¹.

⁸¹ Segundo a página da SORG no site do PT, “a Secretaria Nacional de Organização é a responsável por propor ao Diretório Nacional as políticas de construção e organização do Partido dos Trabalhadores. O órgão deve manter atualizadas e disponíveis o Cadastro Nacional de Filiados e os sistemas que integram a Rede PT, além de orientar os organismos partidários sobre filiação, recadastramento, eleições internas, encontros, prévias, processos ético-disciplinar e mecanismos de consulta”. Disponível em: <https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/organizacao/>. Acesso em: 20 maio 2020.

Toda vez que a SORG nacional promovia para as pré-candidaturas, você vai lá e preenche o formulário on-line, comunicando seu interesse [a ser] pré-candidato ou pré-candidata. E não tinha um campo para nos identificar nesse processo. O formulário nacional que hoje já está no site do PT identifica o campo LGBT, não só na orientação sexual, como identidade de gênero ou como pessoas não-binárias, que não querem estar enquadradas nesse processo. Então, pela primeira vez, você vai ter um formulário institucional, do partido como um todo, que vai dizer onde nós estamos (Entrevista com Janaina Oliveira – 25/04/2020).

É uma iniciativa tímida, considerando a baixa representação política de LGBTI+ nas casas parlamentares brasileiras (SANTOS, G., 2016b). No entanto, mapear o quantitativo de candidaturas de LGBTI+ pode significar um passo inicial para desenvolver outras ações, considerando que não há estatísticas oficiais sobre o total de homossexuais, bissexuais e transexuais existentes no país. E, de fato, tal contabilidade seria de difícil execução levando em conta a fluidez e o caráter subjetivo da constituição de identidades a partir de sexualidade e gênero.

Sobre a presença de setoriais ou secretarias temáticas, o site oficial do PT em publicação de 2017⁸² diz que existem no partido 9 secretarias e 14 setoriais e que eles seriam os principais canais de diálogo com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Os setoriais funcionam como ponte entre o PT, entidades e movimentos sociais. São espaços onde os militantes e os filiados podem se organizar por setores de atuação. Os setoriais e as secretarias setoriais ajudam o PT a ter acesso às demandas da sociedade, apresentadas pelos coletivos setoriais, que ajudam na elaboração de programas de governo e de projetos partidários (PT, 2017, on-line, n.p).

De acordo com a coordenadora da pasta LGBTI+, o PT possui uma Secretaria Nacional LGBT desde 2017⁸³ e 22 Secretarias Estaduais LGBTI+ organizadas formalmente. Ter saído da “condição” de setorial para secretaria possibilitou mais acesso a outras instâncias partidárias e a atores relevantes.

Ser da Nacional nos deu outro patamar. Então eu consigo participar não só das reuniões da instância formal: o Diretório, a Executiva, um diálogo com a Fundação Perseu Abramo, com a Escola de Formação, com secretários específicos, Comunicação, Organização. Mas assim, nos permitiu ter acesso a figuras como [Fernando] Haddad, como Dilma [Rousseff], como Lula, de conseguir dialogar com eles, de pensar conjuntamente. A Secretaria Nacional, como todo espaço nacional,

⁸² Postagem: <https://pt.org.br/entenda-o-que-sao-e-como-funcionam-os-setoriais-do-pt/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

⁸³ Segundo o site do partido, “a Secretaria Nacional LGBT, criada em julho de 2017, nasceu para empoderar e fortalecer a luta LGBT por direitos, pela diversidade no interior do partido, nos estados, nas cidades, junto com o movimento de mulheres, com a juventude, com o movimento popular, movimento sindical”. Disponível em: <https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/lgbt>. Acesso em: 20 maio 2020.

you have a condition of privilege, né? (Entrevista com Janaína Oliveira – 25/04/2020).

Concluimos que a formalização de setoriais ou secretarias temáticas pode contribuir para acessar atores relevantes da coalizão dominante do partido. No caso da população LGBTI+, fortemente marginalizada em diversos espaços sociais e políticos, é um passo estratégico para aumentar a incidência e a sensibilização sobre dirigentes importantes da organização partidária. Nessa etapa da pesquisa, ainda não temos dados suficientes para inferir sobre o que efetivamente a conquista da Secretaria significou em termos de influência sobre o partido e acesso a recursos organizativos, algo que será analisado no próximo capítulo.

Uma preocupação de destaque da Secretaria Nacional LGBT do PT é a consolidação das secretarias estaduais, para que reverberem nos municípios. Tocantins, por exemplo, seria um dos estados brasileiros com dificuldades de estruturar sua Secretaria LGBT, em virtude de disputas internas das correntes políticas que dificultam consensos e acordos em torno de nomes. Nossa interlocutora também relata resistências de membros do partido em relação à temática, remetendo-nos aos velhos debates sobre os preconceitos da esquerda desde a década de 70 no contexto do combate ao regime militar (GREEN, 2018b).

Mas eu acho que a maior dificuldade do Partido está muito mais nessa coisa das pessoas acharem que não tem porque organizar LGBT. Então a gente recebeu relatos de município de as pessoas irem ao Diretório, falarem da vontade de organizar uma Secretaria e gente dizer: “Não, mas pra que organizar LGBT? Vocês não precisam disso, não precisam se dividir”, entendeu? Não falaram isso para nenhum outro segmento, mas só pro segmento LGBT (Entrevista com Janaína Oliveira – 25/04/2020).

Em relação à representação da Secretaria LGBT na direção, conforme a resolução que instituiu a Secretaria Nacional LGBT, tal instância possui assento no Diretório Nacional e na Comissão Executiva Nacional. Contudo, apenas com direito a voz, o que significa que a Secretaria pode se expressar nesses espaços, sem o poder de voto na tomada de decisões. Esse dado é bastante ilustrativo dos desafios e barreiras que a população LGBTI+ ainda encontra nas organizações partidárias. Em 2001, o PT adotou o Processo de Eleições Diretas (PED), responsável pela eleição dos dirigentes (diretórios municipais, estaduais e nacional, e os presidentes em cada nível desses), algo que será abordado no próximo capítulo sobre o processo de institucionalização no PT, mas cabe adiantar uma reflexão crítica em consonância com a ausência de poder de voto por parte das secretarias nos diretórios e executivas e em outros espaços deliberativos.

O PED esvaziou os encontros do PT, que deixaram de constituir a espinha dorsal representativa do sistema eleitoral e da estrutura interna de oportunidades. O voto direto enfraqueceu as facções, e também as instâncias e lideranças intermediárias em relação aos órgãos e dirigentes nacionais, diretamente legitimados pela base (minando uma das peculiaridades da organização petista: a forte articulação orgânica). O PED aumentou a autonomia das direções (especialmente em nível nacional), ao enfraquecer os mecanismos internos de *accountability*, que tinham nos encontros, realizados ao final das gestões seu *locus* principal (RIBEIRO, 2013, p. 245).

O esvaziamento de outros espaços deliberativos no PT, reduzindo o principal momento de encontro a processo eleitoral, prejudica a capacidade de movimentos sociais, como o LGBTI+, participarem dos rumos e das grandes escolhas nacionais do partido.

Dando sequência, embora não haja representação da Secretaria Nacional LGBT em instâncias dirigentes com poder decisório, há remuneração assegurada por parte do partido para a figura do coordenador, permitindo que o filiado se dedique integralmente às atividades partidárias. Essa é uma regra comum para todas as Secretarias do PT. Logo, a “evolução” da condição de setorial para o *status* de Secretaria implicou o partido a se comprometer financeiramente nesse sentido.

[...] Mas eu estou liberada, sou autônoma, tive que criar um CNPJ bonitinho, então eu presto serviços ao PT, tenho que ficar à disposição do PT para tocar as tarefas que faço, né? E aí é à disposição do PT e à disposição da Secretaria. (Entrevista com Janaína Oliveira – 25/04/2020).

Assim, a remuneração da pessoa que coordena a Secretaria Nacional LGBT funciona como um importante incentivo institucional para que o agente se dedique integralmente às atividades da organização. Ao mesmo tempo, funciona também como um incentivo seletivo (empregos e *status*) que assegura lealdade à organização (PANEBIANCO, 2005), podendo comprometer os vínculos com o movimento social.

Outra contribuição dessa discussão teórica é quanto ao grau da institucionalização e à variação dos encaixes: a variação vertical trata da hierarquia política ou de autoridade que os encaixes alcançam. Como se pode ver, a transformação do setorial em Secretaria LGBT ampliou a hierarquia política da temática, vez que possibilitou mais acesso da pauta a outras instâncias e figuras do partido e a remuneração da sua coordenadora. Contudo, essa ampliação encontra limites na hierarquia do partido: a representação da Secretaria no Diretório Nacional só concede direito a voz e a remuneração da titular está abaixo de outras Secretarias Executivas do PT.

Segundo nossa interlocutora, há financiamento de atividades pelo partido, mas a Secretaria LGBT não administra os recursos. É preciso apresentar o projeto das atividades para

obter a aprovação e o financiamento por outras instâncias, o que possivelmente compromete algum grau de autonomia no desenvolvimento dessas ações.

Nós não administramos o recurso, esse foi o diferencial desses últimos anos aí, não somos nós que somos ordenadores de despesa, mas a gente apresenta os projetos que serão executados e aí dependendo do orçamento financeiro vai se adaptando ao que é possível (Entrevista com Janáina Oliveira – 25/04/2020).

Esse dado demonstra que a variação vertical desse encaixe encontra limites notáveis na hierarquia política da organização. Afinal, a instituição de uma Secretaria Nacional não deveria vir acompanhada de uma base orçamentária mínima para livre gestão dos recursos? A administração ou concessão de recursos de uma determinada instância, ainda mais que trata de uma questão contenciosa na sociedade, por outros setores não dificultaria a realização de atividades e objetivos almejados? A própria literatura de partidos fala que o controle de recursos do poder organizativo, as chamadas zonas de incerteza, possibilita o desequilíbrio de jogos de poder a favor de militantes ou grupos. O financiamento é vital para qualquer organização e o seu domínio permite controlar as relações entre o partido e o ambiente (PANEBIANCO, 2005).

A respeito dos fluxos financeiros do PT, “o estatuto do PT determina que 32% dos recursos do fundo partidário sejam repassados aos diretórios estaduais, com 48% sendo retidos pelo DN (os outros 20% vão para a Fundação Perseu Abramo)” (RIBEIRO, 2013, p. 253). Esses 48% retidos do fundo partidário pelo Diretório Nacional são administrados pela Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento.

Responsável pela organização de atividades ou campanhas de arrecadação e pela criação de formas e mecanismos que ampliem a arrecadação do Partido dos Trabalhadores, como está previsto no artigo 179 do estatuto da instituição. O Sace (Sistema de Arrecadação de Contribuições Estatutárias) faz parte da secretaria e organiza a cobrança e distribuição das contribuições de todos os filiados e filiadas (PT, 2022, on-line, n.p).

Em relação a candidaturas, no PT há inúmeros nomes que se candidataram a mandatos eletivos. Santos, G. (2016b), baseado em dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexos (ABGLT) e em dados disponibilizados a ele pelo professor Luiz Mott (UFBA), calculou que entre os anos de 2002 a 2012, 19,8% das candidaturas LGBTI+ eram do PT, colocando o partido no topo do *ranking* das candidaturas no período. Já nas eleições de 2020, a mais recente até o momento, a Secretaria Nacional LGBT do PT mapeou um total de 511 pré-candidaturas LGBTI+, sendo 494 proporcionais e 17

majoritárias⁸⁴. No entanto, a Aliança Nacional LGBTI+ mapeou apenas 39 candidaturas do PT em um universo de 209 candidaturas LGBTI+ nas eleições municipais de 2020⁸⁵ (o que representa 18% de candidaturas petistas).

Além disso, há iniciativas que almejam um fortalecimento desses concorrentes. Como já dito, foi elaborado um formulário nacional no ano de 2020 para identificar esse tipo de candidatura. Em seguida foi criado um grupo com essas candidaturas para realizar atividades de formação política.

A nossa primeira formação é o projeto “Nossas Cores” que foi sobre comunicação, então usar as ferramentas de comunicação, Instagram, Facebook e etc. Depois nós fizemos uma de Direito Eleitoral, da Comunicação também, da parte da internet. Hoje nós fizemos sobre direito eleitoral, tratando dos demais temas, TSE, resoluções e etc., e a parte organizativa interna porque nós temos um calendário, então não adianta cumprir todas as tarefas aqui se não cumprir o calendário de convenção, não fizer a inscrição do formulário oficial do PT, etc. No próximo sábado nós vamos ter uma aula de planejamento, “como organizar sua campanha”, então vamos trazer alguns profissionais e a gente está fazendo pelo [aplicativo] Zoom e vão dialogar e na segunda parte do planejamento vamos tratar como fazer arrecadação, vaquinhas e etc., para organizar. E o último bloco é o bloco de prestação de contas, porque a gente quer que nossas candidaturas, ao final de tudo, não tenham nenhum problema, né? Prestem contas (Entrevista com Janaína Oliveira – 25/04/2020).

Com efeito, o atendimento às regras eleitorais, seja do tribunal responsável pelas eleições, seja pelo partido por quem se concorre, é um dos desafios de quem lança candidatura e não conta com um aparato econômico e jurídico para orientações. Além das iniciativas pedagógicas, o PT também destina aportes financeiros para candidaturas LGBTI+.

[...] Mas principalmente a gente teve dinheiro, a gente teve muito dinheiro (...) Então muitos pensaram na estratégia muito mais voltada para o projeto 2020, do que pro projeto 2018. Mas todas, todas as candidaturas LGBT tiveram suporte financeiro. É óbvio que como metodologia de todos os demais setores, nós temos metodologia de escala né? Então das maiores possibilidades às menores na distribuição do recurso, tiramos dois federais centrais para receber um patamar importante, financeiramente, para disputar (Entrevista com Janaína Oliveira – 25/04/2020).

A análise da institucionalização da pauta LGBTI+ nos partidos políticos deve levar em conta o investimento financeiro nas candidaturas porque, de modo geral, três tipos de recursos – dinheiro, tempo livre e rede de contatos – necessários à participação política são escassos

⁸⁴ Notícia destacada pelo próprio PT em notícia publicada em seu site: <https://pt.org.br/pt-tera-numero-recorde-de-pre-candidaturas-lgbtqi-em-2020/>. Acesso em: 1º ago. 2021.

⁸⁵ A Aliança Nacional LGBTI+ é uma entidade nacional do Movimento LGBTI+ e conta com um programa chamado “Voto com Orgulho”, que busca incidir sobre a política eleitoral. O programa, bem como o quantitativo de candidaturas mapeadas, pode ser explorado em: <https://aliancalgbiti.org.br/votocomorgulho/voto-com-orgulho-candidatos-br/>. Acesso em: 1º ago. 2021.

quando se trata de grupos subalternos, como notam Miguel e Biroli (2010). Como é possível notar no caso do PT, há um grau de destinação de recursos para essas candidaturas, talvez não suficiente ou satisfatória, já que os partidos fazem cálculos de viabilidade eleitoral, priorizando atores com mais chances de vitórias, mas esse investimento existe.

No PT, a Secretaria Nacional LGBT intervém nos casos de discriminação, ética, disciplina e conduta após denúncias formais feitas pelos membros do partido e, segundo a sua coordenadora, o órgão atua no sentido de obter retratações públicas dos agentes violadores.

Processo disciplinar não teve porque houve uma retratação pública no mesmo nível. Então a gente recebeu casos de parlamentares, de figuras públicas do PT que fizeram alguma manifestação considerada LGBTfóbica e essa manifestação chegou. A gente sempre pede que mandem pra nós, formalmente, a não ser que seja um caso muito grave e a gente vai trabalhando antecipadamente (Entrevista com Janáina Oliveira – 25/04/2020).

Contudo, em alguns casos, as retratações só acontecem após um posicionamento mais rígido da Secretaria em parceria com outros atores relevantes do partido. Nossa interlocutora relata o caso de um prefeito no estado do Acre que só se retratou após a publicação de uma nota de repúdio da Secretaria assinada conjuntamente pela atual Presidenta do partido, Gleisi Hoffmann, indicando que o apoio de outros dirigentes importa para a incidência da pauta LGBTI+ no conjunto do partido.

Esse dado também nos mostra que a institucionalização LGBTI+, embora exista no PT, ainda depende da “conjuntura” política do partido, do quanto a coalizão dominante apoia ou não a pauta. De que maneira esse mesmo episódio relatado seria resolvido caso a Presidenta tivesse se negado a assinar a nota da Secretaria LGBT, seja por oposição ou descompromisso com a agenda, seja por força das relações e alianças entre a Presidenta e o agressor? Dessa maneira, observamos que as relações políticas e as lealdades estabelecidas entre os membros muitas vezes exercem um papel mais importante que o conjunto de regras, normas e programas do partido, indicando os limites da institucionalização da pauta LGBTI+ na organização e que esses limites institucionais impõem dificuldades a minorias. Essas questões perseguem LGBTI+ nos partidos políticos e revelam parte dos desafios da participação política de segmentos vulneráveis no Brasil.

Quadro 7 – Quadro-resumo das iniciativas e encaixes institucionais LGBTI+ no PT.

Dimensões Analíticas	PT
Pontos de Acesso	
Plano de Governo 2007-2010	X
Plano de Governo 2011-2014	X

Plano de Governo 2015-2018	X
Plano de Governo 2019-2022	X
Encaixes Institucionais Programáticos	
Estatuto vigente	X
Programa partidário	-
Setorial ou secretaria	X
Zona de Incerteza Comunicações	
Site oficial	X
Redes sociais	X
Notas públicas	X
Zona de Incerteza Decisões	
Cotas de LGBTI+ para direção	-
Representação de setorial na direção	X
Zona de Incerteza Financiamento	
Patrocínio a atividades e eventos	X
Patrocínio a candidaturas LGBTI+	X
Coordenação remunerada de setorial	X
Zona de Incerteza Recrutamento	
Candidaturas LGBTI+	X
Cotas para candidaturas LGBTI+	-
Outros	
Cursos ou materiais educativos	X
Processos disciplinares por LGBTIfobia	-
Resultados	
Quantidade	15
Diagnóstico (ARAÚJO, 2005)	Ação Afirmativa

Fonte: O autor, com base em pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas.

4.2 Ações e encaixes institucionais LGBTI+ no Partido Socialismo e Liberdade

O PSOL é, sem dúvidas, um partido reconhecido no campo político pelas suas posições favoráveis à luta do Movimento LGBTI+ brasileiro, o que nos motivou a ter como hipótese que esse partido detinha um alto grau de institucionalização da questão LGBTI+ na sua organização. Vejamos o que a análise dos encaixes institucionais nos diz a respeito.

O estatuto do PSOL⁸⁶ é o que mais menciona questões de sexualidade entre os casos analisados, aparecendo em três passagens diferentes do documento. O primeiro é referente aos objetivos do partido. Segundo o artigo 5º, o PSOL desenvolverá ações com o objetivo de construir uma sociedade socialista com liberdade de expressão sexual, dentre outros. Em seguida, no artigo 64, em capítulo que trata dos núcleos de base, o partido prevê a organização

⁸⁶ Aprovado em 14/09/2010.

de setorial “homossexual”. Por fim, no artigo 90, o partido afirma que a Comissão de Ética é o único organismo partidário que decide sobre “as questões de moral partidária” com base na luta pela construção de uma sociedade socialista que assegure liberdade de expressão sexual, dentre outras liberdades. Assim, o estatuto reconhece a agenda LGBTI+ para além de um objetivo programático, estabelecendo instância partidária para a organização política do segmento e ações que visam a disciplinar a conduta dos membros, sendo, portanto, um estatuto mais avançado nesse tema que o PT e o PSOL.

O programa partidário do PSOL, aprovado no Encontro Nacional de fundação do partido, em junho de 2004, também menciona a dimensão da sexualidade em um tópico específico intitulado “pela livre expressão sexual”. Esse é o único programa partidário do PSOL, sem novas versões. O conteúdo reconhece que existe uma “perseguição contra a livre expressão sexual” e exemplifica através da repressão policial às LGBTI+, arrematando que a questão é também uma luta do partido.

O programa lembra ainda que as Paradas do Orgulho LGBTI+ representam um avanço da luta pelos direitos civis do segmento e apela ao reconhecimento “da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo”, indicando que o documento encontra-se, no momento, desatualizado, uma vez que o STF reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo e gênero desde 2011. Outro elemento importante do programa é que ele afirma que o Movimento LGBTI+ também construirá o programa nesse tema. Um dado que demonstra o desejo de interação entre o partido e os movimentos sociais.

Sobre o Plano de Governo do PSOL para as eleições presidenciais de 2006, eleições essas que inaugurariam a presença do partido em todos os processos eleitorais para a Presidência da República após a sua fundação no ano de 2005, não encontramos registros oficiais no site do TSE. Em buscas realizadas no site oficial do partido, encontramos apenas um texto intitulado “Manifesto da Frente de Esquerda”⁸⁷ assinado por partidos de oposição à esquerda ao Governo Lula (PSOL/PCB/PSTU) proclamando a candidatura de Heloísa Helena à Presidência. Em um só parágrafo aparecem diversos problemas sociais, dentre eles, a discriminação por orientação sexual e raça:

Em defesa da mulher trabalhadora, defendemos a criação de creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos. **Lutamos contra toda forma de discriminação racial e sexual.** Além disso, defendemos a tributação severa das grandes fortunas, dos lucros dos bancos e das grandes empresas. O controle público dos trabalhadores e dos consumidores sobre a produção de bens essenciais é uma necessidade para que a

⁸⁷ Disponível em: <https://psol50.org.br/manifesto-da-frente-de-esquerda-2/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

distribuição de renda ocorra acabando com a enorme desigualdade que envergonha nosso país (PSOL, 2006, on-line, n.p, grifo nosso).

Em 2010, o PSOL lançou a candidatura de Plínio Arruda para a Presidência do país. Seu Plano de Governo foi bastante enxuto, mas a pauta LGBTI+ não passou despercebida. No ponto 20 do documento (de um total de 25 propostas), é declarado um posicionamento “contra o racismo, a homofobia e o machismo” (PSOL, 2010b, p. 2), sem, contudo, apresentar propostas concretas de eliminação dessas formas de violência.

As eleições de 2014 representam uma virada em termos de propostas de políticas LGBTI+ nos planos de governo do partido. Tendo a candidata Luciana Genro como representante das ideias e defesas do PSOL, o Plano de Governo para os anos de 2015 a 2018 conta com uma seção específica sobre o tema LGBTI+ apontando três prioridades e dez propostas de ação.

Esse avanço nas proposições do partido pode ser explicado pela força que a causa LGBTI+ ganhou após a vitória eleitoral em 2010 do Deputado Federal Jean Wyllys e após os protestos de junho de 2013. Vários militantes se manifestaram nas jornadas de junho contra a presença de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, contra os recuos morais do governo federal petista e por mais direitos. Passados os protestos, parte desses militantes se filiaram ao PSOL por identificarem no partido um espaço de afirmação dessa luta graças a visibilidade conferida pelo mandato de Jean Wyllys à pauta. Voltando ao Plano de Governo de Luciana Genro, as três prioridades direcionadas à população LGBTI+ eram:

A) Combate a todas as formas de preconceito por orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero. B) Garantia de igualdade jurídica para a população LGBT em todos os âmbitos. C) Elaboração participativa através do diálogo permanente com os movimentos sociais e a comunidade, sem dirigismos partidários, de políticas públicas visando combater o preconceito, garantir a igualdade e promover a inclusão social da população LGBT, entendendo que essas políticas devam estar presentes em todas as áreas de governo (PSOL, 2014, p. 62).

Já as dez propostas de ação foram: 1 – Criminalização da discriminação contra LGBT e implantação de políticas concretas de combate sistêmico à homofobia e à transfobia. 2 – Criação de um observatório para monitoramento da violência homofóbica. 3 – Constitucionalização da proteção às LGBTs e a todas as formas de família. 4 – Alteração do Código Civil para assegurar a conquista do casamento civil igualitário. 5 – Garantia do direito à autodefinição da identidade de gênero. 6 – Garantia do direito de travestis e transexuais à saúde integral. 7 – Revisão de políticas públicas de combate ao HIV e DSTs com conscientização e atendimento das LGBTs.

8 – Implementação do kit “Escola sem Homofobia” e revisão dos materiais já existentes. 9 – Qualificação dos servidores públicos para o atendimento à população LGBT. 10 – Fortalecimento da participação direta das LGBTs (PSOL, 2014, p. 62 a 64). É importante ainda recordar que foi durante essa campanha que Luciana Genro fez uma defesa aguerrida dos direitos LGBTI+ em um debate promovido pela Rede Record de televisão em oposição a declarações homofóbicas por parte do então oponente e também candidato Levy Fidelix (PRTB)⁸⁸, tematizando a questão para além dos Planos de Governo.

Quanto ao Plano de Governo do PSOL nas eleições presidenciais de 2018, contendo 238 páginas – um número bem acima dos demais partidos e candidatos – o Plano de Governo do candidato-ativista do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, apresenta um rol vasto de políticas públicas para a população LGBTI+. Uma simples busca pela palavra-chave ‘LGBT’ resultou em um total de 73 resultados no documento. O texto demonstra que a temática da diversidade sexual e de gênero, mais do que um tópico ou uma linha de ação, assume centralidade em todas as políticas sociais previstas em um eventual governo PSOLista.

No Plano, as propostas de políticas aparecem em uma seção específica chamada “Diversidade importa! Um programa para a cidadania LGBTI” que se desdobram em subseções como “família”, “pessoas trans”, “escolas”, “emprego, renda e moradia”, “segurança” e “saúde integral”. Além disso, em outras seções também são descritas ações para o segmento LGBTI+ (aparecendo propostas também nas seções de educação, saúde, segurança, assistência social, cultura, comunicação e juventude). Destacamos o seguinte trecho: “Garantir a cidadania da população LGBTI como política de Estado, que jamais será relegada a um segundo plano ou negociada em troca de acordos políticos, eleitorais ou de governabilidade” (PSOL, 2018, p. 63), um nítido esforço de distinção do PT e crítica àquele partido, que em alguns momentos abriu mão de implementar políticas LGBTI+ no Governo Federal para não contrariar aliados conservadores do Congresso Nacional (VITAL; LOPES, 2012).

O caso mais emblemático dessa contradição dos governos petistas envolveu a política educacional conhecida como Escola Sem Homofobia, que visava a formar professores da Educação Básica para a promoção do respeito. Vital e Lopes (2012) vão dizer que “o que se observou, portanto, foi a utilização de direitos civis, através da negação de uma política educacional voltada à inclusão e valorização da diversidade, como moeda de troca política com setores conservadores” e que “o governo federal abriu mão de uma política que tinha clara

⁸⁸ <https://recordtv.r7.com/videos/aparelho-excretor-nao-reproduz-responde-levy-fidelix-em-debate-24112016>. Acesso em: 16 mar. 2022.

intenção de ampliação de direitos e de promoção de uma cultura de liberdade” (VITAL; LOPES, 2012, p. 149).

Quadro 8 – Síntese dos Planos de Governo do PSOL à Presidência da República entre 2007 a 2022.

Manifesto da Frente de Esquerda 2007-2010 (Heloísa Helena)	Plano de Governo 2011-2014 (Plínio Arruda)	Plano de Governo 2015-2018 (Luciana Genro)	Plano de Governo 2019-2022 (Guilherme Boulos)
<p>Sem seção específica.</p> <p>Breve afirmação de que a candidata luta contra toda forma de discriminação racial e sexual.</p> <p>Sem proposta.</p>	<p>Sem seção específica.</p> <p>Breve afirmação de que o candidato é contra o racismo, a homofobia e o machismo.</p> <p>Sem proposta.</p>	<p>Seção “LGBT”.</p> <p>3 prioridades.</p> <p>10 propostas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criminalização da LGBTfobia. 2. Observatório para monitoramento da homofobia. 3. Constitucionalização da proteção LGBT e a todas as formas de família. 4. Casamento civil igualitário. 5. Garantia da autodefinição da identidade de gênero. 6. Saúde integral para trans. 7. Revisão de políticas públicas de combate ao HIV e DSTs. 8. Implementação do “Escola sem Homofobia”. 9. Qualificação dos servidores públicos. 10. Participação LGBT. 	<p>Seção “Diversidade importa”.</p> <p>6 Subseções com diversas propostas:</p> <p>Família. Pessoas Trans. Escolas. Emprego, renda e moradia. Segurança. Saúde integral.</p> <p>Em outras seções também há propostas para LGBTI+.</p> <p>73 resultados para a palavra “LGBT”.</p>

Fonte: O autor, com base nos Planos de Governo do PSOL.

Em relação à oferta de cursos ou materiais educativos sobre o tema, surpreendentemente o PSOL não possui muitas iniciativas pedagógicas. No site oficial do partido não encontramos nenhuma informação a respeito. O único material encontrado foi um artigo intitulado “Sexualidade e gênero: um movimento para o socialismo e a liberdade”, assinado por um membro da executiva do PSOL/SP chamado Everton Vieira, no site da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco⁸⁹, a fundação educacional do partido⁹⁰. Em entrevista concedida por um militante orgânico do partido (que nos foi indicado pelo atual Presidente do partido, Juliano Medeiros), confirmamos que há poucas ações formativas no partido e que a maior parte das cartilhas educativas foram produzidos a partir de mandatos parlamentares, como os de Jean Wyllys (RJ) e Marinor Brito (PA), o que não pode ser creditado exatamente como uma ação partidária, mas de atores a ele vinculados.

A pauta LGBTI+ no partido também não é solidamente institucionalizada na internet. Não há abas no site oficial do PSOL⁹¹ nem páginas nas redes sociais. Não encontramos perfis no Facebook, Twitter e Instagram. O único material encontrado foi uma fan page no Facebook intitulada “Setorial LGBT do PSOL-SP”. No entanto, uma postagem de 09 de janeiro de 2020, diz o seguinte: “Boa noite amigos e filiados LGBTQIA do PSOL-SP, estamos usando outra página devido as (sic) problemas administrativos nessa página. Procurem e curtem: setoriallgbtqi do Psol-sp”, que nos remete a um provável problema de disputa interna pela administração da página. Ao fazermos a busca com as palavras indicadas na postagem, não encontramos esta nova página.

Quanto ao site oficial, não é que não constem conteúdos sobre a temática LGBTI+, mas ela não está concentrada em um único lugar, sendo necessário filtrar palavras-chave em um buscador para localizar, em sua maioria, notícias. Tanto que boa parte desse conteúdo faz parte de uma seção chamada “Comunicação PSOL”, que publica todo tipo de notícia relacionada ao

⁸⁹ A partir de 2019, a fundação passou a se chamar Fundação Lauro Campos e Marielle Franco em homenagem à vereadora negra e lésbica do Rio de Janeiro, assassinada em 14 de março de 2018. Vídeo anunciando essa mudança pode ser visto em: https://www.youtube.com/watch?v=3G0i4T3wV_g&feature=emb_title. Acesso em: 10 jun. 2020.

⁹⁰ Segundo o site da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, “a Fundação Lauro Campos – FLC foi instituída pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, nos termos da legislação partidária. Desde então, tem procurado desenvolver atividades nas esferas da teoria e da cultura, ensejando um pensamento crítico comprometido com os valores do socialismo e da liberdade, e promovendo o debate de propostas programáticas para a transformação social do país”, tendo como objetivo “fornecer subsídios para que a militância, de forma crítica e aberta, possa enfrentar os debates que ocorrem na sociedade e assim ampliar o alcance das ideias socialistas. É também o de fornecer elementos teóricos que enriqueçam a capacidade de ela refletir criticamente sobre a realidade e propor alternativas. E, como não poderia deixar de ser, é o de estimular a formulação teórica dos quadros partidários, funcionando como uma espécie de usina de ideias”. Disponível em: <http://www.laurocampos.org.br/fundacaolaurocampos/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

⁹¹ Disponível em: <https://psol50.org.br/>. Acesso em: 07 jun. 2020.

partido. Seria mais fácil localizar variados tipos de conteúdo sobre diversidade sexual e de gênero se existisse uma aba específica no site oficial do PSOL. Também localizamos postagens com a temática LGBTI+ no perfil oficial do partido no Facebook, demonstrando que o partido se posiciona em suas redes sociais.

Figura 8 – Postagem no perfil oficial do PSOL no Facebook em alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Trans.



Fonte: Página do facebook do PSOL – PSOL 50. Disponível em: <https://www.facebook.com/psol50/photos/a.147531972075112/1310759165752381/>.

O levantamento de notas e resoluções com a temática LGBTI+ no site do PSOL resultou em 46 resultados, sendo a maior parte desse conteúdo composto por notícias. Destacamos cinco resultados, que nos dão pistas sobre como o partido se posiciona publicamente e se organiza internamente: o primeiro aborda as resoluções dos setoriais aprovadas no 6º Congresso⁹², ocorrido em 2017. O segundo, as resoluções do 1º Encontro Nacional LGBT do PSOL⁹³, ocorrido em 2016. O terceiro, trata de uma moção de apoio intitulada “Somos Todos Jean Wyllys”⁹⁴. O quarto põe em relevo ações do partido para fortalecer a cidadania LGBT⁹⁵ e o

⁹² O material pode ser lido em: <https://psol50.org.br/resolucoes-das-setoriais-aprovadas-no-6o-congresso-ressaltam-atuacao-do-psol-nas-lutas-contra-as-opressoes/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

⁹³ O material pode ser lido em: <https://psol50.org.br/resolucoes-do-1o-encontro-nacional-lgbt-do-psol-2016/>. No entanto, o caderno de resoluções não encontra-se disponível. Acesso em: 08 jun. 2020.

⁹⁴ Disponível em: <https://psol50.org.br/mocao-de-apoio-somos-todos-jean-wyllys/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

⁹⁵ As ações podem ser vistas em: <https://psol50.org.br/direitos-lgbt-5-acoes-do-psol-em-busca-de-igualdade/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

quinto destaca a quantidade de candidaturas de travestis e transexuais pelo PSOL nas eleições de 2018⁹⁶.

Chama atenção no primeiro achado que o texto afirme que os setoriais apresentaram suas contribuições para nortear a luta contra as opressões e mencione os setoriais de mulheres, negros, LGBT, de pessoas com deficiência e ecossocialistas. Contudo, as resoluções de todos os setoriais são disponibilizadas em hiperlinks do tipo “confira o texto aqui”, com exceção do setorial LGBT. O texto da notícia destaca em parágrafos específicos apenas as contribuições dos setoriais de mulheres, negros, ecossocialistas e pessoas com deficiências, nessa ordem.

Também chama atenção no segundo resultado, referente às resoluções do 1º Encontro Nacional LGBT do PSOL, que o link que daria acesso ao caderno de resoluções não funcione, dificultando o acesso ao debate e ao acúmulo produzido no partido não só por pesquisadores/as, como também por outros/as filiados/as que não participaram desse encontro pioneiro. No entanto, conseguimos esse documento com o nosso entrevistado sobre os encaixes institucionais do PSOL.

Trata-se de um documento muito importante, uma vez que sintetiza propostas, pautas e bandeiras das LGBTI+ para o conjunto do partido, tendo sido elaborado entre 9 e 10 de julho de 2016 no âmbito do 5º Congresso do partido, em São Paulo. Tanto que é endereçado aos diretórios municipais, estaduais e nacional, aos pré-candidatos e à militância do partido, em um claro esforço de agendar a agremiação. Seu conteúdo aborda várias temáticas, como educação, saúde, assistência social, trabalho, direitos humanos e segurança pública, além de conter uma carta-compromisso que implica todos os candidatos do PSOL a se comprometerem com a defesa daquelas ações. Para esta pesquisa, interessada na institucionalização das questões de diversidade sexual e de gênero na dimensão organizacional dos partidos, interessam prioritariamente as resoluções de número 5, 6, 7, 8 e 9.

A resolução 5 defende que todos os candidatos do PSOL assinem a carta-compromisso já mencionada e não tenham posturas discriminatórias, sob pena de perder o registro da candidatura. “Para nós é inaceitável que haja LGBTfobia dentro do PSOL, uma vez que se trata de um partido reconhecido por ser um aliado do movimento LGBT” (RESOLUÇÃO PSOL, 2016). O ponto 6 advoga que os diretórios municipais acolham e se posicionem sobre casos de violência sofridos por candidatas trans. O ponto 7 reivindica suporte também dos diretórios municipais às candidaturas LGBTI+, que pode ter sido responsável pela resolução publicada em 2020 sobre financiamento de candidaturas LGBTI+, estabelecendo 15% a mais de recursos

⁹⁶ Ver as candidaturas em: <https://psol50.org.br/das-54-candidaturas-trans-destas-eleicoes-21-sao-do-psol/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

em comparação com um candidato heterossexual em uma mesma faixa de prioridade, como veremos adiante. O ponto 8 pede aos setoriais LGBT e de mulheres que estes sejam coordenados por travestis e transexuais e, por fim, o 9 exige que o PSOL provoque a justiça eleitoral para assegurar que mulheres trans sejam reconhecidas na cota de gênero (conquista ocorrida dois anos depois da elaboração desse documento, no ano de 2018, no âmbito do TSE⁹⁷).

A moção “Somos Todos Jean Wyllys” é assinada pela Executiva Nacional do partido em dezembro de 2016 e faz uma defesa do então primeiro parlamentar ativista LGBTI+ da Câmara Federal quando este foi denunciado no Conselho de Ética da Câmara Federal por cuspir no também então Deputado Federal Jair Bolsonaro na votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). É importante que a Executiva tenha se posicionado naquele momento e afirmado: “fica claro viés claramente homofóbico desta iniciativa”. Felizmente, o Conselho abrandou a pena contra Wyllys, aprovando apenas uma advertência lida em plenário⁹⁸.

A quarta nota declara que o partido tem “orgulho de ter mandatos LGBTs pelo Brasil” (NOTA PSOL, 2018), afirmando que foi o único partido a lançar candidatas transexuais a prefeituras nas eleições de 2016 e boa parte das candidaturas trans em 2018. Também fala da importância do setorial ao escrever: “nosso Setorial Nacional LGBT cuida exclusivamente da pauta e garante avanços no debate dentro do espaço institucional” (NOTA PSOL, 2018). Em seguida, destaca 7 iniciativas legislativas que parlamentares do PSOL propuseram para promover direitos da população LGBTI+ em diversas casas parlamentares, com ênfase na Câmara dos Deputados.

As 7 ações são: (i) Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, com um projeto de lei de autoria de Jean Wyllys para regulamentar o casamento; (ii) Direito à identidade de gênero, também com um projeto de lei de autoria de Jean Wyllys em parceria com a Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF) que visa a ampliar direitos de pessoas trans; (iii) Lei “Maria da Penha” da população LGBTI+, com um projeto de lei de autoria do Deputado Federal David Miranda (PSOL/RJ) que prevê medidas protetivas pensadas para a população LGBTI+; (iv) Fim da proibição de doação de sangue por homossexuais, com um projeto de lei de autoria também de

⁹⁷ Ver reportagem sobre a questão em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/01/tse-decide-que-candidatos-trans-devem-contar-para-cotas-nas-eleicoes.htm>. Acesso em: 08 jun. 2020.

⁹⁸ Ver notícias em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/04/05/interna_politica,860063/jean-wyllys-e-absolvido-em-processo-na-comissao-de-etica-por-cuspe-em.shtml. Acesso em: 08 jun. 2020.

Jean Wyllys para revogar portaria que proíbe doação de sangue por LGBTI+; (v) Coleta de dados sobre população LGBTI+ para elaboração de políticas públicas, por meio de um projeto de lei da Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ); (vi) Campanha do dezembro vermelho, através de um projeto de lei também de autoria de Jean Wyllys que foi aprovado no Congresso Nacional e cria o mês da campanha de prevenção do HIV/Aids e, por fim, (vii) atuação em estados e municípios, salientando diversas iniciativas legislativas de deputados estaduais, distritais e vereadores.

A quinta e última nota que evidenciamos ressalta que das 54 candidaturas de travestis e transexuais nas eleições de 2018, 21 pertencem ao PSOL, segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Esse universo representa 40% do total desse tipo de candidatura, colocando o PSOL entre os partidos brasileiros que mais incluem politicamente a população LGBTI+, afinal, não adianta institucionalizar encaixes temáticos na estrutura organizacional do partido se estes não refletirem nas disputas eleitorais e na representação política formal, que por sua vez poderá operar transformações no campo dos direitos. A nota, então, apresenta a listagem nominal das candidaturas e dos cargos a que concorreram em 14 das 27 unidades federativas do Brasil.

Entre 2002 a 2012, período analisado por Santos, G. (2016b), o PSOL totalizou 11,6% entre todos os partidos que lançaram candidatos/as LGBTI+, ficando na vice-liderança entre os partidos que mais lançaram candidaturas do gênero, ficando atrás apenas do PT. Segundo o levantamento realizado pela Aliança Nacional LGBTI+, o PSOL lançou 47 candidaturas de LGBTI+ de um total de 209 (22%) no pleito eleitoral de 2020.

Apesar desses números significativos de candidaturas de pessoas LGBTI+, com destaque para o público trans, o PSOL não destina reserva de vagas para LGBTI+ na direção do partido, segundo nos relata uma liderança gay, Will Barros. Como já dito, chegamos a esse interlocutor por meio de indicação do então Presidente Nacional do PSOL, Juliano Medeiros, que julgou que ele teria mais informações sobre a pauta LGBTI+ na agremiação do que ele próprio. Segundo Barros, existem reivindicações dos setores juvenis e LGBTI+ do partido nesse sentido, inclusive com reserva de vagas nas direções das tendências do partido, que são agrupamentos internos. No entanto, em relação à Direção Nacional do partido, “nós temos uma contribuição para fazer pro partido, para o próximo período que seria durante o Congresso, apresentando uma proposta de reserva de vaga e de destinação de recursos também para a política LGBT dentro do partido” (Entrevista com Will Barros – 28/04/2020).

Também não existe reserva de vagas para candidaturas, ainda que o PSOL tenha um histórico notável. Nosso interlocutor explica que não existe consensos a respeito desse perfil de

cotas no partido, embora reflita que há estados que não se preocupam em garantir tal representatividade na composição das chapas para as eleições. “Por mais que nós sejamos um partido com uma presença de candidaturas LGBT, a gente pode avançar fazendo com que isso seja uma garantia”, avalia (Entrevista com Will Barros – 28/04/2020).

Assim como o PT, o PSOL também possui Setorial Nacional LGBT formalizado⁹⁹, criado com a finalidade de que “fossem um espaço de debate, reunião, consolidação da política, de contribuição e tudo mais” (Entrevista com Will Barros – 28/04/2020). Entretanto, nosso interlocutor avalia que há estados, geralmente da região Sudeste do país, com setoriais mais consolidados e outros, no Norte e Nordeste, com dificuldades na institucionalização. “Em alguns estados isso não foi efetivado porque não existe uma presença de pessoas que estejam disponíveis a construir esse processo ainda” (Entrevista com Will Barros – 28/04/2020). Esse tipo de reflexão merece problematização, uma vez que a ausência de setoriais nos estados é creditada à indisponibilidade das pessoas e não às barreiras colocadas pelos partidos, seus dirigentes ou mesmo à LGBTIfobia vigente nessas localidades.

As semelhanças com o PT param na existência de Setorial Nacional. No PSOL, não existe representação assegurada do Setorial LGBT em instâncias dirigentes, como no Diretório ou na Executiva. Isso pode ser explicado por dois motivos: primeiro, pela pouca experiência no Poder Executivo, pois caso o partido ocupasse cargos em governos, poderia sofrer cobranças para a criação dessa representação e ter uma estrutura interna mais eficaz e, segundo, pelas divisões internas em tendências e correntes, pois a indicação de um/a representante para a direção causaria enormes tensões e disputas na militância partidária¹⁰⁰.

Também, diferentemente do PT, não existe coordenação remunerada do Setorial. De acordo com o nosso interlocutor, as direções dos setoriais são colegiadas e falta uma política de financiamento mais consolidada. “Então isso [financiamento] garantiria que a gente profissionalizasse a comunicação, que a gente profissionalizasse um ou outro militante nosso para que atuasse no cotidiano do movimento, enquanto partido né?” (Entrevista com Will Barros – 28/04/2020).

A ausência de uma política de financiamento mais estruturada para a pauta LGBTI+ dificulta não somente a organização do Setorial Nacional, como também as atividades

⁹⁹ A existência de setorial nacional LGBT é ponto problemático no PSOL. Na segunda etapa, no capítulo específico sobre o processo de institucionalização no PSOL, veremos que essa posição de Will Barros é contraditória e repleta de interpretações distintas.

¹⁰⁰ Agradecemos a James Green por essas observações sobre a ausência de representação LGBTI+ na direção do PSOL.

realizadas pelos militantes. Exemplo disso é o relato sobre a organização de um encontro nacional das LGBTI+ do PSOL à parte do Congresso Nacional do partido:

A nossa luta agora é pelo Encontro Nacional [LGBTI+]. Então o espaço do Congresso [Nacional do PSOL] seria o primeiro espaço e a gente queria realizar em seguida o nosso Encontro. E a busca pela grana desse Encontro, que a gente sabe que vai precisar, a gente tem acordado com o partido, tem acordado com o mandato... Então a gente consegue viabilizar a política mínima nossa, de tentar reunir, de se encontrar, de garantir o encontro e tudo, mas não existe uma política consolidada, por exemplo, uma destinação de parte do fundo específico para essa rubrica, sabe? (Entrevista com Will Barros – 28/04/2020).

Com efeito, a ausência de recursos financeiros assegurados à pauta LGBTI+ na organização partidária compromete em alguma medida os efeitos da institucionalização dessa agenda, uma vez que afeta a capacidade de organização dos militantes, bem como da incidência desses atores sobre o conjunto do partido. Esse ponto parece ser um grande desafio a todos os casos analisados.

A respeito de candidaturas, não restam dúvidas de que o PSOL é um partido com certa porosidade a candidatos e candidatas LGBTI+, evidenciado tanto pela nota destacada anteriormente (sobre a quantidade de candidaturas trans nas eleições de 2018) quanto pelo nosso interlocutor. Will lembrou várias candidaturas bem-sucedidas do ponto de vista eleitoral em 2018: a vitória de Jean Wyllys, que depois foi substituído pelo também parlamentar gay David Miranda¹⁰¹ na Câmara dos Deputados, pelo estado do Rio de Janeiro (RJ). Erica Maluginho¹⁰², eleita deputada estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Robeyoncé Lima¹⁰³, eleita codeputada estadual em um mandato coletivo chamado “Juntas” na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), e Fábio Felix¹⁰⁴, eleito deputado distrital na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Outro aspecto positivo a ser ressaltado nesse dado de candidaturas vitoriosas é que todos esses deputados e deputadas eleitas são negras, potencializando uma bem-vinda representação política interseccional entre classe, raça, gênero e orientação sexual. Além disso, as candidaturas não-eleitas cumprem papel importantíssimo de agendamento da temática de diversidade sexual e de gênero na sociedade por meio das campanhas eleitorais.

¹⁰¹ Informações oficiais sobre David Miranda podem ser encontradas em: <https://www.camara.leg.br/deputados/205548>. Acesso em: 12 jun. 2020.

¹⁰² Informações oficiais sobre Erica Maluginho podem ser encontradas em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300625>. Acesso em: 12 jun. 2020.

¹⁰³ Informações oficiais sobre o mandato coletivo “Juntas” e sobre Robeyoncé Lima podem ser encontradas em: <http://www.alepe.pe.gov.br/parlamentar/juntas/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

¹⁰⁴ Informações oficiais sobre Fábio Felix podem ser encontradas em: <https://www.cl.df.gov.br/fabio-felix-2019>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Em relação ao financiamento de candidaturas LGBTI+ pelo partido, nosso interlocutor avalia que, embora o PSOL não seja um modelo ideal, há um esforço notável para assegurar que todos os candidatos e candidatas tenham um mínimo comum que possibilite disputar pleitos eleitorais, com uma atenção especial a candidaturas de mulheres e pessoas negras. Cinco meses após a entrevista com Will Barros, a Executiva Nacional do PSOL publicou uma resolução em setembro de 2020 sobre a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha¹⁰⁵, determinando o mínimo de 30% dos recursos para candidaturas de mulheres.

A resolução determina ainda que candidaturas LGBTI+ recebam 15% a mais que um candidato branco (termo utilizado em vez de candidato heterossexual) em uma mesma faixa de prioridade, medida que pode ter sido adotada em cumprimento às resoluções do 1º Encontro Nacional LGBT do PSOL, que reivindicou no ponto 7 suporte dos diretórios municipais a candidaturas LGBTI+. Apesar de a medida ser importante, o valor está abaixo da porcentagem destinada a negros (50% a mais que candidato branco na mesma faixa de prioridade) e mulheres (30% a mais que candidato homem na mesma faixa de prioridade) e a resolução também deixa a cargo dos diretórios municipais a definição sobre qual candidatura fará parte das faixas de prioridade, onde LGBTI+ podem ficar de fora.

A resolução diz apenas que os diretórios municipais “devem buscar incentivar e valorizar candidaturas de mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e refletir esse incentivo garantindo, na medida do possível, que sejam contemplados nas faixas de prioridade” e que “é obrigatória a presença de, no mínimo, uma candidatura de mulher e uma candidatura de negro em uma das duas primeiras faixas de prioridade”, sem a obrigatoriedade de incluir LGBTI+ nessas faixas prioritárias para o financiamento eleitoral (PSOL, 2020). Concluímos que a resolução, embora se esforce para ser inclusiva com segmentos tradicionalmente excluídos da política institucional, possui algumas fragilidades em relação a candidaturas LGBTI+.

Concluindo o levantamento de encaixes institucionais no PSOL, a questão sobre processos disciplinares contra membros do partido motivados por discriminação contra a população LGBTI+ produziu uma longa resposta do nosso interlocutor. Em síntese, o partido tem dificuldades em punir ou expulsar filiados por adotar uma postura antipunitivista. Assim, a agremiação possui um longo e burocrático fluxo processual para casos de denúncia na Comissão de Ética, que ainda passa por votação pelo Diretório Nacional. Trata-se de uma aposta na educação e mudança de práticas e condutas de agressores que, se por um lado condiz com as aspirações de transformação social e cultural, por outro, pode incorrer em injustiças

¹⁰⁵ Documento na íntegra em: <https://psol50.org.br/resolucao-do-psol-sobre-a-distribuicao-do-fundo-especial-de-financiamento-de-campanha/>. Acesso em: 14 mar. 2020.

contra segmentos minoritários do partido. Além disso, chama atenção que um partido com dificuldades de tomar ações mais enérgicas contra seus quadros tenha expulsado, por decisão contestada de parte das LGBTI+, uma das fundadoras do Movimento Trans no Brasil, Indianara Siqueira¹⁰⁶.

Desse modo, o levantamento de encaixes no PSOL resultou em uma conclusão paradoxal: é um dos partidos mais inclusivos e simpáticos à agenda da diversidade sexual e de gênero – expressado pelo quantitativo de candidaturas de pessoas LGBTI+ concorrendo a mandatos eletivos e na presença significativa da questão em documentos partidários – ao mesmo tempo em que é o caso menos institucionalizado em termos de instâncias, organização do setorial, comunicação social, formação política, profissionalização de quadros, financiamento de atividades, entre outros.

Talvez as dificuldades para essa institucionalização sejam explicadas pela institucionalização do partido como um todo já que é uma agremiação bem menor em número de filiados se comparado ao PT e PSDB. Além disso, sua bancada parlamentar também é menor em comparação com os outros casos, fazendo com o que o partido receba menos recursos estatais que os outros casos analisados e, portanto, tenha mais dificuldades para se estruturar.

Quadro 9 – Quadro-resumo das iniciativas e encaixes institucionais LGBTI+ no PSOL.

Dimensões Analíticas	PSOL
Pontos de Acesso	
Plano de Governo 2007-2010 (Manifesto da Frente de Esquerda)	X
Plano de Governo 2011-2014	X
Plano de Governo 2015-2018	X
Plano de Governo 2019-2022	X
Encaixes Institucionais Programáticos	
Estatuto vigente	X
Programa partidário	X
Setorial ou secretaria	X
Zona de Incerteza Comunicações	
Site oficial	-
Redes sociais	-
Notas públicas	X
Zona de Incerteza Decisões	
Cotas de LGBTI+ para direção	-
Representação de setorial na direção	-
Zona de Incerteza Financiamento	
Patrocínio a atividades e eventos	-
Patrocínio a candidaturas LGBTI+	X

¹⁰⁶ Ver nota da Executiva Nacional do PSOL em: <https://psol50.org.br/nota-da-executiva-nacional-do-psol-sobre-o-desligamento-da-filiada-indianara-siqueira/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Coordenação remunerada de setorial	-
Zona de Incerteza Recrutamento	
Candidaturas LGBTI+	X
Cotas para candidaturas LGBTI+	-
Outros	
Cursos ou materiais educativos	-
Processos disciplinares por LGBTIfobia	-
Resultados	
Quantidade	10
Diagnóstico (ARAÚJO, 2005)	Ação Afirmativa

Fonte: O autor, com base em pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas.

4.3 Ações e encaixes institucionais LGBTI+ no Partido da Social Democracia Brasileira

O Partido da Social Democracia Brasileira é, indiscutivelmente, um partido de relevo no sistema político brasileiro, tendo governado por dois mandatos consecutivos o Executivo Federal e disputado o segundo turno das eleições presidenciais em diversas ocasiões. Como dissidência do então PMDB, surge como um partido de centro, mas à medida que vai polarizando com o PT nas eleições presidenciais, caminha em direção à direita, sendo atualmente reconhecido como um partido de centro-direita, composto por membros liberais e conservadores (MIGUEL, 2019).

A análise dos encaixes institucionais notou considerável presença da temática LGBTI+ na organização do partido. O estatuto¹⁰⁷ atual, por exemplo, afirma que

O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; **às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero** e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (PSDB, 2017, p. 1, grifo nosso).

E que

Art. 16. A organização e o funcionamento do PSDB baseiam-se na integração e adequada coordenação de duas linhas fundamentais de estrutura e ação, compreendendo:

(...)

¹⁰⁷ Aprovado em 09 de dezembro de 2017.

II – a estrutura de articulação com a sociedade, abrangendo as relações, no âmbito geográfico com as organizações populares, de moradores, comunitárias e afins; no âmbito funcional, com segmentos homogêneos dos movimentos sociais e populares, compreendendo, dentre outros, movimentos ambiental, trabalhista e sindical, da juventude, da mulher, **da diversidade**, de minorias étnicas, de profissionais liberais, empreendedores, de artistas, rural, terceira idade, terceiro setor; e também abrangendo gestão de cidades, desenvolvimento sustentável, cultura, segurança pública, políticas sociais, economia, competitividade, infraestrutura e outros, exercendo esta atuação através de Redes Temáticas, Secretariados e Núcleos de Base (PSDB, 2017, p. 6, grifo nosso).

Assim, o PSDB se destaca em relação às outras agremiações analisadas ao falar em “identidade de gênero” no seu estatuto, considerando a forte exclusão de travestis e transexuais na política institucional, apesar de utilizar a expressão “diversidade” ao indicar sua estrutura e modo de ação dado que a ideia de diversidade é bastante genérica e pode se tratar de um conjunto amplo de diferenças e marcadores sociais.

Não se pode dizer o mesmo do programa partidário, tanto em sua versão inicial de 1988 quanto na versão atualizada de 2007. O programa de 1988 fala apenas em combater a discriminação contra mulheres, negros, índios e idosos. Já a versão de 2007, que afirma não se tratar de um novo programa e sim de uma atualização do programa de 88, apresenta o seguinte diagnóstico:

Por convictos que estejamos da pertinência das nossas propostas, devemos reconhecer que a interlocução do PSDB com a sociedade ficou aquém do que propunham nossos fundadores e do que se mostra necessário. Nossos canais de diálogo com diferentes setores da sociedade e com os cidadãos em geral são injustificadamente estreitos. Temas que afetam intensamente o cotidiano das pessoas e animam movimentos sociais, como as questões de gênero e raça, drogas e violência, os direitos das minorias, repercutem pouco dentro do nosso partido. Ficamos desatentos à riqueza de manifestações culturais do povo brasileiro, com sua imensa capacidade de afirmar valores e identidades e gerar coesão social (PSDB, 2014b, p. 169).

A autocrítica de que o PSDB estaria pouco conectado às demandas da sociedade não considera, textualmente, demandas relacionadas à diversidade sexual e à identidade de gênero, ainda que fale em “questões de gênero”, nos remetendo mais ao Movimento de mulheres e suas necessidades específicas, e em “direitos das minorias”, uma expressão que não se sabe exatamente tratar-se da população LGBTI+. No máximo, é uma menção implícita e discreta do segmento.

Avançando para os Planos de Governo, o Plano de 2006, referente aos anos de 2007 a 2010, do candidato Geraldo Alckmin apresenta apenas uma proposta no capítulo sobre justiça e direitos humanos. A proposta fala genericamente em “impor medidas de respeito ao exercício da livre opção de comportamento individual, corolário da convivência democrática, que conduz

à plena aceitação da diversidade de orientação sexual” (PSDB, 2006b, p. 9). Já o Plano de Governo de 2010 (referente aos anos de governo entre 2011-2014) do candidato José Serra traz uma breve contextualização no tema 2 “cidadania, justiça e igualdade”, na proposta 10 “diversidade sexual”.

Situação: Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente da República a ostentar o símbolo máximo da diversidade sexual, a bandeira do arco-íris. Tendo José Gregori no Ministério da Justiça, incluiu a diversidade sexual no I Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996, época em que a maioria dos políticos se mantinha a distância dessa temática.

No Ministério da Saúde, José Serra deu organicidade ao Programa Nacional de DST/Aids, reconhecendo que o movimento de defesa dos direitos da diversidade sexual era protagonista dessa luta. Com isso, o combate à epidemia tornou-se política de Estado e, hoje, é referência mundial. Na Prefeitura de São Paulo, José Serra instituiu a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, o primeiro órgão da administração pública voltado à diversidade sexual. Como governador do estado, além de criar Coordenação de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual, no âmbito da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, criou o primeiro ambulatório do país especializado no atendimento deste público.

São ações que demonstram pioneirismo na defesa de direitos e na garantia da livre expressão das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e no combate à homofobia. Apesar dos avanços, sem uma política pública que combata o preconceito e a violência gerada em função da diversidade sexual, a população GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis), constitui um segmento social vulnerável e, muitas vezes, ainda excluído.

Cabe ao Estado salvaguardar as condições necessárias para que a diversidade esteja contemplada e seja respeitada em todas suas esferas e áreas de atuação (PSDB, 2010, p. 47-48).

Após apresentar o legado das gestões tucanas no desenvolvimento de políticas públicas LGBTI+, o Plano de Governo propõe uma única ação, também genérica: “instituir uma política pública que combata o preconceito e a violência gerada em função da diversidade sexual” (PSDB, 2010, p. 48). É importante lembrar, tal qual mencionado no Plano de Governo de 2010 da ex-Presidente Dilma Rousseff, que as eleições presidenciais daquele ano foram marcadas pela ascensão do conservadorismo moral de lideranças evangélicas insatisfeitas com os avanços no reconhecimento de direitos LGBTI+ ao longo dos anos anteriores nos Governos Lula (2003-2010). Esse contexto pressionou tanto PSDB quanto PT, ou seja, tanto Serra quanto Dilma a recuarem em propostas de políticas voltadas à promoção da diversidade sexual e de gênero, afetando especialmente mulheres e a população LGBTI+.

O Plano de Governo das eleições nacionais de 2014 do candidato Aécio Neves foi o mais detalhista e propositivo entre todos os planos analisados em termos de ações públicas voltadas para LGBTI+. Na diretriz VI sobre direitos humanos é dito que “será dada forte

prioridade às políticas afirmativas em relação aos setores mais vulneráveis de nossa sociedade, em especial às mulheres, idosos, crianças, afrodescendentes, LGBT, quilombolas, ciganos, povos indígenas e pessoas com deficiências” (PSDB, 2014a, p. 15). Nessa diretriz são propostas sete ações voltadas especificamente para o segmento ou que menciona a população. Abaixo a relação de propostas LGBTI+ mapeadas:

7. Elaboração do 4º Plano Nacional de Direitos Humanos que, no marco dos princípios constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito, complete e aperfeiçoe as políticas públicas relativas aos direitos humanos, em especial quanto aos setores mais vulneráveis como mulheres, crianças, idosos, afrodescendentes, LGBT, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiências, vítimas da violência e indígenas.

18. Apoio a linhas de pesquisa universitárias relativas a questão étnico-racial e de diversidade sexual.

20. Estímulo aos movimentos afrodescendentes, LGBT, indígena e cigano para promoção de eventos contra o racismo e a homofobia.

23. Organização de Protocolos de Prevenção ao Racismo e Discriminação por Orientação Sexual com participação das Políticas de Justiça, Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde e Igualdade Racial em ampla parceria com a sociedade civil.

25. Ampliação da participação da Comunidade LGBT nos debates do Programa Brasil Sem Homofobia, e articulação deste programa com as iniciativas estaduais e municipais.

26. Oitiva permanente, através do Fórum Nacional de Diálogo, das reivindicações dos movimentos sociais que lutam pela garantia de negros, indígenas, ciganos, quilombolas e LGBT.

28. Articulação das Políticas de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Educação, Previdência, Direitos Humanos e Justiça para garantir que o Governo atue de forma permanente e integrada na defesa e no acesso a todos os direitos sociais das comunidades afrodescendentes, indígenas, quilombolas, ciganos e LGBT (PSDB, 2014a, p. 16 e 17).

O Plano de Governo do partido referente às eleições presidenciais de 2018 volta a tocar na questão de maneira tangencial. O candidato Geraldo Alckmin, de maneira parcimoniosa, prometeu apenas “estabelecer um pacto nacional para a redução de violência contra idosos, mulheres e LGBTI e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência racial e contra tráfico sexual e de crianças” (PSDB, 2018, p. 11). É interessante notar as concepções neoliberais que responsabilizam a sociedade civil, por meio de organizações não-governamentais, pelo atendimento das vítimas de violações de direitos humanos, projeto político que remete ao Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Quadro 10 – Síntese dos Planos de Governo do PSDB à Presidência da República entre 2007 a 2022.

Plano de Governo 2007-2010 (Geraldo Alckmin)	Plano de Governo 2011-2014 (José Serra)	Plano de Governo 2015-2018 (Aécio Neves)	Plano de Governo 2019-2022 (Geraldo Alckmin)
Seção “Justiça e Direitos Humanos” 1 proposta: 1. Impor medidas de respeito da livre opção de comportamento individual.	Seção “Cidadania, Justiça e Igualdade” Apresentação de ações em gestões do partido. 1 proposta: 1. Instituir uma política pública que combata o preconceito e a violência.	Seção “Direitos Humanos”. 7 propostas: 1. 4º Plano de Direitos Humanos. 2. Apoio a linhas de pesquisa. 3. Estímulo ao movimento. 4. Protocolo de prevenção à discriminação. 5. Participação da população LGBTI+. 6. Oitiva permanente. 7. Articulação das políticas.	Sem seção específica. 1 proposta: 1. Estabelecer um pacto nacional para a redução da violência.

Fonte: O autor, com base nos Planos de Governo do PSDB.

Já a oferta de formação política e materiais educativos no PSDB foi facilmente encontrada, através de notícias e conteúdos inseridos no site do Instituto Teotônio Vilela (ITV), a fundação educacional do PSDB¹⁰⁸. Lá constam artigos de opinião, entrevistas, cartilhas, informativos sobre formação política e sobre parcerias entre a Diversidade Tucana e o Instituto. A cartilha “Direitos da Diversidade”, lançada no ano de 2017 durante o primeiro encontro do Movimento LGBTI+ do PSDB, chama atenção tanto pelo conteúdo quanto pela diagramação gráfica do material.

¹⁰⁸ Segundo o site oficial: “O Instituto Teotônio Vilela (ITV) é o centro de estudos e formação política do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Fundado em 8 de novembro de 1995, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e gerencial. Tem sede em Brasília e regionais nos 26 Estados. A missão essencial do ITV é de natureza doutrinária: aperfeiçoamento e divulgação da social-democracia no Brasil. Para implementar esse objetivo, o Instituto apoia e realiza estudos, seminários, encontros, palestras e debates sobre a realidade do país, e partir desses debates estimula a formulação de políticas públicas que possam contribuir para pensar o Brasil e propor caminhos para um futuro melhor”. Disponível em: <http://itv.org.br/sobre>. Acesso em: 03 jul. 2020.

A autoria da cartilha, que contém 50 páginas, é assinada por Adriana Galvão, Heloisa Gama, Rachel Macedo, Sergio Bernardo e Thiago Teixeira, membros à época da Comissão de Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) que foram contratados pelo Instituto Teotônio Vilela para a sua confecção, indicando a profissionalização de algumas ações. Basicamente, o documento apresenta as principais definições conceituais sobre diversidade sexual e de gênero. Assim, é dividido em três partes principais, além das considerações finais: a primeira explica o que é diversidade sexual e de gênero. A segunda aborda a violência contra a população LGBTI+ no Brasil e a terceira, explora o debate sobre direitos e políticas públicas LGBTI+.

Figura 9 – Capa da cartilha “Direitos da Diversidade” do PSDB.



Fonte: Material enviado por Marcos Fernandes.

Do seu conteúdo, nos interessa prioritariamente extrair informações sobre como a pauta LGBTI+ está estruturada no partido. Já na apresentação, uma carta assinada pelo então Presidente do Instituto Teotônio Vilela, José Aníbal, destaca várias passagens que demonstrariam o quanto o PSDB é comprometido com a população LGBTI+. Dentre os destaques, estão as ações do governador de São Paulo, Franco Montoro, no início da década de 80; o fato de o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ter segurado publicamente uma bandeira do arco-íris e ter incluído a homossexualidade no primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos; e algumas iniciativas de Governadores e Prefeitos do partido.

Em seguida, uma outra carta é apresentada, dessa vez por Marcos Fernandes, o então Presidente da Diversidade Tucana (DT) à época e atual Presidente de Honra da ala, forte indício de reconhecimento dos seus pares acerca do seu papel de líder. Marcos, inclusive, foi o nosso interlocutor no levantamento dos encaixes institucionais LGBTI+ presentes no PSDB, uma vez que ele possui muita informações sobre a questão LGBTI+ no partido. Sua carta destaca que a Diversidade Tucana foi criada para promover o diálogo entre o PSDB e a população LGBTI+. Também diz que a ala articula políticas públicas nos governos tucanos e difunde conceitos de diversidade sexual nas instâncias partidárias.

Fernandes também destaca ações de gestores do PSDB, apresentando outras iniciativas consideradas relevantes, como a criação da Coordenadoria de Assuntos para a Diversidade Sexual em 2005 na Prefeitura de São Paulo, sob a gestão do então Prefeito José Serra; a criação da Coordenação de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual, o Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual e o Conselho Estadual LGBT, todos no estado de São Paulo durante o governo de Geraldo Alckmin em meados de 2013. Saindo de São Paulo, estado com forte incidência tucana em função dos muitos anos de governo estadual¹⁰⁹, o governo de Antônio Anastasia, em Minas Gerais, criou o Núcleo de Atendimento e Cidadania à População LGBT no ano de 2011. No Pará, o Governo Celso Jatene criou a Coordenadoria de Proteção à Livre Orientação Sexual. Essas são todas ações governamentais destacadas por Marcos Fernandes na cartilha educativa “Direitos da Diversidade”.

Assim como a oferta de cursos e materiais educativos, notamos também forte presença da temática nos sites e redes sociais do partido. Primeiro, encontramos no site do PSDB, na aba “segmentos”, informações sobre a Diversidade Tucana¹¹⁰. Em seguida, encontramos um site próprio da Diversidade Tucana¹¹¹, com conteúdos produzidos e publicados pela comunicação da ala (notas, notícias, campanhas, etc.). Além disso, encontramos perfis da DT no Facebook¹¹², no Twitter¹¹³ e no Instagram¹¹⁴.

¹⁰⁹ O PSDB governa o estado de São Paulo durante a maior parte do período da Nova República, sendo: Mario Covas (1995-2001), Geraldo Alckmin (2001-2006), José Serra (2007-2010), Alberto Goldman (2010-2011), Geraldo Alckmin novamente (2011-2018) e João Dória (2019-2022). Fonte: https://infogov.imprensaoficial.com.br/index.php?title=Lista_de_governadores_do_estado_de_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 14 mar. 2020.

¹¹⁰ Endereço eletrônico: <https://www.psd.org.br/conheca/segmentos/diversidade-tucana/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

¹¹¹ Endereço eletrônico: <http://www.diversidadetucana.com.br/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

¹¹² Perfil da Diversidade Tucana no Facebook: <https://www.facebook.com/diversidadetucana/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

¹¹³ Perfil da Diversidade Tucana no Twitter: <https://twitter.com/LGBTdoPSDB>. Acesso em: 03 jul. 2020.

¹¹⁴ Perfil da Diversidade Tucana no Instagram: <https://www.instagram.com/diversidadetucanabr/?hl=pt-br>. Acesso em: 03 jul. 2020.

Figura 10 – Publicação no perfil oficial da Diversidade Tucana no Facebook em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTI+.



Fonte: Página da Diversidade Tucana no Facebook.

Da busca por notas e resoluções que tratassem da pauta LGBTI+, encontramos diversos posicionamentos da DT. As notas estão concentradas no site específico da própria Diversidade Tucana. No site oficial do PSDB, encontramos mais notícias com comentários dos membros da DT e algumas entrevistas. Não foram encontradas resoluções do partido sobre o tema da diversidade.

As notas localizadas versam sobre diferentes acontecimentos: repúdio contra declarações consideradas homofóbicas do candidato à Presidência, *Ciro Gomes (2018)*¹¹⁵; nota de apoio à permanência da Ministra *Luislinda Valois* na titularidade do Ministério dos Direitos Humanos durante o Governo *Temer*¹¹⁶ (2017); nota de repúdio a medidas que promovam a “cura gay”¹¹⁷ (2017); nota de apoio ao ex-governador de São Paulo *Geraldo Alckmin* contra vídeo difamatório envolvendo políticas públicas LGBTI+¹¹⁸ (2017); nota em alusão ao Dia

¹¹⁵ Ver nota em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2017/04/o-secretariado-diversidade-tucana.html>. Acesso em: 04 jul. 2020.

¹¹⁶ Ver nota em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2017/08/o-secretariado-diversidade-tucana-apoia.html>. Acesso em: 04 jul. 2020.

¹¹⁷ Ver nota em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2017/09/nota-de-repudio-liminar-da-cura-gay.html>. Acesso em: 04 jul. 2020.

¹¹⁸ Ver nota em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2017/12/o-secretariado-diversidade-tucana-se.html>. Acesso em: 04 jul. 2020.

Internacional do Orgulho LGBTI+¹¹⁹ (2018); nota de apoio ao Coordenador de Políticas LGBT, Ivan Batista¹²⁰ (2018); nota contra orientação do Ministério das Relações Exteriores do Governo Bolsonaro sobre questões de identidade de gênero na política externa do país¹²¹ (2019), entre tantas outras. Assim, resta claro que existe uma organização interna de militantes LGBTI+ no PSDB e que eles se posicionam e disputam o posicionamento do partido sobre matérias de interesse do grupo.

Quanto à reserva de vagas na direção do partido, a informação que obtivemos com o ex-Presidente e atual Presidente de Honra da Diversidade Tucana é que apenas os representantes dos Secretariados possuem assento na Executiva Nacional.

Não é bem cota. Uma das coisas que a gente conseguiu: eu fui membro da Executiva Nacional. E no período em que eu fui membro da Executiva nós discutimos com o presidente da época, o presidente nacional, para que os segmentos do PSDB, os Secretariados, tivessem assento na Executiva Nacional formalmente. Embora naquele momento ele escolheu alguns membros, então tinham vários jovens, mulheres. [...] O que existe é que os presidentes nacionais dos Secretariados têm assento na Executiva Nacional. E uma outra conquista nossa é que a maioria dos estados também está seguindo essa regra (Entrevista com Marcos Fernandes – 01/07/2020).

Embora não existam cotas para LGBTI+ participarem da Executiva Nacional, o fato de ter uma cadeira assegurada para os Secretariados Temáticos com poder de voto, o que inclui a Diversidade Tucana, representa um passo inicial em direção à garantia de que a população LGBTI+ contará com uma representação em instâncias decisórias de relevo como é uma executiva partidária. Outra variável já respondida é quanto à existência de setorial LGBTI+ formalizado no partido. No caso do PSDB, trata-se de um Secretariado Nacional que também existe em alguns estados brasileiros, com destaque para o estado de São Paulo, *locus* de seu nascimento, no ano de 2006. Contudo, o seu coordenador não recebe remuneração para se dedicar exclusivamente ao Secretariado.

É totalmente voluntário. Totalmente voluntário. A única coisa que, por exemplo, se há uma reunião da Executiva Nacional, no caso do nacional. Se há uma reunião que não pode ser feita como live aí a passagem é custeada pelo Diretório Nacional. Mas é um trabalho totalmente voluntário (Entrevista com Marcos Fernandes – 01/07/2020).

¹¹⁹ Ver nota em: http://www.diversidadetucana.com.br/2018/06/dia-internacional-do-orgulho-lgbti_28.html. Acesso em: 04 jul. 2020.

¹²⁰ Ver nota em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2018/08/nota.html>. Acesso em: 04 jul. 2020.

¹²¹ Ver nota em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2019/06/diversidade-tucana-se-posiciona-contra.html>. Acesso em: 04 jul. 2020.

É importante que se diga que em alguns casos essa remuneração seria proibida por lei. No caso da Diversidade Tucana, o atual Presidente também é Prefeito do município de Lins, no estado de São Paulo, e não poderia acumular proventos oriundos do partido e do Estado concomitantemente¹²².

De acordo com nosso interlocutor também há financiamento do partido para realização de encontros e eventos.

Sim, sim, há sim. Nós já fizemos alguns encontros nacionais. Sempre em parceria com o Instituto Teotônio Vilela. Já fizemos reuniões. A própria confecção da cartilha teve o custo da impressão, essas coisas todas, que foi financiado pelo partido. Tivemos esses encontros nacionais. Então, assim, o partido colabora financeiramente, ajuda financeiramente a realizar esses eventos. Não há financiamento para reunião, para cafezinho numa reunião. Isso não. Mas sempre quando há encontros formais com participação de membros de outros estados, de outras regiões, há sim essa ajuda financeira. Dentro do que a legislação permite, né? Tem várias regras para você realizar um encontro. E nós temos que seguir essas regras eleitorais para que não tenha problema com prestação de contas e tudo. Mas há sim financiamento (Entrevista com Marcos Fernandes – 01/07/2020).

De fato, encontramos diversas notícias na internet falando da realização de encontros promovidos pela Diversidade Tucana. A fundação educacional do partido parece ser um grande parceiro do Secretariado nesse sentido.

O PSDB também teve na sua trajetória a presença de candidatos e candidatas LGBTI+ a cargos proporcionais e majoritários. Segundo Santos, G. (2016b), as candidaturas LGBTI+ do PSDB somaram 3,8% entre 2002 a 2012 na comparação com todos os partidos do sistema partidário brasileiro, ocupando a oitava posição no *ranking* de partidos que lançaram candidatos/as do gênero. O próprio Presidente da Diversidade Tucana, Edgar de Souza, antes de ser Prefeito, foi vereador por dois mandatos. Recentemente, em 2018, o partido destacou duas candidaturas de pessoas trans: Safira Bengell (Piauí) e Cris de Madri (Alagoas), ambas concorrendo ao cargo de Deputada Estadual¹²³. Antes das eleições de 2020, tivemos a seguinte afirmação:

Sim, sim. Nós temos... Não sei precisar ainda o número correto, porque nós estamos fazendo levantamento. Mas nas próximas eleições teremos vários candidatos LGBTs. Teremos um prefeito, o prefeito de Lins já como candidato. Desde vereador assumidamente homossexual, assumidamente LGBT. Então há sim candidaturas engajadas. E também há um esforço nosso para que as pessoas sejam encorajadas

¹²² Uma entrevista com Edgar de Souza, Presidente da Diversidade Tucana e Prefeito da cidade de Lins/SP pode ser conferida aqui: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/videos/edgar-de-souza-diversidade-tucana-quer-debater-as-pautas-do-brasil/>. Acesso em: 04 jul. 2020

¹²³ Ver notícia em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/representantes-da-diversidade-tucana-safira-bengell-e-cris-de-madri-querem-fazer-a-diferenca-no-nordeste/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

para serem candidatas. Desde que tenham vontade né? Porque candidatura é uma coisa que depende muito da sua vontade. Depende muito das suas condições. Do seu círculo de relacionamento, para que você tenha uma boa votação na sua cidade e na sua região. Mas há sim esse encorajamento da nossa parte e essas candidaturas engajadas ao movimento LGBT e à Diversidade Tucana (Entrevista com Marcos Fernandes – 01/07/2020).

De acordo com levantamento realizado pela Aliança Nacional LGBTI+, as eleições municipais de 2020 contaram com 8 candidaturas LGBTI+ pelo PSDB, de um total de 209 em todos os partidos (4%), um número relativamente baixo.

Cabem algumas reflexões sobre o trecho “porque candidatura é uma coisa que depende muito da sua vontade”. Sabemos que a ambição política de alguns grupos é desincentivada antes mesmo da composição de chapas. Um estudo relevante sobre o tema, envolvendo mulheres, é o que Fox e Lawless (2012) realizaram nos Estados Unidos através de questionários aplicados a homens e mulheres de profissões com alto índice eleitoral (direito, negócios, educação e ativismo). Segundo eles, as diferenças de gênero fundamentais estão situadas na fase do processo pré-eleitoral quando ocorre o surgimento dos candidatos.

Na seleção de candidatos, as mulheres têm probabilidade menor do que os homens de receber incentivos provenientes de uma fonte política como líderes partidários, por exemplo. Além disso, elas têm menos probabilidade do que os homens de se considerarem qualificadas para concorrer a um cargo político. Enquanto que os homens que se julgam pouco qualificados têm muito mais chances de cogitarem disputar eleitoralmente. Outro achado importante se refere à socialização cultural que faz com que as mulheres não se sintam instadas a ingressar na disputa eleitoral (FOX; LAWLESS, 2012). Embora não exatamente igual, LGBTI+ são interpelados por fenômenos semelhantes por estarem situados em estruturas desiguais de gênero e sexualidade (FEITOSA, 2017c).

Outra maneira relevante de incentivar candidaturas LGBTI+ é financiá-las. De acordo com nosso interlocutor, o financiamento desse tipo de candidatura no PSDB ocorre tal qual outros segmentos: dentro das regras eleitorais vigentes e igualmente a outros segmentos.

O apoio financeiro é dentro do que a legislação permite. A regra muda muito. Eu quando fui candidato você tinha a possibilidade de apoio de empresa. Não que tive nenhum apoio de empresa, mas você tinha essa possibilidade. Hoje não é mais possível. Então dentro do que a legislação permite os candidatos tiveram apoio. Eu tive apoio do partido no horário eleitoral, não precisei pagar essas coisas. Tive material de impressão. Tive equipe de distribuição, então depende muito da legislação da época. Nessa [2020] eu não sei como vai ser. Não vi ainda como é a legislação para o custeio da campanha, mas houve sim apoio financeiro dessas candidaturas. De candidaturas LGBTs dentro da regra geral eleitoral do momento em que houve as candidaturas (Entrevista com Marcos Fernandes – 01/07/2020).

Embora haja financiamento partidário para determinadas candidaturas LGBTI+, não notamos a existência de uma política específica de financiamento que sirva como impulsionadora da formação de candidatos e candidatas.

Quanto à existência de processos administrativos contra membros do PSDB por discriminação de caráter LGBTIfóbico, obtivemos o seguinte depoimento:

Formalizado não chegou a acontecer. Até porque a gente sempre abriu um canal de diálogo. E com alguns parlamentares, até mesmo prefeitos, que tinham alguma questão, às vezes interpretavam errado. A questão do kit gay, da cura gay, contra o casamento. Sempre houve diálogo e às vezes entramos num consenso né? Num bom senso. Mas teve um caso em que um deputado, que não vou falar o nome, insistiu em algumas pautas e nós entramos com processo disciplinar. Abrimos a possibilidade do processo disciplinar na Executiva Nacional. A bancada do PSDB na época se posicionou contra o projeto dele. Ele retirou o projeto e em seguida saiu do partido. Então não chegamos a formalizar uma questão disciplinar, mas já houve um processo que levaria essa questão ao partido. A gente sempre procurou ter muito diálogo dentro do PSDB. É uma temática que ainda os partidos têm muito para avançar e o PSDB tem muito pra avançar (Entrevista com Marcos Fernandes – 01/07/2020).

O relato de Fernandes ilumina alguns aspectos sobre a coibição de condutas violentas no interior do PSDB. Se, por um lado, entende-se que os partidos precisam avançar em relação ao acolhimento da pauta e dos atores LGBTI+, por outro, essas organizações têm muita dificuldade de adotarem medidas mais rigorosas de promoção da cidadania de segmentos minoritários e proteção dos seus quadros não cis-heterossexuais, dificultando a participação da população LGBTI+ nos partidos políticos.

Nossos resultados apontam que, numa escala entre mais e menos institucionalizado, o PSDB fica abaixo do PT em termos de encaixes e mecanismos institucionais de afirmação da pauta LGBTI+ e acima do PSOL, o caso menos institucionalizado. No entanto, foi o partido com o menor número de candidaturas LGBTI+ na comparação com os outros dois. Esse dado demonstra que não existe uma relação causal entre o grau de institucionalização organizativa e o quantitativo de candidatos, uma vez que o PSOL é o caso com maior número de candidaturas LGBTI+, sobretudo se olharmos proporcionalmente em vez de números absolutos: o PSOL é um partido bem menor em quantidade de filiados que os demais.

Quadro 11 – Quadro-resumo das iniciativas e encaixes institucionais LGBTI+ no PSDB.

Dimensões Analíticas	PSDB
Pontos de Acesso	
Plano de Governo 2007-2010	X
Plano de Governo 2011-2014	X
Plano de Governo 2015-2018	X

Plano de Governo 2019-2022	X
Encaixes Institucionais Programáticos	
Estatuto vigente	X
Programa partidário	-
Setorial ou secretaria	X
Zona de Incerteza Comunicações	
Site oficial	X
Redes sociais	X
Notas públicas	X
Zona de Incerteza Decisões	
Cotas de LGBTI+ para direção	-
Representação de setorial na direção	X
Zona de Incerteza Financiamento	
Patrocínio a atividades e eventos	X
Patrocínio a candidaturas LGBTI+	-
Coordenação remunerada de setorial	-
Zona de Incerteza Recrutamento	
Candidaturas LGBTI+	X
Cotas para candidaturas LGBTI+	-
Outros	
Cursos ou materiais educativos	X
Processos disciplinares por LGBTIfobia	-
Resultados	
Quantidade	13
Diagnóstico (ARAÚJO, 2005)	Ação Afirmativa

Fonte: O autor, com base em pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas.

Após o levantamento de encaixes, ações e mecanismos institucionais de afirmação da pauta LGBTI+ nos três partidos políticos analisados, apresentamos a seguinte síntese. É importante sinalizar que o quadro 12 visa a simplificar as informações levantadas e que as dimensões de análise possuem gradações e variações, conforme apresentadas ao longo do capítulo, por exemplo, na maneira diversificada como diversidade sexual e de gênero aparecem nos planos de governo ou no quantitativo distinto de candidaturas (com o PSDB tendo menos que os demais) ou na forma como os setoriais integram instâncias diretivas (PT no Diretório Nacional com direito a voz, PSDB na Comissão Executiva Nacional com direito a voto), entre outros aspectos complexos.

Quadro 12 – Quadro-resumo das ações e encaixes institucionais LGBTI+ nos partidos políticos analisados.

Dimensões Analíticas	PT	PSOL	PSDB
----------------------	----	------	------

Pontos de Acesso			
Plano de Governo 2007-2010	X	X	X
Plano de Governo 2011-2014	X	X	X
Plano de Governo 2015-2018	X	X	X
Plano de Governo 2019-2022	X	X	X
Encaixes Institucionais Programáticos			
Estatuto vigente	X	X	X
Programa partidário	-	X	-
Setorial ou secretaria	X	X ¹²⁴	X
Zona de Incerteza Comunicações			
Site oficial	X	-	X
Redes sociais	X	-	X
Notas públicas	X	X	X
Zona de Incerteza Decisões			
Cotas de LGBTI+ para direção	-	-	-
Representação de setorial na direção	X	-	X
Zona de Incerteza Financiamento			
Patrocínio a atividades e eventos	X	-	X
Patrocínio a candidaturas LGBTI+	X	X	-
Coordenação remunerada de setorial	X	-	-
Zona de Incerteza Recrutamento			
Candidaturas LGBTI+	X	X	X
Cotas para candidaturas LGBTI+	-	-	-
Outros			
Cursos ou materiais educativos	X	-	X
Processos disciplinares por LGBTIfobia	-	-	-
Resultados			
Quantidade	15	10	13
Diagnóstico (ARAÚJO, 2005)	Afirmativa	Afirmativa	Afirmativa ¹²⁵

Fonte: O autor, com base em pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas.

De acordo com a sistematização teórica feita por Araújo (2005) sobre as políticas partidárias de inclusão de mulheres, apresentada na seção 2.4, compreendemos que a maior parte dos casos analisados (PT, PSOL e PSDB) possuem estratégias de ação afirmativa, que visam a possibilitar melhores condições de desenvolvimento de carreiras políticas e extrapolam

¹²⁴ Na segunda etapa, verificamos que o setorial nacional do PSOL não existe concretamente, mas mantemos esse indicativo aqui para demonstrar o percurso da pesquisa e que a relação entre primeira e segunda etapas foi importante para confirmar/verificar as informações levantadas inicialmente. Inclusive, a indicação do entrevistado do PSOL na primeira etapa foi importante para incluirmos no roteiro de entrevista da segunda etapa a questão sobre como se deu a institucionalização desse setorial, suscitando respostas polêmicas e conflitantes entre si, que foram objeto de análise.

¹²⁵ Apesar de o PSDB contar com uma vaga representativa da Diversidade Tucana na Comissão Executiva Nacional, não consideramos que o partido possa ser lido como uma organização que adotou estratégias de discriminação positiva, uma vez que exigiria a criação de reserva de vagas a atores na direção e em candidaturas. A iniciativa adotada pelo partido assegura uma representação a uma instância, não a atores.

o mero apoio discursivo por meio de iniciativas como seminários, formações, metas de inclusão, treinamento de técnicas, provisões financeiras e até mesmo creches.

Nenhum partido político analisado adotou estratégias de retórica, que seria mais um compromisso formal do que real, nem medidas de discriminação positiva, uma terceira categoria que expressa intervenções mais enfáticas, representada pela adoção de cotas nas direções partidárias e em candidaturas. O PT é o partido que mais se aproxima desse *status*, por ser o único a remunerar a coordenadora da Secretaria Nacional LGBT, mas o fato de a Secretaria não ter direito a voto no Diretório Nacional e de o partido não estabelecer cotas para candidaturas o coloca na posição de uma organização apenas com ações afirmativas.

Nosso caso empírico sugere também que mais do que tensões ou disputas entre os conceitos de institucionalização na literatura de movimentos sociais e na literatura de partidos políticos, há complementaridades latentes entre elas. O que as distingue são os pontos em que cada teoria enfoca: enquanto a literatura de movimentos esteve mais interessada em analisar como atores políticos transformam instituições, a literatura de partidos priorizou a estrutura organizativa e sua distribuição de poder e recursos. Mas é possível ver pontos de contato entre elas. Por exemplo, quando Gurza Lavallo *et al.* (2019) falam em variação vertical dos encaixes institucionais, estão tratando em boa medida das desigualdades organizativas de que Panebianco (2005) aborda, ou seja, o fato de que determinadas instâncias (e, portanto, atores e agendas) possuem mais poder e recurso que outras.

O presente capítulo apresentou os resultados da primeira etapa da pesquisa empírica. Nela, mapeamos iniciativas e sedimentações institucionais que tratam da questão da diversidade sexual e de gênero no PT, PSOL e PSDB. Verificamos que o PT e o PSDB, apesar dos limites encontrados, possuem maior grau de institucionalização da pauta LGBTI+ quando comparado ao PSOL, contabilizando 15 e 13 encaixes e ações, respectivamente, de um total de 19 ações/encaixes analisados. O PSOL, embora seja reconhecidamente aliado da causa LGBTI+ e conte com mais candidaturas dessa população, possui um baixo grau de institucionalização, com 10 encaixes e ações encontrados. Todos os casos analisados, com diferenças aqui e ali, possuem estratégias de ação afirmativa.

5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO LGBTI+ NO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

No capítulo anterior, realizamos um levantamento das iniciativas partidárias que visam à inclusão da pauta e de sujeitos/as LGBTI+ no interior das organizações partidárias. Descobrimos que essas iniciativas são diversas, expressando desde mobilizações de militantes filiados, naquilo que conhecemos mais tradicionalmente como rotinas que conformam alguns repertórios de ação, até políticas partidárias – iniciativas institucionais que visam a cristalizar normas e instâncias.

Alguns exemplos das mobilizações da militância são a publicação de notas a fim de manifestar algum posicionamento ou a participação de membros dos setoriais LGBTI+ em eventos, protestos e manifestações públicas do movimento social ou do próprio partido. Exemplos de políticas partidárias são a formalização de regras, como a inclusão estatutária, a criação de instâncias, como os setoriais, ou a adoção de iniciativas coordenadas e financiadas pela organização, como a elaboração de materiais educativos e a oferta de cursos pelas fundações educacionais das agremiações, ocasionando o que a literatura tem chamado por “encaixes institucionais”.

A segunda etapa da pesquisa tem por objetivo analisar o processo de institucionalização das iniciativas mapeadas anteriormente no PT, PSOL e PSDB, ou seja, os desdobramentos e caminhos que ensejaram iniciativas informais e a adoção de encaixes institucionais na organização. Começaremos pelo PT, em seguida analisaremos a institucionalização no PSOL e no PSDB. Optamos por apresentar as análises em capítulos específicos com a finalidade de aprofundar o máximo possível os casos individualmente, o que possibilitará a comparação ao final do estudo.

Nesse capítulo, apresentaremos primeiro o processo de institucionalização ao olhar para os principais encaixes institucionais arquitetados (secretaria e estatuto). Em segundo, apontaremos alguns fatores que contribuíram para a institucionalização: no caso específico do PT, as alianças estabelecidas entre ativistas e atores politicamente relevantes e a diversidade de estratégias e repertórios de ação no interior da organização. Em terceiro, analisaremos se o movimento no partido conquistou encaixes institucionais em zonas de incerteza relevantes para o funcionamento da agremiação. Por último, sistematizaremos as principais barreiras percebidas pelos atores para a participação política no partido.

5.1 O processo

5.1.1 Fundação e anos iniciais

Não basta um programa que interesse aos trabalhadores, pois todos os partidos têm um programa nesse sentido, mas até hoje não vi nenhum partido defender na prática esses interesses. A classe trabalhadora já está saturada desses partidos e o que é preciso é que aqueles que defendam os interesses dos trabalhadores sejam os maiores interessados, ou seja, os próprios trabalhadores que deverão compor a cúpula do partido (Luiz Inácio Lula da Silva, setembro de 1979).

Em *PT – A lógica da diferença*, obra clássica de Margaret Keck sobre o Partido dos Trabalhadores, publicada pela primeira vez no ano 1991, é dito que as transformações ocorridas no movimento sindical a partir das greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1978 e 1979 exerceram influência central na discussão sobre a formação de um partido de base popular no apagar das luzes do regime militar e no contexto da reforma partidária que abriria o sistema partidário para além do bipartidarismo.

Segundo a autora, diversos elementos concorreriam para a fundação do Partido dos Trabalhadores entre o final dos anos 70 e começo dos 80, sendo eles: (i) a existência de lideranças nacionalmente conhecidas; (ii) uma base de massa capaz de responder à ideia do partido; (iii) a atividade de um setor da esquerda organizada engajada na divulgação dessa ideia, e (iv) a boa vontade de uma parte do MDB no Poder Legislativo que se juntou ao esforço da criação (KECK, 2010 [1991]).

Luiz Inácio Lula da Silva despontava como liderança do chamado “novo sindicalismo” e era reconhecido pela opinião pública como liderança nacional. O novo sindicalismo estava insatisfeito de compor as bases de partidos que se colocavam como representantes dos seus interesses, com destaque para o MDB, e queria estar na direção, negociando de igual com os grandes nomes da política brasileira. Além disso, os sindicalistas entendiam que o Estado, representado pelo Ministério do Trabalho nas intervenções sobre os conflitos de classe, agia em favor dos patrões, provocando os atores a disputá-lo para além dos conflitos nas fábricas (KECK, 2010 [1991]).

No ano de 1978, aconteceu uma conferência de trabalhadores do setor petroquímico na Bahia em que Lula levantou a ideia de se criar um partido de trabalhadores. Essa ideia foi oficialmente lançada como resolução no Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, ocorrido na cidade de Lins/SP em janeiro de 1979. Assim, foi formado um comitê informal que

elaborou um esboço de uma carta de princípios e distribuiu cerca de 200 mil cópias no contexto das comemorações do primeiro de maio em diversas cidades do país. O comitê pretendia recolher propostas e sugestões das bases para realizar novos encontros e formar um comitê nacional que elaboraria o texto final a fim de registrar o partido no tribunal eleitoral (KECK, 2010 [1991]).

Muitas discussões e divergências ocorreram naquele período, inclusive, sobre se aquele era o momento ideal para a formação de um partido, já que isso poderia colocar outras necessidades do movimento sindical em segundo plano. Em 26 de Junho, na cidade de Belo Horizonte, Lula anunciou que uma primeira versão do programa seria distribuída aos operários para discussão. A partir daí, a criação do PT dependeria apenas da decisão dos trabalhadores. Ele também dizia que o novo partido não poderia ser composto apenas de sindicalistas e sua base, mas de toda e qualquer pessoa assalariada (KECK, 2010 [1991]).

Ao mesmo tempo, Lula argumentava que o PT não deveria ser formado pelos sindicatos enquanto instituições, já que isso poderia comprometer a autonomia sindical; os debates sobre o partido deveriam ter lugar fora dos sindicatos, sem exigir que seus líderes apoiassem o PT (KECK, 2010 [1991], p. 105).

De acordo com Keck (2010 [1991]), o dia 14 de outubro de 1979 representou um marco importante na história do partido: o que era uma ideia transformou-se em realidade. No restaurante São Judas Tadeu na cidade de São Bernardo do Campo/SP, cem pessoas, entre elas lideranças sindicais, intelectuais críticos e parlamentares progressistas decidiram estruturar o PT como organização política, montando uma comissão nacional provisória, aprovando uma Declaração Política e um documento intitulado “Sugestões Para Formas Transitórias de Funcionamento”. Como diz a autora, “o partido estava lançado” (KECK, 2010 [1991], p. 109).

Figura 11 – Registro oficial do Partido dos Trabalhadores perante o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 10 de fevereiro de 1980.



Fonte: Seção “nossa história” do site do PT.

As condições que permitiram a emergência de mobilizações de ativistas LGBTI+ no PT remontam a esse período de fundação e após ele. O PT nasce de uma confluência de atores da esquerda democrática no contexto da redemocratização do Brasil e da reforma partidária, agregando tanto membros da classe política oriundos de partidos do regime militar, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como militantes de movimentos sociais, sindicatos e setores progressistas da Igreja Católica. Além de registrado em estudos acadêmicos, esse dado apareceu com proeminência na fala dos entrevistados.

Bom, desde o início da formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil, na década de 80, já houve a participação dos LGBTs na formação do partido. Então na greve que antecedeu a formação do PT na região do ABC onde o Lula era presidente, já havia faixas de pró-petistas LGBTs falando a favor do dia 1º [de maio], dia dos trabalhadores (...) o movimento LGBT ele sempre esteve presente no Partido dos Trabalhadores. Talvez no início um pouco tímido porque a formação do PT ela se deu em setores progressistas da igreja católica (Leo Mendes – GO).

A gente tem que pensar no processo mais histórico de formação do PT, das bases que o PT se originou. No movimento social, no movimento mais diverso possível, tanto da cidade como do campo. A questão dos movimentos eclesiais de base e tal. E junto a isso os movimentos culturais: movimento feminista, movimento ecológico – que sempre tiveram muitas pessoas. E a partir daí o movimento LGBT, o movimento negro que também estavam dentro do PT. Historicamente estavam dentro do PT (Célio Golin – RS).

Desse modo, o PT acabou se constituindo como um repositório de lutas progressistas desde o seu nascimento, permitindo a integração de ativistas homossexuais desde a década de 80 ao mesmo tempo que se dedicavam à construção do nascente Movimento LGBTI+. Em *História do Movimento LGBT no Brasil*, livro comemorativo dos 40 anos desse movimento

social no Brasil, James Green escreveu algumas linhas sobre o contexto político da época e as novidades que abriam novas possibilidades para os movimentos sociais.

Os anos 1980 e a transição para a democracia ofereceram novos desafios para os movimentos sociais que surgiram no processo de abertura. Com a dissolução dos dois partidos imposto pela ditadura – o MDB e a Arena – e a formação de novas agrupações políticas, entre elas o Partido dos Trabalhadores, setores do movimento LGBT, ainda pequena e precária, consideravam as possibilidades de uma atuação partidária (GREEN, 2018a, p. 77).

E falou ainda sobre a dupla militância no movimento social e no partido político.

Durante os primeiros anos do movimento LGBT no Brasil, eu militava tanto em uma organização socialista quanto no grupo Somos. Chamávamos isso de “dupla militância” e creio que ela representava a multiplicidade das minhas identidades. Para mim, era evidente que uma pessoa filiada e militante do PT poderia, ao mesmo tempo da vida partidária, assumir o papel de dirigente no sindicato de sua categoria (GREEN, 2018a, p. 68).

Essa dupla militância em movimentos sociais e partidos políticos há muito foi percebida na literatura acadêmica e nomeada como “múltiplas filiações” (MISCHE, 2008). Especificamente sobre o Movimento LGBTI+, Santos, G. (2006) também notou esse fenômeno ao analisar as trajetórias individuais de lideranças do movimento na cidade de São Paulo. “Outro aspecto importante das trajetórias é as multifiliações das lideranças homossexuais (a grupos dentro do movimento homossexual, a partidos políticos e outros movimentos sociais), fenômeno recorrente nos movimentos sociais brasileiros” (SANTOS, G., 2006, p. 47).

Assim, os chamados novos movimentos sociais participaram da formação do PT juntamente a outros setores organizados. Segundo Cruz, R., esses movimentos “viram no engajamento partidário a oportunidade de ampliar o alcance do debate em torno de suas causas, em um momento em que nenhum outro partido parecia disposto a politizar questões como racismo, feminismo e sexualidade” (CRUZ, R., 2017, p. 252-253). Essa oportunidade política permitiu que o Movimento LGBTI+ no começo da década de 80 lançasse as primeiras candidaturas engajadas de homossexuais, inaugurando um repertório de ação até então inédito para o movimento: o eleitoral¹²⁶ (CRUZ, R., 2017).

Como já registrado na literatura sobre a história do Movimento LGBTI+ no Brasil, a aproximação de setores desse movimento aos partidos políticos de esquerda provocou diversas

¹²⁶ Embora essa tese do autor precise ser matizada. Como abordaremos no capítulo sobre o PSDB, Santos, E. (2022) identificou a candidatura de Baiardo de Andrade Lima pelo MDB no ano de 1978 na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco. Portanto, antes das primeiras candidaturas LGBTI+ do PT no início da década de 80.

rupturas em grupos e organizações. Os atores contrários à aproximação aos partidos argumentavam que o PT cooptava os movimentos sociais, limitando a sua ação política e impondo pautas prioritárias do partido em detrimento das pautas do movimento. Trevisan é um grande porta-voz dessa visão antipartidária.

Tal fato me parece indicar como a tomada do grupo Somos atesta a inauguração de algo que se poderia chamar de cooptação dos novos movimentos populares, por parte do Partido dos Trabalhadores, num *modus operandi* aparentemente inédito até então. [...] Ora, isso corre em detrimento da representatividade real dos movimentos sociais, que muitas vezes tiveram papel meramente virtual, através da participação de seus líderes no núcleo do poder. Em resumo, a chegada ao poder cria uma pauta hegemônica do Partido que o coloca acima das pautas da diversidade dos movimentos sociais (TREVISAN, 2018, p. 151).

Embora essa posição sobre a autonomia dos movimentos precise ser matizada, alguns dos interlocutores da pesquisa relataram diversas dificuldades em agendar a luta pela diversidade sexual e de gênero no Partido dos Trabalhadores, mencionando desde a marginalização do tema na agremiação até discriminações e preconceitos sofridos no cotidiano da vida partidária.

Não podemos deixar de considerar que a institucionalização LGBTI+ no PT é permeada por inúmeros enfrentamentos e desafios resultantes dos regimes morais vigentes na sociedade e na cultura, os quais se expressavam na composição diversa do partido, bem como da própria orientação ideológica do partido com foco na luta de classes. Essas são as condições sociais e institucionais nas quais a militância precisou lidar desde o nascimento do partido até os dias atuais.

Muitas vezes era comum na década de 80 a palavra de: “Isso é secundário. A luta revolucionária é importante, então vamos falar de lutas de classes. Essas coisas de ficar falando de homossexuais não é a prioridade. A gente reconhece a violência, mas a gente sabe que a luta de classes é mais importante”. Então isso fez com que muitos LGBTQIA se incubassem, como eu me incubei, e se tornassem apenas trabalhadores e trabalhadoras. Era um Brasil contra patrões, né? Operários e operárias. O que eu creio que atrasou um pouco o relógio interno do Partido dos Trabalhadores com a agenda e a pauta LGBTQIA+. Tanto que agora você tem Secretarias LGBT dentro do PT. Mas naquela época era impossível você falar sobre essa palavra dentro de um Encontro do PT. Os sindicalistas tomaram conta, os “igrejeiros”, como a gente chamava, a turma das Comunidades Eclesiais de Base não permitia (Leo Mendes – GO).

O PT nasceu num berço católico, então a gente ainda tem muitos parlamentares dentro do PT que ainda têm medo da pauta LGBT. Como ela vai refletir na base política deles. Principalmente os deputados, deputadas e vereadores que têm base na periferia. Porque na periferia é o seguinte: é um boteco, uma igreja católica e uma igreja evangélica (Bel Sá – SP).

Todas as sextas-feiras a gente saía da sede do PT que fica numa avenida e ia para o centro da cidade. Bandeiras e mais bandeiras para fazer manifestação política, fazer disputas, principalmente em eleições, mas não só em momentos eleitorais. Para você ter uma ideia, quando eu peguei a bandeira LGBT, que quase ninguém sabia a cor [...] algumas pessoas de esquerda que estavam nesse movimento elas ficavam bem estranhamente olhando aquilo com um olhar bem, digamos, reprovando aquela atitude de ver aquela bandeira no meio das outras bandeiras. Não era uma coisa tão simples (Célio Golin – RS).

Mesmo com tais desafios, o Movimento LGBTI+ nunca deixou de se organizar no partido, provavelmente porque a militância convive com esse tipo de hostilidade desde a infância até a fase idosa, perpassando quase todas as esferas da vida (BORRILO, 2010; FEITOSA, 2016).

5.1.2 O Núcleo de Gays e Lésbicas do PT de São Paulo

Passado o momento inicial da fundação, o segmento começa a se articular em um núcleo temático no Diretório Municipal de São Paulo no ano de 1992 – o famoso Núcleo de Gays e Lésbicas do PT (NGLPT). Não existia ainda uma articulação orgânica do movimento de travestis, bissexuais e intersexos no conjunto do Movimento LGBTI+ naquele período. As condições que permitiram a criação do NGLPT remontam à própria dinâmica organizacional do partido, organizado em nucleações temáticas.

Os primeiros primórdios de organização são do início dos anos 90 com o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT. Principalmente em São Paulo, que é onde se tem registro disso. Então o PT tem uma tradição de organização, primeiro em núcleos, e depois a partir de meados dos anos 90, final dos anos 90, em Setoriais (Julian Rodrigues – SP).

[O NGLPT] Foi fundado no dia 11 de junho de 1992. E de lá para cá, como eu comecei a militar em 98 no Núcleo, a grande batalha dentro do partido é você fazer essa conscientização dos direitos da população LGBT, até então. LGBTIQ+ hoje. E a começar pelos próprios militantes do partido. Foi o primeiro grande trabalho do NGLPT: trazer essa discussão para dentro do partido; trazer para dentro dos programas de governo (Marcos Freire – SP).

Nesse sentido, é importante ter em mente que a institucionalização da questão LGBTI+ no PT acompanha a própria institucionalização do partido, embora com limites, condicionada a uma posição secundária em face da identidade trabalhista do partido. Esse não era um problema exclusivo do Movimento LGBTI+ do partido, mas uma limitação compartilhada entre diferentes movimentos sociais. Rios, F. (2014) ao tratar do Movimento Negro no PT, notou essa lacuna na fundação do partido: “nos documentos iniciais do PT não havia reflexão ou comentário substantivo à luta negra. O mesmo se poderia dizer sobre os demais movimentos

sociais que não tinham base classista” (RIOS, F., 2014, p. 168). A tese de Carla Ayres sobre a interação entre o Movimento Feminista e o PT também tratou dessas tensões e lutas das mulheres na defesa de que não havia contradição entre “luta geral” e “luta específica”, sendo a questão feminina parte da “opressão geral” (AYRES, 2018, p. 72).

A institucionalização seria também “a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas” (PANEBIANCO, 2005, p. 36). Na década de 90 o PT se encontra nesta fase intermediária entre o seu nascimento na década de 80 e sua consolidação nos anos posteriores quando o partido se prepara para as grandes disputas nacionais à Presidência da República. Contudo, nem todos os locais conseguiram formar núcleos de gays e lésbicas à época como é possível inferir a partir do relato de um dos nossos interlocutores de Goiás. Além disso, em alguns estados, como o Rio de Janeiro, os núcleos eram tratados como agrupamentos marginais dentro do partido.

Eu me lembro que o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT – que antes não foi setorial, foi primeiro um núcleo – era marginalizado dentro do partido. Não era reconhecido dentro da estrutura; não era ouvido pelo diretório; não tinha espaço para colocar suas pautas. Então foram muitos anos brigando para haver uma postura de inclusão do partido da nossa pauta e do reconhecimento desse nosso organismo (Cláudio Nascimento – RJ).

Na década de 80 no final aqui em Goiânia a gente tentou fundar um núcleo do Partido dos Trabalhadores que se chamava, na época, Triângulo Rosa. [...] O pró-núcleo Triângulo Rosa que nós chamávamos de núcleo, mas precisava ter um número de pessoas assinando para poder criar um núcleo. E aí não era fácil tirar as pessoas do armário para trazer. Todo mundo virava e falava: “Eu sou da educação, da igreja, sou de não sei o quê”, ninguém se assumia. Mas nós atuamos. O Triângulo Rosa ia, no final da década de 80, que foi aquele período do HIV/Aids mais brabo, que as pessoas morriam. A gente ia para baile, para boate com a estrela do PT. Identificavam as pessoas, abraçava, falava, tentava atraí-las para o PT, usando o pró-núcleo – que não virou núcleo interno – nessa questão chamada Triângulo Rosa. Depois, passada essa etapa que o Triângulo Rosa não foi pra frente, a gente começou a interferir mais no PT a partir das ONGs. Aí a gente era movimento social (Leo Mendes – GO).

O Núcleo de Gays e Lésbicas do PT de São Paulo se destacou dentre outros estados e municípios, provavelmente porque o próprio PT nasce em São Paulo e depois se espalha pro restante do país, além disso, o Movimento LGBTI+ nasce no Brasil nas grandes metrópoles urbanas, como São Paulo e Rio de Janeiro (GREEN, 2019). O NGLPT aparece em registros acadêmicos sobre a história do Movimento LGBTI+. Por exemplo, Santos, G. (2006) menciona o Núcleo ao refletir sobre o insucesso da primeira candidatura gay à Câmara Municipal de São

Paulo pelo PT¹²⁷. Além disso, o Núcleo foi catalogado pelo pesquisador como uma das principais organizações do Movimento LGBTI+ da cidade de São Paulo, com forte presença em reuniões e ações da militância (SANTOS, G., 2006).

Esse período de emergência e desenvolvimento do Núcleo de Gays e Lésbicas no interior do PT paulistano é classificado na literatura sobre a história do Movimento LGBTI+ como “terceira onda” ou “reflorescimento” do movimento após o declínio das organizações na década de 80 afetadas pela epidemia de HIV/Aids. A virada neoliberal com a eleição de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, a reforma do Estado e o processo de transformação das organizações sociais em ONGs, incentivado pelos financiamentos estatais do Programa Nacional de DST/Aids e do Banco Mundial, criaram condições favoráveis para que novos grupos do Movimento LGBTI+ fossem criados, inaugurando as primeiras associações nacionais como a ABGLT e a primeiras Paradas do Orgulho no Brasil em busca de visibilidade massiva (FACCHINI, 2003).

No âmbito interno dos grupos, podemos identificar a crescente aproximação do modelo ideal das ONGs esboçado por Fernandes e suas implicações em termos de: redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais (FACCHINI, 2003, p. 112).

Assim, com mais recursos e estrutura, o Movimento LGBTI+ ampliou sua capacidade de organização de seminários e grandes eventos de rua como as Paradas e conseqüentemente sua capacidade de articulação, uma vez que diversos militantes de todos os cantos do país viajavam até São Paulo para participar da Parada. Na semana da Parada, vários encontros e reuniões do movimento aconteciam para tomada de decisões e definições sobre novos rumos que a militância iria tomar pelo país afora.

Nesse contexto, o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT também se organizava, acolhendo LGBTI+ do partido (integrantes simultâneos de organizações sociais do movimento) de fora de São Paulo e promovendo reuniões para traçar estratégias partidárias. Consta desse período a realização do primeiro Encontro Nacional de Gays e Lésbicas do PT no ano de 2001 e que teve

¹²⁷ De acordo com o pesquisador, essa candidatura não obteve sucesso eleitoral em parte pela falta de apoio do Núcleo que acusava o então candidato de “extremo personalismo”.

como importante articuladora a então Secretária de Movimentos Populares, Sônia Hipólito. A Secretaria de Movimentos Populares funcionava como instância responsável pelo diálogo do partido com os movimentos sociais e abarcava em sua estrutura diferentes setoriais temáticos, do qual o LGBTI+ viria a compor em seguida.

Teve uma ação que nós fizemos que foi muito legal; isso para trazer um pouco do âmbito nacional, mas aqui em São Paulo a gente teve uma participação importante que foi o Seminário Nacional. Em 2001 nós organizamos o Primeiro Seminário Nacional do NGLPT, na época (Marcos Freire – SP).

E a ideia, a partir daí virou uma tradição, era realizar sempre essa Plenária às vésperas da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Nesse grande feriadão que é a Parada do Orgulho. Então, a cada ano, a estratégia foi convocar essa plenária. O setorial era construído a partir dessa plenária nacional convocando as pessoas dos estados e estimulando que em cada estado as pessoas reunissem e fizessem a sua organização. A organização do seu setorial (Julian Rodrigues – SP).

Então eu sou fruto desse momento também, porque as minhas participações em algumas Plenárias Nacionais, promovidas pelo Núcleo de Gays e Lésbicas do PT em São Paulo, principalmente. Onde eu tive oportunidade de estar participando, dialogando com várias lideranças de todos os estados do Brasil, principalmente de São Paulo, sobre essas demandas. E trazendo também para o estado de Alagoas, acompanhando também a nucleação em outros estados do Nordeste. (Marcelo Nascimento – AL).

Figura 12 – Cartaz da 1ª Plenária Nacional de Gays e Lésbicas do PT (2001).



Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História Política/Fundação Perseu Abramo.

A 1ª Plenária Nacional de Gays e Lésbicas do NGLPT serviu de importante ponto de acesso ao partido, estimulando a organização de militantes-filiados em outros estados e municípios do país, de modo semelhante ao esquema conceitual chamado de “penetração territorial”. Panebianco (2005) diz que todo partido possui um modelo originário que por sua vez definirá suas características genéticas. Um desses fatores é o modo pelo qual se iniciou ou se desenvolveu a construção da organização, seja por penetração territorial ou difusão territorial. A penetração territorial ocorre quando um centro controla, estimula e dirige o desenvolvimento da periferia. Já a difusão territorial acontece quando o desenvolvimento se dá por germinação espontânea, quando as elites constroem associações partidárias locais e depois elas são integradas em uma organização nacional¹²⁸.

Não podemos dizer que a institucionalização do Núcleo de Gays e Lésbicas (que posteriormente vira Setorial e Secretaria) detém um modelo originário, uma vez que ele é parte de uma organização maior, mas a maneira como ativistas do Movimento LGBTI+ se conectaram ao PT e se organizaram politicamente em seu interior expressa características de desenvolvimento do tipo por penetração territorial na medida em que essa organização emerge e se fortalece inicialmente na cidade de São Paulo e a partir dela ocorrem incentivos e estímulos visando ao fortalecimento da pauta em outros locais do país, tal qual o próprio PT.

Assim, estava dado, ou melhor, construído o contexto político (ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018) que possibilitaria a transformação do Núcleo em um Setorial Nacional LGBT, próximo tópico a ser abordado.

5.1.3 O Setorial Nacional LGBT e os governos petistas nacionais

O Setorial Nacional LGBT do PT emergiu como uma espécie de associação nacional de setoriais estaduais e municipais que foram se constituindo ao longo dos anos 1990 e 2000 vinculado à Secretaria de Movimentos Populares, descentralizado em diferentes regiões do país. Esse novo formato de organização nacional estimula a criação de novos setoriais locais em diretórios estaduais ainda pouco organizados. Paulatinamente, o Movimento LGBTI+ estava se encaixando institucionalmente na estrutura partidária petista.

Nós temos o que seria um upgrade dos Núcleos: os Setoriais, que são estruturas temáticas também que se organizam a partir de Encontros. Então Encontros Municipais, Encontros Estaduais e Encontros Nacionais. E constroem essa pauta com

¹²⁸ Vale notar que o autor considera modalidades mistas - por penetração e difusão territorial simultaneamente - de construção do partido.

filiados, então isso é a partir da relação dos filiados com o partido (Carla Ayres – SC).

Depois a gente avançou para Setorial, discutindo entre nós. Chegou a conclusão que era melhor, porque o Núcleo dava uma ideia muito restrita, muito localizada e o Setorial dava uma ideia de representação da temática que não tinha um recorte mais local que poderia ser... Vinha também com as ideias do partido de que tinha que ter espaço específico para as pautas. Para a pauta da mulher, pauta do negro, pauta de camponeses e tal. A gente falou: “Opa! Temos que brigar pelo nosso Setorial” (Cláudio Nascimento – RJ).

A partir daí, o Setorial Nacional LGBT do PT foi cada vez mais se articulando em encontros nacionais e solidificando a presença do movimento no partido, ao ponto de também participar de suas gestões quando esse chegou ao governo federal.

Os nossos resultados apontam, assim, para a existência de inter-relações entre diferentes encaixes, como o setorial partidário e a política pública no Governo Federal, embora isso demande maiores investigações. É possível apontar inicialmente uma institucionalização de “modo programático”, no que tange à institucionalização de projetos e programas específicos em âmbito estatal animados pelo Movimento LGBTI+, por exemplo, auxiliando a elaboração do que viria a ser o Programa Brasil Sem Homofobia (Entrevista com Cláudio Nascimento – RJ; Entrevista com Leo Mendes – GO), a institucionalização simbólica, caracterizada pela adoção de categorias e classificações oriundas do movimento por instituições políticas¹²⁹ e a institucionalização posicional por meio da criação de uma Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na antiga Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2023; FEITOSA, 2016). O movimento ainda ocupou instituições participativas implementadas pelos Governo Lula e Dilma (2003-2016), especialmente as Conferências Nacionais de Direitos Humanos e Políticas Públicas LGBT, que teve três edições¹³⁰, e os assentos do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT).

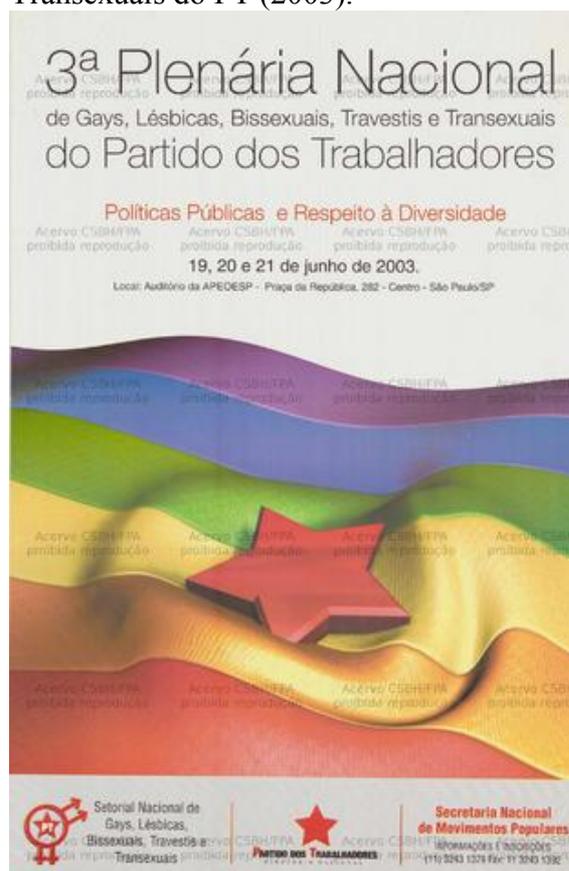
Esses ativistas não participavam da elaboração de políticas públicas ou ocupavam instituições participativas na condição de representantes do Setorial Nacional LGBT, uma vez que elas eram destinadas à “sociedade civil organizada”. No entanto, o fenômeno da múltipla filiação (MISCHE, 2008) possibilitava que os movimentos se articulassem enquanto partido, seja para emplacar suas pautas nessas arenas, seja para defender o governo de ataques e críticas de setores do Movimento LGBTI+ apartidários ou partidários de agremiações opositoras ao

129 A exemplo de marcadores como “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “homofobia”, “casamento homoafetivo”, entre outras no discurso público e oficial.

¹³⁰ Nos anos de 2008, 2011 e 2016.

governo petista. Ao mesmo tempo, o Setorial Nacional continuava se reunindo periodicamente, tanto na semana da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo, quanto em agendas e encontros do partido em Brasília.

Figura 13 – Cartaz da 3ª Plenária Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do PT (2003).



Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História Política/Fundação Perseu Abramo.

A ascensão do PT ao Governo Federal complexificou ainda mais a relação dos militantes LGBTI+ do partido com outros atores: direção do partido, ativistas do Movimento LGBTI+ não-petistas e membros do governo federal. Tal como na primeira onda do Movimento, no fim dos anos 70 e começo da década de 80, em que os membros do Somos próximos à Convergência Socialista e depois ao PT tiveram que equilibrar as críticas de seus colegas de movimento à esquerda e as posições moralistas de seus companheiros de partido, os membros do Setorial Nacional LGBT do PT precisavam lidar com as insatisfações de setores do Movimento LGBTI+ em relação ao governo e as contradições do próprio governo petista em sua melindrosa aliança com as bancadas conservadoras do Congresso Nacional.

Essa tensão aparecia nas oportunidades em que o Movimento LGBTI+ se reunia em âmbito nacional no Conselho Nacional LGBT, e sobretudo nas Conferências Nacionais, mas o ponto alto foi no famoso episódio do “kit gay” envolvendo declarações conservadoras da ex-presidenta Dilma Rousseff de que seu governo “não faria propaganda de orientação sexual” em aceno a parlamentares evangélicos que protestavam contra a elaboração de materiais didático-pedagógicos formulados pelo Ministério da Educação para combater a homofobia nas escolas. Esse episódio já foi bastante explorado pela literatura recente sobre cidadania LGBTI+ no Brasil, mas quase todas as análises ignoraram o comportamento do Setorial Nacional LGBT do PT naquele momento.

Contra tudo e contra todos, o Setorial publicou uma dura nota contra a postura de Dilma Rousseff. Isso fez com que o Setorial recebesse muitas críticas de correligionários do PT sob os argumentos de que como instância do partido, o Setorial deveria defender o governo das críticas que já vinham de todos os lados dos setores progressistas, com especial destaque do PSOL, que a essa altura já despontava como partido representante da causa da diversidade sexual e de gênero. Mas como defender uma posição governamental indefensável para os ativistas LGBTI+ do partido? Essa postura do setorial revela a importância de setoriais partidários como representantes políticos de segmentos e sua dinâmica de *accountability*, vez que se preocupam em prestar contas aos que visam representar¹³¹.

Isso revela um dilema com o qual militantes-filiados precisam lidar desde há muito: qual o papel do Setorial no partido? E no governo? Seria o de formular programas, planos e políticas para o governo ou o de blindá-lo dos seus vacilos, falhas e contradições? O que fazer quando as posições e estratégias do movimento divergem diametralmente das posições e estratégias do partido ou do governo? Aparentemente, esse é um campo em disputa na interação entre movimentos sociais e partidos políticos e só poderá ser respondido analisando caso a caso, considerando o contexto e as especificidades.

Para Oliveira (2021), as tensões entre movimentos e partidos residem em parte nas diferenças da natureza de cada um e em suas lógicas distintas de funcionamento, por exemplo, foco no compartilhamento de identidades *versus* busca de poder e de voto, respectivamente. Não bastassem essas diferenças, as tensões podem se intensificar quando ocorrem mudanças de identidade ou de estratégia, seja do movimento ou do partido, desestabilizando e afetando os vínculos entre um e outro (OLIVEIRA, 2021).

¹³¹ Agradecemos a Carlos Machado por chamar atenção para a dimensão representativa dos setoriais.

No caso concreto, o partido no governo estava preocupado com as ameaças de *impeachment* e pressões exercidas pela bancada religiosa do Congresso Nacional relativas ao avanço das políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Governo Federal e por isso adotou uma estratégia contrária a do movimento social, qual seja, a de recuar nessas políticas e aderir ao discurso conservador do grupo reivindicante, visando à estabilidade e permanência no governo. Não é que esse objetivo destoasse dos ativistas, que também achavam importante a conquista e permanência no governo, mas a maneira como a alta cúpula do governo conduziu o imbróglio com rivais históricos do Movimento LGBTI+, ou seja, a estratégia utilizada pelo partido se chocou com as bandeiras de luta do movimento e a aliança histórica estabelecida entre partido e movimento.

Esse posicionamento teria se dado, segundo Ribeiro (2013), pois “o protagonismo no plano nacional empurrou o partido a comportamentos ainda mais pragmáticos e aliancistas – o que ocorre com todo partido que chega ao governo central, como sublinha Panebianco (1995)” (RIBEIRO, 2013, p. 258). No momento em que o Governo Dilma recuou nas ações estatais LGBTI+, o ativista Julian Rodrigues coordenava o Setorial Nacional LGBT do PT. Ele compartilhou conosco os desafios impostos e as estratégias adotadas para responder a aquele momento:

A mais famosa foi a nota que nós fizemos “puxando a orelha” da Dilma porque disse: “No PT não se tem propaganda de opção sexual”. E eram notas muito difíceis, por que o que acontece? Nós tínhamos que defender as causas do movimento, preservar o partido e, ao mesmo tempo, fazer com que o partido fosse para o lado correto. Muita gente não entende isso (Julian Rodrigues – SP).

Mische (2008) já tinha observado que militantes negociam permanentemente suas identidades políticas, a partir de múltiplas filiações a movimentos sociais, partidos políticos, associações e igrejas, utilizando a expressão nativa “jogo de cintura” que seria uma resposta improvisada ao entendimento da política como sendo a arte do possível. Esse jogo de cintura, marcado pelo complexo equilíbrio de identidades e filiações, também aparece no ativismo LGBTI+, especialmente entre aqueles sujeitos que optaram por entrar nos partidos. Além do dilema sobre o papel do Setorial LGBT do PT, esse episódio revelou também uma virada no contexto político brasileiro que impunha novas condições, agora ainda mais desafiadoras, à institucionalização da pauta LGBTI+ no partido.

Mas a construção do PT no setorial, nos anos [20]10 a 20, foi mais complicada, porque tinha a ver com o governo Dilma também. Foi um governo muito recuado, em comparação ao governo Lula. Nós tivemos episódios no Ministério da Saúde com

relação às propagandas para jovens gays, tivemos esse episódio. E tivemos um congelamento do orçamento, não teve o segundo plano LGBT, só teve o primeiro. Nunca teve o segundo, nunca saiu do papel. Nós fizemos a segunda Conferência [LGBTI+] no final de 2011 para avaliar o que tinha acontecido no primeiro. A Dilma não foi à Conferência. Bom, sei que ela não ia mesmo porque ela não gostava de Conferência. Mas fez questão de não ir, foi o Gilberto Carvalho. Havia um clima de vaiar a Dilma (Julian Rodrigues – SP).

E continua

E aí depois veio o impeachment e no Setorial nós caímos nessa coisa de prisão do Lula, impeachment, golpe. E aí ladeira abaixo, né? Foi a ascensão do conservadorismo evangélico, do bolsonarismo, do pânico moral com a ideologia de gênero, mamadeira de piroca. Então eu penso que o setorial também acabou se voltando um pouco para uma questão mais defensiva. Perdeu, inclusive, sua capacidade de formação e de inserção (Julian Rodrigues – SP).

5.1.4 Um grau a mais na hierarquia: a Secretaria Nacional LGBT

Não é possível dissociar diversos acontecimentos e fatores contextuais do processo de institucionalização da pauta na organização partidária. Esses acontecimentos e fatores criam ou restringem condições para a atuação no partido. O contexto político refratário à luta pelo reconhecimento da diversidade sexual e de gênero em âmbito estatal, que resultou no golpe de 2016 e na saída de diversos quadros petistas de cargos do governo federal, somado aos reclamos da militância por maior espaço na estrutura partidária, fez com que os ativistas se voltassem para a organização partidária e reivindicassem uma Secretaria na direção do PT.

Os principais argumentos em defesa de uma secretaria eram que o Setorial não tinha assento no Diretório, era desprovido de recursos e, além disso, outras pautas de identidade, como gênero e igualdade racial, já vinham conquistando suas Secretarias de Mulheres e de Combate ao Racismo no partido.

Então nós sempre defendíamos, ali dentro, que a gente tivesse um espaçozinho para a gente falar com a Executiva. Que não ficasse passando pela representação da Secretaria de Movimentos Populares que tinha dentro do PT. A gente achava que era muito pouco para a gente. A gente queria estar lá sentado na mesa da Executiva falando com o presidente do PT que é quem influencia um pouquinho na política. E foi quando começaram a surgir essas coisas de Secretaria da Mulher do PT, Secretaria Racial. E nós falamos: “E a nossa? A gente está vendo todo mundo criar Secretaria e só nós que não estamos criando”. E um grupo lá no Encontro Nacional do PT antes da Parada, não me lembro o ano, já propôs isso: “Vamos propor ao partido a criação da Secretaria LGBT do PT” (Leo Mendes – GO).

Os Setoriais não têm assento na Executiva Nacional do PT. São organizações nacionais, mas que não têm assento no sentido de ter direito a voto. Com a transição de Setorial para Secretaria, que foi uma decisão da direção nacional do PT, a

Secretaria LGBT passou a ter voz na Direção Nacional do PT. Isso já é um elemento importantíssimo. (Marcelo Nascimento – AL).

Desse modo, no 6º Congresso Nacional do PT, ocorrido em julho de 2017 na cidade de Brasília, o Diretório Nacional aprovou a resolução que criaria a atual Secretaria Nacional LGBT do PT com assento no Diretório Nacional e na Comissão Executiva Nacional e com direito a voz (ANEXO B). A criação dessa instância foi celebrada como uma conquista do Movimento LGBTI+ pelos ativistas do partido e avaliada como um degrau a mais na capacidade de incidir sobre o conjunto do partido. Em notícia jornalística no próprio site do PT¹³², o então coordenador do Setorial Nacional da época, Carlos Alves (RJ), disse o seguinte:

A gente vai participar diretamente das reuniões dos diretórios, passa a ter relação direta com a direção em cada nível, municipal, estadual e nacional. A gente leva e unifica a nossa pauta dentro do partido, constrói a questão da comunicação para denunciar os crimes e para fortalecer a política de direitos humanos e também para contemplar a questão da formação política (Carlos Alves – RJ).

A formalização da Secretaria por meio de uma resolução aprovada em um congresso nacional (ANEXO B) denota maior consolidação institucional dessa instância na estrutura organizativa, fortalecendo a nossa ideia de encaixe institucional desenvolvido na teoria de domínios de agência. Além do exemplo de outras pautas que já teriam conquistado espaço institucional de Secretaria e a maior atenção à vida partidária interna, pós-*impeachment*, as entrevistas revelam a importância de uma ativista lésbica nesse processo de conquista do encaixe.

Janaína Oliveira¹³³, que já havia sido coordenadora do Setorial Nacional LGBT e depois se tornou a Secretária Nacional, assumiu papel de intermediação na interação entre o Movimento LGBTI+ e o PT, especialmente com a presidenta do partido. Para alguns de nossos interlocutores, isso teria ocorrido por sua atuação no processo de construção da candidatura de Gleisi Hoffmann à presidência do partido e da plataforma de ação LGBTI+ em um possível mandato. É importante ainda dizer que ambas fazem parte de uma mesma tendência interna do partido, a CNB, sigla para Construindo um Novo Brasil.

Como visto na parte teórica, Gurza Lavallo e von Bülow (2014) chamam esses intermediadores de *brokers* e argumentam que “a intermediação é inerente à mobilização social porque as tarefas de coordenação de atores mobilizados não podem ser realizadas sem papéis

¹³² Ver notícia em: <https://pt.org.br/pt-cria-secretaria-nacional-lgbt/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

¹³³ Em junho de 2020, o site do PT publicou uma homenagem narrando a trajetória política da ativista intitulada “Janaína Oliveira: a coragem da mulher paraense ganha o país”: <https://pt.org.br/janaina-oliveira-a-coragem-da-mulher-paraense-ganha-o-pais/>. Acesso em: 24 out. 2022.

de intermediação e seus atores” (GURZA LAVALLE; VON BÜLOW, 2014, p. 126). Pensando especificamente a intermediação em partidos, Oliveira (2021) também lança luz para a relevância desses atores, a quem chama de lideranças sociopartidárias, por forjarem conexões significativas entre o movimento e o partido.

Não apenas Gleisi Hoffmann reconhece Janaína como representante do movimento no partido, como os militantes do partido também reconhecem sua capacidade de acessar membros da coalizão dominante, defender projetos e causas da militância e mediar o diálogo entre o movimento dentro do partido com a direção, consoante os relatos destacados.

E eu acho que a Janaína, que é nossa secretária nacional, e que estava no momento como coordenadora do Setorial foi uma figura preponderante também. Ela levou isso, ela encampou isso, ela também construiu esse compromisso, ela construiu essas pontes com a Gleisi, com o grupo que está em torno da Gleisi. E conseguiu, acredito eu, construir uma harmonia interna com diferentes quadros, diferentes tendências, correntes partidárias, de levar uma unidade para esse grupo que estava disputando o PT e tinha a Gleisi como figura central. A Janaína conseguiu construir essa unidade entre as LGBTs para pautar a Gleisi. Então eu também colocaria a Janaína como uma figura central neste processo (Carla Ayres – SC).

A atual Secretária, a Janaína [Oliveira], veio do movimento social, do Conselho Nacional [LGBT]. Ela participou de todos os eventos mais importantes do movimento LGBT [...] E ela é muito atuante dentro do Partido dos Trabalhadores Nacional. A Gleisi [Hoffmann], que é presidenta, sempre a ouve nas questões LGBT (Leo Mendes – GO).

Também é importante ter em mente o papel dos incentivos seletivos (PANEBIANCO, 2005). Embora eleita pelos ativistas do partido para assumir a função de Secretária Nacional LGBT, Janaína Oliveira contou com o apoio da Presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, para se candidatar e com ela mantém vínculos de lealdade. Disso decorre um duplo desdobramento: (i) a Secretária tem maior acesso a um setor da coalizão dominante no partido, que por sua vez controla os recursos, toma decisões e dirige o partido e (ii) tem sua capacidade de agir parcialmente limitada pela estrutura de lealdade política a esses setores da coalizão dominante, especialmente à Gleisi, nesse caso.

Assim, a Secretária ganha mais força para negociar com quadros do partido tanto pela sua legitimidade eleitoral, autorizada pela base de ativistas, quanto pela sua relação próxima à presidenta nacional, mas perde relativa capacidade de agir em ações mais críticas/contestadoras, principalmente nos casos em que o alvo da contestação é a própria direção, fazendo com que ela se torne uma mediadora que busca equilibrar as relações entre as demandas dos ativistas LGBTI+ da base e a direção do partido no sentido intermediador discutido por Gurza Lavalle e Bülow (2014). Apesar do reconhecimento dos ativistas, pude notar também certo

descontentamento em relação à atuação de Janaína à frente da Secretaria LGBT. Por razões éticas da pesquisa e afim de evitar que essa tese produza maiores polêmicas internas ao PT, tornaremos anônimas as autorias dos depoimentos críticos abaixo¹³⁴:

Eu sou muito crítico ao último período da própria direção majoritária do Setorial e da Secretaria. Claro que o contexto é complicado, mas eu acho que falta um pouco de inserção concreta no movimento social. Não voltar só para dentro sabe? A gente tinha uma preocupação de que o setorial tinha que ter um pé no governo, um pé no parlamento, um pé no movimento social e o pé interno ao PT. Fazer essa articulação. Partido, movimento, governo e parlamento (Anônimo).

Tem poucos informes da Secretaria Nacional para todos os filiados do partido. Não se sabe muito o que acontece por dentro da Secretaria. E dentro também do que a Secretaria leva de demanda para dentro do Diretório Nacional. Existe, inclusive, um grupo chamado LGBT do PT que é um grupo do WhatsApp. Seria um lugar para socializar as informações, mas lá se divulga muito mais os eventos, um meme de uma coisa ou de outra, uma coisa de conjuntura com o Lula, mas não é um instrumento que tem sido utilizado para mobilizar a militância e gerar algum nível de ativação orgânica da militância partidária com as estruturas. Eu, por exemplo, sou um militante do partido que pouco sei. Só sei quando eu ligo para perguntar ou para cobrar o que está acontecendo. Mas não tem um canal de comunicação da direção da Secretaria Nacional com os dirigentes do partido, de forma mais orgânica, dentro dos estados; e, especialmente também, com as lideranças do movimento que são petistas. O que eu acho um erro! Porque o partido não sobrevive só de dirigentes partidários; o partido só pode sobreviver, crescer e se consolidar no movimento social se ele valorizar os militantes e líderes que estão inseridos e capilarizados dentro do movimento social (Anônimo).

Do meu ponto de vista, é um problema das letras. Porque se você é uma Secretaria LGBTQIA+ você tem que defender todas as nossas letrinhas e às vezes eu percebo que a nossa Secretaria não dá uma ênfase maior para uma das letras, pelo menos [no caso específico, os gays receberiam pouca atenção]. [...] Eu acho que quem faz isso muito bem é a Bel de São Paulo. A Bel dialoga com as meninas, dialoga com os gays, com as trans (Anônimo).

Gurza Lavalle e von Bülow (2014) dizem que a intermediação é um “empreendimento arriscado” e que o papel de representante é a função mais arriscada, sendo a primeira a estar sob suspeita e sujeito a críticas. É o que parece ocorrer, pelo menos em parte, com Janaína Oliveira. Essas insatisfações são motivadas por diferentes razões, como se viu nos relatos anteriores: pouca inserção no movimento social, pouco diálogo com determinados ativistas e pouca atenção a alguns segmentos identitários do Movimento LGBTI+.

O que está oculto nessa avaliação e que pode ser uma das causas das reclamações é a estrutura de lealdade política que muitas vezes pode dificultar o atendimento de determinadas demandas do movimento social. Não devemos esquecer que em nosso caso o *broker* age como

¹³⁴ Essa foi uma das ótimas sugestões da Comissão Examinadora a qual acatamos e agradecemos. Também consultamos a própria Janaína Oliveira se ela gostaria de reagir a tais críticas, mas não tivemos retorno até o depósito da tese à biblioteca da Universidade de Brasília.

representante do movimento, mas também da direção do partido. Para minimizar maiores desgastes e tensões, a Secretária pode evitar estabelecer diálogos com setores mais críticos do movimento ou de correntes distantes da coalizão dominante.

Vale lembrar que algumas tendências internas, as quais alguns militantes LGBTI+ fazem parte, assumem o papel de oposição à direção, comprometendo uma possível coesão da organização política de LGBTI+ no partido. Apesar dessas posições mais críticas, há outras avaliações positivas da representação da atual Secretária, segundo as quais as decisões seriam mais compartilhadas e dialogadas com a militância petista.

O que eu vejo hoje num modelo de Secretaria que nós temos. E eu acho que é muito mais por um modo de gestão da própria secretária Janaína de compartilhar mais as decisões, a gente consegue ter algo um pouco mais horizontalizado na Secretaria (Carla Ayres – SC).

A atual Secretária, a Janaína, veio do movimento social, do Conselho Nacional. Ela participou de todos os eventos mais importantes do Movimento LGBT. Então ela esteve presente nos encontros da ARTGAY Jovem, nos encontros da ARTGAY, nos encontros da própria ABGLT, da Rede, enfim. Ela sempre teve um diálogo muito grande. Ela sempre é muito respeitada e muito reconhecida. É uma pessoa muito popular da qual se você encontrar com ela agora, ela vai parar e vai conversar, ver como você está. E ela vem com a pauta política falar: “O que você está pensando? O que nós vamos encaminhar? O que tem que levar?”. E ela nos diz assim: “Nesse momento é isso e nesse momento é aquilo”. E ela é muito atuante dentro do Partido dos Trabalhadores Nacional (Leo Mendes – GO).

Figura 14 – Janaína Oliveira segurando a bandeira do arco-íris ladeada por Lula, Gleisi Hoffmann e ativistas LGBTI+ na criação da Secretaria Nacional LGBT (2017).



Fonte: Site do PT.

Passados alguns anos da conquista desse encaixe e da expectativa expressada por Carlos Alves em julho de 2017, as lideranças LGBTI+ do PT confirmam que a “evolução” do Setorial para Secretaria, de fato, ampliou as condições de atuação no partido, seja em ganhos de acesso à coalizão dominante (embora o acesso à coalizão seja diferente de fazer parte dela), seja em recursos e autonomia, o que significa dizer que a variação vertical desse encaixe ampliou o seu grau de hierarquia política na organização e as condições para influenciar os detentores de poder e recursos (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019). Por outro lado, a emergência da secretaria parece ter acontecido semelhante ao modelo de difusão territorial, quando os setoriais estaduais já estavam relativamente consolidados e integrados em um setorial nacional, com maior capacidade de articulação (PANEBIANCO, 2005).

Quando ela vira Secretaria ela deixa de estar sob a Secretaria de Movimentos Populares e vira uma Secretaria autônoma, isso deu uma fortalecida muito grande. Recursos para viagem e apoio institucional [...] Então há uma institucionalização bem grande hoje da Secretaria dentro do Diretório e dentro dos mecanismos de funcionamento interno do PT (Julian Rodrigues – SP).

Quando a gente vira Secretaria tudo muda: porque a gente não está só para se organizar, nós fazemos parte de uma organização do partido com mais ênfase. Porque [...] a Secretaria vota na Executiva, tem uma cadeira dentro da Executiva. Está nas reuniões da Executiva do partido, que é o grau máximo. Então a gente pauta ali. E a gente começa a pautar tudo dentro do partido. Então, por exemplo, a gente sobe um nível do status do que é organizativo dentro do partido (Symmy Larrat – SP).

A conquista de encaixes como a Secretaria Nacional LGBT não representa apenas aos interesses da militância organizada, mas também da própria organização partidária. De acordo com o modelo de evolução organizativa de Panebianco (2005), a participação em partidos transita de um tipo “social” para um tipo “profissional”. Logo, a Secretaria significa, de maneira híbrida, tanto um encaixe operado pelo movimento no partido com vistas a maior capacidade de ação, quanto um instrumento mesmo de profissionalização dessa participação com vistas ao desenvolvimento de interesses estáveis para a sobrevivência da organização e a instauração de lealdades que não ameacem a autoridade das lideranças.

Isso fica evidente na medida em que o setorial, instância que funcionava como espaço para a organização política, foi transformado em secretaria, instância consolidada que não somente organiza politicamente ativistas, como também representa a direção da organização. Entendemos que esse encaixe significou um jogo de ganha-ganha em que tanto ativistas ganharam, em termos de uma estrutura burocrática de representação mais sólida que pode ampliar capacidades de ação, quanto a organização também ganhou: na capacidade de atração e recrutamento de militantes para o partido, no estabelecimento de lealdades políticas e na

definição de linhas de ação de cima para baixo. Fenômeno semelhante ocorre com o PSDB, como veremos em seu capítulo específico.

5.1.5 O estatuto e suas atualizações

Um encaixe institucional relevante no PT foi a inclusão do termo “orientação sexual” no estatuto. O estatuto é a “constituição” de um partido político, podendo ser evocada nas disputas entre os filiados e criando novas condições para a atuação dos atores mediadas por regras instituídas. Até 1995, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), criada na Ditadura Militar, estabelecia rigidamente o funcionamento dos partidos via controle externo¹³⁵. Com a aprovação da Lei n. 9096/1995 após a redemocratização, os partidos adquiriram mais autonomia sobre a sua organização e funcionamento, definida pelo estatuto, conferindo maior centralidade e relevância ao documento regulador (RIBEIRO, 2013). Através do site do TSE, descobrimos que o PT acumulou ao longo da sua trajetória seis versões¹³⁶ do estatuto (1995, 2001, 2007, 2013, 2015 e 2017).

Na primeira versão, de 1995 e assinada por José Dirceu, nada é falado sobre gênero e sexualidade. Contudo, no capítulo 9 é prevista a existência de Núcleos de Base no partido, que podem ser organizados por local de moradia, categoria profissional, local de trabalho ou por movimentos sociais. Entre as funções dos Núcleos de Base estão o estreitamento de ligações do partido com movimentos sociais, aprofundar a democracia interna e promover a educação política dos filiados (PT, 1995, p. 7). Isso explica por que a organização política de ativistas LGBTI+ no partido começa formalmente como um Núcleo de Gays e Lésbicas vinculado ao Diretório Municipal de São Paulo (SANTOS, G., 2006).

O reconhecimento manifesto da orientação sexual como marcador social apareceu na segunda versão do documento, no ano de 2001, na transição entre o Núcleo de Gays e Lésbicas de São Paulo e o Setorial Nacional LGBT. No artigo 14 é afirmado que constituem deveres do filiado “II – combater todas as manifestações de discriminação em relação à etnia, aos portadores de deficiência física, aos idosos, assim como qualquer outra forma de discriminação social de gênero, de orientação sexual, de cor ou raça, idade ou religião” (PT, 2001, p. 4). Um dos nossos interlocutores explica que a inserção estatutária foi resultado de uma articulação prévia de ativistas e o reconhecimento de uma temática que já estava presente no partido.

¹³⁵ Lei n. 5682, de 21 de julho de 1971.

¹³⁶ Os documentos podem ser consultados no seguinte endereço: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/partido-dos-trabalhadores>. Acesso em: 06 jan. 2022.

Quem foi responsável pela redação do estatuto foi o Luís Dulce, que hoje é do Instituto Lula [...] Na época já existia o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT que funcionava. Então já era uma temática que tinha uma presença no PT [...] Você tinha alguns ativistas muito importantes nesse momento que em São Paulo faziam diferença: William Aguiar [...] Você tinha a Rita Quadros, você tinha o Beto Oliveira também, falecido. Mais tarde um pouco você tem o Lula Ramires, o Beto de Jesus, a Regina Facchini. E algumas pessoas de São Paulo que foram muito importantes nessa interlocução, porque a sede do PT nacional sempre foi aqui em São Paulo também. Eu não sei te dizer exatamente quem conversou com quem e como, mas havia já uma articulação. Então seria estranho se não aparecesse, na verdade, no estatuto (Julian Rodrigues – SP).

A inclusão de expressões e categorias que aludem à luta pela diversidade sexual e de gênero no estatuto do PT foi resultado de um acúmulo de mobilizações que já existiam no partido desde a década de 80 e que culminou na versão textual do início dos anos 2000, tal qual o modelo de institucionalização simbólica discutido por Szwako e Gurza Lavallo (2019).

Nessa segunda versão também são criadas as Secretarias e Setoriais temáticos. De acordo com o artigo 121, “Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados” (PT, 2001, p. 24). Naquele momento, foram constituídas na condição de Secretarias apenas as instâncias de Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Agrária, Meio Ambiente e Sindical. O Setorial de Gays e Lésbicas (chamado assim no documento, provavelmente como influência do Núcleo de Gays e Lésbicas de São Paulo) estava dentro da Secretaria de Movimentos Populares junto a outros recortes temáticos¹³⁷.

As próximas versões – 2007, 2013, 2015 e 2017 – não apresentaram novidades em relação a gênero e sexualidade ou a estruturas articulatórias com movimentos sociais. Mantiveram-se os Núcleos de Base, as Secretarias e Setoriais como instâncias articuladas à sociedade civil. Como a Secretaria Nacional LGBT foi instituída no ano de 2017, ano do estatuto em vigência, é possível que ela apareça no estatuto ao lado das demais em uma versão futura. A conferir.

5.2 Fatores

Destacamos dois fatores proeminentes percebidos na institucionalização LGBTI+ do PT: o papel que atores politicamente relevantes aliados da militância tiveram no fortalecimento

¹³⁷ São eles: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas Portadoras de Deficiência, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas e Transporte, além do Setorial de Gays e Lésbicas (PT, 2001, p. 24).

do tema no partido e a mútua constituição entre partido e movimento, que resultou em inúmeras estratégias, ações e atividades desenvolvidas pelos ativistas ao longo das últimas décadas.

5.2.1 Uma constelação de alianças

*Quando você tem pessoas aliadas, você avança mais
(Julian Rodrigues – SP, ex-coordenador do Setorial
Nacional LGBT do PT e ativista do Movimento
LGBTI+).*

Outro elemento que contribuiu para a institucionalização petista foram as articulações entre ativistas e agentes organizativos politicamente relevantes. Diversos nomes foram mencionados como aliados importantes para a constituição de uma agenda de direitos LGBTI+ na trajetória do PT: ativistas, dirigentes, parlamentares e gestores públicos, entre outros. Com efeito, estamos tratando de um partido fundado em 1980, com mais de 40 anos de existência. Dentre os partidos analisados, o PT é o caso mais antigo, portanto, conta com um número elevado e diversificado de sujeitos. Buscamos reproduzir aqui todos os atores mencionados, mas nos deteremos com mais detalhes naqueles e naquelas que foram citados recorrentemente ou que exerceram atuação mais expressiva na pauta. A recorrência dos nomes e das suas práticas expressam núcleos de sentido significativos para o estudo e o número ao lado de cada ator expressa a quantidade de vezes em que foram mencionados nas entrevistas por diferentes interlocutores.

Assim, foram citados no grupo de parlamentares: José Genoíno [3], Fátima Bezerra, Iara Bernardes, Luciano Zica, Maria do Rosário [5], Deputado Paulão, Marta Suplicy [2], Erika Kokay [2], Benedita da Silva, Paulo Teixeira, Maninha, Eduardo Suplicy e Luizianne Lins; No grupo de dirigentes: Lula, Gleisi Hoffmann [3], Sônia Hipólito, Fernando Haddad, Gilberto Carvalho, Carlos Minc e Paulo Vanucchi; No grupo de tendências do partido: Articulação de Esquerda, Reconquistar a UNE, Kizomba, mulheres do PT [3], negros do PT e juventude do PT [2]; No grupo de movimentos sociais: ADESP, Frente Brasil Popular, Frente Brasil Sem Medo, sindicatos, movimentos sociais diversos, Movimento LGBTI+ e Frente Parlamentar LGBT da ALESP; No grupo de instâncias do partido: Secretaria de Movimentos Populares, Secretaria de Comunicação e Fundação Perseu Abramo; Por fim, no grupo de ativistas do Movimento LGBTI+ (petistas e não-petistas): Luís Dulce, William Aguiar [3], Marco Aurélio Garcia, Marisa Fernandes [2], Yone Lindgren, Cláudio Nascimento [2], Paulo Mariante, Leo Mendes [2], Marcelo Cerqueira, Luiz Mott, Gustavo Bernardes, Rita Quadros [2], Azito Viana,

Marcelo Nascimento [3], Wilson, João Antônio Mascarenhas, Janaína Oliveira [2], Josué, Luciano do Movimento Espírito Lilás, Toni Reis, Adalto Belarmino Alves, Fernanda Benvenutty, Lula Ramires, Beto de Jesus, Germano Marino, Carlos Alves, Beto Oliveira, Marcos Freire e Walmir, sendo que alguns destes foram nossos entrevistados.

Cada um e cada uma contribuiu para a institucionalização da pauta LGBTI+ de diferentes maneiras, mas por razões de espaço dedicaremos algumas linhas a aliados dos ativistas como José Genoíno, Marta Suplicy, Maria do Rosário e Gleisi Hoffmann por terem atuado em diferentes arenas (parlamentar, governamental, partidária), em diferentes épocas. Além disso, são quadros de destaque do PT que acolheram as demandas de ativistas LGBTI+ do movimento social e do partido criando condições mais propícias para a abertura da organização dessa bandeira de luta.

José Genoíno foi um parlamentar constituinte que apresentou a proposta de incluir o termo “orientação sexual” na redação da Constituição Federal de 1988. Marta Suplicy apresentou o primeiro projeto de lei que reconhece o casamento civil entre homossexuais no país. Maria do Rosário é parlamentar e foi Secretária de Direitos Humanos durante o Governo Dilma, tendo trabalhado tanto pela apresentação de projetos de lei de criminalização da LGBTIfobia quanto pela implementação de políticas públicas específicas. Por fim, Gleisi Hoffmann, além de Senadora, foi a presidenta nacional do PT que apoiou a criação da Secretaria Nacional LGBT do partido.

A atuação de José Genoíno¹³⁸ no âmbito da diversidade sexual está situada no período da Assembleia Nacional Constituinte e só foi possível graças a uma articulação com o então Movimento Homossexual Brasileiro, representado na figura de João Antônio Mascarenhas, membro do grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro. Reproduzo aqui um trecho do artigo de Howes (2003), estudioso da biografia de Mascarenhas, que fala do apoio de José Genoíno ao pleito do movimento social naquele momento singular da história política brasileira.

O termo “orientação sexual” foi aceito pelas duas Subcomissões mas excluído pela Comissão de Sistematização [da Constituinte]. Em novembro, João Antônio ainda achava que tinham 50% de chance de serem vitoriosos, em plenário. Contudo, apesar de intensa mobilização e dos esforços do deputado **José Genoíno** (PT/SP) e outros

¹³⁸ José Genoíno foi eleito deputado federal por São Paulo em 1982, sendo reeleito sucessivamente em 1986, 1990, 1994 e 1998. Em 2002, candidatou-se ao governo de São Paulo, mas foi derrotado no segundo turno por Geraldo Alckmin. No mesmo ano, foi eleito presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, substituindo José Dirceu e assumido o cargo de 2003 a 2005. Em 2006, depois do escândalo do mensalão, foi novamente eleito deputado federal por São Paulo. Ficou como suplente para o cargo de deputado federal nas eleições de 2010, assumindo em 2013. Nesse ínterim, foi assessor do ministro da defesa Celso Amorim de 2011 a 2013. Ver mais informações biográficas em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Genoino. Acesso em: 21 dez. 2021.

partidários, o termo foi definitivamente rejeitado pelo Plenário, em 28 de janeiro de 1988. A votação foi 130 a favor, 317 contra, com 14 abstenções e 98 ausentes. Apesar desta derrota, João Antônio fez um balanço positivo da experiência, notando-se em relatório que redigiu para a ILGA, que as reivindicações do movimento tinham recebido muita publicidade e tinham sido tratadas com seriedade e respeito no Congresso e nos meios de comunicação. Nos anos seguintes, vários estados e municípios incorporaram medidas contra a discriminação por orientação sexual na sua legislação básica (HOWES, 2003, p. 305, grifo nosso).

Cristina Câmara, autora de uma dissertação sobre o grupo Triângulo Rosa também destacou o apoio de José Genoíno naquele episódio (CÂMARA, 2018). Esse apoio do deputado na década de 80 não passou despercebido pelos nossos interlocutores quatro décadas depois, na atualidade.

E outra pessoa que também fui muito positiva nesse processo, também de São Paulo, o José Genoíno. Porque ele estava na constituinte de 88 e o Genoíno já tinha lastro com o Mascarenhas. Mascarenhas foi o único LGBT que fez advocacy na constituinte de forma direta. Porque o resto fez pela CUT, pela [incompreendido: 16:17]. O Mascarenhas foi até o Congresso Nacional, o Genoíno colocou a palavra orientação sexual para ser incluída na Constituição Federal. O Ulysses Guimarães, daquele jeito dele, tirou a palavra lá com o centrão, em um apoio político lá. E o Genoíno ficou lá falando de orientação sexual e o povo vaiando, rindo dele, curtindo a cara dele. Então, assim, a gente deve muito a esse homem na história da política brasileira (Leo Mendes – GO).

Historicamente, a maneira de entrar no partido e influenciar na própria agenda partidária também foi a partir de parlamentares que foram sensibilizados pela nossa pauta política. Então nós temos, por exemplo em São Paulo, deputados que não são mais como o José Genoíno, que foi um grande colaborador dessa pauta (Cláudio Nascimento – RJ).

Figura 15 – José Genoíno na Assembleia Nacional Constituinte ao lado de Ulysses Guimarães.



Fonte: Rede Brasil Atual.

Já na década de 90 outro nome do PT despontaria como grande aliada do Movimento LGBTI+, a sexóloga paulistana Marta Suplicy. Marta ficou conhecida por apresentar um quadro sobre comportamento sexual no programa TV Mulher, da Rede Globo. Entre 1989 e 1992 trabalhou com o intelectual pernambucano Paulo Freire na implementação de um programa de orientação sexual. Em 1994 foi eleita deputada federal pelo PT, donde se filiara desde 1981¹³⁹.

Segundo um dos fundadores do Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro, Augusto Andrade, Marta foi presidenta de honra da Conferência da ILGA – The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association, associação internacional de LGBTI+, ocorrida em 1995 e sediada na cidade do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, a deputada federal que já vinha mantendo articulações com lideranças do movimento lançou simbolicamente o Projeto de União Civil entre Pessoas do Mesmo Sexo (ANDRADE, 2018), apresentado na Câmara dos Deputados como PL n. 1151/95 (SANTOS, E., 2018). Esse feito projetou fortemente o PT como partido comprometido com os direitos civis de homossexuais e deu novo ânimo aos ativistas LGBTI+ do partido.

Nossos interlocutores explicaram o processo de articulação entre a Deputada Marta e membros LGBTI+ do movimento e do PT:

Ela é eleita em 94. Em 1995 é realizada aqui no Rio de Janeiro a Conferência Mundial de Gays, Lésbicas e Travestis, a Conferência da ILGA. E essa Conferência, eu fui um dos coordenadores junto com outras pessoas aqui do Rio, e a Marta Suplicy foi convidada como presidente de honra da Conferência. E ela convidou então um grupo de pessoas, artistas e não artistas, para elaborar o projeto de união civil, a proposta. Então vários militantes: Beto de Jesus, eu, Toni Reis, vários outros, para escrever a proposta. E a proposta foi, então, lançada na Conferência Mundial. Porque foi uma estratégia que a gente combinou com ela em razão de que nós traríamos, de fora do país, deputados da Europa que já estavam discutindo a questão da união muito antes da gente. Inclusive, já tinha a vitória na Suécia. E aí a gente trouxe a deputada federal Barbara Westahome que era uma deputada de lá e que vinha debater o assunto. E foi, justamente, junto com a Barbara que a Marta Suplicy lança o projeto de união civil no Brasil. E aquilo colocou o partido, a cara do partido, de vez por todas com esse tema! Não tinha como desassociar PT de veado, de travesti, de sapatão, de casamento (Cláudio Nascimento – RJ).

¹³⁹ Informações extraídas da wikipedia. Para mais informações biográficas de Marta Suplicy, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marta_Suplicy. Acesso em: 21 dez. 2021.

Figura 16 – Marta Suplicy recebendo ativistas do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT de SP e do Movimento LGBTI+ no Congresso Nacional em 1997.



Fonte: SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 154.

Segundo pesquisadores do Movimento LGBTI+ brasileiro, o PL n. 1151/95

Propunha a união civil como um direito de cidadania fundamentado nas liberdades civis asseguradas pela Constituição, prevendo a extensão de direitos de herança, previdência e imigração aos seus contratantes. Embora fizesse menção a “vínculos afetivos”, a concepção de “união civil” era cuidadosamente distanciada do matrimônio ou das uniões estáveis. O foco do projeto estava na compensação de injustiças relacionadas a histórias de construção de patrimônio comum entre parceiros do mesmo sexo. Mesmo com todos esses cuidados, o projeto já sofreu alterações na formulação original ao ser submetido à Comissão Especial instaurada para sua análise, substituindo “união” por “parceria”, eliminando-se as referências aos “vínculos afetivos” e adicionando o veto a qualquer implicação relativa a adoção, tutela ou guarda de crianças e adolescentes, ainda que fossem filhos dos contratantes [...] O substitutivo acabou não sendo levado à votação, pois seus apoiadores concluíram que não haveria apoio suficiente para que fosse aprovado (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 154).

É possível ver que a estratégia adotada pela então Deputada Marta Suplicy foi a adoção de uma narrativa focada na dimensão patrimonial das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Era o Brasil dos anos 90 e o reconhecimento dos direitos LGBTI+ ainda era bastante precário, com pouco debate na sociedade e presença significativa de parlamentares conservadores no Congresso Nacional.

Esse PL apresentado pela Suplicy em articulação com ativistas do movimento e do partido, embora arquivado pelo parlamento, permitiu que a questão homossexual fosse debatida nos meios de comunicação de massa, ampliando a visibilidade da causa. E no interior do PT, esse episódio foi visto com esperança e temor. Alguns dirigentes do partido julgavam que a

repercussão midiática prejudicaria o partido em processos eleitorais, como relata Cláudio Nascimento.

A Marta era ao mesmo tempo festejada por essa abertura progressista e, ao mesmo tempo, tinha uma resistência muito forte a esse tema e essa agenda que ela abriu com essa visibilidade. Conectando o partido a questão LGBT. Tinha sim. Não era uma coisa simples. Não era uma coisa pacificada (Cláudio Nascimento – RJ).

Em dado momento houve, inclusive, resistências. Eu lembro que em 94 para a candidatura do Lula, eu e meu companheiro éramos petistas e na época estávamos com uma visibilidade muito grande. Porque fomos o primeiro casamento gay público do Brasil, então fomos parar em programas de televisão, inclusive na Hebe Camargo ao vivo. E, na época, a Hebe Camargo colocou a polêmica em relação ao casamento. Polemizando que a CNBB tinha cobrado ao Lula não incluir a questão do reconhecimento da união civil. Na época eu fui cobrado internamente porque eu fui tratar desse tema dentro de um programa de televisão. Porque era muito sério, porque o Lula era candidato e era um tema que não tinha muito espaço ainda na sociedade; que poderia gerar resistência à candidatura do Lula. Não foi o Lula, nem foi gente direto do Lula, mas dirigentes partidários (Cláudio Nascimento – RJ).

A história do PT demonstra que a trajetória da institucionalização das demandas LGBTI+ é composta por atores aliados e atores resistentes à pauta da diversidade, fazendo com que o movimento realizasse mapeamentos estratégicos dos atores do partido com os quais a militância poderia contar.

Esse não é um fenômeno novo e já foi observado, por exemplo, no trabalho de Vick e Gurza Lavalle (2020) ao analisarem o capítulo sobre financiamento da educação pública na tramitação do Plano Nacional de Educação 2014/2024. Segundo os autores, a ONG Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) foi ator crucial na aprovação da lei com uma porcentagem de financiamento maior do que a que o Executivo Federal indicara, impondo derrota ao governo. Para isso, o movimento lançou mão do que os autores chamaram de “mecanismos políticos”, sendo um deles os “aliados temáticos”, ativação de parlamentares de diferentes partidos políticos que defendiam a causa da educação (VICK; GURZA LAVALLE, 2020).

Estudo semelhante foi o de Carone (2018) que analisou a articulação de ONGs feministas com atores políticos do Executivo e do Legislativo para aprovação da Lei Maria da Penha. Ela diz:

Verificamos que os principais repertórios de ação do Consórcio podem ser agrupados da seguinte forma: atuação junto a atores-chave no processo legislativo (reladoras, presidente da comissão, assessor parlamentar e ministra) e atuação nas comissões (acompanhamento de reuniões; participação em audiências públicas e seminários; participação na redação do parecer do projeto; e negociações em relação ao parecer e ao posicionamento das comissões) (CARONE, 2018, p. 206).

Embora sem adotar conceitos e categorias elaborados por Vick e Gurza Lavalle (2020), o estudo de Carone (2018) trata de fenômeno semelhante, qual seja, o investimento de militantes sobre atores políticos aliados que possuem mandato. Com base nesses estudos, é possível argumentar que ativistas LGBTI+ do PT também acionaram aliados temáticos da causa da diversidade sexual e de gênero para defesa de agendas legislativas comuns na Câmara e no Senado Federal, ainda que não se tenha registro de nenhuma lei favorável aos direitos LGBTI+ aprovada pelo Congresso Nacional.

A diferença entre aqueles estudos e o nosso é o objetivo-fim do investimento político: tanto a CNDE quanto o movimento feminista lutavam pela aprovação de leis estatais visando a ganhos de direitos amplos na sociedade. No nosso caso, além da luta pela inclusão na Constituição e pela aprovação do casamento, os militantes LGBTI+ do PT também almejavam o apoio de políticos no interior do partido, visando à legitimidade e ao fortalecimento da causa na agremiação. Por isso, os aliados temáticos dos ativistas LGBTI+ eram parlamentares, mas também dirigentes ou quadros com voz ativa na agremiação.

Outra agente do PT destacada foi Maria do Rosário. Natural de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, se filiou ao PT no ano de 1994. De lá pra cá já foi eleita vereadora, deputada estadual, deputada federal, foi candidata à Prefeita de Porto Alegre e ocupou cargos de direção no partido, como a vice-presidência do PT entre 2005 e 2007. Mas seu encontro mais forte com a causa LGBTI+ se deu quando foi nomeada Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entre os anos de 2011 a 2014 pela ex-presidenta Dilma Rousseff. Na verdade, Rosário coordenou o programa de governo de Dilma nas questões de direitos humanos, educação e políticas para mulheres¹⁴⁰.

Durante o período que chefiou a pasta de direitos humanos do governo federal brasileiro, foram implementadas importantes iniciativas de políticas públicas voltadas para a população LGBTI+, dentre os quais destacam-se: a introdução do módulo “LGBTI+” no Disque 100, um canal que acolhe denúncias de violações de direitos humanos; a realização da 2ª Conferência Nacional LGBT; Publicação dos Relatórios de Violência Homofóbica no Brasil em 2011 e 2012, únicos documentos oficiais do governo brasileiro sobre esse tipo de violência; Lançamento do Sistema Nacional LGBT, que tinha por objetivo fomentar a criação de organismos de políticas públicas e conselhos LGBTI+ em estados e municípios (FEITOSA, 2016).

¹⁴⁰ Informações extraídas da wikipedia. Para mais dados biográficos, consultar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_do_Ros%C3%A1rio. Acesso em: 22 dez. 2021.

Além desses, ocorreram outras iniciativas em diferentes Ministérios no mesmo período: instituição da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Ministério da Saúde; Instalação do Comitê Técnico de Cultura LGBT no Ministério da Cultura, entre outros. Como a política LGBTI+ possui característica transversal, coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos, mas desenvolvida e implementada em outros Ministérios, a titular da pasta foi bastante reconhecida também por essas outras iniciativas.

De volta ao parlamento, apresentou no ano de 2014 o Projeto de Lei 7.582/2014 que “define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los” e inclui a população LGBTI+ no rol de segmentos vulneráveis a esses tipos de crimes, atendendo uma demanda histórica do Movimento LGBTI+ brasileiro: a criminalização da LGBTIfobia¹⁴¹. Mais recentemente, Maria do Rosário assumiu a Secretaria Nacional de Formação Política do PT, apoiando iniciativas de formação sobre gênero e diversidade em parceria com ativistas do partido¹⁴².

A companheira Maria do Rosário, a deputada Maria do Rosário, ela é secretária de formação. E a Fundação Perseu Abramo também tem sido uma grande parceira nesse tema. Então hoje você consegue debater a formação pensando na inclusão (Janaina Oliveira – DF).

Figura 17 – Ex-Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, convoca a população brasileira a participar da 2ª Conferência Nacional LGBTI+ (2011).



Fonte: YouTube. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=FdB1JuPtXUc>.

¹⁴¹ O PL ainda está em tramitação. Sua íntegra pode ser consultada em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>. Acesso em: 22 dez. 2022.

¹⁴² Maria do Rosário recebe destaque em notícia do PT pelo seu compromisso com formação sobre gênero: <https://pt.org.br/maria-do-rosario-reforca-o-lugar-dos-temas-de-genero-nas-politicas-de-formacao-do-pt/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Por fim, tivemos recorrentes menções a atual deputada federal e Presidenta Nacional do PT, Gleisi Hoffmann. Filiada ao PT desde 1989, Gleisi foi Ministra-Chefe da Casa Civil durante o primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2014), Senadora da República do estado do Paraná entre 2011 e 2019, Presidenta Nacional do PT desde 2017 até hoje e deputada federal desde 2019 até a atualidade¹⁴³.

Foi durante a campanha para disputar a presidência nacional do PT que Gleisi estreitou os laços com a militância LGBTI+ do partido, assumindo acordos e prestando apoio aos ativistas desde então. Seu principal feito foi aprovar a criação da Secretaria Nacional LGBT no ano de 2017 e a aprovação de uma resolução que visa a incluir pessoas trans no partido.

Como era um processo de eleições internas, a gente procurou quem colocava naquele momento seu nome à disposição. A presidenta Gleisi foi uma das pessoas procuradas. [...] A gente tinha um plano de argumentação de criação da Secretaria, e em 5 minutos ela falou para nós: “Eu assumo o compromisso, o que preciso fazer para consolidar a Secretaria LGBT?” (Janaína Oliveira – DF).

A gente conseguiu resolução das pessoas trans no partido, com a Gleisi, logo que ela chegou inclusive. Orientando sobre a participação da transgeneridade, com o gênero que se identifica, a questão do nome social. Inclusive nossa resolução fala de empregabilidade. Orienta os mandatos (Symmy Larrat – PA).

Figura 18 – Gleisi Hoffmann no 4º Encontro Amazônico LGBT do PT (2019).



Fonte: Arquivo pessoal/Janaína Oliveira.

¹⁴³ Dados extraídos da wikipedia. Para mais informações biográficas, consultar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gleisi_Hoffmann. Acesso em: 22 dez. 2021.

5.2.2 PT e Movimento LGBTI+: um caso de mútua constituição

Eu não vou mudar de opinião sendo do PT ou sendo da ABGLT. Eu vou mudar de estratégia. Na ABGLT se um deputado aqui da ALESP se posicionasse favorável ou votasse favorável a esse PL, nós íamos para cima. Seja do PT ou outro partido. Qual é a estratégia de ir contra o PT? Comissão de ética, denunciar por dentro, falar, constranger o camarada dentro das instâncias do partido. É uma estratégia interna. Enquanto movimento social nós vamos expor: “Que deputados votaram a favor da Lei? Esse e esse”, se tiver do PT não vai esconder. Então o que muda não é a opinião, o que muda são as estratégias em cada lugar (Symmy Larrat – Presidenta da ABGLT e membro da Secretaria Nacional LGBT do PT).

A literatura sobre a história do Movimento LGBTI+ brasileiro mostra que esse movimento social construiu alianças históricas com o campo da esquerda, especialmente na chamada “primeira onda”, no final da década de 70, quando o regime militar era considerado o “inimigo comum” e o Brasil caminhava para a redemocratização (DE LA DEHESA, 2015; FACCHINI, 2003; GREEN, 2018a; MACRAE, 2018b). James Green, um dos fundadores do movimento, participava simultaneamente do Grupo Somos, primeira organização homossexual do Brasil, e da Fação Homossexual da Convergência Socialista realizando intercâmbios entre as duas organizações.

A perspectiva que eu levava para o Somos combinava uma análise marxista-trotskista com conceitos das novas esquerdas norte-americanas e europeias [...]. E, eventualmente, também o movimento homossexual devia elaborar uma política para a classe trabalhadora. Afinal, a homossexualidade existia em todas as classes sociais, eu insistia (GREEN, 2018a, p. 73).

Macrae (2018b), estudioso do Grupo Somos, também confirma essa tese em seu estudo. [...] “Este conflito ocorria de forma marcada em relação à Convergência Socialista e especialmente com sua Fração Gay, que procurava aplicar o esquema leninista mais tradicional à mobilização dos homossexuais e continuava com seu foco principal na luta de classes” (MACRAE, 2018b, p. 56), diz ele ao refletir sobre as tensões entre o movimento homossexual e a esquerda partidária.

Da perspectiva da esquerda, De La Dehesa (2015) afirma que essas articulações com diversos movimentos sociais identitários, incluindo o movimento homossexual, representavam um esforço de expansão da agenda da própria esquerda na época e aponta que “*Convergencia Socialista y el Partido de los Trabajadores representaron la apertura de la izquierda partidista hacia el movimiento de liberación homosexual en su momento*” (DE LA DEHESA, 2015, p. 142), dando importante ênfase à Convergência Socialista e ao PT.

Com efeito, após a dissolução dos partidos oficiais da ditadura militar – ARENA e MDB – e a criação de novos partidos políticos, o PT foi a agremiação que deu maior abertura ao movimento homossexual para participação na política institucional.

Desde sus inicios, el Partido de los Trabajadores mostró cierta apertura a los debates de liberación homosexual. En su primer Convención Nacional del 27 de septiembre de 1981, el líder del partido, Luiz Inácio Lula da Silva, declaró: “No aceptamos que, en nuestro partido, la homosexualidad sea tratada como una enfermedad, mucho menos como un asunto policial. Defenderemos el respeto que esas personas merecen y las convocamos al mayor esfuerzo para construir una nueva sociedad” (Partido dos Trabalhadores, 1988: 111). Al siguiente año, el partido incluyó políticas en contra de la discriminación en su primer programa nacional, y los esfuerzos de las militantes de base para establecer organizaciones sectoriales de gays y lesbianas empezaron poco después de su fundación (DE LA DEHESA, 2015, p. 133).

Em suma, na abertura política a esquerda era o campo mais aberto do sistema partidário brasileiro à participação de movimentos sociais, entre eles o LGBTI+, atraindo setores da militância, que passaram a se inserir fortemente no PT a ponto de ser impossível separar o ativista de movimento social do militante partidário. Disso resulta um fator central na institucionalização petista: a mútua constituição entre partido político e movimento social. PT e Movimento LGBTI+ nascem praticamente juntos, evoluem juntos, representam espaços em que a chamada “dupla militância” (GREEN, 2018a) se manifesta e foram se constituindo mutuamente nas suas trajetórias. Isso não quer dizer que ignoramos as tensões decorrentes dessa mútua constituição ocorridas no campo do movimento social e também no campo partidário. A biografia sobre Herbert Daniel escrita por Green (2018b) mostra bem o quão duro era ser homossexual e de esquerda.

Outro trabalho que demonstra bem a “homofobia de esquerda” é a pesquisa de Ben e Insausti (2017) sobre a Frente de Liberação Homossexual (FLH) da Argentina¹⁴⁴. Boa parte dos ativistas eram de esquerda e lutavam contra o autoritarismo militar crescente na política argentina nas décadas de 1960 e 1970 e contra o capitalismo. Os autores contam que no final dos anos 60, uma de suas lideranças escreveu uma carta para o Partido Comunista Argentino reivindicando que a homossexualidade masculina fosse pautada pelo partido. Como resposta, a liderança do partido o encaminhou a um psiquiatra comunista. Em sua abordagem “terapêutica”, o psiquiatra tentou convencer o ativista de que a União Soviética extinguiu a homossexualidade, restando apenas em nações burguesas. Esse episódio mostra que a violência

¹⁴⁴ A FLH foi uma coalizão de grupos que atuou entre 1967 e 1976 e representou o primeiro movimento político de gays e lésbicas daquele país. Diferentemente do Brasil, em que a emergência do movimento se deu na transição da ditadura para a democracia, na Argentina o movimento nasce no crescimento do autoritarismo militar. Agradecemos a James Green por essa indicação de leitura.

contra homossexuais era parte das práticas dos setores da esquerda e suas organizações na América Latina, tais como sindicatos, partidos e organizações clandestinas (BEN; INSAUSTI, 2017).

A mútua constituição entre um setor do Movimento LGBTI+ e o PT explica a adoção de repertórios de ação e estratégias diversificadas por parte dos ativistas do partido. Oliveira (2021) define estratégia como “um plano de ação elaborado a partir de interações diversas entre atores no grupo e outros atores das redes do movimento. Aspecto relacional, demandas, táticas e alvos são os elementos da estratégia que auxiliam a elaborar plano de ação comum” (OLIVEIRA, 2021, p. 592). Temos algumas ressalvas com essa noção de plano de ação porque define estratégia como ações planejadas e estruturadas e, em muitos casos, ativistas agem no calor do momento, de maneira improvisada, em resposta aos desafios impostos no cotidiano da prática política e da interação.

Olhamos tanto para o processo que resultou na conquista de encaixes quanto para iniciativas que visavam a fortalecer a luta mais geral do Movimento LGBTI+ via partido político, ou seja, aquelas ações que não visavam *a priori* à criação de encaixes na estrutura partidária, mas que somaram nas lutas mais amplas do movimento social pela transformação da sociedade, como a elaboração de planos de governo para emplacar políticas públicas em um eventual governo, por exemplo. A teoria do domínio da agência diz que o processo de institucionalização de encaixes é fortalecido tanto por ações diretas ao objetivo da conquista de sedimentações institucionais quanto por aquelas indiretas a esse objetivo, na dinâmica da interação entre movimentos e instituições (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019).

Observamos que diversas rotinas e iniciativas foram desenvolvidas pela militância para fortalecer a luta LGBTI+ no partido, as quais buscaremos sintetizar aqui. Mas o principal resultado desse tópico é a conclusão de que por mais que a organização partidária e o desenho institucional do partido tenham relativo grau de abertura para as demandas do movimento e sejam afins a sua organização coletiva, como mostrado acima, foi o protagonismo, a luta e a mobilização do Movimento LGBTI+ no interior do partido que pressionou a organização para adotar iniciativas e a se transformar institucionalmente com vistas a representar os anseios do segmento. Esse resultado é sintetizado nas seguintes palavras de um importante ator do movimento social e do partido: “tudo tem sido fruto muito mais da cobrança de ativistas LGBT do partido para ser ouvida sua demanda, do que por uma questão natural dentro do partido” (Cláudio Nascimento - RJ). Esse ponto nos mostra as tensões da institucionalização.

Outro achado relevante é que foram adotadas simultaneamente pelos ativistas LGBTI+ do PT tanto rotinas clássicas dos movimentos sociais, como protestos de rua e em plenárias

congressuais, quanto aquelas típicas dos partidos políticos, como a participação em campanhas eleitorais ou a busca por instâncias burocráticas como a Comissão de Ética do partido, fortalecendo nosso argumento de mútua constituição. Além disso, também foram adotadas rotinas que tanto movimentos sociais quanto partidos políticos utilizam no seu cotidiano, como encontros, seminários e passeatas, especialmente nas Paradas do Orgulho. Ao longo dos anos, os atores lançaram mão de:

(i) Acionamento da Comissão de Ética para expulsar deputados do partido considerados LGBTIfóbicos (Julian Rodrigues - SP);

Nós fizemos um processo, junto com as mulheres do PT, conseguimos expulsar um ex-deputado federal do Acre e um ex-deputado federal da Bahia na Comissão de Ética. Não chegamos a expulsar, mas abrimos uma comissão de ética, fomos para cima e os caras chegaram a sair do PT. Era o Henrique Afonso do Acre e o da Bahia não vou me lembrar o nome. Junto com as mulheres. Eles eram já eram deputados do PT evangélicos fundamentalistas que se colocavam contra os direitos LGBT e das mulheres (Julian Rodrigues - SP).

(ii) *Advocacy* com dirigentes e parlamentares, semelhante à ideia de política de proximidade em Abers, Serafim e Tatagiba (2014) pensada para ativistas em interação com o Estado (Julian Rodrigues - SP; Janaína Oliveira - DF; Cláudio Nascimento - RJ). Ativistas acessam dirigentes em posições-chave no partido;

Então eu acho que esse exercício de fazer a conversa antecipada com as correntes, de conversas com os dirigentes. De vir preparando os próprios encontros estaduais nesse debate nos permitiu consolidar a Secretaria (Janaína Oliveira - DF).

(iii) Publicações sobre o tema em jornais do partido, tendo em vista a disputa de ideias e a visibilidade do tema na organização (Julian Rodrigues - SP), antes mesmo da conquista de encaixes e ocupação da zona de comunicação;

Ele [William Aguiar] escrevia regularmente sobre esse tema. Foi a primeira pessoa que eu, quando estava na faculdade, era calouro, lia no jornal Em Tempo da DS (Julian Rodrigues - SP).

(iv) Construção de Frentes Parlamentares LGBTI+, no caso de assessores parlamentares (Julian Rodrigues - SP).

(v) Participação em campanhas eleitorais do partido (Julian Rodrigues - SP; Marcos Freire - SP). McAdam e Tarrow (2011) consideram eleições e movimentos como formas mutuamente constitutivas da política, apesar de serem tradicionalmente estudadas de maneira

separadas nas Ciências Sociais, e propõem o conceito de “confronto eleitoral” que significa “o conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e o resultado das eleições (MCADAM; TARROW, 2011). Desse modo, a aposta em eleições seria um repertório eleitoral do Movimento LGBTI+, conforme discutido nos trabalhos de Barbabela (2022), Cruz, R. (2017) e Santos, G. (2016b).

(vi) Contatos com parlamentares para fazer oposição a iniciativas legislativas e executivas LGBTIfóbicas (Janaína Oliveira - DF). Atores no PSOL e no PSDB também fazem esse tipo de bloqueio; (vii) Formações políticas e cartilhas educativas sobre o tema, que representam um tipo de ação institucional, vez que é promovida pela instituição com organização dos ativistas preocupados com a difusão de conhecimento e saberes acumulados pelo Movimento LGBTI+ para o conjunto de atores do partido (Janaína Oliveira - DF; Bel Sá - SP);

(viii) Protestos de rua (Symmy Larrat - PA; Bel Sá - SP). Os protestos representam um repertório clássico de confronto dos movimentos sociais e, segundo McAdam, Tarrow e Tilly, “tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas” (2009, p. 11). No caso em tela, os ativistas encamparam campanha recente do PT pela libertação de Lula, preso no âmbito da Operação Lava-Jato em 2018 (CASARA, 2018). Logo, o Estado era o alvo das reivindicações, em especial as instituições de justiça.

Vou te dar um exemplo bem legal dessa recuperação que foi com a questão do Lula Livre. Durante nossa gestão a gente reuniu todos os movimentos, não só movimentos, mas também partidos, PSOL. Só não estava o PSDB. Mas todo partido de esquerda. E a gente fez um ato “LGBTIs pela democracia”. Numa tarde chuvosa, num domingo chuvoso e a gente ainda conseguiu reunir 2 mil pessoas no Largo do Arouche (Bel Sá - SP).

Figura 19 - Ativistas LGBTI+ do PT formam Bloco “Lula Livre” na 22ª Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo (2018).



Fonte: Site oficial do PT. Link: <https://pt.org.br/bloco-lula-livre-se-junta-a-22a-parada-do-orgulho-lgbt-em-sp/>.

(ix) Coleta de assinaturas para abaixo-assinado (Symmy Larrat - PA; Bel Sá - SP), outra rotina comum dos movimentos sociais;

E desde 2013 e 2014, a gente vem brigando muito com essa questão de que não cabia mais só sermos setoriais, a gente tinha uma demanda muito maior. [...] Então a gente começou com aquela história: “Vamos brigar para a gente passar a ser Secretaria”. E aí, não lembro se foi no 5º ou 4º Congresso que foi em Salvador, a gente conseguiu arrecadar as assinaturas em um Congresso do PT. Nós conseguimos arrecadar as assinaturas necessárias, dentro do Congresso, para que a gente deixasse de ser Setorial e passasse a ser Secretaria. Em 2015! E olha, a gente só conseguiu isso em 2017. Recolhemos mais de 700 assinaturas de delegados do PT e de todos os movimentos que estavam participando desse Congresso (Bel Sá - SP).

(x) Inserção no movimento social (Symmy Larrat - PA; Marcelo Nascimento - AL; Leo Mendes - GO; Cláudio Nascimento - RJ; Célio Golin - RS). Extraímos dos nossos entrevistados que a inserção no Movimento LGBTI+ representa também uma estratégia de legitimação perante o partido, na medida em que o PT se propõe a representar lutas sociais e tende a valorizar quadros com capacidade de mobilização social.

A estratégia principal sempre foi esse respaldo no movimento social LGBT. A partir das Paradas, a partir da nossa inserção na mídia nacional fazendo debate sobre os direitos, o combate à violência, sobretudo o combate à violência contra a população LGBT foi possível buscar um convencimento (Marcelo Nascimento - AL).

(xi) Cobranças à Direção (Cláudio Nascimento - RJ), estratégia semelhante aquela utilizada por mulheres petistas para conquistar cotas na direção (GODINHO, 1996);

E aí começou a haver também uma cobrança e um constrangimento das direções partidárias, porque a gente denunciava que todo mundo que era eleito era branco, sindicalista ou classe média, heterossexual, poucas mulheres, quase nada de negro e LGBT então era muito distante! Então isso foi um processo político de luta por muitos anos para conseguir chegar, minimamente, ao que se alcançou até agora. (Cláudio Nascimento - RJ).

(xii) Elaboração de manifestos distribuídos em congressos do partido; (xiii) Organização de encontros, reuniões e plenárias; (xiv) Cartas dirigidas ao Diretório Nacional (Cláudio Nascimento - RJ); (xv) Elaboração de projetos de lei para deputados apresentarem no parlamento (Bel Sá - SP);

A gente conseguiu apresentar projetos de leis para nossos deputados. A Secretaria, aqui no estado [SP], por exemplo, a gente sentou e fez um PL, que foi o primeiro PL que nós apresentamos. É aquele que isenta as meninas e meninos trans de pagarem as taxas de retificação de nome, por exemplo. Então esse PL a gente levou e nossos parlamentares apresentaram. Está lá esperando, vamos ver se a gente consegue. Na ALESP. Mas também apresentamos PL nas Câmaras Municipais (Bel Sá - SP).

(xvi) Inclusão de políticas públicas LGBTI+ em planos de governo (Julian Rodrigues - SP; Janaína Oliveira - DF; Symmy Larrat - PA; Leo Mendes - GO; Carla Ayres - SC; Marcos Freire - SP; Bel Sá - SP; Célio Golin - RS);

Desde o início, desde quando eu comecei a militar no NGLPT [Núcleo de Gays e Lésbicas do PT] já tinha essa preocupação de nos programas de governo a gente se inserir. E propor para a população LGBTI [...] nos programas das candidaturas majoritárias e proporcionais, para que tivesse nas suas pautas a questão do LGBT. Então desde o municipal, ajudei a elaborar algumas [...] na estadual também e na nacional. Então isso é uma marca já, vamos chamar assim. (Marcos Freire - SP).

No entanto, como característico da experiência petista, a abordagem da diversidade sexual e de gênero também é marcada por contradições. Apesar dessa presença histórica de propostas de políticas públicas nos planos de governo diversos, na maior parte das vezes provocada pela militância (Julian Rodrigues - SP), as mesmas nem sempre ganharam destaque nas defesas públicas dos candidatos do partido, como nos relata Carla Ayres.

No segundo turno das eleições de 2014 o comitê de campanha da presidenta Dilma convocou uma reunião com vários setores e representantes de várias temáticas para ajustar o plano de governo do segundo turno. E houve uma reunião com lideranças LGBTQIA+, inclusive no comitê dela em Brasília, para que a gente fizesse uma demanda mínima. Naquele momento foi um processo que teve uma reunião nacional: “Agora no segundo turno vamos pautar, etc. e tal”. Mas também existiu muita dificuldade de isso se reverter numa face pública da defesa disso. Ainda que entre no papel da pauta ali, a dificuldade que nós temos é que essa defesa seja publicizada,

verbalizada. Existem articulações, existem esses espaços de conversa, mas desse espaço se transformar numa defesa pública é a dificuldade maior (Carla Ayres - SC).

Alguns candidatos temem perder votos ao fazer menção aos direitos LGBTI+ em campanhas eleitorais e têm receio do conservadorismo de parte expressiva da população brasileira. Outro motivo seria a falta de prioridade à questão ao julgarem a desigualdade de gênero e sexualidade menos importante que outros problemas sociais como a fome e a pobreza.

Ainda sobre os planos de governo, notamos que a conquista de encaixes como a Secretaria Nacional LGBT facilitou a participação de ativistas na construção desses documentos. Logo, os encaixes podem facilitar outros encaixes ou atividades correlatas na organização, sendo indicador da qualidade desses encaixes institucionais no partido. A existência do Núcleo de Gays e Lésbicas desde os primórdios do PT parece ter sido preponderante para a conquista de outros avanços na organização (Julian Rodrigues - SP).

Nós éramos os pentelhos de plantão. O que a gente fazia? Chegava para o coordenador, chegava para o candidato e fazia o lobby que tem que ter o programa de governo, tem que ter um capítulo LGBT (Julian Rodrigues - SP).

Depois da criação da Secretaria, o próprio partido passou a garantir um espaço voltado para a questão, demonstrando a importância dos ganhos dessa estrutura institucional.

Mas hoje está institucionalizado isso. Então você não faz mais programa de governo sem ter lá a caixinha LGBT (Julian Rodrigues - SP).

Nós sempre participamos, mas desde que nós fomos Secretaria essa participação tem sido mais efetiva. Por exemplo, aqui em São Paulo, ano passado fizemos o programa de governo do Gilmar Tato, que foi nosso candidato aqui na cidade. Foi o plano de governo mais bem elaborado apresentado, de todos os partidos. Para além de apresentar o daqui da capital a gente orientou outros candidatos a prefeito aqui no nosso estado. Mandamos propostas para eles incluírem no programa deles e foi muito bem aceito (Bel Sá - SP).

As iniciativas sobre o tema em âmbito partidário quase sempre foram provocadas pelos militantes do partido, que também são lideranças de organizações do Movimento LGBTI+. Mas em alguns casos, o próprio partido, por meio de dirigentes, parlamentares ou agentes de governos, abriu espaço para representações do segmento. Um exemplo disso foi a posse de Lula em seu primeiro governo: o PT convidou um ativista para representar o movimento naquele evento histórico.

Eu me lembro que em 2003, na posse do Lula, eu fui representar o movimento LGBT do PT, do partido. 1º de janeiro, eu fui lá. E foi a convite do partido, porque você não

tinha um secretário nacional, tinha mais a militância de São Paulo. Eu estava na coordenação, eu acho que do estado, se não me engano em 2003. E era um pouco a referência de São Paulo e eles me convidaram para ir lá representar (Marcos Freire - SP).

Na experiência petista foi possível visualizar ao longo do tempo contextos políticos diversos, conquistas institucionais relevantes, interlocuções entre diferentes atores aliados e rotinas de ação diversificadas que resultaram na atual feição institucional do partido. As rotinas foram múltiplas e variadas, sendo desde mais tradicionais utilizadas por movimentos sociais até mais inovadoras, adequadas ao modelo organizacional e burocrático do partido. A feição institucional atual estabelece condições inéditas para que o Movimento LGBTI+ possa continuar agindo na organização e conquiste novos encaixes e ganhos políticos, dando ao processo de institucionalização um caráter inconcluso, permanente e aberto.

Nas conversas com os interlocutores da pesquisa apareceram uma série de novas demandas e reivindicações que podem vir a se tornarem novos encaixes ou regras formais que favoreçam cada vez mais a inclusão e a participação política de LGBTI+, como cotas na direção ou no parlamento ou mais recursos financeiros para atividades e candidaturas. Contudo, ao deslocar o olhar dos ativistas para a maneira como o partido se organiza e administra demandas sociais, percebemos que os desafios se intensificam e que a institucionalização de regras e procedimentos para acessar diferentes tipos de poder e recursos é permeada por barreiras e limites. É o que exploraremos a seguir.

5.3 Zonas de incerteza

Após a apresentação do processo e dos fatores que contribuíram para a institucionalização, chegamos à ideia de zonas de incerteza. Como abordado na parte teórica, elas são constituintes de atividades cruciais para o funcionamento dos partidos, a saber: a competência, as relações com o ambiente, as comunicações, as regras formais, o recrutamento e, por fim, o financiamento. Como as duas primeiras atividades tratam da organização geral do partido, focamos nas quatro últimas atividades de maneira a vislumbrar como a militância LGBTI+ do partido disputa esses elementos essenciais da vida partidária, bem como a efetividade dos encaixes institucionais operados.

5.3.1 Comunicações

No âmbito das comunicações exploramos tanto a maneira como os ativistas se posicionam publicamente quanto a avaliação que eles fazem sobre como o partido comunica suas pautas. As notas públicas parecem ser o principal instrumento no qual ativistas organizados comunicam, tanto para dentro quanto para fora do partido, suas posições, reivindicações e entendimentos comuns sobre fatos que acontecem na vida política ou social brasileira. Conforme nossos interlocutores apontam, a publicação de notas não possui um procedimento burocrático ou fluxo bem delimitado, variando a partir do contexto político e da iniciativa dos próprios atores engajados (Julian Rodrigues - SP).

Em alguns casos, os ativistas elaboram uma proposta de nota sobre os mais variados temas e assuntos na ordem do dia e a encaminham para a direção do partido aprovar e publicar (Julian Rodrigues - SP; Marcos Freire - SP). Observamos que os ativistas expressam uma dupla demanda: de um lado, que tenham autonomia para se posicionarem livremente, ainda que o posicionamento vá de encontro às posições da direção do partido (Julian Rodrigues - SP; Janaína Oliveira - DF; Carla Ayres - SC), e de outro, que o PT absorva a mensagem dos ativistas e se posicione como unidade partidária e não apenas como Setorial ou Secretaria LGBT.

[...] É uma luta também que as notas não sejam só de Setorial, que as propostas sejam também das instâncias do PT. Como um todo e não só das bichas do PT, da sapatão do PT, da feminista do PT. Mas que seja uma posição do conjunto do partido (Julian Rodrigues - SP).

O desejo de que o partido incorpore o discurso dos ativistas tem relação com o objetivo de influenciar a máquina partidária a favor da luta pela diversidade sexual e de gênero, afinal, a luta ganha reforços quando outros atores e instituições, para além do próprio movimento social, encampam essa agenda. Logo, trata-se de uma estratégia do movimento para o partido agir em seu favor. Também é uma maneira de reforçar compromissos programáticos da organização e impor derrotas ideológicas a membros contrários às bandeiras do movimento no interior da organização.

A evolução de Setorial para Secretaria também proporcionou maior autonomia para que a militância se manifestasse publicamente (Carla Ayres - SC; Janaína Oliveira - DF):

Setorial? Não conseguia nem lançar nota. Lançava nota de teimosia: “PT não vai chancelar? Beleza! Nós vamos fazer”. Todo mundo ficava “p” da vida no dia seguinte, liga para cá e liga para lá. Hoje não! Ser Secretaria tem outro patamar. A gente faz nota, vira para a presidente e diz: “Essa nota não nos contempla, vamos fazer nota paralela”. Acabou. Cada um no seu quadrado (Janaína Oliveira - DF).

Outro dilema enfrentado pela militância LGBTI+ petista é a maneira como se posicionam publicamente quando algum quadro de destaque do partido comete algum deslize, vacilo, alianças ou estratégias contrárias ou prejudiciais à luta pela diversidade sexual e de gênero. O ex-coordenador do Setorial Nacional, Julian Rodrigues, relatou diversas ocasiões em que figuras políticas de renome agiram em desfavor do movimento e foram alvo de críticas públicas do Setorial. Um desses episódios foi contra a histórica aliada, Marta Suplicy. A mesma insinuou em uma peça de propaganda eleitoral que seu concorrente à Prefeitura de São Paulo, Gilberto Kassab, era gay, almejando desqualificá-lo por sua suposta homossexualidade.

[...] Todo mundo sabia que o Kassab era solteiro e corria à boca pequena que o Kassab é gay. Logo, a Marta pôr no ar uma propaganda com esse tipo de insinuação. Então isso foi uma crise, inclusive para a campanha dela como um todo, ela apanhou muito. E nós fizemos uma nota do Núcleo de São Paulo, saiu até na [revista] Veja, um trecho da nota que eu dizia assim: “A campanha da Marta deu um tiro de canhão no pé”. Isso foi em 2008 (Julian Rodrigues - SP).

O dilema a que nos referimos é que parte do conjunto do partido às vezes não concorda que o Setorial faça críticas públicas a esses quadros, pressionando os ativistas a se omitirem em pautas caras aos militantes. Isso faz com que o coletivo precise equilibrar os interesses do movimento e os interesses do partido, afinal, também é de interesse da Secretaria que as figuras públicas do PT sejam reconhecidas como as melhores para ocuparem cargos públicos e mandatos. Na verdade, os “vacilos” desses grandes nomes criam constrangimentos diversos para os ativistas LGBTI+ do partido, pois eles também são questionados por LGBTI+ de outros partidos ou mesmo do movimento social.

O momento mais ilustrativo dessa tensão foi no famoso episódio em que a ex-Presidenta Dilma vetou uma política educacional do Ministério da Educação sobre diversidade sexual e declarou na imprensa que “seu governo não faria propaganda de orientação sexual”¹⁴⁵ em forte apelo à bancada evangélica do Congresso Nacional, que já estava incomodada com as políticas públicas LGBTI+ que vinham sendo gestadas nos governos petistas e com o reconhecimento da união estável pelo STF em 2011. Nas palavras do ex-coordenador, os ativistas do partido tinham que equilibrar a defesa das “causas do movimento, preservar o partido e, ao mesmo tempo, fazer com que o partido fosse para o lado correto” (Julian Rodrigues - SP).

Tem uma ala do partido que acha que os setoriais não podem fazer críticas ao partido. Então eu sempre fui muito combatido por setores, não todos, mas do ex-campo majoritário, hoje CNB. Porque tem uma ideia de que o Setorial não pode ser

¹⁴⁵ Ver notícia em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>. Acesso em: 25 out. 2022.

crítico ao partido. Porque “Imagina fazer uma nota contra a Dilma!”. E eu achava que não, porque o Setorial estava lá justamente para, dentro do PT, fazer com que aquelas bandeiras fossem absorvidas pelo PT. Que os petistas tivessem compromisso daquele programa que é do partido. Então, a gente tinha que lembrar a história do PT; que o PT não faz concessão política, ideológica, programática em temas de direitos humanos; que liberdade religiosa não é liberdade de xingar, de ofender dignidade. Então também era muito tenso (Julian Rodrigues - SP).

Embora esse episódio já tenha sido tratado em capítulo anterior, vale a pena reproduzir a íntegra dessa nota do então Setorial Nacional LGBT direcionada publicamente a ex-Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2011 em face do seu teor crítico e ponderado:

Presidenta:

Nós, do Setorial Nacional LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) do Partido dos Trabalhadores, instância formal que organiza a intervenção da militância petista na luta anti-homofóbica, queremos dialogar publicamente com a senhora, nossa companheira na construção de um Brasil mais justo.

Gostaríamos de conversar a respeito da polêmica envolvendo os materiais educativos do projeto Escola Sem Homofobia, do MEC (apelidado de "Kit gay", por conservadores).

Ficamos perplexos com as notícias veiculadas ontem, 25 de maio, informando que a senhora teria, em reunião com a "bancada evangélica", decidido suspender a disponibilização dos materiais que estão sendo preparados pelo MEC, no contexto das políticas públicas de promoção do respeito à diversidade nas escolas brasileiras.

Admiramos sua vocação democrática, sua competência e seriedade. Sabemos que é preciso ouvir todos os segmentos da sociedade brasileira, buscando composições e sínteses, implementando as políticas públicas com eficácia, pautadas em critérios técnicos.

Nosso Partido é pioneiro no combate à discriminação contra homossexuais e nos orgulhamos do discurso do ex-presidente Lula, já em 1981, repudiando o preconceito. Somos vanguarda na luta pela afirmação da igualdade - criamos, já em 1992, o primeiro núcleo LGBT em um partido político no país. Estamos juntos ao movimento social LGBT brasileiro, há anos batalhando contra a discriminação.

A maioria das leis e projetos de leis garantindo direitos à população LGBT, em todo o Brasil, são de iniciativa de parlamentares petistas. Marta Suplicy, já em 1995, propôs projeto de lei que estabelecia a união civil homossexual. Várias resoluções de Encontros Nacionais e Congressos do PT - e também nosso estatuto - ratificam esse compromisso de combate ao preconceito e a discriminação em geral, e à homofobia em particular.

O ex-presidente Lula fez história, ao criar, em 2004, o primeiro programa governamental - Brasil Sem Homofobia - destinado a promover a igualdade entre todas as pessoas, de qualquer orientação sexual ou identidade de gênero.

Em 2008, o Governo Federal promoveu a 1ª Conferência LGBT, pioneira no mundo. No ano seguinte, foi criado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT - depois uma Coordenadoria e, posteriormente, um Conselho Nacional.

A maioria do movimento LGBT organizado e dos ativistas de Direitos Humanos fizeram campanha e votaram Dilma, trabalhando dia e noite pela sua eleição. Acreditamos no aprofundamento das políticas cidadãs iniciadas no governo do ex-presidente Lula.

Contudo, temos de reafirmar: o ESTADO BRASILEIRO É LAICO. Nossa Constituição traz entre seus princípios fundamentais, o combate a toda forma de discriminação, a dignidade humana e o pluralismo.

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal, igualando as uniões estáveis homossexuais às heterossexuais reafirmou esses princípios básicos da Constituição Federal, assegurando a laicidade do Estado. Uma vitória da democracia brasileira.

Nessa mesma direção, enfatizamos a necessidade de aprofundar as políticas públicas que promovam a diversidade e o respeito às pessoas. Não concordamos, em nenhuma hipótese, com a possibilidade dos materiais elaborados pelo projeto Escola sem Homofobia não chegarem a seus destinatários.

Presidenta:

Um governo progressista, protagonizado por um partido de esquerda, dirigido por uma militante com a sua biografia, não pode transigir com princípios fundamentais da democracia.

A senhora tem deixado muito claro, em diversas ocasiões, que não transigirá na Defesa dos Direitos humanos. Pois bem, é disso que se trata. Não se trata de "costumes", como foi mencionado, mas de direitos civis e políticos, do combate ao preconceito, de políticas pública de promoção da cidadania.

Ficamos muito satisfeitos com o fato de a senhora ter convocado há poucos dias, junto com a companheira Maria do Rosário, a 2ª Conferência Nacional LGBT, uma inequívoca demonstração de continuidade das políticas iniciadas no governo Lula, reafirmando assim o compromisso desse governo com o enfrentamento da homofobia. O chamado "kit gay" é apenas um singelo material didático, elaborado por especialistas, referendado por entidades como a UNESCO, o Conselho Federal de Psicologia, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a UNE, a UBES entre outras.

Esse "kit" foi objeto de uma sórdida campanha, cheia de mentiras e distorções, que criou um sentimento de pânico moral em setores da nossa sociedade. A maior parte das pessoas que o repudiam não conhece seu conteúdo. Não há nada de inadequado, qualquer conteúdo sexual, nenhum beijo, nada, absolutamente nada que poderia atentar contra a qualidade educativa do material.

O objetivo do MEC com esse programa é apenas combater o bullying, que causa tanto sofrimento a milhões de "brasileirinhos", em nossas escolas, fazendo com que muitos se evadam, perdendo o direito humano que têm à educação. O bullying é algo perverso, provoca discriminação, dor, exclusão e até suicídios - pode provocar tragédias.

O Brasil não cederá à chantagem de religiosos homofóbicos, que confundem templo com parlamento, que ignoram a laicidade, o pluralismo e a dignidade humana.

A opinião de alguns deputados fundamentalistas cristãos NÃO É a opinião da maioria do Congresso Nacional, muito menos da maioria da sociedade brasileira. No Congresso, por exemplo, há uma Frente Parlamentar que defende a cidadania LGBT com 175 deputados e senadores.

Presidenta Dilma:

Nós, seus companheiros de Partido e de jornada, ajudamos a elegê-la e também somos responsáveis pelo seu governo. Temos certeza que as políticas de promoção à cidadania LGBT não serão interrompidas.

A democracia brasileira não será chantageada por obscurantistas de plantão. Acreditamos no seu compromisso inabalável com os Direitos Humanos e com a cidadania plena. Seu governo construirá um Brasil melhor para todas e todos.

Apoiamos a continuidade das ações do projeto Escola Sem Homofobia e de todas as políticas inclusivas de seu governo. Sem retrocessos. Solicitamos, portanto, a continuidade imediata da disponibilização do "kit" para as escolas brasileiras.

Não basta combater a pobreza se junto não erradicarmos a violência do preconceito e da discriminação que está ao seu redor. Estamos certos de contar com sua determinação.

Julian Rodrigues

Coordenador Nacional do Setorial LGBT - PT.

(RODRIGUES, J., 2011, on-line, n.p).

É interessante observar o “tom” da nota direcionada à ex-Presidenta e o esforço que os ativistas fizeram para equilibrar a defesa das políticas de gênero e sexualidade e o descontentamento com a posição de Rousseff naquele momento, que representou uma dura derrota para os setores progressistas e em especial para o Movimento LGBTI+ que vinha numa

crecente de conquistas nas instituições estatais. O fato de a nota ser pública significa que ela pretendia comunicar para além da sua destinatária, especialmente ao Movimento LGBTI+, estupefato e decepcionado com o governo petista naquele momento.

Em seu teor textual, o Setorial recupera a tradição do partido no tratamento dessa agenda, lembra a postura do Governo Lula no tocante às políticas sexuais, fala das conquistas no Judiciário, as articulações favoráveis no Legislativo e mesmo a biografia revolucionária da ex-Presidenta e seu compromisso com a democracia e os direitos humanos para defender a política educacional vetada.

Com efeito, uma nota que combina cautela, consistência e equilíbrio para manifestar o posicionamento da militância e ao mesmo tempo evitar reclamações de setores do partido ou fragilizar o governo, munindo adversários com argumentos opostos. Esse episódio mostra bem o dilema que militantes LGBTI+ do PT enfrentam desde os primórdios dessa interação para conciliar os interesses do movimento social e do partido político.

Agora sob outra perspectiva, observando a maneira como o partido se comunica publicamente, os ativistas relataram que as Secretarias Nacional e Estaduais de Comunicação do PT são instâncias parceiras, sempre publicando materiais encaminhados pela Secretaria Nacional e Estaduais LGBT (Janaína Oliveira - DF; Symmy Larrat - PA; Marcelo Nascimento - AL; Bel Sá - SP).

Figura 20 - Aba da Secretaria Nacional LGBTI+ no site oficial do PT.



Fonte: Site do PT. Link: <https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/lgbt>.

No entanto, alguns desafios foram percebidos. Um primeiro é que os/as ativistas se consideram leigos em relação ao uso de redes sociais, como o Facebook e o Instagram, e têm dificuldades de operar nesse campo (Janaína Oliveira - DF). Um segundo, é que o PT concentra

sua comunicação pública em datas simbólicas do movimento, como o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+, celebrado em 28 de junho, por exemplo. Isso faz com que ao longo do ano o partido aborde de maneira insatisfatória a questão em seus canais (Janaína Oliveira - DF; Carla Ayres - SC). Nesse sentido, a avaliação de alguns interlocutores foi negativa sobre esse aspecto relevante do cotidiano partidário (Julian Rodrigues - SP; Cláudio Nascimento - RJ).

Eu sinto também que o partido ocupa muito pouco essa estratégia de relacionamento e de canal de comunicação com a comunidade LGBT nas mídias sociais. Se posiciona pouco, se coloca pouco nos temas que aparecem. É fundamental que o partido se atualize, se modernize, se conecte com as pautas do cotidiano. E se solidarize com as agendas do movimento social, independentemente, de serem dirigentes do partido ou não que estejam a frente desses grupos (Cláudio Nascimento - RJ).

5.3.2 Decisões

Na zona de incerteza sobre decisões analisamos se os ativistas conseguem participar da definição de regras na organização, uma vez que elas definem o terreno em que ocorrem as disputas presentes e futuras. Vimos que o segmento encontra dificuldades para participar dessa definição ou mesmo da partilha de poder decisório (Symmy Larrat - PA; Leo Mendes - GO; Carla Ayres - SC; Cláudio Nascimento - RJ; Marcos Freire - SP; Bel Sá - SP).

Isso porque a resolução que institucionalizou a Secretaria concede somente direito à voz no Diretório Nacional. Os ativistas não possuem votos em colegiados dirigentes e lançam mão de um tipo de repertório que ficou bastante conhecido na literatura participacionista brasileira como “política de proximidade” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), caracterizada como espécie de *advocacy* sobre atores que detêm o poder real de decisão.

A gente pode não ter voto, mas a gente conversa com um, com outro. E aí a gente coloca alguém para apresentar, entendeu? Coloca alguém para apresentar essa demanda nossa e, geralmente, acaba dando certo (Bel Sá - SP).

Esse dado demonstra as fragilidades da participação política de LGBTI+ no PT, pois sabemos que quanto menos apoiado em regras e normas mais espaço há para relações de troca do tipo clientelista, aumentando o poder de quem controla os recursos na organização (ARAÚJO, 2005). Participação real implica em partilha do poder decisório e de recursos. Fora disso há participação leal em apoio às figuras que controlam a organização. Considerando que a luta pela diversidade sexual e de gênero é bastante contenciosa na sociedade brasileira, a baixa presença de regras que regulem a dinâmica dos jogos de poder pode representar um risco a essa agenda no partido, pois dependerá do grau de sensibilidade de quem dirige a organização.

Nesse momento, os ativistas contam com uma importante aliada na presidência, Gleisi Hoffmann, e no futuro? Ao tratar da participação de mulheres em partidos, Rezende (2019) reflete que “as lacunas e silêncios [de regras formais] podem abrir margem para a emergência de normas informais” (REZENDE, 2019, p. 200), terreno onde claramente as minorias perdem. No processo de institucionalização, é preciso assegurar mecanismos que garantam a presença de LGBTI+ e outros segmentos sociais nas grandes decisões do partido como já apontaram diversas intelectuais feministas (ARAÚJO, 2005; REZENDE, 2019; REZENDE; SARMENTO; TAVARES, 2020).

Outro fator que dificulta a participação direta de LGBTI+ em processos decisórios no PT é a dinâmica de competição das tendências, correntes ou forças políticas - todas sinônimas para agrupamentos que disputam teses, recursos e a própria condução do partido - estabelecendo uma espécie de representação política no Diretório Nacional proporcional à quantidade de votos que cada agrupamento recebeu de delegados em congressos eleitorais do partido, o famoso PED (Processo de Eleições Diretas) (Julian Rodrigues - SP; Janaína Oliveira - DF; Marcelo Nascimento - AL; Carla Ayres - SC; Marcos Freire - SP).

O PED foi aprovado no 2º Congresso Nacional do PT em 1999 e incluído no estatuto do partido em 2001, e alterou significativamente o processo de deliberação que ocorria nos Núcleos de Base (AMARAL, 2013b; RIBEIRO, 2013). Ao estabelecer essa dinâmica representativa, normalmente quem ocupa os lugares da direção e participa das decisões são as lideranças do partido que tendem a ser mais masculinas, ricas, brancas, heterossexuais e cisgêneras.

A própria formação histórica do PT se dá através de tendências. Dos grupos internos. Então você precisa ter uma construção política dentro desses grupos internos, as famosas tendências. [...] Então você precisa incidir sobre essas forças políticas de forma a garantir um espaço nas instâncias partidárias, do diretório sobretudo, para a partir daí você, enquanto dirigente, incidir sobre as regras que serão criadas (Marcelo Nascimento - AL).

Vai estar dentro das correntes políticas essa decisão e inserção nos estados. Aí nós sempre temos que, infelizmente, remar contra a maré para conseguir assegurar que a gente não desapareça lá na frente (Janaína Oliveira - DF).

Apesar de o PT ser considerado um partido com maior democracia interna que outros partidos brasileiros, por causa do PED, ele é bastante centralizado na sua estrutura de decisões no cotidiano. Ribeiro (2013) destaca que o PT passou por importantes transformações desde a sua fundação que indicariam um certo afastamento das suas bases sociais e centralização das decisões, quais sejam: “maior autonomia às seções subnacionais, relaxamento dos critérios de

filiação, preponderância dos parlamentares, dependência do Estado, concentração decisória e autonomização da cúpula nacional do partido etc.” (RIBEIRO, 2013, p. 227).

Não é objetivo da pesquisa avaliar o grau de democracia interna no PT no que diz respeito às decisões internas, mas podemos analisar a percepção dos ativistas LGBTI+ do partido em relação a sua capacidade de decidir no interior da organização. A posição majoritária é a de que eles e elas não conseguem tomar parte das grandes decisões do partido, restando a possibilidade de influenciar e convencer os verdadeiros tomadores de decisão.

Essa foi a posição majoritária dos nossos interlocutores da pesquisa que relataram que a Comissão Executiva Nacional e o Diretório Nacional dão a palavra final sobre os rumos do partido (Julian Rodrigues - SP; Janaína Oliveira - DF; Marcelo Nascimento - AL; Carla Ayres - SC; Cláudio Nascimento - RJ; Marcos Freire - SP; Bel Sá - SP; Célio Golin - RS). Tal percepção converge com os estudos de Ribeiro (2013) para quem as Comissões Executivas seriam as instâncias que efetivamente tomam as decisões no PT, mas, para o autor, até mesmo o DN perde poder, transformando-se em órgão ratificador.

Segundo um importante ativista LGBTI+ carioca,

Não chegamos a um nível de um grau de advocacy e de incidência política dentro do partido onde, de alguma forma, a gente influencia no comando das estratégias e das políticas que o partido toma. Nós ainda somos periferia. Não estamos ainda no núcleo do poder ou nos jogos de poder que a gente possa influenciar de forma estratégica (Cláudio Nascimento - RJ).

Esse relato de Cláudio Nascimento, importante liderança carioca, precisa ser matizado e expressa uma certa ambiguidade que caracteriza a participação política de LGBTI+ no PT: o desenho institucional e a estrutura organizacional da agremiação possibilitaram a construção de encaixes institucionais significativos, principalmente a Secretaria e o estatuto. Contudo, tal institucionalização, ocorrida mediante a interação com o movimento social, não implicou necessariamente no controle de recursos nas zonas de incerteza por parte dos militantes. Portanto, esse dado evidencia que encaixes institucionais representam possibilidades de impacto da ação coletiva na organização, sem garantias de efetividade¹⁴⁶.

Nesse sentido, a militância LGBTI+ do PT tem um duplo desafio para participar da tomada de decisões no partido: primeiro, ascender nas correntes que normalmente são controladas por grandes figuras, como parlamentares ou prefeitos e governadores. Segundo, uma vez eleita a direção, conseguir convencer a coalizão dominante ou parte dela a apoiar suas

¹⁴⁶ Agradecemos a Carlos Machado por esse alerta sobre os encaixes institucionais.

demandas coletivas. Assim, concluímos que o grau de incidência desses ativistas na estrutura decisória da organização é mediano, uma vez que atuam como atores que buscam influenciar e convencer.

Nesse processo de convencimento e influência, os ativistas conquistaram importantes espaços no partido, que por sua vez podem auxiliar na organização política dos atores na disputa presente e futura pelo controle e distribuição de recursos e poder.

5.3.3 Financiamento

Na zona de incerteza financiamento, analisamos se o PT patrocina candidaturas de LGBTI+ e atividades da militância. Um indicador válido para medir se um dado partido apoia, de fato, a representação política de LGBTI+ é se ele investe nessas candidaturas, pois somente uma estrutura razoável de campanha eleitoral pode assegurar chances reais de um candidato ser eleito. E como diz um dos entrevistados, “a disputa do fundo partidário é cruel, violenta, é uma guerra civil em todos os partidos” (Julian Rodrigues - SP).

Identificamos que nas eleições de 2018 foi assegurado um montante no valor de um milhão e meio para a Secretaria LGBT distribuir entre candidaturas proporcionais do país, uma vez que candidaturas majoritárias são definidas pelos dirigentes centrais do partido (Janaína Oliveira - DF).

Já nas eleições municipais de 2020 ficou estabelecido em resolução 5% do Fundo Eleitoral destinado para segmentos da sociedade considerados vulneráveis, como mulheres, negros, juventude e LGBTI+. Além desses, também foram incluídas nessa cota candidaturas vinculadas às Secretarias e Setoriais de Cultura, Meio Ambiente, Agrário e Sindical, embora a prioridade fosse para negros, jovens e LGBTI+ (Julian Rodrigues - SP; Janaína Oliveira - DF; Symmy Larrat - PA; Marcos Freire - SP; Bel Sá - SP).

Essa resolução ilustra simultaneamente (i) certo grau de institucionalidade já que foi uma regra do partido, (ii) disputas entre diferentes setores e (iii) um misto de celebração e de insatisfações por parte dos ativistas. As disputas e oposições ficaram evidenciadas nos seguintes depoimentos:

Na semana passada teve um debate aqui da região sudeste. Um deputado federal de São Paulo falou que foi dinheiro mal gasto. Esse negócio de dar dinheiro para mulher, negro, jovem, LGBT, que não tem voto nenhum e tal. Então, também não é pacificado. Nada são flores (Janaína Oliveira - DF).

Gerou uma ciuemeira em “capas” do partido que tinham suas candidaturas. Se o cara já era deputado estadual e federal, ele tem sua candidatura que ele quer trazer para a vereança. E nós tínhamos candidatos que, para você ver, por ser mulher, por ser lésbica e tinha outro percentual que vinha da estadual, acabou que aquela candidatura tinha mais grana do que um candidato que era parlamentar, digamos, do sindicato. E isso gerou uma ciuemeira! “Como que vai?”. Mas é uma regra que estava dentro do partido, agora se vai mudar ou não, nós vamos brigar para que não mude (Marcos Freire - SP).

O argumento de que o investimento em candidaturas LGBTI+ e outras minorias foi “dinheiro mal gasto” é nitidamente uma maneira disfarçada de se opor à inclusão política desses sujeitos. Já a celebração ou o reconhecimento da relevância desse recurso aparece em falas como a de Symmy Larrat:

Se a gente não tivesse recurso do fundo LGBT certas candidaturas não teriam recebido nenhum recurso. Inclusive, essas que foram eleitas no interior (Symmy Larrat - PA).

As insatisfações dos ativistas emergiram com maior recorrência por causa do compartilhamento dos recursos financeiros com outras Secretarias/segmentos e por causa do valor do repasse, considerado baixo.

Foi Secretaria de Movimentos Sociais, vários temas. Não foi só para LGBT. Foi de combate ao racismo, foi de juventude, acho que teve outra que não lembro agora. Então não temos isso destinado, uma cota financeira. Sempre que precisa de alguma coisa tem que ser uma demanda feita. (Carla Ayres - SC).

Ainda é muito defasada. Ainda é muito defasada! Se você pegar a história que a gente conseguiu uma resolução de ter 5% do fundo eleitoral para as Secretarias. E aí tem a questão, por exemplo, a Secretaria de Combate ao Racismo é muito maior do que a Secretaria LGBT. Juventude é muito maior (Bel Sá - SP).

E aí, num primeiro momento, se prometeu várias coisas e depois não se cumpriu. Se cumpriu 10% do que foi prometido. Então algumas pessoas ficaram um pouco magoadas nas eleições de 2020, pelo menos aqui no Rio de Janeiro. Pelo que foi prometido e foi pouco cumprido. Depois eu ainda tive que ficar mediando com essas pessoas para que elas não... Para que esse grau de insatisfação não gerasse, inclusive, um rompimento com o partido (Cláudio Nascimento - RJ).

Além desses aspectos, a partir das entrevistas, entendemos que o partido define alguns critérios e orientações para o recebimento de recursos do Fundo Eleitoral, notadamente: que tenham viabilidade eleitoral (Bel Sá - SP), se é candidato à reeleição (Marcelo Nascimento - AL) e se têm participação orgânica no cotidiano e nas instâncias partidárias (Marcelo Nascimento - AL).

O problema desses três critérios é que todos exigem, em maior ou menor medida, que os agentes já tenham alguma estrutura de recursos prévia que os tornem viáveis eleitoralmente,

candidatos já eleitos ou mesmo com tempo livre para participar organicamente das atividades partidárias, favorecendo atores privilegiados ou estabelecidos e prejudicando sujeitos marginalizados que precisariam de apoio e incentivos da organização. Além das questões materiais, a hostilidade social contra a população LGBTI+ dificulta que o segmento se torne “viável eleitoralmente” como julgam os dirigentes partidários em seus cálculos eleitorais ou “candidaturas competitivas” como discutiram Campos e Machado para a população negra (2020).

Em relação ao financiamento de atividades e eventos, nossos resultados indicam que não há um orçamento ou fundo reservado para a Secretaria Nacional LGBT gerenciar, resultando em baixa autonomia financeira para o desenvolvimento dos trabalhos da instância (Leo Mendes - GO; Carla Ayres - SC). Segundo Janaína Oliveira, houve um plano da Secretaria de Finanças para reservar cotas de passagem para a coordenadora utilizar em viagens e traslados no âmbito do trabalho partidário, mas esse plano foi frustrado pela pandemia de coronavírus e pela adoção de plataformas virtuais para encontros e reuniões (Janaína Oliveira - DF).

Assim, os projetos da Secretaria Nacional LGBT são financiados por instâncias parceiras. Por exemplo, existe um recurso da Fundação Perseu Abramo destinado para publicações e projetos ligados à memória do partido que a Secretaria pretende desenvolver (Janaína Oliveira - DF; Carla Ayres - SC). O Presidente do Diretório Municipal do partido em Maceió e ex-presidente da ABGLT nos dá uma ótima explicação sobre a administração dos recursos do fundo partidário no PT:

A direção nacional do PT seleciona uma parte do fundo partidário que é destinado para a Fundação Perseu Abramo ou para a Escola Nacional de Formação e para a manutenção das atividades nacionais da direção. E a outra parte é transferida para diretórios estaduais, 26 Diretórios Estaduais. Então não tem muito recurso para garantir ações sistemáticas por parte desses setoriais nacionais. Então cada setorial nacional apresenta seu plano mínimo de ação e, de acordo com a disponibilidade financeira, é viabilizada algumas ações a partir da negociação com a Secretaria Nacional de Finanças e a presidência nacional do PT (Marcelo Nascimento - AL).

O patrocínio desses projetos está mais concentrado no Diretório Nacional do que nos níveis subnacionais, gerando insatisfações de ativistas em âmbito local, elemento esse já observado por Ribeiro (2013).

[...] No nível estadual ainda é muito tímido. E no nível municipal mais ainda! No nível municipal e estadual é mais uma questão de convencimento e de apoio de parlamentares, do que mesmo da estrutura partidária (Cláudio Nascimento - RJ).

Já na experiência paulistana, Marcos Freire e Bel Sá relataram que o partido apoiou financeiramente a realização dos Encontros Nacionais que ocorriam durante a Parada do Orgulho de São Paulo com passagens, hospedagens, alimentação (para um número limitado de participantes), materiais para utilizar durante a Parada ou em traslados de membros do interior do estado para a capital. Em síntese, tratam-se de patrocínios pontuais e fragmentados, sem reservas ou regras instituídas que permitam uma maior organização política do Movimento LGBTI+ do partido.

Essa talvez seja a zona de incerteza mais difícil para o Movimento LGBTI+ disputar no partido, pois competem interesses de diferentes agentes, tanto no campo eleitoral, quanto em âmbito organizativo. O financiamento eleitoral de candidatos/as pertencentes a minorias políticas talvez seja a principal medida que possa resultar em inclusão política e justiça social.

No PT vimos que a institucionalização dessa área ainda é frágil e sujeita a retrocessos caso não se solidifique em um encaixe que assegure incentivos eleitorais permanentes. No momento, o partido conta apenas com uma resolução que reserva 5% do Fundo Eleitoral para diversas Secretarias temáticas e que encontra resistências e oposições abertas de alguns atores do partido.

5.3.4 Recrutamento

No campo do recrutamento focamos na dinâmica que estabelece as candidaturas a fim de assegurar representação política formal a atores LGBTI+. É sabido que essa população é sub-representada no Poder Legislativo em todos os níveis federativos e encontra inúmeras barreiras para o desenvolvimento de carreiras políticas (FEITOSA, 2017c). Esse cenário por si só deveria provocar os partidos a adotarem iniciativas de inclusão política do segmento e estímulo à participação na política eleitoral.

A gente paga imposto, a gente é artista, a gente é mecânico. A gente está em todos os lugares, mas a gente não está no parlamento (Leo Mendes - GO).

Considerando que o PT é um dos partidos com maior número de candidaturas de LGBTI+ entre os partidos brasileiros (BARBABELA, 2022; SANTOS, G., 2016b), questionamos aos entrevistados como tem se dado o recrutamento de candidatos/as não cis-heterossexuais no partido. Concluímos que não existe um *modus operandi* rigidamente institucionalizado para essa definição, mas estratégias pontuais e fragmentadas. Identificamos alguns padrões recorrentes de recrutamento:

- Os diretórios estaduais têm autonomia para definirem suas candidaturas (Julian Rodrigues - SP; Janaína Oliveira - DF; Carla Ayres - SC);
- Ativistas participam simultaneamente do partido e do movimento e lançam candidaturas a partir do engajamento no movimento social (Leo Mendes - GO; Carla Ayres - SC; Célio Golin - RS);
- Secretarias Estaduais LGBT mapeiam potenciais candidaturas locais e fazem convites, às vezes com a participação de dirigentes estaduais nessas conversas (Marcelo Nascimento - AL; Cláudio Nascimento - RJ; Marcos Freire - SP).
- Os dirigentes priorizam ativistas com histórico de participação orgânica no partido (Janaína Oliveira - DF).
- Pessoas procuram livremente o partido por interesse pessoal ou se inscrevem pelo site do PT para se credenciar candidatas (Bel Sá - SP; Célio Golin - RS).
- As correntes ou tendências do PT protagonizam o recrutamento de candidaturas visando seu próprio fortalecimento em face da estrutura de competição no partido (Célio Golin - RS).

Apesar desses diferentes padrões mapeados, o principal modelo de recrutamento de candidaturas no PT parece ser efetuado por dirigentes dos diretórios estaduais. Os resultados convergem com as análises de Ribeiro (2013) sobre a estrutura decisória do PT. Segundo o pesquisador, a seleção de candidatos no partido é caracterizada como “média descentralização: os estados são a arena principal e a cúpula nacional já não interfere tanto” (RIBEIRO, 2013, p. 255).

Conforme a tipologia elaborada por Norris (2013), o recrutamento de candidaturas no PT tende a ser concentrado (a elite exerce maior controle), informal (não há regras bem definidas) e localizado (as escolhas são tomadas em nível local com possibilidade de intervenções nacionais). Embora o PT seja um dos partidos que mais lançam candidaturas do segmento em comparação com outras agremiações (BARBABELA, 2022; SANTOS, G., 2016b), o modelo vigente, pouco assentado em regras, prejudica minorias como mulheres e LGBTI+.

5.4 Barreiras

Várias barreiras foram e continuam sendo enfrentadas para assegurar a participação política e o fortalecimento da luta pelos direitos de LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores: as dificuldades para arquitetar encaixes, os desafios para construir estruturas organizativas com grau de hierarquia política maior e as disputas envolvendo diferentes recursos em zonas de incerteza essenciais.

Foi proeminente a percepção de que o conservadorismo social, reproduzido em âmbito organizativo, é o principal fator impeditivo à construção de uma agenda de direitos humanos da população LGBTI+ no PT. Diversos interlocutores mencionaram direta ou indiretamente os regimes morais cis-heteronormativos como barreiras centrais ao segmento na organização, sendo essa a posição majoritária das entrevistas e corroborando os relatos de Green (2018b) e análises de Ben e Insausti (2017).

Os termos utilizados foram: conservadorismo, base católica, base evangélica, preconceitos e ausência de maiores formações sobre o tema para o conjunto do partido. Esse resultado chama atenção já que se trata de um partido criado com a finalidade de superar as clivagens sociais no Brasil. Contudo, encontra certas dificuldades para construir uma cultura de luta pela diversidade sexual dentro e fora dele.

Além dos regimes morais conservadores e hostis ao segmento, também foram mencionadas como barreiras: a renovação de quadros, a organização política deficitária do próprio segmento no partido, as bases teóricas classistas e não-interseccionais da esquerda, a falta de recursos para a organização dos ativistas, o modo como o partido está estruturado e a baixa eleição de LGBTI+ no parlamento, que poderiam fortalecer a luta na agremiação já que parlamentares normalmente têm mais voz nos partidos.

Concluimos também que a análise das disputas internas envolvendo as zonas de incerteza, mostrou-se uma opção teórico-metodológica enriquecedora, pois enquanto as categorias propostas por Gurza Lavallo *et al.* (2019) lançam luz sobre a organização de ativistas em interação com instituições políticas, o modelo teórico desenvolvido por Panebianco (2005) desvela as relações de poder e os desafios encontrados para agir no interior dos partidos políticos em suas principais atividades e rotinas, uma vez que a conquista de encaixes como setoriais não significam *a priori* partilha de poder e recursos.

O capítulo buscou apresentar parte dos resultados da segunda etapa da pesquisa, que teve por objetivo analisar o processo de institucionalização dos valores e interesses do

Movimento LGBTI+ nos partidos políticos a partir dos encaixes institucionais mapeados na primeira etapa. A fim de explorar os dados com maior riqueza de detalhes, optamos aqui por focar exclusivamente na experiência do PT. Como se viu, é um caso peculiar, rico e complexo dado o fato de ser uma agremiação com tradição de interação com movimentos sociais e sindicatos desde seu nascimento na década de 80, no período da redemocratização brasileira, até os dias atuais. Verificamos as condições para a atuação de ativistas LGBTI+ no interior do PT, a conquista de encaixes institucionais, como o estatuto e a Secretaria Nacional, os principais atores aliados com quem eles/as se relacionaram para fortalecer a luta pela diversidade sexual e de gênero, as estratégias e rotinas de ação utilizadas nas mobilizações partidárias, a disputa por recursos em atividades vitais do partido e os principais fatores que dificultam a participação política de LGBTI+ na agremiação. Nos próximos capítulos, analisaremos a experiência do PSOL e do PSDB de modo a permitir elementos comparativos entre os casos e responder o problema de pesquisa nas considerações finais.

6 A INSTITUCIONALIZAÇÃO LGBTI+ NO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)

O presente capítulo visa a dar sequência às análises empíricas empreendidas sobre os partidos selecionados, dessa vez focando no caso do PSOL. Recuperando o levantamento apresentado na primeira etapa (capítulo 4), o PSOL é o partido com menor grau de formalidade entre os casos analisados. No entanto, isso não significa *a priori* que a temática LGBTI+ não seja mobilizada no interior da agremiação. Ao contrário, ela aparece com relativa presença, especialmente nos processos eleitorais com uma expressiva presença de candidaturas LGBTI+ lançadas pelo partido. O levantamento das ações e encaixes institucionais nos diz mais sobre o funcionamento e a organização do PSOL do que necessariamente do seu compromisso com os direitos LGBTI+.

Recuperando os resultados do levantamento, verificamos que a afirmação da diversidade sexual e de gênero está presente no estatuto e no programa do partido, embora com uma redação obsoleta (utiliza o termo “homossexual” para se referir ao Movimento LGBTI+), está presente também nos planos de governo para a Presidência da República em todo o período analisado (2007-2022), nas notas públicas e resoluções, nas candidaturas engajadas e apoiadas financeiramente pela agremiação com incentivos para candidatos/as LGBTI+.

Entretanto, não identificamos materiais educativos elaborados pelo partido, sites e redes sociais com abas ou perfis direcionados ao tema, tampouco cotas para a direção ou para candidaturas, remuneração de coordenadores do setorial, patrocínios regulares para realização de atividades e eventos ou processos disciplinares contra membros com histórico de discriminação LGBTI+. Por fim, a presença de Setorial Nacional LGBTI+ na organização partidária teve um resultado ambíguo e impreciso, com parte dos interlocutores informando que ele existe e outros entrevistados reclamando da sua inexistência, informalidade e ineficiência. Aprofundaremos esse ponto mais adiante.

Diante desse quadro possibilitado pelo levantamento inicial, buscamos aprofundar aqui o processo de institucionalização LGBTI+, pondo em relevo a trajetória da interação entre movimentos e o partido e os momentos-chave que impactaram a organização dos atores e a tematização pelo partido. Após isso, analisamos em que medida essa institucionalização possibilitou determinados ganhos e conquistas de recursos e espaços no partido, sem desconsiderar as disputas, entraves e contradições típicas de uma causa contenciosa em uma arena de conflitos como são os partidos.

Aqui buscamos mostrar o que é o PSOL e quais fatores contribuíram para a formação dos principais encaixes institucionais apresentados no capítulo 4, verificando a eficácia deles e se existem realmente. Analisamos, ainda, fatores que dificultam a organização política de LGBTI+ e a ação coletiva no interior do partido, tais como a disputa entre correntes políticas, a baixa organização formal da agremiação, a centralização decisória e as disputas internas do Movimento LGBTI+ que refletem em âmbito partidário.

Por fim, analisamos o alcance da institucionalização ao olhar a existência ou não de encaixes institucionais operados em zonas de incerteza cruciais para o funcionamento da organização, comumente objetos de disputa por diferentes grupos e redes do partido. Em face das limitações das entrevistas e dos documentos partidários, não conseguimos ver detalhadamente qual foi o papel do movimento social em cada momento do processo de institucionalização e como ele agiu para arquitetar os encaixes institucionais mapeados. Entretanto, avançamos sobre a interpretação que os sujeitos fazem sobre essa institucionalização, de modo a refletir sobre os avanços e limites da participação partidária de LGBTI+ no país.

6.1 Processo e Fatores

6.1.1 Os dissidentes e a fundação

Segundo nossos interlocutores, o PSOL desde a sua fundação já nasceu comprometido com diversas bandeiras de luta, incluindo as do Movimento LGBTI+. É importante, então, recuperar esse processo de fundação do PSOL em meados de 2004, na metade do primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006). Em virtude da ausência da história do partido em seu site oficial¹⁴⁷, recorreremos ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) que condensa dados e informações sobre a política brasileira¹⁴⁸.

O PSOL foi fundado em 6 de junho de 2004 pela Senadora Heloísa Helena e outros dissidentes do PT no parlamento. Seu estatuto e programa partidário foram publicados no Diário Oficial da União em 18 de junho de 2004, obtendo registro definitivo pelo TSE em

¹⁴⁷ Essa ausência pode ser verificada em: <https://psol50.org.br/partido/historia/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴⁸ Informações sobre o PSOL podem ser encontrados através do link: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialismo-e-liberdade-psol>. Acesso em: 13 jul. 2022.

setembro de 2005. As divergências entre o grupo fundador do PSOL e a direção do PT aconteceram antes mesmo da primeira eleição de Lula para o Governo Federal. A então Senadora pelo PT de Alagoas, Heloísa Helena, foi contrária a indicação do empresário José de Alencar (PL-MG) para a vice-presidência de Lula nas eleições de 2002. Heloísa Helena ainda seria contrária à nomeação de Henrique Meireles para o Banco Central e de José Sarney para a Presidência do Senado Federal, em 2003 (CPDOC-FGV, 2009b).

Em novembro de 2003, Heloísa Helena votou contra a Reforma da Previdência (PEC 67/2003) e foi acusada de em um único ano votar contra 19 propostas legislativas apoiadas pelo Governo Lula. A senadora alagoana não estava só nas insatisfações com o Governo Lula. Os deputados federais João Batista Araújo, do Pará (conhecido como Babá), João Fontes, de Sergipe e Luciana Genro, do Rio Grande do Sul, também entraram em rota de colisão com a direção e o governo petistas. Eles criticaram a política econômica do governo e o então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, se opuseram à privatização de bancos estaduais, criticaram o programa Fome Zero, foram contra a concessão de autonomia ao Banco Central e a proposta de Reforma da Previdência (CPDOC-FGV, 2009b).

Esse conjunto de conflitos dentro do PT fez com que em dezembro de 2003 o Diretório Nacional aprovasse por 55 votos a favor e 27 contra a expulsão de Heloísa Helena, Babá, João Fontes e Luciana Genro dos quadros do partido sob a justificativa de que o grupo feriu o código de conduta do PT ao agirem contra orientações partidárias. O grupo expulso recebeu apoio de diversos intelectuais socialistas. Diante da expulsão, os atores se organizaram para realizar o encontro de fundação do PSOL entre 5 e 6 de junho de 2004 em Brasília, aprovando o estatuto e o programa do novo partido (CPDOC-FGV, 2009b). Um típico caso de “sinistrismo”¹⁴⁹ (DUVERGER, 1980).

¹⁴⁹ Ruptura que origina uma nova agremiação partidária.

Figura 21 - Heloísa Helena, Luciana Genro, João Fontes e Babá, ex-petistas expulsos do partido, em evento de fundação do PSOL em 2004.



Foto: Memorial da Democracia.

Nossos entrevistados confirmaram essa versão documentada pelo CPDOC-FGV sobre a expulsão de lideranças petistas que fundariam o PSOL (Entrevista com Anônimo; Rodrigo Veloso - RJ; Fábio Felix - DF).

Então em 1992 a Convergência Socialista foi expulsa do PT. Uma parte dela ficou, acabou ficando no PT. Uma parte foi expulsa e uma parte ficou no PT. E a parte que ficou no PT é a parte que é a grande mobilizadora da formação do PSOL em 2003. E outra corrente que racha em 2003 é a DS, que é a Democracia Socialista, e uma parte dela vem para a construção do PSOL. E uma parte da Articulação de Esquerda, também vem para a construção do PSOL em 2003. O próprio presidente do PSOL, atual [Juliano Medeiros], veio da Articulação de Esquerda. Então são grupos, digamos, de tradições dentro da esquerda e do progressismo, diferentes, que se organizam nessas correntes. As grandes correntes nacionais do PSOL. E em 2005, um grande grupo nacional do PT, que naquele momento era a Força Socialista, que depois vira APS - Ação Popular Social, também vem para o PSOL. Junto com o Plínio de Arruda Sampaio, Chico Alencar e outras pessoas. E aí são diferentes agrupamentos, mas basicamente de tradições marxistas (Fábio Felix - DF).

A fundação do PSOL, portanto, expressou a heterogeneidade que compõe a chamada esquerda ideológica e seus diversos conflitos e disputas sobre diferentes matérias e questões sociais. O novo partido agregaria militantes dissidentes de outros partidos, como o PSTU, e a partir de 2006 participaria de todas as eleições nacionais, lançando candidaturas à Presidência da República (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2017).

Heloísa Helena concorreu ao pleito de 2006, Plínio de Arruda Sampaio seria o nome do partido na disputa de 2010, Luciana Genro, uma das fundadoras, concorreria em 2014 e Guilherme Boulos, um ativista do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, tentaria chegar ao

Palácio do Planalto em 2018. O presente ano, 2022, inaugura a primeira eleição do PSOL sem candidatura própria ao Governo Federal, em apoio à Lula e ao PT em confronto com Jair Bolsonaro (atualmente no PL).

No começo dos anos 2000, quando o PSOL nasce, o PT já havia considerável acúmulo sobre o tema LGBTI+ em seu interior. Naquele momento, o PT já contava com um Núcleo de Gays e Lésbicas vinculado ao Diretório Municipal de São Paulo desde 1992 (GREEN, 2022; SIMÕES; FACCHINI, 2009), já havia realizado a 1ª Plenária Nacional de Gays e Lésbicas do partido no ano de 2001, mesmo ano, inclusive, em que o termo “orientação sexual” é inserido no estatuto do partido, e estava construindo seu Setorial Nacional LGBT vinculado à Secretaria de Movimentos Populares em meados de 2002 e 2003. Logo, quando o PSOL nasce em 2004, fruto de uma dissidência petista, ele herda parte dessas temáticas e agendas que já estavam em ebulição no PT.

Da perspectiva do movimento social, o Movimento LGBTI+ vinha crescendo em termos de visibilidade nacional com as Paradas do Orgulho iniciadas em 1995 no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1997.

[Na primeira Parada do Orgulho de São Paulo em 1997] Tanto os organizadores da passeata quanto a polícia estimaram que 2 mil pessoas participaram do evento. No ano seguinte, com o tema “Direitos de Gays, Lésbicas e Travestis São Direitos Humanos”, foram 8 mil participantes, segundo as estimativas oficiais e dos organizadores. Em anos posteriores, a parada de São Paulo ultrapassou a do Rio, crescendo exponencialmente de 8 mil para 35 mil e depois para 120 mil participantes, chegando a uma estimativa de 250 mil pessoas no início do novo século (GREEN, 2022, p. 519 e 520).

As articulações históricas entre a esquerda e as lutas LGBTI+ (CRUZ, R., 2017; GREEN, 2018a; MACRAE, 2018b) e a herança dos acúmulos do PT somados ao contexto de mobilização e visibilidade do Movimento LGBTI+ por meio das Paradas do Orgulho no final da década de 90 e começo da década 2000 (FACCHINI, 2005; GREEN, 2022; SIMÕES, FACCHINI, 2009) são fatores que fizeram do PSOL um partido que já nasceu “aberto” à institucionalização da afirmação da diversidade sexual e de gênero, diferentemente da fundação do PT no começo da década de 80 e suas inúmeras resistências à questão (TREVISAN, 2018) (Leandro Recife - PE; Sara Azevedo - MG).

Então é todo um processo de construção ampla. Em que o debate LGBT ele vem juntamente com o debate da construção do partido. Porque é justamente um período em que também a pauta LGBT toma outra proporção no país. Ainda que a pauta e a luta LGBT sempre foi uma pauta do campo das esquerdas, como um todo, ela toma uma proporção maior, de vanguarda, de movimento mais amplo, a partir das Paradas LGBTs. E o PSOL nasce também no período em que as Paradas também estão num

processo de acúmulo maior. Então, nisso, se a gente for pegar em termos etários, em tempos, nós estamos falando de 2003 para 2005, mais ou menos, quando as Paradas também tiveram um outro salto. [...] O PSOL surge também com essa bandeira. Então você vai ver que no programa já tem, no programa institucional do partido, ele já nasce com essa defesa contra as opressões (Sara Azevedo - MG).

Nessa direção, embora o PSOL seja um partido de origem parlamentar, fruto de uma dissidência no campo petista, não é possível traçar uma rígida separação entre partido e movimento, pois seus fundadores vinham de correntes políticas de esquerda bastante engajadas com atores e agendas de movimentos sociais, indicando proximidade entre eles. Tanto que a ruptura se deu pelas decisões governamentais e partidárias petistas opostas aos interesses da esquerda e de movimentos. Assim, a abertura para a pauta LGBTI+ na fundação do PSOL possibilitou que o tema fosse incluído nos documentos fundadores do partido, como veremos a seguir. Há no DNA do PSOL forte sintonia com as lutas de movimentos sociais.

6.1.2 Um estatuto “obsoleto”

Como vimos, o PSOL já nasce aberto ao Movimento LGBTI+, porém, há uma tensão no partido entre presença dos valores da militância LGBTI+ e baixa formalidade nos seus encaixes institucionais. Essa tensão parece ser resultante das prioridades programáticas do partido naquele momento inicial, voltadas para a agenda econômica e o fortalecimento dos serviços públicos que visam a garantir direitos da classe trabalhadora, como a previdência social. A questão da diversidade sexual e de gênero era secundária no conjunto da esquerda e também no PSOL da fundação.

Na primeira etapa da pesquisa, verificamos que o PSOL é o partido que mais menciona questões de sexualidade no estatuto entre os casos analisados. Entretanto, naquela etapa, não analisamos as diferentes versões estatutárias, quando os conteúdos de interesse foram instituídos e nem o processo que inseriu o tema no documento. É o que pretendemos fazer aqui.

De acordo com o TSE, o PSOL possui três versões distintas do seu estatuto. Uma do ano de 2004, quando da fundação do partido, outra em 2010, no final do Governo Lula, e a mais recente do ano de 2017, pós-Golpe de 2016. Já na primeira versão de 2004, no artigo 6º, o documento declara objetivos vinculados à questão sexual, que expressa uma certa ambiguidade, pois pode se referir também à luta das mulheres, já que não há menção a gênero.

Art. 6º - O Partido SOCIALISMO E LIBERDADE desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos

produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário (PSOL, 2004, p. 2, grifo nosso).

Do ponto de vista organizacional, o partido define os órgãos que o compõem no artigo 30. A relação com os movimentos sociais é atribuída aos Núcleos de Base “organizados por cidades, empresas, bairros, locais de estudo, trabalho, movimentos sociais, gênero, raça, e todos aqueles reconhecidos como tal pelo Partido” (PSOL, 2004, p. 5). A existência de setoriais temáticos, entre eles o LGBTI+, é prevista no artigo 61 quando afirma que “a partir dos Núcleos de Base, em discussão com o Diretório Municipal, organizar-se-ão as setoriais do Partido, tais como a da mulher, do movimento negro, dos homossexuais, dos indígenas, dos estudantes, do movimento sindical, e todos aqueles que possam ser incluídos pelo Partido” (PSOL, 2004, p. 10).

A herança do PT na construção do primeiro estatuto do PSOL pode ser notada a partir dos depoimentos dos interlocutores que destacaram o papel que algumas correntes petistas desempenharam na inserção da temática no documento de fundação (Entrevista com Talita Victor - DF; Gustavo Belisário - DF). Nesse sentido, os ex-petistas expulsos do partido, e depois fundadores do PSOL, tiveram papel relevante na elaboração do texto. Um dos interlocutores que participou dessa construção naquele momento em 2004 nos relatou com detalhes o processo de confecção do primeiro estatuto e programa do partido e os atores diretamente envolvidos na sua construção: Luciana Genro, Pestana Silvia, Heloísa Helena, Babá, Júnia, Roberto Robaina, André Ferrari, João Machado, entre outros. Entendemos que foi uma construção coletiva com participação de mais ou menos 100 pessoas diretamente envolvidas, marcada por diversas negociações para se chegar à versão final (Leandro Recife - PE).

Na verdade, era uma comissão, não tinha uma pessoa específica, mas uma comissão. Estava a Luciana Genro, tinham alguns intelectuais, tinha uma companheira que hoje não está mais no Brasil chamada Pestana - era conhecida como Pestana Silvia, era uma argentina -, Heloísa Helena, Babá. Tinham alguns intelectuais. Tinha a Júnia, que é sindicalista lá em São Paulo. Então era um conjunto de quadros políticos, como nós classificamos, que foram escrevendo. [...] Tem várias contribuições, são várias pessoas. Eu diria que tinha aí envolvido, por baixo, umas 100 pessoas diretamente envolvidas na construção desse programa (Leandro Recife - PE).

Apesar da abertura ao Movimento LGBTI+ e grande proximidade com ativistas e organizações, o PSOL da fundação estava centralmente preocupado com assuntos de natureza econômica e com a luta contra o projeto político neoliberal que vinha se fortalecendo no Brasil após os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (DAGNINO; OLVERA;

PANFICHI, 2006), razão pela qual as lutas em torno da diversidade sexual e de gênero ocupavam lugar secundário no campo da esquerda, no PSOL e em seu documento fundador (Fábio Felix - DF).

Então essa era uma pauta que estava dada, mas ela tinha um peso absolutamente diferente no conjunto da esquerda naquele momento. E o estatuto do PSOL é muito obsoleto. Ele reflete muito as referências de 2004, 2003 e 2004, as grandes pautas. A gente sai da década de 90 e a grande prioridade da esquerda é derrotar, enfrentar o neoliberalismo, especialmente, órgãos multilaterais como o FMI, o Banco Mundial como referências de imposição de uma dominação econômica na América Latina (Fábio Felix - DF).

Embora “datado”, o primeiro estatuto foi importante para sinalizar o compromisso do partido com as lutas da diversidade sexual e de gênero. Segundo interlocutores, a presença do tema no estatuto de fundação não representou uma estratégia de ativistas organizados em torno da pauta, mas um compromisso programático do partido desde a origem (Leandro Recife - PE).

A segunda versão do estatuto de 2010 traria novidades importantes, especialmente do ponto de vista organizativo. Os objetivos programáticos LGBTI+ do partido se mantiveram os mesmos, modificando apenas a localização no texto: do artigo 6º na versão anterior para o 5º nesta. Núcleos de Base e Setoriais aparecem como órgãos partidários distintos (artigo 30). Essa é a principal mudança do estatuto de 2004 para o de 2010 (PSOL, 2010a, p. 7).

Para a coordenação dos setoriais, foi instituída a Secretaria de Movimentos Sociais (artigo 44), vinculada à Comissão Executiva do Diretório Nacional, com as tarefas de coordenar intervenções organizadas de filiados em movimentos sociais; estimular a sindicalização de filiados e a sua participação em movimentos sindicais, populares e de juventude; fomentar a criação de Núcleos de Base em diferentes movimentos sociais e coordenar a criação e o funcionamento dos setoriais do partido (PSOL, 2010a, p. 13).

Os setoriais (artigos 65 a 70) são descritos como “instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados” e possuem a função de formulação e articulação partidárias. Também é dito que os setoriais realizarão encontros abertos à participação de todos os filiados que atuam no respectivo setor de atividade partidária; que os representantes públicos dos setoriais terão assento com direito à voz nos Diretórios e Comissões Executivas em cada nível federativo; que as deliberações dos encontros setoriais devem ser encaminhados para o Congresso do mesmo nível para apreciação obrigatória, e que os Diretórios Nacionais e Estaduais deverão viabilizar estrutura para realização dos encontros setoriais e para a

participação dos representantes nas reuniões dos diretórios e comissões executivas (PSOL, 2010a, p. 18 e 19).

É contraditório que a versão mais recente do estatuto do PSOL, publicada em 2017, continue trazendo o termo “homossexual” para fazer referência ao setorial LGBTI+ (artigo 64). Além disso, o conteúdo se manteve o mesmo em relação ao texto de 2010 no que tange às questões de diversidade sexual e de gênero, não apresentando novos avanços e atualizações.

Os termos utilizados para aludir à luta pela diversidade sexual e de gênero no documento atual encontram-se obsoletos, uma vez que já existe uma discussão sólida em torno da inclusão de pessoas bissexuais, mulheres lésbicas, travestis e transexuais, entre outras identidades, na sigla que representa essa população (FACCHINI, 2020). Esse fato não passou despercebido entre alguns interlocutores da pesquisa e foi motivo de críticas ao estatuto (Anônimo; Fábio Felix - DF). Além dos termos inadequados para a linguagem corrente e do foco econômico refletido no documento, entre o formal e o real existe um vácuo significativo no PSOL, que será abordado mais à frente ao analisarmos os setoriais LGBTI+.

6.1.3 O fator Jean Wyllys

Não é possível falar em institucionalização LGBTI+ no PSOL sem levar em conta o papel que Jean Wyllys exerceu ao impulsionar a temática no partido quando atuou como Deputado Federal pela legenda. Nascido no município de Alagoinhas/BA no ano de 1974, atuou em movimentos pastorais na juventude. Ingressou no curso de Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal da Bahia entre 1995 e 2000. Em seguida, fez um Mestrado em Letras e Linguística, concluindo em 2003 (CPDOC-FGV, 2009a).

Tornou-se nacionalmente conhecido após participar da quinta edição do Big Brother Brasil em 2005, famoso *reality show* da TV Globo, de onde saiu vencedor pelo voto popular. Foi no programa que Jean tematizou a homofobia ao acusar seus oponentes de perseguição em virtude da sua orientação sexual, gerando grandes debates no país. Recebeu um convite de Heloísa Helena para sair candidato a Deputado Federal nas eleições de 2010, tornando-se vitorioso (CPDOC-FGV, 2009a) (Fábio Felix - DF; Talita Victor - DF).

No caso do Jean ele foi recrutado mesmo, foi uma pessoa convidada a vir para o PSOL. Pela Heloísa Helena, inclusive. Para ser do PSOL e ser candidato a deputado federal, no Rio de Janeiro. Ele foi candidato e foi eleito. Na primeira eleição ele foi eleito na proporcionalidade, teve 12 ou 13 mil votos, né? O Chico foi um estouro muito grande de votos naquela eleição e o Jean foi eleito, foi muito legal que ele tenha sido eleito naquele momento (Fábio Felix - DF).

Chico Alencar, seu correligionário, recebera mais de 240 mil votos naquela eleição para a Câmara dos Deputados “puxando” membros da sua coligação e elegendo Jean, que havia conquistado 13.018 votos. Como congressista, ele integrou inúmeras comissões, recebeu diversos prêmios pela sua atuação parlamentar e foi autor de vários projetos de lei que versavam sobre direitos humanos, diversidade sexual e de gênero e cidadania de minorias¹⁵⁰.

Jean foi reconhecido como o primeiro Deputado Federal gay e representante do Movimento LGBTI+ no Congresso Nacional em contraposição a homossexuais que já haviam passado pela Câmara Federal sem representar reivindicações e demandas dessa população, a exemplo de Clodovil Hernandes, um famoso estilista e apresentador de televisão conhecido pelo seu conservadorismo e polêmicas diversas (PTC-SP). Apesar de Jean não ter uma trajetória pregressa nas redes organizadas do Movimento LGBTI+, sua atuação política o aproximaria da militância e da pauta.

O mandato de Jean projetou o PSOL como um dos partidos mais representativos da causa LGBTI+ no país, vinculando o partido a essa agenda nacionalmente (Anônimo; Rodrigo Veloso - RJ; Gustavo Belisário - DF).

O Jean Wyllys foi o primeiro parlamentar declaradamente LGBT e que defendia a pauta LGBT, e que foi muito importante para a conquista do casamento LGBT no Brasil (Anônimo).

O Jean era essa figura de referência importantíssima no movimento LGBT. Então a participação do mandato, a minha participação era como mandato dele. Era uma participação que dava certa legitimidade. E o mandato dele também representava, institucionalmente, a maioria dessas demandas. Ele era muito aberto, muito suscetível (Rodrigo Veloso - RJ).

Acho que, em especial, o mandato do Jean Wyllys foi bem importante né? Acho que foi um marco federal, nacional, de um mandato de deputado federal de um gay assumido. Acho que, querendo ou não, isso puxou a discussão LGBT forte para dentro do PSOL (Gustavo Belisário - DF).

Embora tivesse sido eleito pelo estado do Rio de Janeiro, seu mandato representou progressistas do país inteiro e se tornou um polo de referência para muitas LGBTI+ que passaram a se filiar ao PSOL e a se reportarem mais a equipe do mandato do que as instâncias partidárias quando a questão era diversidade sexual e de gênero (Talita Victor - DF; Rodrigo Veloso - RJ; Gustavo Belisário - DF).

¹⁵⁰ Informações detalhadas sobre a trajetória parlamentar de Jean Wyllys podem ser obtidas aqui: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jean-wyllys-de-matos-santos>. Acesso em: 15 jul. 2022.

A projeção do mandato do Jean também trouxe expectativas de fora para dentro. Filiou muita gente, trouxe muita gente. E fez com que a candidatura da Luciana [Genro] fosse ainda mais fortemente pautada pela agenda LGBT (Talita Victor - DF).

Ao passo que o mandato de Jean se destacava, tanto em termos de qualidade do trabalho parlamentar quanto na defesa da agenda LGBTI+, o conservadorismo, capitaneado pela bancada católica e em especial evangélica do Congresso Nacional, se fortalecia no cenário político. A ex-presidenta Dilma Rousseff e seu concorrente no segundo turno eleitoral, José Serra (PSDB), já haviam feito acenos conservadores aos evangélicos na campanha eleitoral de 2010; Jair Bolsonaro, então Deputado Federal, se tornara conhecido entre o Movimento LGBTI+ como inimigo ao apelidar o Escola Sem Homofobia do MEC de “kit gay”; a ex-presidenta Dilma já havia dito à imprensa que seu governo não faria “propaganda de opção sexual”.

Esses episódios foram acirrando uma batalha política entre parlamentares evangélicos e o Movimento LGBTI+, culminando na eleição de um pastor e também inimigo da agenda dos direitos LGBTI+, Marco Feliciano, para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal em março 2013¹⁵¹, suscitando inúmeros protestos do Movimento LGBTI+ que se somariam ao caldo difuso de agendas reivindicatórias das Jornadas de Junho de 2013 (SINGER, 2013). Naquela ocasião, Jean Wyllys era o grande representante da causa LGBTI+ no Congresso Nacional, tornando-se alvo de muitos desses representantes do chamado neoconservadorismo (Fábio Felix - DF).

Esses fatores fizeram com que sua atuação parlamentar conquistasse destaque público. Na sua tentativa de reeleição para a Câmara dos Deputados, Jean saltou de 13 mil votos recebidos em 2010 para mais de 140 mil votos recebidos no estado do Rio de Janeiro no ano de 2014¹⁵². Contudo, os anos seguintes seriam marcados por uma profunda crise política na democracia brasileira, impactando todo o campo progressista e o mandato de Jean Wyllys.

O PSDB, derrotado nas eleições nacionais, exigiu uma auditoria na votação das urnas eletrônicas, insuflando os protestos contra a reeleita Dilma Rousseff em 2015; o Congresso Nacional aprovaria um *impeachment* golpista no ano de 2016 (MIGUEL, 2019). Esse episódio ficou marcado na carreira política de Jean Wyllys em virtude do seu voto firme contra o *impeachment* debaixo de vaias que tomavam o plenário da Câmara Federal na fatídica sessão,

¹⁵¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/397509-pastor-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁵² Fonte: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/veja-os-famosos-que-se-deram-bem-nas-eleicoes.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

seguido de um cuspe em Jair Bolsonaro após ofensas homofóbicas proferidas por ele e seu filho, ambos deputados.

Figura 22 - Jean Wyllys na sessão do impeachment. Foto: Jorge William/Agência O Globo.



Fonte: O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/jean-wyllys-admite-que-cuspiu-na-cara-de-bolsonaro-19110700>.

O ano de 2017 foi caracterizado pelas reformas neoliberais de Michel Temer e seu projeto “ponte para o futuro” e 2018 seria lembrado pela morte da correligionária de Jean, a vereadora carioca Marielle Franco, pela prisão do ex-Presidente Lula no âmbito da Operação Lava-Jato e pela vitória eleitoral da extrema-direita representada por Jair Bolsonaro, que naquela altura era um velho conhecido do Movimento LGBTI+ e despontava como símbolo nacional do antipetismo com o magistrado paranaense Sergio Moro.

O cenário de crise do segundo mandato de Jean Wyllys somado ao crescimento da direita e da extrema-direita causariam diversos desgastes, ataques e violências políticas contra ele, fenômeno que passaria a ser cada vez mais presente entre representantes políticos LGBTI+ eleitos a partir de 2020. O fortalecimento do neoconservadorismo no país fez com que Jean Wyllys sofresse ataques tanto na direita quanto na esquerda e no próprio PSOL (Talita Victor - DF; Gustavo Belisário - DF).

Já vi gente no Congresso do PSOL acusar o Jean de ter transformado o PSOL num partido cheio de gay, veado, sapatão e maconheiro (Talita Victor - DF).

A gente elegeu o [Cabo] Daciolo, gente, pelo amor de Deus! Daciolo falou que ia curar o Jean e arrumar uma mulher para ele casar (Talita Victor - DF).

Um dos assessores parlamentares de Jean Wyllys compartilhou conosco um conjunto de episódios e exemplos das dificuldades vivenciadas no interior do PSOL. São relatos ilustrativos dos desafios da participação e da institucionalização da temática LGBTI+ mesmo em partidos considerados representantes da causa da diversidade sexual e de gênero.

Mas eu acho que ele teve dificuldade, durante todo o tempo, de legitimar a construção dele como parte do partido, né? Então a construção dele era lida como identitária, como setorial, como de grupo e a política de correntes era ampla, né? Então a disputa ideológica que eles faziam com o Jean era essa: eles eram o amplo e nós éramos o recorte. Nós éramos o divisionismo e eles eram a unidade da classe trabalhadora. Então, existiu sempre uma dificuldade de a gente legitimar nossa militância como uma parte em pé de igualdade com o restante do partido (Rodrigo Veloso - RJ)

E eu posso citar vários exemplos de como essa relação [com setores do PSOL] foi muito ruim sempre, de como eles sempre foram muito hostis à militância do Jean. O Marcelo Freixo quando foi candidato a prefeito, na última vez, no segundo turno – dessa última vez que ele foi candidato; ele desmente uma série de fake news no site dele. Ele estava sendo muito alvo de fake news. Ai ele decidiu lançar um pacote de desmentidas de fake news, ai tinha lá: “Marcelo Freixo vai apoiar o tráfico de drogas”, “Mentira”. Ai embaixo tinha assim: “Marcelo Freixo vai nomear Jean Wyllys secretário”, “Mentira”. Então era assim, ele desmentia a participação do Jean num eventual secretariado dele num rol de fake news onde estava a ligação dele com tráfico de drogas, com grupos armados. Era nesse nível, entendeu? (Rodrigo Veloso - RJ).

Quando a agenda não era num reduto LGBT o Jean não era convidado, porque eles entendiam que para disputar o centro da cidade, para fazer uma panfletagem no Saara, não podia ter o Jean Wyllys (Rodrigo Veloso - RJ).

Então eles tentavam nos conter numa agenda de panfletagem que era só para a Parada Gay e a agenda quando era do partido, quando era uma apresentação no centro da cidade, uma caminhada na avenida Rio Branco, não podia chamar o Jean. Era melhor que ele não fosse! Então o convite não chegava para a gente né? E a gente entendia que era uma estratégia deles. Eles não imaginavam a gente para esse espaço, eles não nos imaginam para a disputa da maioria, do imaginário. O Jean foi vaiado nos comícios do PSOL, na última campanha, em todos! Foram três comícios principais.

A gente percebe, nitidamente, que em alguns casos, principalmente nos cargos majoritários, os políticos, deliberadamente, se afastam da pauta [LGBTI+] de forma estratégica para buscar o voto conservador. Isso foi muito nítido a partir da minha experiência com o mandato do Jean. O Marcelo Freixo praticamente se recusava a fazer agendas com ele quando estava candidato a prefeito. Numa estratégia de não melindrar o eleitorado de centro. Fora isso não cumpriam agendas, a gente chamou ele para fazer agendas de campanha LGBT e ele não ia. Ou, se ia, não dava a mesma divulgação e registro. Então existe um problema de falta de engajamento público dentro do partido, principalmente das figuras que disputam os cargos majoritários (Rodrigo Veloso - RJ).

Os relatos de Rodrigo Veloso nos remetem às reflexões de Kitschelt (2006) sobre a tensão existente em partidos-movimento entre a defesa de causas de movimentos sociais e a necessidade de atrair votos de amplas parcelas da população. Para aquele autor, “os partidos-movimento são instáveis porque uma variedade de incentivos impele os políticos e seus

constituintes a aceitar estruturas organizacionais e apelos estratégicos inconsistentes com os dos partidos-movimento” (KITSCHOLT, 2006, p. 288, tradução livre¹⁵³). Acreditamos que o PSOL expresse características de partido-movimento por causa dos seus fortes vínculos organizacionais com movimentos sociais (DELLA PORTA *et al*, 2017).

Jean Wyllys teve um papel fundamental de vincular a “face pública” (KATZ; MAIR, 1993) do PSOL à causa da diversidade sexual e de gênero, mas como essa causa sofre os efeitos de uma LGBTIfobia estrutural no Brasil, em dados momentos, o partido (ou suas lideranças centrais ao menos) estrategicamente buscou se afastar da sua imagem em campanhas eleitorais, considerando que identidades e estratégias de partidos políticos podem sofrer realinhamentos em relação às identidades e estratégias dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2016; 2021).

Todos esses desgastes à esquerda e à direita acrescidos do cenário de crise política no país e do neoconservadorismo resultaram em uma terceira vitória eleitoral minguada a Jean: com apenas 24 mil votos recebidos (120 mil a menos em relação ao pleito de 2014), o jornalista foi novamente beneficiado pela grande votação de outro correligionário, Marcelo Freixo, que conquistou mais de 340 mil votos em 2018. No entanto, o assassinato de Marielle Franco, a vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, seu principal detrator na Câmara dos Deputados, além das inúmeras ameaças de morte dirigidas contra ele e sua família, o fizeram renunciar ao mandato parlamentar¹⁵⁴ e a se autoexilar na Europa já nos primeiros meses de 2019.

Exilado, o agora ex-Deputado Federal dedicou-se a denunciar internacionalmente os ataques à democracia brasileira durante o governo Bolsonaro (2019-atual), a retomar sua carreira acadêmica (ingressou em um curso de Doutorado em Ciência Política a fim de pesquisar estratégias políticas digitais de desinformação e difamação usadas pela extrema-direita, do qual foi alvo e vítima direta) e a atividades de cunho artístico. Após diversos acontecimentos, dentre os quais o pouco apoio da direção nacional do PSOL dispensado a Jean no processo de renúncia e exílio (Fábio Felix - DF), e algumas mudanças no cenário político brasileiro, Jean se desfilou do PSOL e se filiou ao PT, fato que nos interessa pelas reflexões de um dos nossos interlocutores sobre o tratamento da direção nacional do PSOL dispensado a Wyllys no momento em que renunciou ao mandato.

¹⁵³ Traduzido do trecho: “*Movement parties are unstable, because a variety of incentives nudge politicians and their constituencies towards accepting organizational structures and strategic appeals inconsistent with those of movement parties*” (KITSCHOLT, 2006, 288).

¹⁵⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/29/renuncia-de-jean-wyllys-ao-terceiro-mandato-e-oficializada-na-camara.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2022.

(...) E o terceiro elemento eu acho que também tem a ver com o fato da direção nacional do PSOL não ter dado o apoio necessário para o Jean nesse processo de renúncia e exílio dele fora do país. Eu acho que a falta de apoio da direção do PSOL foi ruim. Foi uma falta de cuidado com um militante, um dirigente, um parlamentar pioneiro e tão importante. Acho que teve uma falta de cuidado. Não foi uma falta de cuidado de todos, tinha uma rede que buscava essa interlocução com ele. Eu mesmo fiz parte dessa rede, assim, ajudando a trazer e fortalecer as pessoas que ele lançou e fortaleceu. Têm pessoas que trabalharam com o Jean que, imediatamente, quando ele decidiu, a gente trouxe para trabalhar com a gente, para acolher também. Então não foi de todos. Mas eu acho que não houve uma atuação unitária da direção do PSOL nesse cuidado e isso gerou uma chateação, um ressentimento que eu acho que é legítimo dele, nesse processo (Fábio Felix - DF).

Apesar dos percalços e das inúmeras violências sofridas por atores da direita e da esquerda, a trajetória de Jean representou um importante capítulo na história da institucionalização LGBTI+ no PSOL, atraindo militantes para o partido e fortalecendo uma imagem pública do partido como defensor da causa. Isso pode ser percebido pela grande quantidade de candidatos e representantes políticos LGBTI+ eleitos nos anos de 2018 e 2020 pelo PSOL.

Por fim, outro fator que pode impulsionar a criação de encaixes institucionais é a existência de candidaturas LGBTI+, como foi o caso de Jean Wyllys, e um engajamento eleitoral prévio que agregue atores LGBTI+ politicamente engajados que desejam participar do cotidiano do partido, após os processos eleitorais.

Foi assim que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. O Setorial da capital carioca começou como um Comitê Eleitoral composto por LGBTI+ envolvidos na campanha de Marcelo Freixo para a Prefeitura do Rio. Após a derrota eleitoral, esse Comitê passa a se reunir como Setorial do partido vinculado ao Diretório Municipal (Rodrigo Veloso - RJ). Outro exemplo dessa conexão entre processos eleitorais e a formação de encaixes institucionais é o município de Teresópolis, também do estado do Rio de Janeiro, que institui um Setorial após a campanha para deputada estadual de uma candidata lésbica do partido chamada Carol Quintana no ano de 2018 (Rodrigo Veloso - RJ). Assim, um encaixe (candidatura) ajudaria a criar outro encaixe (setorial)¹⁵⁵.

Esse fenômeno se aproxima da perspectiva teórica discutida por Anria (2018) e avança em relação ao conceito de “confronto eleitoral” desenvolvido por McAdam e Tarrow (2011). Na tipologia elaborada pelos autores norte-americanos, há uma classificação chamada “polarização partidária induzida por movimentos” que aborda as aproximações entre

¹⁵⁵ Agradecemos a Matheus Mazzilli por ter chamado atenção a esse ponto.

movimentos e partidos, mas não adentra na institucionalização mesma dos partidos animada por movimentos (MCADAM; TARROW, 2011).

Nas cidades onde tem um foco dinâmico de campanha, um PSOL um pouco mais consistente, com um pouco mais de votos, a tendência é que tenha também um setorial (Rodrigo Veloso - RJ).

6.1.4 As Jornadas de Junho de 2013

Além do fator Jean Wyllys, outro elemento se destacou nos resultados empíricos como sendo importante para a institucionalização LGBTI+ no PSOL: os protestos de junho de 2013 que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho”, atraindo jovens ativistas LGBTI+ para o partido (Talita Victor - DF). Segundo Singer (2013), as jornadas de junho tiveram três fases. A primeira aconteceu na cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho e foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) reivindicando a redução do preço das passagens do transporte público (SINGER, 2013).

A segunda etapa das jornadas ocorreu nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho, atingindo o pico das manifestações. Nesses dias, “novos atores” entraram em cena (GOHN, 2016) ampliando a quantidade de pessoas nas ruas e também as pautas de reivindicação. Convém lembrar que o Brasil estava prestes a sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016 e por isso investia na construção e reformas de estádios, angariando críticas de diversos setores insatisfeitos com os recursos parcos destinados a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. Além disso, a atuação do Deputado Federal evangélico e conservador Marco Feliciano na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados se somavam a outras pautas (SINGER, 2013).

É nessa etapa que o Governo Federal reage aos protestos, quando a ex-Presidenta Dilma Rousseff se reúne com o Movimento Passe Livre e propõe em cadeia nacional de televisão cinco pactos versando sobre transporte público, educação, saúde, responsabilidade fiscal e uma reforma política com a proposta de criar um plebiscito para convocar uma Constituinte exclusiva, que foi descartada logo em seguida.

Figura 23 - Ativistas LGBTI+ protestam contra Marco Feliciano e o projeto “Cura Gay” em Fortaleza durante as jornadas de junho de 2013.



Fonte: Diálogos Políticos

A terceira etapa das jornadas acontece entre 21 de junho até o final do mês sendo marcada pela fragmentação das mobilizações em virtude das diferentes pautas de reivindicação: redução de pedágios, contra a PEC 37, contra o Programa Mais Médicos, contra gastos da Copa (SINGER, 2013). Os protestos também foram marcados por um forte sentimento antipolítico e antipartidário (GOHN, 2016).

As Jornadas então começaram com uma pauta de esquerda (a melhoria dos transportes públicos), organizadas pelo MPL, uma organização que buscava a horizontalidade nas suas decisões e autonomia em relação às instituições estatais, sendo convocadas pelas redes sociais. O enquadramento inicial da grande mídia era o de criminalização dos protestos (focando a destruição do patrimônio público e principalmente privado, em especial as vidraças de grandes bancos quebradas) e a reação da polícia foi altamente violenta e repressora. Após o alargamento dos protestos e das pautas ocorridos na segunda etapa, ganhou corpo uma mobilização de direita, contra a corrupção, contra o governo e o PT. A essa altura, a grande mídia empresarial estava dando ampla cobertura aos eventos e convocando as pessoas a participarem dos atos. Além disso, a violência policial foi reduzida.

Depois desse grande levante, os protestos de destaque que se seguiriam no país durante os próximos anos seriam explicitamente de direita e contra o governo petista, sendo convocados agora pelo MBL (Movimento Brasil Livre, nome e sigla não à toa similares aos convocadores iniciais das jornadas de junho, o MPL) e outras organizações de direita com forte presença nas redes sociais como o “Vem Pra Rua”, o “Revoltados On-Line”, entre outros, culminando na deposição do mandato de Dilma Rousseff em 2016. Não é objetivo nosso aprofundar os significados ou mesmo os impactos das Jornadas de Junho de 2013 na política brasileira de

modo geral, mas esse evento teve papel importante no nosso objeto em análise, o PSOL (Fábio Felix - DF).

Como vimos em Singer (2013), uma das inúmeras pautas de reivindicação das Jornadas de Junho era contra a posse do pastor e Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A CDHM historicamente representou as lutas dos direitos humanos e das minorias políticas no Legislativo Federal. A ocupação de um pastor evangélico conservador e contrário às lutas pela diversidade sexual e de gênero nesse espaço institucional funcionou como uma provocação aos movimentos sociais, aos partidos e parlamentares de esquerda e em especial ao Movimento LGBTI+ que protestou no interior da Câmara e nas ruas país afora.

Uma vez dissipado o levante popular, parte do rescaldo desses ativistas buscaram organizações sociais e partidos de esquerda para canalizar suas revoltas para além do curto prazo. O PSOL se tornara o caminho natural para esses jovens por dois motivos: primeiro, pela liderança de Jean Wyllys que vinha fazendo um importante trabalho parlamentar e associando a imagem do partido à causa LGBTI+, como demonstrado anteriormente. Segundo, porque o PSOL era uma das poucas forças de oposição ao Governo Federal petista à esquerda já que as Jornadas foram “capturadas” pelas pautas da direita antipetista em um dado momento. Esses novos ativistas LGBTI+ também estavam insatisfeitos com as declarações recentes da ex-Presidenta Dilma sobre “o governo não fazer propaganda de opção sexual”, com sua ausência na 2ª Conferência Nacional LGBTI+ e com os recuos conservadores nas políticas públicas federais (VITAL; LOPES, 2012).

Nós temos uma história partidária, um novo movimento dentro do PSOL, de renovação política e representatividade, que ganha muito fôlego a partir de 2013. E esse novo setor da juventude, já mais conectado com as pautas LGBTQIA+, com a luta das mulheres, com a luta da população negra, ele tem uma importância muito grande nessa nova dinâmica de aceitação dentro do PSOL e de priorização, por parte do PSOL, dessa pauta (Fábio Felix - DF). Meu envolvimento com o partido se deu a partir de 2013. Eu decidi me filiar ao PSOL, aqui tinha um grande protagonismo nos protestos, né? As Jornadas aqui foram diferentes de São Paulo. Os relatos que a gente ouve é que em São Paulo foram bem mais de direita. E aqui elas tinham um significado um pouco mais de esquerda, porque a gente tinha a figura do Sérgio Cabral que era uma figura que unificava a direita no governo. E a gente cria esse movimento “Fora Cabral”. Eu participei também do “Fora Cunha”, do “Ser LGBT não é doença”, a gente fez uma manifestação lindíssima no Centro. (Rodrigo Veloso - RJ).

De acordo com Singer (2013), o perfil dos participantes das Jornadas de Junho era basicamente composto por jovens e jovens adultos com alta escolaridade e com rendimento mensal entre dois a cinco salários mínimos familiares. Assim, os protestos teriam sido

concomitantemente a expressão de uma classe média tradicional insatisfeita com os rumos do país e de um novo proletariado empregado com carteira assinada nos governos petistas, mas que sofriam com baixa remuneração, alta rotatividade e condições precárias de trabalho (SINGER, 2013).

A entrada dessa nova juventude no PSOL a partir das Jornadas de Junho de 2013 inaugura uma nova fase no partido no que diz respeito à participação política e à institucionalização LGBTI+. Os efeitos práticos mais visíveis seriam a construção de setoriais em alguns diretórios estaduais, como aconteceu no estado do Rio de Janeiro (Rodrigo Veloso - RJ), e uma maior inclusão da pauta na campanha eleitoral presidencial do ano seguinte, em 2014, cuja candidata do partido à Presidência da República foi a fundadora Luciana Genro (Talita Victor - DF).

E a partir de 2013 começa, principalmente aqui no Rio de Janeiro, a entrar uma juventude que muda bastante esse perfil daquela velha esquerda de correntes, muito acadêmica. E aí surge esse Setorial LGBT como uma política do Diretório do Rio de Janeiro, que eu acho que foi muito bem-sucedida. E vira um polo de aglutinação, vira inclusive uma propaganda do partido, institucional, a existência de um setorial LGBT (Rodrigo Veloso - RJ).

Como observado no capítulo 4, o Plano de Governo à Presidência da República da candidata Luciana Genro teve um aumento exponencial de propostas de políticas públicas LGBTI+ em relação ao Plano de Governo anterior de 2010. Além disso, Luciana Genro tematizou o direito ao casamento igualitário em um dos debates presidenciais televisivos de grande audiência, inserindo a questão no centro do debate político nacional e em plena ascensão do conservadorismo moral que iria se consolidar nos anos seguintes. Creditamos isso tanto à presença de Jean Wyllys no partido quanto ao saldo das Jornadas de Junho no PSOL. Esse novo cenário no partido iria suscitar novos desafios organizacionais, especialmente na construção do Setorial Nacional LGBTI+.

6.2 Desafios à institucionalização

6.2.1 Os percalços do Setorial Nacional LGBTI+

Os setoriais são previstos desde a primeira versão do estatuto, de 2004, e ganham uma seção específica na segunda versão, de 2010. Desde a fundação do partido é prevista estatutariamente a existência de um setorial “de homossexuais”, mas somente após a entrada

de uma nova militância inspirada no mandato de Jean Wyllys e engajada a partir das Jornadas de Junho de 2013 é que se tem registros da tentativa da construção de um Setorial Nacional LGBTI+ orgânico e para além da formalidade (Leandro Recife - PE).

Contudo, como dissemos na introdução, o tópico sobre o Setorial Nacional LGBTI+ do PSOL obteve um resultado ambíguo nas entrevistas. Uma parte dos interlocutores afirmou que essa instância inexistente no partido enquanto outra parte compartilhou o oposto, que ela existe, ainda que de maneira débil ou precária. Vejamos o que dizem os entrevistados sobre a inexistência desse setorial (Anônimo; Robeyoncé Lima - PE; Sara Azevedo - MG; Talita Victor - DF; Gustavo Belisário - DF).

Não existe. Aliás, é talvez a maior reivindicação que a gente tem hoje que é a criação de uma Setorial Nacional LGBT (Anônimo).

Mas nacional, nacional, eu não tenho conhecimento não. De nenhum Setorial Nacional [LGBTI+] do PSOL (Robeyoncé Lima - PE).

Então é uma pauta que o PSOL compra de programa. Então no programa está instituída a pauta LGBT como uma pauta fundamental do nosso partido. Porém, a contradição é que na sua organização ela tem muita dificuldade (Sara Azevedo - MG).

Eu cansei dos homens, para ser sincera! Teve uma hora que eu falei, gente! Teve um momento em que as mulheres lésbicas e trans resolveram não mais se organizar com os homens. Me pareceu um pouco disso também, sabe? Ai a gente se organiza no Setorial de Mulheres e está ok (Talita Victor - DF).

Aí foi um Encontro muito pautado na divergência e que o resultado dele foi, enfim, não tiraram o setorial nacional. Nesse sentido que não existe setorial nacional, existe um grupo de WhatsApp. Mas o Encontro Nacional que seria um espaço: "Vamos tirar uma política, vamos tirar coordenadores, uma frequência de reuniões" e tal. Seria esse movimento de Setorial Nacional, o Encontro não permitiu isso (Gustavo Belisário - DF).

Um dos principais motivos que dificultam a construção de um Setorial Nacional LGBTI+ no PSOL são as inúmeras divergências entre os membros do partido. Uma dessas divergências é a adesão a diferentes correntes ou agrupamentos do partido que dificultaria a formação de consensos, na medida em que elas estão em permanente concorrência. Já houve encontros nacionais de LGBTI+ do PSOL, mas o conjunto dos participantes não conseguiu fundar e dar perenidade a essa instância, embora ela seja parte das reivindicações de membros de correntes e independentes do partido, ou seja, daqueles que não estão vinculados ou comprometidos com uma corrente ou liderança específica.

Além das divergências entre correntes, outros tipos de dissensos concorrem entre os filiados, como as disputas internas ao Movimento LGBTI+. Uma interlocutora explicou que as mulheres lésbicas, bissexuais e trans do partido por vezes preferem participar por meio do

setorial de mulheres em vez de construir um Setorial Nacional LGBTI+ e ter que dialogar, disputar ideias e convencer homens gays. Esse fenômeno remonta ao nascente movimento lésbico da década de 80 que emergiu em oposição ao que seria considerado o machismo dos gays do grupo Somos, fundando assim o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) (FERNANDES, M., 2018).

Vejamos agora a posição do grupo que afirma que o Setorial Nacional LGBTI+ existe. Notamos que essa foi a posição de LGBTI+ que ocupam cargos de direção no partido ou que possuem mandatos eletivos.

Eu me lembro que participei de todos os Congressos Nacionais do PSOL. E na maioria deles eu fui delegado, inclusive. Então, a gente aprovou a criação do Setorial LGBT nacional, por resolução. Inclusive, já teve várias vezes que o Setorial teve voz na Executiva Nacional, no Diretório (Fábio Felix - DF).

E têm os setoriais, no caso do PSOL existem setoriais. E aí dentro desses setoriais têm os setoriais de mulheres, de negros e LGBTQIA+, então esses são um dos canais de participação que são construídos no interior do PSOL (Leandro Recife - PE).

Tem uma Setorial Nacional. Porque a Setorial não precisa de formalização. É auto-organizado. Não tem que ter estatuto, não tem que ter delegação de direção nenhuma. A gente senta, se reúne e vira Setorial Nacional (Talita Victor - DF).

Inferimos das múltiplas posições que o Setorial Nacional LGBTI+ do PSOL existe no campo da formalidade (está previsto no estatuto e aprovado em resolução congressual), mas não existe concretamente no cotidiano prático do partido. Basicamente, há um grupo do aplicativo de mensagens WhatsApp onde estão reunidas virtualmente LGBTI+ do partido, o que nos dá a ideia de informalidade desse espaço. Além disso, houve alguns poucos encontros nacionais. Em resumo, o partido dá liberdade para que os atores construam o espaço sem maiores envolvimento, seja para reprimir ou incentivar a iniciativa. Visitando o espaço destinado aos setoriais no site oficial do PSOL, não localizamos nada referente à pauta LGBTI+.

Figura 24 - Aba "Setoriais" não menciona o Setorial Nacional LGBTI+ no site do PSOL.

SETORIAIS

ECOSSOCIALISTA

MULHERES

NEGRAS E NEGROS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fonte: Site do PSOL. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/historia/>.

Um dos fatores que explicaria a dificuldade de construir tal instância nacionalmente seria a dinâmica de funcionamento do PSOL, fragmentada em correntes políticas. Contudo, o PT também é composto por diferentes correntes e conseguiu estruturar uma Secretaria Nacional LGBTI+. Portanto, além das correntes, as disputas do Movimento LGBTI+, o pouco tempo de existência do partido e a organização mesma do PSOL funcionam como fatores adversos à instituição de um Setorial Nacional LGBTI+ no partido (Fábio Felix - DF; Gustavo Belisário - DF; Sara Azevedo - MG).

Só que, fazendo a média entre as duas posições, o setorial é absolutamente precário, porque ele não tem estrutura própria de funcionamento, secretariado, orçamento interno. Além disso, a dinâmica de funcionamento do partido hoje, que é em tendências e em correntes, faz com que as correntes acabem priorizando mais a formação de seus grupos LGBTs internos. Seus coletivos LGBTs. Ao invés de priorizarem a dinâmica mais geral de discussão LGBT dentro do partido (Fábio Felix - DF).

[O Setorial LGBTI+] Teve dificuldades por ser uma pauta que sempre teve muitas disputas, mesmo externas ao PSOL, também se configuram disputas internas no partido. De maneira que a organização do Setorial sempre teve muitas dificuldades (Sara Azevedo - MG).

Apesar desse cenário nacional, em alguns estados brasileiros, o PSOL conseguiu estruturar setoriais estaduais, indicando um bom grau de organização em estados mais centrais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal (Gustavo Belisário - DF; Sara Azevedo - MG). Entretanto, nem todos os estados conseguiram organizar esse espaço

em nível local. Parece ser o caso de Unidades Federativas mais periféricas no país, como os da região Norte e Nordeste (Robeyoncé Lima - PE).

Objetivamente, no estado de Pernambuco a gente ainda não tem essa setorial LGBTQIA+ dentro do partido (Robeyoncé Lima - PE).

Também questionamos aos entrevistados qual a função de um setorial no partido, ou seja, quais são as suas atribuições, atividades e funções. Dentre os resultados obtidos, identificamos a formulação de políticas públicas em Planos de Governo, a realização de denúncias diversas de casos de LGBTIfobia, recrutamentos de militantes para o partido, construção de ações no âmbito do movimento social, formulação de programas e ações no âmbito da Câmara Federal, a exemplo dos Seminários LGBTI+ do Congresso Nacional, organização de seminários e campanhas em datas comemorativas do Movimento LGBTI+.

Um dos nossos interlocutores nos explicou também que o setorial não exerce o papel de referendar ou autorizar candidaturas, mas ele é importante para a formação política de potenciais candidatos, a exemplo da atual Vereadora de São Paulo, Erika Hilton, que participou das atividades do setorial daquele município antes de ser eleita. Voltaremos a explorar as conexões entre setoriais e candidaturas no tópico sobre a Zona de Incerteza Recrutamento (Leandro Recife - PE; Rodrigo Veloso - RJ).

O que ele pode fazer concretamente? Ele pode fazer absolutamente tudo que diz respeito aos LGBTQIA+. [...] Uma política de governo. Para que, o partido chegando ao comando central, de alguma prefeitura ou governo do estado, que a gente possa aplicar isso. Além disso, o que mais o setorial faz? Ele tem um papel político também. Qual é o papel político? O Setorial tem a obrigação de discutir as fórmulas e as funções das Paradas no seu município e no seu estado. A denúncia através da sua militância ativa. Quantas denúncias nós já não fizemos nos últimos 15 anos, né? E também o que nós chamamos de cooptação de lideranças e de figuras LGBTs. [...] Atualizar, discutir, formular (Leandro Recife - PE).

No entanto, alguns sujeitos criticam esse aspecto informal narrado por alguns sujeitos, alegando que os setoriais LGBTI+ têm baixo poder decisório no conjunto da organização partidária.

Como estava dizendo para você, o Setorial LGBT do partido é esvaziado de função. As decisões tomadas no espaço setorial LGBT não são vinculantes. O que a gente decide o partido não está obrigado a fazer. Na maioria das vezes, eles não tomam conhecimento das nossas deliberações. Com relação às campanhas LGBTs a gente não tem nenhuma influência. Com relação à distribuição de recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral, a gente não tem nenhuma influência (Rodrigo Veloso - RJ).

Abordaremos esse ponto na próxima seção.

6.2.2 A questão da informalidade

Como vimos na discussão sobre os Setoriais LGBTI+ no PSOL, uma das queixas presentes é o caráter excessivamente informal das instâncias e da dinâmica organizacional do partido. Se, por um lado, um partido altamente institucionalizado pode burocratizar e “engessar” o dia a dia de um partido, um baixo grau de formalidade dos processos também pode sugerir pouca organicidade e pouca capacidade decisória da base do partido sobre a direção. Além disso, como apontaram teóricas feministas da Ciência Política, a informalidade tende a prejudicar minorias sociais e políticas, como mulheres, negros, LGBTI+, entre outros (BIROLI; MARQUES, 2022; REZENDE, 2019).

E, no entanto, a maioria das decisões que a gente tomava ali e das discussões que eram feitas não implicavam em nada. Então, a gente se manifestava numa política assim ou assado e nada acontecia. E aí se iniciava, imediatamente, uma luta para: “Como a gente vai fazer a direção tomar conhecimento disso?”. E aí os canais são excessivamente informais, né? A gente mandava um zap, ligava, às vezes ia pessoalmente na direção. Eu já exerci esse papel algumas vezes. E aí a pessoa não se sentia obrigada a responder dentro de nenhum prazo, às vezes, simplesmente não respondia, às vezes, a resposta não era formal. Enfim, não tem prazo, não tem protocolo, não tem rigor. Não tem processo. Fica tudo muito dependente da informalidade e na informalidade a gente é massacrado (Rodrigo Veloso - RJ).

Em alguns Diretórios Municipais, sequer existem grupos de comunicação informais como os do aplicativo WhatsApp (Rodrigo Veloso - RJ). Em alguns casos, o que existe é basicamente um grupo para troca de mensagens no WhatsApp, sem reuniões presenciais periódicas. É o caso do Diretório Estadual do PSOL de Pernambuco, que já teve um Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) em passado recente (Edilson Silva) e que tem o mandato coletivo “Juntas” na atual legislatura na ALEPE (2018-2022), além de mandatos de vereadores pelo partido no estado, como na capital, Recife (Robeyoncé Lima - PE).

Essa parece ser uma característica mais ou menos generalizada do PSOL, haja vista que diferentes entrevistados relataram esse aspecto pouco estruturado do partido. Um dos motivos pode ser o fato de o PSOL ser um partido relativamente jovem, com menos de duas décadas de existências (Fábio Felix - DF; Gustavo Belisário - DF).

Agora, essas demandas são trazidas de maneira informal pelas lideranças e também por meio das correntes. A gente tem o grupo do PSOL Livre no Facebook, que é muito

utilizado pelos filiados ao partido. A gente tem muitos grupos de WhatsApp a nível municipal, estadual. Como eu falei, a gente tem um grupo do PSOL LGBT nacional, do qual sou um dos administradores. E que traz as demandas das pessoas LGBTs dentro do partido. Mas que são, como eu falei, canais informais. Formalmente, a gente não teria nenhum canal específico para tratar dessa temática no partido a nível nacional (Anônimo).

Nós temos uma dificuldade, enquanto partido, pelo fato de sermos muito novo, nada é muito estruturado no PSOL. Então o PSOL, eu sempre digo isso, é um partido em construção e ele está se descobrindo também, como um partido que está em construção (Leandro Recife - PE).

Para alguns analistas da interação entre partidos e movimentos, como Anria (2018), a baixa formalidade facilitaria a adaptação a espaços políticos diversos, incentivando formas plurais de construir o partido e a soar como se este fosse um movimento social. Porém, a fraca burocratização pode tanto contribuir com a descentralização do partido como incentivar a centralização pelas lideranças (ANRIA, 2018), o que parece ser o caso do PSOL. Diversos militantes se queixaram dessa ausência de formalidade na organização, prejudicando determinados setores do partido, como o segmento LGBTI+.

Ainda assim é importante dizer que a institucionalidade precária nos informa mais sobre a dinâmica de funcionamento do PSOL do que necessariamente do seu compromisso com a afirmação de direitos e de sujeitos LGBTI+. Como já dissemos, o baixo grau de formalidade no PSOL, que apareceu em diversos relatos, não significa que a temática LGBTI+ não seja mobilizada no interior da agremiação. Ao contrário, ela aparece com relativa presença, especialmente nos processos eleitorais com expressiva presença de candidaturas LGBTI+ lançadas pelo partido (Anônimo; Fábio Felix - DF).

Nacionalmente a gente não tem uma Setorial LGBT organizada. A gente tem muitas figuras, lideranças LGBT pelo PSOL, proeminentes, mas que ocupam outros espaços. São presidente de partido. O PSOL é muito sexo-diverso, né? Não tem gueto: “Aqui estão as LGBTQIA+ do PSOL”, não! Eu acho que a atual gestão nossa, aqui no DF, a maioria é LGBT. Nós temos um presidente LGBT, gay, no caso. A gente tem, acho que a maioria, a maioria é sexo-diversa (Talita Victor - DF).

Uma resposta para essa baixa formalidade tem a ver com a estrutura de competição das correntes do partido, como veremos adiante.

6.2.3 Um partido, múltiplas “correntes”

Quando falamos em organização, logo pensamos na ideia de um conjunto, uma unidade, um corpo de pessoas que estão reunidas para atingir determinados objetivos (NORTH, 1990).

Contudo, partidos políticos “são organizações formais com aspectos de informalidade, como as redes que constroem com atores da sociedade civil” (OLIVEIRA, 2016) que disputam o programa e os recursos no seu interior, estabelecendo uma competição permanente pelo controle de áreas de incerteza (PANEBIANCO, 2005).

No PSOL, essa característica de organização composta por redes que competem entre si ficou bastante evidenciada na análise sobre a institucionalização a partir dos relatos dos entrevistados (Robeyoncé Lima - PE; Sara Azevedo - MG). Na definição de uma interlocutora, o PSOL seria um “partido guarda-chuva”, com diversas forças internas e fragmentos (Talita Victor - DF), ou um partido composto por organizações internas, em que cada uma delas se organiza para atuar na pauta (Sara Azevedo – MG).

Nesse sentido, em vez de um coletivo LGBTI+ do PSOL, o que ocorre é que cada corrente ou grupo forma seus próprios coletivos LGBTI+. Por exemplo, “LGBTI+ da Insurgência”, “LGBTI+ do MES”, etc. (Leandro Recife – PE; Anônimo; Gustavo Belisário - DF).

A dinâmica de funcionamento do partido hoje, que é em tendências e em correntes, faz com que as correntes acabem priorizando mais a formação de seus grupos LGBTs internos. Seus coletivos LGBTs. Ao invés de priorizarem a dinâmica mais geral de discussão LGBT dentro do partido. Então eu vejo que tem também essa dificuldade. Isso dificulta, do ponto de vista político, essa auto-organização (Fábio Felix - DF).

Essa configuração partidária composta por correntes, no PSOL, impõe dificuldades à institucionalização de instâncias, como o Setorial Nacional LGBTI+ e explica por que uma parte alega que a instância existe e outra não. A própria interpretação sobre a existência ou não do setorial é parte da disputa interna entre os diferentes grupos do partido. Notamos que quanto mais próximos da Direção, mais comum determinado entrevistado confirmar que o setorial existia regularmente. O inverso também acontecia. Quanto mais próximo da base ou distante das correntes, os chamados “independentes”, mais reclamações e queixas sobre a falta de funcionamento do Setorial Nacional.

As dificuldades à institucionalização ocorrem porque se torna mais difícil chegar a consensos e entendimentos comuns sobre diversas matérias da organização e as correntes acabam por priorizar o fortalecimento delas próprias em vez do partido como um todo. Em alguns casos, algumas correntes sequer apoiaram o candidato ao cargo de Presidência da República, por exemplo. Isso aconteceu com a candidatura de Guilherme Boulos em 2018 quando uma das correntes não o apoiou no processo eleitoral (Gustavo Belisário - DF). Em

outros casos, as correntes dirigentes rivalizam também com militantes considerados independentes por causa de suas demandas ou críticas.

É preciso um acordo entre as correntes, porque o PSOL é um partido formado por correntes. Você tem os independentes também, que é o meu caso, sou independente dentro do partido. Só que se você não tem o acordo entre as diferentes correntes: a Primavera, o MES, a Insurgência, a Resistência, e por aí vai, você não consegue avançar nas pautas. Então, para se realizar isso é necessário que você tenha o acordo entre as diferentes correntes do partido (Anônimo).

E aí, por que não existe até hoje o Setorial no nível nacional? Porque o fato de ter surgido esse grupo com uma maioria evidente, escancarada de independentes, sinaliza que eles [correntes] terão dificuldades de controlar o processo (Rodrigo Veloso - RJ).

E algumas dificuldades organizativas internas do PSOL que não se devem somente à discussão LGBT, mas acho que é uma questão mais geral, do funcionamento das correntes, da fragmentação da esquerda, dificultaram, de certa forma, algumas coisas (Gustavo Belisário - DF).

Mas qual é a grande dificuldade nossa? É nos organizar enquanto um time LGBT no PSOL. O PSOL se organiza muito pelas suas correntes. É um partido que tem uma dificuldade estrutural, assim, um problema de deficiência crônica de se organizar, de ter dinâmica partidária, então as forças internas, as correntes do PSOL, têm as suas próprias dinâmicas (Talita Victor - DF).

Questionamos aos interlocutores por que existiam esses grupos divergentes e essa fragmentação no interior do partido. O principal fator seria a filiação a diferentes tradições históricas do marxismo, tais como o leninismo e o trotskismo, como elementos aglutinadores. Elas refletem também bases de estudantes universitários, bases de aparelhos sindicais e bases vinculadas a mandatos. Elas expressam ainda redes de movimentos sociais, como a Insurgência, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto¹⁵⁶. Um dos motivos centrais para a organização em grupos é a necessidade de disputarem eleições internas do partido.

Essas correntes, normalmente, representam os grupos de militância nas universidades. É o lugar principal onde eles associam essas pessoas, formalizam essa associação. Isso dá uma segurança para eles disputarem e ganharem as eleições internas. Inclusive, eles controlam todo o processo, a eleição interna do PSOL é feita de forma indireta, é na chapa da corrente. Você não vota diretamente na pessoa. Muitas vezes vota sem saber quem vai ganhar com o seu voto. É um método bastante controverso. E aí, essas correntes monopolizam, apesar de serem a minoria. Com certeza são franca minoria dos filiados que fazem parte de correntes. Mas estão na direção e tomando essas decisões, ainda mais sobre o estatuto, todas as pessoas são membros de correntes. Como todos os atuais membros do Diretório Nacional são membros de alguma corrente. Embora a maioria esmagadora dos filiados não seja (Rodrigo Veloso - RJ).

Têm diferentes critérios, mas a maioria das correntes são formadas a partir de tradições históricas do marxismo. Isso é muito parecido com o PT. Acho que o

¹⁵⁶ Embora no Rio de Janeiro a Insurgência represente também o DCE da UFRJ (Rodrigo Veloso - RJ).

exemplo seria o PT. Tradições históricas que conformam ali na década de 80 a formação do PT no Brasil. São os partidos amplos de diferentes formações, então têm correntes que são mais referenciadas no leninismo, outras no trotskismo; diferentes tradições dentro do trotskismo e do leninismo. Enfim, esses agrupamentos se formam a partir desse elemento, que é o elemento agrupador (Fábio Felix - DF).

O resultado dessa dinâmica organizacional é que determinados membros conseguem mais espaços no partido, ocupam cargos e obtêm recursos em detrimento de outros que não fazem parte dessas correntes ou grupos. Os filiados independentes têm, portanto, maiores dificuldades para acessar o partido e ter uma vida orgânica nele (Robeyoncé Lima - PE). Apesar disso, outros entrevistados acreditam que essa dinâmica de grupos no PSOL democratiza o partido, a partir dos debates programáticos que elas propõem.

Por outro lado, eles têm uma solidez e um debate programático e político muito grande, internamente. Então a dinâmica das correntes é uma dinâmica que eu acho que traz mais democracia para os partidos. E mais debate político com conteúdo. Mas, ao mesmo tempo, ela precisa ser mediada com maior possibilidade de participação dos filiados e filiadas individualmente, que não agrega, necessariamente, nessas correntes e fortalecimento de instrumentos de instâncias internas, como o setorial, etc. (Fábio Felix - DF).

Essa questão não é nada desprezível para entender as disputas nas zonas de incerteza do PSOL, no âmbito das comunicações, das decisões, do recrutamento de filiados e candidatos e dos financiamentos partidário e eleitoral.

A reflexão sobre a institucionalização em zonas de incerteza é importante para avaliarmos os efeitos dessa dinâmica competitiva entre correntes, dessa informalidade presente na organização do PSOL e como ativistas LGBTI+ atuam nesse cenário organizacional. Embora essas zonas incertas já tenham sido brevemente abordadas em algumas reflexões, verificaremos também a existência de encaixes institucionais em âmbitos de imprevisibilidade organizativa a fim de analisar o alcance da institucionalização (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019; PANEBIANCO, 2005).

6.3 Zonas de incerteza

6.3.1 Comunicações

Ao buscarmos o histórico do PSOL em seu site oficial - uma informação básica - somos frustrados com um “em breve”. Esse dado indicaria as dificuldades no âmbito das comunicações do partido. Na etapa de levantamento de ações informais e encaixes

institucionais, verificamos que não havia abas específicas sobre LGBTI+ no site oficial e nem perfis exclusivos sobre a temática nas redes sociais, embora houvesse postagens nos perfis oficiais do partido.

Figura 25 - Mensagem sobre o histórico do PSOL em seu site oficial.



Fonte: Site do PSOL. Disponível em: <https://psol50.org.br/setoriais/>.

Entendemos que o partido comunica publicamente posições relacionadas às LGBTI+ por meio de: (i) notícias sobre o tema, publicadas eventualmente no site oficial, (ii) boletins da bancada parlamentar da Câmara dos Deputados, (iii) iniciativas pontuais de alguns setoriais LGBTI+ estaduais, (iv) posições de correntes do PSOL e (v) comunicados de mandatos.

Os setoriais estaduais elaboram notas públicas quando ocorre algum evento relacionado à questão ou um episódio de discriminação, por exemplo (Anônimo; Fábio Felix - DF; Gustavo Belisário - DF).

A gente cria, geralmente, comissões no grupo do setorial LGBT [do Rio de Janeiro]. E as pessoas mais interessadas em disputar o texto... Geralmente, restam umas três ou quatro que ficam na incumbência de disputar o texto, a gente “quebra o pau” até chegar num texto. Até chegar num teor (Rodrigo Veloso - RJ).

Seguindo a lógica das correntes, os posicionamentos públicos também ocorrem por meio desses agrupamentos. Além disso, as correntes também possuem canais de comunicação próprias, como páginas em redes sociais.

A maioria delas tem. Tem o Instagram da Insurgência, tem o do MES. Exato. Ai muito da organicidade vai vindo por essas correntes, sabe? O PSOL, em geral, se posiciona em coisas muito centrais. Mas até por não ter setorial LGBT as correntes vão postando. As que têm mais acúmulo (Gustavo Belisário - DF).

Outra maneira como membros do partido se posicionam sobre diversidade sexual e de gênero é por meio dos mandatos públicos, embora neste caso não possamos considerar que se trate de institucionalização partidária, uma vez que os mandatos atendem também a processos burocráticos de Estado, para além de processos auto-organizados do partido, provendo os atores políticos com recursos humanos e materiais estatais.

A gente discute em reunião e tem uma equipe específica de comunicação para cuidar das redes e dos textos das Juntas (...). E sempre que tem alguma coisa polêmica, seja um posicionamento da gente, a gente lança nas nossas redes, no site, no Instagram, no Facebook (Robeyoncé Lima - PE).

O partido concede liberdade para qualquer membro tomar a iniciativa e elaborar uma proposta de nota pública (Leandro Recife - PE). Esta, então, deve ser remetida pelo ator interessado para o Setorial Municipal ou Estadual LGBTI+ ou enviada diretamente para a Comissão Executiva do Diretório Municipal, Estadual ou Nacional que por sua vez deve apreciar a matéria e, por fim, publicá-la assinada pela instância ou rejeitar a proposta.

Quando a gente coloca socialismo e liberdade [no nome do partido], a liberdade não é só uma palavra solta, tá? No PSOL você tem muita liberdade. [...] Então houve uma violência contra uma companheira lésbica lá em Minas Gerais, imediatamente o setorial de lá faz uma nota, que já manda para o Setorial Nacional, que já manda para a Executiva e aquilo se torna uma moção, uma nota ou outro mecanismo de ação partidária mesmo. Então é mais ou menos esse roteiro e esse caminho que é feito no PSOL (Leandro Recife - PE).

A contradição é que outros sujeitos relataram que as propostas e iniciativas de ativistas do partido não recebiam nenhum retorno, encaminhamento ou resposta, como demonstrado na discussão sobre a informalidade do partido. Além disso, as comunicações e informes internos, necessários para o bom funcionamento da organização e participação nas atividades rotineiras, também são débeis. Houve reclamações de que em certos casos os filiados são informados sobre o partido pela imprensa (Rodrigo Veloso - RJ; Robeyoncé Lima - PE).

Nesse sentido, inferimos que as LGBTI+ do PSOL não operaram encaixes institucionais significativos na Zona de Incerteza Comunicação, nem a controlam. Diante das fragilidades comunicativas percebidas, acreditamos que a Zona de Incerteza Comunicações não está institucionalizada no partido, para além da questão da diversidade. E, embora parte da literatura aponte que essa fluidez, ausência de hierarquia, de divisão de tarefas e de profissionais na organização possibilitem uma dinâmica mais próxima da dos movimentos sociais (ANRIA, 2018; DELLA PORTA *et al.*, 2017; KITSCHOLT, 2006), ela também revela limites que dificultam a própria participação de ativistas em partidos.

6.3.2 Decisão

Partidos-movimento emergem com a promessa de serem mais descentralizados e informais (e, portanto, menos hierárquicos), mas podem ao longo do tempo subverter suas intenções iniciais. Esse parece ser o caso do PSOL, que surge de uma dissidência parlamentar, se aproxima dos movimentos sociais, especialmente a partir das Jornadas de Junho em 2013, se abre para formas plurais de participação política e agendas populares, possibilitado pela fluidez de sua estrutura interna, mas também sofre os efeitos dessa ausência de organização formal.

Isso faz com que questões relevantes sejam resolvidas e decididas de modo centralizado por líderes e correntes em detrimento da base. Para os ativistas, as decisões: “Na prática são centralizadas pelas lideranças, com certeza!” (Anônimo). “A gente tem um probleminha mesmo de centralização” (Talita Victor - DF). “E é essa cúpula que decide as coisas. E, nessa pandemia, ficou mais difícil a participação, inclusive” (Robeyoncé Lima - PE). “Eu acho que elas são centralizadas nas direções. Eu acho que nosso único espaço hoje de maior descentralização das decisões são os Congressos, que acontecem com uma periodicidade de 2 ou 3 anos” (Fábio Felix - DF).

Segundo Kitschelt (2006), partidos-movimentos podem fazer pouco investimento na formalização da sua estrutura, fazendo com que práticas informais sejam predominantes. Podem faltar equipes profissionais e infraestrutura de comunicação. Sistemas institucionalizados de agregação de interesses por meio de órgãos também podem ser ausentes, gerando dificuldades na condução da organização. Embora o PSOL não tenha sido criado por movimentos, como pensa Kitschelt (2006), ele caminha na direção de movimentos ao longo da sua trajetória e também atrai a entrada de ativistas de diversas causas contemporâneas ou que não estavam satisfeitas com os rumos do PT no Governo Federal, tornando-se partido-movimento (DELLA PORTA *et al.*, 2017).

A centralização decisória no partido impõe dificuldades a ativistas independentes participarem das tomadas de decisão (Anônimo; Talita Victor - DF; Robeyoncé Lima - PE; Fábio Felix - DF; Rodrigo Veloso - RJ) e fazem com que uma parte dos membros reivindique mais poder nesse sentido (Anônimo; Rodrigo Veloso - RJ). Os processos decisórios no PSOL estão intimamente ligados às correntes políticas que normalmente ocupam as instâncias dirigentes, como Diretórios e Comissões Executivas, eleitas em congressos do partido

(Anônimo; Rodrigo Veloso - RJ; Talita Victor - DF; Gustavo Belisário - DF; Leandro Recife - PE). Também são influenciados pela votação que conquistaram no congresso:

E aí dentro da Executiva do Partido, você tem as representações das correntes e daí depende sempre da votação que você teve no Congresso. Então a corrente que teve maior votação vai ter maior quantidade de pessoas na Executiva e, conseqüentemente, maior influência na tomada de decisão dentro da Executiva do partido (Anônimo).

Quem consegue fazer as regras não são os membros LGBT, nem os membros negros, são as correntes. Existem correntes que, mais ou menos, empoderam, enfim, são lideradas por pessoas LGBT (Talita Victor - DF).

Nesse sentido, a participação decisória de ativistas LGBTI+ está condicionada à integração e ao engajamento em algumas das correntes políticas. Isso faz com que haja uma sobreposição de interesses entre a agenda da diversidade sexual e de gênero e as agendas das correntes que podem ter outras prioridades e interesses (Anônimo; Rodrigo Veloso - RJ). As correntes políticas possuem hierarquias internas paralelas às hierarquias oficiais do partido, adicionando camadas que complexificam a participação e a partilha de poder na organização.

A Luciana Genro e o ex-marido dela, o Roberto Robaina, por exemplo, são dirigentes do MES desde que o MES foi fundado. Eles eram dirigentes do MES no PT, permanecem dirigentes do MES no PSOL. E são eles que, efetivamente, tomam as decisões mais importantes. Então você tem uma fortíssima hierarquia dentro dessas correntes. Você tem aqueles que são, num jargão de movimentos sociais, são considerados “capas”, “capa preta”. E você tem aqueles que são o grosso dessa militância, que são os jovens universitários - que têm mais tempo também para se voluntariarem em campanhas. E que acabam sendo essa massa que eles manobram ali (Rodrigo Veloso - RJ).

Em relação à presença de LGBTI+ em cargos de direção do partido, tivemos posições ambíguas. Alguns interlocutores relataram que não há LGBTI+ nesse lugar na organização e outros mencionaram alguns exemplos nominais, o que nos sugere que varia muito de Diretório pra Diretório (Robeyoncé Lima - PE; Sara Azevedo - PE; Fábio Felix - DF; Talita Victor - DF). Entretanto, o critério mais importante para ocupar essa posição é o engajamento no interior das correntes. Não há mecanismos instrumentos ou incentivos institucionais para assegurar essa inclusão, como reserva de vagas, por exemplo.

Como a gente tem muitas identificações, existem muitas pessoas que estão hoje na direção do partido que são dirigentes LGBT. Por exemplo, a Secretária Geral do PSOL hoje é o Leandro Recife que é um homem gay (...). O Leo do Recife é o Secretário Geral hoje do partido. É um homem gay. Você tem outras tantas pessoas que são da Executiva do partido que são LGBTI. Eu fui presidente do PSOL de Minas Gerais de 2015 a 2017 e sou uma mulher lésbica. (Sara Azevedo - MG).

A Insurgência elegeu e colocou no papel de lideranças as suas mulheres negras! (...) Então não dá para eu ver o MES botar 30 mulheres jovens numa posição de direção e a gente continuar com nossos homens brancos de meia idade, sempre. Então tem essa disputa interna. Talvez seja até uma competição bem saudável (Talita Victor - DF).

O maior espaço deliberativo em termos de quantidade de filiados que podem participar são os congressos do partido, municipais, estaduais e nacionais. Estes ocorrem a cada três anos e deliberam resoluções por meio de votações das plenárias que reúnem os delegados (participantes com poder de voto) (Sara Azevedo - MG; Fábio Felix - DF). Durante o 5º Congresso Nacional do PSOL, ocorrido no ano de 2015, a plenária aprovou uma resolução que estabeleceu a realização de Encontros Nacionais LGBTI+. Assim, o 1º Encontro Nacional LGBT do PSOL aconteceu no ano seguinte, em julho de 2016, na cidade de São Paulo/SP (Sara Azevedo - MG).

Adiantamos na etapa de levantamento de ações e encaixes institucionais, no capítulo 4, algumas das resoluções desse Encontro que consideramos importantes para a institucionalização LGBTI+ no PSOL. É importante dizer que as resoluções do Encontro não possuem poder vinculante, ou seja, o partido não é obrigado a acatar. O próprio documento fala na introdução: “ficando a critério dos Diretórios Municipais e futuras candidaturas adequar esse documento a sua realidade” (ANEXO E). Assim, as propostas aprovadas pelas LGBTI+ do partido nesse encontro têm caráter orientador para o conjunto da organização.

Isso demonstra que a institucionalização partidária animada por movimentos sociais é um processo de avanços, limites e recuos. Se, por um lado, as LGBTI+ do PSOL conquistaram um espaço formalmente reconhecido para formular políticas para o partido e para o Estado, por outro, suas decisões coletivas não possuem força suficiente para submeter a organização partidária às suas necessidades e reivindicações. No entanto, isso não quer dizer que elas não importem ou que não operem transformações institucionais ao longo do tempo, pois o partido pode buscar atender essas deliberações e ter um guia sobre o tema a partir dessa construção. No caso em específico, não temos elementos causais suficientes para afirmar que a adoção de políticas partidárias de inclusão da população LGBTI+ no PSOL foi resultado direto desse Encontro, mas é provável que ele tenha surtido efeitos em algum nível na organização e isso é um dado importante na análise da institucionalização (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019; PANEBIANCO, 2005).

Um último ponto dessa zona de incerteza sobre decisões que merece reflexão são as críticas ao formato dos congressos do PSOL que tendem a privilegiar o voto personalista em vez do debate de teses e ideias concorrentes.

Modificaram a fórmula a ponto de esvaziar o debate político e dessa forma você também diminui os espaços de debate democrático. Então, o poder do voto não necessariamente é um poder democrático. Ele é democrático, mas não é uma democracia que consiga debater as questões políticas de verdade. Porque se nós tivemos quase 50 mil pessoas que foram à votação na urna, nós tivemos um pouco mais de 5 mil pessoas que foram no debate político de redes (Sara Azevedo - MG).

Chama atenção o quanto o PSOL se assemelha ao PT em determinados momentos. Além da presença de correntes e tendências que competem entre si pelo controle da máquina partidária, os métodos de eleição internos também foram se modificando ao longo do tempo. Ao longo dos anos, o PT sofreu inúmeras transformações que resultaram em um certo afastamento das bases, uma maior centralização decisória e relativa autonomização da cúpula nacional (RIBEIRO, 2013). O PSOL parece também ter caminhado em uma direção que favoreceu as suas próprias lideranças em detrimento da participação da base com socialização e educação política com mais qualidade.

Esse ponto é relevante porque se o formato dos congressos privilegia o voto personalista em vez do voto em ideias, a pauta LGBTI+ pode vir a ser prejudicada. A questão da diversidade sexual e de gênero demanda problematização permanente em face da estrutura de desigualdades de gênero e sexualidade da sociedade brasileira (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021). O voto personalista tende a privilegiar pessoas mais enquadradas normativamente, beneficiando atores cisgênero e heterossexuais, especialmente do sexo masculino e branco. Além disso, esse tipo de voto tende a se estabelecer por outros critérios, como o poder econômico ou político de um determinado ator.

6.3.3 Financiamento

Na zona de incerteza financiamento buscamos verificar se o partido patrocina atividades da militância LGBTI+ organizada e candidaturas do segmento. Não encontramos nenhum documento que assegure financiamentos a atividades organizadas pelos ativistas LGBTI+. Os setoriais LGBTI+ locais, por exemplo, não contam com fundos ou recursos específicos para o desenvolvimento dos seus trabalhos. Além disso, aparentemente, os setoriais de mulheres e de negros recebem investimentos partidários enquanto os LGBTI+ não (Rodrigo Veloso - RJ).

Apesar disso, o partido já apoiou financeiramente a realização do 1º Encontro Nacional LGBT do PSOL, ocorrido em julho de 2016 em São Paulo/SP, por meio dos recursos da Fundação Lauro Campos (depois batizado como Fundação Lauro Campos e Marielle Franco).

Participaram cerca de 300 militantes da área e foi financiado pelo partido, junto com a Fundação Lauro Campos. Então foi um evento de debate político, debate conceitual. Financiaram as passagens, é importante dizer: financiaram as passagens, a estadia, os convidados (Fábio Felix - DF).

Nesse sentido, não podemos dizer que o PSOL não patrocina atividades da militância LGBTI+, mas que esse financiamento é pontual e irregular. Talvez fosse necessária a existência de um encaixe institucional nessa esfera para garantir que o segmento tenha mais condições para o desenvolvimento de uma organização política. A transferência de fundos para os setoriais poderia ser um caminho viável para isso ou garantir recursos para a realização dos encontros nacionais de LGBTI+ do partido.

Por outro lado, se não existem encaixes institucionais para as atividades cotidianas da militância LGBTI+, o mesmo não pode ser dito do financiamento de candidaturas LGBTI+. Como demonstrado na etapa de levantamento das ações e encaixes institucionais, a Comissão Executiva Nacional do PSOL publicou uma resolução em setembro de 2020 sobre a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (ANEXO C), determinando que candidaturas LGBTI+ recebam 15% a mais em cima da faixa de prioridade que uma dada candidatura seja considerada pelo Diretório. Diversos interlocutores entrevistados em 2021 destacaram a importância desse encaixe institucional para o financiamento das candidaturas LGBTI+ (Talita Victor – DF; Fábio Felix – DF; Sara Azevedo – MG; Leandro Recife – PE).

Foi aprovado, na última eleição de 2020, foi aprovada uma verba a mais para essas candidaturas de mulheres negras, LGBTQIA+, candidaturas de pessoas negras e quilombolas. Tem um percentual a mais na verba, no recurso. Não estou lembrando quanto é, parece que 30% ou 20%. E você se declarando LGBT ou pessoa negra, ou sendo mulher você tem um recursozinho a mais, um percentual a mais na verba. Foi uma resolução aprovada no PSOL, acho que foi no ano passado, para a eleição de 2020 (Robeyoncé Lima - PE).

Então, se você é mulher, se é negra, se é travesti, lésbica. Enfim, vai, de fato, subir na escala de preferência. E aí a primeira tem a chance eleitoral. Então, se você já disputou uma eleição antes, como em qualquer outro partido, vai entrar num nível acima, 1 ou 2 (Talita Victor - DF).

Primeiro é importante dizer que nada é dado para nós de graça. Então, tem muita luta para a gente conseguir nosso recurso, né? Provar que a gente é viável, eleitoralmente. Então em 2018 e 2020 o PSOL fez uma série de resoluções de priorização das candidaturas negras e LGBT. E com essas resoluções, com esse instrumento, mesmo assim temos que lutar para garantir nosso recurso (Fábio Felix – DF).

Essa última fala de Fábio Felix nos remete às análises empreendidas por Campos e Machado (2020) sobre candidaturas negras: um dos problemas nos partidos é justamente definir quem é considerado prioridade pelas agremiações, lidas como “candidaturas competitivas”. Considerando a estrutura de desigualdades sociais no Brasil, dificilmente minorias políticas são consideradas prioritárias ou competitivas pelos partidos políticos, ainda que as organizações autorizem tais candidaturas, prejudicando a distribuição de recursos financeiros para suas campanhas e as condições de elegibilidade.

Uma parte dos atores interpreta que o PSOL é um partido que valoriza e prioriza financeiramente candidaturas LGBTI+ (Fábio Felix - DF; Gustavo Belisário - DF).

Para o PSOL, eu recebi R\$23 mil do partido, só que eu era do nível de prioridade 1, máxima. Então eu recebi igual o candidato hétero prioritário que foi R\$23 mil. Ele recebeu R\$23 mil e eu recebi R\$23 mil. Ninguém para deputado distrital recebeu mais que a gente no partido, porque o partido tinha pouco recurso (Fábio Felix - DF).

O Fábio foi faixa um aqui; Talita foi faixa um aqui; Mônica Benício foi faixa um; Jean Wyllys todas as vezes que candidatou, sem dívida nenhuma era das prioridades do partido (Gustavo Belisário - DF).

No entanto, outra parte pensa o oposto e acredita que o PSOL não prioriza essas candidaturas. É verdade que se trata de porcentagem abaixo dos números destinados a candidaturas de negros (50%) e de mulheres (30%) em comparação entre segmentos minoritários¹⁵⁷, mas o ponto central da queixa é em relação à seleção de candidaturas consideradas prioritárias para receber aportes do partido, problema visto em Campos e Machado (2020).

Então não basta que você dê 15% a mais se você coloca LGBT numa faixa de baixa prioridade. Você precisa colocá-la numa alta prioridade e, ao mesmo tempo, dar também esse recurso adicional. E eu vi também que nessa resolução, por exemplo, eles colocam que é 30% a mais se for mulher; 50% a mais se for negro; 15% a mais se for quilombola ou indígena; 15% a mais se for LGBT; e 10% a mais se for pessoa com deficiência. Só que, por exemplo, no caso de mulheres e negros a prioridade é muito maior, porque é 30% e 50%, respectivamente. No caso de LGBTs é apenas 15%. Então, mesmo dentro desses segmentos vulnerabilizados as LGBTs ainda têm uma faixa de prioridade baixa (Anônimo).

¹⁵⁷ É importante notar que essas porcentagens são cumulativas nos casos em que uma dada candidatura vier a representar características interseccionais. Por exemplo, se uma candidatura for de mulher, trans e negra, ela receberá o acumulado dos três incentivos (95%) desde que não ultrapasse 100% do valor estabelecido na faixa de prioridade (ANEXO C). Agradecemos a Carlos Machado por chamar atenção a esse ponto.

As vozes mais críticas argumentam que os dirigentes são mais beneficiados pelos recursos do partido, gerando descontentamentos e frustrações com a organização. Além disso, parlamentares e atores mais influentes, normalmente lideranças das correntes, teriam mais acesso ao Fundo Eleitoral (Anônimo; Rodrigo Veloso - RJ). Para obter apoio financeiro considerável do partido parece ser necessário que as LGBTI+ ocupem cargos de direção mediadas pelas correntes políticas, dificultando aqueles ativistas considerados independentes ou que compõem a base de filiados. O depoimento abaixo demonstra que é necessário que um dado ator se torne relevante para a sobrevivência do partido, ocupando postos centrais na condução da organização.

Por que o Fábio Félix conseguiu ter essa prioridade? Pela articulação que ele teve, ele se tornou presidente do partido no Distrito Federal. E, com isso, ele conseguiu que a candidatura dele tivesse uma prioridade, mas ele não teve a prioridade por ser LGBT. Ele teve a prioridade por ser um dirigente partidário, uma pessoa importante dentro do partido. Então, existem outros estados em que você não tem essa prioridade (Anônimo).

O financiamento de candidaturas LGBTI+ está longe de ser ponto pacífico no PSOL. Vale a pena também acompanhar a visão de Leandro Recife sobre o episódio em que a ativista trans mineira, Duda Salabert, se desfilou dos quadros do PSOL acusando o partido de “transfobia estrutural”. Na sua opinião, a motivação principal para a saída da ativista teve relação com o financiamento da sua candidatura e não com a transfobia presente no partido.

Então como foi o caso de desentendimento da Duda com o PSOL? Ela achou que deveria receber mais recursos financeiros. Agora, ela recebeu um aporte que, na nossa visão, foi um aporte, digamos assim, razoável para uma LGBT que não estava na construção do PSOL. Se filiou ao PSOL e, logo em seguida, foi candidata (Leandro Recife - PE).

Nesse sentido, um critério relevante para receber financiamentos eleitorais seria o compromisso com as atividades e tarefas do partido, ou seja, a lealdade à organização (Leandro Recife - PE). Como é possível observar, essa zona de incerteza em específico gera muitos conflitos e desentendimentos no interior do partido. Isso ocorre porque o controle do financiamento eleitoral é objeto de muitas disputas nos partidos políticos de modo geral. A adoção de regras instituídas claras, transparentes e inclusivas poderia minimizar as tensões e as frustrações com o partido.

Concluindo a análise, há um encaixe institucional relevante no campo eleitoral, assegurando 15% de recursos a mais sobre a faixa de prioridade estabelecida pelos diretórios para candidaturas LGBTI+. Esse encaixe é celebrado por uma parte e criticado por outra pelo

seu valor baixo em comparação com outros segmentos do partido e pelo fato de dirigentes, parlamentares e pessoas influentes ocuparem as faixas de prioridade para recebimento desses recursos. Ainda assim, o PSOL foi o único partido a contar com essa medida entre os casos analisados.

O PSOL patrocina algumas atividades da militância, como o 1º Encontro Nacional LGBT, por exemplo, embora sejam financiamentos pontuais, sem regras que assegurem patrocínios regulares a instâncias como Setoriais LGBTI+ Estaduais e Municipais. O cenário vigente da zona de incerteza financiamento é reconhecido por alguns integrantes como inclusivo, em que LGBTI+ seriam valorizados e priorizados em suas intenções eleitorais, e insuficiente e insatisfatório para outros militantes. A nossa interpretação é que o controle dessa área pelo segmento LGBTI+ é baixo, uma vez que são os Diretórios que decidem qual candidatura é prioritária ou não para o recebimento de aportes financeiros significativos.

6.3.4 Recrutamento

Na zona de incerteza recrutamento notamos que a entrada no partido ocorre tanto por uma busca espontânea e livre de LGBTI+ que se identificam com o programa do PSOL e desejam participar dele quanto por meio de convites de lideranças que já fazem parte da organização há mais tempo (Anônimo).

Sobre candidaturas de LGBTI+, de modo geral, o partido não bloqueia ou impede o lançamento desse tipo de candidatura (Sara Azevedo - MG; Talita Victor – DF; Leandro Recife – PE), o que já é algo positivo se levarmos em conta a estrutura de desigualdades de gênero e sexualidade vigente no Brasil que têm dificultado a participação política desse segmento. Além disso, a ausência de veto expressa uma certa correspondência entre os documentos programáticos do partido - estatuto e programa - e a prática concreta da organização. É comum que existam contradições entre o que está escrito nesses documentos e o que é praticado nos partidos políticos (NORRIS, 2013).

Porque, na verdade, como o PSOL é muito identificado com a pauta, não é difícil ter pessoas LGBTI candidatas, é natural que tenha, é natural que aconteça. Então é até difícil falar que não tem como acontecer. A gente estava fazendo as contas, no último processo eleitoral para vereança [2020] no país inteiro foram mais de 50 candidatos LGBTI. Eram muitas candidaturas. Só nós, do MES, tínhamos no país inteiro cerca de 15 a 20 candidaturas LGBTI. Então é sempre muito natural que se tenha (Sara Azevedo - MG).

Se, por um lado, o PSOL não veta candidaturas de LGBTI+, por outro, não existem encaixes institucionais que assegurem a presença dessa população em pleitos eleitorais, como reserva de vagas, por exemplo. É necessário analisar caso a caso entre as candidaturas existentes que lograram êxito eleitoral. Em alguns casos, a candidatura é eleita a partir da bandeira da diversidade sexual e de gênero, e em outros, a candidatura é eleita em virtude de outras agendas mobilizadas.

O Fábio Félix foi eleito como deputado distrital com uma referência muito grande, muito maior na pauta LGBTI do que em outras pautas. Nós podemos dizer que ele teve uma referência maior na pauta LGBTI, ainda que ele também seja uma referência dos direitos humanos como um todo na capital. Então, são relações distintas. A Erika Hilton se elegeu por ser a Erika Hilton, uma mulher trans, travesti na política. Então, ela também carregou mais a pauta LGBTI do que outros candidatos que possam também ser LGBTI. Então, como é o caso, por exemplo, da Luana Alves, que é nossa vereadora, que é bissexual, e que também foi eleita vereadora pelo PSOL em São Paulo, mas que carregou e carrega, principalmente, a pauta da luta da negritude. Então, são processos distintos, precisa analisar caso a caso para entender como se baseiam nisso (Sara Azevedo - MG).

Se a gente tiver um quadro político no país que se propõe e que tem a capacidade de articular, nacionalmente, para ser candidato a presidente, ele será. Então o PSOL é um pouco assim. É muito da capacidade de quem está, onde está inserido, qual o grau de articulação com as organizações que constroem o PSOL que determina (Leandro Recife - PE).

Panebianco (2005) diz que dependendo do grau de institucionalização de um partido, variam a estrutura das oportunidades e as modalidades de recrutamento das elites. No caso dos partidos com forte institucionalização, por conta do caráter coeso da coalizão dominante, o recrutamento tende a se realizar de forma “centrípeta” na medida em que há no partido um centro forte que monopoliza as zonas de incerteza e a distribuição dos incentivos, promovendo uma única forma de emergir dentro do partido: fazer-se cooptar pelo centro, atendendo aos desejos da elite dirigente. Já no caso dos partidos pouco institucionalizados, o recrutamento das elites acontece de forma “centrífuga”, pois muitos grupos no vértice controlam relevantes recursos de poder e têm condições de distribuir incentivos. Para emergir é necessário identificar-se politicamente como parte de um dos grupos (uma facção) contra todos os outros grupos (PANEBIANCO, 2005).

O PSOL tende a privilegiar membros que possuem uma participação orgânica permanente no partido em vez de realizar buscas fora da organização. Essa dinâmica gera incentivos à participação ativa e contínua nas atividades do partido, promovendo também socialização e formação políticas. Contudo, para alcançar o posto de candidato do partido, este deve integrar-se a uma das correntes políticas, que, por sua vez, estão na direção e controlam

zonas de incerteza. Logo, o PSOL se aproxima do modelo de recrutamento e escalada do tipo centrífugo (Fábio Felix - DF; Gustavo Belisário - DF). Significa que os líderes distribuem incentivos seletivos (no caso, a possibilidade de ser candidato e receber financiamento eleitoral) e recebem em troca lealdade à corrente que representam, gerando tensões internas, especialmente entre atores de movimentos sociais discordantes desse sistema de trocas típico dos partidos (PANEBIANCO, 2005).

Não tem interesse deles de tornar viável uma candidatura que seja do Setorial LGBT, como a gente já tentou várias vezes. A gente tentou com a Indianara [Siqueira], a gente tentou com a Carol Quintana, que é uma mulher lésbica. A gente tentou com algumas pessoas, com passagem pelo setorial, que não encontravam espaço para se viabilizarem. Em termos de distribuição de recursos, espaço nas candidaturas majoritárias, espaço em comícios, apresentações públicas. A gente não consegue transpor esse domínio do aparato por essas correntes (Rodrigo Veloso - RJ).

O controle dessa zona de incerteza pelas correntes pode ser um fator a mais na dificuldade de instituir um Setorial Nacional LGBTI+ e setoriais locais, na medida em que tais instâncias não têm poderes e recursos para incidir sobre processos eleitorais, tornando-se pouco atraente para potenciais candidatos e candidatas. Ao fim e ao cabo, os setoriais LGBTI+ psolistas possuem apenas a função de apresentação do programa, ideias e membros do partido a novos integrantes recém-ingressados na organização, funcionando como incentivo coletivo de identidade.

Eles [correntes] selecionam pessoas da organização deles, que sejam LGBTs e que, portanto, possam emprestar a legitimidade de serem LGBTs para absorver esses votos para dentro do grupo deles, da organização deles. Então o setorial não tem a prerrogativa de definir suas próprias lideranças. Essa, para mim, é uma questão estratégica (Rodrigo Veloso - RJ).

Também há possibilidade de LGBTI+ serem candidatos/as para cumprirem tarefas e objetivos diversos do partido em face da lealdade estabelecida pelas lideranças:

Pelo PSOL eu fui candidato a deputado em São Paulo, mas a pedido de Plínio [Arruda], porque nós estávamos na construção do partido e não tinha PSOL para ser candidato. E eu estava, naquele processo, com a tarefa de ajudá-lo, ser coordenador da campanha dele, né? Mas a gente estava num processo de construção de PSOL onde todo mundo tinha que ser tudo (Leandro Recife - PE).

Também chama atenção o elevado número de candidaturas de pessoas trans em comparação com outros partidos, como demonstrado na etapa de levantamento de ações e encaixes institucionais. Isso porque os índices de violência e exclusão social e política de

travestis e transexuais no Brasil são alarmantes (BENEVIDES, 2022). Uma possível explicação diz respeito à base social e cultural, às tradições e relações com a classe trabalhadora entre os partidos analisados. O PSOL teria mais abertura a novas ideias por ter sido fundado e ser composto por forças políticas e militantes que representam classes médias universitárias, onde a questão trans circula com mais tranquilidade, diferentemente do PT e do PSDB. O PT da fundação, sendo um partido de base operária e popular, teria maiores dificuldades de lidar com a pauta homossexual e trans, vez que a homossexualidade era entendida como manifestação da decadência burguesa e não fazia parte da classe trabalhadora¹⁵⁸.

Destacamos a pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo/SP de Alexya Salvador nas eleições municipais de 2020. Alexya é uma mulher trans, negra e cristã, ocupando o posto de Reverenda da Igreja da Comunidade Metropolitana, congregação evangélica inclusiva¹⁵⁹. Nas eleições daquele ano, a Reverenda Alexya disputou as prévias do PSOL com Sâmia Bomfim contra a chapa concorrente composta por Guilherme Boulos e Luiza Erundina, de onde saíram derrotadas. Essa pré-candidatura merece destaque porque ainda é raro pessoas trans no Brasil disputarem candidaturas a cargos majoritários, ainda mais de uma cidade do porte de São Paulo.

Outra possibilidade de participação eleitoral de pessoas trans tem sido por meio de candidaturas e mandatos coletivos que no Brasil vem crescendo como modelo alternativo à representação política individual e como nova forma de interação entre partidos e movimentos sociais (ALMEIDA; LÜCHMANN, 2021). Um desses exemplos é a codeputada estadual pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, Robeyoncé Lima, que se tornou candidata nas eleições de 2018 após participar de atividades de movimentos sociais próximos do PSOL. No mesmo ano, Erika Hilton também era eleita para um mandato coletivo na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Ambas são negras.

Mas o convite saiu muito... Não foi bem do partido, o partido acatou essa ideia, digamos assim. Mas o convite veio desse movimento organizado chamado "Ocupa Política", sabe? Que estuda estratégias de como ocupar a política, por exemplo. E apareceu, em um dos eventos, essa possibilidade de juntar várias numa única candidatura e a gente tentou aqui para ver se dava certo. E nessa história a gente se elegeu com 39 mil votos. A gente se elegeu pela primeira vez! Primeira experiência coletiva na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Robeyoncé Lima - PE).

Concluindo nossas análises sobre esta zona incerta do partido, o recrutamento de novos filiados ocorre tanto por meio de filiações espontâneas de sujeitos LGBTI+ interessados em

¹⁵⁸ Agradecemos a James Green por ter chamado atenção a essas diferenças entre PT e PSOL.

¹⁵⁹ Informações extraídas da seguinte matéria de Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/samia-bomfim-anuncia-reverenda-trans-como-vice-na-chapa-a-prefeitura/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

participar do PSOL, quanto através de convites de líderes veteranos. Não há registros recorrentes de interdições, bloqueios ou vetos a candidaturas dessa população, o que funciona como um incentivo, se considerarmos a desigualdade social envolvendo o segmento. Contudo, não há encaixes institucionais que estabeleçam reserva de vagas para LGBTI+, fazendo com que cada candidatura e mandato sejam casos que demandam análise sobre em que termos foram viabilizados.

Um desses fatores é a participação ativa e perene na organização, angariando o reconhecimento dos líderes e o *status* de “militante orgânico”, disposto ao cumprimento de tarefas e objetivos do partido. Isso diz respeito ao controle que as correntes partidárias exercem na definição de candidaturas na organização, gerando dificuldades em estruturar um Setorial Nacional LGBTI+ e mesmo em fazer funcionar os setoriais locais já existentes, vez que não gozam de poderes para definir candidaturas e funcionam mais como espaço de socialização e apresentação para novos membros.

Outro fator que contribui para o lançamento de candidaturas LGBTI+ é o engajamento prévio em pautas diversificadas, para além da diversidade sexual e de gênero. Nesse processo, tem chamado atenção o quantitativo de candidaturas e mandatos compostos por pessoas trans em cargos majoritários e principalmente proporcionais. Vimos que o modelo alternativo de candidaturas e mandatos coletivos, do qual o PSOL também utiliza em disputas eleitorais, tem possibilitado a participação eleitoral desse segmento fortemente excluído da sociedade brasileira.

6.4 Barreiras

Mesmo um partido identificado publicamente pelo compromisso com causas minoritárias como o PSOL não está imune a contradições e barreiras que venham a dificultar a participação política da população LGBTI+ e a institucionalização da temática na estrutura organizativa. Os sujeitos da pesquisa destacaram diversos elementos que funcionam como “nós” que travam o fluxo de avanços nos direitos de diversidade sexual e de gênero no partido. O primeiro e talvez mais evidente está a estrutura de desigualdades sociais que atingem essa população e que foi potencializada pelos discursos de ódio e violência política mobilizadas pelo chamado “bolsonarismo” (Leandro Recife - PE; Gustavo Belisário – DF; Talita Victor - DF).

A violência política tem assustado muito as nossas. Mataram a Marielle [Franco] em 2018 (Talita Victor - DF).

Embora o campo da esquerda seja mais aberto à defesa da diversidade sexual e de gênero e tenha protagonizado essa luta na esfera institucional, ele também é permeado por preconceitos e discriminações. Os preconceitos vigentes na chamada esquerda ideológica foram uma das barreiras destacadas pelos sujeitos da pesquisa (Anônimo; Talita Victor - DF).

A baixa formalidade dos processos na organização tem contribuído para o aumento da margem de ação dos dirigentes e se constitui em barreira para a participação e a institucionalização LGBTI+, uma vez que há baixo poder decisório para a base.

Eu acho que a principal barreira é a falta de um protocolo fixado. Eu acho que a lei brasileira falha em regular os partidos, de modo geral, existe a ausência de democracia em todos os partidos. E a agenda LGBT é subsidiária desse problema. Nós somos um dos grupos afetados por essa falta de democracia, né? A gente poderia falar dos negros, poderia falar das mulheres. Então essa falta de democracia, essa ausência de regulação, essa omissão da lei com relação ao funcionamento do partido ela permite que as direções nos atropelem; nos ignorem; ou só nos ouçam quando conveniente. Eu acho que essa ausência de regulação, de regras pré-fixadas e com prazos e protocolos é o nosso principal problema (Rodrigo Veloso - RJ).

A inexistência de um Setorial Nacional LGBTI+ organizado também representa um desafio para a ação coletiva das LGBTI+ do PSOL e foi apontado como uma barreira pelos ativistas. Isso impacta na organização e na formação política dos filiados (Robeyoncé Lima - PE; Fábio Felix - DF; Sara Azevedo - MG). A falta de organização política e a pouca formação sobre o tema da diversidade sexual e de gênero também refletem na falta de uma elaboração teórica que responda aos desafios colocados no Brasil da atualidade, outra barreira destacada pelos interlocutores (Fábio Felix - DF).

Por fim, a última barreira apontada diz respeito a um dilema clássico do Movimento LGBTI+ brasileiro: as disputas e batalhas internas ao movimento. Esse elemento já foi explorado na parte teórica quando discutimos as características desse movimento social, permeado por disputas internas por maior protagonismo, visibilidade e atenção pública e estatal entre as diferentes identidades e não-identidades que compõem o segmento (FACCHINI, 2005, 2020; GREEN, 2022). Essa tensão se reproduz também no campo partidário e se constitui em barreira, já que há dificuldades na construção de consensos e ações organizadas.

Essa coisa de uma militância LGBT às vezes ter uma cultura política muito bélica, né? A gente entende de onde vem essa cultura política, mas eu acho que ela se expressa muitas vezes no setorial e tal (...). Acho que há uma cultura política às vezes pouco gregária, sabe? Desagrega. Eu acho que, a gente sabe de onde vem, são pessoas muito machucadas nas suas trajetórias (Gustavo Belisário - DF).

Em síntese, as principais barreiras à participação e à institucionalização da pauta LGBTI+, resultantes da pesquisa sobre o PSOL, foram o bolsonarismo e a violência política, os preconceitos enraizados na sociedade, os preconceitos presentes no partido, a maior presença masculina na organização, a violência política LGBTfóbica, a excessiva informalidade dos processos burocráticos, a inexistência de um Setorial Nacional LGBTI+, a pouca formação política, a falta de uma elaboração teórica mais desenvolvida para solucionar os problemas sociais do país e que orientem a ação política, e as disputas internas ao Movimento LGBTI+ que se espelham em âmbito partidário.

O presente capítulo buscou aprofundar o processo de institucionalização LGBTI+ no PSOL. O tema surgiu no partido como herança dos fundadores e foi impulsionada por fatores sequentes, como a vitória eleitoral de Jean Wyllys em 2010 e a entrada de jovens ativistas LGBTI+ após as Jornadas de Junho de 2013. Contudo, o baixo grau de formalidade da organização somado à competição entre as correntes do partido - grupos aglutinados por lideranças políticas, perspectivas teóricas ou bases universitárias, sindicais e eleitorais - impõem dificuldades à construção de um Setorial Nacional LGBTI+ e à ação coletiva organizada do segmento. Apesar disso, o PSOL é um dos partidos que mais possuem LGBTI+ candidatas e eleitas no Brasil. Analisamos também em que medida essa institucionalização possibilitou determinados ganhos e conquistas de recursos e espaços no partido. A análise das zonas de incerteza demonstrou a existência de poucos encaixes institucionais de interesse do Movimento LGBTI+, sendo basicamente a aprovação de Encontros Nacionais LGBTI+ periódicos na Zona de Incerteza Decisão e a publicação de uma resolução assegurando 15% de recursos a mais sobre a faixa de prioridade estabelecida pelos Diretórios para candidaturas LGBTI+ na Zona de Incerteza Financiamento. Também identificamos barreiras variadas, como os preconceitos na sociedade e na esquerda, a violência política e ausência de um Setorial Nacional LGBTI+, que desafiam a ação do Movimento LGBTI+ no partido.

7 A INSTITUCIONALIZAÇÃO LGBTI+ NO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

O presente capítulo visa a concluir as análises empíricas empreendidas sobre os partidos selecionados, dessa vez olhando para o PSDB, nosso único caso à direita no espectro ideológico. A conclusão desse caso encerra a segunda etapa do estudo, possibilitando responder ao nosso problema de pesquisa. Recuperando o levantamento das ações e encaixes institucionais mapeados na primeira etapa da pesquisa e apresentados no capítulo 4, o PSDB possui razoável grau de institucionalização, ocupando posição intermediária entre o PT, com o maior grau de institucionalização da temática LGBTI+, e o PSOL, com menor grau de institucionalidade.

Identificamos que diversidade sexual e de gênero são conteúdos instituídos no estatuto. O tema constou nos últimos quatro Planos de Governo para a Presidência da República (2007, 2011, 2015 e 2019), indicando constante presença nos pleitos eleitorais nacionais. Foram encontradas notas do partido sobre o tema, existência de materiais educativos elaborados pelo partido e páginas e perfis sobre a questão LGBTI+ no site oficial e em redes sociais. Verificamos que o PSDB conta com instância batizada Diversidade Tucana e que essa instância possui assento na Comissão Executiva Nacional do partido. Também vimos que o partido patrocina atividades da militância e lança candidaturas do segmento com regularidade.

No entanto, não foram encontrados registros sobre resoluções, nem presença do tema no programa partidário. Não há reserva de vagas para LGBTI+ participarem de instâncias dirigentes enquanto atores individuais (diferentemente da representação da Diversidade Tucana na Executiva, uma instância partidária) ou serem candidatas em competições eleitorais. Também não há remuneração do partido para o/a Presidente da Diversidade Tucana, nem garantia de financiamento eleitoral para candidaturas de LGBTI+. Por fim, não há ocorrências de processos disciplinares contra membros abertamente LGBTIfóbicos.

Assim como os partidos anteriormente analisados, pretendemos aprofundar o processo de institucionalização, observando os elementos que favoreceram a instituição de interesses, valores e objetivos do Movimento LGBTI+, os principais encaixes institucionais operados no partido e a efetividade dos mesmos ao olhar para a disputa de recursos nas zonas de incerteza do PSDB. Almejamos refletir se a militância organizada conseguiu instituir encaixes institucionais perenes no âmbito das comunicações, da definição de regras, do financiamento e

do recrutamento, além de perscrutar as barreiras à participação política de minorias sexuais e de gênero no “ninho tucano”¹⁶⁰.

7.1 Processo

7.1.1 Fundação e anos iniciais

O PSDB foi fundado em 25 de junho de 1988 por parlamentares anteriormente filiados ao PMDB. Roma (2002) diz que o consenso estabelecido pela literatura especializada é o de que a criação do partido ocorreu por razões ideológicas em função das divergências cultivadas no interior do PMDB e sua aliança com a direita, representada pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL). Contudo, o autor defende a tese de que a ruptura com o PMDB se deu mais por motivos eleitorais do que por aspectos ideológicos (ROMA, 2002).

A literatura especializada aponta três fatores, de caráter ideológico, para o surgimento do PSDB: (i) as divergências internas ao PMDB sobre as questões da Assembleia Nacional Constituinte, especialmente a respeito do sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e da duração do mandato de presidente (quatro ou cinco anos); (ii) o domínio sobre o partido por parte de um político chamado Orestes Quércia, que controlava o PMDB, deixando os dissidentes com pouco espaço de atuação; (iii) o lançamento da candidatura de um político chamado João Leiva para a prefeitura de São Paulo em aliança com setores conservadores do PFL, que desagradaram o grupo (ROMA, 2002).

Além desses fatores, Guiot (2006) explica que os insatisfeitos do PMDB criticavam o alinhamento entre o governo de José Sarney e forças conservadoras advindas do regime militar, determinadas práticas fisiológicas e clientelistas nos processos e votações da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o fracasso dos planos econômicos anti-inflacionários, o baixo poder de compra dos salários e a piora das condições de vida da população brasileira naquele período da abertura democrática, que resultava em avaliações negativas da população em relação ao então presidente e de seu partido, o PMDB.

A tese de Soraia Vieira (2012) destaca dois fatores importantes para a formação do PSDB. O primeiro fator eram as disputas no interior do PMDB. Um grupo paulista de parlamentares sem espaço no partido mobilizou dissidentes de outros partidos, notadamente, o PFL, o PTB e o PDT, para fundar o novo partido, no contexto da ANC. O segundo fator era a

¹⁶⁰ Ave-símbolo do PSDB. Segundo Vieira (2012), essa ave foi escolhida por ser um pássaro brasileiro e referência ecológica, o que simbolizaria preocupação do partido com temas contemporâneos.

percepção daqueles atores sobre a existência de um nicho eleitoral que o novo partido poderia representar como alternativa de centro. Isso porque tanto o PMDB quanto José Sarney apresentavam queda na popularidade (VIEIRA, 2012).

De maneira semelhante, Roma (2002) enfatiza três fatores para a ruptura, de caráter pragmático-eleitoral: (i) o governo Sarney concedeu pouco espaço no governo aos políticos que viriam a fundar o PSDB; (ii) o grupo fundador também não estava cotado no interior do PMDB nas discussões sobre a sucessão para a presidência da república nas eleições de 1989, sendo que Mário Covas, fundador do PSDB pertencente a esse grupo insatisfeito, despontava como potencial candidato a presidente do país em pesquisas de intenção de voto e (iii) a abertura de um contingente de eleitores de centro insatisfeitos com o governo federal. Logo, o novo PSDB disputou esse lugar de centro ideológico com o PMDB (ROMA, 2002).

Figura 26 - Ato de fundação do PSDB em junho de 1988 na Câmara dos Deputados. No registro, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra.



Fonte: Folha de São Paulo¹⁶¹.

Desse modo, o PSDB nasceu em busca de poder político motivado por razões pragmáticas e eleitorais. O fato de ter sido gestado no parlamento o tornou repleto de lideranças políticas influentes, mas com notório distanciamento de bases sociais e sindicais e

[...] Propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes. Essa estrutura, por sua vez, facilitou a aproximação entre o partido e o PFL, principalmente porque o programa de governo

¹⁶¹ Geraldo Alckmin, outra liderança importante do partido, também aparece no ato em outros registros. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1603822012302571-psdb-30-anos>. Acesso em: 18 out. 2022.

de ambos os partidos apresenta uma visão ideológica próxima do liberalismo (ROMA, 2002, p. 72).

Para sustentar seus argumentos, Roma (2002) lembra que tão logo eleito para o governo federal nas eleições de 1994, o partido não apenas se aliou à direita, no caso ao PFL e ao PTB, como atuou para estender o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de quatro para oito anos a partir de uma emenda constitucional sobre reeleição, medida criticada na ANC quando se discutia a ampliação do mandato de José Sarney de quatro para cinco anos.

Em outras palavras, as explicações para sua criação, centradas em questões ideológicas, argumentando haver oposição do partido às alianças com a direita e ao casuísmo da prorrogação do mandato presidencial, revelaram-se, ao longo do tempo, inconsistentes, visto que o próprio PSDB adotou tais estratégias de ação pouco tempo depois da sua fundação (ROMA, 2002, p. 73).

Após a fundação, nos primeiros anos de existência, o PSDB viveu um dilema ideológico significativo. De um lado, estavam os discursos social-democratas do partido, expressos em programas partidários e materiais formativos diversos, com a finalidade de recrutar e mobilizar militantes. De outro, as concepções liberais dos dirigentes, expressas em planos de governo, em alianças eleitorais e em medidas governamentais (ROMA, 2002).

Vieira (2012) chama atenção para as semelhanças entre o PSDB e o PT. Ambos os partidos tinham sua base em São Paulo e eram compostos por intelectuais do estado paulista. No caso tucano, os intelectuais de destaque eram Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Luiz Carlos Bresser-Pereira. A forte incidência paulista tem a ver com fato de que um dos motivos para a ruptura no PMDB eram as disputas eleitorais naquele estado. A pesquisadora chama atenção para o fato de que o principal rival do PSDB da fundação não era o PT, mas o PMDB (VIEIRA, 2012).

De acordo com Vieira (2012), o PSDB nascido da ANC era mais próximo da esquerda, sendo favorável à agenda social e à democracia. O único ponto de divergência com o PT era sua defesa do liberalismo econômico.

Todas as pesquisas e dados encontrados sobre votações e posicionamento ideológico do período da constituinte, demonstram que os fundadores do PSDB compunham realmente a ala mais a esquerda do PMDB, que estavam mais identificados com os ideais progressistas do que com o conservadorismo comumente observado entre os peemedebistas (VIEIRA, 2012, p. 83).

Esse elemento ajuda a explicar a abertura dos governos tucanos a questões sociais, dentre elas, à agenda da diversidade sexual e de gênero (especialmente em governos paulistas

durante os anos 2000), ou seja, não se tratam de governos avessos a direitos. Contudo, sua aliança com o PFL motivada pela governabilidade nos governos FHC levará o partido a caminhar para a direita e por uma agenda de privatizações. Se na ANC o PSDB era considerado de centro-esquerda, durante seus primeiros governos nacionais, o partido “se aproxima muito mais do social-liberalismo do que da social-democracia” (VIEIRA, 2012, p. 89).

Do ponto de vista da estrutura organizacional, o partido contava com poucas instâncias de veto, as lideranças concentraram poder decisório nas suas táticas eleitorais. Além disso, o PSDB conferia autonomia decisória aos diretórios sobre matérias locais. Esses dois elementos favoreceram a construção de alianças políticas visando ao sucesso eleitoral, em especial com o PFL. As lideranças do partido partilhavam de ideologias afins com a direita e a militância não dispunha de instâncias concretas de veto às decisões dos líderes (ROMA, 2022).

Isso provavelmente ocorreu por ser um partido de origem parlamentar, distante das bases, pois um dos fatores que podem controlar o fechamento de um partido e controlá-lo de baixo para cima é a presença de movimentos sociais autônomos no seu interior ou em seu campo relacional (ANRIA, 2018). E falando em movimentos sociais, em relação à interação com o Movimento LGBTI+ ou à institucionalização da temática, não encontramos registros referentes aos momentos iniciais da existência do partido. O que se sabe é que em 1996, no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o governo federal lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH). Nele, há uma breve afirmação dos homossexuais como detentores de direitos humanos (FEITOSA, 2016).

Na segunda versão do PNDH, publicada no último ano do governo FHC (1995-2002), foi prevista 10 metas específicas voltadas para a população LGBTI+ (FEITOSA, 2016). Esses dados são importantes para a emergência das políticas públicas de diversidade sexual e de gênero que se fortaleceriam durante os governos seguintes, mas ainda não podem ser lidas como ações partidárias, vez que foram ações de governo e governos são influenciados por diversos agentes externos ao partido, como movimentos sociais, convenções internacionais ou pela opinião pública.

Um último ponto que gostaríamos de abordar é que, embora a institucionalização de instâncias afirmativas de direitos LGBTI+ em partidos de centro-direita só tenha ocorrido nos anos 2000, como veremos adiante, já existiam candidaturas LGBTI+ nesses partidos pelo menos desde a década de 70 no país. Em sua pesquisa sobre o Movimento LGBTI+ de Pernambuco, Santos, E. (2022) identificou a candidatura de Baiardo de Andrade Lima nas eleições de 1978 na cidade de Recife. Baiardo se candidatou a um cargo na Câmara Federal pelo MDB com discursos de combate à discriminação homossexual, provocando a ira de

conservadores da época que se manifestaram na imprensa local. Portanto, ainda sob a ditadura militar e 10 anos antes da fundação do PSDB por ex-filiados ao PMDB.

Outro trabalho que destaca a presença de LGBTI+ em partidos de centro-direita antes dos anos 2000 é o de Gontijo (2014). Seu artigo narra a trajetória de Kátia Tapety, primeira travesti eleita para assumir um mandato político no país, que se tem registro. Kátia foi eleita vereadora no ano de 1992, tendo sido reeleita em disputas posteriores e assumindo a presidência da Câmara Municipal em alguns anos específicos, no município de Colônia do Piauí/PI pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), partido herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), representante dos militares que assumiram o poder entre 1964 a 1985 e que compôs a coalizão presidencialista do PSDB durante o governo FHC. Kátia não tinha conexões com o movimento trans. Ela vinha de uma família politicamente influente na região e exercia o papel de líder comunitária, auxiliando os moradores a resolverem problemas cotidianos (GONTIJO, 2014).

Uma terceira e última candidatura que nos ajuda a entender a institucionalização LGBTI+ no PSDB - institucionalização essa entendida por nós não apenas como a conquista de encaixes institucionais mediante negociações, mas como um processo longo e permanente, composto por repertórios de ação diversos que podem resultar em iniciativas formais - é o de Robson Cerqueira. Ela é importante porque foi a primeira candidatura de um gay assumido (e com plataforma eleitoral engajada) na trajetória do PSDB. Robson se candidatou a deputado federal para representar o estado de São Paulo em 1998, tendo se lançado também a vereador em 2000 e a deputado federal novamente em 2002, sem nunca ter sido eleito (CRUZ, J., 2021).

O que chama atenção nessa primeira candidatura “colorida” do PSDB que se tem registro na literatura é que, no pleito de 1998, Robson Cerqueira não recebeu nenhum apoio do partido, seja em termos de doações financeiras/financiamento eleitoral, seja em relação à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, pois sua gravação não foi ao ar, interpretada pelo candidato como boicote homofóbico, vez que vestia as cores do arco-íris no registro. Em razão disso, o candidato realizou um protesto em frente ao comitê de campanha de Mário Covas e recebeu a promessa de ter o seu vídeo exibido na TV pelo então chefe da campanha, o que não foi cumprido (CRUZ, J., 2021).

Apesar do pouco apoio do partido as suas incursões eleitorais, Robson afirma que não encontrou resistências para se candidatar, mas o entrevistado não atribui essa facilidade a uma pretensa permeabilidade do partido à causa. Para ele, na verdade, isso deveu-se, em grande medida, ao sistema eleitoral vigente que colaborava para que os partidos “fizessem qualquer um de trouxa” de forma que na visão de Robson nunca houve qualquer impedimento as suas candidaturas, porque o interesse do

partido seria angariar a maior quantidade de votos possível, sem importar de onde estes votos viessem (CRUZ, J., 2021, p. 116).

Esse caso é importante porque mostra a existência de repertórios mais conflituosos na interação entre atores LGBTI+ e partidos políticos ainda que a relação de trocas e o estabelecimento de lealdades políticas sejam predominantes nesse tipo de organização (PANEBIANCO, 2005).

É interessante também porque mostra as primeiras iniciativas de afirmação dos direitos da diversidade sexual e de gênero em um momento que havia pouco acúmulo e espaço para atuação em partidos ideologicamente mais à direita. Como vimos em De La Dehesa (2015), o sistema eleitoral brasileiro, de representação proporcional de lista aberta por estado, foi um fator importante para a emergência de diversas candidaturas LGBTI+ por diferentes partidos, incluindo os de centro-direita. A emergência dessas candidaturas possibilitou maiores aproximações entre esses partidos e sujeitos LGBTI+, engajados na luta pela diversidade ou não.

Não é possível afirmar a relação de causalidade entre essa primeira candidatura “assumida” do PSDB e a criação do núcleo Diversidade Tucana que iria acontecer alguns anos depois, em 2006. Contudo, certamente a passagem de Robson contribuiu para a institucionalização da questão ao protestar por apoio, atenção e maior solidariedade à causa em congressos do partido (CRUZ, J., 2021).

7.1.2 Secretariado Diversidade Tucana

A emergência de uma instância partidária que pautasse diversidade sexual e de gênero no PSDB surge somente 17 anos após a fundação do partido, protagonizada por um grupo de atores partidários - assessores, burocratas, gestores - que lutaram pela institucionalização da causa. Esses atores são bem menos vinculados às organizações do Movimento LGBTI+, aspecto esse distinto do PT e do PSOL. A institucionalização da Diversidade Tucana se inicia em 2005 quando Wagner Tronolone (conhecido como Gui Tronolone), um assessor do então vice-governador do estado de São Paulo, Alberto Goldman, teve a ideia de criar um espaço dedicado a debater diversidade na agremiação (CRUZ, J., 2021).

O contexto político daquele período era caracterizado pelo lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia do governo federal em 2004, pelo crescimento do número de participantes nas Paradas do Orgulho LGBTI+ de São Paulo e pela vitória eleitoral de José Serra para a Prefeitura de São Paulo também em 2004. Como prefeito, Serra havia implantado

a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual na estrutura da administração pública municipal durante a sua gestão (CRUZ, J., 2021). As chamadas políticas públicas LGBTI+ estavam em processo de emergência no país.

No ano de 2006, foi realizado um encontro no Hotel São Rafael, localizado no Largo do Arouche, conhecido reduto LGBTI+ da cidade de São Paulo, que reuniu diversas pessoas da sociedade. Nesse encontro nasceu o grupo que viria a constituir a Diversidade Tucana (Entrevista com Marcos Fernandes - SP). À época, o site Athos GLS, portal de notícias sobre diversidade sexual e de gênero, reportou o fato¹⁶².

O PSDB paulista lança no próximo sábado, às 10h, o núcleo “Diversidade PSDB”, destinado a ampliar o debate sobre os gays, lésbicas, transexuais e transgêneros. A articulação para a criação do núcleo surgiu em novembro do ano passado, desde que Sidney Beraldo assumiu a presidência do diretório estadual.

O jornalista Wagner Tronolone, militante do partido há dois anos e do movimento gay há cinco, é um dos idealizadores do projeto. Segundo Tronolone, os direitos dos homossexuais passam apenas pelo âmbito judicial, mas é necessário “ampliar o debate para dentro dos partidos políticos”, para que os direitos se tornem legislação.

Neste sábado, será eleita uma coordenação provisória, com mandato de um ano. Ao fim deste período, há outra eleição. O encontro acontece na sede estadual do partido, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4435, próximo ao parque do Ibirapuera (ATHOS GLS, 2006 apud CRUZ, J., 2021).

Naquele momento, ainda não havia a ideia de ser um Secretariado na estrutura nacional do partido, mas a de constituir um grupo político para debater diversidade sexual e política institucional, razão pelo qual era um espaço aberto também a não-filiados. De acordo com Cruz, J. (2021) esse grupo nasce com o objetivo de mostrar pra população que o PSDB era um partido aliado da causa LGBTI+ e criticar a influência que o PT exercia sobre o Movimento LGBTI+ paulistano, que por sua vez criticava as gestões tucanas no estado e na capital paulista.

Já o atual Presidente de Honra da Diversidade Tucana, Marcos Fernandes, nos contou que o surgimento do grupo, além de apresentar o PSDB como partido aliado da diversidade sexual e de gênero para a população, também visava a levar as demandas da sociedade civil nos temas de gênero e sexualidade para o partido.

Já mais para frente, vamos falar dos anos 2005, quando já tem uma série... Mesmo no plano nacional de direitos humanos quando o Fernando Henrique [Cardoso] começa a colocar as primeiras políticas em nível nacional, foi crescendo a necessidade no partido para que a gente apresentasse as nossas políticas. E aí é por isso que o Diversidade Tucana foi criado. Era para falar com a população aquilo que nós estávamos fazendo enquanto partido e enquanto governo. Porque o partido fazia

¹⁶² Matéria disponível em: <https://athosgls.com.br/psdb-de-sao-paulo-cria-nucleo-gay/>. Acesso em: 16 set. 2022.

no governo aquilo que foi discutido em plano de governo. E também falar para o partido o que a população está esperando. Para que não ficasse uma coisa assim: “lá em cima se decide fazer A e B e a realidade é outra” (Marcos Fernandes - SP).

Isso revela que os ativistas da DT atuam como *brokers* conectando as relações entre partido e sociedade (GURZA LAVALLE; VON BÜLOW, 2014; OLIVEIRA, 2016; 2021). Naquele ano, em 2006, ocorre eleições nacionais e estaduais e o nome do grupo, Diversidade Tucana, começa a figurar no plano de governo do partido para o governo do estado de São Paulo encabeçado pelo candidato José Serra (CRUZ, J., 2021). O grupo também se engaja na campanha de Geraldo Alckmin, outra liderança do partido, para o governo federal. Assim, o tema começa a se deslocar da seção sobre direitos humanos para uma seção específica sobre diversidade no plano de governo estadual (Marcos Fernandes - SP).

Também nesse período, os militantes elaboraram um manifesto (ANEXO G), documento que passa a ser apresentado a políticos do partido em momentos oportunos, como encontros regionais, por exemplo. Além de aproveitar estrategicamente encontros e reuniões, eles buscavam sensibilizar políticos conservadores a fim de convencê-los de que a pauta LGBTI+ também é uma das linhas de ação do PSDB por causa do histórico de políticas públicas (Marcos Fernandes - SP).

Então quando eu criei isso dentro do partido eu fui buscar os conservadores. E o que tinha naquele manifesto? O manifesto, se você vai ler, tem lá o que o [Franco] Montoro fez, o que o Fernando Henrique [Cardoso] fez, o que o [José] Serra fez, o Mário Covas. Por quê? Porque ninguém pode falar que isso não é uma pauta do PSDB. Está aqui, eles fizeram ações políticas de governo. Então, não é porque você é direita que você pode não querer fazer, porque o histórico do partido é esse. Então a minha estratégia sempre foi me aproximar dos conservadores (Marcos Fernandes - SP).

Lendo o manifesto, é dito que a Diversidade Tucana foi criada com “a missão de inserir os conceitos sobre diversidade sexual no DNA do Partido da Social Democracia Brasileira” e para servir de referência na elaboração de planos de governo (PSDB, 2006a, p. 1). Além de apresentar o núcleo, o documento narra diversas políticas públicas implementadas em gestões tucanas e lista diretrizes que servem de guia para futuras gestões públicas do partido. Nota-se que os ativistas que produziram o manifesto priorizaram ações no poder Executivo em vez de candidaturas proporcionais, diferentemente do PSOL, por exemplo, o que talvez possa ser explicado pelo acúmulo de vitórias em eleições majoritárias para os governos federal, estadual (em São Paulo) e municipal (em São Paulo), além de outras localidades no país. De fato, o PSDB obteve sucesso eleitoral na década de 90 (ROMA, 2002).

Figura 27 - Trecho do “Manifesto do Diversidade Tucana”.



Apresentação

O Diversidade Tucana é um Secretariado criado com a missão de inserir os conceitos sobre diversidade sexual no DNA do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Dessa forma, esse núcleo serve de referência para as questões relativas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) quando da construção dos planos de governo dos candidatos do partido, bem como para gestores comprometidos com direitos humanos e cidadania da população brasileira. Outro objetivo é articular o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas à diversidade sexual nas administrações geridas pelo PSDB.

Fonte: Marcos Fernandes, disponibilizado ao autor.

Esse grupo paulistano começou a se mobilizar para institucionalizar no estatuto o tema da diversidade. Em conversas com o então Secretário-Geral do PSDB de São Paulo, César Gontijo, os ativistas chegaram a um entendimento de que primeiramente seria necessário organizar um Núcleo Nacional da Diversidade Tucana e expandir além do território paulista. Em seguida, Marcos Fernandes se encontrou com o Presidente Nacional do PSDB à época, Sérgio Guerra, no ano de 2008 (Marcos Fernandes - SP).

O Presidente do partido apoiou e autorizou a iniciativa da criação do Núcleo Nacional da Diversidade Tucana e os orientou a se organizarem politicamente, lançando candidaturas e formando uma base mais nacionalizada, para além de São Paulo. Naquele momento só existiam o Secretariado da Mulher e o da Juventude. O Tucanafro, Secretariado correspondente ao Movimento Negro do partido, ainda estava se organizando e não era constituído formalmente (Marcos Fernandes - SP).

Tendo em vista a necessidade de recrutar novos membros e ampliar a chamada “base” da Diversidade Tucana para o território nacional, o grupo paulistano organizou em 2011 um encontro de tucanos no contexto das atividades da 15ª Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo, que atrai milhões de participantes de todo o país, no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

Figura 28 - Arte de divulgação da Convenção Nacional da Diversidade Tucana.



Fonte: Dissertação de Cruz, J. (2021) extraído do site <http://www.diversidadetucana.com.br>.

Essa tática de aproveitar o evento da Parada foi bastante semelhante a que o PT fez para criar seu Setorial Nacional em meados de 2001, revelando indícios de “efeito-contágio” (ARAÚJO, 2005). Nesse encontro, com presença de filiados de diversos estados brasileiros, foi criado o Núcleo Nacional da Diversidade Tucana, elegendo como Presidente Marcos Fernandes (Marcos Fernandes - SP).

Inclusive, eu estava coordenando a mesa para fazer eleição [da Presidência da Diversidade Tucana Nacional], eu não era candidato na época. E aí algumas pessoas: “não, mas você já está”, “mas eu sou presidente municipal”, “não, você já está, vai você”. Não foi um jogo de empurra, mas foi assim: quem naquele momento tinha mais condições de falar nacionalmente. E aí eu fui eleito presidente e o vice foi o saudoso Sardinha, do Pará. Depois ele teve um AVC [Acidente Vascular Cerebral], um aneurisma, uma coisa assim, e faleceu alguns anos depois. Ali surgiu o Diversidade Tucana nacional, ainda como grupo político (Marcos Fernandes - SP).

Àquela altura, Marcos já era reconhecido como importante liderança da causa LGBTI+ entre seus pares de partido, pois além de ser um dos fundadores do PSDB em 1988, ele já havia atuado junto à juventude do partido e exercido função de assessor parlamentar por muitos anos

(CRUZ, J. 2021). O ativista ficou à frente da Diversidade Tucana por 10 anos, entre 2009 e 2019, maior período de tempo desde a existência do espaço (Marcos Fernandes - SP).

No ano de 2010, Aécio Neves, liderança política mineira do partido, seria eleito Presidente Nacional do PSDB. É na sua gestão que a Diversidade Tucana se torna Secretariado Nacional no partido (Marcos Fernandes - SP). Aécio, em que pesem inúmeras contradições na sua vida pública e seu papel nos problemas democráticos nacionais a partir do Golpe de 2016 (MIGUEL, 2019), é bastante reconhecido pelas lideranças da Diversidade Tucana pelo seu apoio à institucionalização do Secretariado (Marcos Fernandes - SP; Edgar Souza - SP).

Para alcançarem o *status* reconhecido pelas principais lideranças políticas do partido, diversas atividades foram realizadas pelo grupo entre 2006 e 2010. Foram percebidas reuniões, ações de *advocacy*, participação em campanhas eleitorais em diferentes níveis, elaboração de planos de governo, entrevistas na mídia, publicação de notas de repúdio, criação de site próprio, recolhimento de assinaturas para abaixo-assinados, elaboração de documentos como o “manifesto pela diversidade”, lançamento de candidaturas e presença em protestos e manifestações, como as Paradas do Orgulho (CRUZ, J. 2021; Entrevista com Marcos Fernandes - SP).

Logo, a variação vertical desse encaixe institucional em um nível mais alto na hierarquia política do partido (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019) foi resultante da convergência entre uma maior organização política de ativistas do estado de São Paulo, com foco na capital, e a abertura, apoio e acolhimento de integrantes da coalizão dominante do PSDB. Portanto, a conquista de encaixes institucionais mais sólidos foi precedida de agitações, mobilizações e de um trabalho de expansão territorial pelos ativistas.

Uma vez institucionalizado o Secretariado Diversidade Tucana em âmbito nacional, os participantes reivindicaram a representação da instância na Comissão Executiva Nacional a fim de participarem das decisões mais importantes do partido, proposta acolhida e posteriormente instituída no estatuto (Marcos Fernandes - SP). Tal conquista se estende para as Comissões Executivas estaduais do partido, um avanço importante tendo em vista o caráter centralizador dos partidos brasileiros. Atualmente, a Diversidade Tucana está presente em 19 Comissões Executivas Estaduais (Edgar Souza - SP).

Nós começamos a ter uma luta dentro da Executiva Nacional para que o representante do segmento fosse o presidente nacional do secretariado. Qual a diferença? Porque nós não queríamos que um gay, um LGBT, fosse um representante da Executiva, nós queríamos que o segmento que faz o trabalho político tivesse a voz dentro da Executiva daquele segmento. E mais para frente, 4 anos depois, assim foi

feito e hoje são os presidentes nacionais que têm assento na Executiva. Isso foi um avanço (Marcos Fernandes - SP).

É interessante observar que para os membros do Secretariado não bastava ter um/a LGBTI+ na Comissão Executiva Nacional, mas um ator que fizesse parte da Diversidade Tucana e representasse o grupo nesse lugar de poder. Esse ganho institucional é exclusivo do PSDB entre os casos estudados na tese, uma vez que a Secretaria Nacional LGBT do PT só possui direito a voz no Diretório Nacional e o PSOL não constituiu o seu Setorial de maneira orgânica (não tem coordenação instituída, nem presença na direção). Desse modo, Marcos Fernandes foi o primeiro representante do Secretariado a ocupar lugar na Comissão Executiva Nacional.

No ano de 2012, a fundação educacional do PSDB, Instituto Teotônio Vilela, incluiu um módulo sobre diversidade sexual e de gênero em um curso de formação política chamado “Uma visão social democrata” voltado para pré-candidatos do partido (CRUZ, J. 2021). Como exposto na seção sobre o estatuto, no ano de 2013 o PSDB formaliza em seu documento principal a existência do Secretariado Diversidade Tucana, a presença na Comissão Executiva Nacional com direito a voto somente em matérias de interesse do segmento e insere a defesa da diversidade sexual e de gênero nos objetivos programáticos.

Uma das iniciativas da qual os membros da Diversidade Tucana sentem orgulho, e que expressa certo grau de institucionalização do tema no partido, foi a publicação de uma cartilha intitulada “Direitos da Diversidade” elaborada pelo Instituto Teotônio Vilela em parceria com a DT no ano de 2017. Esse material educativo já foi apresentado no capítulo 4, mas vale a pena refletir: se em 2006 os ativistas tinham apenas um manifesto elaborado por eles próprios, 11 anos depois o partido publicaria um material financiado pela própria organização e elaborado por profissionais contratados, evidenciando avanços do tema na engenharia partidária.

No ano de 2019, a Diversidade Tucana realizou um novo encontro nacional em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Considerando que o Secretariado sempre teve mais força no estado de São Paulo, a realização de um encontro nacional na região Centro-Oeste do país demonstra o desejo perene de expandir e nacionalizar o grupo. Na ocasião, foi eleita a nova Comissão Executiva da DT referente à gestão 2020-2021. Marcos Fernandes passa a ser Presidente de Honra, um espaço honorífico criado especialmente pra ele, e Edgar Souza, um prefeito da cidade de Lins, do estado de São Paulo, assume a atual presidência do grupo. A posição de prefeito exerce grande peso na escolha do seu nome.

Em 2019 foi eleito o Edgar, prefeito de Lins. Por que o Edgar? É um prefeito, o primeiro prefeito assumidamente LGBT. É um prefeito que ganhou prêmios, por vários anos, de Amigo da Criança; é um prefeito que sai com uma popularidade muito grande e fez várias políticas de desenvolvimento social da cidade e aí incluía a população LGBT. Então era alguém que tinha condições políticas para estar lá (Marcos Fernandes - SP).

Além de Edgar, foi eleita para a vice-presidência da Diversidade Tucana, Hosilene Lubacheski, de Mato Grosso do Sul (tentamos entrevistá-la, mas não tivemos retorno), e para a Secretaria Geral, Lucas Barros, do estado de Pernambuco. Segundo o próprio Edgar Souza, sua entrada na Diversidade Tucana se deu por meio de convite de Marcos Fernandes. No início, Edgar estava mais focado em seu mandato, mas com o passar do tempo foi entendendo a importância de atuar na luta LGBTI+ do partido, ainda mais como prefeito, o que lhe conferia capital político pra dialogar com diversos setores do partido.

Assim, houve um acordo interno estabelecendo que Edgar seria o novo Presidente da Diversidade Tucana, exercendo a função de “porta-voz” do grupo perante a Executiva Nacional. Já o trabalho mais burocrático e cotidiano de organização do grupo ficou por conta dos ativistas veteranos. Vê-se que os militantes aproveitaram estrategicamente o fato de Edgar ser um dos raros prefeitos homossexuais assumidos do partido (e do país) para fortalecer a luta entre os tucanos (Edgar Souza - SP).

Até porque eu falava muito para os deputados: “eu sou a prova que a pauta [LGBTI+] dá voto, ou pelo menos não tira. Porque eu passei pelo crivo do voto e fui eleito, muito bem votado. Então não é esse o problema”. Então você desarma um pouquinho. Mas aí eu fiz esse combinado, eu falei: “Enquanto eu tiver prefeito, vou fazer esse papel de presidente e porta-voz”. E aí as questões burocráticas, as questões do dia a dia eles faziam. E até hoje, o grupo é muito bom nesse sentido (Edgar Souza - SP).

Mais recentemente, Edgar Souza foi convidado para trabalhar no governo de João Dória (governador de São Paulo entre 2019-2022). Sua função é coordenar a articulação de prefeitos paulistas de diversos partidos sobre assuntos de infraestrutura. Nos casos em que o prefeito é do PSDB, Edgar aproveita a oportunidade para levantar informações sobre a organização política de LGBTI+ na localidade e pede apoio para que essas lideranças locais o ajudem a fortalecer a base do partido para além da capital, exercendo típico repertório de interação classificado como “política de proximidade” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Edgar explica que, nessas reuniões, nos casos em que o prefeito não é do PSDB, ele pede apoio para o movimento social local. Outra ação recorrente é promover orientação a políticos tradicionais do PSDB sobre o que dizer e o que não dizer em posicionamentos públicos

referentes à causa da diversidade (Edgar Souza - SP). Essa tarefa nos remete ao trabalho de assessoria parlamentar, mas destoa desta porque o Presidente da DT é uma liderança política reconhecida formalmente pelo partido, não um profissional contratado para trabalhar em um mandato específico.

O governador, no dia que nós lançamos a delegacia da diversidade, ele me solta: opção [sexual]. Depois ele: “Edgar, desculpa”. Eu falei: “Não tem problema não, fica tranquilo. Pra gente o que importa é a delegacia e tal”, “Não, mas vou me corrigir”. E eu brinco assim, falo para os caras: “Se fosse opção, deveria ser respeitado do mesmo jeito, mas não é! Então vamos evitar o termo” (Edgar Souza - SP).

Com a finalidade de sintetizar a trajetória do grupo e a institucionalização da instância partidária, elaboramos a síntese abaixo:

Quadro 13 - Institucionalização do Secretariado Diversidade Tucana.

Ano	Processos
2006	Fundação do grupo Diversidade Tucana na cidade de São Paulo/SP.
2011	O grupo alcança <i>status</i> de Secretariado Diversidade Tucana na estrutura nacional do partido.
2013	O Secretariado Diversidade Tucana é reconhecido formalmente no estatuto.
2015	Presidente do Secretariado passa a compor Comissão Executiva Nacional com direito a voto.
2017	Secretariado Diversidade Tucana publica cartilha “Direitos da Diversidade” em parceria com Instituto Teotônio Vilela.
2019	Realização de encontro nacional em Mato Grosso do Sul elege nova Executiva do Secretariado DT.

Fonte: O autor, com base em entrevistas semiestruturadas, dados do TSE e Cruz, J. (2021).

7.1.3 Estatuto e suas atualizações

É adequada, mas é espaço político. Espaço político você conquista, você não ganha, você tem que estar sempre lutando. E cada vez que nós avançamos, nós começamos a trabalhar por mais coisas (Marcos Fernandes, sobre o tratamento do PSDB à causa LGBTI+).

O estatuto do PSDB foi o que mais contabilizou versões diferentes entre os casos analisados. Foram localizadas oito versões distintas referentes aos anos de 1999, 2003, 2007, 2011, 2013, 2015 (duas versões somente nesse ano) e 2017 (sendo substituído em 2020).

Na primeira versão que perdurou até 1999 nada é dito sobre gênero e sexualidade, mas chamou atenção a preocupação do partido em considerar a interação com movimentos sociais ao dizer em seu artigo terceiro, parágrafo quinto, a respeito das diretrizes e princípios programáticos “articulação com movimentos sociais, respeitadas suas características e autonomia, assegurando-lhes representação nos quadros partidários e listas de candidatos e incentivando-se a auto-organização da sociedade, em especial nos setores ainda marginalizados (PSDB, 1999, p. 1).

Além disso, no capítulo sobre organização partidária (Art. 16), a primeira versão estatutária previu a existência de Núcleos de Base e Secretariados¹⁶³ visando à integração com a sociedade: “a estrutura de articulação com a sociedade e seus movimentos sociais, abrangendo as relações, no âmbito geográfico, com as organizações populares, de moradores e comunitárias e, no âmbito funcional, com os movimentos trabalhista e sindical, da juventude, da mulher, de minorias étnicas, de profissionais liberais, de artistas, rural e outros, exercendo esta atuação através de Núcleos de Base e Secretariados” (PSDB, 1999, p. 5).

Tendo em vista o detalhamento dessas instâncias, o documento traz no capítulo sobre órgãos de atuação partidária na sociedade (artigos 51 e 52) que “os Secretariados, criados por decisão de cada Diretório, destinam-se a coordenar as ações e disseminação partidárias a serem exercidas através dos Núcleos de Base, organizados por áreas homogêneas dos movimentos sociais, compreendendo, dentre outros, os movimentos trabalhista e sindical, da mulher, da juventude, de minorias étnicas, de profissionais liberais, de artistas, rural e outros” (PSDB, 1999, p. 11).

No capítulo que trata dos órgãos partidários em nível municipal é dito que os Núcleos de Base devem “articular as reivindicações, propostas e aspirações dos movimentos populares e setoriais, para **incorporá-las** às propostas programáticas a serem defendidas pelos representantes do Partido no parlamento e nas funções executivas” (PSDB, 1999, p. 22, grifo nosso), evidenciando o princípio da incorporação de Panebianco (2005) e o papel programático que os movimentos exercem em determinados partidos. Entendemos que o PSDB já estava, do

¹⁶³ Cruz, J. (2021) apresenta as diferenças entre Núcleos de Base e Secretariados no PSDB da seguinte forma: “Núcleos podem ser formados por um grupo de pessoas (desde que composto por pelo menos seis filiados) em torno de qualquer temática (como saúde, saneamento básico ou diversidade sexual, por exemplo) e possuem uma organização formal muito baixa: não é necessário estabelecer um regimento interno, bastando apenas que haja um coordenador que será responsável pelas relações do núcleo com a estrutura partidária. Já os secretariados, por outro lado, precisam ter a sua criação autorizada pela Executiva Nacional do partido, devem elaborar um regimento interno e constituir uma coordenação executiva (cujos mandatos têm duração de dois anos). Entre as prerrogativas dos secretariados vale destacar o direito de ter um representante, com direito a voz e voto, nas reuniões da Comissão Executiva Nacional” (CRUZ, J., 2021, p. 127-8).

ponto de vista formal, aberto à participação de movimentos sociais nos moldes das interações coordenadas via alianças (SCHWARTZ, 2010).

Analisando essa primeira versão, Roma (2002) conclui que o estatuto do PSDB, a despeito do hiato entre o dito e o praticado, estabelece o seguinte:

1. A divisão de poderes entre os escalões do partido deveria ser hierárquica e centralizada, de modo que o curso da ação partidária seria sempre informado às instâncias inferiores pelas instâncias superiores.
2. Deveria haver participação democrática de seus afiliados nos vários níveis, com aplicação institucional de poder de veto.
3. Deveria haver alguma forma direta de punição dos parlamentares indisciplinados, ou seja, aos que votaram em desacordo com a orientação das lideranças do partido.
4. Seus núcleos de base com atuação municipal deveriam viabilizar os vínculos partidários com a sociedade e os movimentos sociais organizados, e seus membros deveriam ter algum tipo de militância em sindicatos e representações patronais (ROMA, 2002, p. 79).

A versão de 2003 do estatuto não traria alterações sobre a relação do partido com movimentos nem fez menções à diversidade sexual e de gênero (PSDB, 2003). O documento de 2007 passou a incluir secretariados correspondentes a movimentos de “afrodescendentes”, “terceira idade” e “terceiro setor” aos anteriores existentes (PSDB, 2007). O estatuto de 2011 permaneceu inalterado (PSDB, 2011).

A instituição de categorias como gênero e sexualidade só vem ocorrer na versão estatutária do ano de 2013, 25 anos após a fundação do PSDB, e 7 anos após a criação do núcleo Diversidade Tucana, como será visto na seção específica a respeito. Já no artigo 2º, sobre os princípios programáticos e objetivos do partido, gênero e sexualidade são destacados em negrito, da seguinte forma¹⁶⁴:

Art. 2º. O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; **às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero** e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (PSDB, 2013, p. 1, grifo nosso).

¹⁶⁴ Embora demonstrado no capítulo 4, vale a pena recuperar o trecho em que gênero e sexualidade aparecem no estatuto do PSDB. Naquele momento, estávamos mapeando ações informais e encaixes institucionais para entender o que havia no partido. Aqui estamos analisando o processo, a trajetória em que a causa LGBTI+ emerge e percorre no partido.

Uma das lideranças LGBTI+ que participou desse processo de institucionalização da temática no estatuto relata o contexto partidário que possibilitou a conquista desse encaixe.

O artigo 2º foi o seguinte, sobre a inclusão desses temas: talvez em 2010 ou 2011, não me lembro direito, nós tivemos uma minirreforma do estatuto do PSDB. Então alguns estados queriam, São Paulo encabeçou o movimento, para que nós tivéssemos um novo Congresso. A tese do Congresso perdeu força, mas nós tivemos uma minirreforma de estatuto. E nessa minirreforma de estatuto nós fizemos a proposta de incluir oficialmente [gênero e sexualidade]. Porque antes no partido tinha uma coisa assim: grupos temáticos a serem criados de acordo com a necessidade. Nós nos encaixávamos lá. Então quando falava: “Tem sim, tem isso aqui”. Mas grupo temático é o quê? Pode ser ecologia, pode ser professor, podem ser todas essas coisas importantes também e nós estávamos, mas a gente queria especificamente (Marcos Fernandes - SP).

Embora houvesse a oportunidade política da minirreforma do estatuto, os atores LGBTI+ do PSDB já tinham se mobilizado previamente com vistas a angariar o apoio de lideranças políticas expressivas do partido. Essa estratégia é semelhante ao PT em que ativistas LGBTI+ estabeleceram alianças e contatos com atores politicamente relevantes do partido para avançar suas agendas.

Como te falei, eu fazia o trabalho e uma das funções que eu tinha era o relacionamento com as nossas bancadas. Então todas as reuniões que eu tinha com deputados e senadores, estaduais e federais para os deputados, sempre cinco minutos após a reunião eu falava: “Fora isso eu sou presidente nacional do Diversidade Tucana” e fui fazendo esse advocacy dentro do partido. E colocamos essas questões (Marcos Fernandes - SP).

Quando foi o Congresso, a participação nossa foi tão grande, não só a minha, de todo o grupo, que já foi pré-aprovado para Brasília. E, na época, eu já estava na Executiva Nacional, então quando isso chegou na Executiva Nacional já tinha muito debate, já tinha muita coisa discutida, então foi aprovado por unanimidade. Ninguém foi contra! (Marcos Fernandes - SP).

É possível notar o esforço dos ativistas para que o partido reconhecesse a luta pela diversidade sexual e de gênero para além de um mero grupo temático, que pode ter caráter provisório. Ao inserir o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero no estatuto do PSDB, a causa adquire um novo patamar, conferindo maior grau de relevância na organização e, portanto, maior *status* em termos de reconhecimento simbólico aos atores que encabeçam essa bandeira no partido.

Assim como os objetivos programáticos, a estrutura partidária também sofre alterações, passando a incluir movimentos de diversidade e de empreendedores (Art. 16, parágrafo II, p. 7). Além de Secretariados e Núcleos de Base, é previsto um novo espaço chamado de Redes Temáticas. No artigo 52 é afirmado que “as Redes Temáticas, Núcleos de Base e Secretariados,

criados por decisão de cada Executiva, destinam-se a promover a interação entre o partido e a sociedade, incluindo pessoas e organizações, para formular e disseminar ideias, proposições, posições, questões e informações que reflitam a doutrina partidária” (PSDB, 2013, p. 15).

No artigo 73 é detalhado o papel das Redes Temáticas na estrutura do partido. É colocado que elas “serão formadas para promover a construção de formulações diversas, ideias, proposições, inclusive legislativas, análises, identificação de problemas e soluções e quaisquer outras formas propositivas de ação coletiva visando à superação de problemas públicos; e à disseminação de proposições alinhadas com as visões do partido” (parágrafo I, p. 22); que elas devem “proporcionar a oferta de informações qualificadas a públicos amplos em larga escala, segmentados ou não, por meio de múltiplas mídias, em estreita articulação com os processos de comunicação, buscando-se interação e alcance ampliados (parágrafo II, p. 22); e que “os coordenadores das Redes Temáticas e titulares de Secretariados e Movimentos estabelecidos podem participar das reuniões da Comissão Executiva Nacional, tendo direito de voto quando houver deliberação sobre matérias relacionadas à sua área de ação” (parágrafo II, p. 22).

Esse último papel é especialmente importante para definir o caráter deliberativo dessas instâncias na direção, para além de funções formuladoras e comunicativas. Contudo, na seção que trata da criação de secretariados estaduais, fala-se apenas na criação de secretariados sindicais, juventude, mulheres e prefeitos (Art. 90, p. 27). Também nada é dito sobre diversidade em âmbito municipal (Art. 106 a 108, p. 31-32).

Ivan Santos, Presidente Estadual da Diversidade Tucana de São Paulo diz que a incorporação do tema no estatuto representou o reconhecimento do segmento LGBTI+ no PSDB, evidenciando a importância da organização política interna para angariar espaço no partido.

O estatuto foi, a partir da hora que você é reconhecido como segmento dentro do partido, faz parte automaticamente dentro do estatuto do PSDB. Do partido, no caso, qualquer que seja ele. É automático. A gente ficou até 2010 como... Me fugiu da memória. Seria um grupo. Nós éramos um grupo. Como tem hoje o grupo sindical, de religião, enfim. Depois a gente passou, em 2016, a gente foi reconhecido como Executiva numa Convenção em Brasília. Hoje existem quatro Executivas dentro do PSDB: Diversidade, Mulher, Negro e o Tucanafro. Nós somos reconhecidos. A partir da hora que a gente é reconhecido, oficialmente você tem que participar do site do partido e também do Estatuto (Ivan Santos - SP).

Uma pequena, mas importante, alteração ocorre na versão seguinte, do ano de 2015: é estabelecido que coordenadores de Secretariados e Redes Temáticas têm direito a participar da Comissão Executiva Nacional sem condicionar voto e voz às matérias específicas desses órgãos (Art. 73, parágrafo III, p. 21). Assim, o coordenador do Secretariado da Diversidade Tucana,

por exemplo, não vota apenas em questões LGBTI+, mas em toda e qualquer questão que venha a ser objeto de decisão na instância dirigente. Permanecem omissões a respeito de instâncias sobre diversidade em âmbito estadual e municipal. Uma segunda versão no mesmo ano é publicada, mas não houve mudanças nos aspectos que nos interessam.

A versão mais recente do estatuto do PSDB, aprovada em 2017 e substituída em 2020 por decisão judicial (revogando regras sobre recursos e patrimônio do partido), permanece com as redações anteriores e seus avanços no âmbito da diversidade. No entanto, em âmbito estadual permanecem as menções apenas à criação de secretariados sindicais, da juventude, da mulher e de prefeitos (Art. 90, parágrafo I, p. 27). Em âmbito municipal há menções aos mesmos secretariados ao nível estadual, com exceção do secretariado de prefeitos (Art. 108, parágrafo I, p. 31). Isso não quer dizer que não existam representações e lideranças em níveis subnacionais, como demonstrado nessa pesquisa, mas do ponto de vista burocrático-formal, a instância que trata do segmento LGBTI+ no PSDB é reconhecida apenas na esfera nacional.

Nesse sentido, Ivan Santos faz um balanço sobre a posição que o ativismo LGBTI+ ocupa no PSDB atribuindo o adjetivo “confortável”. Trata-se, portanto, de uma posição intermediária entre um cenário desfavorável, quando não havia nada no partido para o segmento, e uma situação ideal, com pleno reconhecimento, espaço e direitos.

Não acho que está 100% de reconhecimento pelo que a gente lutou até hoje, mas eu acho que a gente já tem um certo espaço e, digamos, respeito. Porque como a gente está, oficialmente, no estatuto do partido isso termina nos dando respeito, na realidade. De uma certa forma a gente tem ganhado respeito durante esse tempo todo. Então a gente está confortável hoje (Ivan Santos - SP).

Esse depoimento revela que, apesar de o estatuto não representar fielmente as relações de poder na prática, a inscrição de agendas e valores de movimentos sociais nele representa um importante ganho de reconhecimento e maior segurança institucional diante das incontingências da política. Segue abaixo uma síntese do processo de institucionalização de gênero e sexualidade no documento que rege o PSDB.

Quadro 14 - Institucionalização da diversidade sexual e de gênero no estatuto do PSDB.

Versões do Estatuto	Instituição de Diversidade Sexual e de Gênero	Observações Correlatas
1999	Não	Articulação com movimentos sociais nos princípios e objetivos programáticos.

		<p>Criação de Secretariados e Núcleos de Base.</p> <p>Reconhecimento de movimentos sindical, juventude, mulher, de minorias étnicas, profissionais liberais, artistas, rural e outros.</p>
2003	Não	Não
2007	Não	Inclui movimentos de afrodescendentes, terceira idade e terceiro setor aos anteriores.
2011	Não	Não
2013	<p>Objetivos Programáticos.</p> <p>Secretariado de Diversidade.</p>	<p>Criação de Redes Temáticas.</p> <p>Coordenadores de Redes Temáticas e Secretariados participam da Comissão Executiva Nacional, tendo direito a voz e voto apenas em matérias relacionadas aos temas.</p>
2015 (I)	<p>Objetivos Programáticos.</p> <p>Secretariado de Diversidade.</p>	<p>Coordenadores de Redes Temáticas e Secretariados participam da Comissão Executiva Nacional, tendo direito a voz e voto em todas as matérias.</p>
2015 (II)	<p>Objetivos Programáticos.</p> <p>Secretariado de Diversidade.</p>	Não
2017 (substituído em 2020)	<p>Objetivos Programáticos.</p> <p>Secretariado de Diversidade.</p>	Não há menção à diversidade em níveis subnacionais.

Fonte: TSE, sistematizado pelo autor.

7.2 Fatores

7.2.1 *Indução por políticas públicas*

Um elemento da institucionalização LGBTI+ no PSDB que chamou atenção nos resultados da pesquisa foi o papel que as políticas públicas exerceram no processo de construção da Diversidade Tucana. Essa relação entre institucionalização de políticas públicas e institucionalização partidária sugere que pode haver influências entre encaixes institucionais no Estado e encaixes institucionais em partidos políticos a depender do contexto político. No momento de fundação da Diversidade Tucana, em 2006, o PT governava o país e o PSDB era a principal força de oposição no plano nacional. Em âmbito local, acontecia exatamente o inverso: o PSDB governava o estado e a cidade de São Paulo e o PT era o principal partido opositor (CRUZ, J. 2021).

Normalmente, é esperado que um dado segmento se organize no interior da agremiação para institucionalizar seus valores e interesses em governos do partido (seja em governos comandados pelo partido ou composto por ele em coalizões). Isso ocorre por meio da inserção de propostas de políticas públicas em planos de governo e da indicação de quadros partidários para ocuparem cargos da administração pública a fim de irradiar o programa partidário no Estado. No caso do PSDB, o surgimento do grupo Diversidade Tucana foi induzido pelas políticas públicas já existentes em governos passados do partido, fortalecendo a ideia de que não só a sociedade constitui o Estado, como também o Estado constitui a sociedade por meio de governos, atores estatais, etc. (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019).

A Diversidade Tucana nasce com o objetivo de defender o legado do partido de gestões tucanas em âmbito nacional (governo FHC) e em território paulista. Além disso, o grupo lutou contra a ideia corrente de que o PSDB é um partido de direita, com toda carga simbólica do que representa a direita no Brasil no imaginário popular, ou seja, um partido autoritário, composto por elites econômicas, moralmente conservador e contrário a demandas emancipatórias de movimentos sociais populares.

[...] Caberia ao Diversidade Tucana, ao mesmo tempo, pautar a temática LGBT dentro do partido e também divulgar para a sociedade a existência daquelas políticas públicas. Dito de outro modo, o DT deveria atuar como uma via de mão dupla entre o partido e a sociedade. Deste modo, em diversas ocasiões ao longo de sua trajetória, o DT teria buscado divulgar as políticas públicas de governos do PSDB. Seja em publicações em seu site e outras redes sociais, ou por meio da organização de eventos ou ainda atuando em campanhas eleitorais (CRUZ, J., 2021, p. 150).

Uma evidência de que as políticas públicas LGBTI+ gestadas em governos do PSDB estimularam a criação da Diversidade Tucana – e a consequente institucionalização da temática no partido protagonizada pelo grupo no decorrer do tempo – foi a elaboração do material de campanha pelos ativistas no primeiro processo eleitoral que a Diversidade Tucana participou, em 2006, ano da sua fundação. Naquele momento, Geraldo Alckmin foi o candidato do PSDB à Presidência da República para disputar com o ex-presidente Lula que tentava sua reeleição (e estava midiaticamente envolvido com os escândalos de corrupção que ficaram popularmente conhecidos como “mensalão”). Em âmbito estadual, o então prefeito José Serra era o candidato ao governo de São Paulo.

O material elaborado pela DT divulgava um conjunto de políticas públicas LGBTI+ criadas em governos tucanos, a exemplo da implantação da Coordenadoria para Assuntos da Diversidade Sexual (CADS) na Prefeitura de São Paulo durante a gestão de José Serra, da criação de uma delegacia especializada em crimes de intolerância no governo estadual de São Paulo na gestão de Geraldo Alckmin e no reconhecimento dos direitos de homossexuais nos primeiros Planos Nacionais de Direitos Humanos no governo federal na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Figura 29 - Material de campanha elaborado pela Diversidade Tucana para as eleições de 2006.

Você sabia...

- ... que o **Serra** criou a CADS - Coordenadoria para Assuntos da Diversidade Sexual apenas um mês após assumir a Prefeitura de São Paulo?
- ... que a CADS, criada pelo **Serra** já realizou diversos eventos e projetos de inclusão e combate à homofobia?
- ... que o vereador **José Police Neto**, do **PSDB**, é um dos autores do substitutivo de projeto de lei anti-homofobia na cidade de São Paulo?
- ... que o **Geraldo Alckmin** foi o governador que sancionou a lei nº 10.948, que proíbe a discriminação contra GLEBTI's no nosso estado?
- ... que o governo do **Geraldo Alckmin** criou a DEGRADI, uma delegacia exclusiva para tratar de crimes de racismo e intolerância, como a homofobia?
- ... que o governo do **Geraldo Alckmin** criou a Comissão Processante Especial para a aplicação da lei nº 10.948?
- ... que o ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso** foi o primeiro a incluir os homossexuais na Carta Nacional dos Direitos Humanos?
- ... que o **Serra** trabalhou em parceria com diversas ONGs GLEBTI's para colocar em ação o programa considerado o melhor do mundo no combate à AIDS quando foi ministro da Saúde?

Agora pense: que partido realmente te representa?
 Você tem uma nova alternativa! Venha participar da Diversidade Tucana, o núcleo GLEBTI do PSDB de São Paulo. Aqui você pode fazer a diferença e mudar a realidade ao seu redor. Sem *blá-blá-blá*, sem mensalão e sem falsas promessas. Conheça nossas ações!

Fone: 11 3585-0045
 E-mail: diversidadetucana@yahoo.com.br
 Site: www.diversidadetucana.zip.net

GERALDO SERRA
 GOVERNADOR

Fonte: CRUZ, J. (2021).

Outra evidência de que as políticas públicas no Poder Executivo induziram ou, no mínimo, estimularam a criação da Diversidade Tucana é o conteúdo expresso no manifesto elaborado pelo grupo em seu ano de fundação, 2006. A seção do documento intitulada “A Diversidade Sexual na História do PSDB” recupera um conjunto de ações e políticas públicas desenvolvidas por lideranças políticas do partido em mandatos tucanos nos anos anteriores. Como visto, o PSDB nasce como centro-esquerda e defende a social-democracia em seus discursos ideológicos, o que irá permitir abertura para desenvolver políticas sociais e políticas afirmativas (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012).

Em face da extensão do documento, trarei um breve recorte com trechos sobre ações públicas mais antigas e em âmbito nacional, pois a seção lista diversas iniciativas estaduais em unidades federativas como São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Pará:

A preocupação com a garantia dos direitos relativos à diversidade sexual vem de longa data no Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Mesmo antes de sua fundação, o Governador de São Paulo André Franco Montoro, em sua gestão (1983-1986), foi o primeiro homem público brasileiro a instituir, de maneira sistemática, ações de combate à perseguição aos homossexuais, travestis e transexuais, bem como a seus locais de frequência, práticas comuns na época da ditadura militar. Essas ações foram fruto, sobretudo, da política de inserção dos conceitos de direitos humanos e respeito à cidadania no corpo do Governo do Estado de São Paulo. Montoro também foi o primeiro a instituir um Programa Estadual de Enfrentamento à Epidemia de HIV/Aids, doença que à época dizimava homossexuais e travestis.

Em 1985, Fernando Henrique Cardoso assinou um abaixo-assinado que pedia a desclassificação do homossexualismo (termo então utilizado) considerado na época desvio de conduta e transtorno sexual.

Mário Covas, senador à época e líder da Constituinte, teve papel determinante na defesa do fim da discriminação, presente no texto da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”.

Na Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro Presidente a ostentar o símbolo máximo da diversidade sexual, a bandeira do arco-íris. FHC, com o Ministro da Justiça José Gregori, incluiu a diversidade sexual no I Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996, época em que a maioria dos políticos mantinha-se à distância dessa temática.

Fernando Henrique foi, ainda, o primeiro Presidente da República a falar publicamente o termo homossexual, ao defender a união civil entre pessoas do mesmo sexo em 2002.

No Ministério da Saúde, José Serra implantou e dinamizou o Programa Nacional de DST/Aids, reconhecendo que o movimento de defesa dos direitos da diversidade sexual era protagonista da luta contra a Aids. Com isso, o combate à epidemia tornou-se política de Estado e, hoje, é referência mundial (PSDB, 2006a, p. 1-4).

São dados que tratam das contribuições do partido (ou de atores ligados a ele) referentes às origens da institucionalização de políticas públicas LGBTI+ no país. Naturalmente, cada ação pública listada possui um contexto específico com diversos fatores que impulsionaram tais lideranças políticas a agirem em prol dos interesses da população LGBTI+, como a cobrança de movimentos sociais ou financiamentos internacionais, mas para a nossa análise importa mais terem sido protagonizadas por atores políticos vinculados ao PSDB, fornecendo material para os militantes fundamentarem sua defesa do partido.

Outra evidência de que o legado de políticas públicas prévias animou a emergência de um ativismo LGBTI+ no interior do partido é que os membros da Diversidade Tucana utilizam estrategicamente esse rol de ações para convencer quadros conservadores do PSDB de que essa pauta é parte do programa ideológico da organização (Marcos Fernandes - SP). Exemplo disso foi o enfrentamento que os ativistas da DT fizeram com um deputado federal goiano ultraconservador, João Campos, quando este apresentou um projeto de lei na Câmara dos Deputados que autorizava psicólogos cristãos a aplicarem terapias de reversão da homossexualidade, conhecido como “cura gay”. Após esse enfrentamento, o deputado anunciou a sua saída do partido (CRUZ, J., 2021).

Ainda no manifesto da Diversidade Tucana, após a apresentação do legado do PSDB na causa da diversidade sexual e de gênero, o grupo enumera nove diretrizes para a cidadania da população LGBTI+. As diretrizes somadas à participação do grupo nas eleições de 2006, seja na elaboração de planos de governo, seja no engajamento nas campanhas em nível nacional e paulista, mostram que uma vez nascido com o objetivo de defender e divulgar o legado do partido, o grupo também atuou para influenciar a organização partidária na direção da afirmação dos direitos do segmento.

As diretrizes do manifesto são voltadas para o próprio partido (exemplo: diretriz 8 sobre formação política através de atividades educativas com lideranças e militantes do partido), para o Estado (diretrizes 2 e 3 sobre o papel dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, na promoção e proteção dos direitos de diversidade sexual), para a implementação de políticas públicas (diretriz 4 sobre construção de políticas públicas e diretriz 6 sobre inserção do tema em planos de governo em candidaturas majoritárias), para a representação política (diretriz 7 sobre parlamentares do partido apoiarem a causa e diretriz 9 sobre garantir candidaturas de pessoas LGBTI+ e aliados) e para a participação social (diretriz 5 sobre interlocução entre o Estado e a sociedade civil organizada).

A partir daí, a Diversidade Tucana continuou buscando incidir sobre o partido e os governos do partido, mas é interessante analisar no caso específico como não só atores

influenciam políticas públicas, mas políticas públicas também podem animar a ação de atores em partidos políticos, na medida em que políticas públicas podem expressar ideologias partidárias. Logo, concluímos que movimentos sociais, partidos políticos e políticas públicas estão imbricados em fluxos complexos de influências recíprocas.

O ponto de interrogação nesse momento sobre a futura atuação da Diversidade Tucana é que após quase três décadas de hegemonia eleitoral no estado de São Paulo, o partido perdeu as eleições de 2022 em primeiro turno, deixando a disputa entre Fernando Haddad (PT) e Tarcísio de Freitas (Republicanos), esse último representando o grupo vinculado a Jair Bolsonaro. Desde a derrota eleitoral de Aécio Neves em 2014 e a ascensão do antipetismo de lá pra cá, fomentado também pelo PSDB, o partido vem perdendo espaço no campo da direita para a extrema-direita. O contexto político atual não tem sido dos melhores para a atuação dos tucanos e o futuro é incerto.

7.2.2 Efeito-contágio e competição

Outro elemento que contribuiu para a institucionalização partidária da pauta LGBTI+ no PSDB foi o fenômeno chamado na literatura de “efeito-contágio”, uma incorporação de iniciativas realizadas por outros partidos consideradas benéficas do ponto de vista eleitoral, ou seja, uma cópia do que deu certo (ARAÚJO, 2005). O pioneirismo do PT e do PSTU na criação de estruturas afirmativas LGBTI+ na década de 90 (SANTOS, G., 2016a) provavelmente estimulou a “cópia” de iniciativas semelhantes em outros partidos políticos brasileiros. No caso do PSDB, inferimos que o efeito-contágio foi incentivado pela competição polarizada que PT e PSDB protagonizaram em boa parte do período pós-redemocratização.

O manifesto de criação da Diversidade Tucana lançado em 2006 mostra a rivalidade que se formou entre PT e PSDB no estado de São Paulo, espelhando a competição nacional que se estabeleceu em diversas eleições para o governo federal antes de a extrema-direita assumir o posto de oposição ocupado pelos tucanos.

Ainda que nos dias de hoje outros partidos se arvorem como defensores ancestrais dos direitos LGBT, o histórico sinteticamente apresentado acima prova que, assim como em demais áreas, o PSDB trabalha de fato. Não poderia ser diferente, já que o seu compromisso é com a construção de uma sociedade brasileira mais justa e solidária para todas e todos (PSDB, 2006a, p. 4).

Embora o PT não seja mencionado explicitamente, fica nítido que os ativistas tucanos estavam se referindo ao Partido dos Trabalhadores, especialmente por causa dos adjetivos

“defensores ancestrais”, uma vez que o partido já contava com seu setorial nacional LGBTI+ desde meados de 2001, com políticas públicas nacionais de expressão simbólica, como o Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004 pelo governo Lula, e algumas lideranças petistas haviam se destacado na defesa da pauta, a exemplo de Marta Suplicy, liderança paulista, e seu projeto de legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo no ano de 1995. Além disso, havia conexões entre o PT e diversas organizações do Movimento LGBTI+ em âmbito municipal (SANTOS, G., 2016), estadual e nacional.

É possível afirmar que a Diversidade Tucana já nasceu com o propósito de fazer frente ao protagonismo que o PT exerceu na causa LGBTI+, promovendo efeitos futuros na institucionalização da temática no PSDB. Muitas das cobranças e pressões do Movimento LGBTI+ por políticas públicas dirigidas a governos tucanos em território paulista e paulistano eram lidas como manifestações de oposição partidária por causa da proximidade entre o PT e o movimento social. O fenômeno da múltipla filiação (MISCHE, 2008) ajuda a explicar essa interpretação da DT de que as cobranças do movimento eram ações de oposição petista, pois muitos ativistas do movimento também eram filiados, próximos ou simpáticos ao PT (CRUZ, J., 2021).

Assim, a divulgação de políticas públicas de diversidade sexual e de gênero com assinatura tucana, um dos objetivos da DT desde o seu nascimento, foi estratégica para o grupo afirmar que o PSDB também era um partido aliado da causa, disputando a base do PT. O material de campanha das eleições de 2006 (figura 29) faz a seguinte provocação: “Agora pense: que partido realmente te representa? Você tem uma nova alternativa! Venha fazer parte do Diversidade Tucana, o núcleo GLBTT do PSDB de São Paulo. Aqui você pode fazer a diferença e mudar a realidade ao seu redor. Sem blá-blá-blá, sem **mensalão** e sem falsas promessas. Conheça nossas ações!” (PSDB, 2006a, grifo nosso).

A menção ao escândalo do mensalão, um dos maiores obstáculos do PT nas eleições de 2006, evidencia a rivalidade e a competição encarnada pela Diversidade Tucana. Além da divulgação das políticas públicas implementadas por governos tucanos para afrontar a hegemonia petista na pauta LGBTI+ e recrutar sujeitos interessados no tema, o grupo da Diversidade Tucana também procurava blindar seus governos das críticas do movimento social que possuía vínculos com o petismo.

Cruz, J. (2021) argumenta que o ano de 2008 foi especial no acirramento da competição e a polarização entre os dois partidos na capital de São Paulo. Naquele ano ocorreram diversos eventos políticos que estimularam a disputa entre ativistas do PT e do PSDB, quais sejam, a

primeira conferência estadual LGBT, a escolha de representantes para o conselho municipal LGBT de São Paulo e as eleições municipais de 2008 (CRUZ, J., 2021).

Na conferência estadual LGBTI+ de São Paulo, etapa da primeira conferência nacional convocada pelo governo federal em 2008, as disputas entre os dois partidos ocorreram por diversos motivos: o primeiro deles foi para indicar membros ligados a esses partidos para compor a comissão organizadora estadual; o segundo, foram as críticas dos ativistas (associados ao PT pelos atores do PSDB) à falta de comprometimento do governo tucano na organização do evento; o terceiro, foram os embates nos grupos de trabalho sobre o cenário das políticas públicas LGBTI+ no estado de São Paulo: a Diversidade Tucana atuou na tentativa de preservar o governo de possíveis críticas da militância; o quarto motivo foram as eleições para a escolha de delegados que representariam o estado de São Paulo na etapa nacional, em Brasília (CRUZ, J., 2021).

Já no conselho municipal as disputas giraram em torno do método de escolha dos membros. O PSDB defendia que fosse possível postular candidaturas de pessoas físicas enquanto o PT defendia candidaturas de representações de Organizações Não-Governamentais. Petistas diziam que tucanos queriam eleger conselheiros vinculados às administrações do PSDB para defender o governo. Já tucanos diziam que a escolha de ONGs favorecia o PT, considerando o forte vínculo entre o partido e as entidades da sociedade civil organizada. Tucanos também acusavam o PT de cooptar o movimento social (CRUZ, J., 2021).

Nas eleições municipais de 2008 as disputas se intensificaram porque o PSDB lançou o nome de Geraldo Alckmin e o PT o nome de Marta Suplicy. Além desses, o Democratas (DEM) lançou o nome de Gilberto Kassab, que também contava com o apoio de parte do grupo Diversidade Tucana¹⁶⁵. Nesse processo, algumas organizações do Movimento LGBTI+ da capital paulista organizou um debate com representantes das candidaturas majoritárias para discutir as propostas de campanha e, embora houvesse a presença de representantes de candidatos de diferentes partidos (PT, PSDB, DEM, PSOL e PPS), o antagonismo entre PT e PSDB se destacou no evento (CRUZ, J., 2021).

Na votação do primeiro turno, o PSDB saiu derrotado e a disputa ficou entre o DEM e o PT. Todo o grupo que compunha a Diversidade Tucana passou a apoiar o candidato Gilberto

¹⁶⁵ A Diversidade Tucana se dividiu entre as duas campanhas porque o DEM era vice do então prefeito José Serra que renunciou à prefeitura para disputar o governo do estado. Assim, o DEM assumiu a prefeitura repleta de servidores comissionados do PSDB, entre eles ativistas da Diversidade Tucana. Parte do PSDB defendia, inclusive, que o partido não lançasse a candidatura de Geraldo Alckmin, derrotado nas eleições nacionais de 2006 pra Lula, e apoiasse Gilberto Kassab, o que não ocorreu. Ao fim e ao cabo, Alckmin perdeu mais uma vez a disputa no primeiro turno, deixando a disputa do segundo turno entre Marta Suplicy e Kassab, que saiu vitorioso com 60,72% dos votos (CRUZ, J., 2021; Wikipedia).

Kassab. De maneira inesperada, a campanha de Marta Suplicy publicou uma peça considerada homofóbica. O vídeo questionava se Gilberto Kassab era casado e tinha filhos, de maneira a insinuar que o candidato era gay. Isso causou grande barulho na opinião pública local naquele momento, provocando diversas reações entre ativistas LGBTI+ da capital e dificultando a campanha, já que muitos petistas criticaram a peça (entrevista com Julian Rodrigues - SP), e o próprio legado de Marta Suplicy como defensora da causa foi colocado em xeque (CRUZ, J., 2021).

Vimos nos eventos de 2008 ocorridos na cidade de São Paulo que os ativistas da Diversidade Tucana associavam o Movimento LGBTI+ ao PT, razão que incentiva o afastamento desses ativistas às organizações do movimento. Por isso, questionamos aos entrevistados se o grupo participava do movimento social. Os sujeitos mencionaram que a rede mais aberta à DT é a Aliança Nacional LGBTI+, rede nacional presidida pelo ativista Toni Reis, e conhecida pelo seu “excesso de republicanism” (Edgar Souza - SP; Lucas Barros - PE).

A Aliança Nacional LGBTI+ além de ser aberta à participação de ativistas filiados de todo e qualquer partido político, acolhendo atores de partidos de centro-direita e de direita (diferentemente de outras redes nacionais que só acolhem ativistas do campo progressista), prioriza repertórios de interação cooperativos com o Estado independentemente do governo ou do viés ideológico das autoridades políticas instituídas. Uma estratégia da Aliança Nacional LGBTI+ para reunir pessoas de diferentes partidos e evitar brigas internas é discutir pautas comuns a todos os partidos políticos, como a luta contra a violência, por exemplo.

Então existem pautas, eu acho legal isso na Aliança Nacional LGBT, que é o seguinte: lá só pode discutir aquilo que nos une. A gente só discute o que converge, porque senão vamos ter divergências. Vamos ter divergência na disputa eleitoral (Edgar Souza - SP).

Um exemplo do “excesso de republicanism” e de repertórios colaborativos com instituições políticas foi a ocupação da rede a uma das vagas no novo Conselho Nacional de Combate à Discriminação após o órgão ter sido reformulado pelo governo Bolsonaro no ano de 2019, passando a omitir o nome “LGBT” do conselho e a reduzir de 15 a 3 vagas para a sociedade civil. Outro exemplo foram as reuniões da rede com presidentes do Congresso Nacional, como o deputado federal Rodrigo Maia, à época filiado ao DEM do Rio de Janeiro, e associado à direita ideológica. Pra fechar os exemplos, circula em grupos de WhatsApp uma foto de Toni Reis abraçado a Damares Alves, liderança evangélica aliada a Jair Bolsonaro e considerada inimiga do movimento. O presidente da Aliança Nacional LGBTI+ defende

publicamente que o movimento social deve dialogar com qualquer governante que esteja no poder, ainda que estes sejam contrários aos direitos do segmento.

O atual presidente da DT nos disse que além da Aliança Nacional LGBTI+ também há membros do grupo em ONGs locais e que o partido não veta a participação em movimentos, mas tece críticas a ativistas de esquerda ao que ele chama de “hegemonismo”.

O que você tem e é uma crítica que eu faço, o PSDB está muito aberto a isso, mas infelizmente nós temos um comportamento de uma parte da esquerda e que se replica, muitas vezes nos movimentos mais à esquerda, é a questão do hegemonismo. Então, por exemplo, você tem gente da esquerda que o fato de: Edgar é o primeiro prefeito LGBT, mas não celebra, por quê? Porque é tucano. Então tucano é mais ou menos LGBT. Isso é um erro! (Edgar Souza - SP).

Em outras localidades do país, para além de São Paulo, nossos interlocutores disseram que participam de redes e organizações de movimentos sociais com relativa tranquilidade. Segundo Lucas Barros, atual Secretário Geral da Diversidade Tucana e militante pernambucano, a DT tem articulações com o Fórum LGBT de Pernambuco, uma rede que congrega diversas organizações e ativistas do estado. Uma de suas principais atividades é a realização da chamada Parada da Diversidade de Pernambuco anualmente no mês de setembro na orla da praia de Boa Viagem, bairro nobre da capital, Recife (Lucas Barros - PE).

No estado da Paraíba, o líder da Diversidade Tucana, Joel Cavalcante, explica que mantém uma boa relação com os movimentos sociais de diversidade sexual do estado porque os militantes pedem apoio ao DT para realizar suas ações, fortalecendo a ideia de que ativistas partidários operam como *brokers*, mediando a relação entre sociedade e partido. Diferentemente do PT e do PSOL, em que a “dupla militância” no partido e no movimento é mais presente (GREEN, 2018a), no PSDB a separação entre ator partidário e ator de movimento é melhor delimitada.

Acaba que também, como a gente tem esse canal com os políticos, os movimentos sociais também buscam a gente para pedir apoio. Então, por exemplo, quando eles precisam fazer uma ação educativa: “Estou precisando de tal verba para fazer isso”. Aí eu já falo: “Vou falar com a deputada fulana que vai ser a escolhida da vez para dar essa verba”. Então ela tira da verba e destina para a gente fazer essa ação. Então a gente atua, não fazendo, porque realmente não é algo que seja o papel do Diversidade Tucana em si, a meu ver, fazer. Eu acho que o papel é esse diálogo entre os movimentos sociais que fazem e o poder político. Mais de interlocutor mesmo, a gente participa, mas não faz (Joel Cavalcante - PB).

Além da competição aparente no manifesto de criação da Diversidade Tucana, em materiais de campanha eleitoral, em instituições participativas e na interação com movimentos

sociais, outro elemento evidencia a rivalidade com o PT sobre qual agremiação melhor representaria a bandeira LGBTI+, conferindo feição própria à institucionalização da pauta no PSDB: o uso do termo “diversidade” para nomear o Secretariado em vez da famosa sigla que representa o movimento social, “LGBTI+” (ou suas variantes, como LGBT, LGBTQIA+, LGBTQIAPNB+, dentre outras, em uso corrente).

Esse elemento que diferencia o PSDB dos demais casos estudados já foi objeto de análise de Santos, G. (2016a), com divergências de Cruz, J. (2021). Santos, G. (2016a) acredita que a expressão “diversidade” é utilizada estrategicamente pelos tucanos para evitar reações contrárias de correligionários conservadores, pois diversidade abarca não só o reconhecimento de direitos da população LGBTI+, mas também de diferentes segmentos que gozam de maior solidariedade social, como as pessoas com deficiência, por exemplo. O autor argumenta também que o termo “diversidade” pode explicar trajetórias dos ativistas tucanos mais distanciadas do movimento social, diferentemente dos partidos de esquerda e sua proximidade aos movimentos.

Já Cruz, J. (2021) discorda de que o uso do termo seja uma estratégia para evitar oposições conservadoras dentro do partido. Para ele, “parece ter tido mais a ver com a disposição do grupo para estar alinhado com a nomenclatura utilizada pelo partido. Afinal, vale lembrar, a noção de “diversidade” era encampada pelo PSDB e largamente utilizada em suas gestões” (CRUZ, J., 2021, p. 123). O autor também argumenta que a Diversidade Tucana nunca quis “esconder” sua identidade LGBTI+ porque a logo oficial do grupo (ANEXO A) contém um pássaro tucano com um fundo nas cores da bandeira do arco-íris, símbolo da luta do Movimento LGBTI+ (CRUZ, J., 2021). O pesquisador ainda diverge da ideia de que “diversidade” expressaria menor vinculação ao movimento social, embora ele reconheça que o grupo possui laços mais sólidos com o mercado.

Assim, Cruz, J. (2021) defende a tese de que

O Diversidade Tucana mobilizou o enquadramento interpretativo da “diversidade sexual”, derivado do macroenquadramento da “diversidade” (portanto, calcado na ideia de tolerância às diferenças), a fim de, por um lado, estar alinhado com o modo como o próprio partido abordava as “questões GLBT”; e, por outro, para valer-se de um enquadramento interpretativo que se furtava às polêmicas entre diferentes identidades inerentes à utilização da sigla a GLBT (CRUZ, J., 2021, p. 125, grifos suprimidos).

Sobre esse ponto nos aproximamos mais das reflexões de Santos, G. (2016a) do que de Cruz, J. (2021), embasados nos resultados obtidos pelas nossas entrevistas. É certo que determinados termos são mais consolidados que a sigla do movimento, em permanente

alteração (FACCHINI, 2005). Marcos Fernandes, por exemplo, explicou que o uso de categorias como orientação sexual/identidade de gênero (no estatuto) em vez das identidades políticas (LGBTI+) se deu por serem mais estáveis e permanentes que a sigla da militância (Marcos Fernandes - SP). Mas a tentativa de se esquivar do conservadorismo e dos preconceitos, seja de dentro ou de fora do partido, ficou bastante evidenciada nos relatos do atual Presidente da Diversidade Tucana.

[...] A gente dialoga com nosso eleitor. Então, por exemplo, a gente usa muito mais o termo diversidade do que LGBT. Cita LGBT para dizer o que é diversidade, mas você vai sempre ver muito mais o termo diversidade (Edgar Souza - SP).

[...] No meio evangélico, por exemplo, quando você fala LGBT ele já vincula isso à esquerda. Então para uma estratégia de diálogo para a gente, quando você fala diversidade, mas você diz: “diversidade é o gay, é a lésbica e tal”, mas você permite e consegue ter um diálogo mais fácil. Você consegue estabelecer a conexão para avançar (Edgar Souza - SP).

Outro ponto que nos faz concordar com as análises de Santos, G. (2016a) é que a palavra “diversidade” representa um elemento de distinção da esquerda partidária que, como se sabe, possui uma relação mais estreita com os movimentos sociais. Não é que a Diversidade Tucana não faça parte ou não interaja com movimentos, mas sua relação é bem mais harmoniosa com atores do mercado, como empresários do ramo GLS, do que com movimentos sociais. Assim, o uso de categorias como “diversidade” em partidos políticos expressa o fenômeno de expansão da luta pela afirmação LGBTI+ em partidos de centro-direita que ocorre no Brasil a partir dos anos 2000.

Lá atrás era um termo que era muito usado. Depois, cada vez mais, foi se consolidando, se marcando o LGBT como um conceito político, de um movimento político mais à esquerda. Por mais que não seja, mas foi se marcando muito isso. Então você vai ter, por exemplo, no PSDB a Diversidade Tucana; no MDB é MDB Diversidade; Cidadania Diversidade; Rede Diversidade. Então, até para ter essa diferença com o pessoal mais à esquerda (Edgar Souza - SP).

Em nossa interpretação, há nitidamente um processo de “efeito-contágio” de partidos de centro-direita estimulado por partidos de centro-esquerda, que pode vir a contagiar até agremiações de direita, especialmente aqueles mais focados na pauta econômica, como o partido Novo, já que partidos conservadores têm como uma das defesas centrais a restrição de direitos da população LGBTI+ e de mulheres.

Concluindo, então, esse ponto sobre a Diversidade Tucana, o uso do termo “diversidade” em vez da sigla “LGBTI+” e correlatas na institucionalização da temática no

PSDB é motivado principalmente: (i) para escapar do conservadorismo de filiados e eleitores do PSDB, de modo a atrair um eleitorado ampliado que vota no partido (ii) para se distinguir de partidos de esquerda e (iii) pela estabilidade da expressão se comparado à sigla (Marcos Fernandes - SP; Edgar Souza - SP).

A institucionalização LGBTI+ no PSDB deve ser entendida vis a vis a institucionalização do PT e a estrutura de competição eleitoral e polarização que vigorou por muitos anos entre os dois. Embora o PT seja conhecido como um partido fundado e composto por representantes da classe trabalhadora e o PSDB como um partido fundado e composto por uma elite parlamentar, ambos partilham valores da social-democracia (VIEIRA, 2000), permitindo a emergência da temática da diversidade sexual e de gênero, ainda que com perspectivas distintas nessa defesa. A institucionalização, portanto, é um fenômeno multifatorial que pode se desenvolver mediante diferentes fatores, elementos e causas.

7.3 Zonas de incerteza

A fim de refletir sobre a efetividade dos principais encaixes institucionais operados no PSDB, notadamente o estatuto e o Secretariado Diversidade Tucana, analisaremos se a institucionalização resultou em acesso e controle parcial de poder e recursos em zonas de incerteza relevantes para o funcionamento do partido (PANEBIANCO, 2005).

7.3.1 Comunicações

Os ativistas LGBTI+ do PSDB normalmente se comunicam publicamente por meio do site e das redes sociais da Diversidade Tucana, principalmente através de páginas no Facebook e Instagram (Lucas Barros - PE). A estrutura organizacional prevê uma coordenação de comunicação no Secretariado DT que dialoga com o setor de comunicação do partido (Marcos Fernandes - SP). Nossos interlocutores destacaram enfaticamente o apoio e a parceria que a comunicação do PSDB tem estabelecido com os sujeitos engajados.

A gente tem uma parceria com o pessoal da comunicação do PSDB, né? Então as pautas mais relevantes que a gente tem: os nossos dias de luta, nossas ações principais, nossas lives; tudo é publicizado nos sites, no Instagram, no Facebook do PSDB. E dentro da Diversidade Tucana na Executiva a gente tem o Secretário de Comunicação que vai fazendo essa alimentação das nossas agendas, construções e tudo mais do nacional (Lucas Barros - PE).

A comunicação do partido entra em contato com bastante frequência com as lideranças da DT para repercutir materiais da instância. Exemplo disso foi que no dia do orgulho LGBTI+ do ano de 2021, em 28 de junho, os ativistas sequer precisaram demandar publicações alusivas à data. O próprio setor de comunicação se encarregou de elaborar artes nas cores do arco-íris para o site e redes sociais do PSDB (Edgar Souza - SP). Isso nos mostra que a institucionalização da pauta protagonizada pela ação coletiva resulta em processos de incorporação dos valores da militância pelo partido.

Apesar dessa incorporação, é importante ter em mente que tal comunicação afirmativa é estimulada e conta com participação direta da militância do partido, como nos relatou Ivan Santos, presidente estadual da Diversidade Tucana de São Paulo.

A gente tem a comunicação da nacional. E aí eles entram em contato com a nossa comunicação pedindo... Ou eles deixam espaço para a gente, alguma publicação que achar relevante, que mande para eles e eles avaliam. A maioria das coisas já mandam para eles e eles só dão uma cara do partido e publicam. Nunca recusaram nenhuma publicação. Mas eles deixam muito à vontade e pedem, inclusive, né? Que a gente escreva, que a gente produza algumas coisas e que a gente mande para eles e eles coloquem lá. Da Nacional, da Estadual também. A gente tem um acesso muito bom. O diálogo é muito bom (Ivan Santos - SP).

Normalmente, as publicações no site oficial são replicadas em sites e redes sociais em níveis subnacionais, potencializando o alcance das comunicações sobre questões LGBTI+. Além disso, as lideranças nacionais da DT orientam núcleos estaduais e municipais a criarem suas próprias redes sociais para alcançarem um público maior e que pode ser atraído para o partido (Ivan Santos - SP).

Outra parceria destacada pelos nossos interlocutores foi com a própria imprensa. O Secretário Geral da Diversidade Tucana, Lucas Barros, compartilhou que o setor de comunicação do PSDB tem acesso a jornalistas da chamada grande mídia e intermedia a relação entre a militância e a imprensa, abrindo portas para que eles concedam entrevistas a blogs políticos e outros suportes midiáticos.

Em Pernambuco a gente tem as parcerias com os blogs. Então eu já falei no Blog do Magno. Tem o Fala PE também que eu já dei uma entrevista; na Folha de Pernambuco, já me entrevistaram também; Jornal do Comércio. Então a gente tem essa parceria. O próprio Instagram do PSDB de Pernambuco faz essa questão de sempre estar colocando algo nosso, da Diversidade Tucana (Lucas Barros - PE).

Um dos formatos de comunicação mais utilizados pelo grupo são as notas públicas, comumente divulgadas no site e em redes sociais sobre assuntos diversos de interesse dos

membros (Marcos Fernandes - SP). Entre os assuntos diversos, o que mais provoca a Diversidade Tucana a se posicionar são declarações LGBTIfóbicas proferidas por lideranças políticas do partido.

Ultimamente a gente teve algumas questões relacionadas a uns prefeitos que fizeram declarações homofóbicas e tudo mais, infelizmente, são do PSDB. E a gente fez uma nota, a nota repercutiu. A gente conseguiu colocar, fez uma nota interna, inclusive, para chamar esse prefeito para a Comissão de Ética e tudo mais. E ela repercutiu (Lucas Barros - PE).

Nós fizemos uma nota. Nós fizemos uma nota de repúdio a um prefeito [do estado de] Santa Catarina que falou que: “ali não tem viadagem” (Marcos Fernandes - SP).

A última vez que a gente fez uma nota para o partido foi pedindo a expulsão do [deputado federal por Goiás] João Campos (Marcos Fernandes - SP).

É compreensível a manifestação dos membros do Secretariado DT nesses casos, pois as declarações LGBTIfóbicas por políticos do partido não somente vão de encontro aos valores e princípios dos ativistas (e mesmo do partido, uma vez instituída a defesa da diversidade sexual no estatuto), como geram constrangimentos a eles, tanto internamente quanto em relação com ativistas LGBTI+ de outros partidos que acusam o PSDB de ser uma agremiação de direita. Cruz, J. (2021) notou que nos embates entre PT e PSDB tal acusação era mobilizada por militantes petistas paulistanos. Além disso, tais declarações atrapalham os esforços da militância em desconstruir o estigma de direita conservadora frequentemente associado ao PSDB. Desse modo, a militância tucana precisa lidar frequentemente com as transformações de um partido que nasceu social-democrata, mas se aproximou do bolsonarismo nos últimos anos pela partilha do antipetismo. Assim como PT e PSOL, o PSDB também sofreu mudanças e transformações ao longo dos anos.

Também foram registradas críticas e insatisfações entre os entrevistados. As reclamações giraram em torno da desatualização do site da Diversidade Tucana (Joel Cavalcante - PB), da falta de habilidade com redes sociais por parte dos membros (Marcos Fernandes - SP), da necessidade de reorganizar as redes sociais para que elas expressem melhor o pensamento do grupo (Marcos Fernandes - SP) e do acúmulo de tarefas funcionais e atribuições voluntárias que sobrecarregam os membros e dificultam a alimentação de conteúdos com maior frequência nas redes sociais (Joel Cavalcante - PB).

Então, tem o site Diversidade Tucana, mas eu acho que o site está bem desatualizado sim. O que mais se atualiza é o Instagram da Diversidade Tucana nacional. O Paraíba que é mais minha responsabilidade mesmo, está meio desatualizado sim, desculpa! É muita coisa. Porque como é um movimento, eu costumo falar isso

também, infelizmente é um movimento paralelo. Eu não recebo para estar fazendo isso. Então eu tenho outras coisas na minha vida que eu tenho que dar mais prioridade (Joel Cavalcante - PB).

Esse último ponto nos leva ao dilema sobre a questão da profissionalização de determinadas atribuições e atividades partidárias. Se por um lado, profissionalizar o labor partidário pode garantir um padrão de qualidade mais significativo para as atividades desenvolvidas, por outro, o fenômeno pode atenuar a carga política e ideológica dos movimentos sociais presentes na organização. O inverso, deixar as tarefas nas mãos de ativistas que agem voluntariamente, pode reduzir o padrão de qualidade esperado por organizações que, inclusive, percebem vultosas quantias de fundos públicos. Além disso, pode vir a sobrecarregar os militantes que passam a acumular inúmeras atribuições, como o recrutamento, a mobilização, o engajamento em campanhas eleitorais, a organização de reuniões, entre outras tarefas.

Finalmente, é possível dizer que a institucionalização LGBTI+ no PSDB resultou na operação de encaixes institucionais no âmbito das comunicações a partir do espaço conquistado no site oficial do partido, da criação do site da Diversidade Tucana e da presença da temática da diversidade sexual e de gênero nas redes sociais do partido, além de páginas e perfis da DT nas redes.

Figura 30 - Página do Secretariado Diversidade Tucana no site oficial do PSDB.

PSDB PELO BRASIL

Início - Conheça - Segmentos - **Diversidade Tucana**

DIVERSIDADE TUCANA

Mais

Fundado em 2006

COMISSÃO EXECUTIVA DIVERSIDADE TUCANA (2019-2021)

Presidente de Honra	Marcos Fernandes
Presidente	Edgar Souza
Vice-Presidente	Hosilene Lubacheski
Secretário Geral	Lucas Barros
Secretário de Comunicação	Waldas Araújo
Secretário de Comunicação II	Ricardo Olímpio
Vice-presidente do Norte	Vanessa Pereira
Vice-presidente do Nordeste	Bismarque Ferreira
Vice-presidente do Sudeste	Ivan Batista

Presidente:
Edgar Souza (SP)

Vice-presidente:
Hosilene Lubacheski (MS)

Secretário(a)
Lucas Barros (PE)

Fonte: Site oficial do PSDB. Disponível em: <https://www.psd.org.br/conheca/segmentos/diversidade-tucana>.

Esse ponto evidencia um partido mais institucionalizado, com funções e atividades partidárias funcionando, diferentemente do PSOL, por exemplo, e suas dificuldades no campo da comunicação.

7.3.2 Decisão

Assim como os outros casos analisados, o PSDB também possui uma estrutura decisória centralizada (ROMA, 2002). As grandes lideranças do partido, com especial destaque para seus fundadores, exercem importante papel na condução da organização e na tomada de decisões.

O PSDB foi criado por 10 lideranças muito fortes. Eu vou citar quatro: Fernando Henrique [Cardoso], [Franco] Montoro, Mário Covas, [José] Serra; eram lideranças nacionais muito expressivas. E outros também com muita expressão: Luís Calco, Zé Rixa, Teotônio Vilela. São pessoas de muita expressão. O Aécio é fundador, mas de expressão nacional ele vem um pouquinho mais depois. Então a gente sempre teve nos nossos líderes, o Sérgio Mota, Pimenta da Veiga; então a gente sempre teve os nossos líderes, líderes de verdade. Que lideravam, conduziam grupos dentro do partido (Marcos Fernandes - SP).

Razão pela qual na avaliação de alguns membros da DT o partido precisaria descentralizar mais seus processos decisórios (Marcos Fernandes - SP). Alguns esforços foram tomados nessa direção: a eleição do pernambucano Bruno Araújo para a presidência do PSDB nacional e de seu conterrâneo, Lucas Barros, para a Secretaria Geral da Diversidade Tucana seriam evidências da tentativa de o partido desconcentrar o poder do estado de São Paulo.

Embora centralizado em sua dinâmica deliberativa, o partido conta com espaços participativos que permitem a integração de ativistas LGBTI+ em debates e decisões diversas. O principal deles, entendido por nós como um encaixe institucional, vez que foi instituída em estatuto após a emergência da militância da DT, é a presença do presidente nacional da Diversidade Tucana no colegiado que compõe a Comissão Executiva Nacional (Marcos Fernandes - SP; Edgar Souza - SP; Ivan Santos - SP; Lucas Barros - PE; Joel Cavalcante - PB).

Segundo o atual Presidente de Honra da DT, Marcos Fernandes, em meados de 2010 ele foi convidado por Aécio Neves a compor a Comissão Executiva Nacional para representar o segmento LGBTI+. Esse convite foi muito importante para a institucionalização da pauta no partido, primeiro pelo reconhecimento da Diversidade Tucana, que vinha se organizando desde 2006, e segundo porque possibilitou ampliar a capacidade de influência do grupo sobre a coalizão dominante do partido.

Do ponto de vista pessoal é interessante, mas do ponto de vista político é uma sinalização que o partido dá, muito forte, de que mulher, negro, LGBT e juventude tenham voz dentro do partido. Porque o voto é frio. Quando você é delegado você vai lá e vota na urna, é frio. A participação na Executiva é voz de fato, é influência (Marcos Fernandes - SP).

A ampliação da influência da DT sobre lideranças do partido favoreceu a instituição formal da defesa da diversidade sexual e de gênero entre os compromissos programáticos da organização na versão estatutária de 2013, como já demonstrado. Além disso, oficializou a DT no principal documento partidário e possibilitou que presidentes de secretariados de segmentos organizados tivessem direito a compor a Comissão Executiva Nacional com direito à voz e voto apenas em matérias relativas aos secretariados, também na versão de 2013.

A presença e a cobrança desses presidentes de secretariados na instância dirigente fizeram com que na versão de 2015 tais representações tivessem direito a voz e voto em todo e qualquer tema discutido. Vale a pena acompanhar os depoimentos de Marcos sobre os esforços para demonstrar aos dirigentes que ativistas LGBTI+ conseguem opinar em diversas matérias públicas, para além da sua própria. É nítido observar como a LGBTIfobia estrutural opera no sentido de que esses sujeitos precisem provar que são capazes de desempenhar atividades historicamente restrita a homens cisgênero e heterossexuais, como a atividade política.

E foi um desafio mostrar que a gente tinha conhecimento de pautas políticas e de entender a pauta do outro. A pauta do estado se colocar. Nisso a gente fez um bom papel. E também de ser reconhecido: “Você é da Diversidade, está falando o que sobre isso?”. Então você tinha que ter sempre argumentos, se preparar para estar lá. Para saber se colocar e escolher qual briga você vai entrar. Você vai em todas as pautas? Ou você vai escolhendo uma? Eu tive a estratégia de escolher uma: ter a cadeira específica do Presidente Nacional (Marcos Fernandes - SP).

Nos anos posteriores, o Brasil se viu imerso em intensos processos políticos permeados por crises políticas, como as Jornadas de Junho de 2013, as eleições nacionais de 2014 cuja disputa foi protagonizada por Dilma Rousseff e Aécio Neves, já bastante polarizadas e contestadas pelo candidato derrotado, o *impeachment* da ex-presidenta no ano de 2016, entre outras que se seguiram após isso. O PSDB foi um importante partícipe desses processos e a DT não ficou imune ao que acontecia no país, posto que era objeto de debates na Comissão Executiva Nacional. Nesse lugar, a DT precisava mostrar sua força e relevância para o partido.

E foi uma experiência muito rica. Era uma Executiva muito grande, 30 pessoas. Num momento político muito importante, nosso presidente [Aécio Neves] ia ser candidato a presidente da república, então tudo era focado nele; depois veio a questão do impeachment na outra. Enfim, a gente tendo que consolidar um modelo que mostrasse

força. Porque se nossa passagem fosse morna, não tinha necessidade de existir (Marcos Fernandes - SP).

Em outras palavras, os militantes precisavam provar sua “utilidade” para o partido. Com a mudança da executiva da DT em 2019 e a eleição de Edgar Souza para a presidência nacional do Secretariado, o representante do grupo na Comissão Executiva Nacional passou a ser o ex-prefeito de Lins/SP. Ele compartilhou conosco que participa assiduamente de todas as reuniões, que fala sobre diversos assuntos naquele espaço, que tem uma parceria importante com o Tucanafro e com o secretariado de mulheres do partido e que busca representar as demandas da base da DT para aquela instância. Um exemplo dessas demandas foram as queixas de que alguns presidentes estaduais da DT estavam com dificuldades para compor as Comissões Executivas Estaduais em suas localidades.

Nós estávamos com uma dificuldade em alguns estados e aí levamos isso para a Executiva, o presidente Bruno Araújo muito parceiro encaminhou um documento da Nacional para todas as direções estaduais para abrir a questão da composição dos membros da Diversidade nas Executivas Estaduais (Edgar Souza - SP).

Segundo o atual presidente nacional, a Diversidade Tucana está presente em 19 estados do país. Essa dificuldade em se organizar em níveis subnacionais foi destacado também pelo presidente estadual da DT da Paraíba (Joel Cavalcante - PB) e revela os desafios de nacionalizar diretrizes do partido para o conjunto do país, ainda mais quando se tratam de diretrizes inclusivas e de um partido que é menos adensado territorialmente e menos presente na sociedade, em comparação com o PT, por exemplo. Esse dado também nos mostra a importância de coalizões dominantes sensíveis a causas minoritárias, pois do contrário, lideranças podem dificultar a presença de ativistas em espaços de poder, como ocorreu em alguns estados.

Esse dado também tensiona o argumento de Panebianco (2005) de que as desigualdades organizativas prevalecem sobre desigualdades sociais em partidos políticos, pois, nesse caso, a inclusão de ativistas em espaços dirigentes já havia sido reconhecida formalmente nas regras da organização e, mesmo assim, os membros da DT precisaram recorrer à presidência nacional do partido para fazer valer regras e estruturas organizativas em face dos preconceitos LGBTIfóbicos de parte dos seus membros em níveis subnacionais. O autor diz que “a principal causa dos conflitos infrapartidários deve ser buscada no sistema das desigualdades internas dos partidos, que tem, sim, ligações com as desigualdades sociais, mas que não é absolutamente o seu simples reflexo” (2005, p. 6) e que o partido é “um sistema autônomo de desigualdades, e

muitas vezes as tensões que o percorrem são essencialmente o produto de tal sistema” (2005, p. 6). Não negamos que Panebianco (2005) reconheça tais desigualdades sociais em âmbito partidário, mas sua abordagem enfatiza um tipo de desigualdade sobre outro ao afirmar que a principal causa de conflitos é o sistema organizativo.

Defendemos que os partidos políticos expressam tanto desigualdades organizativas quanto desigualdades sociais por meio de intercâmbios complexos entre essas dimensões, que a principal causa dos conflitos internos deve ser buscada simultaneamente no sistema de desigualdades organizativas e sociais, observando como essas se manifestam no ambiente partidário e que essas desigualdades sociais podem ser escamoteadas ou disfarçadas pelas desigualdades organizacionais. Não basta observar a hierarquia entre direção e base, entre quem controla recursos e depende deles, mas indagar por que a coalizão dominante em partidos comumente é composta por homens, heterossexuais, cisgêneros, brancos e economicamente favorecidos?

Outro espaço participativo destacado pelos interlocutores foram as prévias. As prévias são consultas internas aos filiados de partidos políticos para indicar o nome que representará o partido em disputas eleitorais majoritárias. O Secretário Geral da Diversidade Tucana compartilhou que normalmente as lideranças tomam a iniciativa das grandes questões e a partir disso os grupos do partido debatem as questões, reagindo a elas. Ao dizer que há “muita comunicação”, nosso interlocutor nos remete a um processo em que os líderes comunicam os rumos do partido, mas exercem pouco a consulta:

Assim, os líderes tomam o pontapé, eles norteiam, dão aquela luz do que a gente poderia fazer. E a gente vai discutindo, dentro dos nossos segmentos e nossos grupos, se é aquilo mesmo que é interessante para o partido, se não é e tudo mais. Eu acho que tem muita comunicação, entendeu? A experiência mais exitosa que a gente está tendo, que está havendo, é essa questão das prévias. Que foi uma construção advinda da Nacional, dos líderes, mas construída mesmo por todos do partido, né? E vai ser construída por todos do partido. Todo mundo do partido, filiado até março deste ano, vai votar. Então a gente vai escutar o partido. O PSDB vai escutar o partido (Lucas Barros - PE).

Contudo, outro interlocutor, Edgar Souza, nos disse que as prévias para a escolha do nome que representaria o PSDB nas eleições nacionais de 2022 foi uma insistência da base do partido: “a candidatura a prefeito da capital [São Paulo], em 2016, foi escolhida por prévias. Em São Paulo [estado] foi escolhido por prévias o de 2018. Agora, por insistência nossa, a candidatura a presidente também foi escolhida no processo de prévias” (Edgar Souza - SP). Na verdade, a realização de prévias em 2021 para definir o nome do candidato à Presidência da

República representou uma saída para resolver os impasses, competições e divergências internas entre os próprios líderes, em que pese ser uma iniciativa positiva de consulta às bases.

No momento de realização das entrevistas, dois nomes despontavam como possíveis candidatos a Presidente: o governador de São Paulo, João Dória, que havia se associado a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018¹⁶⁶ e depois rompeu com o Presidente¹⁶⁷, e o governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, também apoiador de Bolsonaro em 2018 e que nesse processo de prévias se assumiu homossexual em um programa de entrevistas da Rede Globo de Televisão, o *Conversa com Bial*^{168,169}.

Perguntado se a Diversidade Tucana faria uma adesão natural a Eduardo Leite por conta da sua sexualidade, afinal, o Brasil poderia ter seu primeiro candidato gay à presidência do país na história da república, Marcos Fernandes compartilhou que a DT apoiaria quem o partido indicasse, ou seja, o vencedor das prévias (Marcos Fernandes - SP). Essa posição demonstra o peso que incentivos seletivos exercem no estabelecimento de lealdades políticas visto que diversos militantes da DT paulista tinham cargos no governo de João Dória e São Paulo dirige a DT nacional.

Esse processo foi marcado por inúmeros desgastes entre líderes, candidatos e filiados, amplamente coberto pela mídia. No dia da votação, o aplicativo utilizado pelo partido para a escolha do candidato sofreu uma pane e o processo foi interrompido sob suspeita de ataque hacker¹⁷⁰. Integrantes do partido denunciaram o episódio à justiça eleitoral que solicitou esclarecimentos ao Diretório Nacional do PSDB sobre os acontecimentos¹⁷¹. Poucos dias depois, em 27 de novembro de 2021, finalmente, o nome de João Dória foi referendado com 53,99% dos votos contra os 44,66% recebidos por Leite¹⁷². Dessa vez, o sistema de votação funcionou sem intercorrências, mas o partido saiu “rachado”, com trocas de acusações e tensões internas.

¹⁶⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/doria-declara-apoio-a-bolsonaro-e-diz-que-derrotara-esquerda-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2022.

¹⁶⁷ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61559888>. Acesso em: 06 out. 2022.

¹⁶⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/07/02/eduardo-leite-declara-publicamente-pela-primeira-vez-que-e-gay.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2022.

¹⁶⁹ Além dos dois, concorreu também o ex-prefeito da cidade de Manaus, Arthur Virgílio Neto, embora a disputa principal fosse entre os dois governadores.

¹⁷⁰ Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-27/psdb-escolhe-joao-doria-para-ser-seu-candidato-a-presidencia-em-2022-e-brigar-por-espaco-na-terceira-via.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

¹⁷¹ Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/psdb-tem-dez-dias-para-prestar-esclarecimentos-sobre-previas-para-escolha-de-candidato-a-presidencia>. Acesso em: 06 out. 2022.

¹⁷² Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-27/psdb-escolhe-joao-doria-para-ser-seu-candidato-a-presidencia-em-2022-e-brigar-por-espaco-na-terceira-via.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

Para Lucas Barros, essas prévias representaram uma “experiência extremamente democrática” no partido.

Essa questão das prévias, que a gente está tendo, é uma experiência extremamente democrática, né? A gente, que é da nacional, foi consultado; fez uma reunião como é que seria o modelo que a Diversidade Tucana acharia interessante – se seria de prévia ou não, como seriam essas prévias e tudo mais. A gente deu nosso voto lá. A gente conversou com nossos... Eu conversei com meus militantes: “está acontecendo isso, provavelmente vai ter prévias, o que vocês acham?” Então, assim, a Nacional, como tem essa regionalidade dentro dela, a gente consegue dialogar com nossos pares regionais. E aí é muito bom isso (Lucas Barros - PE).

Porém, alguns meses depois da decisão das bases do partido, João Dória enviou uma carta a Bruno Araújo, presidente nacional do PSDB, denunciando tentativas de golpe interno por parte de outras lideranças para inviabilizar sua candidatura e exigindo que o resultado das prévias fosse respeitado sob ameaça de judicializar a questão¹⁷³.

Em 23 de maio de 2022, Dória realizou um pronunciamento nacional anunciando sua desistência de concorrer ao Palácio do Planalto nas eleições nacionais, com as seguintes palavras: “me retiro da disputa com o coração ferido, mas com a alma leve. Com a sensação inequívoca do dever cumprido e missão bem realizadas”¹⁷⁴. Mais recentemente, no exato momento dessa escrita, o empresário anunciou a sua desfiliação do PSDB¹⁷⁵. Desse modo, o episódio ilustra os desafios de democratizar e descentralizar as grandes decisões dos partidos políticos brasileiros.

Além da presença na Comissão Executiva Nacional e da realização de prévias para escolher os candidatos em disputas eleitorais majoritárias, os entrevistados destacaram que participam também de outros espaços relevantes do partido, quais sejam, os congressos e as convenções. De acordo com o estatuto mais recente do PSDB, os congressos visam a “analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação e luta políticas, atualização do programa e questões estaduais e nacionais, bem como sobre formas de organização e funcionamento partidário” (PSDB, 2017, p. 37). Já as convenções, segundo o TSE, são “eventos nos quais são definidas de forma oficial as candidaturas dos partidos às eleições e que devem ocorrer entre 20 de julho e 05 de agosto do ano eleitoral”¹⁷⁶.

¹⁷³ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61559888>. Acesso em: 06 out. 2022.

¹⁷⁴ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61559888>. Acesso em: 06 out. 2022.

¹⁷⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/19/doria-anuncia-desfiliao-do-psdb.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

¹⁷⁶ Fonte: <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/previas-partidarias-sao-direito-mas-devem-observar-restricoes-da-legislacao-eleitoral>. Acesso em: 11 out. 2022.

Entendemos, assim, que os congressos têm uma função organizativa mais interna voltada para a definição de estratégias e de “arrumação da casa” e as convenções, um papel organizativo mais externo, voltado para disputas eleitorais. De acordo com nossos interlocutores, LGBTI+ participam desses espaços individualmente, não como secretariado, pois eles precisam ser eleitos delegados em etapas anteriores, nos estados e municípios. Esse modelo, então, dificulta a organização coletiva, pois os membros da Diversidade Tucana, por exemplo, ficam bastante reduzidos na etapa nacional.

O segmento não entra ainda aí, porque é questão de lei eleitoral. Isso precisa mudar, porque é muito fechado ainda. Então nós queremos, por exemplo, que os segmentos – aí nós teremos mais força – que os segmentos também tenham delegados nacionais. Que os segmentos também tenham representantes, porque aí você tem força política. No momento em que tem disputa interna, quem vota são os delegados, os segmentos não têm delegado eles não têm força. A força que ele tem é da influência. Por exemplo, eu sou delegado, o Edgar é delegado, o Ivan é delegado. Nacionalmente, nós devemos ter uns 8 delegados. É pouco, porque são 100, são 140 ou 160 [membros da DT]. É pouco. A gente não chega nem a 10%. Então a gente está sempre pedindo nos estados que pelo menos tenha um. E às vezes a gente consegue, se o militante lá for um militante do partido. Se ele for um militante só do segmento, o partido não o reconhece, porque ele não é visível (Marcos Fernandes - SP).

Embora nosso interlocutor atribua essa dinâmica à legislação eleitoral, acreditamos que partidos políticos possuem relativo grau de autonomia para definir suas composições em espaços deliberativos, seja por meio do estatuto, seja por meio de resoluções ou documentos organizativos referentes à realização de eventos.

Acreditamos que, uma vez reconhecido o secretariado formalmente, como é o caso da Diversidade Tucana, uma reserva de vagas potencializaria a agência do grupo nesses espaços estratégicos de modo a promover a organização política dos ativistas e incentivar a institucionalização da pauta LGBTI+ no partido. Essa medida institucional serviria como incentivo coletivo (PANEBIANCO, 2005), fortalecendo as identidades e estratégias do grupo no interior da organização (OLIVEIRA, 2016).

Concluindo, destaca-se a presença de uma representação da Diversidade Tucana, normalmente o presidente do secretariado, na Comissão Executiva Nacional com direito à voz e voto. Embora um único voto em um colegiado composto mais ou menos por 40 integrantes possa parecer pouco¹⁷⁷, a presença de um/a único/a LGBTI+ nas reuniões dialogando com lideranças e dirigentes representa ganhos em termos de “pontos de acesso” (BEZERRA, 2020) e de possibilidades de influência e convencimento, afinal, o Movimento LGBTI+ sempre

¹⁷⁷ A Comissão Executiva Nacional do PSDB é formada por 24 membros efetivos, 7 suplentes, 5 membros natos, além de Presidente de Honra e seus ex-presidentes, conforme Art. 64 do estatuto.

apostou na sensibilização da sociedade como estratégia para conquistar direitos (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Ademais, ativistas encontram dificuldades em participar coletivamente de espaços deliberativos estratégicos, como congressos e convenções partidárias. Além disso, as prévias também não garantem a participação democrática, uma vez que seus resultados podem ser desprezados pelo partido em virtude dos arranjos eleitorais construídos pela coalizão dominante ou parte dela.

7.3.3 Financiamento

Verificamos que o PSDB tem realizado financiamentos pontuais e fragmentados em relação às atividades desenvolvidas pela Diversidade Tucana e em relação às candidaturas de LGBTI+ do partido. Os sujeitos confirmaram nas entrevistas que o partido financiou em 2017 a elaboração da cartilha “direitos da diversidade” (apresentada no capítulo 4) por meio de aportes do Instituto Teotônio Vilela (Marcos Fernandes - SP; Edgar Souza - SP) e a realização do encontro nacional da Diversidade Tucana em 2019 (Edgar Souza - 2019).

O PSDB também financiou algumas candidaturas de LGBTI+ nas eleições municipais de 2020. Um desses candidatos foi nosso entrevistado Lucas Barros, Secretário Geral e Presidente Estadual da Diversidade Tucana de Pernambuco.

E que no meu caso foi um apoio muito bom! Com esse apoio eu consegui estruturar várias partes da campanha que estavam engessadas, porque eu não conseguia mais de onde tirar dinheiro. Porque eu nunca saí candidato, eu sempre estava nos bastidores das campanhas. Então com essa parte financeira eu nunca lidei, era sempre: “A gente está precisando disso” e tal. E como candidato eu tive que lidar e vi que, realmente, é uma outra campanha! Quem está nos bastidores não sabe um terço do que realmente é uma campanha. Porque é muito diferente! (Lucas Barros - PE).

Segundo dados do TSE acerca das candidaturas de 2020, Lucas recebeu o montante de 15 mil reais do partido para investir na sua campanha¹⁷⁸. Além de Lucas, Edgar Souza e Ivan Santos também confirmaram que a Diversidade Tucana recebeu uma cota eleitoral para distribuir entre candidatos, embora não tenham dito o valor do montante.

A divergência nesse dado foi que o Presidente Nacional da DT, Edgar, disse que o secretariado fez as indicações dos nomes para a tesouraria do partido e o Presidente Estadual

¹⁷⁸ Esses dados podem ser conferidos no site “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” do TSE em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 11 out. 2022.

da DT de São Paulo, Ivan, compartilhou que a DT não fez indicações, mas apenas apresentações de candidatos LGBTI+ para o partido e o próprio partido decidiu quem financiaria. Vejamos os depoimentos que ilustram essa diferença nos relatos:

Nós conversamos com o partido e eles nos deram uma cota, um valor. Ai eles deram, para mim, o acesso ao aplicativo que eu controlava. Então aí reuni a Executiva [da Diversidade Tucana], estabelecemos os critérios de ponderação para fechar o valor específico de cada um e eu mesmo colocava e o partido nem questionava: “tanto para fulano e tanto para ciclano” (Edgar Souza - SP).

A gente que apresenta os candidatos. Não é que a gente indique a pessoa que vai receber. A gente apresentou os candidatos lá e o partido, foi liberado X, divide para esses candidatos (Ivan Santos - SP).

É possível que essas posições não sejam conflitantes, pois como cada um coordena níveis federativos distintos, pode ser que Edgar, na condição de presidente nacional, tenha feito indicações e Ivan, na condição de presidente estadual, tenha apenas apresentado os candidatos LGBTI+ do seu estado, São Paulo. Mas esse dado é importante, pois controlar uma parte do recurso eleitoral possibilita ao secretariado a distribuição de incentivos seletivos, fortalecendo lealdades ao grupo e ultrapassando seu caráter de incentivador coletivo de identidade partidária e LGBTI+.

É importante ainda dizer que depreendemos dos interlocutores que o partido prioriza critérios de viabilidade eleitoral, apostando em candidatos competitivos ou com maior probabilidade de receber mais votos e se eleger (Edgar Souza - SP; Ivan Santos - SP) e, como já sabemos, isso pode prejudicar candidaturas de minorias sociais em face dos preconceitos vigentes (FOX; LAWLESS, 2012).

Normalmente, mulheres, negros e jovens, pertencentes à população LGBTI+, recebem financiamento eleitoral de outros secretariados do partido, como o PSDB Mulher e o Tucanafro, por exemplo, deixando a cargo da Diversidade Tucana o financiamento de candidaturas de gays (Edgar Souza - SP). Isso pode ser explicado pelo fato de que já há incentivos externos aos partidos, leis e decisões da justiça eleitoral, que obrigam as organizações partidárias a financiarem candidaturas femininas e de pessoas negras, algo que não ocorre com o segmento LGBTI+ (embora essas identidades se interseccionem).

Os apoios eleitorais eram concebidos pelos entrevistados como meras “ajudas de custo”, devendo os gastos de campanha serem custeados individualmente por cada candidato (Lucas Barros - PE; Ivan Santos - SP). Também consideramos essas afirmações problemáticas, na medida em que é comum que determinadas lideranças políticas, representantes do *status quo* identitário e político-institucional, recebam vultosas quantias do Fundo Eleitoral sem que elas

tenham caráter meramente suplementar. Além disso, esse modelo favorece classes econômicas abastadas, dificultando a participação eleitoral de LGBTI+ que encontram inúmeras barreiras sociais e econômicas em suas trajetórias de vida.

Apesar dos financiamentos relatados, foram percebidas dificuldades para dar andamento às atividades cotidianas da Diversidade Tucana por falta de recursos financeiros para a instância. Por exemplo, o Presidente Estadual da DT de São Paulo compartilhou que já lançava mão de reuniões remotas bem antes de essa ferramenta ser normalizada em virtude da pandemia de coronavírus. As reuniões remotas aconteciam porque o partido não financiava a estrutura necessária para a DT paulista se reunir e debater os assuntos de interesse do grupo.

O único segmento que tem recurso é a mulher, por uma decisão da nacional. Os outros segmentos terminam reivindicando um recurso e a gente consegue “se virar nos trinta” e fazer alguma coisa. Eu, na realidade, quando assumi a Executiva, em 2019, eu fui o primeiro segmento que fez reunião virtual no partido (...). Fui falar com o tesoureiro. Falei: “Fred e aí? Preciso fazer alguma coisa, o que a gente tem de dinheiro e o que não tem”. Ele falou: “Ivan, a gente nem conta tem. O CNPJ foi cancelado e tal” (...). Eu falei: “Eu preciso fazer alguma coisa. Eu não tenho dinheiro e não tenho como trazer o povo para cá. Eu preciso tocar” (Ivan Santos - SP).

Tal contexto orçamentário motiva ativistas do secretariado a reivindicarem tanto parcelas do fundo partidário para o desenvolvimento de suas ações rotineiras quanto uma parte do fundo eleitoral para fortalecer as candidaturas de LGBTI+ do partido (Marcos Fernandes - SP; Joel Cavalcante - PB). Entre as atividades que os ativistas gostariam de realizar com recursos financeiros, estão a organização de cursos de formação política, cartilhas de orientação sobre direitos, custeio de viagens para os membros da Executiva da Diversidade Tucana fazerem um trabalho de organização da base pelo país a fim de estimular a criação de mais núcleos locais, encontros nacionais com periodicidade regular, impressão de materiais gráficos diversos, entre outros (Marcos Fernandes - SP; Joel Cavalcante - PB).

Apesar de o PSDB ter destinado uma cota do seu fundo eleitoral para o secretariado DT indicar alguns candidatos em eleições mais recentes, os ativistas reivindicam que isso fosse uma regra permanente, ou seja, um encaixe institucional que assegurasse perenemente uma parte do fundo eleitoral para o grupo apoiar candidaturas de LGBTI+ vinculadas à instância.

Nós já tivemos, nas duas últimas eleições nacionais e as municipais, uma verba para apoiar alguns candidatos. O que a gente quer, de novo o burocrata, é que isso seja institucionalizado e que a gente tenha uma régua: “Vai ser 1%? 1% equivale à quanto? 100 mil? Que a gente saiba que pode contar com 100mil”. Para que não seja uma coisa assim: “Vamos dar 10 mil, 50 mil”, pode ser verba maior, mas a gente queria que fosse institucionalizado isso: cada segmento tem tanto. A nossa estratégia para o futuro é um pouco essa. Até para que a gente possa ter candidaturas viáveis (Marcos Fernandes - SP).

Com efeito, institucionalizar o acesso a parte dos recursos eleitorais do partido fortaleceria os ativistas das contingências das disputas eleitorais que ocorrem dentro dos partidos. Como disseram Gurza Lavalle *et al.* (2019, p. 42), “perenizar os valores e interesses defendidos mediante a institucionalização é um resultado possível e inclusive almejável de processos de mobilização”. Contudo, no atual estágio da trajetória da Diversidade Tucana no PSDB, eles têm baixo acesso a fundos eleitoral e partidário, de maneira informal e sem a segurança da regra instituída, diferentemente do PSOL que conta com uma resolução de financiamento eleitoral para minorias.

Um último e breve ponto sobre financiamento é que alguns ativistas da Diversidade Tucana ocupam cargos comissionados em determinados governos do partido, possibilitando a eles algum grau de dedicação ao trabalho partidário, uma vez que se estivessem na iniciativa privada teriam mais dificuldades para a participação política.

Joel Cavalcante (PB) nos disse que uma maneira de sair da condição de voluntário é trabalhar nesses cargos de governo, o que nos remete à rotina de “ocupação de cargos na burocracia” do conceito de repertórios de interação, que acontece com ativistas de movimentos sociais, mas também ativistas partidários e que em muitos casos são simultaneamente ativistas de movimentos e de partidos (MISCHE, 2008). Logo, inferimos que incentivos seletivos podem favorecer incentivos coletivos e a própria institucionalização, pois o pagamento pelo trabalho partidário, ainda que mediados por governos, pode contribuir para o funcionamento rotineiro das instâncias.

Um prefeito, digamos que o prefeito de João Pessoa é do PSDB. Então ele bota, automaticamente, uma pessoa do Diversidade Tucana na coordenação LGBT para ela estar ouvindo essa população e levar para o PSDB que é o prefeito. Então, geralmente, acontece esse movimento. Aí como em São Paulo é essa realidade, aí por exemplo, o Marcos, o Ivan, que é o presidente do Diversidade São Paulo, elas trabalham realmente para o governo para fazer isso. Eu, particularmente, não trabalho. Então, tecnicamente, seria um trabalho voluntário do partido, mas se fosse para o poder público de forma geral, eu acho importante ser remunerado sim (Joel Cavalcante - PB).

Esse ponto sobre o papel de espaços de movimentos sociais no interior de partidos políticos foi pouco iluminado pelos estudos sobre movimentos sociais e suas reflexões sobre a ocupação de cargos governamentais. Vimos no nosso caso que partidos importam para a indicação de cargos em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Nossas reflexões são corroboradas pela tese de Santos, E. (2022) sobre o Movimento LGBTI+ pernambucano. Em seus achados, “boa parte das lideranças entrevistadas possuem

filiação ativa, atuaram como dirigentes de partidos políticos ou possuem relação próxima a alguma agremiação partidária no estado” (p. 212) e diversos gestores de políticas públicas de diversidade sexual naquele estado foram indicados por partidos (SANTOS, E., 2022). Provavelmente a ocupação de cargos governamentais por militantes partidários exerce impacto não somente na institucionalização de partidos, mas também na institucionalização de políticas públicas animada por atores socialmente engajados.

7.3.4 Recrutamento

Não existem regras no PSDB que garantam um número mínimo de candidaturas de LGBTI+ no partido. A partir das entrevistas, descobrimos que o recrutamento de novos candidatos ocorre de três maneiras: por interesse individual de cada candidato, por estímulo das lideranças da Diversidade Tucana e por incentivo de algumas lideranças do PSDB a atores do secretariado DT.

No primeiro caso, é comum que pessoas diversas tenham interesse em adentrar o mundo da política e busquem partidos viáveis, que exijam menos votos, para obter vitória, considerando os complexos cálculos do sistema eleitoral. Esses cálculos podem variar dependendo de cada arranjo local e em alguns casos, o PSDB pode ser um partido interessante para tal finalidade. Tanto Lucas Barros quanto Ivan Santos enfatizaram o caráter individual, de desejo pessoal, de sujeitos se candidatarem a mandatos eletivos.

Eu acho que recrutamento não existe, a pessoa tem que querer. Tem que ter o interesse (Ivan Santos - SP).

A candidatura é muito um projeto do partido local, da sua construção política e da sua articulação enquanto pessoa, né? Aqui em Pernambuco a gente teve quatro candidaturas LGBTs, sendo que uma declinou e ficaram três. Nenhum dos três foram eleitos (Lucas Barros - PE).

Essa concepção da candidatura como um projeto individual e fruto de um desejo espontâneo é por nós considerada problemática tendo em vista que as condições materiais e culturais, principalmente relacionadas a gênero e sexualidade, exercem grande peso na decisão de participar da política eleitoral (FEITOSA, 2017c; FOX; LAWLESS, 2012; MIGUEL; BIROLI, 2010;). Dadas as barreiras institucionais impostas a minorias de gênero, raça e classe e à violência política dirigida contra LGBTI+, a ausência de incentivos institucionais colabora para a perpetuação da desigualdade e da exclusão política.

Os ativistas da Diversidade Tucana também atuam no sentido de estimular que LGBTI+ do partido ou próximos/as a ele sejam candidatos. Edgar Souza destacou que o secretariado realiza um trabalho de levantamento de potenciais candidaturas e de estímulo.

Então a gente vai estimulando, os membros que compõem e tal saiam [candidatos]. Às vezes você tem e você identifica um LGBT que é simpático ao PSDB e às vezes está até filiado. Então, vamos lá estimular o cara a ser candidato. Então, muito trabalho das Executivas nos municípios e tal (Edgar Souza - SP).

Além disso, os entrevistados destacaram que a DT tenta influenciar presidentes estaduais do PSDB a considerarem importante lançar candidatos LGBTI+ (Lucas Barros - PE).

Um desafio identificado é a dificuldade dos membros da DT em mapear candidatos com esse perfil no partido pelos problemas de comunicação internos. Conforme Ivan Santos (SP), o partido lançou 50 candidatos LGBTI+ nas eleições municipais de 2020 somente no estado de São Paulo. Contudo, o secretariado estadual só soube de muitos deles após as eleições, razão pelo qual o núcleo estaria tentando se organizar para cobrar do partido informações referentes às candidaturas desse público nas eleições de 2022.

A gente está tentando fazer uma força tarefa agora, se preparando para as candidaturas de 2022, para ver se a gente consegue soltar uma nota no partido já consolidando essa informação das candidaturas. Para ver se eles conseguem passar para a gente, para a gente interagir com esses candidatos (Ivan Santos - SP).

Esse parece ser um problema recorrente em todos os partidos analisados e pode ser resultado da falta de dados relativos à orientação sexual e à identidade de gênero de pessoas filiadas. Do mesmo modo, o TSE não solicita aos partidos esses dados quando do registro da candidatura, desobrigando as organizações de se preocuparem em rastrear essas informações de seus membros e contribuindo para a invisibilidade de candidaturas LGBTI+ espalhadas em um país continental como o Brasil¹⁷⁹.

Outra forma de o partido incentivar a existência de candidaturas LGBTI+ seria conferir suporte especializado em campanhas. Vale a pena ler o relato de Lucas Barros sobre a sua árdua experiência como candidato a vereador nas eleições de 2020 no município do interior pernambucano, Palmares.

¹⁷⁹ Escrevi um pequeno texto abordando essa questão para o Observatório das Eleições de 2022. Disponível em: <https://observatoriodaseleicoes.com.br/2022/08/27/candidaturas-lgbtqia-permanecem-invisiveis-na-justica-eleitoral/>. Acesso em: 19 out. 2022.

Eu acho, eu acho que é muito pesado (...). Eu acho que a gente tem que reformular essa nossa maneira de fazer campanha. Porque, além de ser extremamente burocrática, eu como um candidato novo, sem muita estrutura, eu tive que perder vários dias no contador, com advogado, ao invés de estar na rua, porque eu tinha que ficar lá vendo a questão da burocracia da campanha. Junto ao TRE-PE [Tribunal Regional Eleitoral]. E perder vários dias, porque aqui só tem uma agência do Banco do Brasil, no município inteiro, e a gente é regionalizada, então vêm outras pessoas de outros municípios. Então, assim, eu perdi vários dias dentro da agência do Banco do Brasil para resolver problema de cheque, de abertura de conta, enfim (Lucas Barros - PE).

Esse ponto não é desprezível se levarmos em conta que candidatos economicamente favorecidos ou que recebem maiores investimentos do partido possuem um aparato técnico-profissional responsável por cuidar da burocracia de suas campanhas. Logo, a falta de suporte especializado para candidaturas de LGBTI+ (e de outros sujeitos minoritários social e politicamente) com poucos recursos contribui para violar a isonomia da disputa eleitoral.

A terceira e última posição dos entrevistados sobre recrutamento eleitoral de pessoas LGBTI+ trata do incentivo de algumas lideranças do PSDB a atores do secretariado DT. Esse aspecto foi destacado pelo presidente estadual da DT Paraíba, Joel Cavalcante.

Aqui essa iniciativa vem do próprio partido. Então o próprio partido, antes de eu chegar porque eu já ia fazer isso, mas antes de eu chegar e falar: “A gente quer colocar um candidato”, ele chamou: “Vocês vão colocar um candidato. É muito importante que a gente tenha um candidato da Diversidade”. Eu falei: “Com certeza e tal”. Então eu acho que isso é muito legal (Joel Cavalcanti - PB).

É difícil afirmar se essa prática ocorre de maneira mais ou menos generalizada no partido haja visto que somente o entrevistado da Paraíba destacou esse incentivo. Seria necessário abordar candidatos e candidatas LGBTI+ do partido e verificar como se deu o processo de construção eleitoral de cada um/a, mas é importante registrar que em algumas localidades as lideranças incentivam a participação do segmento em eleições.

Concluindo, não verificamos a existência de encaixes institucionais significativos nesta zona de incerteza no PSDB, mas processos e padrões mais ou menos recorrentes de recrutamento de candidaturas, que parecem ser menos ligados à interação sociopartidária ou vinculados ao secretariado, obedecendo mais à lógica de recrutamento partidário de maneira mais geral.

7.4 Barreiras

Se em partidos de esquerda, considerados mais porosos a demandas sociais e sensíveis às desigualdades sociais em face de ideologias políticas revolucionárias, críticas ou transformadoras, é comum a ocorrência de preconceitos e discriminações contra minorias sexuais e de gênero (GREEN, 2018b; BEM; INSAUSTI, 2017), esse quadro parece se agravar em partidos de centro-direita, predominantemente composto por quadros socialmente favorecidos pelas suas condições materiais, sociais e identitárias. Embora a direita seja bastante heterogênea, formada por empresários, profissionais liberais, militares, evangélicos, fazendeiros, conservadores, entre outros (MIGUEL, 2019), é marca dessa ideologia a manutenção de valores e estruturas predominantes na sociedade.

No caso do PSDB, sua afirmação social-democrata expressa valores de mercado preocupados com o crescimento econômico, mas sem deixar de lado a desigualdade social. Outrossim, a superação dessas desigualdades não se daria por formas revolucionárias ou radicais, mas reformistas. Tampouco o capitalismo é entendido como um sistema de produção violento e repleto de contradições. De toda maneira, a sensibilidade com formas de desigualdade abre espaço para a causa da diversidade sexual e de gênero. No entanto, os ativistas operam em um terreno movediço, precisando equilibrar as defesas da militância com valores dominantes e entre atores social e economicamente estabelecidos.

Ao longo das entrevistas, diversas barreiras e violências foram notadas nos relatos dos protagonistas da Diversidade Tucana e que certamente funcionaram como obstáculos à institucionalização. Dentre as barreiras destacadas, estão a falta de representantes políticos pertencentes à população LGBTI+ para apoiar a militância do partido (Marcos Fernandes - SP), a falta de formação técnica e política entre LGBTI+ para assumirem cargos públicos (Marcos Fernandes - SP; Joel Cavalcante - PB), os preconceitos internos, a vinculação da pauta LGBTI+ à esquerda em um ambiente refratário a essa ideologia (Edgar Souza - SP), a fragilidade da pauta trans no partido (Lucas Barros - PE), a resistência do partido em cidades do interior (Ivan Santos - SP) e, por fim, a falta de posicionamento do partido em relação a determinadas pautas e em eleições. Por exemplo, o PSDB flertou com o bolsonarismo em 2018, se afastou dele em seguida, e depois alguns líderes declararam apoio novamente em 2022 (Joel Cavalcante - PB).

Além de todas essas barreiras e desafios, os ativistas precisam lidar recorrentemente com declarações e decisões governamentais de atores do partido que afrontam a dignidade das pessoas LGBTI+, gerando vários desgastes para a Diversidade Tucana. Um primeiro exemplo foi o episódio em que Clésio Salvaro, prefeito de Criciúma pelo PSDB, município de Santa Catarina, demitiu um professor temporário da rede municipal por ter trabalhado pedagogicamente com um videoclipe do cantor Criolo, da música “Etérea”, que defende “amor

sem padrões” e “sem imposições” (Marcos Fernandes - SP). Em vídeo divulgado nas redes sociais, o prefeito disse “que não toleraria o conteúdo erotizado e ‘viadagem’ em sala de aula”¹⁸⁰.

Outro episódio de censura, discriminação e perseguição contra a população LGBTI+ protagonizado por lideranças do partido ocorreu em meados de setembro de 2019 quando o então governador de São Paulo, João Dória, mandou recolher apostilas de ciências para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental que abordava diversidade sexual e identidade de gênero. Pela rede social Twitter, o governador declarou: “não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero”¹⁸¹. Segundo Edgar Souza, a Diversidade Tucana atuou nos bastidores para evitar a ação autoritária.

Aí nós entramos nos bastidores para entender e construir algo disso aí. Entraram na justiça, a justiça determinou a volta dessas apostilas. Não livros, apostilas. O que a gente construiu com ele na época, ele recebeu super de boa e é o que foi feito. Ao invés dele recorrer [à decisão da justiça], chamou-se o Ministério Público. Foi o Ministério Público e construiu um acordo: ao invés de recorrer da decisão, não recorre da decisão, mas envia um encarte explicativo de acordo com a idade de cada criança que vai receber o material. Isso foi feito e resolveu o problema (Edgar Souza – SP).

Em outras palavras, os ativistas LGBTI+ do partido agiram para “apagar o incêndio” causado por um dos principais nomes do partido à época e que agiu sob nítida influência do neoconservadorismo, visando a atender uma base eleitoral reacionária. Ainda no estado paulista, uma deputada estadual pelo partido chamada Damaris Moura, evangélica, votou em projetos de lei que determinavam a exclusão de pessoas trans em práticas esportivas em times correspondentes ao seu gênero. Além disso, nosso interlocutor falou de outros posicionamentos de Damaris refratários à defesa da diversidade sexual (Ivan Santos - SP).

Além desses, também houve o famoso episódio do deputado federal evangélico João Campos, autor do projeto de lei conhecido como “cura gay”, anteriormente abordado e também mencionado pelos entrevistados (Lucas Barros - PE; Ivan Santos - SP; Marcos Fernandes - SP). Os ativistas também sofrem com os impedimentos colocados por lideranças locais. Marcos Fernandes nos disse que um ator importante do estado do Espírito Santo afirmou: “aqui vocês não se organizam. Aqui não”. O ator em questão era evangélico.

¹⁸⁰ Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/prefeito-de-criciuma-diz-nao-admitir-viadagem-e-demite-professor-por-exibir-videoclipe/>. Acesso em: 17 out. 2022.

¹⁸¹ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2022.

Concluindo, a experiência LGBTI+ nos mostrou que o PSDB é um caso bastante institucionalizado, centralizado, com relativa abertura de espaços para segmentos da sociedade, mas com limites. O grupo LGBTI+ no partido possui poucos vínculos organizacionais com movimentos, caracterizados por eles como agentes da esquerda, próximos ao PT, partido rival. Enquanto no PT e no PSOL, há “dupla filiação” (GREEN, 2018a), com muitas disputas entre grupos e correntes internas, no PSDB não há tanta falta de consenso, mas tem menos mobilização e menos candidaturas LGBTI+ no partido.

O presente capítulo buscou analisar os elementos que contribuíram para a institucionalização dos valores, interesses e objetivos do Movimento LGBTI+ na estrutura organizativa do Partido da Social Democracia Brasileira. Verificamos que essa institucionalização não foi impulsionada pelos objetivos dos fundadores, uma vez que na fundação e nos anos iniciais o tema era praticamente inexistente na organização. O sucesso eleitoral do partido, especialmente em nível federal e no estado de São Paulo, fez com que os governos tucanos entrassem em contato com o tema, provavelmente a partir das reivindicações do movimento social e da sua origem social-democrata, e implementassem políticas públicas voltadas para a população LGBTI+. A criação de organismos de políticas públicas afirmativas no município e estado de São Paulo somada ao efeito-contágio da institucionalização LGBTI+ no PT, num contexto de embate direto entre os dois partidos no nível nacional e também estadual paulista, estimularam a criação de um grupo no interior do partido responsável por tocar o tema na organização a partir de 2006. Esse grupo cresceu e se institucionalizou como secretariado temático em âmbito nacional em 2011 mediante atividades diversas desenvolvidas e inserção estatutária em 2013. O secretariado Diversidade Tucana operou importantes encaixes institucionais em algumas zonas de incerteza com destaque para a inclusão do segmento no site oficial do partido e uma vaga na Comissão Executiva Nacional. Porém, os ativistas LGBTI+ do PSDB ainda não conseguiram institucionalizar regras de recrutamento eleitoral nem de financiamento de campanhas/atividades organizativas e seguem em busca de atingir esses objetivos, sugerindo que apenas a participação na Comissão Executiva Nacional é insuficiente para determinados ganhos de poder. A institucionalização LGBTI+ também é permeada por barreiras diversas entre as quais destacamos as dificuldades de atuação em níveis subnacionais, a pouca conexão com movimentos sociais, a inclusão de pessoas e pautas trans, os preconceitos, as discriminações e os discursos de ódio proferidos por atores do partido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o longo caminho teórico e empírico percorrido, apresentamos aqui nossas conclusões da pesquisa. Retomando o nosso problema - Como os valores, objetivos e interesses do Movimento LGBTI+ se institucionalizaram nos partidos políticos brasileiros? - descobrimos diversos elementos que contribuíram para a transformação dos partidos a partir da participação de ativistas LGBTI+ nas organizações partidárias e da interação entre esse movimento social e as agremiações. Organizaremos as considerações finais (i) apresentando os principais argumentos teóricos, (ii) os principais resultados empíricos em comparação, (iii) nossas contribuições para as teorias mobilizadas e (iv) possíveis futuras agendas de pesquisa.

Argumentos teóricos

Mobilizamos diversas contribuições teóricas que iluminaram o objeto antes da entrada no campo empírico. O Movimento LGBTI+ brasileiro surge no final da década de 70 com uma parte dos militantes já interagindo com partidos políticos e com outros movimentos sociais, com especial destaque para a facção homossexual da Convergência Socialista que compôs os quadros do Somos, considerada primeira organização homossexual que se tem registro, e depois se integrou ao nascente Partido dos Trabalhadores. O estudo pioneiro de James Green (2019), pesquisador, e também liderança homossexual da Convergência Socialista que representou esse setor do movimento, mostrou bem esse período inicial.

Contudo, tal aproximação gerou desgastes no interior da militância, ocasionando seu primeiro “racha” interno, como discutido por João Silvério Trevisan (2018). De outro lado, a interação inicial com o PT resultou nas primeiras candidaturas homossexuais do país e, anos depois, na formação de um primeiro núcleo partidário, o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT, em 1992, e a Secretaria de Gays e Lésbicas do PSTU, em 1994. O racha ocorrido ainda na década de 80 mostraria a pluralidade de concepções e práticas políticas que conformariam esse movimento social nas décadas seguintes conforme demonstrado nos trabalhos de Regina Facchini (2005), Gustavo Gomes da Costa Santos (2006) e Leandro Colling (2015).

Outros fatores contribuíram para a aproximação entre o Movimento LGBTI+ e as instituições políticas. Um deles foi a epidemia de HIV/Aids que eclodiu no país durante as décadas de 80 e 90. Essa crise sanitária fez com que os ativistas deixassem de lado sua desconfiança em relação ao Estado, fruto de duas décadas de regime autoritário decorrentes do regime militar, e buscassem autoridades públicas em resposta à doença que ceifava vidas da

comunidade naquele momento. Rafael de la Dehesa (2015) diz que tal interação representou uma “alternativa tecnocrática aos partidos políticos”, uma vez que as iniciativas estatais em gênero e sexualidade eram influenciadas mais pelos valores da militância do que pelas diretrizes programáticas dos partidos.

Outros fatores que contribuíram para a aproximação do Movimento LGBTI+ com instituições políticas, como o Poder Legislativo em diversos níveis federativos e os partidos políticos, foram a redemocratização do país com o estabelecimento de um novo sistema político. A possibilidade de coexistência de múltiplos partidos com um sistema eleitoral proporcional de lista aberta resultou em diferentes partidos lançando diversas candidaturas, entre os quais de LGBTI+, em busca da maior quantidade de votos possíveis. Além disso, a multiplicidade partidária incentivou certas contradições ideológicas, permitindo que parlamentares de partidos de direita abraçassem algumas demandas do Movimento LGBTI+, como a aprovação de leis em câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais, que puniam estabelecimentos comerciais que discriminassem consumidores por sua orientação sexual e identidade de gênero.

O surgimento das Paradas do Orgulho LGBTI+ no final da década de 90 e seu estrondoso crescimento em relação ao número de participantes nas décadas seguintes chamariam a atenção da classe política, passando a fazer campanhas eleitorais e discursos de apoio ao movimento nesses eventos. A implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos da população LGBTI+ a partir do governo federal, como o programa Brasil Sem Homofobia, e sua repercussão em esferas subnacionais vincularia definitivamente a participação de ativistas em partidos políticos de modo a ocupar cargos na burocracia pública.

Em trabalho de 2008, Silva afirmou que havia entrelaçamento e interlocução crescentes entre o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos, contudo, sem alterar regras e a formalidade partidária. Dizia ela, “não uma capilaridade instituída por estatutos ou programas, porém aquela do face a face, do jogo que se constitui jogando, baseado em um cálculo político individual” (SILVA, 2008, p. 108). Divergimos desse entendimento porque naquela altura já havia registros da inserção do tema no estatuto do PT no ano de 2001 e do PSOL em 2005, bem como o funcionamento de um setorial nacional LGBT no PT a partir dos anos 2000.

Do ponto de vista da literatura sobre movimentos sociais, vimos que nas décadas de 80 e começo de 90 a autonomia perante partidos era uma questão posta. A maneira virtuosa com que a sociedade civil era retratada nas pesquisas daquele período, muitas vezes adotando o discurso nativo dos atores, dificultariam perceber as conexões entre movimentos e partidos,

assim como definições de movimentos sociais como desafiadores das instituições políticas. A criação de instituições participativas (IPs) - como o Orçamento Participativo e conselhos de políticas públicas em governos locais, e as conferências nacionais após a chegada do PT ao governo federal - abriu um vasto leque de pesquisas e abordagens sobre o tema. Os estudos sobre IPs consideravam os partidos, mas como uma variável a explicar o sucesso ou o fracasso da implementação da participação institucionalizada em determinados governos, sem pensar a interação entre movimentos e partidos.

Nessa onda, ganharam destaque trabalhos que reconheciam as fronteiras difusas e permeáveis entre movimentos sociais e Estado. Conceitos como projetos políticos, repertórios de interação, pontos de acesso, domínios de agência, capacidades estatais e mútua constituição, para ficar somente nesses, conquistaram proeminência nos estudos sobre participação política ao trazer o Estado pra linguagem de atuação de movimentos sociais. Contudo, o que parecia pacificado e estabilizado entre os pesquisadores do campo sofreu enormes perturbações com a mudança do contexto político nacional a partir das crises políticas da década 2010 e do alinhamento entre neoliberalismo e neoconservadorismo encarnados em governos de direita e extrema direita (2016-2022).

A mudança no cenário político pressionou pesquisadores do campo a reverem conceitos consolidados, a elaborarem novas ferramentas analíticas e a deslocarem seus olhares para outras arenas de ação dos movimentos sociais. É nessa fase que cresce o interesse por analisar a interação entre movimentos sociais e partidos políticos. A restrição de oportunidades políticas sofrida por ativistas no poder executivo federal fez com que a interação com o poder legislativo fosse intensificada do ponto de vista da atuação política e da análise acadêmica. A prerrogativa constitucional dos partidos em lançarem candidatos a cargos eletivos atraiu ativistas e acadêmicos a estudarem como movimentos atuam nessas organizações.

O estudo de Marília Oliveira sobre a formação do partido Rede Sustentabilidade, fundado em 2013, representou uma importante contribuição científica sobre essa interação a partir das conexões entre o movimento ambientalista e partidos no Brasil. A tese apresenta significativo esforço teórico ao trazer múltiplas definições que diferenciariam movimentos sociais de partidos políticos e como uma potente literatura internacional vem pensando a interação entre esses dois corpos políticos. Assim, somos introduzidos no país a um novo vocabulário conceitual, como estratégias, partidos-movimentos e ativistas sociopartidários.

Essa potente literatura internacional tem discutido os modos como movimentos sociais podem formar partidos políticos, chamados de partido-movimento, e como movimentos sociais têm estabelecido vínculos organizacionais com partidos políticos, seja em ciclos de protestos,

seja em ciclos eleitorais. Um desses autores, Schwartz (2010), classificou essas interlocuções em interações coordenadas (alianças ou fusões), estratégias invasivas (insurgências, deslocamentos e cooptações) e estratégias hostis (perturbação, desqualificação e expulsão). Outros estudiosos de movimentos sociais focaram essa interação por meio das eleições, como McAdam e Tarrow (2011) e seu conceito de “confronto eleitoral”.

O fato é que a literatura sobre movimentos e partidos, ao conferir centralidade em um tipo de articulação motivada por protestos ou eleições, deixou de lado aspectos microfísicos e processuais do cotidiano em que ativistas de movimentos sociais vão transformando aos poucos as organizações partidárias, seja do ponto de vista programático, seja do ponto de vista organizacional, ao mesmo tempo em que também são transformados.

O conceito de múltipla filiação de Ann Mische (2008) ou de dupla filiação de James Green (2018a) explica que militantes participam simultaneamente de sindicatos, pastorais da igreja, associações de moradores, organizações da sociedade civil e de partidos políticos, equilibrando diferentes identidades, enquadramentos e ações a partir do seu local de atuação. O equilíbrio de múltiplas identidades, enquadramentos e repertórios por parte de ativistas em diferentes campos de atuação sociopolíticos promove fluxos que se trasladam e se intercambiam.

Apesar de a literatura explicar a múltipla filiação, não se sabe bem quais eram as implicações disso em termos de resultados nas organizações partidárias. Por esses motivos – estudos de movimentos e partidos que focaram alianças em momentos específicos e compreensão de múltipla filiação sem sabermos as implicações práticas em partidos – buscamos analisar o fenômeno da institucionalização, da transformação dos partidos políticos a partir da influência fina de ativistas a longo prazo.

O primeiro conceito de institucionalização que localizamos veio da literatura que discute a interação entre movimentos sociais e Estado. Na perspectiva de autores como Adrian G. Laval, Euzeneia Carlos, Monika Dowbor e José Szwako (2019), ela significa a transformação de algo em instituição. Nessa abordagem, a institucionalização remete ao devir e precisa ser entendida como um processo. Assim, somos apresentados ao conceito de encaixes institucionais, que significam sedimentações institucionais resultantes da interação socioestatal e que permitem os atores agir.

Contudo, ainda faltava contemplar as especificidades dos partidos políticos, um tipo de organização distinto do Estado e seus órgãos públicos. Percebemos que os acúmulos desses estudos sobre Movimento LGBTI+, participação política e movimentos sociais não seriam suficientes para entender o fenômeno da transformação de partidos políticos via movimentos

sociais, afinal, precisávamos entender o que outra literatura dizia sobre o funcionamento dos partidos políticos e suas relações de poder internas, haja vista que existem outras variáveis que moldam tais organizações para além da interlocução ou da presença de redes de ativistas.

Partidos políticos organizam a agregação de interesses difusos na sociedade, canalizando as preferências para as instituições políticas, *locus* importante de tratamento dos conflitos vigentes. Como vetor de interesses, os partidos organizam a atuação parlamentar, a implementação de políticas públicas e a condução dos governos (ou a oposição a estes), além de organizar a competição política, sem a qual seria muito mais difícil prover inteligibilidade eleitoral numa sociedade de indivíduos atomizados, como reflete Oswaldo Amaral (2013a).

Vimos que uma obra clássica sobre esse objeto – *Sociologia dos partidos políticos*, de Robert Michels – teria como tese central uma lei natural, perene e imutável, a chamada lei de ferro da oligarquia (1982 [1911])¹⁸². Contudo, avançando nessa literatura, descobrimos que os partidos se transformaram ao longo do tempo e que tipologias foram criadas. Existiriam os chamados partidos de quadros, compostos pelas elites políticas, e os partidos de massas, originados da ampliação do direito ao voto (o sufrágio universal) e das lutas da classe trabalhadora (DUVERGER, 1980 [1951]); os partidos *catch all*, surgidos do crescimento econômico e de um modelo de Estado de bem-estar social na metade do Século XX na Europa Ocidental (KIRCHHEIMER, 1966); os partidos profissionais-eleitorais, centrados em disputas eleitorais (PANEBIANCO, 2005); e os partidos cartel, com vínculos fortes com o Estado em função da dependência dos recursos públicos (KATZ; MAIR, 1995). Nessa tipologia, apenas os partidos de massa representariam agremiações conectadas com a sociedade civil e seus anseios.

Notamos também que a teoria de partidos tem forte predomínio estrangeiro, motivo pelo qual buscamos mobilizar contribuições científicas e legais desde o Brasil para aproximar nossa pesquisa à realidade nacional. Os partidos estão previstos na Constituição Federal de 1988 e possuem legislação própria. Segundo a lei n. 9.096/1995, o partido político é uma pessoa jurídica de direito privado e destina-se a assegurar a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição. A existência de partidos no Brasil é antiga, remontando ao Império.

O nosso sistema partidário atual é fruto do bipartidarismo imposto pela ditadura militar. Com o enfraquecimento do regime e a inevitável abertura, os militares queriam assegurar um processo de transição lento, gradual e controlado. Tendo em vista o enfraquecimento da

¹⁸² Para uma discussão atualizada sobre os conceitos de oligarquização, oligarquia e democracia em Michels, ver Ribeiro (2014).

oposição, o governo extinguiu o bipartidarismo e abriu a possibilidade de criação de vários partidos em 1979. O objetivo era dividir e enfraquecer a oposição concentrada no antigo MDB. Contudo, o efeito foi o oposto: o isolamento político do governo aumentou, provocado tanto pela crise econômica da época quanto pelo retorno dos movimentos sociais à cena pública, após anos de perseguição e silenciamento. Os ventos da abertura política produziram leis liberais, que facilitaram a criação e o registro de novos partidos políticos, razão pela qual houve crescimento exponencial no número de agremiações partidárias de lá pra cá, alguns destes conectados com a sociedade, como o PT.

Não tem como falar em partidos sem levar em conta sistemas eleitorais. O sistema eleitoral é definidor da dinâmica das eleições e pode favorecer ou dificultar a participação de minorias em partidos por meio do lançamento de candidaturas diversificadas. Pode ser entendido como o conjunto de regras eleitorais que organizam a autorização para a representação política formal, como vimos em Jairo Nicolau (2015). O Brasil adotou o sistema proporcional para a maioria dos cargos legislativos (vereadores, deputados distritais, estaduais e federais) e o sistema majoritário para os cargos executivos (prefeitos, governadores, presidentes)¹⁸³. Esse dado importa, pois como Rafael de la Dehesa (2015) diz, o nosso sistema proporcional de lista aberta incentivou diferentes partidos a lançarem candidatos/as LGBTI+, aproximando esses sujeitos da política institucional. Ainda assim, tal fórmula eleitoral não tem sido suficiente para garantir a presença de LGBTI+ nas casas representativas porque as desigualdades sociais representam a outra face da exclusão política¹⁸⁴.

Apesar da importância da questão sobre as relações entre partidos e sociedade, o foco dos trabalhos brasileiros tem recaído sobre o funcionamento do sistema partidário, em especial sobre a institucionalização. Neles, a institucionalização é entendida como a estabilidade e a consolidação do sistema partidário. Kinzo (2004), Tarouco (2010) e Braga (2010) concordam que o Brasil possui um sistema partidário institucionalizado, diferentemente de Carreirão (2014) e Mayer (2018) que ressaltam a indistinção ideológica da maior parte dos partidos brasileiros, o alto nível de volatilidade eleitoral e a formação de coligações e coalizões contraditórias, sugerindo que a institucionalização do nosso sistema partidário é precária.

Como boa parte da literatura sobre partidos se debruçava sobre os sistemas partidários, recorreremos aos estudos organizacionais para entender o funcionamento interno e suas alterações. Panebianco (2005) foi o autor que mais nos deu respostas, vez que apresentava uma discussão sobre a transformação de partidos como unidades individuais e a partir das relações

¹⁸³ O sistema majoritário também é adotado para eleger os senadores, embora seja uma função legislativa.

¹⁸⁴ Agradecemos a Carlos Machado por ter chamado atenção para a dimensão social da exclusão política.

de poder internas. Seu modelo teórico define a institucionalização como o processo por meio da qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores e se autonomiza em relação ao ambiente¹⁸⁵. Logo, o partido precisa assegurar interesses para a manutenção da organização e lealdades organizativas. Para garantir lealdades, o partido deve ainda distribuir incentivos coletivos e seletivos. É assim que as relações de poder se estabelecem internamente: por meio de relações de trocas, manifestando-se em negociações desequilibradas, em trocas desiguais, onde um agente ganha mais que o outro.

Com isso, o controle de recursos organizativos são cruciais para o estabelecimento das relações de poder. Tais recursos representam fatores que desequilibram os jogos de poder e por serem alvo de disputa são chamados de zonas de incerteza, âmbitos de imprevisibilidade organizativa. Nos partidos, as zonas de incerteza são identificadas em atividades vitais para o seu funcionamento: a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, a definição de regras formais, o financiamento e, por fim, o recrutamento. Esses recursos tendem a ficar concentrados nas mãos de grupos restritos, a elite dirigente ou coalizão dominante.

Nesse sentido, institucionalização é um conceito polissêmico na teoria, variando a partir do tipo de literatura mobilizada. Para um autor, ela significa a incorporação dos valores dos fundadores na organização (PANEBIANCO, 2005). Para outros, ela expressa a transformação em instituições de valores e objetivos de movimentos sociais mediante interação com o Estado a partir do princípio da mútua constituição entre ambos (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019). Há diferenças significativas entre os princípios da incorporação e o da mútua constituição. Incorporar significa integrar, absorver e aceitar um elemento a um conjunto, enquanto a mútua constituição, por sua vez, tem caráter fortemente relacional em que um elemento constitui o outro, dando-lhe nova forma.

A institucionalização partidária buscaria a autonomia do partido em relação ao ambiente, de modo a minimizar as pressões e interesses de várias forças. Por isso, partidos almejam assegurar a manutenção da organização (PANEBIANCO, 2005). Por outro lado, a institucionalização induzida por movimentos sociais foca a superação de dilemas sociais e entende que as instituições não são fechadas ou impermeáveis a influências, vez que podem ser

¹⁸⁵ É importante destacar que ao longo da obra, o autor apresenta diferentes definições de institucionalização. Por exemplo, na página 36 ele diz que institucionalização significa “a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial (...) a uma fase em que a organização se estabiliza”. Na página 92, ele define como as modalidades pelas quais a organização se solidifica. Na página 100, como a incorporação dos valores e objetivos dos fundadores e na página 104, é concebida como a autonomização do ambiente. Essas múltiplas definições em diferentes momentos da leitura trazem dificuldades à operacionalização do conceito. Agradecemos à Carlos Machado por ter chamado atenção para esse aspecto teórico-conceitual.

constantemente disputadas e transformadas. Isso faz com que eles se “encaixem” em instituições políticas, como o Estado, com o objetivo de ampliar sua capacidade de agir e fortalecer a defesa de causas contenciosas (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019).

Outra diferença conceitual diz respeito à estrutura de lealdades. Panebianco (2005) diz que o processo de institucionalização partidária prevê o estabelecimento de lealdades organizativas, enquanto movimentos sociais tendem a ser leais às causas que defendem e ao público excluído que visam a representar (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019). Isso explicaria o porquê de identidades e estratégias de movimentos entrarem em choque com identidades e estratégias de partidos, como discutiram Marília Oliveira (2016) e outros estudiosos sobre partidos-movimento (KITSCHOLT, 2006; SCHWARTZ, 2010). Por essa razão, movimentos tendem a participar de partidos que integrem suas agendas no programa partidário (importantes incentivos coletivos) e lhes deem condições de atuar na sua estrutura para alcançar seus objetivos (por meio de incentivos seletivos, como patrocínios de atividades, autorização para se candidatar a cargos eletivos, financiamentos eleitorais, cargos e empregos).

Panebianco (2005), ao refletir sobre os fluxos de poder internos na organização partidária, não olha para os atores sociais que almejam institucionalizar seus valores e interesses e foca mais nas desigualdades organizativas do que nas desigualdades sociais e como elas impactam nas disputas internas. Já Gurza Lavalle e colegas (2019) pensam sobre a atuação de atores sociais no Estado institucionalizando políticas públicas, mas não pensaram esse fenômeno em partidos políticos e seus jogos de poder internos. Isoladamente, as duas perspectivas não conseguem responder ao fenômeno da interação entre movimentos sociais e partidos políticos.

Por essa razão, propomos um conceito de institucionalização a partir das duas teorias. Consideramos a institucionalização um processo contínuo e permanente operado por movimentos sociais visando à inclusão de atores e à abertura de espaços em um contexto organizacional que também se institucionaliza, tendendo ao fechamento, à hierarquia e à autonomia visando à ordem organizativa. Portanto, a institucionalização é um processo de negociação para ampliar valores, objetivos e interesses de movimentos em partidos, sujeito a disputas e conflitos de interesses.

Partidos políticos precisam administrar atividades e recursos para o seu funcionamento. O controle dessas atividades e recursos possibilita mais poder a quem os detém ao serem usados nos jogos de poder internos por meio da distribuição de incentivos coletivos e seletivos. Essas atividades e recursos que desequilibram as relações de poder são chamadas de zonas de incerteza por representarem âmbitos de imprevisibilidade organizativa em disputa. Movimentos

sociais também disputam o controle de atividades e recursos nos partidos para fortalecer a defesa de suas causas. Portanto, a institucionalização passa também pela operação de encaixes institucionais em zonas de incerteza, de modo a conferir perenidade a conquistas institucionais em terrenos movediços e inseguros.

Movimentos buscam ser reconhecidos como especialistas legítimos de determinadas temáticas (competência), estabelecer relações com diferentes instituições e atores (gestão das relações com o ambiente), comunicar a defesa de suas causas (comunicações), participar das decisões do partido (definição de regras formais), acessar recursos financeiros para desenvolver atividades políticas e eleitorais (financiamento) e atrair novos atores que partilhem dos seus ideais, bem como os representem nas eleições (recrutamento). Operar encaixes institucionais em zonas de incerteza favorecem as condições de atuação e intervenção de ativistas em partidos. A combinação entre encaixes institucionais e zonas de incerteza foi outra proposição conceitual nossa a partir das duas literaturas.

Após esses debates, buscamos contribuições teóricas de um tipo específico de movimento social com larga experiência de interação e institucionalização de suas agendas em partidos políticos: o feminismo¹⁸⁶. Vimos que os partidos são atravessados por normas de gênero (REZENDE, 2019), que as regras informais são menos vantajosas para mulheres e minorias (BIROLI; MARQUES, 2022) e alguns conceitos, como efeito-contágio, foram relevantes para a análise empírica. Clara Araújo (2005), por exemplo, diz que o engajamento político das mulheres foi inicialmente estimulado pela esquerda partidária e que por efeito-contágio foi copiado por partidos de direita. A experiência LGBTI+ não difere do caso das mulheres, outra descoberta da pesquisa.

Ainda na literatura sobre gênero e partidos, descobrimos que as feministas realizaram importante sistematização em relação a políticas partidárias institucionalizadas em resposta ao movimento social. Elas são classificadas em estratégias de retórica, de ação afirmativa e de discriminação positiva (ARAÚJO, 2005). As estratégias retóricas, como o próprio nome diz, estariam mais no plano do discurso e seriam utilizadas mais por partidos de direita. As estratégias de ação afirmativa visam a criar melhores condições para o desenvolvimento de carreiras políticas das mulheres por meio de iniciativas como seminários, treinamentos e patrocínios. Percebemos em nossos achados que essa é a estratégia predominante em termos de

¹⁸⁶ Agradecemos a Carlos Machado por essa sugestão, bem como boa parte do contato desse pesquisador com a literatura sobre partidos políticos por meio da disciplina na Pós-Graduação “Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos”.

ações LGBTI+. As estratégias de discriminação positiva, por fim, representam a adoção de cotas e são mais utilizadas por partidos de esquerda.

A partir desse amplo arcabouço conceitual e argumentos teóricos, entramos em campo, sabendo que outros debates e contribuições não foram contemplados por razões de tempo para o desenvolvimento da pesquisa.

Achados empíricos

A organização da pesquisa teve como meta superar os objetivos específicos estabelecidos na fase de qualificação do projeto¹⁸⁷. Tendo em vista nosso primeiro objetivo específico - levantar as sedimentações institucionais com a temática LGBTI+ existentes nos partidos políticos - iniciamos o processo de coleta de dados via documentos partidários e entrevistas semiestruturadas realizadas com coordenadores de setoriais e secretarias LGBTI+ do Partido dos Trabalhadores, do Partido Socialismo e Liberdade e do Partido da Social Democracia Brasileira.

Os três partidos contavam com referências à luta da diversidade sexual e de gênero em seus estatutos vigentes, sendo que o PT fala em combater manifestações de discriminação motivadas por orientação sexual (sem mencionar identidade de gênero), o PSOL previu a organização de setorial homossexual, expressando linguagem obsoleta para o vocabulário do movimento social que prevê a coexistência de diferentes identidades políticas destoantes da heterossexualidade e cisgeneridade padrões, e o PSDB fala em respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, sugerindo que é o documento partidário mais aproximado do enquadramento discursivo do Movimento LGBTI+.

Diferentemente dos estatutos, com considerável presença da temática, o mesmo não pôde ser dito dos programas partidários. Apenas o PSOL aborda a questão no seu programa, expressando abertura para interação com o Movimento LGBTI+ ao dizer que o movimento social ajudará a construir o programa do partido nesse tema. Os planos de governo de quatro eleições seguidas (2007-2010, 2011-2014, 2015-2018 e 2019-2022) dos três partidos analisados nos surpreenderam por conter propostas e o reconhecimento de que a população LGBTI+ carece de políticas públicas expressivas. Em que pesem as diferenças em cada documento, uns com mais atenção, outros com menos, esse dado mostra os avanços da pauta no campo da política institucional.

¹⁸⁷ Agradecemos a Carlos Machado e Gustavo Gomes da Costa Santos por terem composto a banca examinadora de qualificação e colaborado substancialmente com o formato final da pesquisa.

Todos os partidos também contam com notas públicas que versam sobre diversidade sexual e de gênero que, embora não possam ser entendidas como encaixes, representam iniciativas que sugerem relativa incorporação por parte das organizações partidárias. Gênero e sexualidade também são categorias trabalhadas em cursos de formação política e ações pedagógicas pelos partidos. A única agremiação em que não foram encontrados registros na etapa de levantamento foi o PSOL. No decorrer do aprofundamento feito na segunda etapa, uma das entrevistadas mencionou uma iniciativa chamada Escola Marx LGBT, organizada pela corrente política do qual fazia parte. Em alguns casos, as ações no PSOL eram protagonizadas por seus agrupamentos internos, não pelo partido em si.

O tema também é institucionalizado nos sites oficiais do PT e do PSDB, com abas próprias, diferentemente do PSOL que ainda não conta com esse espaço virtual. Do mesmo modo, encontramos páginas de instâncias LGBTI+ em redes sociais do PT e do PSDB, mas não do PSOL. Em todos os casos, encontramos postagens em redes sociais oficiais dos partidos. Também foi unânime a todos os casos a ausência de estratégias de discriminação positiva, como a reserva de vagas para LGBTI+ comporem instâncias dirigentes e listas de candidaturas. PT e PSDB contam com instâncias organizativas do segmento, como secretariados, já o PSOL não conseguiu ainda consolidar um setorial nacional LGBTI+, contando basicamente com um grupo de WhatsApp onde estão reunidas parte do segmento sexo-diverso do partido.

Do mesmo modo, PT e PSDB possuem representações das suas secretarias LGBTI+ em instâncias dirigentes. A Secretaria Nacional LGBT do PT compõe o Diretório Nacional do partido com direito a voz enquanto o Secretariado Diversidade Tucana faz parte da Comissão Executiva Nacional do PSDB com direito a voz e voto. O PSOL, embora conte com LGBTI+ dirigentes, não possui instância organizada na direção. Dentre os casos, apenas o PT remunera a coordenadora da Secretaria Nacional LGBT, demonstrando investimento partidário e profissionalização da pauta. Todos os casos contabilizam a existência de candidaturas de LGBTI+, embora PSOL e PT sejam as organizações do sistema partidário com os maiores índices de candidaturas do gênero. O PSDB lança menos que os demais.

Os três casos também contam com alguns recursos reservados para apoiar eleitoralmente candidaturas LGBTI+, contudo, apenas o PSOL contava com uma resolução instituindo regras e porcentagens de transferências de recursos, publicada em 2020. Assim, nosso levantamento realizado na primeira etapa foi importante para a criação de diagnósticos iniciais que permitiram o aprofundamento do desenvolvimento dessas ações e encaixes institucionais, bem como a percepção dos atores envolvidos em sua construção ou afetados por elas.

Concluimos que predominam nos partidos analisados estratégias de ação afirmativa, variando um pouco a depender de cada caso. Isso significa que os partidos consideram a temática, desenvolvem iniciativas importantes, mas possuem limites no estabelecimento de ações mais enérgicas de inclusão de atores e prioridade da pauta.

Tendo em vista nosso segundo e terceiro objetivos específicos - analisar a interação entre ativistas LGBTI+ e partidos políticos na formação de encaixes institucionais e comparar diferenças e semelhanças da institucionalização LGBTI+ entre os partidos políticos - analisamos a trajetória dos principais encaixes institucionais presentes nos partidos brasileiros: os setoriais/secretarias e os estatutos. Como Panebianco (2005) diz que a origem dos partidos define seu modelo genético, com consequências para a evolução organizativa, olhamos para o momento de fundação dos casos selecionados.

O PT é o caso mais antigo de todos, tendo sido fundado no início da década de 80 no processo de redemocratização do país e da abertura política que permitiria a criação de novos partidos. Impulsionado pelas grandes greves da região industrial do ABC paulista, nasceu do incômodo de lideranças sindicais de que precisavam ocupar a política institucional para negociar direitos da classe trabalhadora em condições de igualdade com a classe política, que representava interesses do mercado e dos patrões (KECK, 2010 [1991]). Em termos duvergerianos, estaria muito mais próximo de uma classificação de partido de massas.

Nascido em período semelhante à emergência do chamado Movimento Homossexual Brasileiro, houve interações entre militantes da causa homossexual e a agremiação, resultando em declarações simpáticas de lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva, nas primeiras candidaturas engajadas e na tentativa de inclusão do tema na Constituição Federal de 1988.

A abertura do partido aos movimentos sociais possibilitou a organização inicial de um núcleo de gays e lésbicas no começo da década de 90. Apesar disso, é importante ter em mente que os militantes que participaram desse momento inicial sofreram muitos preconceitos e resistências ao tema por parte dos membros do partido e da esquerda como um todo conforme discutido por James Green (2018b) e Ben e Insausti (2017). Em que pese as resistências mútuas (preconceitos do PT em relação à causa e preconceitos de ativistas em relação ao partido), Movimento LGBTI+ e PT se coconstituíram.

O PSDB da fundação guarda semelhanças com o PT em diversos aspectos: sua base principal era São Paulo, eram compostos por intelectuais, envolviam lideranças do MDB e defendiam a social-democracia. No final da década de 80, um grupo de parlamentares do PMDB insatisfeitos com as posições do partido na Assembleia Nacional Constituinte, com os rumos do governo José Sarney e com a situação econômica do país somado à aproximação do

partido com a direita e a interesses eleitorais, decidiu fundar o PSDB (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012).

Ainda em termos duvergerianos, um típico partido de quadros composto por uma classe política estabelecida e com pouca base social. Essas características fariam com o que o PSDB, em que pesem seu sucesso eleitoral em nível nacional nos anos 90 e em nível estadual nos anos 2000, e sua relação com alguns setores do movimento sindical, nunca tivesse uma relação estreita com movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Razão pela qual a presença de atores engajados com a militância LGBTI+ só passaria a existir no partido muitos anos depois da sua fundação, em meados de 2005 (CRUZ, J., 2021).

Nosso terceiro caso, o PSOL, é o mais recente de todos. Nascido em média 25 anos após o PT e 15 anos após o PSDB, pode-se dizer que o PSOL é um partido jovem. O partido nasceu em 2005 como dissidência do PT após este chegar ao governo federal pela primeira vez e adotar medidas afins à centro-direita no Congresso Nacional e contrárias às pautas da esquerda. No momento em que nasce, o contexto político brasileiro era bastante diferente da década de 80 e mesmo de 90, com o Movimento LGBTI+ muito mais organizado, pulsante e visível que nos anos anteriores.

Por ter nascido internamente ao parlamento nacional poderia ser entendido inicialmente como um partido de quadros, considerando a tipologia partidária de Duverger. No entanto, à medida que vai se desenvolvendo, se aproxima dos movimentos sociais a ponto de ser difícil classificá-lo como sendo de quadros. Esse fato dialoga com o modelo teórico de Panebianco (2005) que aponta para a existência de um dilema que partidos precisam equilibrar: a adaptação *versus* o predomínio do ambiente. Na primeira eleição nacional em que o PSOL participa, o partido não obtém resultados favoráveis, o que cria um cenário propício para mudança da coalizão dominante e a necessidade de adaptação ao ambiente eleitoral, de tal forma que o partido busca atores externos para fortalecer sua estratégia eleitoral (vide o exemplo de Jean Wyllys, Guilherme Boulos, Sônia Guajajara, etc.)¹⁸⁸.

O sucesso midiático das Paradas do Orgulho, a existência de ONGs mais incidentes no campo da sociedade civil e a existência de políticas públicas que tornavam o problema da homofobia uma questão de Estado¹⁸⁹ somado ao fato de seus fundadores serem parlamentares de esquerda, fizeram com o que o partido incorporasse as lutas pela diversidade desde a formalização do seu primeiro estatuto e estivesse aberto à interação com o movimento. O partido foi pioneiro ao inserir um beijo gay em sua propaganda eleitoral em 2010. Naquele

¹⁸⁸ Agradecemos essa observação feita por Carlos Machado.

¹⁸⁹ Esses aspectos também foram importantes para a emergência do tema no PSDB em meados de 2006.

mesmo ano, Jean Wyllys, famoso homossexual da televisão, seria eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, fazendo um mandato afirmativo em prol dos direitos LGBTI+.

Para analisar como a pauta se institucionalizou nos partidos, além dos encaixes levantados, focamos na organização setorial da temática, presente nos três casos, para entender as diferenças e semelhanças entre eles. PT e PSDB são os casos que guardam mais semelhanças, o que talvez contrarie a expectativa que se pudesse ter em relação às diferenças entre esses partidos. Isso foi um importante achado da pesquisa, já que os dois partidos são tomados como polos antagônicos devido à polarização eleitoral que ambos protagonizaram por muitos anos. Suas secretarias nascem como núcleos partidários na cidade de São Paulo, apesar das diferentes épocas do seu surgimento - PT em 1992 e PSDB somente em 2006 -, seus militantes vão nacionalizando o grupo, aproveitando-se do poder de atração turístico das Paradas do Orgulho LGBTI+ de São Paulo, para fomentar uma organização política nacional.

A principal diferença entre eles, além da cronologia, reside no fato de que o PT possui relação muito mais imbricada com sindicatos e movimentos do que o PSDB, com menos base social. No caso do PT chega a ser difícil separar o que seria o ator partidário do ativista de movimento social (e em alguns casos, ator sindical), diferentemente da Diversidade Tucana, que é mais claramente composta por atores partidários que se relacionam eventualmente com movimentos sociais.

Para exemplificar, Symmy Larrat, liderança trans do PT, preside uma das maiores associações nacionais do Movimento LGBTI+ da América Latina, a ABGLT. Janaína Oliveira é a coordenadora da Secretaria Nacional LGBTI+ do PT e já liderou a Rede Afro LGBT. Cláudio Nascimento, outra importante liderança petista, preside a ONG Arco-Íris do Rio de Janeiro. Léo Mendes é uma importante liderança do partido e do movimento social em Goiás. Marcelo Nascimento, já presidiu a ABGLT e atualmente é presidente do PT em Maceió/AL, sem falar em outros nomes. Tais atores alcançaram essas posições no movimento simultaneamente a sua participação no partido, o que fortalece a nossa interpretação da mútua constituição entre Movimento LGBTI+ e PT.

Outra diferença entre PT e PSDB, além das conexões com movimentos sociais, diz respeito à evolução institucional das instâncias partidárias que pautam diversidade sexual e de gênero. Enquanto o PT foi evoluindo paulatinamente, organizando sua militância aos poucos, com tempos consideráveis a cada mudança organizativa – núcleo em 1992, setorial nacional em 2001 e secretaria nacional somente em 2017 – o PSDB evoluiu rapidamente, iniciando seu formato como núcleo em 2006 e tornando-se secretariado nacional em 2011.

Nos parece que no caso petista foi necessário demonstrar ao partido que a pauta já estava relativamente organizada politicamente na organização com uma presença expressiva de militantes organicamente engajados na causa. No PSDB, o fenômeno nos pareceu mais burocrático do que orgânico, expressando interesses do partido em atrair o voto LGBTI+ e fomentar uma *expertise* interna para elaborar políticas públicas e auxiliar o partido a se posicionar nessa temática, embora a presença de alguns atores responsáveis por protagonizar a pauta também fosse necessária. Um elemento que reforça nosso argumento é que o PSDB só vem abordar o tema de maneira mais organizada após o sucesso das paradas e a existência de políticas públicas em nível federal.

O PSOL foi o caso mais dessemelhante entre os três por causa do seu baixo grau de institucionalização do setorial nacional. Vimos que o partido possui alguns setoriais LGBTI+ mais organizados em nível estadual, principalmente em estados centrais brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, do que em âmbito nacional. Isso parece ser reflexo de um partido jovem que ainda não se institucionalizou, não consolidou suas instâncias partidárias e possui uma estrutura de disputa e competição interna que não permitiram a criação de consensos organizativos. O resultado disso é a dificuldade em institucionalizar seu setorial nacional LGBTI+, com reuniões, agendas, prioridades e estratégias conjuntas.

Por outro lado, PT e PSDB inauguram seus estatutos sem fazer nenhuma menção à luta pela diversidade sexual e de gênero, ainda que no caso petista já houvesse interação inicial com a militância homossexual após sua fundação. Somente após a existência de uma maior organização política no interior desses partidos é que categorias como orientação sexual e identidade de gênero fossem instituídas nos documentos oficiais, mostrando como alguns encaixes podem contribuir para a construção de outros encaixes. Na história petista, a instituição ocorreu na segunda versão, no ano de 2001, quando o partido estava prestes a completar 10 anos de existência do seu núcleo de gays e lésbicas e em meio a formação do setorial nacional. Já no PSDB, a instituição foi ainda mais tardia: somente na quinta versão do estatuto, no ano de 2013, que o tema constou nos objetivos programáticos.

O PSOL, diferentemente dos outros casos, já nasceu com a afirmação dessa luta no seu primeiro estatuto. Isso significa que as bandeiras de luta LGBTI+ eram parte dos valores e objetivos dos seus fundadores, tornando o partido aberto à interação com esse movimento social desde a sua origem. Apesar de conter linguagem obsoleta e desatualizada até os dias atuais, reduzindo a luta pela diversidade sexual e de gênero à identidade homossexual, o partido desde seus primeiros anos vem fazendo defesa explícita da pauta, razão pelo qual cinco anos após sua fundação inseriu um beijo gay na sua propaganda eleitoral. Os casos nos ensinam que, se o

partido já não tiver nascido comprometido com a causa, é necessário que seus filiados se organizem para inserir valores e interesses do movimento em documentos oficiais do partido em processos de negociação ou de disputa em congressos.

Avançando para o quarto objetivo específico da pesquisa - explicar fatores que geraram processos de institucionalização LGBTI+ nos partidos políticos - descobrimos diversos fatores que variaram em cada caso, não sendo possível afirmar a existência de mecanismos ou variáveis comuns, a não ser o ativismo de atores LGBTI+ – ainda assim diferenciados – e a presença de atores políticos relevantes – parlamentares, partidários, governamentais – a construir pontes entre os movimentos e os partidos. No caso do PT, houve um processo de mútua constituição em que partido e movimento social em interação foram se influenciando reciprocamente e se modificando no decorrer dos anos. Isso explica porque os ativistas adotaram estratégias e rotinas de ação típicas de movimento social em ambiente partidário ou a partir dele.

A múltipla filiação ao Movimento LGBTI+ e ao partido possibilitou a institucionalização partidária, com encaixes institucionais operados no estatuto, em estruturas burocráticas, em planos de governo, ações pedagógicas da Fundação Perseu Abramo, notas públicas, candidaturas engajadas, entre outros. Além disso, outros fatores contribuíram para a institucionalização, como a proximidade do partido a movimentos sociais desde a origem, seu desenho institucional, permitindo a existência de núcleos de base, setoriais e secretarias de segmentos da sociedade e de movimentos sociais, a sensibilidade de importantes lideranças políticas do partido, que acolheram demandas do movimento em suas trajetórias políticas e estabeleceram parcerias relevantes, além da própria organização política dos atores.

Já no PSOL, a institucionalização foi favorecida pelo seu compromisso com a luta LGBTI+ desde a fundação, aspecto razoavelmente parecido com o PT, partido de onde se originou; pela vitória eleitoral de Jean Wyllys, que fez da luta pela diversidade sexual e de gênero a agenda central do seu mandato parlamentar, vinculando a imagem pública do partido ao tema; pelo saldo das Jornadas de Junho de 2013, que atraiu uma nova base de militantes insatisfeita com os governos do PT e seus recuos em políticas públicas voltadas para o segmento. Além disso, ser um partido pequeno, de oposição, que investe mais em eleições proporcionais que majoritárias, que se alia muito pouco a outras agremiações e também cede pouco em seu programa partidário, permitem ao PSOL defender esse tema, ainda controverso na sociedade brasileira, sem maiores custos.

Talvez por isso não seja tão necessária a criação de instâncias temáticas para garantir a presença dessa agenda, diferentemente dos outros casos, pois o compromisso com essa luta já

está relativamente pacificado nos fluxos ideológicos do partido, em que pesem algumas contradições de posicionamentos de algumas lideranças.

É importante destacar que outros fatores concorreram para as dificuldades em instituir um setorial nacional LGBTI+, como a baixa institucionalização do próprio partido e a competição interna entre correntes, que representam agrupamentos aglutinados por lideranças políticas, bases sindicais, eleitorais, estudantis e de outros movimentos sociais. As entrevistas revelaram uma dispersão do Movimento LGBTI+ entre diferentes correntes, fazendo com que haja um nicho da militância vinculado a cada uma delas e dificultando a criação de consensos mínimos necessários para a formação de um setorial nacional.

O PSDB apresentou fatores distintos dos casos anteriores na sua institucionalização. Ele não nasce comprometido com a causa LGBTI+ na fundação, embora sua afirmação social-democrata o permita acolher demandas de justiça social em prol de um modo de produção capitalista humanizado (VIEIRA, 2012). Uma das questões que contribuiu para que o partido afirme a causa da diversidade foi a sua vocação para ocupar governos majoritários importantes, como o governo federal durante a década de 90 e o governo paulista por praticamente três décadas, e adotar políticas públicas para a população LGBTI+ na sua perspectiva social-democrata ou nos termos de Soraia Vieira (2012), social-liberal.

Um grupo de atores partidários homossexuais percebeu a necessidade de se organizar internamente para defender o legado do partido em políticas sociais voltadas para a população LGBTI+, desconstruir a imagem de que o partido seria conservador por ser de centro-direita, instruir as grandes lideranças tucanas sobre a questão e ocupar cargos da administração pública. Outro fator crucial para a institucionalização no partido foi o efeito-contágio de partidos de esquerda e a necessidade de rivalizar com o PT no protagonismo a esse tema.

Diversos eventos políticos no país e em São Paulo contribuíram para a polarização entre os dois partidos, como eleições gerais e subnacionais, disputas por vagas de conferências e de conselhos, entre outros, pressionando o partido a incorporar o tema (CRUZ, J., 2021). Além disso, a existência de organização política de um grupo de filiados homossexuais somada à abertura de setores da coalizão dominante possibilitaram os avanços do tema na organização.

O contato com a literatura de partidos políticos, em especial com a abordagem de Angelo Panebianco (2005) sobre as relações de poder internas, nos fez atentar para o fato de que institucionalizar a temática na organização, a partir da criação de setoriais e de inclusão no estatuto, não seria suficiente para verificar o lugar real que essa agenda ocupa nas organizações partidárias brasileiras. Seria necessário um esforço de pesquisa a mais para refletir sobre a efetividade dessa institucionalização em termos de acesso e controle parcial de recursos do

poder organizativo. Assim, definimos um quinto objetivo específico: investigar se ativistas LGBTI+ acessam ou controlam parte dos recursos em zonas de incerteza partidárias, o que nos ajuda a entender o quanto a institucionalização tem gerado partilha de poder e inclusão política.

Na zona de incerteza comunicações, PT e PSDB são novamente os casos mais institucionalizados, haja visto que ambos possuem abas específicas das suas secretarias nos sites oficiais dos partidos, o que não ocorre com o PSOL. O PSOL também sofre com lacunas na comunicação interna conforme interlocutores. Todos os partidos se posicionam por meio de notas públicas, principalmente quando ocorre algum episódio envolvendo a pauta e o partido, como posturas LGBTIfóbicas de correligionários ou de adversários políticos.

Em geral, sites e redes sociais dos partidos publicam materiais sobre diversidade sexual e de gênero em efemérides do Movimento LGBTI+, como no Dia Nacional da Visibilidade Trans ou Dia Internacional do Orgulho LGBTI+. O PT possui contas da sua secretaria nacional no Facebook e no Instagram. PSOL não possui páginas específicas sobre diversidade sexual nas redes sociais, exceto alguns setoriais estaduais, como São Paulo e Rio de Janeiro. PSDB possui contas da Diversidade Tucana no Facebook, Instagram e Twitter. O PSDB ainda destacou parcerias estabelecidas com a imprensa para concessão de entrevistas e divulgação de informações.

Na zona de incerteza decisões, verificamos que a institucionalização de secretarias no PT e no PSDB possibilitou a presença dos seus coordenadores em instâncias dirigentes, como o Diretório Nacional petista e a Comissão Executiva Nacional tucana. A diferença entre os dois é que o PSDB é o único caso que concedeu direito a voto. O PSOL também fica atrás nesse aspecto em comparação aos demais, pois não possui setorial nacional LGBTI+ consolidado, muito menos representação deste em instâncias dirigentes.

Apesar disso, é importante ressaltar que o PSOL possui diversos quadros LGBTI+ em posições de liderança, como Fábio Felix, por exemplo, que atualmente preside o PSOL do Distrito Federal e é deputado distrital, como Sara Azevedo que já presidiu o PSOL de Minas Gerais entre 2015 a 2017 ou mesmo Leandro Recife, atual Secretário de Formação, entre outros. Normalmente, esses atores ocupam posições centrais após acumularem capital político em correntes internas do partido, fator de críticas entre alguns militantes independentes do PSOL, que destacaram a necessidade de estruturar seu setorial e assegurar uma representação desse grupo na direção. Outro dado nessa zona de incerteza é que nenhum dos casos adotou medidas de discriminação positiva, reservando porcentagem mínima de vagas para membros individuais do segmento comporem assentos na direção.

Na zona de incerteza financiamento, em todos os casos, não há fundos assegurados para o desenvolvimento de atividades das secretarias ou da militância LGBTI+. Entendemos que as secretarias do PT e do PSDB utilizam recursos das fundações educacionais do partido para elaboração de materiais pedagógicos e que em todos os casos os militantes solicitam apoio de parlamentares e lideranças políticas para patrocinar a realização de encontros presenciais, que por sua vez também possuem baixa periodicidade ou acontecem junto aos congressos partidários para aproveitar a estrutura desses eventos. Em suma, isso ainda representa um obstáculo à organização política desses atores.

Do ponto de vista do financiamento eleitoral, identificamos algumas resoluções partidárias que asseguram certo apoio às campanhas de LGBTI+. No PT, entrevistados falaram de uma resolução nas eleições municipais de 2020 que destina 5% do Fundo Eleitoral para candidatos vinculados a diferentes secretarias temáticas, dentre elas a LGBTI+. No PSOL, identificamos uma resolução sobre a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha também referente às eleições de 2020, definida pela Comissão Executiva Nacional, determinando que candidaturas LGBTI+ recebam 15% a mais em cima da faixa de prioridade que uma dada candidatura seja considerada pelo Diretório. No PSDB, nossos entrevistados relataram que receberam um recurso para distribuir entre candidaturas vinculadas à Diversidade Tucana, sem a instituição de regras. Nesse ponto, o PSOL se destaca dos demais pela maior porcentagem institucionalizada.

Apesar de tais encaixes institucionais, percebemos que é a direção que dá a palavra final sobre a distribuição de recursos eleitorais, estabelecendo critérios internos, como viabilidade eleitoral, experiência política, lealdade à organização, entre outros. Nesse sentido, não é possível dizer que o Movimento LGBTI+ nos partidos controlam recursos financeiros. Eles e elas podem acessá-los caso sejam beneficiários das resoluções publicadas, ainda assim nos parece que o mais seguro é fazer parte da direção ou ser próximo a ela, o que incentiva relações de poder internas mais hierárquicas entre direção e base. A formalização de secretarias partidárias deveria vir acompanhada de fundos para a realização de atividades cotidianas das instâncias e distribuição de recursos eleitorais a candidaturas vinculadas a esses grupos, algo que ainda não acontece.

Na zona de incerteza recrutamento, não identificamos nenhum encaixe institucional ou ação que incentivasse a participação política de LGBTI+ nas organizações estudadas, como campanhas, por exemplo. Do mesmo modo, não há estratégias de discriminação positiva que assegure percentuais mínimos de candidaturas do segmento. Normalmente, os atores se filiam por interesse espontâneo ou por convite de lideranças ou membros de correntes políticas dos

partidos. Seria interessante o desenvolvimento de iniciativas institucionais que pensem não só o acesso ao partido como a permanência nele, uma vez que há práticas recorrentes de LGBTIfobia por parte dos membros compartilhada pelos entrevistados.

Após olhar para diferentes zonas de incerteza partidárias, conseguimos avaliar a efetividade das secretarias LGBTI+. Concluímos que o movimento conseguiu acessar alguns espaços no âmbito das comunicações e das decisões. No campo do financiamento, ainda há dificuldades para controlar recursos necessários ao funcionamento das instâncias e financiamento de candidaturas engajadas, em que pesem existir algumas resoluções afirmativas. Na zona de recrutamento não conseguimos identificar iniciativas institucionais de incentivo à participação ou a garantias de candidaturas, embora seja importante dizer que cada vez mais LGBTI+ têm sido candidatas a cargos eletivos por esses partidos.

Se considerarmos que candidaturas LGBTI+ são encaixes, PT e PSOL se destacam. Contudo, nos parece que a construção de candidaturas expressa mais construções políticas individuais que projetos partidários em que os atores ou se identificaram com o partido ou foram convidados por suas lideranças ou mesmo tiveram a percepção de que o partido apoia a causa. Também nos parece que o aumento de candidaturas é resultado da institucionalização LGBTI+ no geral, haja vista a ausência de sedimentações institucionais que assegurem a participação eleitoral do segmento, como reserva de vagas ou porcentagem mínima de candidaturas dessa população.

De modo geral, a análise sobre as zonas de incerteza nos mostra que o movimento social ou atores partidários engajados no tema da diversidade ainda acessam e controlam pouco áreas vitais para o funcionamento da organização e para o fortalecimento da pauta. Isso evidencia que os partidos são simpáticos à temática, mas com certos limites. Os limites parecem esbarrar justamente na partilha de poder e recursos. Após conseguirem inserir a temática e fazer os partidos distribuírem incentivos coletivos, o próximo desafio desses movimentos é acessar e controlar os recursos do poder organizativo.

Durante as entrevistas, os ativistas foram relatando inúmeras dificuldades à participação política do segmento e à institucionalização da temática. Por isso, estabelecemos um sexto e último objetivo específico, qual seja, identificar barreiras à participação política e à institucionalização LGBTI+ nos partidos políticos. Em síntese, as principais dificuldades percebidas na pesquisa foram:

- (i) **Barreiras unânimes a todos os casos:** conservadorismo social, preconceitos internos e formação política insuficiente.

- (ii) **Barreiras mencionadas por dois partidos:** baixa organização política do segmento (PT e PSOL), ausência de representantes políticos LGBTI+ para apoiar a militância (PT e PSDB), teses economicistas ou classistas que desconsideram pautas de gênero e sexualidade (PT e PSOL).
- (iii) **Barreiras exclusivas do PT:** falta de renovação dos quadros políticos e ausência de patrocínio para as atividades.
- (iv) **Barreiras exclusivas do PSOL:** baixa formalidade dos processos institucionais, ausência de setorial nacional que auxilie a organizar politicamente as LGBTI+ e disputas internas do movimento social.
- (v) **Barreiras exclusivas do PSDB:** associação entre a pauta LGBTI+ e a esquerda partidária no imaginário das lideranças, dificuldades em inserir a pauta (e sujeitos) trans, dificuldades em municípios do interior dos estados e falta de posicionamento do partido sobre assuntos nacionais.

Concluindo, assim como cada processo de institucionalização é peculiar, os efeitos políticos também são diversos¹⁹⁰. No PT, a institucionalização da pauta LGBTI+ resultou na criação de sólidas estruturas burocráticas internas ao partido. Já no PSOL, resultou em alta presença de candidaturas do segmento, com importantes vitórias eleitorais. Aparentemente, consolidar estruturas partidárias não é uma prioridade de boa parte dos ativistas no PSOL. No PSDB, o saldo principal da institucionalização foi a criação de um secretariado com direito a voto na Executiva Nacional reconhecida em estatuto. Esse investimento dos ativistas expressa a necessidade de preservar a pauta das contingências da política em um campo mais conservador que os outros casos.

Por outro lado, a baixa articulação com o movimento social e com atores LGBTI+ faz o PSDB ter menos candidaturas que os demais. A baixa institucionalização do PSOL faz com que o partido tenha dificuldade em estruturar suas instâncias, bem como sua ausência em governos impossibilita a implementação de políticas públicas. O PT é o único caso que acumula criação de instâncias – apesar das fragilidades no que tange à influência no processo decisório –, quantidade considerável de candidaturas e implementação de políticas públicas e por isso mesmo se destaca no sistema partidário brasileiro.

A pesquisa comparativa indica, portanto, a existência de diferentes estilos ou formas de institucionalizar, o que não significa mais força ou fraqueza desse processo, mas expressam

¹⁹⁰ Agradecemos a Matheus Mazzilli Pereira por chamar atenção a esse ponto durante sessão da AT Participação Política do 13º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política e na defesa da tese, ambas em 2022.

diferentes trajetórias, posto que partidos são diferentes e os atores com quem interagem também o são. Vimos que os atores LGBTI+ com quem PT, PSOL e PSDB interagem representam partes da rede do grande campo que se convencionou chamar de Movimento LGBTI+. Isso é importante porque a ausência ou presença de determinados encaixes não significa *a priori* força ou fraqueza dos movimentos nos partidos, mas diferentes caminhos da institucionalização, requerendo maiores análises empíricas por parte de pesquisadores.

Com isso, concluímos os principais achados empíricos da pesquisa.

Contribuições teóricas

Gostaríamos agora de escrever algumas linhas sobre as nossas contribuições teóricas para os estudos sobre movimentos sociais e partidos políticos. Na experiência partidária brasileira, o conceito de institucionalização precisa ser complexificado. Segundo Gurza Lavallo e colegas (2019), a institucionalização é a transformação de algo em instituição e os encaixes institucionais são sedimentações resultantes da interação socioestatal. Contudo, eles não pensaram nesse fenômeno em partidos políticos, tampouco a partir de atores que já estão dentro dessas organizações. Já Panebianco (2005) nos ajuda a pensar as disputas horizontais e verticais, como o partido vai distribuindo incentivos e se estabilizando, porém a chegada de novos atores e a disputa para instituir valores de movimentos é limitada em sua abordagem teórica (assim como o efeito das desigualdades sociais nas desigualdades organizativas).

A complexidade do processo de institucionalização nos partidos ficou aparente na realidade empírica em que os ganhos institucionais de afirmação LGBTI+ nos partidos brasileiros representaram interesses híbridos e simultâneos, quer seja de ativistas e atores da base, quer seja dos dirigentes, seus interesses e estratégias com o objetivo de estabilizar e consolidar a organização. Um exemplo dessa hibridização foi a formalização da Secretaria Nacional LGBT do PT. Transformar o setorial, até então um agrupamento dentro da Secretaria de Movimentos Populares, em secretaria, atendeu a demanda de ativistas que disputava mais espaço na estrutura partidária, ao mesmo tempo em que atendeu interesses da coalizão dominante, com destaque para a candidatura de Gleisi Hoffmann à presidência nacional do partido.

O mesmo pode ser dito sobre a criação do secretariado Diversidade Tucana no PSDB: atores partidários reivindicaram a instância ao presidente nacional da sigla, que acolheu o pedido e autorizou a formalização, sugerindo que eles se organizassem em outros estados, para além de São Paulo. Já no PSOL, a defesa da causa LGBTI+ já estava presente entre seus

fundadores e lideranças originárias, servindo como incentivo coletivo à participação de ativistas que entraram após as Jornadas de Junho de 2013, e que, apesar de não terem consolidado o encaixe setorial nacional, foram lançados a diversas candidaturas.

A institucionalização partidária tem mais condições de ocorrer quando interesses de diferentes agentes organizativos convergem. Em alguns casos, a iniciativa poderá partir de filiados e sua dupla ou múltipla militância, em outros, da própria direção, que distribuirá incentivos coletivos ou seletivos. Em certos casos, a iniciativa pode partir de ambos.

Outro exemplo do caráter híbrido da institucionalização foi a remuneração da coordenação da secretaria LGBTI+ do PT. Se, por um lado, isso representou um ganho do Movimento LGBTI+ em termos de maior capacidade de ação, permitindo dedicação exclusiva às atividades partidárias, por outro, representou um incentivo seletivo a fim de assegurar lealdade à organização. Afinal, a participação almejada pela coalizão dominante é a participação leal. Esse hibridismo implica em um dilema que ativistas precisam equilibrar: as demandas e reivindicações dos companheiros de militância e as demandas dos pares de direção.

Por essas razões, a participação de movimentos sociais em partidos políticos e a institucionalização de valores e objetivos de ativistas podem ser interpretados por analistas menos atentos como cooptação ou desmobilização quando na verdade, trata-se de uma estratégia dos movimentos em ocupar diferentes espaços políticos antes restritos a grupos privilegiados. É preciso entender movimentos sociais não necessariamente como desafiadores, mas como redes que se integram e se adaptam às lógicas organizacionais em que atuam, transformando o ambiente e sendo transformados por ele.

A análise cuidadosa do dia-a-dia da militância nos partidos permite ir além dos limites nessa interação apontados pela literatura internacional, que tende a ver os conflitos mais ligados a processos eleitorais (apoio dos movimentos ou sua retirada a determinadas candidaturas). Os conflitos também ocorrem no cotidiano entre identidades e estratégias, mas não só, pela partilha de poder e recursos. A luta diária dentro dessas organizações é um equilíbrio constante entre perdas e ganhos, limites e possibilidades, pela escolha em participar e intervir na sociedade via partidos e instituições políticas tradicionais.

A pesquisa comparativa nos fez entender que a institucionalização não é somente a emergência de sedimentações institucionais resultantes da interação entre movimentos e instituições, tampouco apenas o processo de incorporação dos valores e objetivos dos fundadores, mas ambos simultaneamente, a convergência, o encontro, a negociação entre diferentes agentes, com diferentes interesses.

A institucionalização é um processo de negociação para ampliar agendas e espaços de movimentos sociais em partidos políticos, organizações que também se institucionalizam. Tal compreensão requer do pesquisador estudos de caso para investigar em que condições se deu a institucionalização de valores e demandas de movimentos, quais fatores preponderaram na emergência de encaixes institucionais e quais os efeitos resultantes desse processo – no caso partidário, as zonas de incerteza nos permitiram ter o parâmetro de análise.

Não achamos razoável afirmar *a priori* que esse processo ocorre exclusivamente mediante o princípio de mútua constituição ou pelo princípio da incorporação porque os partidos são muito diferentes entre si: sua fundação e evolução organizativa variam muito de caso a caso, demandando análises individuais e aprofundadas sobre os modos de interação com movimentos.

Outro ponto que esperamos contribuir para a literatura é sobre a importância de estudos que analisem a interação para além de coalizões motivadas por ciclos de protestos e períodos eleitorais. Movimentos têm interesses em atividades partidárias, como a possibilidade de concorrer em eleições e receber recursos públicos para provimento de suas atividades, assim como partidos têm interesses nas capacidades de mobilização e de agregação de interesses sociais dos movimentos.

Isso significa que essa interação é um fenômeno permanente nas democracias contemporâneas e, como tal, deve ser investigada no cotidiano e na rotina desses espaços políticos, pois, como vimos na pesquisa, é uma interação dinâmica, em movimento, que se modifica no tempo e no espaço. Movimentos não somente formam novos partidos, mas se integram aos já existentes e transformam suas estruturas.

Concluindo nossas reflexões sobre as contribuições teóricas dessa tese para o campo de estudos sobre movimentos sociais e partidos políticos, questionamos: em que o conceito de institucionalização inova no debate sobre as relações entre movimentos e partidos? Qual a sua contribuição para esses estudos? Primeiro, ele mostra que entre a dicotomia partidos fechados *versus* partidos-movimento existe uma complexa gradação, abrindo maiores possibilidades para a investigação científica e evitando classificações reducionistas da realidade.

Segundo, o caráter processual do conceito permite compreender que essa interação é mais contínua e cotidiana do que parece. Movimentos e partidos não interagem apenas em momentos-chave como em eleições, em momentos de crise ou na formação de partidos. Terceiro, o conceito não delimita previamente os atores com quem os partidos interagem, sendo esses desde ativistas progressistas a atores do mercado, conservadores, antagônicos a movimentos progressistas ou movimentos de direita. O caso do PSDB mostrou a emergência

de encaixes institucionais a partir do protagonismo e da interação com assessores, gestores públicos e atores do mercado “colorido” paulistano¹⁹¹.

Agendas de pesquisa

Caminhamos para o último ponto das nossas considerações finais. Primeiramente, é necessário que esse campo seja alargado e contemple estudos sobre diferentes movimentos sociais e partidos políticos no Brasil. Há registros de pesquisas sobre movimentos ambientais, feministas e negros em partidos políticos, mas ainda é ausente estudos sobre movimentos indígenas, de pessoas com deficiências, de idosos, pelo direito à cidade, entre outros, e partidos políticos no Brasil. A ampliação para mais e diferentes movimentos certamente enriquecerá o campo a partir de múltiplos olhares e questões.

Também é necessário mais estudos sobre as conexões entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos sob outras abordagens, enfoques e metodologias. Por exemplo, não sabemos ainda como a pauta se encontra em outras agremiações, como o PC do B, o PSB, o PDT, entre outros, em que já se sabe contar com engajamento de atores sobre diversidade sexual e de gênero.

James Green, João Silvério Trevisan, Edward Macrae e Gustavo Gomes da Costa Santos mostraram que a aproximação do movimento com partidos, em especial o PT, em determinado momento provocou tensões e rachas nos movimentos. Faltam estudos sobre a partidarização do movimento social, sobre as influências das disputas partidárias no movimento ou, ainda, casos em que a aproximação resultou em conquistas, avanços e experiências bem-sucedidas, indo para além dos conflitos. Nosso estudo mostrou que diversos ativistas de movimentos compõem quadros do PT e do PSOL, o que significa que essa questão parece relativamente pacificada, mas não conseguimos analisar como esses quadros transmitem, traduzem ou negociam valores, visões e estratégias dos partidos para suas redes e associações.

Sentimos falta de estudos etnográficos sobre tal interação. Seriam bem-vindas análises e reflexões a partir da imersão de pesquisadores em reuniões, encontros, atividades, congressos e campanhas eleitorais de partidos políticos, observando o comportamento de movimentos nesses espaços, bem como de que maneira partidos se relacionam e tratam ativistas e suas pautas. Outra questão é analisar como mulheres trans e lésbicas têm transitado em setoriais e secretarias de mulheres nos partidos.

¹⁹¹ Agradecemos a Matheus Mazzilli Pereira por ter chamado atenção para esse ponto sobre os efeitos políticos da institucionalização.

A questão trans particularmente merece especial atenção, pois elas ainda parecem ocupar lugar secundário mesmo em instâncias LGBTI+, têm sido beneficiárias de cotas femininas (podendo gerar disputas com mulheres cis) e têm cada vez mais conquistado mandatos parlamentares, o que tem aumentado a violência política LGBTIfóbica e sua força nos partidos. Também é silente a participação de homens trans, intersexos, pessoas não-binárias e minorias de minorias em partidos.

Também se faz necessário maiores estudos sobre correntes e tendências em partidos políticos. O que elas representam, além de grupos internos em partidos? Como atuam e se organizam dentro de organizações partidárias? Em que termos disputam recursos e espaços? Quais as dinâmicas de interação com movimentos que elas estabelecem? Outra questão de pesquisa em aberto é entender como a institucionalização afeta a ação de partidos no Estado. Ainda é pouco explorado pela literatura as conexões existentes entre partidos e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a partir da institucionalização de movimentos em partidos e da produção de encaixes institucionais neles¹⁹².

Em verdade, há uma carência significativa de pesquisas sobre diversidade sexual e política na Ciência Política brasileira. Embora a população LGBTI+ exerça a política pelo menos desde o surgimento desse movimento social, o fenômeno tem sido deixado de lado pela Ciência Política e tratado por outras disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, entre outras. Chama atenção que a disciplina científica que tem como objeto o exercício do poder venha ignorando uma das lutas sociais que mais tem causado transformações históricas no Brasil contemporâneo.

O questionamento cotidiano às ordens dominantes de gênero e sexualidade não têm modificado apenas a moral, a cultura ou o comportamento das pessoas, o que por si já deveria interessar a politólogos/as, mas têm operado significativas mudanças nas instituições políticas e judiciárias, sendo mote de batalhas eleitorais e definido os rumos das democracias contemporâneas, como temos visto nas últimas eleições brasileiras, em que gênero e sexualidade foram tornados pânico morais, símbolos de campanhas eleitorais e de projetos políticos progressistas e reacionários.

O hiato entre prática social e pesquisa científica tem deixado obscuras questões sobre como diversidade sexual e de gênero têm sido mobilizadas no Estado e na sociedade. Esperamos que nosso estudo, somado a outros pioneiros na Ciência Política, contribua para diminuir essa carência e incentive novos investimentos intelectuais plurais nesse campo, mas

¹⁹² Agradecemos a Matheus Mazzilli Pereira por essas indicações de agendas de pesquisa: correntes e efeitos políticos no Estado.

não só. Esperamos que nosso esforço colabore para a afirmação dos direitos políticos da população LGBTI+ brasileira como questão primordial de direitos humanos e contribua para o fortalecimento da participação política, da cidadania, da inclusão e da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. In: ABERS, Rebecca (Org.). **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 2021.
- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, n. 105, 2018.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de; LÜCHMANN, Lígia. **Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos**. Trabalho apresentado no 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021.
- ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de; VIEIRA, Anne Karoline; KASHIWAKURA, Gabriella. “Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto do impeachment”. **Revista do Serviço Público**, v. 71, n. 1, 2020.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, 2012.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, 2014.
- AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos da literatura. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2013a.
- AMARAL, Oswaldo E. do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. São Paulo: Alameda, 2013b.
- ANDRADE, Augusto. Registros sobre a conferência da ILGA 1995: a marcha pela cidadania plena de gays e lésbicas. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alessandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen (Org.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018, p. 54-61.
- ANRIA, Santiago. **When movements become parties: the Bolivian MAS in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ANSELL, Chris. Ecological Explanation. In: BERK, Gerald; GALVAN, Dennis C.; HATTAM, Victoria (Org.). **Political creativity: reconfiguring institutional order and change**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 55-77.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia Política**, n. 24, 2005.

AVELAR, Lúcia. Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal. **Política & Sociedade**, n. 11, 2007.

AVRITZER, Leonardo. **Participatory institutions in democratic brazil**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

AYRES, Carla Simara L. da S. **Quem são elas?** – origens, carreiras e trajetórias políticas nas direções petistas. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Local: Universidade Federal de Santa Catarina. 2018.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Decisions and non-decisions: an analytical framework. **American Political Science Review**, v. 57, n. 3, 1963.

BARBABELA, Pedro. Os dilemas da representação política LGBTI+: notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2004.

BEN, Pablo; INSAUSTI, Santiago Joaquin. Dictatorial rule and sexual politics in Argentina: The case of Frente de Liberación Homosexual, 1967-1976. **Hispanic American Historical Review**, v. 97, n. 2, 2017.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, 2014.

BEZERRA, Carla. **Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BIROLI, Flávia; MARQUES, Danusa. “Mulheres e política: violência contra as mulheres e de gênero na política”. In: PERISSINOTTO, Renato *et al.* (Org.). **Política Comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022, p. 645-678.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos brasileiros. **DADOS**, v. 66, n. 2, 2023.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, 2010.

BRASIL. **Anais da 3ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**: por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9096.htm. Acesso em: 15 maio 2018.

BURSTEIN, Paul; LINTON, April. The impact of political parties, interest groups, and social movement organizations on public policy: some recent evidence and theoretical concerns. **Social Forces**, v. 81, n. 2, 2002.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política antiguerra. **Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, n. 16, p. 29-49, 2017.

CÂMARA, Cristina. João Antônio de Souza Mascarenhas na Assembleia Nacional Constituinte. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen (Org.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018, p. 54-61.

CAMPOS, Luis Augusto; MACHADO, Carlos Augusto Mello. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre-RS: Editora Zouk, 2020.

CAMPOS, Luis Augusto; MACHADO, Carlos Augusto Mello. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política** v. 16, n. 1, 2015.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, 1987.

CARONE, Renata Rodrigues. A atuação do movimento feminista no legislativo federal: caso da lei Maria da Penha. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, 2018.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2010.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, 2014.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

CASARA, Rubens. Precisamos falar da “direita jurídica”. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 73-78.

COELHO, Vera Schattan; GURZA LAVALLE, Adrian. Os movimentos negro e indígena e a política de saúde e de HIV/Aids: institucionalização e domínio de agência. In: GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Org.). **Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 2, 2013.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Org.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015.

CORRALES, Javier. The Politics of LGBT Rights in Latin America and the Caribbean: Research Agendas. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, v. 100, 2015.

CÔRTEZ, Soraya Vargas (Org.). **Participação e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

CPDOC-FGV. **Verbete Jean Wyllys de Matos Santos**. 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jean-wyllys-de-matos-santos>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CPDOC-FGV. **Verbete Partido Socialismo e Liberdade**. 2009b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialismo-e-liberdade-psol>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CRUZ, João Filipe Araujo. **A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Local: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2021.

CRUZ, Rodrigo. Do protesto às urnas: as campanhas em defesa da causa homossexual nas eleições de 1982. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22, 2017.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DEHESA, Rafael de la. **Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales em México y Brasil**. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

DELLA PORTA, Donatella; FERNANDÉZ, Joseba; KOUKI, Hara; MOSCA, Lorenzo. **Party movements against austerity**. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

DIMAGGIO, Paul. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, Lynne G. (Org.). **Institutional patterns and organizations: culture and environment**. Cambridge-MA: Ballinger Publishing Company, 1977, p. 3-32.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1980 [1951].

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L. (Org.) **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora Unicamp, p. 126-138, 2020.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FEITOSA, Cleyton. Mapeando demandas por participação política da população LGBT no Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17, 2017a.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017b.

FEITOSA, Cleyton. Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidade**, v. 24, n. 1, 2017c.

FEITOSA, Cleyton. Diversidade sexual e partidos políticos: uma análise da cidadania LGBT nos estatutos partidários brasileiros. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, 2022.

FEITOSA, Cleyton. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, 2016.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, 1994.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 8, n. 2, 2012.

FRANÇA, Isadora Lins. “Cada macaco no seu galho?” Poder, identidade e segmentação de segmentação de mercado no movimento homossexual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006.

FROEMMING, Cecília Nunes; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. Gênero e Sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. Especial 2010.

GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Oakland: University of California Press, 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no partido dos trabalhadores. **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, 1996.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protestos nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47, 2016.

GOLDSTONE, Jack A. (Org.). **States, parties and social movements**. New York: Cambridge University Press, 2003.

GOLIN, Célio. Trajetória e resistências do movimento LGBT no enfrentamento ao HIV. In: LEITE, Vanessa; JR. TERTO, Veriano; PARKER, Richard (Org.). **Respostas à AIDS no Brasil: aprimorando o debate III**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA, 2020.

GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, 2014.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2019.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2022.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018a.

GREEN, James N. **Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

GUIOT, André Pereira. Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002) 197p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

GURZA LAVALLE, Adrian. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, n. 66, 2003.

GURZA LAVALLE, Adrian; BÜLOW, Marisa von. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: *brokers* diferentes, dilemas semelhantes. **Política e Sociedade**, v. 13, n. 28, 2014.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. **Textos para Discussão Centro de Estudos da Metrópole**, v. 19, 2017.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Org.). **Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. Social movements and modes of institutionalization. In: ROSSI, Federico (Org.). **The Oxford Handbook of Latin American Social**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003.

HELLMAN, Judith Adler. The study of new social movements in Latin America and the question of autonomy. In: ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E. (Org.). **The making of social movements in Latin America: identity, strategy, and democracy**. New York: Routledge, 2018 [1992], p. 52-61.

HOLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da representação política: os experimentos da Primeira República brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1988): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.

IRINEU, Bruna Andrade; RAFAEL, Josiley Carrijo. Heteronormatividade e políticas sociais no Brasil contemporâneo: conquistas e desafios para os Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate a Crimes de Homofobia. **SER Social**, v. 11, n. 24, 2009.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. **The American Review of Politics**, Fayetteville, v. 14, 1993.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KECK, Margaret E. **PT - A lógica da diferença**. O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

KINZO, Maria D'alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966.

KITSCHOLT, Herbert. Social movements, political parties, and democratic theory. *Annals*, **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, n. 528, 1993.

KITSCHOLT, Herbert. Movement parties. In: KATZ, Richard S; CROTTY, William (Org.). **Handbook of party politics**. Londres: Sage Publications, p. 278-289, 2006.

KROOK, Mona Lena; NORRIS, Pipa. Beyond quotas: strategies to promote gender equality in elected office. **Political Studies**, v. 62, 2014.

LAZZARI, Eduardo Alves. Explicações assimétricas para a desconfiança em partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 334-360, 2017.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: topbooks, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"**. Salvador: EDUFBA, 2018a.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "abertura". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES,

Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018b, p. 39-62.

MAIR, Peter. Party organizations: from civil society to the state. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (Org.). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies**. London: Sage, 1994.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARQUES, Danusa. **Democracia e Ciências Sociais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Local: Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2007.

MARQUES, Vera Lúcia; D'AVILA, Paulo Mesquita. O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, 2010.

MAYER, Rodrigo. **Partidos políticos no Brasil: do Império à Nova República**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

MCADAM, Doug; SCOTT, Richard. Organization and Movements. In: DAVIS, Gerald F.; MCADAM, Doug; RICHARD, William; MAYER, Scott; ZALD, Nathan (Org.). **Social movements and organization theory**. New York: Cambridge University Press, 2005, p. 4-40.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, n. 76, 2009.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, v. 13, n. 28, 2011.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil? **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; AVELAR, Rezende Bruno de. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades, **Cadernos Pagu**, v. 39, 2012.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.9, 2011.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Dissidentes são expulsos do PT**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/dissidencia-do-pt-cria-o-psol>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982 [1911].

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

MISCHE, Ann. **Partisan Publics: communication and contention across brazilian youth activist networks**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2008.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, 1997.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MOURA, Gabriel Vieira de. **A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Local: Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2019.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2015, p. 237-245.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

NORRIS, Pippa. Comparing Legislative Recruitment. In: NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, P. (Org.). **Gender and Party Politics**. London: Sage, 1993.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, 2013.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan;

CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, Marília. **Movimento para as instituições**: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2016.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. **Estigma, discriminação e AIDS**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.

PEREIRA, Luiz Ismael. Participação e direitos de sexualidade no Brasil: 10 anos de luta nos tribunais... e ainda muitos à frente. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, 2022.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Ativismo institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 31, 2020.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Das relações movimentos-partidos às políticas públicas**: o Partido dos Trabalhadores, o movimento e as políticas LGBT. Artigo apresentado no 45º Encontro Anual da Anpocs, 2021.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 217-252, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PSDB. **Diretrizes gerais – julho de 2018**. Geraldo Alckmin presidente. 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/geraldo-alckmin.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PSDB. **Diretrizes gerais – Plano de governo**. Aécio Neves e Aloysio Nunes. Coligação Muda Brasil. 2014a. Disponível em: https://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-atualizado.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

PSDB. **Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Reforma estatutária**, 14-15 de maio de 1999. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-15-05-1999-resolucao-tse-no-20.1999/@@download/file/estatuto-do-partido-15.05.1999-resolucao-tse-no-20469.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSDB. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Alteração estatutária, 21 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-21-11-2003-resolucao-tse-no-21.2004/@@download/file/estatuto-do-partido-21.11.2003-resolucao-tse-no-21692.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSDB. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. 2007. Com as alterações aprovadas pela IX Convenção Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, realizada no dia 23 de novembro de 2007, em Brasília-DF. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-psdb-23-11-2007-resolucao-tse.2008/@@download/file/estatuto-do-partido-23.11.2007-resolucao-tse-no-22801.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSDB. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. 2011. Com as alterações aprovadas pela X Convenção Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, realizada no dia 28 de maio de 2011, em Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-psdb-2011/@@download/file/tse-estatuto-psdb-2011.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSDB. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. 2013. Com as alterações aprovadas pela XI Convenção Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, realizada no dia 18 de maio de 2013, em Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-psdb-de-18-5-2013-deferido-em-13-8-2013-1427215183593/@@download/file/tse-estatuto-psdb-de-18-5-2013-deferido-em-13-8-2013-completo-novo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSDB. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. 2017. Com as alterações aprovadas pela XIV Convenção Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, realizada no dia 09 de dezembro de 2017, em Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/wp-content/uploads/2022/07/tse-estatuto-psdb-de-09.12-2017-deferido-em-21-8-2018-substituicao-em-10.2.2020-1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSDB. Manifesto do Diversidade Tucana. Políticas Públicas para a Diversidade Sexual. 2006a.

PSDB. Programa de governo Geraldo Alckmin 45 presidente. 2006b. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/grcmoreira/programa-de-governo-alckmin-presidente-2006>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PSDB. Programa de Governo José Serra. Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil. Diretrizes Gerais. Propostas Setoriais. Prioridades Estaduais. 2010.

PSDB. PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. In: BRASIL. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014b. 389 p. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508139/001003807.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 abr. 2022.

PSOL. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade**. 2010a. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-1-4.2010/@@download/file/estatuto-do-psol-de-1-4-2010.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSOL. **Manifesto da Frente de Esquerda**. 27 jun. 2006. Disponível em: <https://psol50.org.br/manifesto-da-frente-de-esquerda-2/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSOL. **Programa da Coligação Vamos sem medo de mudar o Brasil**. Guilherme Boulos e Sonia Guajajara. 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/guilherme-boulos.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSOL. **Programa de governo presidenta Luciana Genro: o povo acordou por mais direitos**. Eleições 2014. Disponível em: <https://issuu.com/lucianagenro5/docs/programaluciana>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSOL. **Proposta de governo Plínio de Arruda – 2010**. 2010b. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/discurso/proposta-de-governo-plinio-de-arruda-2010>. Acesso em: 12 out. 2022.

PSOL. **P-SOL – Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade**. 2004. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-6-6.2004/@@download/file/estatuto-do-psol-de-6-6-2004.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSOL. **Resolução do PSOL sobre a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha**. 04 set. 2020. Disponível em: <https://psol50.org.br/resolucao-do-psol-sobre-a-distribuicao-do-fundo-especial-de-financiamento-de-campanha/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PT. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. 2010. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Programa-de-governo-presidencia_2010.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

PT. **Entenda o que são e como funcionam os setoriais do PT**. 27 jul. 2017. Disponível em: <https://pt.org.br/entenda-o-que-sao-e-como-funcionam-os-setoriais-do-pt/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. Com as alterações aprovadas na Convenção Nacional de 22 de dezembro de 1995. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-22-12-1995-resolucao-tse-no.1996/@@download/file/estatuto-do-partido-de-22.12.1995-resolucao-tse-no-19530.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. 2001. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=htt

ps://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-11-3-2001-resolucao-tse-no.2002/@@download/file/estatuto-do-partido-de-11.3.2001-resolucao-tse-no-20965.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

PT. **Executiva Nacional do PT aprova resolução sobre cidadania LGBT.** 23 fev. 2018. 2018a. Disponível em: <https://pt.org.br/executiva-nacional-do-pt-aprova-resolucao-sobre-cidadania-lgbt/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PT. **Lula Presidente - Plano de governo 2007/2010.** 2006. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

PT. **Mais Mudanças, Mais Futuro.** Programa de Governo Dilma Rousseff – 2014. 2014a. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

PT. **Nota nacional sobre as declarações contra os direitos da população LGBTI.** 31 ago. 2018. 2018b. Disponível em: <https://pt.org.br/nota-nacional-sobre-as-declaracoes-contra-os-direitos-da-populacao-lgbti/>. Acesso em: 11 out. 2022.

PT. PT – Partido dos Trabalhadores. In: BRASIL. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014b. 389 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508139/001003807.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 abr. 2022.

PT. **Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento.** 2022. Disponível em: <https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/financas-e-planejamento>. Acesso em: 12 abr. 2022.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

REYNOLDS, Andrew. Representation and rights: the impact of LGBT legislators in comparative perspective. **American Political Science Review**, v. 107, n. 2, 2013.

REZENDE, Daniela. Partidos políticos como instituições generificadas. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Máira Kubík; SARMENTO, Rayza; FREITAS, Viviane Gonçalves (Org.). **Feminismos em rede.** Porto Alegre-RS: Zouk, 2019.

REZENDE, Daniela; SARMENTO, Rayza; TAVARES, Louise. Mulheres nos partidos políticos brasileiros: uma análise de estatutos partidários e sítios eletrônicos. **Revista Debates**, v. 14, n. 3, 2020.

RIBEIRO, Pedro Floriano. A lei da oligarquia de Michels: modos de usar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, 2014.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 225-265, 2013.

RIOS, Flávia. A questão racial na formação dos partidos brasileiros: os casos do PT e PDT no contexto da redemocratização. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 3, n. 2, 2014.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, SECADI, UNESCO, 2009.

RODRIGUES, Cristiano; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBT nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Opinião Pública**, no prelo.

RODRIGUES, Julian. Carta aberta à presidente Dilma Rousseff. **O Globo**, 30 maio 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/ala-do-pt-reage-defende-distribuicao-do-kit-anti-homofobia-2763550>.

RODRIGUES, Theófilo. **Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Appris, 2021.

ROEDER, Karolina Mattos; BRAGA, Sérgio. **Partidos políticos e sistemas partidários**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

ROMÃO, Wagner de Melo. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, 2011.

SACCHET, Teresa; REZENDE, Daniela Leandro. Apresentação do dossiê: partidos políticos, gênero e raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, 2021.

SANTOS, Émerson Silva. **A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020**. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

SANTOS, Emerson. A agenda LGBTI no Congresso Nacional: de João A. Mascarenhas à Jean Wyllys. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen (Org.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018, p. 54-61.

SANTOS, Emerson. Entrando na arena institucional: um estudo do movimento homossexual em Pernambuco na década de 1980. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos das Homocultura**, v. 14, n. 14, 2021.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Estado, projetos políticos e trajetórias individuais**: um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, Ciência Política, Unicamp, 2006.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, 2016a.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, 2016b.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Brasil: uma análise das percepções dos gestores da política LGBT em Pernambuco. **Estudos de Sociologia (UFPE)**, v. 2, n. 23, 2017.

SAWARD, Michael. Making representations: modes and strategies of political parties. **European Review**, v. 16, n. 3, 2008.

SCHMITTER, Philippe. The Consolidation of Democracy and Representation of Social Groups, **American Behavioral Scientist**, v. 35, n. 4-5, 1992.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARTZ, Mildred A. Interactions between social movements and US political parties. **Party Politics**, v. 16, n. 5, 2010.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, 2013.

SILVA, Vera Lúcia Marques da. Da espetacularização à agenda política: uma leitura política do Movimento LGBT. 126p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers**: the political origins of social policy in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, n. 4, 2009.

SOUZA, Clovis Henrique Leite de. **Capacidades estatais para a promoção de processos participativos**: uma análise da forma de organização de conferências nacionais. Tese apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

SZWAKO, José; GURZA LAVALLE, Adrian. “Seeing like a social movement”: institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 2, 2019.

TAROUÇO, Gabriela da Silva. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 169-186, 2010.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TEIXEIRA, Ana Cláudia; TRINDADE, Thiago Aparecido. Participação e projetos políticos: os horizontes da democracia brasileira: entrevista com Evelina Dagnino. **Ideias**, v. 9, n. 1, 2018.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (Org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham-NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

TILLY, Charles. **How to detect, describe, and explain repertoires of contention**. Mimeo, 1992.

TOITIO, Rafael Dias. **Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Local: Universidade Estadual de Campinas, 2016.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018a.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018b.

VICK, Fernanda; GURZA LAVALLE, Adrian. É a política... A efetividade das conferências e seus mecanismos causais. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, 2020.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **O partido da social democracia brasileira: trajetória e ideologia**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Local: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993 [1967-8].

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA 1ª ETAPA

Público-Alvo:

Coordenadores de Setoriais ou Secretarias LGBTI+ do PT, PSOL e PSDB.

Perguntas:

1. Identificação

Qual seu nome?

Com relação a orientação sexual, como se identifica?

Com relação a identidade de gênero, como se identifica?

Qual sua função atual no partido?

Já foi candidato a algum cargo eletivo dentro ou fora do partido?

Já exerceu algum mandato eletivo dentro ou fora do partido?

2. Encaixes institucionais

Há notas ou resoluções que tratem da temática LGBTI+ no partido?

Há cartilhas ou materiais educativos sobre cidadania LGBTI+ no partido?

Há cotas voltadas para LGBTI+ participarem da direção do partido?

Há cotas voltadas para LGBTI+ se candidatarem a cargos eletivos?

O partido conta com setorial LGBTI+ formalizado ou informal?

Há representação do setorial na direção?

O coordenador do setorial exerce atividade remunerada pelo partido?

Há financiamento de atividades ou eventos com a temática LGBTI+ no partido?

Há candidaturas engajadas de LGBTI+ no partido?

Há apoio financeiro a essas candidaturas de LGBTI+?

Já houve algum processo disciplinar contra membros motivado por discriminação contra LGBTI+?

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS DA 2ª ETAPA

Objetivo:

Explorar processos e fatores da institucionalização LGBTI+ no PT.

Público-Alvo:

Lideranças partidárias LGBTI+.

Candidatos LGBTI+ eleitos.

Candidatos LGBTI+ não-eleitos.

Apresentação:

Olá!

Gostaria de agradecer a sua participação nesta entrevista. Ela contribuirá para a pesquisa “Movimento LGBTI+ e Partidos Políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil”, desenvolvida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, a qual analisa diferentes processos de entrada da temática LGBTI+ nas organizações partidárias e padrões de interação entre o Movimento LGBTI+ e as agremiações partidárias. O projeto é coordenado pelo doutorando Cleyton Feitosa sob orientação da professora Debora Rezende.

Você permite que eu grave a entrevista para fins de transcrição? Esclareço que as informações decorrentes desse estudo a princípio serão tratadas de forma anônima. Mas gostaria de perguntar se você prefere ou não ser identificado no texto final da tese.

1. Identificação

1 Qual seu nome?

2 Qual função/cargo você exerce no partido?

2. Institucionalização

3 Como você vê o tratamento da temática LGBTI+ no partido? Quais canais existem para a expressão de demandas?

4 Você sabe como se deu a inclusão da temática LGBTI+ no estatuto do PT, considerando o papel das lideranças do partido, as pessoas com quem se relacionaram e as estratégias utilizadas?

5 Como se deu a construção e a trajetória da Secretaria Nacional LGBTI+, considerando o papel das lideranças do partido, as pessoas com quem se relacionaram e as estratégias utilizadas?

6 Os membros LGBTI+ têm participado da construção dos Planos de Governo para o Governo Federal?

7 Como tem se dado a publicação de notas e resoluções com a pauta LGBTI+ no partido?

8 Como tem sido o processo de elaboração de materiais educativos/cursos de formação?

9 Como é alimentada a pauta LGBTI+ no site e nas redes sociais do PT?

10 Como tem sido a representação da Secretaria LGBTI+ no Diretório Nacional?

11 Como tem sido o financiamento de atividades e eventos LGBTI+ no PT?

- 12 Como tem acontecido o recrutamento de candidaturas LGBTI+ no PT?
- 13 Como você vê o financiamento de candidaturas LGBTI+ comparado a outras candidaturas?
- 14 Houve alguma oposição a essas iniciativas no partido? De quem? Quando? Por quê?
- 15 Os membros LGBTI+ conseguem participar da definição de regras na organização?
- 16 As decisões são centralizadas pelas lideranças ou descentralizadas pelos filiados?
- 17 Quais são as duas principais barreiras para a pauta LGBTI+ no seu partido?

Objetivo:

Explorar processos e fatores da institucionalização LGBTI+ no PSOL.

Público-Alvo:

Lideranças partidárias LGBTI+.
Candidatos LGBTI+ eleitos.
Candidatos LGBTI+ não-eleitos.

Apresentação:

Olá!

Gostaria de agradecer a sua participação nesta entrevista. Ela contribuirá para a pesquisa “Movimento LGBTI+ e Partidos Políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil”, desenvolvida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, a qual analisa diferentes processos de entrada da temática LGBTI+ nas organizações partidárias e padrões de interação entre o Movimento LGBTI+ e as agremiações partidárias. O projeto é coordenado pelo doutorando Cleyton Feitosa sob orientação da professora Debora Rezende.

Você permite que eu grave a entrevista para fins de transcrição? Esclareço que as informações decorrentes desse estudo a princípio serão tratadas de forma anônima. Mas gostaria de perguntar se você prefere ou não ser identificado no texto final da tese.

1. Identificação

- 1 Qual seu nome?
- 2 Qual função/cargo você exerce no partido?

2. Institucionalização

- 3 Como você vê o tratamento da temática LGBTI+ no partido? Quais canais existem para a expressão de demandas?
- 4 Você sabe como se deu a inclusão da temática LGBTI+ no estatuto do PSOL, considerando o papel das lideranças do partido, as pessoas com quem se relacionaram e as estratégias utilizadas?
- 5 Como se deu a construção e a trajetória do Setorial Nacional LGBTI+, considerando o papel das lideranças do partido, as pessoas com quem se relacionaram e as estratégias utilizadas?
- 6 Como se deu a inclusão da temática LGBTI+ no programa partidário?
- 7 Os membros LGBTI+ têm participado da construção dos Planos de Governo para o Governo Federal?
- 8 Como tem se dado a publicação de notas e resoluções com a pauta LGBTI+ no partido?
- 9 Como tem acontecido o recrutamento de candidaturas LGBTI+ no PSOL?
- 10 Como você vê o financiamento de candidaturas LGBTI+ comparado a outras candidaturas?
- 11 Houve alguma oposição a essas iniciativas no partido? De quem? Quando? Por quê?
- 12 Os membros LGBTI+ conseguem participar da definição de regras na organização?
- 13 As decisões são centralizadas pelas lideranças ou descentralizadas pelos filiados?

14 Quais são as duas principais barreiras para a pauta LGBTI+ no seu partido?

Objetivo:

Explorar processos e fatores da institucionalização LGBTI+ no PSDB.

Público-Alvo:

Lideranças partidárias LGBTI+.

Candidatos LGBTI+ eleitos.

Candidatos LGBTI+ não-eleitos.

Apresentação:

Olá!

Gostaria de agradecer a sua participação nesta entrevista. Ela contribuirá para a pesquisa “Movimento LGBTI+ e Partidos Políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil”, desenvolvida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, a qual analisa diferentes processos de entrada da temática LGBTI+ nas organizações partidárias e padrões de interação entre o Movimento LGBTI+ e as agremiações partidárias. O projeto é coordenado pelo doutorando Cleyton Feitosa sob orientação da professora Debora Rezende.

Você permite que eu grave a entrevista para fins de transcrição? Esclareço que as informações decorrentes desse estudo a princípio serão tratadas de forma anônima. Mas gostaria de perguntar se você prefere ou não ser identificado no texto final da tese.

1. Identificação

- 1 Qual seu nome?

- 2 Qual função/cargo você exerce no partido?

2. Institucionalização

- 3 Como você vê o tratamento da temática LGBTI+ no partido? Quais canais existem para a expressão de demandas?

- 4 Você sabe como se deu a inclusão da temática LGBTI+ no estatuto do PSDB, considerando o papel das lideranças do partido, as pessoas com quem se relacionaram e as estratégias utilizadas?

- 5 Como se deu a construção e a trajetória do Secretariado Diversidade Tucana, considerando o papel das lideranças do partido, as pessoas com quem se relacionaram e as estratégias utilizadas?

- 6 Os membros LGBTI+ têm participado da construção dos Planos de Governo para o Governo Federal?

- 7 Como tem se dado a publicação de notas e resoluções com a pauta LGBTI+ no partido?

- 8 Como tem sido o processo de elaboração de materiais educativos/cursos de formação?

- 9 Como é alimentada a pauta LGBTI+ no site e nas redes sociais do PSDB?

- 10 Como tem sido a representação da Secretaria LGBTI+ na Direção Nacional?

- 11 Como tem sido o financiamento de atividades e eventos LGBTI+ no PSDB?

- 12 Como tem acontecido o recrutamento de candidaturas LGBTI+ no PSDB?

- 13 Como você vê o financiamento de candidaturas LGBTI+ comparado a outras candidaturas?
- 14 Houve alguma oposição a essas iniciativas no partido? De quem? Quando? Por quê?
- 15 Os membros LGBTI+ conseguem participar da definição de regras na organização?
- 16 As decisões são centralizadas pelas lideranças ou descentralizadas pelos filiados?
- 17 Quais são as duas principais barreiras para a pauta LGBTI+ no seu partido?

ANEXO A – LOGO DAS BANDEIRAS LGBTI+ DOS PARTIDOS ANALISADOS



Diversidade Tucana

ANEXO B – RESOLUÇÃO QUE INSTITUCIONALIZA A SECRETARIA NACIONAL LGBTI+ DO PT



RESOLUÇÃO

O Diretório Nacional, observando decisão do 6º Congresso Nacional do PT e de acordo com o artigo 132 do Estatuto

RESOLVE:

1. Constituir a Secretaria Setorial Nacional LGBT, que terá assento, com direito a voz, no Diretório Nacional e na Comissão Executiva Nacional.
2. Os Setoriais Estaduais LGBT, com mais de um ano de funcionamento, passam a funcionar a partir desta data como Secretarias Setoriais Estaduais, com acento com direito a voz, nos Diretórios Estaduais e nas Comissões Executivas Estaduais correspondentes.
3. As atuais Coordenações Setoriais LGBTs exercerão o mandato à frente das Secretarias Setoriais LGBTs até a realização dos Encontros Setoriais.
4. Por tratar-se de condição identitária, fica facultada, assim como acontece com a Juventude, Mulheres e Combate ao Racismo, a opção pela Setorial LGBT e por mais uma setorial temática.

ANEXO C – RESOLUÇÃO DO PSOL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

A Executiva Nacional do PSOL estabelece as seguintes diretrizes e normas para a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as Eleições Municipais 2020, nos termos do Art. 6º da Resolução TSE nº 23.605/19.

DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS RECURSOS DO FEFC

Art. 1º – O valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha será repassado diretamente pelo Diretório Nacional (DNPSOL) aos órgãos partidários ou aos(as) candidatos(as), de forma que:

- I – até 60% (sessenta por cento) dos recursos sejam destinados às candidaturas das capitais dos Estados;
- II – até 11% (onze por cento) dos recursos sejam destinados a reserva nacional para municípios que cheguem a disputa de segundo turno e para eventuais gastos e despesas próprias da Direção Nacional com as eleições municipais.
- III – o restante dos recursos será destinado pela DNPSOL para as demais candidaturas

Parágrafo único: A Executiva Nacional do partido deve definir a redistribuição dos recursos previstos no item II desse artigo, na hipótese de, antes da realização do primeiro turno, se tenha uma previsão de que o partido não alcançará o segundo turno.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º – Os diretórios e órgãos estaduais e municipais têm responsabilidade sobre os recursos recebidos, respondendo, exclusivamente, pelo não cumprimento das disposições da presente resolução e da legislação e, do mesmo modo, pela eventual prática de qualquer outro ilícito no destino e uso dos recursos.

Art. 3º – O candidato ou a candidata terá acesso aos recursos do FEFC, dentro dos marcos desta resolução nacional, após requerimento por escrito ao órgão partidário respectivo responsável pela entrega dos recursos, nos termos do Art. 8º, parágrafo único, da Resolução-TSE nº. 23.605/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 16-D, §2º), e onde declara a sua inteira responsabilidade quanto a correta aplicação na campanha eleitoral e o dever de prestar contas eleitorais.

Art. 4º – Inexistindo candidatura própria ou em coligação no município, fica vedada a distribuição de recursos para outras candidaturas ou partidos e, do mesmo modo, proibido o repasse de recursos para outros partidos ou coligações que o PSOL não esteja coligado.

Art. 5º – Os recursos do FEFC destinados aos diretórios e comissões do PSOL observarão, obrigatoriamente, os critérios proporcionais de distribuição por gênero, levando em conta o número de candidatas femininas do partido e destinando, em todo o caso, o mínimo de 30%

(trinta por cento) dos recursos, conforme determina o Art. 6º, §1º da Resolução-TSE nº. 23.605/2019.

Parágrafo único – Relativamente à obrigação de uso do percentual da cota de gênero, os diretórios e órgãos estaduais e municipais devem zelar pela sua correta aplicação no efetivo financiamento das candidaturas femininas.

Art. 6º – A Executiva Nacional do PSOL, nos termos da Resolução-TSE nº. 23.605/2019, definirá os critérios específicos de municípios ou candidaturas com situações excepcionais e não contempladas nas regras gerais definidas nesta Resolução, assim como os casos omissos.

Art. 7º – Para receber recursos do FEFC tanto Diretórios Estaduais quanto Diretórios Municipais devem abrir conta corrente específica, e cuja movimentação só possa ser feita conjuntamente por presidente e tesoureiro da instância.

Art. 8º – Os Diretórios Estaduais devem informar o DNPSOL sobre os municípios que efetivamente terão candidaturas do PSOL em prazo a ser estabelecido pela Executiva Nacional.

Art. 9º – Os Diretórios Municipais devem informar aos Diretórios Estaduais sobre seus candidatos em prazo a ser definido por estes.

Art. 10º – Cada estado deverá aprovar no Diretório Estadual as regras/critérios de distribuição e faixas de prioridades de acordo com o estabelecido pelo DNPSOL.

Art. 11 – Cada município deverá aprovar no Diretório Municipal a distribuição dos candidatos por faixa de prioridades e estabelecer os valores destinados a cada um, atendendo todas as exigências do Diretório Nacional e do Diretório Estadual.

Art. 12 – A Direção Nacional e as Direções Estaduais poderão efetuar o repasse dos recursos de maneira parcelada para órgãos partidários.

DETERMINAÇÕES PARA A DISTRIBUIÇÃO DO FEFC PELA DIREÇÃO NACIONAL AOS DIRETÓRIOS DAS CAPITAIS E AOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS

Art. 13 – Caberá a Executiva Nacional do PSOL estabelecer faixas de prioridades para a distribuição de recursos aos órgãos municipais do PSOL nas capitais, ou, em situações excepcionais, diretamente aos candidatos respeitando as prioridades estabelecidas pelas Direções Municipais.

Parágrafo único – A hipótese de repasse direto ao candidato/a, nos termos da legislação civil, partidária e eleitoral, não estabelece solidariedade, respondendo o candidato/a sobre os recursos recebidos, exclusivamente, pelo eventual não cumprimento das disposições da presente resolução e da legislação e, do mesmo modo, pela eventual prática de qualquer outro ilícito no destino e uso dos recursos.

Art. 14 – Caberá a Executiva Nacional do PSOL distribuir recursos as Direções Estaduais para que essas repassem aos órgãos municipais, ou em situações excepcionais diretamente aos órgãos municipais do PSOL ou aos candidatos, conforme estabelecido nessa resolução.

Parágrafo único – A hipótese de repasse direto ao candidato/a, nos termos da legislação civil, partidária e eleitoral, não estabelece solidariedade, respondendo o candidato/a sobre os recursos recebidos, exclusivamente, pelo eventual não cumprimento das disposições da presente resolução e da legislação e, do mesmo modo, pela eventual prática de qualquer outro ilícito no destino e uso dos recursos.

Art. 15 – Cabe a Direção Nacional apresentar resolução interna para estabelecer valores totais que serão destinados a cada unidade da federação e as capitais, de acordo com os critérios gerais desta resolução.

DETERMINAÇÕES PARA A DISTRIBUIÇÃO DO FEFC PELAS DIREÇÕES ESTADUAIS AOS MUNICÍPIOS

Art. 16 – As direções estaduais do PSOL deverão estabelecer faixas de prioridades para a distribuição de recursos aos municípios, exceto as capitais, comunicando a Executiva Nacional do PSOL sobre todos os municípios em que o PSOL participará do processo eleitoral e a respectiva faixa de prioridade de cada um.

Art. 17 – Caberá as Direções Estaduais proceder a distribuição de recursos recebidos da Direção Nacional aos órgãos municipais ou em situações excepcionais, diretamente aos candidatos, sempre respeitando os critérios gerais estabelecidos nesta resolução e as faixas de prioridades estabelecidas pelas direções municipais.

DETERMINAÇÕES PARA A DISTRIBUIÇÃO DO FEFC AOS CANDIDATOS NOS MUNICÍPIOS:

Art. 18 – Nos municípios onde o PSOL terá candidaturas majoritárias, caberá ao Órgão Municipal do PSOL estabelecer a divisão dos recursos recebidos entre a chapas majoritárias e proporcionais, observando os critérios legais e os gerais estabelecidos nesta resolução.

Art. 19 – Cada Diretório Municipal deve buscar incentivar e valorizar candidaturas de mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e refletir esse incentivo garantindo, na medida do possível, que sejam contemplados nas faixas de prioridades. É obrigatória a presença de, no mínimo, uma candidatura de mulher e uma candidatura de negro(a) em uma das duas primeiras faixas de prioridades.

Art. 20 – Caberá ao Órgão Municipal do PSOL em cada município estabelecer as faixas de prioridades para a distribuição dos recursos do FEFC as candidaturas proporcionais, observados critérios a seguir:

§1º – Dentro das respectivas faixas de prioridades das candidaturas proporcionais deverá ser garantido pelo órgão Municipal que:

- I – Candidatas mulheres devem, obrigatoriamente, receber individualmente 30% a mais que um candidato homem na mesma faixa de prioridade.
- II – Candidato(a) negro/negra deve, obrigatoriamente, receber individualmente 50% a mais que um(a) candidato/a branco na mesma faixa de prioridade.
- III – Candidato(a) indígena ou quilombola deve, obrigatoriamente, receber individualmente 15% a mais que um(a) candidato(a) branco(a) na mesma faixa de prioridade.
- IV – Candidato(a) LGBT deve, obrigatoriamente, receber individualmente 15% a mais que um(a) candidato(a) branco(a) na mesma faixa de prioridade.
- V – Candidato(a) PCD deve receber, obrigatoriamente, receber individualmente 10% a mais que candidato(a) branco(a) na mesma faixa.

§ 2º: A sobreposição dessas condições levará a um acúmulo agregando os percentuais, sem no entanto aplicar um desses percentuais sobre outros. Por exemplo, candidata mulher negra deverá receber individualmente 80% a mais que um candidato branco na mesma faixa.

§ 3º – Candidatos(as) que acumulem os adicionais acima podem receber, no máximo, 100% a mais que um candidato branco na mesma faixa de prioridade.

§ 4º – Candidatos(s) que não sejam classificados em faixas de prioridade devem receber um recurso básico, aplicando-se também nesse caso os adicionais para candidaturas de negros e negras, indígenas, PCD e LGBT.

Art. 21 – O total de recursos recebidos deve ser distribuído de maneira que, no mínimo, 30% se destinem a candidaturas de mulheres (considerando inclusive os recursos da candidatura majoritária, ainda que observado o critério individual acima).

Executiva Nacional do PSOL
04 de setembro de 2020

ANEXO D – TRECHO DO ESTATUTO QUE INTEGRA COORDENADORES DE SECRETARIADOS À COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PSDB

Seção V – Das Redes Temáticas e do Secretariado Nacional

Art. 73. As Redes Temáticas e Secretariados Nacionais, criados por deliberação da Comissão Executiva Nacional, cabe articular-se com as Redes Temáticas e Secretariados Estaduais, Municipais e Zonais e com os Núcleos de Base, nos termos do que estabelecem os arts. 16, 17, IV, 51 e 52, e demais disposições deste Estatuto.

§ 1º. As Redes Temáticas serão formadas para promover a construção de formulações diversas, ideias, proposições, inclusive legislativas, análises, identificação de problemas e soluções e quaisquer outras formas propositivas de ação coletiva visando a superação de problemas públicos; e a disseminação de proposições alinhadas com as visões do Partido.

§ 2º. A atuação das redes deve proporcionar a oferta de informações qualificadas a públicos amplos em larga escala, segmentados ou não, por meio de múltiplas mídias, em estreita articulação com os processos de comunicação, buscando-se interação e alcance ampliados.

§ 3º. Os titulares de Secretariados e coordenadores de Redes Temáticas participam das reuniões da Comissão Executiva Nacional, tendo direito a voz e voto.

ANEXO E – RESOLUÇÕES DO 1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

São Paulo, 25 de Julho de 2016.

Aos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional do PSOL
Às pré-candidatas e pré-candidatos do PSOL, em especial as LGBT.
À militância do Partido Socialismo e Liberdade.

É com satisfação em que enviamos, para conhecimento de todas e todos, as resoluções do 1º Encontro LGBT do PSOL.

Esse encontro, que aconteceu entre os dias 09 e 10 de Julho de 2016, foi forjado a partir da necessidade manifestada pelas diversas manifestações das LGBT presentes no 5º Congresso do PSOL, em 2015, e parte da percepção coletiva das LGBT presentes neste espaço de fortalecer nossa voz e criar mais espaços de comunicação e diálogo sobre as nossas pautas dentro do partido.

Ao tempo que a pauta LGBT ganha visibilidade em nossa sociedade, também se escancaram os casos cotidianos de violência e ataque a nossa comunidade, seja ela física, moral, psicológica ou ainda aos nossos poucos direitos, sejam elas nas esferas cotidianas de convivência (em casa, no trabalho ou na rua) ou nos grandes espaços de poder, e estas questões engendram a necessidade urgente de estarmos ainda mais organizarmos, seja contra os ataques que sofremos ou para que estejamos cada vez mais visíveis, presentes e tenhamos nossos direitos legitimados pelo estado e pelo povo. Sendo assim, a ideia deste encontro foi reunir as LGBT do partido para, através de suas mesas e grupos de discussão, debater a atual conjuntura do País, assim como, planejar a nossa atuação enquanto PSOL no que refere à pauta LGBT dentro de nosso debate eleitoral e junto aos movimentos sociais. Portanto, através da reflexão e do acúmulo coletivo, poderemos assim avançar em nossa organização interna.

Assim, após discussões a composição deste encontro ficou representada por grande parte da diversidade política interna do partido e suas deliberações foram definidas de maneira coletiva e consensuada.

Dessa maneira, é deste contexto que surge este documento que apresentamos. Trata-se da síntese política do espaço, onde apresentamos propostas, pautas e bandeiras, que tem como base a luta e as reivindicações da população LGBT, que acreditamos que sejam fundamentais serem abraçadas pelo PSOL como um todo e que devam ser utilizadas por todas aquelas pessoas que irão representar o PSOL nas próximas eleições e nos demais espaços de disputa de poder de nossa sociedade.

Destacamos ainda que, por se um documento geral, fruto do acúmulo interno travado pela militância LGBT, muitos pontos que são ou que podem vir a ser relevantes na nossa luta cotidiana podem não constar nesta síntese, justamente por acreditarmos que precisam de mais discussão interna e amadurecimento do debate em torno dessas pautas.

Reforçamos ainda que tratam-se de pontos gerais que apresentamos e que eles tentam contemplar diversidade de situações que encontramos hoje nos municípios brasileiros, sendo que algumas destas podem já ter sido efetivadas em alguns municípios, porém não em outros lugares. Dessa forma, ficando a critério dos Diretórios Municipais e futuras candidaturas adequar esse documento a sua realidade.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

Por fim, também como síntese de nossas discussões, e com o intuito de amadurecer o debate interno e reforçar a necessidade do Partido como um todo se comprometer com as nossas pautas e demandas, formulamos uma carta compromisso (que segue ao fim deste documento), a ser apresentada as nossas pré-candidaturas, que tem como intuito garantir que nossas representações nas próximas eleições estejam minimamente conectados com as nossas demandas e reivindicações.

1. Resoluções Gerais:

Que o PSOL, as candidaturas e os futuros mandatos:

1. FORA TEMER!
2. Sejam contra as terceirizações e privatizações dos serviços públicos municipais e de mais esferas estatais.
3. Favoráveis à legalização do aborto e manutenção dos casos já previstos em lei;
4. Lutem em defesa da legalização das drogas;
5. Que todo/a candidato/a do PSOL assine uma carta de compromisso, por nós elaborada, a não ter uma postura LGBTfóbica, sob pena de não ter sua candidatura aceita em caso de negativa. Para nós é inaceitável que haja LGBTfobia dentro do PSOL, uma vez que se trata de um partido reconhecido por ser um aliado do movimento LGBT;
6. Que os diretórios municipais acolham e se posicionem, por meio de nota ou outro meio, sobre todos os casos de violência sofridos por candidatas transexuais e travestis, uma vez que se tratam de mulheres cujas vidas estão mais expostas do que o normalmente exposto por conta da tarefa que estão assumindo;
7. Que os Diretórios Municipais deem todo suporte necessário às candidaturas de lésbicas, mulheres bissexuais e, principalmente, de mulheres transexuais e travestis;
8. Que as Setoriais LGBT se comprometam a ter mulheres transexuais em suas coordenações, onde houver militantes trans. E propomos aos Setoriais de Mulheres que façam o mesmo.
9. Que o PSOL acione a Justiça Eleitoral para garantir que mulheres transexuais e travestis estejam na cota de gênero;

2. Educação:

Que as candidaturas do PSOL e os futuros mandatos:

- Se comprometam com na defesa da educação pública, laica, Estatal, gratuita e de qualidade. Contra os cortes das verbas destinadas a educação e por mais investimento e por um modelo educacional criador, emancipador e libertário;



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

- Incentivem a articulação uma rede multisetorial transparente de apoio à população LGBT, enfrentamento à LGBTfobia e educação social composta por movimentos sociais, sindicatos, educação, ONGs, profissionais da educação, saúde e assistência social, entidades estudantis, conselheiros tutelares e demais representantes da sociedade civil de órgãos gestores preocupados em, através da educação, combater as opressões e, principalmente, a LGBTfobia;
- Cobrem dos municípios, escolas e universidades que divulguem e publicizem a lei de direito ao uso do nome social;
- Cobrem dos municípios e lutem pela inclusão do termo gênero nas atividades pedagógicas executadas pela escola e na formação continuada dos professores das escolas municipais e por uma formação continuada de qualidade aos professores e servidores. Assim como, para que essa formação seja realizada em horário de expediente e que conte como carga horária de trabalho;
- Lutem e auxiliem a criação Observatórios Municipais que mapeiem a violência nas cidades contra a população LGBT, mulheres, negras e negros em parceria com órgãos públicos, para que através destes dados possam ser formuladas políticas públicas específicas para o combate à violência a estes setores;
- Defendam a distribuição de um kit anti-LGBTfobia nos municípios;
- Incentivem a publicação, por meio de editais específicos, e utilização de livros didáticos e paradidáticos que pautem questões referentes a orientação sexual, a identidade de gênero;

3. Saúde e Assistência Social:

*OBS: Parte das propostas fundamentadas aqui parte dos princípios elencados na Política Nacional de Saúde LGBT, lançado pelo Ministério da Saúde em 2013, e que acreditamos dever ser reivindicado pelos nossos mandatos, a partir dos princípios do direito ao acesso universal a Saúde. (Para ter acesso ao documento da Política Nacional da Saúde LGBT – [CLIQUE AQUI](#)).

Que as candidaturas do PSOL e os futuros mandatos:

- Considerando o direito à saúde e à proteção social como direitos humanos inalienáveis, reivindiquem o SUS e o SUAS público, gratuito e de qualidade para todas e todos, lutando para que sejam sempre respeitados seus princípios básicos: Universalidade, Equidade, Integralidade, Descentralização e Participação Social.
- Defendam o fim do Ato Médico.
- Incentivem a inclusão curricular nos cursos da área da saúde e de assistência social o tema Saúde da População LGBT, para a adequada formação dos profissionais de saúde e atendimento humanizado das pessoas LGBT. Assim como, a capacitação dos profissionais da saúde que já exercem a profissão e conselheiros gestores em relação à temática da diversidade sexual na perspectiva da atenção/assistência humanizada da população LGBT.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

- Se posicionem favoráveis à despatologização das identidades trans e travesti, lutem para que as cirurgias de redesignação sexual, acesso à hormonioterapia e mudança de nome das pessoas trans e travestis sejam feitas sem a necessidade dos laudos médicos, ou seja, apenas feitas a partir da solicitação da pessoa interessada.
- Fomentem e cobrem que os municípios difundam garantam o acesso às informações sobre as políticas de saúde e assistência social para pessoas LGBT;
- Combatam aos discursos pautados no direito à saúde que patologizam ou criminalizam as LGBT como o projeto de "Cura Gay", criminalização da transmissão de HIV/AIDS e obrigatoriedade compulsória de acompanhamento psiquiátrico e psicológico para pessoas trans*;
- Combatam os cortes do financiamento público à saúde, especialmente naqueles vinculados aos programas de DST/AIDS bem como a luta por mais investimentos nos programas de prevenção à AIDS, facilitação do acesso aos medicamentos necessários a um tratamento adequado da AIDS e outras DSTs,
- Lutem pela criação e divulgação de materiais de prevenção, diagnóstico precoce e profilaxia pós-exposição às DST/HIV/AIDS e hepatites virais específicos para LGBT, a ampliação das políticas de saúde/proteção social para população LGBT, inclusive a população idosa e suas especificidades, garantindo acesso a partir do princípio da integralidade.
- Fomentem a criação de Políticas Públicas de planejamento familiar que incluam as pessoas LGBT;
- Fomentem a criação de Políticas Públicas de saúde mental que enfoque na prevenção ao suicídio para a juventude LGBT;
- Lutem por uma saúde mental para a LGBT criando uma linha de cuidado de encaminhamento e acompanhamento.
- Fiscalizem e acompanhem de casos de violação de direitos humanos em equipamentos de saúde mental (ex: comunidades terapêuticas).
- Participem das etapas regionais, estaduais e nacional das Conferências LGBT, de saúde e de assistência social.
- Lutem pela criação de Centros de Referências para a Atenção Integral a Saúde de Travestis e Transexuais.
- Incentivem o desenvolvimento de campanhas de saúde integral que incentivem as LGBT a cuidar de sua saúde.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

- Cobrem as prefeituras para que criem programas para sensibilizar e capacitar profissionais da área da saúde, inclusive os gerentes das unidades, para atender adequadamente a população LGBT.
- Lutem para seja incentivada a participação de representantes LGBTs nos conselhos gestores das unidades de saúde.
- Lutem pela garantia do acesso das LGBT e seus familiares à saúde mental, a partir da equipe de referência, capacitando os profissionais para uma abordagem biopsicossocial que não patologize as orientações sexuais e as identidades de gênero.
- Lutem pela implementação dos quesitos "orientação sexual e identidade de gênero", por auto-definição, nos prontuários e ficha de atendimento nos serviços municipais público.
- Defendam e fomentem a criação de estratégias para censo LGBT, compreendendo como tática a identificação no Cadastro Único de orientação sexual e identidade de gênero bem como sistematização das informações adquiridas por agentes comunitários de saúde. Realização de diagnóstico sócio-territorial via saúde e assistência social que compreenda as especificidades da população LGBT.
- Fomentem a criação de cotas para processos de seleção de agentes comunitários de saúde nas Secretarias Municipais de Saúde para a população LGBT, compreendendo a existência das comunidades LGBT.
- Lutem para que as políticas de assistência social de inserção no mundo do trabalho atendem às especificidades da comunidade LGBT, com prioridade para Travestis e Transexuais, por meio de cursos profissionalizantes.
- Fomentem a criação de Unidades de Acolhimento Institucional que atendam as especificidades da população LGBT, que compreendam as vulnerabilidades sociais e violações de direitos específicas de Travestis e Transexuais, garantindo sua prioridade de atendimento e que respeitem sua Identidade de Gênero.
- Participem dos Fóruns LGBT já existentes nos municípios e estados.
- Lutem pela ampliação do conceito de família reconhecendo o formato das famílias LGBT e para que o PAIF e o PAEFI se atendem a especificidades dessas famílias.
- Defendam a existência por uma cadeira LGBT nos Conselhos de Saúde e Assistência Social.
- Proponham serviços de convivência e fortalecimento de vínculos direcionado a comunidade LGBT.
- Reivindiquem a execução de busca ativa por parte das políticas de saúde e assistência social a jovens LGBT em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

- Lutem pela criação de ambulatórios de referência para pessoas trans*.
- Lutem pela criação de unidades de assistência social (CRAS e CREAS) específicos para LGBT, conforme demanda.

4. Trabalho:

Que as candidaturas do PSOL e os futuros mandatos:

- Fomentem a criação de seminários municipais para discutir e promover ações de respeito à diversidade sexual e de gênero no mundo do trabalho público e privado, reunindo o setor público e privado, centrais sindicais, federações, sindicatos e ONGs.
- Lutem pela manutenção e ampliação de políticas de combate à discriminação LGBTfóbica no serviço público, promovendo um ambiente de respeito às LGBT.
- Lutem pela criação e ampliação políticas de geração de emprego e renda e divulgar amplamente essas vagas nas redes sociais e em panfletos impressos e lugares de grande circulação. Incentivar também a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária para a população LGBT, com prioridade em relação a travestis e transexuais.
- Sensibilizem e estimulem o uso do nome social desde os processos seletivos nos espaços públicos e privados.
- Fomentem a criação de programas de fiscalização para identificação das empresas que não respeitam os direitos LGBT e criar uma lista pública para denunciar empresas que cometem atos LGBTfóbicos.
- Auxíliem na criação de um grupo de formação que o município possa oferecer aos sindicatos e empresas públicas e privadas para promover o debate sobre direitos LGBT nesses espaços.
- Lutem pela criação de programas de proteção para profissionais do sexo e criar programas que promovam a possibilidade para atuações em outras áreas de trabalho.

5. Direitos Humanos:

Que as candidaturas do PSOL e os futuros mandatos:

- Lutem pela criação do Serviço de Acolhimento Institucional;



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

- Fomentem a criação de Observatórios municipais LGBT e do Disque LGBTfobia nas cidades onde ainda não existam tais políticas;
- Lutem pela criação de Ouvidorias municipais temáticas;
- Fomentem a criação de espaços de orientação/formação de servidores públicos municipais, realizando estas formações no horário de serviço dos servidores;
- Estimulem a criação de projetos que estimulem e promovam educação para a diversidade;
- Construam propostas de lei de enfrentamento a discriminação em âmbito municipal baseado em experiências já existentes no Brasil;
- Lutem pela efetivação do uso do nome social no âmbito administrativo (servidores e usuários) das cidades;
- Criação de ambulatórios regionais - Cadastramento dos órgãos de saúde municipais para atendimento à população LGBT;
- Pressionem pela efetivação de direitos da população LGBT junto aos equipamentos do SUAS;
- Pressionem para a destinação de verba municipal/estudo de Lei Orçamentária para a efetivação de políticas públicas voltadas à população LGBT;

6. Combate à Violência e à LGBTfobia:

Que as candidaturas do PSOL e os futuros mandatos:

- Lutem pela garantia do atendimento às mulheres transexuais e travestis nas delegacias de mulheres;
- Fomentem e pressionem os setores competentes para a efetiva investigação dos crimes perpetrados contra a população LGBT.
- Fomentem e pressionem os setores competentes a criação de delegacias e unidades policiais especializadas em violência LGBTfóbica.
- Fomentem e pressionem os setores competentes a criação, no âmbito da Polícia Judiciária Civil, o Núcleo de Atendimento Policial a vítimas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens transexuais;
- Pressionem pela efetivação das normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBT vítimas de violências, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT previstos no Sistema Nacional LGBT e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP e demais instituições da rede já existentes nos municípios;



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

- Trabalhem pela criação de Casas de Apoio e Abrigos públicos para jovens e adolescentes em situação de violência com atendimento profissional capacitado (psicólogos, assistentes sociais, advogados);
- Fomentem a criação de audiências públicas e debates abertos nas universidades, escolas, sindicatos, associação de bairros sobre LGBTfobia e violência de gênero, visando mecanismos de enfrentamento e prevenção;
- Auxíliem na criação de legislação para assegurar presença da população LGBT nas campanhas institucionais do governo municipal;
- Trabalhem a criação de programas que visem o treinamento de agentes penitenciários para enfrentamento da violência à população LGBT encarcerada, especialmente mulheres e homens transexuais e travestis;
- Auxíliem na criação de política pública de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho de pessoas LGBT egressas do sistema prisional;
- Contribuam para a implementação, no município, do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra população LGBT;
- Fomentem a criação de observatórios municipais públicos da violência contra LGBTI para geração, registro e disseminação de dados, além de compilação de leis, portarias, decretos, jurisprudências e outras normas referentes à população LGBT;
- Promovam campanhas de enfrentamento da vulnerabilidade de crianças e jovens em razão da orientação sexual e identidade de gênero, principalmente promovendo o combate ao abuso e à exploração sexual, em parceria com os Juizados e Promotorias da Criança e do Adolescente;
- Lutar pela realização de campanhas permanentes de visibilidade positiva, por meio de um plano de comunicação estratégica, visando combater à discriminação e estímulo a denúncias de violações veiculadas à televisão aberta, rádios (inclusive comunitárias), impressos, e outros meios midiáticos;
- Trabalhem pela garantir corregedorias autônomas e independentes para investigação e responsabilização de forma imparcial para servidores(as) públicos(as) que cometam LGBTfobia;
- Lutem pela expansão do acesso ao formulário para quantificar e qualificar situações de violência contra LGBT, tornando obrigatório sua utilização em demais órgãos públicos que trabalhem com violações de direitos, tendo como referência o formulário de notificação compulsória da saúde;
- Ajudem na criação protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violência LGBTfóbica recebidos aos órgãos competentes e à rede de atendimento;



PSOL

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

- Trabalhem pela criação de um sistema público de informação integrado entre as entidades de segurança pública para registro de boletins de ocorrência, conforme resolução nº 11/2015 do CNCD/LGBT;
- Criem legislação que tipifique como infração administrativa atos omissivos ou comissivos de preconceito e discriminação LGBTfóbica cometidos por pessoas físicas e jurídicas;
- Lutem pela criação legislação de combate e enfrentamento a violência contra a população LGBTI na internet;
- Pressionem as prefeituras para que criem páginas dentro do site da prefeitura para denúncias de violência LGBTfóbica, com intuito de dar resolutividade aos casos e levantamento estatístico;
- Lutem pela garantia da aplicação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio para a proteção de mulheres transexuais e travestis, independente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização.
- Lutem pela aprovação de leis que criminalizem a LGBTfobia, que atenda à função restaurativa da pena e a proporcionalidade, prevendo para os casos sem violência física ou patrimonial, penas alternativas, de natureza pedagógica e informativa e penas restritivas de direitos, todavia que possa haver detenção em casos gravíssimos ou reincidência.
- Lutem pela aprovação de leis que responsabilizem os atos de LGBTfobia, tendo por diretriz os princípios da justiça restaurativa priorizando sanções alternativas, de natureza pedagógica e reparadoras e penas restritivas de direitos, admitindo a possibilidade de aplicação da lei penal em casos gravíssimos ou reincidentes.

Carta Compromisso para as Pré-Candidaturas do PSOL:

Eu, _____, candidato/a ao cargo de _____ pelo Partido Socialismo e Liberdade da cidade de _____, declaro o meu apoio à luta de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans pelo reconhecimento de todos os seus direitos civis e contra todas as formas de discriminação e preconceito, e me comprometo a defender as posições programáticas do PSOL e o acúmulo dos setoriais e da militância do partido:

- 1) A defesa da laicidade do Estado, o combate ao fundamentalismo religioso e aos discursos de ódio contra a população LGBT e outras minorias;
- 2) A defesa do direito das pessoas trans (travestis, transexuais e transgênero) ao reconhecimento legal e social de sua identidade de gênero autopercebida e à livre disposição sobre os seus corpos, sem distinções entre homens e mulheres cis e trans, reafirmando que o PSOL é contra a transfobia, contra toda forma de



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERTADE
1º ENCONTRO NACIONAL LGBT DO PSOL
-Resoluções-

discriminação e opressão contra a população trans e trabalha pela garantia de direitos e a inclusão social dessa população.

3) A defesa do direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e do reconhecimento das famílias formadas por casais homoafetivos, com os mesmos direitos que qualquer outra família.

4) A defesa de uma educação de qualidade, emancipadora e libertária, que combata o bullying e garanta que as escolas e universidades sejam espaços acolhedores para a população LGBT e eduquem contra todas as formas de discriminação e preconceito e pelo respeito à diversidade.

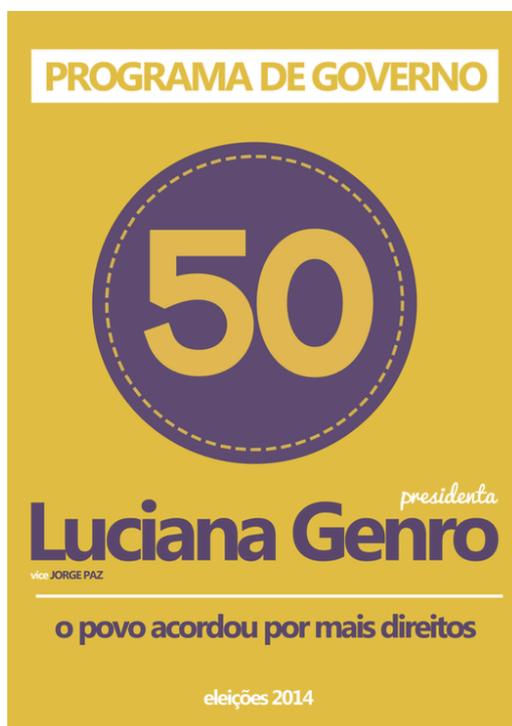
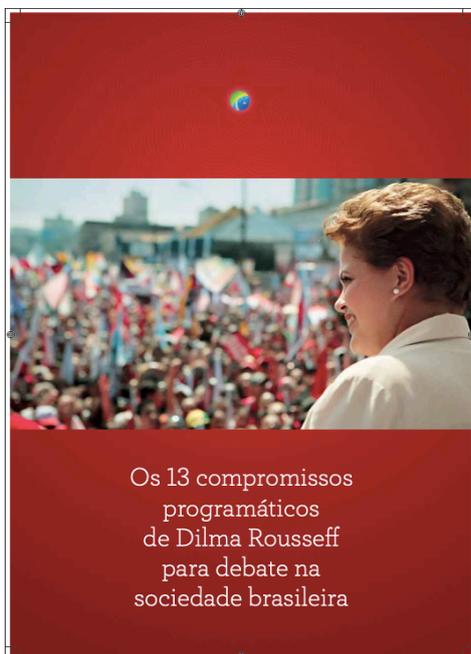
Tenho conhecimento que esse documento será anexado à ata da convenção e que o meu compromisso com ele é integral.

_____, ____ de _____ de 2016.

Esperamos que este documento seja de grande valia e que circule dentro de nosso Partido, chegando as mãos de todas e todos!

Comissão Organizadora do 1º Encontro Nacional LGBT do PSOL.

ANEXO F – CAPAS DE PARTE DOS PLANOS DE GOVERNO DOS PARTIDOS ANALISADOS



ANEXO G – MANIFESTO DO DIVERSIDADE TUCANA



Manifesto do Diversidade Tucana

Políticas Públicas para a Diversidade Sexual

Apresentação

O Diversidade Tucana é um Secretariado criado com a missão de inserir os conceitos sobre diversidade sexual no DNA do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Dessa forma, esse núcleo serve de referência para as questões relativas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) quando da construção dos planos de governo dos candidatos do partido, bem como para gestores comprometidos com direitos humanos e cidadania da população brasileira. Outro objetivo é articular o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas à diversidade sexual nas administrações geridas pelo PSDB.

A Diversidade Sexual na História do PSDB

A preocupação com a garantia dos direitos relativos à diversidade sexual vem de longa data no Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Mesmo antes de sua fundação, o Governador de São Paulo André Franco Montoro, em sua gestão (1983-1986), foi o primeiro homem público brasileiro a instituir, de maneira sistemática, ações de combate à perseguição aos homossexuais, travestis e transexuais, bem como a seus locais de frequência, práticas comuns na época da ditadura militar. Essas ações foram fruto, sobretudo, da política de inserção dos conceitos de direitos humanos e respeito à cidadania no corpo do Governo do Estado de São Paulo. Montoro também foi o primeiro a instituir um Programa Estadual de Enfrentamento à Epidemia de HIV/Aids, doença que à época dizimava homossexuais e travestis.

Em 1985, Fernando Henrique Cardoso assinou um abaixo-assinado que pedia a desclassificação do homossexualismo (termo então utilizado) considerado na época desvio de conduta e transtorno sexual.

Mário Covas, senador à época e líder da Constituinte, teve papel determinante na defesa do fim da discriminação, presente no texto da Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã".



Na Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro Presidente a ostentar o símbolo máximo da diversidade sexual, a bandeira do arco-íris. FHC, com o Ministro da Justiça José Gregori, incluiu a diversidade sexual no I Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996, época em que a maioria dos políticos mantinha-se à distância dessa temática.

Fernando Henrique foi, ainda, o primeiro Presidente da República a falar publicamente o termo homossexual, ao defender a união civil entre pessoas do mesmo sexo em 2002.

No Ministério da Saúde, José Serra implantou e dinamizou o Programa Nacional de DST/Aids, reconhecendo que o movimento de defesa dos direitos da diversidade sexual era protagonista da luta contra a Aids. Com isso, o combate à epidemia tornou-se política de Estado e, hoje, é referência mundial.

No âmbito estadual, em 1997 o Governador Mario Covas, incluiu a diversidade sexual no I Plano Estadual de Direitos Humanos.

Geraldo Alckmin, em 2000, criou o GRADI – Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância, por meio da Resolução SSP nº 42/2000, ligado diretamente ao gabinete do Secretário de Segurança Pública e que tinha por atribuição estudar e prevenir os crimes de intolerância de qualquer espécie – social, religiosa, sexual, esportiva e outras.

No mesmo ano, a Resolução 285 da Secretaria de Segurança Pública, de julho de 2000, obrigava todas as delegacias de polícia ou especializadas, bem como as unidades policiais militares a comunicar ao GRADI quando da tomada de conhecimento de qualquer infração que pudesse ser reputada como delito de intolerância.

A Resolução reconhecia, ainda, em seu artigo 2º, parágrafo único, no item I, a existência de organizações conhecidas por “carecas”, “skinheads”, “white power”, “punks” e neonazistas, e a necessidade de coibição das mesmas, bem como, em seu item III, a existência de crimes contra a vida ou integridade física direcionados aos homossexuais.

Por isso, em 2001, à frente do Governo do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin sancionou a Lei 10.948, que proíbe e pune a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Em 2006, alçou o então GRADI - Grupo de Repressão a Delitos de Intolerância a DECRADI - Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, que atua no mapeamento, controle e repressão dos grupos homofóbicos.



Essas ações demonstram o pioneirismo do PSDB na defesa de direitos, na garantia da livre expressão das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e no combate à homofobia.

A grande revolução, porém, viria com José Serra. Homem de visão, Serra instituiu o primeiro órgão da administração pública brasileira voltado à diversidade sexual. Em seu segundo mês de governo frente à Prefeitura de São Paulo, em 2005, criou a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual. Experiência inédita, essa Coordenadoria instituiu ações afirmativas e de visibilidade para o segmento LGBT, além de desenvolver uma rede de proteção para essa comunidade e combater o preconceito. Em pouco tempo, a CADS erigiu-se como modelo de espaço governamental destinado ao fomento de políticas públicas.

Ainda em 2005, decretou a criação do Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual, espaço de interlocução entre o poder público e a sociedade civil, bem como o Centro de Referência e Combate à Homofobia, que garante o atendimento às vítimas de discriminação e preconceito.

Como governador, Serra criou a Coordenação de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual, no âmbito da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania; instituiu o Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual e o Conselho Estadual de Defesa da Diversidade Sexual. Além disso, realizou a I Conferência Estadual LGBT de São Paulo, evento histórico para a representação de demandas da sociedade civil junto ao poder público.

Em relação às garantias legais para a população LGBT, regulamentou a Lei 10.948, e publicou decreto acerca do uso do nome social na administração pública, medida que garante a dignidade para travestis e transexuais. Para essa população criou, ainda, o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, que possui autorização do Conselho Regional de Medicina – CRM, para implementar um protocolo de hormonização (terapia de mudanças corporais através de hormônios).

Em 2007, outra medida revolucionária foi realizada por Serra. Ao reformar o Sistema Previdenciário do Estado de São Paulo, instituiu o direito à pensão ao(a) parceiro(a) homossexual de servidor(a) público(a) estadual quando do falecimento deste(a). Cabe destacar que, ainda sob sua gestão, foi também fundado o Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Em Minas Gerais o Governador Aécio Neves cria uma coordenadoria estadual de diversidade Sexual.

Simão Jatene no Pará cria a Coordenadoria de Proteção à Livre Orientação Sexual.

Goiás o Governador Marconi Perillo cria a Gerencia de Combate a Homofobia e Promoção dos Direitos LGBT; decreta e reinstalação o Conselho da Diversidade Sexual.

Ainda que nos dias de hoje outros partidos se arvorem como defensores ancestrais dos direitos LGBT, o histórico sinteticamente apresentado acima prova que, assim como em demais áreas, o PSDB trabalha de fato. Não poderia ser diferente, já que o seu compromisso é com a construção de uma sociedade brasileira mais justa e solidária para todas e todos.

Orientação sexual, identidade de gênero e homofobia

Fomos criados em um mundo que defende, de maneira rígida, o modelo heterossexual de comportamento. Com isso, a comunidade LGBT, bem como todo e qualquer indivíduo que não se enquadre nessas regras estabelecidas, compõe o que chamamos de diversidade sexual.

O que diferencia o segmento LGBT do resto da população é sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero. A orientação sexual diz respeito a quem sentimos atração física ou afetiva, que pode ser voltada para pessoas do sexo oposto (heterossexual), do mesmo sexo (homossexual) ou de ambos (bissexual). A idéia de gênero, por sua vez, carrega significados que denotam padrões de comportamento masculinos ou femininos, moldados a partir de contextos históricos e culturais. Travestis, transexuais e transgêneros quebram os padrões estabelecidos, transitando de um gênero para outro.

A homofobia é o medo, a aversão ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões estabelecidos para os heterossexuais. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. A homofobia frequentemente é manifestada em inúmeras ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam para um ódio gratuito baseado unicamente na orientação sexual ou na identidade de gênero do outro(a).

Diferentemente de outros segmentos sociais – como negros, idosos e mulheres, por exemplo – a diferença entre heterossexuais e homossexuais não se baseia em nenhuma característica física perceptível. Assim, não é simples mensurar seu tamanho e necessidades, pois dependerão da atitude dos homossexuais frente à sociedade e da sociedade em relação a eles.

Esse segmento, portanto, tem a particularidade de variar de tamanho, conforme cada sociedade aceita a expressão da diversidade sexual e conforme os indivíduos se identificam como homossexuais e se assumem como tal. É por isso que as sociedades mais abertas exibem comunidades mais consolidadas e representativas do que outras mais conservadoras e intolerantes.



Os homossexuais são também difíceis de mensurar pelo fato simples de que orientação sexual não é uma questão neutra, envolvendo posicionamentos morais, religiosos e de comportamento nada insignificantes. Alfred Kinsey foi o primeiro pesquisador a propor 10% como um número provável de homossexuais na população mundial.

Pesquisas aceitam a suposição de que entre seis e onze por cento da população seja de gays e lésbicas assumidos o suficiente para se auto-identificarem como tal, o que não reflete necessariamente a quantidade real de homossexuais, nem de bissexuais.

Levando-se em consideração os diversos levantamentos feitos em países variados, onde é possível perguntar-se sobre orientação sexual à população, tem-se como provável que:

- ▣ 10% da população mundial seja homossexual, independentemente de raça, religião, cultura ou nível social (minoria por orientação sexual).
- ▣ Entre 20 e 30% da população mundial seja bissexual (minoria por orientação sexual).
- ▣ Entre 2 e 3% da população seja transgênero (minoria por identidade sexual).
- ▣ 1 em 100 mil pessoas seja transexual (minoria por identidade sexual).

Se considerarmos que a população mundial atualmente oscila em torno de 6,6 bilhões de pessoas, os gays e lésbicas do planeta chegam a 660 milhões, ou seja, mais do que as populações inteiras somadas dos Estados Unidos, da Rússia e do Brasil, sobrando ainda o suficiente para povoar a Espanha.

Agregando a esse número os simpatizantes – pais, parentes, amigos, colegas de trabalho, de escola, terapeutas, professores e outros profissionais que tenham contato frequente e sistemático com a diversidade sexual – já estaremos falando de uma maioria em sociedades abertas e democráticas.

Pesquisa Datafolha realizada em 1998 e 2007 a respeito da família brasileira, por exemplo, aponta uma surpreendente alteração do índice de aceitação de um filho ou filha homossexual. Em 98, 77% dos pais achavam muito grave ter um filho com um namorado do mesmo sexo, enquanto em 2007 foram 57% os que acharam o mesmo para filhos, e 55% para filhas. Ainda segundo a revista Veja "Em 1993, uma aferição do Ibope cravou um número assustador: quase 60% dos brasileiros assumiam, sem rodeios, rejeitar os gays. Hoje, o mesmo percentual declara achar a homossexualidade "natural", segundo um novo levantamento com 1500 adolescentes



de onze regiões metropolitanas." Essas alterações demonstram o quanto uma cultura de inclusão, como a que começa a ser cultivada no Brasil, pode propiciar mais conhecimento e aceitação das minorias sexuais, e consequente aumento de heterossexuais simpatizantes e como as gerações mais jovens já não irão tolerar a discriminação e intolerância para com a diversidade humana.

Diversidade Sexual e Políticas Públicas

No entanto, apesar dos avanços e das políticas públicas existentes, a população LGBT ainda constitui um segmento social vulnerável e, muitas vezes, excluído.

A falta de um olhar mais atento para a diversidade sexual que compõe nossa sociedade é o ponto de partida para a institucionalização de organismos governamentais focados em programas, projetos e ações para essa população, como as Coordenadorias criadas pelo PSDB quando à frente da Prefeitura e do Governo do Estado de São Paulo.

A instituição desses espaços começa a modificar o cenário das atuais políticas públicas e programas sociais, estendendo os já existentes para a população LGBT e criando-se novos programas pautados nas especificidades desse segmento, como a previsão do artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que preconiza o "direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal", pautando assim o combate à homofobia.

Diretrizes para a plena cidadania da diversidade sexual

Com base no exposto acima, o PSDB tem como diretrizes:

- 1) Reconhecer que a diversidade sexual é inerente à condição humana e, portanto, os direitos devem ser garantidos independentemente da orientação sexual ou da identidade de gênero
- 2) Reconhecer que a diversidade sexual é compreendida de maneiras diferentes, no atual contexto brasileiro e mundial, e que, por conta disso, o Estado deve atuar em prol da defesa e garantia desses direitos nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- 3) Cabe ao Estado salvaguardar as condições necessárias para que a diversidade esteja contemplada e seja respeitada em todas suas esferas e áreas de atuação.
- 4) A diversidade deve estar no DNA do poder público (em seus equipamentos, instituições, no quadro funcional, na política de recursos humanos, etc), através da institucionalização,



permanência e legalização de espaços voltados à construção das políticas públicas para essa população.

5) As manifestações da sociedade civil organizada são importantes para a consolidação da democracia. Nesse sentido, é fundamental que o Estado garanta e promova espaços de interlocução com a sociedade civil e incentive a autonomia das organizações de luta pelos direitos.

6) Fiel a seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, o partido deve pautar e inserir nos planos de governo dos candidatos majoritários propostas para a diversidade sexual.

7) É compromisso do PSDB buscar, no Legislativo, o empenho de seus representantes na luta pela igualdade e equidade de direitos para a diversidade sexual.

8) Ampliar a discussão e difundir o conhecimento acerca da diversidade sexual através de seminários, encontros, palestras com lideranças e militantes do partido.

9) Incentivar e garantir representantes dessa comunidade ou aliados nos pleitos eleitorais.

Contatos

Site: www.diversidadetucana.com.br

E-mail: diversidadetucana@gmail.com

Twitter: @divtucana

Facebook: facebook.com/diversidadetucana

Marcos Fernandes

Presidente Nacional do Diversidade Tucana